

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA ECONÔMICA  
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CARLOS FERNANDO DE QUADROS

**A emergência da Questão Social: estudo sobre formas ideológicas em uma conjuntura de  
agitações sociais e perturbações políticas (Brasil, 1914-1922)**

São Paulo  
2021

CARLOS FERNANDO DE QUADROS

**A emergência da Questão Social: estudo sobre formas ideológicas em uma conjuntura de agitações sociais e perturbações políticas (Brasil, 1914-1922)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Orientador: Prof. Dr. Lincoln Ferreira Secco

São Paulo  
2021

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

Qe

Quadros, Carlos

A emergência da Questão Social: estudo sobre formas ideológicas em uma conjuntura de agitações sociais e perturbações políticas (Brasil, 1914-1922) / Carlos Quadros; orientador Lincoln Secco - São Paulo, 2021.

Tese (Doutorado)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. Departamento de História. Área de concentração: História Econômica.

1. Questão Social. 2. lutas sociais. 3. ideologia. 4. Revolução Burguesa. 5. República Velha. I. Secco, Lincoln, orient. II. Título.

Nome: Carlos Fernando Quadros

Título: A emergência da Questão Social: estudo sobre formas ideológicas em uma conjuntura de agitações sociais e perturbações políticas (Brasil, 1914-1922)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Econômica da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para a obtenção do título de Doutor em História Econômica.

Aprovado em:

Banca Examinadora:

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

## SUMÁRIO

|  |            |
|--|------------|
| <b>Resumo</b>  | <b>6</b>   |
| <b>Abstract</b>  | <b>7</b>   |
| <b>Introdução</b>  | <b>8</b>   |
| <br>   |            |
| <b>I – UMA REVOLUÇÃO BURGUESA EM PROCESSO</b>  | <b>46</b>  |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo I – Acumulação primitiva, café e violência: a ordem oligárquica em tempos de Belle Époque burguesa</b>                 | <b>48</b>  |
| 1.1 América Latina: vinculação ao mercado mundial, apropriação de terras e organização do Estado nacional                          | 48         |
| 1.2 A ascensão do café e o embrião industrial  | 53         |
| 1.3 Hegemonia oligárquica e imperialismo   | 59         |
| <br>   |            |
| <b>II – A FORMAÇÃO DAS COLETIVIDADES</b>   | <b>68</b>  |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo II – O protesto operário: rumo à revolução social vai, alfim, à humanidade</b>   | <b>68</b>  |
| 2.1 Primeiros esforços   | 68         |
| 2.2 <i>A Vida</i>  | 110        |
| 2.3 As greves de 1917: contradições em três tempos   | 128        |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo III – A situação dominante: aurora oligárquica, gestação burguesa e uma questão no ar</b>                              | <b>153</b> |
| 3.1 A aurora oligárquica: afirmação de uma <i>forma mentis</i>   | 153        |
| 3.2 A questão social oculta: a gestação burguesa   | 171        |
| 3.3 A questão social em revelação: o problema das greves   | 178        |
| <br>   |            |
| <b>III – AS RESPOSTAS À QUESTÃO SOCIAL</b>   | <b>193</b> |
| <br>   |            |
| <b>Capítulo IV – Anarquismo e Maximalismo: a transformação social torna-se cada dia mais urgente, mais necessária, mais humana</b> | <b>198</b> |
| 4.1 A “batalha local da grande e universal guerra de classe dos nossos dias”: projetos de organização e insurreição                | 198        |

|   |            |
|---|------------|
| 4.2 A denúncia militante à questão social <i>aos olhos das classes dominantes</i> | 226        |
| 4.3 Anarquistas x maximalistas: disputas no seio do Comunismo Anarchico           | 242        |
| <b>Capítulo V – Liberalismo e autoritarismo</b>                                   | <b>307</b> |
| 5.1 Ligas: modernização militarista e disciplina do trabalho                      | 308        |
| 5.2 As origens do pensamento autoritário e a questão social                       | 350        |
| 5.3 A reação católica e a questão social  | 368        |
| <b>Considerações Finais</b>   | <b>388</b> |
| <b>Fontes</b>   | <b>394</b> |
| <b>Referências Bibliográficas</b>   | <b>401</b> |

## RESUMO

Esta tese trata de um momento decisivo no longo processo de Revolução Burguesa no Brasil. É pressuposto, para uma vasta bibliografia, que uma série de alterações estruturais, com expressão na economia, política, cultura e sociedade brasileiras, ocorreram no longo período de 1850-1945. Neste sentido, é argumento aqui que variadas transformações substanciais deste período histórico adquirem nítida expressão entre os anos de 1914-1922, recorte temporal adotado para a análise. Em uma conjuntura de acentuação de fatores estruturais da economia brasileira, especialmente de sua dependência em relação ao centro do sistema capitalista, este foi o momento tanto de greves generalizadas em diferentes centros regionais quanto de iniciativas de insurreição organizada de setores da classe trabalhadora, bem como de tentativas de resposta de setores da classe dominante à chamada Questão Social, termo que designava variados problemas emergentes relativos à formação de uma realidade urbana e industrial. No referido processo, distintas classes e setores sociais engajaram-se na formulação de respostas aos problemas historicamente postos então. O objetivo desta tese é compreender a formação de coletividades sociais e políticas no bojo deste processo, e o processo de tentativa, por diferentes personagens, de responder aos dilemas emergentes com a Grande Guerra. Com atenção na configuração e processualidade histórica brasileira de então e na própria inserção desta realidade em um mundo em transformação, são investigados textos em periódicos, livros, opúsculos e pronunciamentos políticos nos quais encontram-se tanto manifestações de posições de classe diante de sua realidade quanto iniciativas de interpelação e constituição de diferentes sujeitos sociais a partir deste posicionamento de classe no conflituoso terreno das lutas sociais. Neste sentido, evidencia-se em um período concentrado a formulação de diferentes respostas ideológicas à uma conjuntura de crise, as quais atuaram então e seguiram como ressonância na medida em que os problemas que as ensejaram seguiram vicejando, ainda que com novas formas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Questão Social; lutas sociais; ideologia; Revolução Burguesa; República Velha

## **ABSTRACT**

This thesis deals with a decisive moment in the long process of the Bourgeois Revolution in Brazil. It is assumed, for a vast bibliography, that a series of structural changes, with expression in the Brazilian economy, politics, culture and society, took place in the long period of 1850-1945. In this sense, it is argued here that several substantial transformations of this historical period acquire clear expression between the years 1914-1922, a time frame adopted for the analysis. In a context of accentuation of structural factors in the Brazilian economy, especially its dependence on the center of the capitalist system, this was the time for both widespread strikes in different regional centers and organized insurrection initiatives by sectors of the working class, as well as of attempts to respond by sectors of the ruling class to the so-called Social Question, a term that designated various emerging problems related to the formation of an urban and industrial reality. In that process, different social classes and sectors engaged in formulating answers to the problems historically posed then. The objective of this thesis is to understand the formation of social and political collectivities with the Proclamation of the Republic, and the process of trying, by different characters, to respond to the dilemmas that emerged with the Great War. Paying attention to the Brazilian historical configuration and procedurality and to the insertion of this reality in a changing world, texts in periodicals, books, pamphlets and political pronouncements are investigated in which there are both manifestations of class positions in face of its reality and initiatives of questioning and constitution of different social subjects from this class positioning in the conflicting terrain of social struggles. In this sense, it is evident in a concentrated period the formulation of different ideological responses to a situation of crisis, which then acted and continued as a resonance as the problems that gave rise to them continued to flourish, even if with new forms.

**KEYWORDS:** Social Question; social struggle; ideology; Bourgeois Revolution; Old Republic



## Introdução

### I

As primeiras linhas de *A crise do mundo moderno*, livro do Padre Leonel Franca, vindo a lume em 1941 pela José Olympio Editora, são pontuadas por imagens catastróficas. Dedicar-se o autor a discorrer sobre o ponto culminante de seu estudo, que é *a crise moderna*, título do capítulo introdutório. Narra claramente que, após uma série de indícios do que seria um futuro alvissareiro, apenas sobrava a ruína ao Ocidente:

Após as esperanças ilusórias do século XIX, a decepção dos nossos dias. A geração de ontem fôra embalada com os idílios de um otimismo confiante e satisfeito. A fé na solidez da nossa civilização era inabalável. Definitivas as conquistas da ciência, posta para sempre a serviço do bem estar humano. De par com a prosperidade material elevar-se-ia a grandeza moral da nossa raça. Por uma lei infalível da evolução histórica, ao egoísmo da barbarie primitiva ir-se-ia substituindo o altruísmo destinado a transformar a convivência social num verdadeiro paraíso terrestre. O diagrama do progresso não se concebia senão como uma curva ascensional de desenvolvimento indefinido. Hoje, outro é o panorama. A grande guerra de 1914 sacudiu até aos alicerces toda a arquitetura da civilização ocidental. Começou a história trágica dos desmoronamentos e ainda não se amontoaram todas as ruínas.<sup>1</sup>

O Padre Leonel Franca destaca, na primeira nota do texto, que este diagnóstico, na verdade, já havia sido elaborado em 1938: “Este capítulo escrito em fins de 1938 já não corresponde à situação atual. Não quisemos, porém, modificá-lo. Os acontecimentos posteriores, conhecidos por todos, confirmam terrivelmente as considerações nele explanadas”<sup>2</sup>. O mundo novamente em chamas e as pilhas de cadáveres pareciam, de fato, confirmar as suas previsões. Como escrito poucas páginas depois:

[...] no horizonte turvo, surge, ameaçador, com o cortêjo de graças sem nome e sem medida, o espectro sanguinolento da guerra. Por toda a parte, na vida interna dos povos como nas suas relações exteriores, é uma atmosfera de incerteza, de insegurança, de ansiedade angustiosa. Parecem vacilar-nos sob os pés os fundamentos todos de uma civilização que se julgava imortal.<sup>3</sup>

---

<sup>1</sup> Não é acaso o fato do autor exemplificar tal otimismo – o qual, por vezes, afirma, “[...] atinge as ráias de um entusiasmo religioso de caráter apocalítico” –, em nota de rodapé, a partir das ideias da sociologia com inspiração em Spencer e Comte. Cf: FRANCA, Padre Leonel. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941. pp. 3-4

<sup>2</sup> Ibidem, p. 6.

<sup>3</sup> Idem.

O curto capítulo tem por marca as demonstrações de onde e como vinha se manifestando a crise civilizacional que, de acordo com o Padre Franca, fora inaugurada com a grande guerra de 1914: desequilíbrio econômico, desarticulação da estrutura da organização social, “Crise de instituições; inquietação das almas. O mundo interior das consciências não padece menos nas suas dilacerações íntimas que o mundo externo das relações sociais nas suas divisões fraticidas”<sup>4</sup>. É uma *crise* de ordem geral a que retrata o autor, “um mal agudo e generalizado”:

Não estamos ainda a fazer uma diagnose para descobrir as origens do mal; queremos apenas averiguar-lhe a existência. Não indagamos as causas; registamos o fato. E o fato tão patente se nos antolha que não ha como escurecer-lhe a realidade. Proclamam-no com voz unânime os observadores de todos os quadrantes intelectuais e de todas as observâncias filosóficas. Políticos e sociólogos, literatos e juristas, médicos e historiadores, cada qual, atravez de sua ótica especializada, discerne o estado crítico da nossa civilização e denuncia-lhe a gravidade.<sup>5</sup>

Para além dos intelectuais citados por Franca em sua discussão – de Oswald Spengler, autor de “livro sensacional”, a Bergson, Sombart, Maritain e Benda – esta consciência de uma crise também se manifestou nas letras brasileiras a partir da hecatombe inaugurada em 1914. Letras essas impressas nos mais diversos suportes, dos jornais aos livros. Não à toa, no bojo do conflito que engolfava variadas nações, a *Nação enquanto problema* emergia nos debates brasileiros. Nesse ínterim:

Através da retórica nacionalista, alguns setores da intelectualidade procuraram encontrar soluções para os problemas criados pelas transformações do período. As soluções se revelavam bastante conservadoras, assentadas em propostas de caráter reformista. Palavras como “regenerar”, “reformatar”, “recuperar” tornaram-se freqüentes em artigos e textos do período, o que evidencia, portanto, a preocupação com certas modificações, tidas como necessárias, para a manutenção do regime republicano-federativo. A noção de “crise”, veiculada em artigos do jornal *O Estado de São Paulo* desde 1915, revelava que, aos olhos de intelectuais próximos às classes dominantes, ia ocorrendo uma desestruturação de ordem “harmonicamente” estabelecida no passado. A situação, tanto a nível internacional quanto nacional, lhes parecia em desordem. Cabia, segundo eles, aos indivíduos possuidores do “saber” encontrar uma solução.<sup>6</sup>

São bem conhecidas as consequências críticas da Grande Guerra (1914-1918) à economia brasileira e as perturbações sócio-políticas daí advindas. Destas perturbações, um novo ator social: o proletariado urbano (a lembrar os “espasmos” dos trabalhadores rurais) e a

---

<sup>4</sup> Ibidem, pp. 4-6.

<sup>5</sup> Ibidem, pp. 7-8.

<sup>6</sup> LEVI-MOREIRA, Silvia. “Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924)”. IN: *Revista de História*. N. 116, São Paulo, 1984. p. 69.

presença oblíqua dos setores médios. É neste caldo que a intelectualidade da classe dominante expressa desconfortos variados e a necessidade de soluções conservadoras assentadas em propostas reformistas, como citado acima. Nas suas manifestações, a consciência de que a ordem oligárquica construída e sustentada nas últimas décadas dava sinais, com a concorrência de fortes ventos e turbulências estrangeiras, de abalo. Algo precisava ser feito, portanto.

## II

O tratamento crítico da temporalidade é uma das marcas distintivas do conhecimento histórico. A perspectiva da totalidade também é, ou deveria ser, um elemento constitutivo de tal saber científico. Não é sem razão que, a partir de diferentes perspectivas, matizes e tradições, historiadoras e historiadores dedicaram seus melhores esforços em torno de tais dimensões. A reflexão em torno da distinção qualitativa entre séculos *cronológicos* e séculos *históricos*, empreendida por Carlos Antonio Aguirre Rojas, sintetiza bem o problema – em que se articulam temporalidade e totalidade – posto ao que chama de “*historiadores críticos*”. O intelectual mexicano argumenta que, aos tais historiadores críticos, é de pequena importância a datação estrita dos calendários e as datas “redondas”. A noção de temporalidade própria à História científica é mais complexa que a concepção newtoniana de tempo, compreendendo:

[...] um tempo social-histórico composto por múltiplas durações, um tempo complexo, diverso e variável quanto a seus ritmos, densidades, medidas, cortes, durações e articulações diversas. Além disso, um tempo que, a rigor, se revela na mesma medida dos fatos, fenômenos e processos sociais que estudam tanto os cientistas sociais quanto os historiadores.<sup>7</sup>

Assumindo-se o caráter central que tempo e totalidade assumem no labor histórico, tampouco é de estranhar que sejam desafios no exercício de tal ofício. É neste sentido que Aguirre Rojas, adicionando concretude à sua reflexão, põe em discussão as interpretações históricas de maior destaque dedicadas ao século XX. Questiona: “*Breve, longo ou muito longo?*”.

A primeira compreensão, como sabido, deve-se a Eric Hobsbawm e sua *Era dos extremos*, obra na qual entende que os noventa, ao contrário do “longo século XIX” que

---

<sup>7</sup> AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Para compreender o século XXI*. Uma gramática de longa duração. Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo Fundo: UPF, 2010. pp. 9-10.

havia tratado em sua célebre trilogia “das *Eras*”, teria uma curta duração, de pouco menos de oitenta anos. A sua baliza, como demonstra Aguirre Rojas, é o processo de emergência, consolidação e crise de um projeto socialista global (encampado por um movimento comunista) radicalmente oposto à ordem capitalista. Emergente na conjuntura crítica da Grande Guerra, seu ocaso se dá com a dissolução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) nas últimas semanas de 1991, momento que se abre uma nova época histórica.

Na segunda interpretação, destacam-se os nomes do sociólogo Immanuel Wallerstein e do historiador econômico Giovanni Arrighi. Para eles, o fator fundamental a dotar o sentido daquela centúria é a hegemonia norte-americana, processo longo que remonta à década de 1870, quando cessa o auge da dominância capitalista dos ingleses, emergindo assim a disputa entre Alemanha e Estados Unidos da América (EUA), e ainda inconcluso pois, de acordo com as suas leituras pautadas na teoria dos ciclos econômicos de Kondratiev, a circunstância em que os EUA se colocam como potência hegemônica tende a durar até 2025 ou 2050.

O último dos entendimentos, de um “*muito longo*” século XX, é esposado pelo próprio Carlos Aguirre Rojas, que, com inspiração nas interpretações de Fernand Braudel (ele mesmo um proponente de interpretação assemelhada em torno do século XVI), acredita que os marcos fundamentais de tal época histórica situam-se entre as revoluções europeias de 1848 e alguma data futura entre 2030 e 2050 – no que se assemelha, vale destacar, à leitura anterior de um longo século XX. O sentido do período, afirma, deve-se à “*linha descendente do projeto da modernidade burguesa*”, projeto este iniciado com a descoberta do Novo Mundo em 1492 – “*início da ‘era do capital’*”, para Karl Marx – e cuja decadência inicia-se no já citado ano de 1848, momento no qual “[...] o conjunto de tarefas históricas que correspondem a esse período histórico da modernidade capitalista burguesa já se realizou, chegando a seu ponto qualitativo de culminação histórica quando, no nível geográfico, a presença da civilização europeia capitalista tornou-se *mundial*”<sup>8</sup>.

O essencial, ao propósito do estudo aqui em apresentação encontra-se, mais do que nas três concepções postas em revista pelo historiador mexicano, nos problemas que este traz para discutir a questão da temporalidade própria ao século XX histórico:

Qual seria a característica dominante e essencial do século XX, o processo central que nele teve lugar e que, em consequência, dá sentido a todos os demais processos e fenômenos deste mesmo século? Qual a chave mestra para a compreensão global

---

<sup>8</sup> Ibidem, pp. 11-18.

desse momento histórico fundamental?<sup>9</sup>

A partir destas questões, é possível à historiografia brasileira pensar a temporalidade de sua realidade local – sem jamais olvidar a sua inserção global. Quais os marcos temporais do século XIX ou XX *no e do* Brasil? Possuem plena correspondência com aqueles da interpretação global do sistema capitalista? O quanto estes marcos globais determinam os particulares à realidade brasileira? Outros marcos temporais também podem ser postos em revista a partir desses problemas.

Nesse sentido, é cabível pensar a realidade histórica do Brasil a partir das chaves que inspiraram os historiadores citados por Aguirre Rojas, sintetizando as questões que o mesmo coloca, a partir de uma terminologia presente em seu texto e cara ao pensamento social brasileiro: qual o *sentido* de sua História? Não é difícil recordar do célebre primeiro capítulo escrito por Caio Prado Jr. ao seu *Formação do Brasil contemporâneo*. Assim afirmava:

Todo povo tem na sua evolução, vista à distância, um certo “sentido”. Este se percebe não nos pormenores de sua história, mas no conjunto dos fatos e acontecimentos essenciais que a constituem num largo período de tempo. Quem observa aquele conjunto, desbastando-o do cipoal de incidentes secundários que o acompanham sempre e o fazem muitas vezes confuso e incompreensível, não deixará de perceber que ele se forma de uma linha mestra e ininterrupta de acontecimentos que se sucedem em ordem rigorosa, e dirigida sempre numa determinada orientação. É isto que se deve, antes de mais nada, procurar quando se aborda a análise da história de um povo, seja aliás qual for o momento ou aspecto dela que interessa, porque todos os momentos e aspectos não são senão partes, por si só incompletas, de um todo que deve ser sempre o objetivo último do historiador, por mais particularista que seja. Tal indagação é tanto mais importante e essencial que é por ela que se define, tanto no tempo como no espaço, a individualidade da parcela da humanidade que interessa ao pesquisador: povo, país, nação, sociedade, seja qual for a designação apropriada no caso. É somente aí que ele encontrará aquela unidade que lhe permite destacar uma tal parcela humana para estudá-la à parte. O sentido da evolução de um povo pode variar; acontecimentos estranhos a ele, transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura, ou mesmo ambas estas circunstâncias conjuntamente, poderão intervir, desviando-o para outras vias até então ignoradas.<sup>10</sup>

Entendendo-se o *sentido* como uma baliza fundamental ao exercício de definição da temporalidade de um dado fenômeno, não é de pouca relevância ao estudo histórico os momentos nos quais tal “sentido da evolução de um povo pode variar” – os “acontecimentos estranhos” e “transformações internas profundas do seu equilíbrio ou estrutura”. É nesta ordem de questões que a presente Tese se inscreve. Em uma primeira e abrupta explicitação: como emerge a ordem capitalista no Brasil, a partir de quais processos e, especialmente, quais

---

<sup>9</sup> Ibidem, p. 11.

<sup>10</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo* (Colônia). São Paulo: Martins, 1942. p. 13.

“acontecimentos estranhos” concorrem em tal processo? Quais as transformações profundas se operam naquele aparente “equilíbrio”, anterior àquela ordem (estrutura e dinâmica sistêmica)?

Em relação às questões dos parágrafos anteriores em torno da periodização histórica brasileira, não escapa à leitura do pensamento social desenvolvido nestas terras que uma dada ordem de problemas acompanhou *pari passu* o seu próprio desenvolvimento enquanto um campo de conhecimento delimitado, estabelecido institucionalmente etc. Se aqui ainda não se faz presente uma maior base concreta a sustentar a argumentação, cabe por ora, tomar como hipótese que termos indicativos das noções de *modernidade*, *modernização*, *desenvolvimento*, *progresso* e afins cumpriram papel destacado tanto naquela reflexão em torno da realidade brasileira, quanto nas próprias iniciativas de intervenção nessa. Conceitos de forte cariz temporal, em grande medida vinham a significar uma demanda por desenvolvimento (econômico, político, social etc.), não raro através da indução do estado (em qual grau e profundidade a variar), e a necessidade de inserção em uma determinada ordem, na qual se assume que o Brasil, quando não de todo ausente, é meramente peça subordinada, e ali deve galgar lugar. Aquela terminologia, com o amplo leque de significados que comporta, significava, em suma, que algo deveria ser feito em direção a transformar a realidade brasileira. Para qual direção e de que forma, dependia dos interesses e orientações dos envolvidos. Porém, o que interessa é: havia uma ordem de problemas comuns a nortear os principais debates nacionais. Quiçá seja esta necessidade compartilhada, e alvo de disputas, o sentido que marcou o *histórico século XX brasileiro*.

Atenção no sentido conflituoso presente no fenômeno. Afinal, reafirma-se, as formas, direções, protagonistas etc. do processo a realizar variavam de acordo com cada força social. Neste sentido, neste longo processo de tomada de consciência ensejado por transformações globais e no próprio espaço brasileiro – a serem discutidas com o rigor necessário em espaço oportuno depois –, cabe destacar o papel da ação política como via privilegiada ao conhecimento de sua história. Ação política esta que expressava, em um grau maior de determinação, a luta de classes. É assim que se entende este período longo (com o qual a aproximação mais concreta se dará no primeiro capítulo), o qual é aqui estudado a partir de seu primeiro momento, de definição das grandes linhas de força histórica – hipótese esta também enunciada com maior definição no primeiro capítulo e, posta à teste, no desenrolar da Tese – nas quais a questão retornará a povoar as consciências e manifestar-se no âmbito das ideologias a partir das particularidades de cada período deste nosso século XX.

### III

Confrontado com o desafio de dar conta (para audiências radiofônicas) das causas da devastadora guerra total desencadeada pelo assassinato do arquiduque austríaco Francisco Ferdinando, que transformou o quadro europeu por completo, inaugurando em termos globais o século XX *histórico*, o crítico literário italiano Luciano Canfora – em uma abordagem a partir do ponto de mudanças múltiplas que se condensava no ano de 1914 – assim refletiu:

A partir de um ano marcante, de um assim chamado “epocal”, pode-se marchar para frente ou para trás; isso não é um jogo abstrato, é o problema dos problemas para os historiadores que seguem a diacronia, o suceder-se dos acontecimentos. Já para os historiadores à antiga, esse era um grande problema, e eles se colocavam a seguinte questão: como poder estabelecer que um acontecimento contém dentro de si todas as causas que o geraram? O relato pode partir daquele acontecimento, ou será necessário voltar para trás? E até que ponto? Grande problema esse, que eles resolveram de duas maneiras que a nós podem parecer um tanto ingênuas: por um lado, eu começo meu relato a partir do fim, de onde se interrompe o relato de quem veio antes de mim; ou então começo a partir de “Adão e Eva”, ou seja, de um ponto de início mítico, muito distante, tal como fez Tito Lívio, que começou pela fundação de Roma e depois foi chegando devagar a seu próprio tempo, encadeando os fatos numa sequência contínua de causas e efeitos.<sup>11</sup>

As primeiras linhas da digressão de Canfora explicitam valiosos e permanentes questionamentos para a ciência histórica. Antes de tudo, a existência de momentos *marcantes*, “marcadores de épocas”; no caso em tela, um ano específico. Avançando mais no problema, o autor aventa a possibilidade de que “[...] um acontecimento contém dentro de si todas as causas que o geraram”. Não é o seu único convite a pensar historicamente nesse texto. Partindo do consenso de que 1914 foi um *momento decisivo* – tudo, menos fortuito e desimportante -, questiona as razões de tal avaliação:

1914 costuma ser indicado como o ano fatal da história da Europa e do mundo do século XX; a discussão sobre a importância extraordinária desse ano vem de longa data. De qualquer maneira, uma vez que se decidiu relatar os fatos daquele ano e os eventos que se seguiram, é oportuno repensar, ainda que brevemente, naquela avaliação de por que algo marca uma época.<sup>12</sup>

Não é difícil, à leitora e leitor no Brasil, estabelecer comparações com transformações de profundidade também em suas terras. Este solo também foi marcado por seus *anos fatais*, o que, assim como Canfora constata em relação ao cenário europeu, também veio a suscitar

---

<sup>11</sup> CANFORA, Luciano. *1914*. São Paulo: Edusp, 2014. p. 29.

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 21.

“discussão de longa data”. Ainda seguindo os seus passos, cabe avaliar “por que algo marca época”. Antes de tudo, é necessário explicitar quais seriam tais marcos no que toca a história brasileira.

É possível recordar variadas efemérides. O ano de 1822, marco da independência política brasileira em relação a Portugal, não é ignorável, vide as tantas celebrações dos variados governos de ocasião em seus aniversários. No mesmo sentido, tanto 1888 quanto 1889 também são objetos de construção e disputa de memória destacáveis. Já 1964, por sua vez, provavelmente seja a data síntese que mais calorosa polêmica suscite *hoje*, um período em que o Brasil inegavelmente atravessa uma considerável crise orgânica. Não obstante, nenhum destes momentos deve ter fomentado tamanho gasto de tinta e sangue quanto a discussão intelectual e as disputas políticas concretas em torno do ano de 1930 e o seu legado. Uma breve visita aos debates suscitados em torno dessa questão é o suficiente para demonstrar que esse marco temporal constituiu *um ano fatal* de nossa história, assim como 1914 foi para os europeus (pode-se argumentar que, em realidade, o caráter decisivo do processo inaugurado então é de abrangência global).

O melhor das Ciências Sociais, da política e da historiografia brasileira dedicou a sua atenção em torno de alguma posição sobre este marco. As efemérides são eventos particularmente ricos para constatar as transformações em sua apreciação, muito mais reveladoras de seu desdobrar contemporâneo do que do ocorrido em si no que seria um passado estanque. O cinquentenário dos ocorridos em Outubro de 1930 constitui um exemplo importante, nesse sentido.

Eram aqueles os anos em que a ditadura militar inaugurada em abril de 1964 mostrava claros sinais de debilidade: era notória a retomada de ações massivas e combativas de importantes setores da classe trabalhadora brasileira, bem como de outros atores sociais em menor evidência até então – processo manifesto, inclusive, na cristalização de novas formas de organização política –, em demonstração pública de inconformidade com o regime político e seus deletérios efeitos na sua vida material concreta e possibilidades de atuação; era ao mesmo tempo a conjuntura na qual a ditadura vinha sendo mais e mais abandonada também pelos seus apoiadores de primeira hora, descontentes especialmente com os rumos de sua política econômica. O acelerado movimento de acumulação de capital unia ambos os polos desta relação. As suas raízes deitavam no modelo de desenvolvimento – agora em xeque – inaugurado no controverso governo de Getúlio Vargas. É nesse quadro que a rediscussão em



torno de 1930 adquire contornos reveladores. Veja-se o caso do jornal *Movimento*, por exemplo.

Veículo da chamada imprensa alternativa, espaço de resistência e atuação destacado nos anos finais da ditadura, estampava, na capa de sua edição de número 277, a seguinte questão: “*Qual o verdadeiro significado de 1930?*”. Indício da importância desse problema é dedicar o maior espaço da referida edição para discuti-lo, convidando distintos intelectuais para posicionarem-se, bem como inventariando o desenrolar dos eventos que configuraram aquele processo. O texto de síntese que é dedicado ao tema, em introdução aos especiais, demonstra a relevância e complexidade do assunto que fomentou a mobilização de tamanho aparato:

[...] a composição heterogênea da frente que se formara em torno do coronel estancieiro Vargas, teria que levar às agudas lutas que marcam os anos 30 e 40. Através dessas lutas, o movimento de 30 ultrapassa a intenção original de seus patrocinadores de fazer meros rearranjos na economia agrário-exportadora e na dominação oligárquica; os governos Vargas acabam realizando verdadeiras transformações burguesas no Estado, na economia e na cultura, embora de forma limitada e autoritária. É essa feição complexa e contraditória do movimento de 30 que suscita até hoje vivos debates; mas lhe dá também toda sua atualidade, pois no fundo se trata de compreender as origens, as formas e as perspectivas do desenvolvimento capitalista no Brasil.<sup>13</sup>

Atenção também no que expressavam os especialistas convidados. Eram quatro: Jacob Gorender, Edgard de Decca, Sérgio Silva e Eli Diniz. Os dois primeiros, historiadores; Sérgio Silva, economista, Eli Diniz, por sua vez, cientista política. Gorender era um historiador autodidata com longa trajetória militante nas fileiras comunistas. Os outros intelectuais tinham filiações institucionais em distintas universidades, espaço que vinha congregando tal atividade, configurando inclusive novas possibilidades e limites à mesma. As suas diferentes apreciações do fenômeno revelam um tanto da razão do mesmo “*oprimir o cérebro dos vivos como um pesadelo*”.

A entrevista com Jacob Gorender é a primeira a figurar nas páginas de *Movimento*. O historiador é irredutível: no Brasil de 1930 não ocorreu revolução alguma. Não, de acordo com o “*conceito marxista de revolução*” que afirma adotar – a saber, necessariamente “*uma transformação profunda*” tanto na base econômica quanto na própria natureza do Estado. Se não acredita que ocorreu uma revolução a partir desse parâmetro (afinal, não teria ocorrido

---

<sup>13</sup> PEREIRA, Duarte. Cai a Velha República. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 9.

uma substituição no âmbito das relações de produção, tampouco no que toca as classes sociais no poder), não nega a importância do movimento<sup>14</sup>, que precisa a seguir:

**Movimento** – Mas qual foi essa importância de 30?

**Jacob Gorender** – A importância é que cessou o domínio, no poder do Estado e também na economia do país, do setor cafeeiro dos grandes proprietários rurais. Essa chamada oligarquia cafeeira já constituía, há alguns anos, um estorvo ao desenvolvimento econômico do Brasil. Dificultava o desenvolvimento da indústria, a expansão do mercado interno, a diversificação da economia nacional e exigia de todo país um pesado tributo para sustentar exclusivamente o setor do café. Esta não era, evidentemente, a situação do início do século. Então, o setor do café ainda não era um estorvo. Passou a sê-lo claramente nos anos 20. Este é o substrato mais profundo de todos os movimentos rebeldes e agitações populares que caracterizaram toda a década de 20 do século atual. A primeira função do movimento de 30 foi, digamos assim, destrutiva: por abaixo o setor cafeeiro dos latifundiários. Nisso o movimento foi ajudado pela crise mundial deflagrada em 1929, o que provocou uma queda drástica das exportações brasileiras de café e de peões de todo o mundo.<sup>15</sup>

O historiador refuta a tese de que uma revolução burguesa teria então ocorrido, afinal, não só os mais destacados setores da burguesia brasileira de então estiveram aliados com a candidatura de Julio Prestes, quadro paulista apoiado pelo presidente Washington Luiz, como encontravam-se bem alinhados com setores latifundiários. Coube a frações dissidentes destes (mais vinculadas ao mercado interno), inclusive, ocupar as novas funções de Estado com a movimentação de Outubro de 1930.

O economista Sérgio Silva, por sua vez, traz apreciação distinta do fenômeno. Não deixa de considerá-la um *marco*, um momento relevante de “[...] transformação política que mudou radicalmente o exercício do poder”. Gorender, a que pese as suas ressalvas sobre o conteúdo do processo, não diminuiu a sua importância, como se percebe na citação pouco acima. Sérgio Silva dá maior relevo ao que seria, para além da mudança política já mencionada, a alterações de orientação econômica de relevo propiciadas a partir de 1930:

---

<sup>14</sup> “Adoto o conceito marxista de revolução, que é o de uma transformação profunda, sobretudo na base econômica da sociedade e na natureza do Estado. Para que se possa caracterizar uma revolução, é preciso que, na base econômica, haja a substituição de velhas por novas relações de produção. Em relação ao Estado, tem que haver a substituição das velhas classes sociais no poder por outras novas. Isso para resumir, porque, de fato, uma revolução atinge todas as esferas da vida social e não apenas estas duas a que me referi. Se examinarmos o que houve no Brasil em 1930, culminando com o movimento armado de outubro, verificaremos que a base econômica da sociedade ficou intocada. Mais de 70% da população viviam no campo. E o campo ficou à margem de todo esse processo político. No poder do Estado, a classe dos grandes proprietários rurais continuou sendo a classe líder. Por isso eu falo em movimento político-militar de 30, e não em revolução. Se considero que não houve revolução, não quero também, de modo algum, dizer que 1930 tenha sido uma página em branco. Foi de fato um movimento importante.” Cf: GORENDER, Jacob. Não houve revolução. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 12.

<sup>15</sup> Idem.

**Movimento** – A revolução de 1930 provoca algum salto qualitativo no processo de industrialização ou este segue com as características anteriores?

**Sérgio Silva** – O essencial na revolução de 30 foram as transformações políticas que ela operou, reorganizando o país politicamente. Mas suas medidas também podem ser consideradas fundamentais para a industrialização do país. Foi após a revolução que o país, líder da lista de produtos exportáveis, deixou de ser o núcleo central da economia, cedendo lugar para a industrialização.

**Movimento** – Diante disso tudo, acha correto continuar empregando o termo revolução para caracterizar o movimento de 1930?

**Sérgio** – Há muita variação em torno deste conceito de revolução. Se considerarmos que uma revolução é caracterizada por transformações radicais, básicas, não houve nenhuma em 1930. Porém, eu acho que aquele movimento foi responsável por uma transformação política que mudou qualitativamente a estrutura de exercício do poder. Nesse sentido, 30 é um marco. O baixíssimo conteúdo revolucionário do movimento se deve à limitada participação popular.<sup>16</sup>

A questão de uma “*limitada participação popular*” no movimento será revisitada, na entrevista seguinte, pelo então jovem historiador Edgar de Decca. A sua leitura é de radical desconstrução do processo tomado como um marco histórico. Para ele, trata-se de um *marco imaginário*, de interesse exclusivo das classes dominantes, tendo em vista “[...] ocultar outras alternativas que estavam em jogo”. Caberia diante disso realizar uma “*contra-história*”, desmontando aquela oficial e os marcos dela advindos<sup>17</sup>. Propunha, como já havia realizado em sua tese de doutorado, dar luz aos projetos de revolução *vencidos* em 1930 e deliberadamente apagados da memória e da História. De todo, mesmo o desejando, não pôde negar que *alguma* alteração para a classe trabalhadora o controverso processo ocasionou, ainda que enfatizando a derrota embutida nos seus parcos ganhos:

**Movimento** – Você acredita então que a revolução de 30 não foi, de modo nenhum, vantajosa para as classes trabalhadoras?

**Edgar** – É quase uma heresia, no meio de tanta glorificação, dizer um não absoluto. E ele realmente não é absoluto. A revolução de 30 é marcada pela legislação trabalhista e outras demandas que o poder outorga à classe operária. E o paradoxo dos anos 30 é que toda essa outorga por parte do poder constituído fora reivindicada pelos operários nos anos 20, embasados em idéias de autonomia de classe. Mas qual

---

<sup>16</sup> SILVA, Sérgio. Uma revolução burguesa. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 14.

<sup>17</sup> “**Movimento** – A seu ver, a chamada Revolução de 30 é um marco importante na história do Brasil? **Edgar de Decca** – Ela só tem importância sob o ponto de vista das classes dominantes, que construíram este marco. A revolução de 30 é um marco imaginário na luta de classes; um marco construído pelos vencedores para ocultar outras alternativas que estavam em jogo. O fato em si não existe. A própria luta de classes constrói muitas vezes o imaginário, que oculta a verdadeira dimensão dessa luta. E o imaginário mais contundente dessa época é justamente a revolução de 30. Veja: numa época em que a intenção revolucionária passava por todos os setores sociais, os vencedores só podiam dizer que fizeram uma revolução. É a forma pela qual o vencedor dissimula e apaga da História as outras revoluções que estavam em curso e pela qual os outros setores se mobilizavam. É a forma pela qual o vencedor tenta ocultar mais um capítulo da história da violência e da repressão no Brasil. Portanto, essa revolução é marco para as classes dominantes. Acho que não devemos mobilizar nosso arsenal teórico para saber se o que ocorreu em 1930 foi uma revolução ou não. O que temos a fazer é uma contra-história, para que esta história conhecida seja destruída, com todos os seus marcos construídos ideologicamente.” Cf: DE DECCA, Edgar. Um marco imaginário. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 15.

foi o preço cobrado pelo poder constituído para outorgar nos anos 30 parte daquilo que a classe operária apresentava em seu programa dos anos 20? Foi um preço muito alto: a repressão, a desarticulação, a perda de independência. A classe operária perdeu muito com a forma de controle que as classes dominantes passaram a exercer desde aquele momento, em nome da solução do problema operário no Brasil.<sup>18</sup>

Eli Diniz, cientista política e última entrevistada, aproxima-se das considerações de Sérgio Silva e traz uma reflexão bastante distinta da tecida por Edgar de Decca. No que toca o significado histórico de 1930, é enfática tanto no que toca a economia quanto o exercício do poder:

**Movimento** – Concluindo: cinquenta anos depois da Revolução de 30, como você definiria o seu significado histórico?

**Eli Diniz** – O significado histórico da revolução de 30 foi ter criado as condições para essa transição de um sistema agroexportador para um sistema de base urbano-industrial. Foi importante também pela incorporação de novos atores à arena política. Não só ao nível das elites dominantes – com a emergência das elites industriais e de outros grupos –, mas também com a incorporação das massas urbanas. E essa incorporação das massas urbanas vai ter uma importância decisiva principalmente depois da redemocratização de 45.<sup>19</sup>

A autora dedica a sua atenção aos aspectos de mudança então em processo, muito mais do que há de continuidade, ainda que não a negue. Ocorreram, afirma, transformações “[...] suficientemente fortes para mudar a face do país”<sup>20</sup>. O suficiente para declarar, com todas as letras, que 1930 foi, sim, uma revolução:

**Movimento** – Você considera então que 30 foi uma revolução no sentido sociológico do termo?

**Eli Diniz** – Foi. Ela não é uma revolução se você considerar que revolução é apenas o movimento que provoca mudanças estruturais profundas. Sob esse aspecto, ela não poderia ser classificada como revolução. Porém, ela introduziu modificações que tiveram bastante impacto ao nível político-institucional.<sup>21</sup>

---

<sup>18</sup> Idem.

<sup>19</sup> DINIZ, Eli. Mudou a face do país. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 16.

<sup>20</sup> “*Eu enfatizo mais a mudança do que a continuidade. Quer dizer: acho que as modificações ocorridas foram bastante significativas, embora não tenha havido uma ruptura radical com o passado. No essencial, aspectos básicos da sociedade brasileira permaneceram intocáveis. Os privilégios dos grupos econômicos dominantes tradicionais foram preservados, sem dúvida alguma. Ainda assim, as alterações ocorridas foram suficientemente fortes para mudar a face do país. De modo que eu me situaria entre os autores que encaram a revolução de 30 como acarretando uma mudança de natureza política bastante significativa. Essa mudança política tem a ver com uma maior complexidade da estrutura de poder, com a emergência de elites econômicas novas, que se inserem dentro da coalizão dominante ao lado das elites tradicionais.*” Cf: Idem.

<sup>21</sup> Ibidem.

Apesar das distintas posições, um fato bruto é inegável: algo se transformou com 1930, haja vista ter suscitado tamanha atenção<sup>22</sup>.

O âmbito da cultura constitui um exemplo importante nesse sentido. Transcorridos cinquenta anos de 1930, Antonio Candido, atento às mudanças culturais então suscitadas, assim escreveu:

O movimento de outubro não foi um começo absoluto nem uma causa primeira e mecânica, porque na história não há dessas coisas. Mas foi um eixo e um catalisador: um eixo em torno do qual girou de certo modo a cultura brasileira, catalisando elementos dispersos para dispô-los numa configuração nova. Neste sentido foi um marco histórico, daqueles que fazem sentir vivamente que houve um “antes” diferente de um “depois”. Em grande parte porque gerou um movimento de unificação cultural, projetando na escala da nação fatos que antes ocorriam no âmbito das regiões. A este aspecto integrador é preciso juntar outro, igualmente importante: o surgimento de condições para realizar, difundir e “normalizar” uma série de aspirações, inovações, pressentimentos gerados no decênio de 1920, que tinha sido uma sementeira de grandes mudanças.<sup>23</sup>

A sua concepção de *marco histórico*, neste trecho, possui rica proximidade com o que argumentou Luciano Canfora nos primeiros excertos citados. Enquanto Candido afirma a existência de uma *sensação viva* de que “[...] houve um ‘antes’ diferente de um ‘depois’”, o crítico italiano escreveu que 1914 “*marcou época*”, nada muito distinto, portanto. O essencial está no que Candido rapidamente explicita, algo que Canfora desenvolve lentamente em sua narrativa: “[...] o surgimento de condições para realizar, difundir e ‘normalizar’ uma série de aspirações, inovações, pressentimentos” que são anteriores, gestados em um período cujo caráter foi, e este é um termo forte, o de ser “uma sementeira de grandes mudanças”.

Retomando as trilhas de Luciano Canfora, cabe: a) refletir sobre a razão de algo ter *marcado época*; b) compreender as *razões* de tal acontecimento. Começa a aproximação do objeto específico deste Tese. Posto que 1930 é um *ano marcante*, mesmo um *ano fatal*, cumpre compreender a que corresponde a sua fatalidade (assumindo que, ao menos

---

<sup>22</sup> Boris Fausto em comentário sobre a bibliografia em torno da Revolução de 1930, a partir de outros elementos, mas no mesmo sentido geral com que se vem argumentando aqui, atentou para a relevância histórica da consciência dos agentes envolvidos em determinado processo como objeto legítimo de investigação – para muito além de se constatar, *post festum*, o erro ou acerto do que aqueles afirmavam sobre o que experimentavam: “*Um olhar arrogante poderia ironizar os programas de salvação nacional contidos naqueles escritos, esquecido de que o olhar arrogante do presente rapidamente se converte em passado. Prefiro assinalar que aquela gente tinha a percepção de estar vivendo novos tempos e, para bem ou para mal, não estava enganada.*” Cf: FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 26.

<sup>23</sup> CANDIDO, Antonio. “A Revolução de 1930 e a cultura”. IN: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017. p. 219.

brevemente, já se argumentou o caráter marcante do mesmo). É a hora de averiguar as suas origens. A partir de um prisma específico.

#### IV

A oligarquia enquanto classe dominante na formação social brasileira remete ao período de sua constituição como um Estado independente. Emília Viotti da Costa identifica os protagonistas da tomada do poder em 1822 enquanto: “[...] *fazendeiros, comerciantes e membros de sua clientela, ligados à economia de importação e exportação e interessados na manutenção das estruturas tradicionais de produção cujas bases eram o sistema de trabalho escravo e a grande propriedade.*”<sup>24</sup> A sua base material não seria de pequena importância ao seu comportamento político ulterior: defesa da manutenção da estrutura produtiva agrária, com ferrenha oposição a iniciativas modernizadoras ou de orientação industrialista, resistência aguerrida às pressões britânicas pela cessação do tráfico de africanos escravizados. Após as mudanças institucionais operadas entre 1888 e 1891, a persistência dos oligarcas (sejam os das regiões em decadência econômica, sejam os emergentes cafeicultores paulistas) em posições de poder no Brasil é fato ainda verificado, sendo indício relevante a discussão bibliográfica considerável suscitada pela questão nos primeiros anos da República<sup>25</sup>.

Classe social de domínio longo, não passava incólume às alterações de vulto verificadas já nos anos finais do Império e acentuadas nas primeiras décadas do século XX. Neste sentido, os quatro primeiros decênios de forma política republicana (*Primeira República, República Velha, “tempo do liberalismo excludente”* etc.) não raro são referenciados como o período histórico de “crise da dominação oligárquica”, dada a emergência paulatina de frações burguesas bem como a tomada do poder central, em 1930, por grupos oligárquicos dissidentes em relação aos tradicionais ocupantes da presidência.

---

<sup>24</sup> COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007. p. 11.

<sup>25</sup> O ensaísta Sílvio Romero, por exemplo, destacou o tema nas suas obras de cariz político, chegando a realizar, em maio de 1908, conferência de sistematização da matéria, publicada em livro no ano de 1910, sob o título *Provocações e debates*. Além deste clássico, Edgard Carone, estudioso do período, também atenta à contribuição de Valente de Andrade, com o livro *Evolução política: a queda das oligarquias; ensaio de crítica social*, obra vinda à lume cinco anos após *Provocações e debates*. A amplitude da bibliografia levantada por Carone é bastante considerável, o que comprova o argumento. As obras referidas pelo historiador comparecerão na Tese à medida de sua pertinência ao conhecimento da consciência crítica dos contemporâneos ao fenômeno histórico. Cf. ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates* (Contribuições para o estudo do Brasil social). Porto: Lello, 1910; ANDRADE, Valente. *Evolução política: a queda das oligarquias; ensaio de crítica social*. Pará: 1913; CARONE, Edgard. “Oligarquias: definição e bibliografia”. IN: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, Ano 12, número 1. Janeiro/Março de 1972. pp. 81-92.

Florestan Fernandes, atento tanto à já citada permanência oligárquica nos postos de mando nacionais quanto ao aparecimento de setores propriamente burgueses, apresenta uma leitura crítica diversa do mesmo processo, acentuando muito mais do que um colapso, a *transição* entre duas formas de dominação como o sentido histórico de tal momento:

A situação brasileira do fim do Império e do começo da República, por exemplo, contém somente os germes desse poder [burguês] e dessa dominação [burguesa]. O que muitos autores chamam, com extrema impropriedade, de crise do poder oligárquico não é propriamente um “colapso”, mas o início de uma transição que inaugurava, ainda sob a hegemonia da oligarquia, uma recomposição das estruturas de poder, pela qual se configurariam, historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. Essa recomposição marca o início da modernidade, no Brasil, e praticamente separa (com um quarto de século de atraso, quanto às datas de referência que os historiadores gostam de empregar – a Abolição, a Proclamação da República e as inquietações da década de 20), a “era senhorial” (ou o antigo regime) da “era burguesa” (ou a sociedade de classes).<sup>26</sup>

Período de “separação prática entre duas eras”, “início da modernidade no Brasil”, o final do Império e início da República é certamente um momento de forte significado no processo histórico nacional segundo a sua leitura sociológica. Não seria errado interpretar que se trata de um *momento decisivo*<sup>27</sup>. Germinar do poder e dominação de uma classe dominante, ainda sob a égide de outra, resultante na “recomposição das estruturas de poder”, é a fase de configuração e definição do que seriam – escreve-se aqui com a consciência da privilegiada visão retrospectiva característica ao historiador – os rumos futuros da História brasileira, dada a projeção que a classe, vitoriosa naquele caldo de contradições em choque, conquistará para

---

<sup>26</sup> FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987. pp. 203-204.

<sup>27</sup> O uso do termo “decisivo” enquanto um qualificativo para o período a que foi feita alusão no texto tem inspiração no subtítulo de duas obras de relevo no pensamento brasileiro da segunda metade do século XX: *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*, publicada por Antonio Candido em 1959; e *Da Monarquia à República: momentos decisivos*, de Emília Viotti da Costa, vinda à lume em 1977. O primeiro dos livros citados indica o sentido que aqui se intentou. Sendo então o objetivo fundamental de Antonio Candido discutir o surgimento no Brasil de “literatura *propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns*”, procurou identificar os momentos nos quais precisamente torna-se nítida a formação do referido sistema – uma articulação por denominadores comuns, como citado, algo mais do que apenas “manifestações literárias”, dispersas e não coesas –, ou seja, quando uma série de circunstâncias leva a um salto de qualidade na matéria tratada, de um fator passa-se a lidar com um todo, a partir do qual é possível apreender o sentido específico do recorte escolhido. Nessa linha, em uma tentativa de adaptação de seu argumento para o estudo histórico, é possível destacar períodos nos quais tensões articuladas emergem simultaneamente, em grande medida rompendo com as condições de um ordenamento anterior e anunciando um provável porvir diverso, como *momentos decisivos*, nos quais menos do que um sistema, ao menos nos casos aludidos no corpo do texto, há a formação de um quadro articulado entre uma conjuntura econômica, classes sociais e seus respectivos comportamentos políticos, cujo encadeamento permitem apontar um período ou época histórica de definição de tendências. Sendo a análise retrospectiva um dos privilégios do historiador, é mister reconhecer que tanto a gestação do Estado politicamente independente em 1822 quanto a série de manifestações nos anos 1920 foram momentos decisivos para todo o sentido de um razoável processo vindouro. Cf: CANDIDO, Antonio. Literatura como sistema. IN: \_\_\_\_\_. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000. pp. 23-25.

determinar a sua atuação no permanente “*conflito mais fundamental da arena social*”, qual seja, aquele pertinente à estrutura social, “[...] que proporciona o quadro regulador das práticas produtivas e distributivas de qualquer sociedade particular.”<sup>28</sup>.

Tarefa relevante à pesquisa histórica, nesse sentido, é justamente revelar como, em um período de transição, uma determinada classe social tornou-se vitoriosa no conflito decisivo em torno da dominação da estrutura social. Assim, também cabe investigar como as distintas classes sociais comportaram-se diante do desafio histórico da disputa em torno da regulação da produção e distribuição das riquezas sociais, como citado. É nesta ordem de problemas que se inscreve o presente estudo. O período de transição – marcado por uma classe que nascia e procurava estabelecimento não raro à revelia daquela então dominante –, com toda a carga que isso carrega, constitui um laboratório histórico fundamental para tal discussão. É um elemento rico para o estudo histórico, pois se implica que a transição, em dada medida, não pode se operar separada de alguma ordem de *crise*. Em termos ainda um tanto esquemáticos, a circunstância de gestação de uma configuração de poder específica à classe burguesa nos quadros de um regime ainda dominado pela oligarquia encetava contradições, as quais devem ser tomadas em processo, atentando ao ponto em que podem abrir um período em que se manifesta uma crise de caráter maior do que o conjuntural, momento cuja marca é a sensação de que o processo encontra-se acelerado, que uma mudança, se não se opera ainda, está por ocorrer brevemente:

As forças que explicam o fluxo da História não se revelam com facilidade. Inflexões inesperadas, longas estagnações, bruscas acelerações e, de novo, a terrível lentidão das mudanças que não vêm, até que se precipitam transformações vertiginosas, quase como uma surpresa. A História também conhece os movimentos de superfície e as transformações nas camadas mais profundas, encobertas. Toda transição tem a sua gestação e as suas dores de parto. Nestes tempos de mudança que são os nossos, aceitamos um conceito para esses momentos excepcionais, nos quais a velha ordem naufraga e aquilo que será mal se vislumbra. Dizemos que são tempos de crise.<sup>29</sup>

Também ressaltando a excepcionalidade dos momentos críticos, na introdução de seu estudo da insurreição escrava na ilha colonial de Demerara, a historiadora Emília Viotti da Costa vaticinou:

Crises são momentos de verdade. Elas trazem à luz os conflitos que na vida diária permanecem ocultos sob as regras e rotinas do protocolo social, por trás de gestos

---

<sup>28</sup> MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Ensaios de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008. p. 9.

<sup>29</sup> ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004. p. 15.



que as pessoas fazem automaticamente, sem pensar em seus significados e finalidades. Nesses momentos expõem-se as contradições existentes por trás da retórica de hegemonia, consenso e harmonia social.<sup>30</sup>

Com sentido semelhante, mas em relação a objeto distinto, a cultura dos gregos antigos, assim Randolph Stern escreveu: “*as situações de crise não eram só pontos-chave nos processos de mudança, mas também momentos de verdade no quais se elucidava o [verdadeiro] significado dos homens e dos acontecimentos*”<sup>31</sup>. O sentido rico que as crises possuem enquanto circunstância histórica explicativa de uma dada configuração ou tendência não escapou à atenção de Karl Marx, que atribuiu papel heurístico a elas em diferentes momentos de sua obra, ainda que sem ter qualquer texto que se debruçasse exclusivamente ao problema em si<sup>32</sup>.

Quando já atento à necessidade teórico-política de realizar a crítica da economia política burguesa, dominante e bem estabelecida, Marx então formulou aquela que, provavelmente, é a mais sintética de suas explicações sobre o fundamento das crises do sistema capitalista, a referente à contradição entre forças produtivas e relações de produção (fato verificado, historicamente, em conjunturas variadas). Não por acaso, o referido texto, o seu Prefácio à *Para a Crítica da Economia Política*, é considerado em sua fortuna crítica a condensação da *concepção materialista de História*, o que em si denota o papel fulcral das crises enquanto momento fundamental de um processo histórico. Mais do que isso, também teceu comentários sobre a expressão de tal conflito na *consciência*. Cabe verificá-lo:

[...] na produção social da própria vida, os homens contraem relações determinadas, necessárias e independentes de sua vontade, relações de produção estas que correspondem a uma etapa determinada de desenvolvimento das suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção forma a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se levanta uma superestrutura jurídica e política, e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência. O modo de produção da vida material condiciona o processo em geral

---

<sup>30</sup> COSTA, Emília Viotti. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. pp. 13-14.

<sup>31</sup> STERN, Randolph apud COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)*. Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009. p. 41.

<sup>32</sup> Não obstante ressaltar o fato do conceito de “crise” ser “problemático” na obra econômica de Marx, pois “[...] seu conteúdo não se determina imediata e completamente de uma só vez, definindo-se, ao contrário, de maneiras diversas ao longo dos textos [...]”, Jorge Grespan, especialmente atento a *O Capital*, destaca a “ligação profunda” entre os conceitos de “crise” e “capital” (este, “o tema fundamental da obra de Marx”, importância manifesta no fato de suas determinações constituírem o ponto a partir do qual “se desdobram as sucessivas etapas” com que o autor alemão concebeu sua *magnum opus*), dado: “[...] que o [conceito] de ‘capital’ é definido a partir de sua negatividade constitutiva e com que esta aparece recorrentemente através da ‘crise’”. Cf. GRESPAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx”. IN: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. p. 291.

de vida social, político e espiritual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser, mas, ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência. Em uma certa etapa de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas estas relações se transformam em seus grilhões. Sobrevém então uma época de revolução social. Com a transformação da base econômica, toda a enorme superestrutura se transtorna com maior ou menor rapidez. Na consideração de tais transformações é necessário distinguir sempre entre a transformação material das condições econômicas de produção, que pode ser objeto de rigorosa verificação da ciência natural, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, em resumo, as formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim. Assim como não se julga o que um indivíduo é a partir do julgamento que ele se faz de si mesmo, da mesma maneira não se pode julgar uma época de transformação a partir de sua própria consciência; ao contrário, é preciso explicar esta consciência a partir das contradições da vida material, a partir do conflito existente entre as forças produtivas sociais e as relações de produção.<sup>33</sup>

Há muito que se atentar no trecho acima. Atendo-se especialmente no que possa interessar à historiografia preocupada com os fenômenos referentes à *crise e transição* e sua expressão no âmbito das consciências – e, no caso mais específico deste estudo, ao período crítico marcado pela transição entre a “era senhorial” e a “era burguesa”, para retomar as considerações de Florestan Fernandes –, cabe destacar de início justamente a correspondência entre formas sociais *determinadas* de consciência e uma superestrutura (jurídica e política) ereta diante da totalidade das relações de produção. Esta determinação, das formas sociais de consciência, deve-se à base *material* da vida institucional em sociedade, em outras palavras, às *articuladas* relações de produção que constituem a estrutura econômica de uma determinada sociedade.

Neste sentido, atentando ao caso concreto brasileiro aqui em tela, não é por acaso a emergência de dados comportamentos políticos e expressões características destes – como a *revolução* – justamente em períodos nos quais é verificada uma alteração significativa na ordem tanto das relações de produção quanto das forças produtivas<sup>34</sup>. A emergência de setores da pequena-burguesia e do operariado à cena política propriamente dita, em seus devidos ritmos, é um fenômeno caudatário de tal processo.

---

<sup>33</sup> MARX, Karl. Prefácio a *Para a crítica da Economia Política*. IN: MARX, Karl. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes – A economia vulgar*. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982. pp. 25-26.

<sup>34</sup> “A realidade começou a ceder em vários pontos. A aparência de ordem que atraiu, facilmente, boa parte da sociedade nos últimos quinze anos, parece se esfacelar pela multiplicação ininterrupta das vozes desordenadas. A realidade cede e se revela. Ecos das vozes dos operários, estudantes, donas-de-casa, professores e muitos outros invadem na cena do social e nos oferecem a dimensão da diversidade da efetivação da própria história. São, na própria enunciação, demandas de poder, repercussões de lutas de uma sociedade que se institui e se revela ao mesmo tempo na sua divisão.” Cf: DE DECCA, Edgard. Op. Cit., 2004. p. 31.

Ainda com foco nas palavras de Marx, ressalte-se que o autor não hesita, no seu texto, a utilizar o forte termo “revolução social” – está atento, então, à contradição (verificada “*em uma certa etapa de seu desenvolvimento*”) entre forças produtivas materiais e as relações de propriedade/produção *onde até então se moveram*. Trata aqui da questão já aludida em outros autores: a *crise*. Assim, desenvolver reflexões em torno de períodos críticos a partir de suas considerações, no que toca a pesquisa aqui em desenvolvimento, implica atentar às pistas lançadas pelo autor em torno das formas de consciência nas circunstâncias históricas referidas como de “revolução social”. Sendo as formas de consciência determinadas pela base material, como argumentado nos parágrafos anteriores, o essencial agora é destacar que tais formas adquirem um caráter de outra qualidade em momentos críticos.

Nos casos de *revolução social*, simultaneamente à transformação verificada na *base econômica*, ocorre o transtorno na superestrutura – composta por *formas* jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas. Uma das tarefas historiadoras, nesse sentido, é a de *verificar o ritmo destes transtornos*, sem esquecer de destacar a distinção, em tal processo, entre a transformação da base econômica e as “*formas ideológicas pelas quais os homens tomam consciência deste conflito e o conduzem até o fim*”. Interpreta-se, com a leitura deste trecho, que há potencial para se discutir a relação articulada entre crise, consciência e formas ideológicas.

Antonio Gramsci, em suas muitas reflexões desenvolvidas nos anos em que esteve no cárcere da Itália fascista, orientou-se pelo referido Prefácio de *Para a Crítica da Economia Política*, em raciocínio que desenvolvia em contato com os escritos de Nicolau Maquiavel, para discutir a questão das *relações de força* em uma dada estrutura social bem como o momento que esta pode encontrar-se no que denominou como uma situação de *crise orgânica*. De acordo com o autor das “Breves notas sobre a política de Maquiavel”, o historiador que objetiva “[...] *chegar a uma justa análise das forças que atuam na história de um determinado período e determinar a relação entre elas*”<sup>35</sup> deve necessariamente lidar com o problema das relações entre estrutura e superestrutura. Baseado no já citado texto de Marx de 1859, Gramsci destaca os seguintes pressupostos: “1) *o de que nenhuma sociedade se põe tarefas para cuja solução ainda não existam as condições necessárias e suficientes, ou que pelo menos não estejam em via de aparecer e se desenvolver*; 2) *e o de que nenhuma*

---

<sup>35</sup> GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, p. 36.

*sociedade se dissolve e pode ser substituída antes que se tenham desenvolvido todas as formas de vida implícitas em suas relações [...]*<sup>36</sup>.

O pensamento desenvolvido originalmente por Marx é mobilizado por Gramsci tendo em vista a construção de novos princípios de “metodologia histórica”. A sua preocupação precípua, atento ao estudo de uma dada estrutura, é distinguir entre *movimentos orgânicos* (cuja duração é de caráter “relativamente permanente”) e *movimentos de conjuntura* (de duração distinta aos primeiros, pois “ocasionais, imediatos, quase acidentais”). O autor assume que os fenômenos de conjuntura *dependem* daqueles de caráter orgânico, o que em si é importante dentro de sua proposta metodológica, sendo de interesse no estudo aqui em desenvolvimento atentar à *diferença qualitativa* que interpreta entre ambos. É que os fenômenos orgânicos abrem caminho à *crítica histórico-social envolvendo os grandes agrupamentos*: a sua duração excepcional – já indicada acima – é indício de que *contradições insanáveis na estrutura* estão sendo reveladas em uma crise (nas palavras de Gramsci, tais contradições “*chegaram à maturidade*”), com os esforços das forças políticas engajadas na conservação da estrutura formando o terreno do “ocasional”, espaço onde se organizam as forças que lhes antagonizam, então engajadas em provar as condições da *necessária* resolução de tarefas históricas, sob pena de aumento da desordem e possibilidade de catástrofes ainda mais graves<sup>37</sup>.

A luta de classes encontra-se no âmago das explicações do dirigente sardo para a crise estrutural – seja esta uma crise de hegemonia da classe dirigente, crise de autoridade ou crise de Estado em seu conjunto. A crise, de acordo com as suas palavras:

[...] ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (sobretudo de camponeses e de pequenos-burgueses intelectuais) passaram subitamente da passividade política para uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução.<sup>38</sup>

Tal é o conteúdo geral das crises políticas descritas por Gramsci quando atento aos momentos em que dada classe ou fração de classe “não mais reconhece como sua expressão” os partidos tradicionais de uma dada forma organizativa, com a situação imediata tornando-se “delicada e perigosa”, pois o campo então abre-se seja às soluções de força seja à “atividades das potências ocultas”, representadas em homens providenciais – situações de contraste que

---

<sup>36</sup> Idem.

<sup>37</sup> Ibidem, p. 37.

<sup>38</sup> Ibidem, p. 61.

acabam por refletir-se em todo o organismo do Estado; conteúdo de caráter geral, não obstante, com diferenças na forma com que se processam em cada país. Nesta Tese interessa, fundamentalmente, o ocorrido no Brasil durante os anos de transição entre a dominação oligárquica (consolidada no período monárquico e persistente com o regime republicano) e a burguesa (classe cuja *aurora*, de acordo com Caio Prado Jr., se dá já nas décadas finais do “Império Escravocrata”<sup>39</sup>), processo do qual as palavras finais da citação se aproximam: amplas massas em atividade reivindicativa e desordenada, o que, de todo modo, abala as bases da ordem instituída.

Cumpre afirmar: eram tempos de enormes mudanças sistêmicas. No Brasil não foi diferente. No bojo da reorientação que se processava no capitalismo como um todo, também este país experimentou grandes transformações já a partir da segunda metade do século XIX: investimentos de vulto em obras de infraestrutura, destacando-se a facilitação nos transportes (com importante presença do capital britânico em tal empreendimento), ingresso maciço de imigrantes europeus para o trabalho na lavoura de café ao mesmo tempo em que definhava a forma de exploração do trabalho que por três séculos caracterizou-o, surgimento de núcleos manufatureiros e fabris, emergência de diferentes ideias políticas, formação de uma sociedade urbana e seus importantes efeitos na esfera cultural, transição na forma política, consolidada em uma Constituição.

Esta série de elementos que configuravam um novo ordenamento na formação social brasileira (mudanças de caráter estrutural, portanto), gestava contradições de novo tipo. A citação de Marx mobilizada mais acima é bastante eloquente no que toca os fortes significados históricos de um processo dessa envergadura. Já foram apontadas as últimas décadas dos oitocentos como o período em que a história econômica do Brasil teve por marca, o declínio do trabalho servil – constitutivo do próprio sentido do período de Império – e a simultânea nascença burguesa. Nesse sentido, é seguro afirmar que aquele era um quadro de construção de uma sociedade capitalista, momento e espaço “[...] *que as classes fundamentais se diferenciam mais claramente, que a consciência de classe se desenvolve de maneira mais completa e que as lutas de classe são mais agudas.*”<sup>40</sup> Percebe-se pela citação de Tom Bottomore, em leitura do *Manifesto Comunista*, o salto de qualidade posto na forma societária capitalista no que toca a relação entre as classes sociais, sujeitos de tal processo, objeto deste estudo. Importante agora é relembra as considerações anteriores referentes ao problema das

---

<sup>39</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do livro, 1986. pp. 169-223.

<sup>40</sup> BOTTOMORE, Tom. “Luta de classes”. IN: \_\_\_\_\_. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. p. 223.

contradições sócio-econômicas e as crises (conjunturais ou estruturais daí decorrentes) e destacar a articulação – não evidente na citação do autor – dos três elementos característicos da ordem burguesa acima mencionados: a diferenciação entre classes, manifesta em suas lutas em acentuar, e a decorrente tomada de consciência daquelas<sup>41</sup>.

Neste sentido, compreender as contradições estudadas *enquanto* luta de classes orienta a interpretar este fenômeno histórico como elemento articulador entre o processo de diferenciação de classes e a sua tomada de consciência. Esta leitura é construída a partir da constatação de que, se for assumido que a luta de classes adquire caráter mais profundo na sociedade burguesa – pelo fato das diferenciações em torno da propriedade ou não dos meios de produção enfim tornar-se claramente o diferenciador social, independente do estatuto jurídico individual, que então se torna formalmente igualitário etc. –, isto deve implicar também na própria nitidez com que os confrontos entre distintas classes sociais assumem perante aqueles que as protagonizam. A constatação, que como visto remonta a Marx e Engels, no que toca a realidade brasileira, também se fez presente como objeto de estudo para Carlos Guilherme Mota, autor que, com distinto recorte histórico, debruçou-se sobre o que chamou de *formas de pensamento e tomadas de consciência* no território brasileiro, remetendo às áreas industriais como espaços onde o fenômeno é potencialmente melhor apreendido:

O estudo das tomadas de consciência, da formação da consciência de classe, de ideologia pode servir-se de algumas variáveis melhor apreensíveis desde que sejam referidas à Revolução Industrial. As mediações entre as manifestações mentais e suas bases condicionadoras tornam-se melhor apreensíveis e descritíveis, especialmente nas áreas industriais. Lá, as relações de produção tornaram cada vez mais nítidos os confrontos e a hierarquia social e, conseqüentemente, as produções do espírito. Como se sabe, a industrialização funcionou como poderoso princípio ordenador, constituindo uma – embora não única – importante balisa para o tipo de

---

<sup>41</sup> “A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparecem, aqui, como emanção direta de seu comportamento material. O mesmo vale para a produção espiritual, tal como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores de suas representações, de suas ideias e assim por diante, mas os homens reais, ativos, tal como são condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde, até chegar às suas formações mais desenvolvidas. A consciência [*Bewusstsein*] não pode jamais ser outra coisa que do que o ser consciente [*bewusste Sein*], e o ser dos homens é o seu processo de vida real. Se, em toda ideologia, os homens e suas relações aparecem de cabeça para baixo como numa câmara escura, este fenômeno resulta do seu processo histórico de vida, da mesma forma como a inversão dos objetos na retina resulta de seu processo vida imediatamente físico.” Cf: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas* (1845-1846). São Paulo: Boitempo Editorial, 2007. pp. 93-94.

análise que nos propomos.<sup>42</sup>

Este aviso metodológico, com tons de ressalva tendo em vista adequar-se a um estudo das atribuições sociais e políticas da colônia escravista em crise de fins do século XVIII, aqui é apropriado *ipsis litteris* com o objetivo de, justamente, ilustrar a novidade distintiva do período investigado neste estudo em relação ao imediatamente anterior.

Se for possível argumentar pela existência objetiva da luta de classes prévia ao arranque industrial verificado no Brasil – quando, só então, uma sociedade de classes de caráter propriamente capitalista começa a emergir –, a nitidez com que tais relações eram assumidas por aqueles e aquelas que experimentavam tal processo<sup>43</sup> pode ser objeto de discussão maior<sup>44</sup>. No que aqui interessa, as manifestações espirituais daquele processo objetivo (para seguir nos termos de Mota) de fato tornam-se mais claras no contexto de industrialização, uma característica do período histórico em discussão neste texto. Nesse sentido, discutir *tomadas de consciência* – processo verificado nas conjunturas de crise e revolução a que se fez alusão anteriormente – implica investigar algo que se torna singular nas últimas décadas do século XIX e nas primeiras décadas dos novecentos em relação à centúria anterior: o problema das manifestações políticas e a formação de organizações com este cariz, uma das formas com que “se procurou dar respostas a um período crítico”. Estas expressões de um processo de tomada de consciência manifestam-se através de *formas ideológicas*, fenômeno bem sintetizado por István Mészáros:

---

<sup>42</sup> MOTA, Carlos Guilherme. *Op. Cit.*, 1970. p. 19.

<sup>43</sup> “Sem uma compreensão das condições de vida e de trabalho dos membros da classe operária, e sem uma compreensão da natureza da burguesia e do Estado durante o mesmo período, a descrição isolada do movimento operário fora de seu contexto, se tornaria, na melhor das hipóteses, abstrata e equívoca. Somente estudando essas questões concretamente, levando em conta as múltiplas determinações, pode o pesquisador vir a compreendê-las.” Cf: PINHEIRO, Paulo Sérgio; HALL, Michael. “Introdução” IN: \_\_\_\_\_. (orgs.). *A classe operária no Brasil* Documentos (1889 a 1930). Volume I – O movimento operário. São Paulo: Editora Alfa-Omega, 1979. p. 17.

<sup>44</sup> “A validade do estudo do discurso passa, necessariamente, pela afirmação da relevância da ideologia e dos fatos políticos. Pressupõe que em cada momentos histórico específico os homens, diferenciados por interesses concretos, têm diferentes interpretações e propostas para conservar ou alterar a realidade. Defrontam-se, pois, com vários possíveis futuros. Suas ações e percepções são, conseqüentemente, fundamentais para compreender o processo histórico e os resultados. [...] Ser *produzida* por relações sociais não confere à ideologia um papel secundário [...]. Ela possui, de um lado, uma *lógica própria*, pois pretende interpretar e ordenar a sociedade segundo um conjunto explícito de valores logicamente coerentes e encadeados; de outro lado, está *entrosada* com a própria realidade material, podendo vir a se constituir no que Gramsci chamou de “senso comum”. Não há razão, desta forma, para afirmar nem a liberdade nem o determinismo. Pretender concebê-la como parte “autônoma” da “realidade social” faz esvaziar o que ela tem de mais rico: seu conteúdo histórico; por isso ela não pode ser tratada como uma “esfera” à parte, nem há sentido em se buscar um fator causador “em última instância”. Sendo a história um *processo*, ela (a ideologia) vincula-se às condições com que os homens estão relacionados entre si (e com a natureza).” Cf: FONSECA, Pedro. *Vargas: o capitalismo em construção 1906-1954*. São Paulo: Brasiliense, 1999. pp. 21-22.

As formas ideológicas/teóricas representam a *materialização ativa* das poderosas *transformações materiais e históricas* que *produziram praticamente* – por meio de sua *primazia*, que, no entanto, não deveria ser tendenciosamente confundida com algum tipo de *exclusividade* mecânica unilateral – a inversão duradoura das inter-relações originais em questão no curso do desenvolvimento histórico real, transformando com isso o trabalho em si na “*propriedade de seu próprio produto*” por meio da imposição estrutural de tal *fetichismo prático* na sociedade como um todo. É por isso que o significado de “produção intelectual livre” não pode ser compreendido em um sentido idealisticamente absolutizado, não importa quão grande seja a tentação de fazê-lo. Pois até mesmo na obra das maiores figuras intelectuais, sejam eles artistas criativos ou teóricos, incluindo os clássicos da filosofia e economia política burguesas, a produção espiritual continua *respondendo à sua própria maneira* – na forma de uma *reciprocidade dialética* – às condições realmente dadas, ao exercer *seu próprio impacto significativo* sobre as transformações emergentes do existente. Esse é e continuará sendo o indiscutível caso, mesmo que, compreensivelmente, a produção espiritual tenha de fazer sua própria contribuição dentro do quadro bem definido das condições históricas *gerais*. Não obstante, a “produção intelectual livre” é *livre* em um sentido genuíno – e, pela mesma razão, também possui uma grande *responsabilidade* como um empreendimento intelectual – precisamente em virtude de seu inegável *papel ativo* na intervenção, *para melhor ou pior*, no processo histórico em desdobramento do qual ela é uma *parte integrante*.<sup>45</sup>

A referência a um período e escala espacial distintos ao foco deste estudo talvez possa servir como um relevante parâmetro de comparação a demonstrar o sentido do processo em tela. Vejam-se, assim, as palavras de Eric Hobsbawm sobre as manifestações, na ordem das consciências, próprias à conjuntura histórica de transformações econômicas e sociais sem precedentes verificadas no imediato pós-Segunda Guerra:

Quando enfrentam o que seu passado não as preparou para enfrentar, as pessoas tateiam em busca de palavras para dar nome ao desconhecido, mesmo quando não podem defini-lo nem entendê-lo. Em determinado ponto do terceiro quartel do século [XX], podemos ver esse processo em andamento entre os intelectuais do Ocidente. A palavra-chave era a pequena preposição “após”, geralmente usada sob a forma latinizada “pós” ou “post” como prefixo para qualquer dos inúmeros termos que durante algumas gerações foram usados para assinalar o território mental da vida no século XX. O mundo, ou seus aspectos relevantes, tornou-se pós-industrial, pós-imperial, pós-moderno, pós-estruturalista, pós-marxista, pós-Gutenberg, qualquer coisa. Como os funerais, esses prefixos tomaram conhecimento oficial da morte sem implicar qualquer consenso, ou na verdade certeza, sobre a natureza da vida após a morte. Assim a transformação mais sensacional, rápida e universal da história humana entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram.<sup>46</sup>

Em sentido comparativo semelhante ao que foi realizado com a referência de Eric Hobsbawm cabe citar novamente a historiadora Emília Viotti, atenta a um contexto anterior, porém no solo brasileiro:

---

<sup>45</sup> MÉSZÁROS, István. *Estrutura social e formas de consciência*, volume II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011. p. 123. Grifos no texto original.

<sup>46</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos – o breve século XX: 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 282-283.



A tomada de consciência necessária à ação dos colonos em favor do rompimento dos laços coloniais dar-se-ia mediante um lento processo em que nem sempre os significados eram claramente percebidos pelos colonos que se insurgiam contra o poder da Coroa, manifestando sua repulsa às restrições à importação de escravos, aos excessos do fisco ou a impedimentos postos pela Coroa ao livre-comércio. Os conflitos de interesses, as sublevações e as repressões violentas revelaram, progressivamente a alguns setores da sociedade, o antagonismo latente. Quando os proprietários de terras, o clero, os comerciantes e os funcionários até então comprometidos com o sistema colonial se antagonizaram com o sistema, os princípios liberais apareceram como justificativa teórica dos movimentos revolucionários em prol da emancipação política do país.<sup>47</sup>

O sentido do fenômeno aqui em tela tornam-se mais nítidos a partir de uma comparação com os últimos trechos acima. Cabe então, no exercício aqui proposto, elucidar como se operou o processo que ensejou a tomada de consciência de uma série de sujeitos e classes sociais durante o período em que ocorreu a tensa transição entre o ocaso de uma ordem senhorial – assente majoritariamente na exploração da mão de obra escravizada – e a afirmação de uma sociedade de classes propriamente dita – momento no qual se delineiam decisivamente relações de exploração do trabalho livre em um contexto jurídico de cidadãos *formalmente* iguais.

Com quais palavras as diferentes classes sociais procuraram dar respostas aos problemas históricos que se colocavam no desenrolar da dinâmica histórica (ou mesmo interpretar os seus sentidos)? Como significavam o processo de transformação que vivenciavam, nas palavras exatas de Hobsbawm, como “*a transformação [...] entrou na consciência das mentes pensadoras que a viveram*”? A partir de quais meios e veículos expressavam isso? Como ocorreu a revelação progressiva de antagonismos latentes em circunstâncias de conflito, agora nos termos de Emília Viotti da Costa, e suas respectivas “*justificativas teóricas*”, ou mesmo, em grau mais modesto, mobilização de referenciais, imagens, conceitos etc.? Muitos dos elementos identificados pelos historiadores há pouco citados como próprios a momentos de transformações socioeconômicas de vulto e, em consonância, tomadas de consciência – e, agora, apropriados enquanto uma ordem de problemas de pesquisa –, podem ser identificados no contexto estudado.

## V

---

<sup>47</sup> COSTA, Emília Viotti. Op. Cit., 2007. p. 138.

As iniciativas de estudo e interpretação dos conflitos sociais e disputas políticas que marcaram a década de 1920 no Brasil remontam ao processo *in flux*. Não por acaso, o texto “canonizado” como a primeira interpretação marxista da realidade brasileira está detido justamente em discutir e intervir nas lutas do período. Publicado em 1926, o livro “*Agrarismo e industrialismo*. Ensaio marxista-leninista sobre a revolta de São Paulo e a guerra das classes no Brasil – 1924”, de autoria do militante alagoano Octávio Brandão – que assinou a obra com o pseudônimo de Fritz Mayer –, constitui um esforço de entendimento daquilo que o autor considerava as três revoltas que então marcariam a luta de classes no país, como o próprio título indica. A primeira, ocorrida em julho de 1922, com a sublevação sem êxito dos militares do Forte de Copacabana. A segunda, que constitui o seu objeto de fato, envolve a revolta – também de militares – ocorrida em 1924 em diferentes espaços, mas com destaque para o caso de São Paulo. A terceira seria vindoura, uma fatalidade histórica, decorrente da “[...] dureza da repressão desta segunda tentativa de aniquilamento dos elementos feudais do país”, de cujo sucesso dependeria da capacidade de aprendizado, com as derrotas anteriores, da parte dos revoltosos.

O sentido de todo esse processo, como enuncia na primeira página de seu estudo: o embate “[...] que a pequena-burguesia nacional travou contra os fazendeiros de café, senhores da nação.” Ao conhecimento das *causas* de tal contradição, propõe “[...] o ponto de vista marxista-leninista”. A partir dessa concepção, Brandão afirma que as causas em questão para a luta entre pequena-burguesia e a classe dominante cafeeira são econômicas, políticas e psicológicas. Na sua descrição das mesmas, encontram-se alguns elementos explicativos que cumprirão longa data nas tentativas de investigação do fenômeno, como no excerto a seguir:

A carestia de vida – os preços de 1914, quadruplicados. A rivalidade entre os grandes industriais e os grandes fazendeiros de café. As restrições aos interesses dos grandes comerciantes, dos grandes usineiros e exportadores de açúcar, que não se resignam a ver seus lucros diminuírem. A exploração desenfreada do país pelos grandes fazendeiros de café. A concentração capitalista e seu corolário – o empobrecimento sistemático dos pequenos proprietários, pequenos comerciantes, industriais e funcionários nestes últimos dez anos, isto é, a proletarização da pequena burguesia. Os novos impostos. A miséria cada vez maior dos operários e dos trabalhadores dos campos. As greves – efeito da desordem econômica do capitalismo e causa de uma desorganização cada vez maior. A bancarrota progressiva do estado, assoberbado pelas dívidas interiores e, principalmente, exteriores. As contradições numerosas como a que existe entre a bancarrota financeira do estado e o progresso industrial e comercial da grande burguesia. A falência econômica, portanto, política também, do estado, a organização mais poderosa, o aparelho compressor por excelência. A formação de uma oligarquia financeira, portanto, política também, chefiada pelo Banco do Brasil. [...] A situação revolucionária internacional. A vontade de dominação dos grandes industriais, cujos interesses muitas vezes são desprezados pelos grandes fazendeiros de café. A

rivalidade crescente entre ambos, rivalidade política resultante da rivalidade econômica – comparar a produção manufatureira do Estado de São Paulo com a sua exportação cafeeira para ver que aquela, proporcionalmente, tem progredido mais que esta e caminha para nivelar-se-lhe e, posteriormente, ultrapassá-la. [...] Um Congresso de bonzos que lambem as patas do Buda-fazendeiro de café. O enfraquecimento da força coletiva do governo, a desagregação da força política do estado, força coerciva, pelos empréstimos e valorizações, desagregação provocada pelo grande agrário (fazendeiro de café), em proveito egoísta, individual, com o fim de multiplicar seus lucros, embora o estado e o povo sejam sacrificados. Por outras palavras, o próprio grande agrário é quem mais enfraquece politicamente o seu estado, o estado agrário do Brasil... O espírito de revolta. O abalo mundial produzido pela guerra e pela revolução russa. A luta entre o liberalismo de uma parte do Exército e o espírito tacanho, feudal, dos governantes. O mal-estar moral e mental. A repulsa por todos esses processos em que a “justiça” se coloca do lado do governo. O desejo de uma transformação. A desilusão da pequena-burguesia, de obter melhorias pelos “canais competentes”, isto é, pela via legal, jurídica, pacífica, reformista. A incapacidade dos velhos e novos sistemas religiosos e filosóficos para resolver o problema social.

A bibliografia que se desenvolveu em torno da questão dos críticos anos 1920 e, no mesmo bojo, da consequente Revolução de 1930, apresenta, sob os mais variados nuances, a presença de variados fatores originalmente aventados por Brandão. Como se percebe nos parágrafos seguintes, questões como “a carestia de vida”, “a rivalidade entre os grandes industriais e os grandes fazendeiros de café”, “o abalo mundial produzido pela guerra e pela revolução russa”, “a desagregação da força política do estado”, “o desejo de uma transformação”, “a desilusão da pequena-burguesia” etc. far-se-ão presentes em numerosos estudos desenvolvidos décadas à frente sob condições bastante distintas às do militante alagoano. Cumpre, desde já, destacar a importância do esforço totalizante de explicação para o fenômeno levado a cabo por Brandão. É uma contribuição essencial a quem estude o período dos anos 1920 ter em conta a articulação de fatores concorrentes à profundidade da crise que caracterizou aquela conjuntura.

Em consequência, a mudança que começou a se operar com a chegada dos revoltosos gaúchos ao Obelisco carioca já ensejou numerosas tentativas de interpretação das transformações em processo. A “Coleção Azul”, sob a direção de Augusto Schmidt, é exemplar nesse sentido. Iniciada em outubro de 1932 e concluída em julho do ano seguinte, constituiu “tentativa única na época, que pretende ser, nesse clima de decepção e incertezas posterior à revolução de 1930, um instrumento de análise e orientação ideológica da pequena burguesia. Obra de elementos dessa classe, reflete seus problemas e deficiências”<sup>48</sup>. Foram publicados na Coleção os seguintes volumes: *Brasil errado* (Martins de Almeida), *Introdução à realidade brasileira* (Afonso Arinos de Melo Franco), *O sentido do tenentismo* (Virgínio

---

<sup>48</sup> CARONE, Edgard. “Coleção Azul. Crítica pequeno-burguesa à crise brasileira depois de 1930”. IN: \_\_\_\_\_. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991. p. 188.

Santa Rosa), *A gênese da desordem* (Alcindo Sodré), *Psicologia da revolu o* (Plínio Salgado). Outros volumes foram anunciados, porém não publicados na Cole o Azul, alguns vindo a lume em outras casas editoriais.

Os estudos históricos de cariz científico acerca do período republicano, como um todo, muito devem às iniciativas de Edgard Carone. Autor de carreira profissional pouquíssimo usual, tem o seu primeiro e modesto livro publicado em 1965 com o título “*Revolu es do Brasil contemporâneo*”, no âmbito da Cole o Buriti, coordenada pelo acad mico Antonio Candido. Esta primeira obra merece destaque, na medida em que estabelece alguns marcos divisórios ao período.

Em outro texto, vindo   lume anos depois, o historiador, engajado na constitui o de uma História da República até o ano de 1964<sup>49</sup>, destaca o “[...] estado de tensão nunca atingido” na cena política brasileira prévia   posse de Washington Luís, em 1926. O político paulista foi eleito para a presidência após os governos de Eptácio Pessoa e Artur Bernardes. De acordo com Carone, tanto “[...] os protestos contra a situa o têm caráter nacional, o que explica a extensão revolucionária”, quanto a rea o levada a cabo por estes últimos   dotada de “sentido amplo”. Assim sintetiza a profundidade crítica do período em tela:

[...] esta realidade   mais profunda do que qualquer outra do passado: mesmo os momentos cruciais do florianismo – que se expressaram em contendas cruéis – não atingiram a intensidade dos acontecimentos do momento, pois o que existia, basicamente, era a luta pelo poder, luta entre segmentos vários de uma mesma classe – monarquistas, republicanos – localizando-se especificamente no Sul do país; naturalmente houve repercussão, mas, a limita o social e de objetivos levava os movimentos da época a traduzirem uma realidade específica menor. O mesmo não se dava com os movimentos dos anos de 1920: o fenômeno de rebeldia tornava-se nacional porque o crescimento urbano levava ao aparecimento de segmentos não conformistas - - da classe média, operária e até oligárquicos – que lutavam de várias formas contra o domínio absoluto das oligarquias agrárias. A problemática, agora,   nacional, o que faz com que a rebeldia atinja indistintamente todo o país. Daí o aprofundamento de uma crise, que sofre oscila es de intensidade, mas que continua num crescendo, apesar das aparentes solu es que se apresentam.<sup>50</sup>

---

<sup>49</sup> Edgard Carone, na nota explicativa ao volume *A República Liberal*, último da referida cole o, explicita o propósito de seu estudo como tentativa de compreensão do desfecho da conspira o golpista culminada em abril de 1964. A concordar com o procedimento do autor, fica o indício de que há um processo longo na História do Brasil demandando real pesquisa e compreensão, sendo a sua contribui o fundamental nesse sentido: “Com A República Liberal (1945-1964), termino o meu projeto sobre a História da República. A idéia nasceu no momento do golpe de 1964, na hora em que as pessoas se interrogavam sobre o papel, na nossa história, dos militares, da burguesia e dos capitais estrangeiros. Esta uma das razões que me fez buscar a origem destes e de outros problemas da nossa forma o republicana.” Cf: CARONE, Edgard. *A República Liberal II* Evolu o Política (1945-1964). São Paulo: DIFEL, 1985. p. 5.

<sup>50</sup> CARONE, Edgard. *A República Velha* (Evolu o Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971. p. 392.

Há elementos importantíssimos a atentar nesse trecho que indicam a particularidade e o cariz decisivo do processo de crise verificado na década de 1920. Ressalte-se a determinação objetiva citada por Carone – “o crescimento urbano” – como fator essencial para o caráter *nacional* do fenômeno de contestação, cuja qualidade distinta às outras crises (o seu aprofundamento é crescente) deve-se à entrada em cena de uma série de novos sujeitos políticos, algo muito distinto às lutas intestinas pela ocupação do governo oligárquico, pondo em xeque o seu próprio regime. Para além da narrativa, nos capítulos que dedica aos governos de Pessoa e Bernardes, dos tantos episódios que evidenciam tal estado crítico – e, na obra em tela, seu foco está direcionado especialmente às revoltas dos tenentes –, o autor sintetiza a articulação entre diferentes descontentamentos que resultará em uma nova circunstância ao atentar à iniciativa eleitoral *dissidente* da Aliança Liberal, ao fim do referido governo de Washington Luís:

Formação de partidos oligárquicos opositores e agrupamentos das lideranças tenentistas no exílio são fatores sintomáticos do fenômeno de contestação que vai se criando, mas, no momento, não significam perigo ao situacionismo dominante. O fundamental é que eles irão se somar à cisão das cúpulas oligárquicas, permitindo à Aliança Liberal maior reforço e maleabilidade de ação. Sem a experiência revolucionária anterior, sem a existência dos quadros do tenentismo e, por sua vez, sem os contatos anteriores dos dissidentes com os revolucionários, os conchavos para a revolução de 1930 não se teriam dado. A problemática sucessória e que vai acentuar mais uma vez todos os problemas existentes, levando-os a um paroxismo maior do que das vezes anteriores. Sem o fracionamento cada vez maior das oligarquias dominantes – grupos dissidentes dos Estados e formação da Aliança Liberal – o maior descontentamento das classes médias urbanas e a formação de uma elite revolucionária – tenentes – a revolução seria impossível. O que reforça a situação é a crise econômica geral, que, no entanto, não leva o governo a uma bancarota, mas faz crescer o descontentamento contra si.

Produção destacável em torno do processo de crise e derrocada da ordem oligárquica encontra-se na tese de Boris Fausto, defendida ao final dos anos 1960. O livro “*A Revolução de 1930. Historiografia e história*” é iniciado com a declaração pelo autor de sua “[...] intenção de contribuir, através da análise de um episódio significativo, para o esforço de revisão histórica da Primeira República que procura mostrar a inconsistência de um modelo corrente”. Objetiva polemizar, de acordo com as suas próprias palavras, com a “teoria do dualismo das sociedades dependentes latino-americanas”, a qual compreenderia as disputas próprias à Primeira República enquanto manifestações da contradição entre o setor agrário exportador e os interesses voltados ao mercado interno. De um lado, o latifúndio vinculado ao

imperialismo; de outro, as classes médias, esposando interesses da burguesia<sup>51</sup>. É assim que o historiador se esforça na revisão tanto da síntese de 1930 – de fato, o seu objeto de análise – enquanto “*ascensão ao poder da burguesia industrial*”, como na definição do mesmo episódio enquanto “*revolução das classes médias*”<sup>52</sup>.

Tendo em vista elaborar interpretação distinta das correntes sobre os ocorridos em 1930, a atenção historiadora de Fausto volta-se à tumultuada década de 1920, com inspiração no que chama de “novo esquema explicativo da Primeira República”, o qual negaria os pressupostos contidos na criticada teoria da dependência: “inexistência de contradições antagônicas entre setor capitalista exportador e de mercado interno; impossibilidade de se reduzir uma instituição como o Exército às classes médias; necessidade de relativizar a noção de que o setor agrário exportador está associado ao imperialismo”<sup>53</sup>.

Boris Fausto, ao discutir a crise dos anos 1920 propriamente dita, afirma que os seus primeiros anos seriam momento de manifestação de “*sinais inquietantes de desequilíbrio*” no sistema político instituído<sup>54</sup>. Em outro texto, avança na sua síntese:

Em fins da década de vinte, os tenentes marginalizados ou no exílio haviam esgotado suas possibilidades de enfrentar sozinhos o governo. A classe média, por sua vez, carecia de autonomia para se organizar como força de contestação. Por isso, somente um desentendimento de maiores proporções entre os grupos dominantes nos Estados poderia dar novo impulso aos setores dispostos a reformular o sistema político e a introduzir algumas reformas. [FAUSTO, Boris. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. p. 417] A crise dos anos vinte desembocara na quebra do sistema político, quando vários pontos de atrito chegaram à fusão: as oligarquias regionais foram arrastadas à luta pelos setores mais jovens, dando uma forma transparente às disputas regionais acumuladas ao longo da República; o descontentamento militar ganhara novo alento, tanto pela associação entre oligarquia dissidente e tenentes rebeldes, como pelo fato de que ele se espalhara mas extensamente no interior da corporação; a fermentação da classe média, as manifestações urbanas em favor de Vargas davam aos revolucionários a certeza de contar com o apoio de um setor social politicamente significativo. A fusão destas forças teria resultado de uma lenta acumulação das contradições internas ou teria sido essencialmente induzida de fora para dentro em consequência da crise mundial que se abriu no curso da campanha eleitoral, em outubro de 1929? Tradicionalmente, na imaginação política brasileira, a crise tem sido associada à explicação do episódio revolucionário. Esta associação foi posta em dúvida recentemente, argumentando-se com algumas indicações desperas: a crise não teria tido maior importância em 1930, só repercutindo no país em 1931; embora os dirigentes da Aliança Liberal se tivesse utilizado dela para mostrar a incapacidade do governo federal, o rendimento eleitoral do argumento foi escasso [...] Penso que, no caso, a versão tradicional é mais verdadeira, na medida em que combina o agravamento dos problemas internos do país, com os efeitos iniciais da grande depressão mundial. [p. 422] Não por acaso, a Revolução de 1930 ficou estampada na memória social como um profundo corte no processo histórico brasileiro. Sob o duplo efeito do episódio interno e da conjuntura

---

<sup>51</sup> FAUSTO, Boris. *Op. Cit.* p. 7.

<sup>52</sup> *Ibidem*, p. 9.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 8.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 122.

internacional, rompia-se por fim o quadro sócio-político da dominação oligárquica, sob a hegemonia da burguesia cafeeira. Tudo parecia possível naqueles anos, no campo de uma terapêutica a que se lançaram políticos, intelectuais, movimentos de massa, em busca das “raízes do Brasil” e das fórmulas salvadoras de um “Brasil errado”. Os sete anos posteriores a 1930 seriam assim um grande ensaio de amadurecimento da sociedade – frustrado pelo golpe de 1937 – com a presença crescente das classes populares urbanas, os esforços por constituir partidos que fossem a legítima expressão de diferentes interesses sociais, a renovação do debate cultural. Em poucos anos, por razões distintas, para a velha burguesia cafeeira, para a nascente “intelligentsia” de classe média encastelada no aparelho de Estado, para os tenentes revolucionários convertidos em canhestros estadistas, o mundo brasileiro anterior a 1930 incorporou-se definitivamente a um longínquo passado. [p. 426]

Na seara sociológica, com atenção no fenômeno do Estado e da política ditos “populistas”, dois estudos clássicos sobre o tema também lançarão luz sobre a questão da crise experimentada na última quinzena de anos da República Velha e continuada nos primeiros anos do regime de Vargas.

Octávio Ianni, tendo em vista discutir o seu objeto propriamente dito, necessita inseri-lo no amplo processo de “*desenvolvimento econômico, social e político do Brasil*”, de manifestação na ordem industrial por aqui construída, o qual também identifica como “*a ruptura parcial e relativamente lenta das estruturas políticas e econômicas internas e externas*”. Fenômeno que dá conta de uma transformação pouco ignorável, portanto. Destacável é o período no qual se processa, de acordo com a sua interpretação: entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de 1964. Verifique-se:

O desenvolvimento econômico, social e político do Brasil, simbolizado na industrialização acelerada, foi o resultado de uma seqüência de rompimentos políticos e econômicos internos e externos. *Grosso modo*, ocorreram entre a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964. A democratização das relações políticas e sociais, a expansão do sistema educacional, a conquista de direitos políticos e benefícios sociais, por parte das classes média e operária, inclusive em certas regiões agrícolas, além de outras transformações institucionais importantes, foram a conseqüência e o componente da ruptura político-econômica ocorrida nessa época. Os acontecimentos que assinalam etapas e desdobramentos da ruptura das estruturas político-econômicas são: as crises da cafeicultura; a politização dos setores jovens das forças armadas em direção diferente da tradicional; o aparecimento de reivindicações de operários e setores sociais médios; o agravamento dos antagonismos nas camadas dominantes; a Guerra Mundial de 1914-1918; a crise do capitalismo mundial iniciada com o *crack* de 1929; a Guerra Mundial de 1939-1945; a substituição da hegemonia da Inglaterra, da Alemanha e da França pelos Estados Unidos da América do Norte; o aparecimento da União Soviética (URSS), da China e de Cuba como nações socialistas; a independência da Índia e das nações da África; o aparecimento do Egito e da Argélia, como nações independentes. É óbvio que êsses acontecimentos estão permeados de marchas e contramarchas, realizados em agitações revolucionárias e reformistas, bem como em golpes e contragolpes. Tomando a referida época como um todo, no entanto, é inegável que ela representa o período em que se realiza a ruptura parcial e relativamente lenta das estruturas políticas e econômicas internas e externas. Os desdobramentos e as tensões do desenvolvimento econômico, político e social

brasileiro, bem como das crises que o acompanham, somente se explicam pelo caráter e pelas condições da ruptura verificada no período que media a Primeira Guerra Mundial e o Golpe de Estado de 1964. [...] Em oposição à civilização agrária, que se havia constituído em quatro séculos de história, de atividades econômicas voltadas para o exterior e de relações políticas circunscritas às cúpulas da “aristocracia” agrária e da “elite dos letrados”, a civilização urbano-industrial criada neste século organiza-se em outros padrões políticos, econômicos e culturais. É no século XX que o povo brasileiro aparece como categoria política fundamental. Em particular, é depois da Primeira Guerra Mundial – e em escala crescente a seguir – que os setores médios e proletários, urbanos e rurais, começam a contar mais abertamente como categoria política. Por isso, pode-se verificar que a “revolução brasileira”, em curso neste século, é um processo que compreende a luta por uma participação cada vez maior da população nacional no debate e nas decisões políticas e econômicas. O florescimento da cultura nacional, ocorrido em especial nas décadas de vinte a cinquenta, indica a criação de novas modalidades da consciência nacional. Nesse quadro é que se inserem os golpes, as revoluções e os movimentos que assinalam os fluxos e refluxos na vida política nacional. Mas esses acontecimentos não são apenas políticos nem estritamente internos. Eles são, em geral, manifestações das relações, tensões e conflitos que os setores novos ou nascentes no país estabelecem com a sociedade brasileira tradicional e com as nações mais poderosas, com as quais o Brasil está em intercâmbio. Por essas razões, devemos tomar sempre em consideração que os golpes, as revoluções e os movimentos armados ocorridos no Brasil desde a Primeira Guerra Mundial precisam ser encarados como manifestações de rompimentos político-econômicos, ao mesmo tempo internos e externos. Às vezes essas relações não são imediatamente visíveis; isto é, não podem ser comprovadas empiricamente de modo direto. Mas geralmente elas guardam vinculações estruturais verificáveis em plano histórico. Em última instância, esses rompimentos são manifestações da ruptura político-econômica que marca o ingresso do Brasil na era da civilização urbano-industrial.<sup>55</sup>

Retomando brevemente alguns dos autores e textos citados, torna-se possível uma nova e mais clara aproximação do objeto. Veja-se as palavras de Caio Prado Júnior em seu manuscrito redigido por ocasião do Estado Novo:

Talvez o historiador do futuro, tendo diante de si o quadro completo dos acontecimentos – por enquanto ainda estamos acantonados num pequeno setor e a maior parte do drama político representado ainda está por passar – talvez o historiador do futuro possa destrinçar a meada que são os fatos que presenciemos. Hoje isso é impossível, e temos de nos contentar com alguns traços gerais.<sup>56</sup>

Quase seis décadas depois, o também já citado Edgard Carone, quando questionado acerca de seus estudos em torno da decisiva década de 1930, assim declarou sobre as questões que orientaram os seus estudos e, especialmente, os objetos que decidiu privilegiar:

Quando fiz o livro [*Revoluções do Brasil contemporâneo*], fiquei muito intrigado com o seguinte: o que era Tenentismo? O que eram Movimentos Sociais de caráter social? Qual era o sentido desse período de transição? O que é período de transição dentro do processo brasileiro? Fiquei muito voltado para essas questões. O que vou

---

<sup>55</sup> IANNI, Octávio. *O colapso do populismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1975. pp. 8-14.

<sup>56</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. “1937”, Documento datado de dezembro de 1937, IEB-USP, CPI004-286.



fazer? Vou fazer um trabalho sobre a década de 20, um período bastante conturbado, ou retrocedo um pouco mais? E resolvi pegar o começo da República.<sup>57</sup>

Percebe-se, assim, que na compreensão do autor, o período entreguerras, é decisivo, não obstante ser um complexo exercício diferenciar os momentos deste mesmo período<sup>58</sup>. Entre outras contradições postas em movimento na conjuntura crítica em tela, a *exacerbação ideológica* – como visto, um indício em si mesmo de circunstâncias críticas e, portanto, movimentação de distintos grupos sociais:

Após a Primeira Guerra o mundo é sacudido por uma exacerbação ideológica, decorrência da revolução comunista de 1917, que assusta os bem-pensantes e aguça o lado oposto, mais tradicional, de cunho conservador ou reacionário. O pós-guerra assiste à chamada maré direitista, em parte pelo aumento de temor do comunismo – seu fantasma volta a percorrer, não só a Europa, mas o mundo, indo além do anunciado no *Manifesto* de 1848, como se vê na escalada do fascismo, começada na Itália em 1922 e com manifestações em vários países europeus, da Polônia à Espanha e Portugal, como também no mundo americano. [...] Se 1922 assiste ao lançamento da esquerda radical e uma direita um tanto frouxa, a década não vê essas idéias florescerem – o que se dará na seguinte. O importante a consignar é a política adquirir certo acento de discussão de idéias, com a pretensão de uma base no pensamento, além do jogo imediato no poder por favores. [...] Tem-se pois de 1922 a 1930 uma verdadeira tentativa de ruptura com o passado no que ele tem de anacrônico, obsoleto, não com o passado criativo que deu marcas notáveis já no século XIX e mesmo antes. Busca de ruptura com a política desligada do essencial, vivendo para favores pessoais sem o sentido do bem comum, ruptura com a arte ou com o pensamento convencionais, mera repetição de fórmulas aprendidas em livros do exterior. Sentido positivo, em parte conquistado. As simples palavras de crítica à rotina se transformam aos poucos em um entendimento mais verdadeiro do que é e deve ser a nação.<sup>59</sup>

É possível identificar que esta série de transformações em processo, tradicionalmente reconhecidas de forma sintética em 1930 (enquanto zênite de uma miríade de contradições em movimento e momento de intensificação de determinadas transformações nos mais variados

---

<sup>57</sup> CARONE, Edgard. Entrevista para Marisa Midore Deaecto e Andrea Paula dos Santos. IN: Revista *Temporaes*. Edição Especial “Intelectuais e militância”. 1995. p. 12.

<sup>58</sup> “O período entre as duas guerras mundiais representa momento de profunda transformação social e política. As razões vão da intensa destruição material e humana até a consolidação hegemônica de novos países capitalistas; ou da eclosão de novas ideologias de direita, que são antecedidas pelo aparecimento, pela primeira vez na história, de uma nação comunista na Europa. O conjunto de conflitos e contradições representa situação mais aguda do que outras que se deram no passado, tornando o ambiente mais prenhe de incertezas e de radicalismos. A relação de força que se forma neste processo influi na sociedade brasileira, mas de maneira bastante diferenciada. Em primeiro lugar, a expansão material e ideológica capitalista – imperialismo alemão ou americano, nazismo – comunismo, por exemplo, se faz gradualmente, daí a influência ser sentida apenas parcialmente. Por outro lado, a sociedade brasileira se encontra em níveis de desenvolvimento bastante desiguais, o que torna difícil generalizar a relação dialética de influências. Naturalmente, dentro desta perspectiva, existe também o problema cronológico, cujo fator é fundamental, ainda mais, que se trata de um período de grandes mudanças, tanto no plano externo como no interno.” Cf: CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 9.

<sup>59</sup> IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. pp. 226-228.

âmbitos), tem um ponto de transformação importante com a Grande Guerra de 1914 de acordo com as leituras citadas. Francisco Iglésias, no texto de divulgação acima, Edgard Carone em suas investigações acerca do desenvolvimento do regime republicano e, em seu bojo, das lutas de classes, suas formas institucionais e organizativas e seus condicionamentos estruturais, Octávio Ianni e Francisco Weffort nas suas reflexões sobre o fenômeno político-social do populismo (este mesmo um tema de absoluta relevância ao conhecimento da história da República de acordo com a agenda de pesquisa proposta por Carone), apesar de suas variadas diferenças, reconhecem no fenômeno da guerra uma alteração que abriu caminho a contradições de novo tipo no Brasil. O fato mesmo de Ianni e Weffort localizarem as origens das condições estruturais à emergência deste mecanismo de regulação política de contradições econômicas e conflitos sociais específicos a um processo de industrialização e urbanização em uma área dependente dentro do sistema capitalista – entendido, na lavra do historiador Jacob Gorender como “[...] a forma da hegemonia ideológica por meio da qual a burguesia tentou – e obteve em elevado grau – o consenso da classe operária para a construção da nação burguesa”<sup>60</sup> -, na conjuntura de impacto da I Guerra Mundial, indica que a problemática da luta de classes em um quadro de amplas transformações econômico-políticas resultantes no estabelecimento da dominação burguesa pode ser compreendida enquanto um processo de Revolução Burguesa. Nelson Werneck Sodré assim o entende:

A guerra, como primeiro momento, e a crise, principalmente, representaram momentos em que o avanço das relações capitalistas se aceleraram, no Brasil, com profundos efeitos políticos e sociais. Com o movimento de 1930 e o fim da chamada república velha, no nível político; e a ascensão burguesa e crescimento da pequena burguesia e do proletariado, no nível social. Começa a funcionar uma nova estrutura social, realmente, quando as contradições se agravam e começam a desenvolver-se em novo ritmo. É o início da “Época de Vargas”.<sup>61</sup>

Em diálogo com esta ordem de problemas longeva e nada esgotada, a pesquisa aqui apresentada atenta ao momento prévio do longo processo de formação da ordem burguesa no Brasil. Sem ignorar as origens anteriores do processo de transformação que resultou nesta formação, a atenção é dada prioritariamente ao período entre os anos de 1914 e 1922. Se a crise dos anos 1920, momento de claras fissuras no edifício oligárquico, é usualmente identificada com variados eventos ocorridos no ano de 1922, as contradições que conduzem a tal eclosão adquirem movimentação acelerada em 1914. Não é ocasional a articulação entre

---

<sup>60</sup> GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987. p. 16.

<sup>61</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990. p. 149.

uma expressiva acentuação dos custos de vida, da exploração do trabalho e, por consequência, da margem de lucro, e a eclosão de movimentos grevistas de dimensão inédita em diferentes centros do país. O surgimento de um associativismo patronal em resposta a esta agitação – inscrita em um processo de dimensões globais e assim entendida pelos seus protagonistas – tampouco é fortuita. À emergência da Questão Social – ou seja, a imposição por diferentes setores populares e da classe trabalhadora organizada de demandas oriundas de suas condições na vida em cidades e no espaço de trabalho, a ponto de ser uma necessidade a diferentes setores da classe dominante interpelar os seus antípodas, com propostas parlamentares de regulação da relação capital e trabalho, e construir projetos objetivando idem um novo grau de disciplina e modelamento das demais classes à moral burguesa – é que respondem diferentes setores identificados com a ordem instituída, alguns ciosos de encaminhá-la mais claramente à uma configuração de dominação burguesa *tout court*. A *pax oligárquica* sofria abalos – não por acaso, em uma conjuntura de agitação mundial – e diferentes atores sociais estavam em movimento no terreno acidentado. É esta origem da crise orgânica da década de 1920 que é objeto de atenção<sup>62</sup>.

Nesse sentido, a pergunta desta pesquisa é: de que forma, durante um momento decisivo de crise da dominação oligárquica e de afirmação do lento processo de Revolução Burguesa no Brasil se operou o comportamento político-ideológico das diferentes classes, frações de classes e grupos sociais no referido processo?

## VI

Entendido aqui que as relações capitalistas começam a despontar no horizonte brasileiro já na segunda metade do século XIX, em um contínuo processo de aprofundamento, do qual uma decisiva decorrência é a formação das classes sociais fundamentais,

---

<sup>62</sup> Nelson Werneck Sodré, também atento ao que considera a *profundidade do evento* 1930, entende-o como resultado das contradi es acumuladas na década de 1920 “coroamento daquela fase de acelera o, de mudança”. O autor tem por preocupa o, na entrevista a seguir, a atua o da classe média na história brasileira, cujo papel cresce no período indicado. Mais um indício da relevância do processo investigado:

“- No sentido de seu entendimento da década de 20, como explica o movimento de 1930?

- O movimento de 1930   a etapa final, de coroamento daquela fase de acelera o, de mudança, tanto quanto se pode admitir fases de acabamento no processo histórico, que   contínuo. Tudo o que se denuncia e se acumula e se manifesta na década de 20 encontra resultante no movimento de 1930.   uma passagem do quantitativo ao qualitativo. Esse tipo de passagem não ocorre apenas quando das grandes crises, mas a cada passo, diferindo apenas quanto   dimensão. O movimento de 1930 resulta da acumula o em quantidade que permite a mudança qualitativa. Coloca-se, então, a questão do poder, e isto   sintoma inequívoco da profundidade do evento.” Cf: SODRÉ, Nelson Werneck. “A questão da classe média”. IN: \_\_\_\_\_. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1985. p.111.

necessariamente em conflito. Os ritmos da luta de classes – condicionada pela contradição entre as forças produtivas materiais da sociedade e as relações sociais de produção – aceleram-se no Brasil ao ponto do paroxismo vivido nos longos anos 1920, momento que pode ser caracterizado enquanto uma crise orgânica. Não obstante esta aceleração, a manifestação de tensões durante a crise do Império e a nascente República dominada pelas oligarquias, período de delineamento das classes sociais em luta, foi uma constante. O caso daquela longa década é o de um salto de qualidade em tal quadro, correspondente tanto aos problemas particulares da formação social brasileira quanto à sua correspondência com ocorridos em outros espaços de um sistema em expansão. As contradições em eclosão neste momento ganham particular fermento na conjuntura aberta com o início da Grande Guerra.

O objetivo deste estudo é investigar como as classes sociais vivenciam a tomada de consciência destas contradições, expressa na forma com que gradualmente articulam-se, a partir de interesses próprios a cada qual, em torno seja da mudança política, seja da manutenção do *status quo* (mesmo que alguma mudança seja necessária para isso). Elemento fundamental está no novo patamar alcançado pela agitação de diferentes setores da classe trabalhadora na conjuntura aberta com a guerra – novo patamar este que resulta em importantes alterações organizativas da mesma classe – bem como na necessidade das classes dominantes de responder à altura esta circunstância de qualidade nova, tanto pela via de uma acentuada organização de seus interesses *enquanto classe*, quanto pela reformulação de mecanismos de consenso e de coerção necessários na alteração em processo no terreno da luta de classes. O processo é acompanhado neste estudo a partir das formas ideológicas características ao conflito social em curso.

As fontes pesquisadas no geral compreendem uma ampla gama de manifestações escritas legadas pelas organizações políticas oriundas das classes em luta. Revistas e jornais possuem papel de destaque no processo estudado. Os editoriais da grande imprensa eram espaço privilegiado de destacados próceres das classes dominantes. Os anarquistas e socialistas dedicarão enormes esforços na difusão de suas ideias através dos meios periódicos – ainda que as diferenças materiais à sua iniciativa política não sejam ignoráveis.

Os livros também foram um suporte fundamental naqueles anos de tensão. Enquanto as organizações da classe trabalhadora dedicavam-se a difundir as ideias e exemplos dos líderes estrangeiros que se destacavam na tarefa de pôr em xeque a ordem do capital, também representantes dos interesses dominantes dedicam-se a publicar o seu proselitismo, bem como

utilizam-se das tribunas da política estabelecida para os seus pronunciamentos, seja no parlamento, seja nas diferentes instâncias do Poder Executivo.

A primeira parte da tese tem como título *Uma revolução burguesa em processo*. Trata-se de dois capítulos de abordagem distinta e complementar. No primeiro capítulo encontra-se uma proposta de periodização histórica para o século XX no Brasil. Exercício cujo objetivo é o de inserir o processo aqui focado nas linhas de força históricas do qual é parte fundamental, está pautado pela investigação das principais manifestações da ideia de revolução no Brasil do último século, as quais ocorreram em três distintos momentos nos quais se combinavam transformações estruturais com lutas políticas de envergadura, configurando diferentes ciclos históricos.

No segundo capítulo, a atenção está detida nos processos de transformação ocorridos a partir de 1850. Ano chave na história brasileira no qual se conjugaram mudanças que se afigurariam centrais aos anos vindouros: a cessação do tráfico de escravizados e a promulgação da Lei de Terras. O café, que já se encontrava em posição destacada na pauta de exportações brasileiras, alcançará um crescimento impressionante nos anos posteriores. Obras de infra-estrutura de monta passarão à cena com isso. As mudanças não deixam incólume a ordem das consciências.

A segunda parte, intitulada *A formação das coletividades*, trata do processo de formação das classes sociais cujo enfrentamento torna-se mais acentuado a partir da conjuntura aberta com a Grande Guerra. No terceiro capítulo, “O protesto operário”, são acompanhadas as diferentes iniciativas de constituição de organizações da classe trabalhadora urbana bem como, parte deste mesmo processo, o surgimento de instrumentos de difusão de suas ideias, como jornais, revistas e escolas. A partir destes elementos, é possível conhecer diferentes episódios de luta como, especialmente, a sua consciência de sua situação, acompanhando as eventuais alterações da mesma pari passu diferentes transformações da vida sócio-econômica, assim como quais leituras realizavam e o que, disto, se apropriavam para a sua ação. É dada especial atenção ao crescente protesto contra circunstâncias como a carestia de vida, o preço dos alugueis e o aviltamento das condições de trabalho, demandas que não são novidade em 1917, ainda que adquiram dimensão inédita na sua expressão política então, quando esta recorrente denúncia é acrescida de um novo fôlego ideológico, sendo que a ideia de revolução adquire expressiva concretude na lavra dos militantes estudados. O quarto capítulo, “A situação dominante”, por sua vez, trata justamente da construção da ordem oligárquica, com atenção nas primeiras manifestações de não só uma consciência de ser classe

dominante – ou ao menos destinada ao exercício desta dominação – como especialmente a sua visão de mundo acerca dos conflitos sociais. A sua certeza sofre severo abalo com a conjuntura de greves, sendo estudados aqui os pronunciamentos de representantes de seus interesses estabelecidos politicamente, tendo em vista identificar aos novos problemas que se colocam.

Na terceira e última parte, *As respostas à Questão Social*, são verificadas as alterações de ordem organizativa tanto entre setores ativos da classe trabalhadora urbana quanto em diferentes frações das classes dominantes. O capítulo “Anarquismo e Maximalismo” tem por ponto de partida o processo de lutas acentuado no ano de 1917, momento em que são abertas condições para as organizações da classe trabalhadora experimentarem um decisivo processo de reorientação, pari passu o aprofundar de suas formas de luta: não só há a irrupção de greves gerais a partir daquele ano, mas também, no bojo do mesmo processo, a configuração de projetos insurrecionais e a tentativa de avançar na articulação nacional de esforços de luta e organização política. É um momento destacado de elaboração de projetos políticos, ou seja, de desenvolvimento de iniciativas com diferentes objetivos de poder; é significativo que então diferentes manifestos venham a lume, ao mesmo tempo que seja necessário, à militância, elaborarem denúncias de iniciativas da classe dominante em torno de um acentuar da repressão ao movimento quanto, especialmente, de cooptação do mesmo por meio da interpelação a partir da *Questão Social*. Já em “Liberalismo e autoritarismo”, sexto e último capítulo, é acompanhada a reação das classes dominantes às novas circunstâncias críticas abertas com a Grande Guerra e seus impactos no Brasil. Diferentes frações das mesmas adquirem novo grau de organização em resposta. Se os seus representantes estabelecidos politicamente tentam trazer respostas à gritante *Questão Social*, há também setores mais ou menos alternativos, mais ou menos autônomos, no centro de seu universo social e ideológico.

## I – UMA REVOLUÇÃO BURGUESA EM PROCESSO

Uma questão fundamental da historiografia brasileira dos últimos quarenta anos é se foi a Revolução de 1930, de fato, *uma revolução*? O argumento dos principais questionadores do fato envolve ressaltar que o movimento de derrubada do governo instituído de Washington Luís – e eleito de Julio Prestes – construiu a sua própria legitimação apresentando-se enquanto revolução ao mesmo tempo em que era uma reação aos reais atores revolucionários do processo. No limite, há proposições que negam ter ocorrido qualquer transformação relevante com o processo então aberto. De fato, “fazer a revolução antes que o povo a faça” era uma ideia motriz para muitos protagonistas desta face de 1930. Alteravam variados elementos para responder a um problema – a *questão social* – que há muito se anunciava, bem como, e não menos importante, para reposicionar-se no complexo tabuleiro brasileiro. Malgrado tudo isso, não há razão o suficiente para negar a importância de que questões importantes se alteraram, e não foi pouco, a partir de 1930. Inclusive, é fundamental entender este processo a partir de problemas *impostos* pela ação da classe trabalhadora.

Se a Revolução de 1930 foi, em larguíssima medida, contra a classe trabalhadora e setores subalternos (mas atendendo-a, ainda que não a contento), não há ainda assim razão para *negar-lhe o fato*. Caio Prado Jr. auxilia na compreensão de que uma revolução não é só um ato insurrecional, mas

[...] em seu sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.<sup>63</sup>

Esta interpretação ganha maior assertividade se relacionada à proposição clássica de Marx retomada por Albert Soboul em seus estudos da Revolução Francesa: “A Revolução Francesa constitui, com as revoluções inglesas do século XVII, o coroamento de uma longa evolução econômica e social que fez da burguesia a senhora do mundo.”<sup>64</sup> Quiçá aqui esteja a chave interpretativa relevante à compreensão de 1930 – ou melhor, da *conjuntura crítica sintetizada neste evento e em sua processualidade posterior* – no âmbito da longa duração. Momento decisivo de um *longo* processo, vazão a novas contradições. Para além de qualquer intencionalidade dos envolvidos.

<sup>63</sup> PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 2004. p. 11.

<sup>64</sup> SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981. p. 9.

Nesse sentido, identificando um outro momento decisivo neste processo a partir da metade dos anos 1910, entendido enquanto Revolução Burguesa a partir dos referenciais acima, é que este momento do trabalho trata da formação das condições estruturais cuja transformação foi o próprio terreno em que os enfrentamentos sociais e formulações ideológicas inerentes a este processo se operaram.



## **CAPÍTULO I - Acumulação primitiva, café e violência: a ordem oligárquica em tempos de *Belle Époque* burguesa**

### 1.1 América Latina: vinculação ao mercado mundial, apropriação de terras e organização do Estado nacional

No momento em que o arquiduque austro-húngaro Francisco Ferdinando era assassinado pelo grupo nacionalista sérvio *Mão Negra* e as tensões acumuladas entre as potências europeias chegavam ao limite de sua explosão, o café seguia mantendo a posição de principal pauta de exportações do Brasil, e nada poderia indicar uma alteração desse quadro. O produto, que mais e mais granjeava posição vantajosa para São Paulo no quadro nacional, cumpria papel destacado na acumulação de capital em escala planetária, inscrito na necessidade de matérias-primas e alimentos baratos à Revolução Industrial que se processava na Europa e nos emergentes Estados Unidos da América<sup>65</sup>. Cumpria-se a sina própria às formações sociais periféricas, condição que remontava à constituição histórica deste espaço, onde “[...] a estruturação das pautas da produção, *no âmbito das relações entre as formações econômico-sociais no período de formação da economia capitalista mundial*, isto é, na segunda metade do século XIX [...]”, vinha a determinar todos os rumos de seu desenvolvimento<sup>66</sup>. No que toca a América Latina durante o período em tela, é notória a concentração na estrutura produtiva de distintos países de determinados valores de uso destinados à exportação:

Em Cuba, o açúcar que desde 1790 afirmara-se como principal produto, alcançou volumes no século XIX que fizeram da ilha caribenha o principal exportador

---

<sup>65</sup> Foi justamente nos EUA dos oitocentos que a bebida do café tornou-se um bem de consumo de massas, fato claramente relacionado com as transformações econômicas que lá se operavam: “[...] o consumo per capita cresceu de dezoito avos de libra em 1783 para nove libras cem anos depois. A explosão populacional dos eua da ordem de 5 vezes naquele século significa que as importações totais de café cresceram 2.400%! Ao término do século dezenove os EUA estavam consumindo treze libras per capita e importante mais de 40% do café mundial [...]. Metade do crescimento no consumo mundial no século XIX deveu-se ao aumento das compras dos EUA.” Cf: TOPIK, Steven apud LUCE, Mathias. *Teoria Marxista da Dependência*. Problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018. pp. 105-106.

<sup>66</sup> A constituição histórica do capitalismo a partir das relações entre o seu centro e periferia, com as devidas expressões sócio-políticas de tal processo, está sintetizada no trecho a seguir: “O capitalismo consolida-se na Europa com a produção para o mercado interno. Na América Latina, surge para atender às necessidades do capitalismo europeu, cuja Revolução Industrial passava a demandar suprimentos abundantes de matérias-primas e alimentos baratos. Se, por um lado, tanto na Europa como na América Latina o processo de acumulação primitiva foi marcado por violência, houve, por outro lado, diferenças marcantes. Em um contexto fabricou-se fabricantes, enquanto no outro as oligarquias vincularam-se ao papel subordinado que coube à economia exportadora, dentro da divisão internacional do trabalho.” Cf: LUCE, Mathias. *Op cit.* pp. 87-88.

mundial açucareiro, posição em que permaneceria ao longo da maior parte do século XIX. Na Argentina, após quase um século de predomínio – desde a fundação do Vice-Reino do Rio da Prata, em 1776 – do couro, carne salgada (charque) e lã, despontaram novos produtos de exportação, notadamente trigo, milho e carne congelada e resfriada. No Brasil, a partir da primeira década de vida independente, o café deslanchou seu ciclo e projetou-se como principal mercadoria exportadora, condição que se manteria até a década de 1950. No Uruguai, a produção de lã, sem perder espaço, foi acompanhada pelo crescimento da carne de ovinos, à medida que se lograva o incremento do rebanho e da atividade agropecuária. No Chile, o trigo, principal produto desde o período colonial, cedeu lugar para o salitre ou nitrato, que despontou como primeiro item das exportações logo ao término da Guerra do Pacífico (o salitre era secundado, nesse período, pelo cobre, que algumas décadas mais tarde assumiria a primeira posição). Na Bolívia, a prata era suplantada pelo estanho, metal que encontraria neste país andino, o segundo exportador mundial. Já no Peru, após o ocaso da era do guano, um conjunto de novos valores de uso ganhou espaço em suas exportações: açúcar, algodão, lã (de ovelha e de alpaca), cobre, ouro e também petróleo. No Equador, cacau e bananas foram os bens lançados no mercado mundial. Na Colômbia, o café, acompanhado pelo ouro, tomou a dianteira, à frente do tabaco, da quina e do anil. Na Costa Rica, café e produção bananeira lideraram a pauta de exportações, o mesmo que na Guatemala. O café também foi o principal item da Nicarágua, assim como de El Salvador, após o período em que predominaram na economia salvadorenha o anil e o algodão. Honduras foi outro país de produção bananeira. O México, por sua vez, apresentou uma produção mais diversificada, mas resumidamente foram a prata, o cobre e o petróleo suas mercadorias principais, acompanhados pelo *henequém* (sisal) e o açúcar. No Haiti, até 1790 o maior produtor mundial de açúcar, o café verde assumiu o lugar como sua mercadoria principal ao longo do século XIX. A República Dominicana foi outra economia açucareira, assim como Porto Rico. No Paraguai, madeiras de construção e erva-mate constaram do rol de exportações. Na Venezuela, café e cacau foram substituídos pela nova combinação café e petróleo (e o petróleo assumiu definitivamente o primeiro lugar em 1925). Já o Panamá apresentou a produção de bananas e, em menor medida, de coco entre os itens exportados. Mas, após a construção do Canal, que entrou em operação em 1914, a renda absoluta extraída sobre seu trânsito ocupou o lugar como principal fonte de riqueza internacional gerada na economia panamenha.<sup>67</sup>

Esta configuração continental de orientação produtiva destinada à exportação de gêneros em direção ao centro capitalista, tão marcante entre os anos finais do século XIX e o início do século XX, constituiu-se historicamente a partir da longeva relação de expropriação da terra e do trabalho, a qual é articulada pela violência, tendo por sentido a conformação da grande propriedade voltada à produção de gêneros de exportação e a constituição da mão-de-obra adequada a tal propósito<sup>68</sup>. Tais elementos materiais e objetivos produtivos, inscritos em tendências estruturais de longa duração, se afiguravam como problemas imbrincados e candentes a serem resolvidos em meados dos oitocentos, um momento “[...] de grande

---

<sup>67</sup> Ibidem, pp. 91-92.

<sup>68</sup> “A apropriação da terra na América Latina, ao contrário de se constituir num processo pacífico, foi um movimento repleto de conflitos que resultou na formação da grande propriedade fundiária e no enquadramento dos grupos subalternos como mão-de-obra para as nascentes formações econômico-sociais. A formação da propriedade e do enquadramento da mão-de-obra constituem um binômio inseparável para a compreensão da organização social latino-americana no decorrer de sua história.” Cf: SOUZA, Susana Bleil. “Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaia-rio-grandense no século XIX”. IN: AZEVEDO, Francisca; MONTEIRO, John. *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. p. 357.

importância para a formação do atual sistema de propriedade e das relações de trabalho na América Latina [...] privatização e concentração de terras nas mãos de uma oligarquia de grandes proprietários rurais ligados especialmente à produção agropecuária destinada ao mercado externo”.<sup>69</sup>

A importância do período e a novidade no movimento devem-se a uma articulação de novas circunstâncias nos mais importantes âmbitos estruturais do espaço latino-americano, não sem razão em um período também de transformações no sistema capitalista como um todo: “O processo de vinculação ao mercado mundial ocorre nessa fase de transição para a definitiva implantação do capitalismo na América Latina, que, além de caracterizar-se como a etapa de apropriação de terras, é também a fase de organização e de consolidação dos Estados nacionais.”<sup>70</sup>

É no bojo deste processo geral no âmbito da economia latino-americana, que se opera o processo de consolidação do café como o mais destacado dos artigos de exportação do Brasil. Como ocorria na estrutura continental, terra e trabalho tinham papel fundamental no fenômeno em curso. Momento decisivo, nesse sentido, foi o ano de 1850, um marco na história econômica brasileira, quando duas medidas jurídicas deram os primeiros e tímidos passos para a lenta constituição de um ordenamento propriamente capitalista.

A proibição do tráfico transatlântico de escravos, problema que se arrastava por décadas no Parlamento e tornava-se mais candente ao sabor das crescentes pressões britânicas (que já chegavam ao ponto do apresamento de navios, especialmente com a *Bill Aberdeen*, de 1845), enfim tornou-se um fato com a Lei Eusébio de Queiroz, a qual colocou “[...] em xeque o futuro da escravidão”<sup>71</sup>. Tardou duas semanas de sua promulgação, é aprovada a Lei de Terras, que ao tratar da questão fundiária, também “trouxe a preocupação em autorizar o governo a promover a colonização estrangeira localizando-a onde achasse conveniente: estabelecimentos agrícolas, trabalhos dirigidos pela administração pública, ou formação de colônias”<sup>72</sup>. Os desenvolvimentos posteriores da iniciativa mobilizada em torno da Lei de Terras iluminam este seu sentido: após a criação da Diretoria Geral das Terras Públicas surge o Ministério da Agricultura (1862), órgão originado, de acordo com Luiz Felipe Alencastro,

---

<sup>69</sup> Idem.

<sup>70</sup> Idem.

<sup>71</sup> GONÇALVES, Paulo. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 131.

<sup>72</sup> Idem.

para “administrar a reciclagem do tráfico de escravos para o tráfico de imigrantes”<sup>73</sup>. À necessidade de superar o trabalho compulsório, caberia formar uma nova forma de exploração do trabalho.<sup>74</sup>

Uma nova circunstância, assim, se anunciava no cenário brasileiro com esses dois processos concorrentes<sup>75</sup>. Enquanto certo passo, titubeante, era dado à constituição de uma força de trabalho livre, outro era dado no caminho à mercantilização *de facto* de importante aspecto da vida econômica, de forma alinhada ao que se processava em termos sistêmicos. A relação entre as duas medidas é íntima. A propriedade de terras, “a quem pudesse ocupá-las por meio da compra de falsos títulos de propriedade”, impedia “a produção das condições de subsistência para os segmentos sociais passando por processos de expropriação”<sup>76</sup>. Operava-se um processo historicamente decisivo, uma ruptura que configurava um caminho sem retorno.

A nova circunstância em anúncio com as duas relevantes medidas de 1850, ainda que apenas lentamente despontasse, já podia ser considerada algum sinal de transformação. Nesse sentido, é verificada na história econômica do período, após a ilegalidade de fato do tráfico de

---

<sup>73</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. “A pré-revolução de 30”. IN: *Novos Estudos CEBRAP*. N. 18. Setembro de 1987. p. 19

<sup>74</sup> GONÇALVES, Paulo. *Op. Cit.* p. 131.

<sup>75</sup> Sobre a correspondência entre as alterações no trato da terra e no trato do trabalho, bem como sobre o caráter estrutural do processo em tela: “*O conflito entre esses dois diferentes pontos de vista [moderno e arcaico] reflete a transição, iniciada no século XVI mas concluída apenas no século XX, de um período no qual a terra era concebida como domínio da Coroa, para um período no qual a terra tornou-se de domínio público; de um período no qual a terra era doada principalmente como recompensa por serviços prestados à Coroa, para um período no qual a terra é acessível apenas àqueles que podem explorá-la lucrativamente; de um período no qual a terra era vista como uma doação em si mesma, para um período no qual ela representa uma mercadoria; de um período no qual a propriedade da terra significava essencialmente prestígio social, para um período no qual ela representa essencialmente poder econômico. A mudança de atitudes em relação à terra correspondeu à mudança de atitudes em relação ao trabalho: escravidão e certas formas de servidão foram substituídas pelo trabalho livre.*” Cf: COSTA, Emília Viotti. *Op Cit.* pp. 173-174.

<sup>76</sup> Em argumentação semelhante à de Emília Viotti da Costa, enfatizando o caráter de ruptura que a proibição do tráfico transatlântico e a aprovação da Lei de Terras assumiam na história brasileira, Alexandre Barbosa realiza importante síntese do sentido do processo que se abria: “*O ano 1850 marca uma ruptura na história econômica e social do Brasil. Com a proibição efetiva do tráfico de escravos, o principal fator de produção (que era ao mesmo tempo fonte de capital e de trabalho) tornava-se escasso, configurando uma nova situação que [Celso] Furtado chamaria de “inelasticidade da oferta de trabalho”. Isso significa que, caso a produção aumentasse, não haveria mão de obra na quantidade necessária e a preços baixos. Os escravos excedentes do “Norte” poderiam ser remanejados para o Centro-Sul em certa medida, expediente bastante utilizado. Também se tentou fazer uso do “contrato de parceria”, algo que tornava os imigrantes europeus responsáveis pelo custeio do seu transporte e, portanto, endividados e “imóveis”. No mesmo ano, seria aprovada a Lei de Terras, a qual não se entende sem o fim do tráfico. O objetivo era assegurar a ocupação das terras pelos latifundiários. Se a posse e a doação estavam agora proibidas, a aplicação da lei – sem a demarcação das terras e o pagamento dos impostos correspondentes – dava livre acesso às terras públicas a quem pudesse ocupá-las por meio da compra de falsos títulos de propriedade. O intuito era impedir a produção das condições de subsistência para os segmentos sociais passando por processos de expropriação.*” Cf: BARBOSA, Alexandre Freitas. “O mercado de trabalho no Brasil: uma perspectiva de longa duração”. IN: *Estudos Avançados*. Ano 30. N. 87. 2016. pp. 13-14.

africanos e da promulgação da Lei de Terras, a libertação de capitais para inversão em distintos empreendimentos capitalistas: transportes e comunicação; manufaturas e indústria; comércio. De forma mais detalhada:

No decênio posterior a 1850 observam-se índices dos mais sintomáticos disto [desencadeamento de forças renovadoras, no âmbito econômico, após a abolição do tráfico africano]: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, quatorze bancos, três caixas econômicas, vinte companhias de navegação a vapor, 23 de seguros, quatro de colonização, oito de mineração, três de transporte urbano, duas de gás, e finalmente oito estradas de ferro. [...] O Brasil inaugurava-se num novo plano que desconhecera no passado, e nascia para a vida moderna de atividades financeiras. Um incipiente capitalismo dava aqui seus primeiros e modestos passos. A incorporação das primeiras companhias e sociedades, com seu ritmo acelerado e apesar dos exageros e certo artificialismo, assinala assim mesmo o início de um processo de concentração de capitais que, embora ainda acanhado, representa ponto de partida para uma fase inteiramente nova. Ele servirá de motor para a expansão das forças produtivas do país, cujo desenvolvimento adquire um ritmo apreciável. Sem contar os grandes empreendimentos como estradas de ferro e empresas de navegação a vapor, instalam-se embora ainda muito rudimentares, as primeiras manufaturas de certo vulto; o comércio, em todas suas modalidades, se expande.<sup>77</sup>

Uma indústria embrionária, portanto, dava os seus primeiros sinais tímidos no cenário brasileiro, ganhando um vulto levemente mais expressivo ao menos no último quartel do século. O período, em termos gerais, não é de pouco significado, afinal, entre 1850 e 1914, “[...] duplicou a taxa de industrialização, [...] os progressos da técnica do transporte oceânico e da comunicação (navios a vapor e cabos submarinos) aumentaram consideravelmente a integração do sistema de mercado mundial”. Eram os anos da “segunda fase do crescimento econômico europeu”, nas letras de Warren Dean, quando, nos países “novos” (aqueles resultantes da expansão colonialista europeia), ocorria a “transição para a manufatura doméstica”. No Brasil, contudo, “somente com a abolição da escravidão veio a manufatura a proporcionar uma parte significativa do consumo brasileiro e a produzir impacto sobre o resto da economia e a estrutura da sociedade”<sup>78</sup>. A economia de salários em dinheiro emergiria – ao final do período abordado por Dean – como fator de impulso àquela indústria ainda incipiente<sup>79</sup>. A aparição destas primeiras atividades industriais no Brasil não só corria *pari*

<sup>77</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit., 1986. pp. 209-210

<sup>78</sup> DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume I: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985. p. 251.

<sup>79</sup> Cabe lembrar que, em esforço didático de exposição do básico sobre as relações econômicas na base da sociedade capitalista, Marx ressaltou o caráter *necessário* da relação entre trabalho assalariado e capital – ambos se pressupõem mutuamente: “É o domínio da acumulação do trabalho passado, materializado, sobre o trabalho imediato, vivo, que transforma o trabalho acumulado em capital. O capital não consiste no facto do trabalho acumulado servir ao trabalho vivo como meio para uma produção futura. Consiste em que o trabalho vivo sirva de meio ao trabalho acumulado para conservar e aumentar o seu valor de troca. [...] o capital pressupõe o trabalho assalariado e o trabalho assalariado pressupõe o capital. Ambos se condicionam

*passu* ao triunfo do sistema de exportação de café, como também era impulsionada pelo mesmo pois seguia uma atividade subsidiária na profunda atualização em processo da longa economia de exportação<sup>80</sup>.

## 1.2 A ascensão do café e o embrião industrial

Assim, ressalte-se que era ainda a agricultura – grande lavoura voltada à produção de bens de exportação, como ocorria desde o período de colonização – a atividade econômica que apresentava crescimento mais destacado no período aberto na segunda metade dos oitocentos. À frente no processo, a rubiácea. O café, já então com o papel de motor econômico brasileiro, beneficiado pelos capitais liberados, passou a contar com base financeira e de crédito em seu favorecimento, apresentando assim larga expansão<sup>81</sup>. O próprio capital oriundo desse processo atuará nas referidas atividades industriais.

A pujança cafeeira revela-se tanto nos números específicos da exportação de café ao longo do século XIX quanto na comparação da participação das províncias cafeeiras no valor nacional exportado em relação à região do Nordeste, até pouco tempo o espaço por excelência da economia exportadora brasileira:

### Exportação de café em grão pelo Brasil

| Decênios  | Toneladas |
|-----------|-----------|
| 1821-1830 | 190 860   |
| 1831-1840 | 584 640   |
| 1841-1850 | 1 027 260 |

e se geram mutuamente.” Cf: MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Edições Avante, 1975. pp. 58-60.

<sup>80</sup> Correndo o risco de antecipar alguns argumentos, de maior centralidade nesta tese, a serem discutidos *a posteriori*, cabe de todo modo atentar à seguinte síntese da situação econômica entre as décadas finais do Império e as primeiras do século XX, especialmente paulista, mas que com as devidas mediações pode ser um bom ponto inicial à discussão para outras realidades no Brasil: “*A transformação econômica que São Paulo experimentou nos primeiros trinta anos do século XX revela as oportunidades abertas às suas elites dominantes de fomentar e atrair negócios no processo de reprodução ampliada do capital e das possibilidades históricas e sociais criadas pela acumulação. Assim, a prosperidade das atividades industriais dependia do desenvolvimento das iniciativas do setor primário e manutenção da divisão internacional capitalista do trabalho mostrou-se um elemento determinante. Em última análise, ela ocorreu em sintonia com a própria evolução econômica do país. Prevaleram, desse modo, as regras de inserção do Brasil no mercado mundial como fornecedor de artigos tropicais. Logo, os parâmetros de decisões que norteavam as linhas gerais da economia vigente obedeceram a matrizes de decisões hegemônicas apoiadas em grupos majoritários de estreitas ligações com as oligarquias estaduais.*” Cf: SILVEIRA, Eujácio. “Indústria e pensamento industrial na Primeira República” IN: *Perseu – História, memória e política*. N. 17, ano 12, São Paulo, 2019. p. 260.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 210.

|           |           |
|-----------|-----------|
| 1851-1860 | 1 575 180 |
| 1861-1870 | 1 730 820 |
| 1871-1880 | 2 180 160 |
| 1881-1890 | 3 199 560 |

**FONTE:** GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 559.

### Participação no valor exportado (%)

|                        | 1852/53 –<br>1856/57 | 1862/63 –<br>1866/67 | 1872/73 –<br>1876/77 | 1882/83 –<br>1886-87 |
|------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| <b>Nordeste</b>        | 34,2                 | 40,9                 | 25,9                 | 22,1                 |
| <b>Áreas cafeeiras</b> | 54,6                 | 48,2                 | 61,8                 | 62,3                 |

**FONTE:** GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 559.

À exceção da década de 1860, marcada pela Guerra de Secessão nos Estados Unidos da América, atribuição que favoreceu, conjunturalmente, a combalida cultura algodoeira (característica das províncias de Pernambuco, Maranhão, Alagoas e Paraíba), esta – que sofria a concorrência desde o início do século justamente do algodão estadunidense nas exportações à indústria têxtil inglesa – seguia a senda da produção açucareira: a larga superação pelo café na pauta das exportações brasileiras<sup>82</sup>. O determinante nesta alteração não era outro que não a situação dos distintos produtos frente às demandas do mercado internacional<sup>83</sup>.

As crescentes exportações de café, junto a outros elementos da vida econômica brasileira contemporânea (concurso inglês em atividades e capitais, redução das importações com o fim do tráfico negreiro, modificação da política alfandegária, crescimento de rendas públicas etc.), devem-se também, em boa medida, à circunstância política na qual, a partir de 1850, dada a “normalidade política e administrativa”, com as agitações pós-Independência já apaziguadas, há “evolução mais tranqüila e equilibrada” do Império escravocrata<sup>84</sup>. A situação

<sup>82</sup> Com algumas diferenças numéricas que não alteram o substancial da argumentação, Pedro Fonseca, ao discutir a economia brasileira entre os anos de 1850 e a Proclamação da República, demonstra o quão saliente é a citada evolução do café enquanto produto de exportação – de 48,8% do valor total das exportações em meados do século, cerca de quatro décadas depois já cumpria 61,5% do valor total das exportações, seguido pelo açúcar, com 9,9%<sup>82</sup>. Não por acaso, estas são as atividades que marcam as regiões de dinamismo, ou decadência, econômica onde, em tal período e especialmente nos anos vindouros, emergem classes sociais com comportamentos políticos que ditarão o ritmo de seu processo. Cf: FONSECA, Pedro. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983. pp. 17-18.

<sup>83</sup> FAUSTO, Boris. *Op Cit.*, 2015. pp. 203-204.

<sup>84</sup> A derrota das lutas por autonomia provincial no contexto da Independência e, em consequência, a *pax* estabelecida com a garantia da centralização do Império – uma contradição de longa duração na história

não é exclusividade brasileira, constituindo-se no continente latino-americano um ordenamento social afinado aos interesses de uma classe social específica, a oligarquia agrária, fato do qual a mesma é *consciente* e atua em torno de seu aprofundamento e perpetuação:

Existe en cada uno de ellos la neta conciencia de pertenecer a una clase llamada no sólo a dirigir la política, administrar la economía y dominar la sociedad, sino también a proponer a los diversos grupos sociales subalternos, en contraste con lo acaecido hasta entonces, un proyecto referente al futuro del propio país: la gran novedad de este período reside justamente en esta capacidad por parte de clase dominante de obrar directamente como tal. [...] El período 1850-1880 representa la fase inicial de la hegemonía oligárquica, es decir, de una clase cuyos orígenes son coloniales, que basa su poder en el control de los factores productivos y que utiliza directamente el poder político para aumentar su dominación sobre las restantes capas sociales. Nos hallamos frente a una clase en fase ascendente, capaz de asumir su hegemonía y de minimizar las contradicciones que su dominio pueda generar. Ello significa que, pese a la existencia durante estos años de sublevaciones y revueltas por parte de los grupos subalternos y de tensiones en el seno de las mismas oligarquías, unas y otras pudieren ser superadas.<sup>85</sup>

[Gramsci e hegemonia, quiçá] As considerações de Marcello Carmagnani, atento à longa hegemonia oligárquica em todo o espaço latino-americano, merecem uma leitura detida. [pôr em comparação com Caio Prado, Cueva e Halperín Donghi; no que toca Carmagnani, especificamente, ressaltar a novidade histórica da consciência de classe que os oligarcas passam a, de fato, possuir no período] consciência de classe oligárquica (Manifesto Republicano de 1870 e afins) [emergência do mercado norte-americano pro café (*história econômica do Brasil*, p. 172; predominância do Vale do Paraíba até c. 1870, p. 174; Guerra do Paraguai e escravidão, pp. 192-193); complementar com Mathias Luce]

A expressão brasileira de tal processo torna-se bastante nítida no início dos anos 1870. Cerca de nove meses após a notícia do final da Guerra do Paraguai, na capa do primeiro número de *A República*, jornal fluminense de propriedade do *Club Republicano*, estava

---

brasileira, não é demasiado frisar – encontra breve, mas importante, síntese em trecho de vigoroso artigo de Wanderley Guilherme dos Santos: “*As tentativas de descentralização e autonomia regionais em relação ao Poder central manifestam-se no Brasil já antes da Independência, em Pernambuco, por exemplo, em 1817, e depois da Independência com a Confederação do Equador, de 1824, tendo como um de seus líderes Frei Caneca, cujas idéias republicanas, bem mais do que simplesmente favoráveis à monarquia descentralizada, podem ser encontradas em suas Obras Políticas e Literárias. Até aproximadamente 1845 eclodem ainda as rebeliões no Maranhão, no Rio Grande do Sul e no Pará, estimuladas, segundo os centralizadores da época, pela legislação liberal que então contribuía para o esfacelamento do Império, ou seja, pelo excesso de descentralização, enquanto os descentralizadores atribuíam à excessiva centralização a responsabilidade pelos mesmos acontecimentos. Levando vantagem os conservadores, reforma-se a legislação política-administrativa do país, no início da década dos 40, extinguem-se os focos de resistência à predominância do Poder central e intensifica-se o debate acerca da organização política do país [...]*” Cf: SANTOS, Wanderley Guilherme. “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”. IN: \_\_\_\_\_. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978. p. 36.

<sup>85</sup> CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en America Latina, 1850-1930*. Barcelona: Editorial Critica, 1984. pp. 20-21.



estampado um *Manifesto* que, na posteridade, viria a ser conhecido como *Manifesto Republicano*<sup>86</sup>. O documento, de acordo com a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, sinaliza uma transformação nos termos dos debates políticos dominantes, até então marcados pela oposição entre centralização e descentralização e pela legitimidade ou não do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Mudança não apenas de ideias, mas também de caráter organizativo: já em 1868 o Partido Liberal sofria a dissidência do Partido Liberal-Radical, originando, dois anos depois, o Partido Republicano, responsável pelo *Manifesto* que, ainda segundo Santos, abre a pregação republicana, uma das marcas dos “anos de agonia do sistema sob o qual vivera o país desde 1822”<sup>87</sup>, quando mesmo as velhas questões são temperadas por agitações de caráter novo – marcando problemas que se transformam em questões – como o trabalho escravo e a emergência de militares ciosos de novo papel na política nacional. [conectar direito]

[conquistas de posições políticas dos oligarcas “republicanos históricos” até a sua afirmação no Estado] [sobre a formação de novas classes: retomar Nelson Werneck Sodré sobre a classe média; ver Carone]   assim que no bojo do desenvolvimento econômico que se experimentava com as mudanças em processo a partir da segunda metade do século XIX novas classes sociais vinham se formando no Brasil e uma assumia o seu papel hegemônico em tal processo, inevitavelmente complexo<sup>88</sup>. [rever a pertinência do termo “forma o social” aqui, se não   mais apropriado “modo de produ o”] Era uma forma o social que caducava para dar espaço a outra de qualidade nova [Samir Amin sobre a gesta o das classes sociais fundamentais em uma forma o social anterior ou em processo de caducar (*desenvolvimento desigual*, páginas introdutórias, a ver leitura de Nauber)].

---

<sup>86</sup> Heitor Ferreira Lima, em livro menos conhecido dentre sua obra, já atentou para o ano de 1870 – também a partir do fim da Guerra do Paraguai e do aparecimento do *Manifesto Republicano* – como um marco inicial no processo de crise da ordem imperial, dada a emergência de uma série de condicionantes históricas. Instigante   a considera o que recupera de Vicente Cardoso em torno da *forma o das nacionalidades americanas* como um processo que então se iniciava: “Os historiadores são acordes, geralmente, em apontar 1870 com o término da Guerra do Paraguai, a forma o do Clube Republicano, o aparecimento do jornal A República e a publica o do *Manifesto Republicano*, como o ano que marcou o fim do Império e o surgimento dos instrumentos econômicos, políticos e sociais para a implanta o da República, entre nós, em 1889, pois, como todas as guerras, aquela não poderia deixar de contribuir para a muta o social, política e econ mica da na o. Aliás, Marx já dizia que as guerras e as revolu es são as locomotivas da História [...] amolecido primeiro nos charcos do Paraguai, foi em verdade só depois desse trabalho que o barro americano acabou sendo modelado com a forma o dessas nacionalidades americanas”. Cf: FERREIRA LIMA, Heitor. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 17-18.

<sup>87</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme. Op. cit., pp. 36-37.

<sup>88</sup> “Mas apesar desta estabilidade aparente, as contradi es profundas do sistema, atenuadas embora, mas lavrando ainda ativamente na base da estrutura econ mica e social do país, não tardarão em provocar novos desajustamentos e dar origem a outros conflitos.” Cf: PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit., p. 186.

[consequências nos investimentos capitalistas, interessados na exportação, e nas formas de exploração do trabalho (reacionarismo)]

Indício das transformações globais de que o cenário brasileiro das décadas finais dos oitocentos era palco são as ondas migratórias. Este amplo movimento humano revela as consequências de dois processos maiores, em geografias distintas: o deslocamento do centro dinâmico da economia brasileira, marcado pela decadência das exportações no Nordeste ao mesmo tempo que ascendem a cultura do café, ao Sul, e a da borracha, na Amazônia; os efeitos humanos da Revolução Industrial e das atribuições políticas em áreas periféricas do continente europeu [ver dados em Hobsbawm, Crouzet, Mauro e Gonçalves]. [...]

Novos sobrenomes e tradições iam ajudar a preencher as também novas formas de exploração do trabalho. Um incipiente desenvolvimento industrial também se operava. O fenômeno estava inscrito na intensificação do plantio do café, artigo que, como já visto, era o carro chefe da pauta de exportações brasileiras de então<sup>89</sup>. Os números específicos do estado de São Paulo, *locus* da produção cafeeira no Brasil, revelam a intensificação da recorrência ao braço europeu à medida em que a instituição escravista dava sinais do caráter terminal de sua crise:

### Ingresso de imigrantes europeus em São Paulo

| Períodos  | Nº de imigrantes |
|-----------|------------------|
| 1875-1879 | 10.455           |
| 1880-1884 | 15.852           |
| 1885-1886 | 16.036           |
| 1887      | 32.112           |
| 1888      | 92.086           |

**FONTE:** GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978. p. 569. [a talvez consultar a fonte por ele utilizada]

“Como fruto de políticas públicas, podemos avaliar o estímulo à imigração e à organização da colonização como resultado de um esforço razoável do Estado Brasileiro durante todo o século XIX. O argumento de que a política de colonização para a pequena

<sup>89</sup> “A partir de 1870-80, com a intensificação do plantio do café, que paralelamente provoca maiores ondas de imigração, a existência do capital agrário e a afirmação de um dinâmico mercado interno tornam-se fatores principais para o desenvolvimento industrial, fatores estes que acabam por suplantam os outros, embora não os façam desaparecer do cenário nacional.” Cf: CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 22.

propriedade era secundária e subsidiária à preocupação de abastecer de “braços” a grande lavoura é, sem dúvida, correto, como uma política geral do Estado durante o século XIX, mas não explica o volume, a importância e a continuidade dos investimentos na montagem da infra-estrutura de colonização para a pequena propriedade. Podemos situar a década de 1870 como um período fundamental neste processo, tanto pelo volume de investimentos, como pela continuidade dos mesmos, chegando ao ponto de, no ano de 1878, o Governo Imperial aplicar aproximadamente 10% de seu orçamento.” [PINHEIRO MACHADO, Paulo. *A política de colonização do Império*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1999. pp. 12-13 (refletir sobre as hipóteses elencadas pelo autor, com foco no caso gaúcho, nas páginas 14 e 15)]

“A produção do café, que vinha subindo de ano para ano, sofre um corte de 50% em 1888, devido à libertação dos escravos; esta quebra, entretanto, é economicamente compensada pelos bons preços correntes. A República se beneficia de certas condições nacionais e internacionais dos dois últimos decênios do século, e que são a causa do grande surto cafeeiro: a baixa cambial resulta em emissões contínuas, o que significa abundância de capitais e necessidade de rápida aplicação para renda; assim, multiplicam-se empresas comerciais, industriais e rurais, principalmente as fazendas de café, que exigem grandes capitais. Como consequência, há especulações de terras e rápida valorização de propriedades. Por outro lado, as doenças que grassam nos cafezais asiáticos, fazem sentir seus efeitos a partir de 1880, diminuindo o perigo da competição mundial e beneficiando o Brasil com a manutenção do preço do café. Outro elemento é a política imigratória estadual e federal, que fornece abundante mão-de-obra; e, finalmente, as condições do contrato para formação do café [...], que despertam o interesse do trabalhador.” [CARONE, Edgard. *A República Velha* (instituições e classes sociais). São Paulo: DIFEL, 1970. pp. 29-30 – Brasil se torna o grande produtor mundial de café a partir de 1880]

[atenção na situação de administração dos numerosos estrangeiros vindos à exploração de mão-de-obra, na Hospedaria dos Imigrantes (“A pré-revolução de 30”, p. 19); ver PAULO GONÇALVES] Luiz Felipe de Alencastro atenta à permanência de condições aviltantes de exploração nas fazendas de café na qual a maioria do contingente de imigrantes de origem italiana foi trabalhar, condições essas que não se restringem ao período aqui em tela:

As duras condições em que centenas de milhares de imigrantes de todas as nacionalidades foram “brasilianizados” nas fazendas, por engenho e arte do Estado –

que aparece assim como um “Super-Gato”, empreiteiro de trabalho alheio – e dos proprietários rurais formados por trezentos anos de escravidão, merecem ser ressaltadas para que fique convenientemente relativizada a chamada transição do trabalho escravo para o trabalho livre. O trabalho dito “livre”, generalizado após a Abolição, não constitui propriamente uma inovação. Formas variadas de trabalho compulsório, impostas a índios, ex-escravos e brancos pobres, foram amplamente utilizadas durante a escravidão. Aliás, é precisamente essa prática histórica que facilitará a transição do tráfico de escravos ao tráfico de imigrantes, a passagem da sociedade escravista à sociedade patriarcal.<sup>90</sup>

Sobre este cenário econômico erigiam situações de classe. O par opositor do trabalho explorado é, para relembrar a interpretação de Carmagnani citada há poucas páginas, uma classe não apenas dominante – e consciente de seu papel na dominação -, mas dirigente, cuja atividade produtiva ditava os rumos política e da organização social, atuando diretamente nos principais processos em curso:

O café deu origem, cronologicamente, à última das três grandes aristocracias do país; depois dos senhores de engenho e dos grandes mineradores, os fazendeiros de café se tornam a elite social brasileira. E em consequência (uma vez que o país já era livre e soberano) na política também. O grande papel que São Paulo foi conquistando no cenário político do Brasil, até chegar à sua liderança efetiva, se fez à custa do café; e na vanguarda deste movimento de ascensão, e impulsionando-o, marcham os fazendeiros e seus interesses. Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual, se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do norte, para o sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração européia e a abolição da escravidão; a própria federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado.<sup>91</sup>

### 1.3 Hegemonia oligárquica e imperialismo

“[...] a consolidação de um Estado nacional (no período que vai de 1822 a 1850) exige a construção de uma poderosa máquina burocrática e repressora, que possa desempenhar com êxito a função de integração de uma sociedade política territorialmente tão vasta e pontilhada de focos sociais locais pouco afeitos ao acatamento das ordens do Poder Central (até então, apenas formalmente existente). Assim, a burocracia civil e o Exército criarão, no Império (o segundo, sobretudo a partir da Guerra do Paraguai, quando aumenta a sua importância quantitativa e social), um novo tipo social que ocupa uma posição intermediária entre o grupo

---

<sup>90</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe. Op. Cit., p. 20.

<sup>91</sup> PRADO JÚNIOR, Caio. Op. Cit., pp. 180-181.

de proprietários rurais e a grande massa escrava.” [SAES, Décio. *Classe média e política na Primeira República brasileira* (1889-1930). Petrópolis: Vozes, 1975. p. 32]

[...] Não era apenas o Brasil, portanto, que experimentava um processo de transformação estrutural – guardando continuidades –; o capitalismo como um todo era marcado por importante alteração. A abertura do processo de mudanças na configuração politicamente colonial latino-americana que marcou a transição entre os séculos XVIII e XIX devia-se, como já ressaltado por outros autores, à emergência do capital industrial na Europa. Os ditames do mercantilismo (especialmente o exclusivo comercial) chocavam-se com as demandas da Revolução Industrial que se processava no cenário europeu. Meio século depois, novo processo: transitava-se do capitalismo concorrencial ao monopolista, “*um dos fenômenos mais importantes – senão o mais importante – da economia do capitalismo moderno*”, de acordo com a lavra de Vladimir Lenin, atento às condições e possibilidades de luta que se abriam no alvorecer dos novecentos<sup>92</sup>. Este processo de transformação econômica se inscreve na própria tendência, inerente ao modo de produção capitalista, à concentração (a qual conduz, também de acordo com Lenin, “*diretamente ao monopólio*”). [este processo atuava de forma fundamental naquelas alterações econômicas no Brasil já citadas: Caio Prado, Carmagnani, Richard Graham]

[quicá: Richard Graham, Caio Prado Jr. e Carmagnani] [DA VIOLÊNCIA À CONSTITUIÇÃO DO IMPERIALISMO - talvez outros clássicos sobre (Hobson, Hilferding e Rosa Luxemburg) – pistas n’*O Capital*, em seus “capítulos históricos” (seção referente à mais-valia relativa) e no referente à lei geral da acumulação capitalista, quicá -: COGGIOLA (*As grandes depressões*); Caps. 2 e 3 de *A Era dos Impérios* – outras Eras atenção nas Relações Internacionais e Economia; textos em “O século XX – volume 1” e ARIAS NETO em “O Brasil Republica – Volume 1”, pp. 197-198; ARRIGHI; SECCO sobre Kondratiev e as crises econômicas em Marx; MARICHAL – processos violentos e decisivos com influência no Brasil também em tensão]

[Companhia Paulista de Estradas de Ferro]

[“As duas últimas décadas do século XIX e a parte do século XX que antecede a primeira Guerra Mundial constituem uma fase muito importante da história brasileira e também da burguesia em nosso país.” (*História da burguesia brasileira*, p. 155)]

[talvez transferir Carmagnani para cá?]

---

<sup>92</sup> LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979. pp. 17-18.

Um processo complexo no qual, como já se dá a entender, a luta de classes não deixa de atuar. Atente-se ao termo *complexo*. Sem olvidar o caráter eminentemente rural daquela formação social, o sociólogo Octávio Ianni, em discussão acerca do longo processo de transição entre o trabalhador escravizado e o trabalhador operário – em um recorte que compreende os anos de 1871 (*Lei do Ventre Livre*) e 1963 (*Estatuto do Trabalhador Rural*) – fornece um retrato do caráter nada harmônico do fenômeno:

Ao longo dessas décadas, houve escravos (indígenas, negros, mestiços), meeiros, colonos, parceiros, assalariados, diaristas e outros. Mas também pelourinhos, troncos, emboscadas, invasões de terras, greves, prisões e assassinatos políticos. E, houve também romarias, santos milagrosos, monges, profetas, cangaceiros, ligas camponesas e sindicatos rurais. Esse é o conjunto das manifestações de antagonismo, crises e lutas que assinala as sucessivas metamorfoses do trabalhador agrícola brasileiro.<sup>93</sup>

A Lei do Ventre Livre de 1871, marco inicial da reflexão de Ianni em torno das “*metamorfoses do trabalhador agrícola brasileiro*” (setor mais expressivo numericamente da classe trabalhadora então), é interpretada como uma “*lei de desescravização*” pelo historiador econômico Alexandre Barbosa<sup>94</sup>. O autor a inscreve no bojo do processo de constituição da “nova configuração espacial das relações de trabalho” no Brasil, o qual se deve a “[...] um conjunto de leis e ações formuladas pelo Estado no Brasil Império, cujo principal objetivo era defender os interesses dos novos (velhos) quase-empregadores do centro dinâmico e dos subempregadores nas demais regiões do país, num contexto de crescente escassez do trabalho escravo”<sup>95</sup>. [função da lei e ulterior formação de um mercado de trabalho] (impacto da Guerra Civil nos EUA sobre a questão escravista em Brasil e Cuba – texto de Marquese e Parron) [ver em Hobsbawm o grau das alterações na ordem sistêmica do capitalismo para cotejar com as transformações brasileiras no período em tela, remontando ao processo desde a metade do século XIX – Antes, relembrar grandes abalos na história do centro capitalista, à mesma medida da trajetória do Império: 1815, 1830, 1848, guerra de secessão, guerra franco-prussiana (*economia dos conflitos sociais*); questão do regime de acumulação] Brasil, território “privilegiado” no processo de acumulação originária de capital. [em algum lugar mencionar a desamortização da terra no México – ver textos Bleil -, em modernização imperialista, comparável às circunstâncias inglesas quando da reforma anglicana (ver Silvia

<sup>93</sup> IANNI, Octávio. “A formação do proletariado rural no Brasil”. IN: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. Vol. 2. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. pp. 127-128.

<sup>94</sup> BARBOSA, Alexandre Freitas. Op. Cit., p. 14.

<sup>95</sup> Ibidem, p. 13.

Federici)]

[após apresentar a pujança industrial, comercial e financeira da Europa] “Só nas grandes praças comerciais da Europa existem organizações dedicadas às operações de Banco e de Bôlsa, onde governos e emprêsas particulares podem conseguir os créditos a longo prazo de que necessitam. Nova Iorque limita ainda sua atividade aos valores norte e sul-americanos; só a Europa é capaz de fornecer os capitais indispensáveis à abertura de uma mina, à construção de uma ferrovia, à edificação de uma fábrica em qualquer ponto do planêta; ela é o banqueiro do mundo, e três Estados repartem entre si 83% de tôdas as inversões exteriores: Grã-Bretanha, 45%; França, 25%; Alemanha, 13%. Os Estados Unidos vêm muito atrás com 5%. Um quarto da riqueza nacional britânica e um sexto no tocante à França foram assim aplicadas no estrangeiro onde se tornaram instrumentos de conquista econômica, franqueando o caminho aos comerciantes, aos técnicos e aos engenheiros que dirigem as grandes explorações e transformam os países devedores em clientes das mercadorias nacionais e em fornecedores de matérias brutas.” [CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. Tomo VII – A época contemporânea. Volume I – O declínio da Europa; O mundo soviético. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 16]

“Londres é a “central da economia mundial”, graças ao seu mercado monetário, o mais vasto e o mais barato do mundo, e aos transportes marítimos cuja maior parte está em mãos da Inglaterra; a libra esterlina é a moeda internacional por excelência e deixa longe atrás de si o franco e o dólar. “Praça dominante, divisa dominante e preços dominantes” convertem a Inglaterra no árbitro do tráfico mundial. A despeito dos esforços dos outros países industriais, começam a entrar em relações diretas com os fornecedores e os clientes ultramarinos, é por seu intermédio que “continuam a ter contacto com o mundo”.” [CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. Tomo VII – A época contemporânea. Volume I – O declínio da Europa; O mundo soviético. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 17]

[Europa partilha América com os EUA – vale acentuar as semelhanças e diferenças com os casos da China, Egito e Turquia discutidos na página anterior] “São essencialmente os capitais alienígenas que dominam e exploram as riquezas minerais, os serviços públicos e as poucas indústrias existentes. Muito especializada em alguns produtos de exportação, a economia latino-americana é frágil. A borracha e o café representam então 90% das exportações brasileiras; o café, 53% das colombianas; o estanho, 77% das do Peru; o açúcar,

77% das cubanas; e os produtos da criação, 84% das remessas do Uruguai; os produtos petrolíferos, 74% das da Venezuela; e os nitratos, 75% das chilenas. É preciso exportar a todo custo, a fim de pagar os juros das dívidas externas: se a exportação enfraquece, a economia do país desmorona, arrastando a moeda nacional e, com ela, o govêrno. Êste, não dispondo de fundo de reserva, nem de meios de ação sôbre os bancos, tem de sujeitar-se à sua vontade e deixar que orientem, segundo os seus próprios interêsses, a vida econômica do país. É, pois, o cliente estrangeiro quem estimula ou freia a produção, através de suas compras, e quem fixa os preços.” [CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. Tomo VII – A época contemporânea. Volume I – O declínio da Europa; O mundo soviético. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968. p. 19 – talvez relembrar o que o autor discute especificamente do caso argentino, quiçá tecendo comparações]

Brasil em transição ao capitalismo de forma associada e dependente (periferia em tempos de imperialismo) – oligarquia agroexportadora no poder, burguesia como força emergente no período (República proclamada pela também emergente classe média urbana – *força dirigente* – no bojo de lutas sociais cuja *força motor* estava nos trabalhadores escravizados e elementos avançados de um nascente proletariado urbano) [Décio Saes]:

“Com o declínio do modo de produção escravista colonial e ainda nos quadros da formação social escravista, houve, portanto, um desenvolvimento de forças produtivas sob a direção da burguesia industrial emergente. Com ela e o jovem proletariado, nascia o modo de produção capitalista no Brasil.” (GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 14) [na mesma linha, verificar texto de Francisco de Oliveira, na *História Geral da Civilização Brasileira* e remeter às considerações de Marx sobre o significado histórico do processo de acumulação primitiva, então concluía-se no Brasil (pôr em discussão com Massimo de Angelis) - formas de trabalho pós-escravidão (Caio Prado, *História econômica do Brasil*): “um tipo de relações que sem serem servis, conservarão traços acentuados do regime abolido”]

[relacionar com os pontos anteriores, rapidamente] No emblemático ano de 1914, a América Latina vivenciava os primeiros sinais da crise do projeto oligárquico que vinha dominando seu solo. De acordo com Marcello Carmagnani<sup>96</sup>, autor que caracterizou o período

---

<sup>96</sup> CARMAGNANI, Marcello. *Op. cit.* p. 98.



entre 1880 e 1914 como *a idade de ouro* daquele mesmo projeto, nada melhor sintetizaria estes anos do que o lema inscrito na bandeira republicana brasileira: *Ordem e Progresso*. Segundo ele, é então que “[...] se extiende entre las oligarquías latinoamericanas el sentimiento de haber logrado dar a sus países um orden que ineluctablemente iba a conducirles a un futuro de progreso.” A princípio, os oligarcas confirmavam o que suas consciências registravam há quase meio século: uma classe eleita capaz da manutenção de determinada ordem social ao mesmo tempo que podia garantir o funcionamento efetivo da mesma, processo único cujo resultado não podia ser outro que não a crença na longevidade da situação instituída. . [consciência assemelhada à da *belle époque* da classe dominante europeia – (ARRIGHI, pujança e queda eduardiana, p. 277)]

De fato, aqueles anos poderiam parecer dourados à oligarquia brasileira, não obstante ter de enfrentar percalços para a sua afirmação no poder. A consolidação das oligarquias agrárias no poder (majoritariamente aquelas ligadas ao café) teve por precedência uma renhida disputa entre o consórcio de engajados na substituição do governo do Imperador Pedro II por um novo regime<sup>97</sup>, republicano, forma política afinada às das nações vizinhas, como já apregoavam documentos políticos desde, ao menos, os anos 1870. Nesse sentido, e também com atenção no conjunto da América Latina, Agustín Cueva igualmente compreende que a “fase oligárquica” no Brasil só se consolida de fato com as presidências civis posteriores ao esgotamento dos governos militares de Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto:

Na Guatemala, essa modalidade se cristaliza com o regime de Justo Rufino Barrios (1873-1885), para adquirir sua expressão mais onímoda com a prolongada tirania de Estrada Cabrera (1899-1920). Na Venezuela, o processo se configura com Guzmán Blanco (1870-1888) e de fato se estende até 1935, com a ditadura de Juan Vicente Gómez. Na Colômbia, são os próprios conservadores os encarregados de consolidar esta forma de estado a partir de 1904, com o governo autoritário de Rafael Reyes, cuja filiação partidária não o impede de ser um confesso admirador do “científico” Limantour, eminência do “porfiriato” mexicano. No Equador, o regime chamado “plutocrático” levanta-se literalmente sobre as cinzas da ala *machetera* do liberalismo, logo após o assassinato de Eloy Alfaro (1912). No Brasil, a fase “oligárquica” tem um claro antecedente no império e “renasce” com a derrota do projeto democrático de Floriano Peixoto (1894) para prolongar-se até os anos vinte. Na República Dominicana, é Ulisses Heureaux, o famoso “Lilis”, o encarregado de estabelecer um regime (1880-1899) capaz de passar, segundo suas próprias palavras, “do extremo da liberalidade ao da repressão e do terror, cada vez que os casos e as circunstâncias assim o exigiam”. Diretamente ou através de uma pessoa interposta,

---

<sup>97</sup> Em termos sucintos, assim argumentou Edgard Carone: “*As oligarquias agrárias, isto é, as do café, dominam a República até 1930. O interregno representado pelo domínio das classes médias, de 1889 a 1894, foi logo superado. Com mão firme e decisão, Prudente de Moraes debela tôdas as tentativas de rebelião ainda existentes, entregando ao seu sucessor um govêrno estabilizado. É Campos Sales quem ‘teoriza’ politicamente o reinado da oligarquia, criando a ‘política dos governadores’.*” Cf: CARONE, Edgard. Op. Cit. 1965. pp. 13-14.

O ordenamento de classes sociais característico do período de dominação oligárquica se cristaliza naquele período. [com as suas devidas formas organizativas e manifestações ideológicas – classe dominante (economia agrária exportadora – café, açúcar, borracha -, pecuária etc., primórdios da industrialização; a burguesia, em parte, se origina das classes agrárias predominantes já desde o período do Império), camadas médias urbanas (profissionais liberais), classe trabalhadora (escravos, brancos livres pobres, imigrantes – uma realidade já expressiva a partir da segunda metade do século XIX, período de empenho na manutenção ao máximo possível da exploração do trabalho cativo, quando já se arregimentavam esforços, especialmente na zona do café, em torno de arregimentar o braço estrangeiro levando em conta as dificuldades e provável término do regime escravista) – sabendo-se que a hegemonia naquele período histórico era do sistema agrícola, dado a agricultura ser então a estrutura econômica básica dos grupos oligárquicos (os quais comportavam diferenças de origem geográfica e mesmo de atividade produtiva – sul (café), nordeste (açúcar), norte (borracha) -, traduzidas por vezes em antagonismos de baixa intensidade), não obstante a forma produtiva dominante no vasto interior brasileiro era a da agricultura de subsistência, onde as populações envolvidas não eram atingidas pela economia de mercado, distantes dos agrupamentos urbanos mais expressivos, não raro experimentando processo de modernização articulado às tendências dos centros dinâmicos, sobrando para aqueles e aquelas que constituíam o grosso da população produtiva no Brasil apenas a exploração e a violência, longe das luzes da ribalta: “[...] *elas permanecem isoladas e ignoradas, sendo ‘reveladas’ apenas quando se dão os episódios trágicos de Canudos e do Contestado.*” [CARONE, Edgard. *A República Velha I* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 5] – (seriam os “episódios trágicos” citados *manifestações* de contradições seculares, ou da invasão de novíssimas e modernas contradições com a modernização brasileira em tempos de expansão imperialista, ou mesmo um *misto de ambos*? Há alguma relação desses casos com os episódios de conflitos *urbanos* posteriores?);

– modernização expressa nas instituições, ideias e mundo urbano que encetou contradições (episódios insurrecionais, rurais e urbanos, em distintas regiões, como contraponto à tese construída, logo quando da Proclamação da República, dos *bestializados*, de acordo com a

---

<sup>98</sup> CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1983. pp. 121-122.

pena de Aristides Lobo – documento em Carone): “[...] o povo, como opinião pública, pressão popular, voto consciente e movimento de massa – surge esporadicamente na história. Este nada tem a ver com a proclamação do regime republicano, mas se faz sentir no jacobinismo florianista, no apoio à guerra de Canudos, nos fatos posteriores ao atentado contra Prudente de Moraes, na revolta contra a vacina obrigatória, na Campanha Civilista e, finalmente, durante os anos de 1920. [...] apesar dessa presença intermitente, a história desse período é dirigida pelas cúpulas, pelas oligarquias; as massas – operariado e classe média – agem como contraponto desta política. Só assim é que pode ser compreendida essa época.” [CARONE, Edgard. Introdução. IN: \_\_\_\_\_. *A Primeira República* (1889-1930). Texto e contexto. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. pp. 8-9.]

“A partir de Campos Salles, o governo federal começa a realizar uma certa obra administrativa. Organiza as finanças, tenta alguma coisa no sentido de sanear a moeda, renova a capital do país saneando e urbanizando-a, inicia o aparelhamento de suas forças armada[s] dotando a marinha de unidades modernas. Não era muita coisa; mas era sem dúvida um início. A guerra europeia [de] 1914-18 interrompeu esta obra. As receitas alfandegárias, principal fonte de renda federal, caem bruscamente, e a crise financeira que daí resulta paralisa a ação federal.” (Caio Prado Júnior, “1937”, Documento datado de dezembro de 1937, IEB-USP, CPJ004-286)

“A revolta de Canudos denunciaria muitos dos aspectos do Brasil dos fins do século e, particularmente, das debilidades da República que, mal inaugurada, caía sob o guante do latifúndio implacável, sem grande resistência de uma burguesia que seria compelida a acumpliciar-se com o atraso feudal. Revelaria a extraordinária capacidade de luta do nosso povo, sua tenacidade, sua resistência, seu apagado heroísmo.” [WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 181]

“E Prudente de Moraes passa o governo a Campos Sales. Caberá a êste o acabamento da obra, dar-lhe os traços definitivos, montar o sistema oligárquico, liquidar de vez o Exército, levar o latifúndio ao pináculo da sua fôrça. Entrava-se no regime o partido único, [...], a ditadura do latifúndio.” [WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. p. 182]

“Cegos em sua dominação, os representantes do latifúndio não viam a tempestade que se aproximava, julgavam que o festim não chegaria jamais ao final: veio a crise em 1913 e, em seguida, a guerra. A perturbação nas relações comerciais com o exterior traz efeitos profundos à estrutura econômica do país: o mais profundo deles é o ritmo na acumulação, a

ascensão capitalista, o avanço da burguesia. Pinheiro Machado é assassinado, em 1916; surge, em 1917, a *Liga de Defesa Nacional*, o Brasil entra na guerra, Olavo Bilac desenvolve sua campanha pelo serviço militar obrigatório. A nação estava em busca de suas forças militares, que a política amesquinhou e esqueceu. A que situação estavam elas relegadas?” [WERNECK SODRÉ, Nelson. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 1965. pp. 194-195]

“Recife e Salvador são dois exemplos de cidade em que há participação do povo contra as opressões oligárquicas. Os momentos de crise são as ocasiões para estas manifestações. Agora, no caso de Recife, elas são estimuladas pelo apoio ou participação das forças do Exército. Mas quem lidera as passeatas, comícios e batalhas é o povo, que se opõe ao governo mas que não se identifica com os grupos oposicionistas. Estes é que vão se aproveitar desta participação para galgar o poder.” [CARONE, Edgard. *A República Velha II (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. p. 276]

“Enquanto a primeira tentativa de “salvação nacional” fracassa (São Paulo), os casos de “salvações do Norte” mostram a determinação dos militares em participar do processo político. É verdade que o processo torna-se mais fácil nos Estados do Nordeste, porque é lá que se instalam as oligarquias mais fechadas e intolerantes, o que provoca protestos contínuos contra suas arbitrariedades. As oposições encontram oportunidade única neste momento em que o Exército pretende retomar o poder político. É assim que a convivência do poder central – como durante os governos de Deodoro e Floriano – é fundamental para o sucesso destas empreitadas. Também, a ação do governo federal contribui para o fracasso de tentativas, como as da Paraíba, Piauí e Rio Grande do Sul.” [CARONE, Edgard. *A República Velha II (Evolução Política)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1969. p. 28]

A luta dos trabalhadores brasileiros na Primeira República se deu de forma articulada com a industrialização então em processo. A agitação da classe, apesar da atenção privilegiada que a historiografia dedicou ao período, não era novidade, tampouco o surgimento de expressões organizativas de suas reivindicações.

## II – A FORMAÇÃO DAS COLETIVIDADES

### CAPÍTULO II - Primeiras organizações - O protesto operário, “Rumo à Revolução Social vai, alfim, a humanidade” [título provisório]

#### 2.1 Primeiros esforços

A queda da Monarquia brasileira trouxe de roldão uma difusa “[...] expectativa de várias correntes políticas, a maioria de caráter reformista, de encontrar na República a oportunidade de implementar na prática a concretização de suas ideias”<sup>99</sup>. Destas variadas correntes então atuantes, não raro ocorreu da articulação entre “[...] influências positivistas com concepções socialistas que já haviam chegado em terras brasileiras décadas antes”<sup>100</sup>. O positivismo, como já se conhece, tinha entre as suas prerrogativas a integração do proletariado à sociedade, sendo esta concebida enquanto um organismo, um todo dependente do devido equilíbrio harmônico entre as suas partes, a ser regido por princípios de caráter científico. As ideias socialistas, por sua vez, possuem maior heterogeneidade, circulando a partir de diferentes fontes e orientações no cenário brasileiro desde, especialmente, a década de 1840. Inicialmente restritas a algumas páginas de jornais e discussões elaboradas por intelectuais isolados<sup>101</sup>, começam a ganhar musculatura organizativa justamente com as possibilidades abertas pela transição de regime político<sup>102</sup>.

---

<sup>99</sup> OLIVEIRA, Tiago. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2009. p. 34.

<sup>100</sup> *Ibidem*, p. 35. Assim também observa Adalmir Leonídio, autor que identificou a presença de novos elementos, no emblemático decênio de 1870, no discurso socialista veiculado no Brasil, sugerindo mesmo a “[...] sua aproximação com o socialismo marxista”. Não obstante essa afirmação, o autor verificou que tal fenômeno, ao mesmo tempo que implicou na circulação de termos até então ausentes do “vocabulário socialista” local (“classe operária”, “partido socialista”, Karl Marx, Friedrich Engels etc.), ainda carregava a influência dos “socialistas utópicos”, que marcaram as primeiras manifestações mais expressivas de tal ideário por aqui, articulados profundamente com referenciais positivistas. Cf: LEONÍDIO, Adalmir. “Utopia e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil”. IN: *Perseu*. São Paulo, n. 4, ano 3, 2009. pp. 11-12.

<sup>101</sup> Benito Schmidt argumenta que o conhecimento das teorias socialistas anteriores à proclamação da República é de caráter “normalmente epidérmico e eclético”. Cf: MORAES FILHO, Evaristo. “A proto-história do movimento operário no Brasil”. IN: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 1: o impacto das revoluções. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 11-49; BATALHA, Cláudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. IN: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 2: os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 9-41; SCHMIDT, Benito. “Os partidos socialistas na nascente República”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 141-142; SECCO, Lincoln. *A batalha dos livros – Formação da esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017. pp. 31-35.

<sup>102</sup> No que toca os limites da movimentação política da classe trabalhadora ao longo do século XIX, cabe lembrar, ainda que com consciência da necessidade de matizar o argumento com a existência de revoltas e

É assim que, pouco mais de 15 anos após o 15 de novembro, em um apanhado do desenvolvimento das ideias socialistas no Brasil, Curvello apontaria as contradições da “republica burgueza e oligarchica”, fator de insatisfação generalizada ao representar continuidade com variados elementos negativos do Império, contradições estas cujas soluções positivas estariam nas “raras vozes honestas e alacres que appellam para o futuro”, “os nossos sonhadores socialistas”:

Não nos faltam incitamentos, dizia, porque verdadeiramente nós outros Brasileiros não estamos satisfeitos com essa republica burgueza e oligarchica, que succedeu ao Imperio como sua herdeira e continuadora. Toda a gente, entre nós, o sente e confessa mais ou menos francamente. A herança foi completa, de todos os vicios, todos os crimes politicos, todas as iniquidades sociaes. Nem admira que a massa inculta de nosso povo apoie, ás vezes, os saudosos epinicios entoados aos passado regime, ora pelos sobreviventes monarchistas, ora pelos republicanos descontentes, que, na falta de melhor orientação, com elles afinam a sua tristonha musa. Felizmente, porém, algumas vozes honestas e alacres cuidam de melhorar o presente, sem o retôrno inconsequente aos passados erros. Segundo estas, a fundação da republica teve ao menos o merito de abalar, sacudir o velho torpor peninsular do nosso povo. Com a subita explosão do 15 de novembro, alimentámos a illusoria esperança de uma nova era de prosperidades. Dentro em pouco, quase tudo se desfez como nuvem vaporosa, e voltamos ao indifferentismo atávico; mas alguma coisa ficou, a sêde de uma boa e sã republica, que substitúa essa placa vermelha que foi pregada na velha feitoria de Pedro II. Deixemos, porém, a placa, que de resto não tem mais a rubra côr dos primeiros dias, tornando-se escura e desbotada conforme a vemos hoje. Voltemos áquellas raras vozes honestas e alacres que appellam para o futuro. São os nossos sonhadores socialistas, os que desejam uma real expansão humana, uma sociedade baseada na solidariedade das classes, sem os privilegios, as competições bellicosas e as iniquidades do presente. [CURVÊLLO DE MENDONÇA, M. “O movimento socialista no Brasil”. *Almanaque Brasileiro Garnier*, 1906, pp. 210-211]

As “vozes honestas e alacres” dos socialistas começaram a ecoar, entre as brechas da denunciada república oligárquica, pouco após a sua gestação. No mês seguinte à Proclamação da República, na cidade de Santos, surgia o Círculo Socialista, animado por Silvério Fontes, Sóter de Araújo e Carlos Escobar. Também foi o período de criação do Centro das Classes Operárias, no Rio de Janeiro, “[...] que deflagrou um movimento pelo direito de greve e contra dois artigos do Código Penal, os quais configuravam esse tipo de paralização do

---

paralizações de escravizados (as quais fomentaram largamente a própria crise da escravatura), a síntese clássica de Sheldon Maram: “*Divulgadores do sindicalismo nos anos de 1890 tinham que ser bastante pacientes e dedicados. Suas idéias eram muito estranhas para os imigrantes que aqui chegavam aos montes sonhando com oportunidades douradas, e também para os trabalhadores brasileiros que acabam de presenciar a abolição da escravatura. Greves foram raras até a passagem do século, e as rebeliões porventura ocorridas afetavam apenas uma única empresa ou um setor de uma fábrica. A resposta dos trabalhadores às idéias do sindicalismo foi lenta. Qualquer tentativa de organização das massas era abafada pelo governo.*” Cf: MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979. p. 127.

trabalho como crime”<sup>103</sup>. Já o ano de 1890 tem por marca o nascimento de outros dois organismos, de forma distinta aos anteriores, ambos surgidos na capital federal com o título de Partido Operário. Um, sob a batuta do tenente José Augusto Vinhaes, diretamente vinculado ao governo federal – o Marechal Deodoro da Fonseca nomeou-o para dirigir a Repartição Geral dos Telégrafos –, o que não o impediu de tomar parte em um movimento grevista no porto de Santos, por exemplo; o outro, dirigido pelo tipógrafo França e Silva, tinha por veículo oficial o jornal *Voz do Povo*, substituído como órgão de propaganda, pouco tempo depois, pelo *Echo Popular*<sup>104</sup>. Rivalizavam no que tocava as linhas políticas a serem defendidas: “O tenente e seus apoiadores defendiam uma linha moderada e reformista de atuação [...] Luiz França e Silva propunha uma estruturação mais autônoma do operariado em relação às forças políticas dominantes”<sup>105</sup>. Os seus limites regionais denunciavam os próprios obstáculos estruturais que se punham a qualquer tentativa de organização político-institucional no Brasil de então: eram associações cujo escopo não escapava ao Distrito Federal, apesar das tentativas de França e Silva de constituir, pouco depois, um Congresso Operário Nacional e o Partido Operário do Brasil<sup>106</sup>.

Não apenas iniciativas partidárias marcaram o ano de 1890<sup>107</sup>. Também foi o momento para a emergência das primeiras manifestações aparentadas ao anarquismo no Brasil: é o caso da colônia Cecília no interior do Paraná, resguardado o caso anterior, efêmero e pouco lembrado, de uma rápida experiência – assim como a colônia Cecília, também tributária aos esforços de um italiano – ocorrida em Guararema, São Paulo, no ano de 1888<sup>108</sup>.

De maior relevância política que os casos acima citados é o surgimento do primeiro jornal de orientação anarquista, fundado por imigrantes italianos em São Paulo, dois anos

---

<sup>103</sup> SCHMIDT, Benito. Op. Cit., pp. 144-145.

<sup>104</sup> Ibidem, pp. 145-147; OLIVEIRA, Tiago. Op. Cit., p. 37.

<sup>105</sup> SCHMIDT, Benito. Op. Cit., p. 146.

<sup>106</sup> Ibidem, pp. 147-148.

<sup>107</sup> Cabe ainda menção ao exemplo contemporâneo menos lembrado, quicá menos relevante, de todo modo contendo em si muitas das características que marcarão o fenômeno das organizações proletárias do período que se abria, do Partido Operário de Fortaleza: “[...] fundado em 15 de junho de 1890, no mesmo ano de seu congênere do Rio, teve uma existência agitada e radical. Seus membros são dentistas, alfaiates, operários, mecânicos, pedreiros, ourives, sapateiros etc. Constam de seu programa reivindicações pelas 8 horas, redução das horas de trabalho de mulheres e crianças, democratização do capital e habitação higiênica, alfabetização etc. Apesar de ligações com na política dominantes, é notória a campanha que levam a efeito, durante dois ou três anos de existência, objetivando seu programa, fundando o jornal O Combate, anunciando sua intenção de ministrar aulas noturnas aos operários. Seu chefe, Adérson Ferraz, dirige uma greve em Fortaleza.” Cf: CARONE, Edgard. *A República Velha I* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. pp. 197-198.

<sup>108</sup> TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 58-59; OLIVEIRA, Tiago. Op. Cit., p. 49.

depois do nascimento da referida experiência comunitária, com o título *Gli Schiavi Bianchi*<sup>109</sup>. No mesmo ano de 1892 também é verificado o indício de atividades anarquistas no Rio de Janeiro, centro no qual, em 1898, também surgem novos jornais anarquistas (*O Despertar* e *O Protesto*). No período de uma década, além dos já citados, são criados variados periódicos de orientação libertária, em distintas regiões do Brasil: *O amigo do povo*; *La battaglia/La barricata*; *A luta*; *Il diritto*; *A nova era*; *O regenerador*<sup>110</sup>.

A construção de tais instrumentos de difusão de suas ideias e organização de sua militância caminhava pari passu o envolvimento dos próprios anarquistas, junto a militantes de outras orientações, nos embates protagonizados pela classe trabalhadora de então. Já recebeu destaque da historiografia especializada o caráter de ruptura histórica, no seio do movimento operário brasileiro, do caso da greve generalizada ocorrida no Distrito Federal em agosto de 1903. Envolvendo um contingente considerável de trabalhadores, alvos de forte repressão, vitimados por negociações fracassadas – promovidas por um republicano não orgânico ao seu movimento -, ali depararam-se coletivamente com a ação direta (especialmente, a greve) enquanto uma significativa alternativa de ação, a qual viria a adquirir proeminência nos principais centros industrializados do centro-sul brasileiro<sup>111</sup>.

As ocorrências de greves expressivas em outros centros marcam os anos vindouros<sup>112</sup>. Prévio a isso, não obstante, um esforço de organização. Exemplo disso pode ser encontrado com atenção apenas no ano de 1905, que é marcado por duas importantes iniciativas em São Paulo: de um lado, os sapateiros, marceneiros e chapeleiros criam a Federação Operária de São Paulo (FOSP); por outro, surge o periódico *A Terra Livre*, por obra de militantes anarquistas. À sua frente, os jornalistas Edgard Leuenroth e Neno Vasco. Davam continuidade a um trabalho já desenvolvido em *O amigo do povo*, do qual Vasco era um dos idealizadores,

---

<sup>109</sup> TOLEDO, Edilene. Op. Cit., p. 59.

<sup>110</sup> Ibidem, pp. 60-61.

<sup>111</sup> “A experiência da disseminação da solidariedade operária na capital federal teve grande impacto a partir de agosto de 1903, após a morte por acidente de trabalho de um trabalhador e a declaração de lock-out como reprimenda aos protestos dos operários têxteis da fábrica ‘Aliança’. Foi, então, deflagrada uma greve que logo se generalizaria entre diversas outras categorias de trabalho do Distrito Federal. A intensa repressão que se abateu sobre os grevistas (cujo número, segundo a imprensa operária da época, teria oscilado entre 22.000 a 25.000) e o fracasso da condução das negociações promovidas pelo Centro das Classes Operárias, sob a tutela do “doutor Vicente de Souza, um republicano adepto do socialismo reformista” no movimento operário”, marcariam assim uma ruptura na história do movimento operário brasileiro, pois a greve “desencadeia um sentimento de recusa aos métodos de arbitragem dos conflitos entre o proletariado e a burguesia. Esse sentimento está na origem da consciência sindicalista que emerge a partir de então”. Cf: OLIVEIRA, Tiago. Op. Cit., p. 44.

<sup>112</sup> Para um apanhado apenas entre a proclamação da República e o importante ano de 1906, cf: CARONE, Edgard. Op. Cit., 1972. pp. 215-219.



cuja publicação havia cessado um ano antes<sup>113</sup>. *O amigo do povo* marcou época: “o primeiro jornal anarquista de São Paulo, em língua portuguesa, a ter uma publicação regular”, reunia uma plêiade dos mais importantes anarquistas do período e era distribuído em cafés e esquinas não só da capital paulista, mas também da federal. A subscrição voluntária e as assinaturas o mantinham<sup>114</sup>.

Nas páginas do novo *A Terra Livre*, aqueles já experimentados quadros defendiam a neutralidade política dos sindicatos e a greve geral revolucionária, com forte inspiração na francesa Confédération Générale du Travail (CGT). Não eram princípios novos: reverberavam um processo de propaganda e discussão protagonizado pela militância libertária local há, pelo menos, dez anos<sup>115</sup>. Fundamental é, apesar da grande atenção dedicada à questão das associações sindicais, o seu fomento à formação de “grupos especificamente anarquistas”.

Estas ocorrências focalizadas em São Paulo evidenciam um acúmulo de experiências em importante corrente do movimento operário. Não só ali a classe se agitava, porém. A já citada emergência de jornais em regiões variadas no período o comprova. Outro fator a ser matizado, com atenção na variedade regional da classe trabalhadora brasileira, envolve idem uma amplitude ideológica. Se os anarquistas e sindicalistas revolucionários assumem protagonismo na capital paulista e vizinhanças, isso não implicou de modo algum em exclusividade nas lutas. Os socialistas também se engajavam em esforços de reorganização, não desaparecendo após os primeiros anos da República. A diversidade ideológica, que guarda alguma relação com o fato de uma variedade de regiões não possuírem conexão, não deixa de corresponder à própria diversificação verificada globalmente no movimento operário.

Os centros industriais mais expressivos do Norte e do Sul brasileiro permitem acompanhar a presença socialista com destaque na direção da classe. Em Recife, a presença dos anarco-sindicalistas teria alguma expressão apenas a partir de 1914, após a fundação da Federação dos Trabalhadores. Fundamental era o papel cumprido pelo Centro Protetor dos Operários em Pernambuco – o qual, de acordo com a lavra de um dos envolvidos, atuava “derramando os *ideais modernos* na alma operária” –, associação que animou o veículo

---

<sup>113</sup> ALVARENGA, Lucas. “Nos bastidores de um jornal anarquista: as mobilizações de um grupo de propaganda para a publicação do jornal *A Terra Livre* (1905-1910)”. IN: *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 7. Num. 19. São Leopoldo, Janeiro-Julho de 2018, p. 48.

<sup>114</sup> TOLEDO, Edilene. Op. Cit., pp. 60-61.

<sup>115</sup> Cabe recordar o caso do periódico *L'Avvenire*, que já em 1895 apelava aos grupos anarquistas dispersos por São Paulo que se organizassem “*em estruturas de mobilização bem definidas*”, tendo em vista a ação proselitista de um programa anarquista. Cf: GODOY, Clayton; CUNHA, Eduardo. “Antes da tormenta: organização e formas de ação anarquista e operária”. IN: MARTINS, Marcos (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais*. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. pp. 71-72.

*Aurora Social*, órgão de propaganda do socialismo, que circulou entre 1901 e 1907<sup>116</sup>. Já na Bahia, há registros de um Partido Operário e de uma Federação Socialista nos anos de 1890 e 1903, respectivamente<sup>117</sup>.

Os já citados líderes França e Silva e José Vinhaes não desapareceram no segundo ano da República brasileira. Há registros de novas iniciativas suas, no Rio de Janeiro e em São Paulo, tanto em torno de um Congresso Socialista – do qual resulta um “primeiro Partido Socialista Brasileiro”, que “mal sobrevive” – quanto de iniciativas jornalísticas como o veículo *O Socialista*, “de linha anarquista”, apesar do título, entre 1892 e 1896<sup>118</sup>.

Em outra ponta do mapa brasileiro, no Rio Grande do Sul, há um quadro de renhida disputa entre os socialistas e os anarquistas. Aqueles eram predominantes nos primeiros anos da República, com inspiração na social-democracia alemã, expressa nas organizações que engajavam-se em construir: “Surgiram assim na década de 1890, em Porto Alegre, a Allgemeiner Arbeiter Verein dos operários alemães e a Liga Operária Internacional, enquanto em Rio Grande apareciam a Liga Operária e a União Operária”<sup>119</sup>. No ano de 1892, no supracitado Congresso Socialista, Antônio Guedes Coutinho toma parte, em nome da União Operária de Rio Grande e do Club Socialista da mesma cidade.<sup>120</sup>

A criação do Partido Operário Rio-Grandense, em 1905 remonta às experiências da citada Allgemeiner e do Partido Socialista de 1897. A nova organização é fundada junto ao aparecimento de um novo veículo de imprensa militante: o jornal *A Democracia*, desde já destinado a ser seu porta-voz<sup>121</sup>. É nas páginas de seu número inaugural que vem a lume o Manifesto do Partido Operário ao operariado no Rio Grande do Sul, assinado pela Comissão Central Provisória da referida associação. O seu anúncio não podia se dar em data mais significativa que no dia 1º de Maio<sup>122</sup>.

---

<sup>116</sup> REZENDE, Antonio. “As primeiras idéias socialistas em Pernambuco”. IN: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Num. 23. Recife, 2007, pp. 29-30.

<sup>117</sup> FONTES, José Raimundo. “Marighella e o movimento operário baiano no período da ‘redemocratização’ (1945-1947)”. IN: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora Unesp, 1999. p. 293.

<sup>118</sup> CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1972. p. 198.

<sup>119</sup> BARTZ, Frederico. *O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: Sulina, 2017. pp. 58-59.

<sup>120</sup> PETERSEN, Sílvia. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001. pp. 149-150.

<sup>121</sup> “*Ao que vem elle, é fácil explicar, porque o seu programma, embora amplo, pôde ser resumido nestas palavras: lutar pelo advento da verdadeira democracia, unico regimen em que é possível, haver, de facto, o bem estar do povo, do povo que produz e é espoliado, do operariado em summa.*” Cf: COSTA, Francisco Xavier. *A Democracia*. IN: *A Democracia – Órgão operario*. Anno I. N. 1, Porto Alegre: 01/05/1905. NPH/UFRGS. p. 1.

<sup>122</sup> PETERSEN, Sílvia. *Op. cit.* pp. 152-166.

O Manifesto, partindo de crítica aos avanços repressivos com o Código Penal, bem como à penúria material da classe que interpela, que “tem sucedido gradualmente em 1880 até hoje”, inicialmente aparenta identificar no regime vigente os problemas que vem denunciar para, após poucos parágrafos, aprofundar o seu diagnóstico:

Certo é que não ao systema republicano e sim ás classes que se apoderaram do governo cabem os anáthemias pela implantação do mal-estar, da infelicidade no seio do Povo que trabalha. Não é na fórma de governo do paíz que reside a causa originaria do mal que nos opprime, – é na fórma de governal-o. Causa esta generalizada, com quasi imperceptíveis variantes, por todo o Brazil, para desgraça do operario e desdouro da gloriosa tradição “farroupilha” foi justamente aqui, no Rio Grande do Sul, um dos lugares onde ella envolveu, como parasita que é, a instituição republicana. Estabelecida na terra gaúcha a doutrina comtista como orientação governamental, e em absoluta negação ao pregavam no tempo da monarchia os propagandistas republicanos Rio-grandenses, nós, os proletarios, ficamos officialmente reconhecidos como párias e tanto assim é que que, de quando em quando, em tentativas de aparente interesse por nossa sorte, aventa-se aqui, em concilliabulos philosophaes daquella doutrina, a commiserativa ideia de “nos incorporar à sociedade”. Somos uns párias – no desejo dos que nos usurparam o direito de intervir nos negocios publicos – para que o sejamos de facto.<sup>123</sup>

Os anarquistas gaúchos, por sua vez, também se faziam presentes nesses primeiros anos de atividade da classe. Há desde notícias de prosélitos franceses presos em Rio Grande portando cartas que indicariam o seu propósito de propaganda e difusão, até, mais importante, a chegada de elementos participantes da já mencionada colônia Cecília. De acordo com a lavra do militante Polidoro dos Santos, em relatório de atividades remetido ao Centro Libertário de São Paulo em 1914, tratava-se de “Homens ativos [que] intrometeram-se logo no movimento operario local e aí imediatamente fizeram sentir a sua ação”<sup>124</sup>. Esta é uma fonte fundamental ao conhecimento das atividades dos primeiros anarquistas porto-alegrenses, como já ressaltou Sílvia Petersen no seu amplo estudo sobre a atividade do movimento operário no Sul do Brasil nos primeiros decênios dos novecentos<sup>125</sup>. Leia-se criticamente a apreciação que um envolvido direto nas atividades narradas emite: Polidoro dos Santos ressalta o ineditismo das atividades propostas por seus camaradas (boicotagem e sabotagem), o destaque que os mesmos granjearam no seio da classe e as “[...] antipatias dos que persistiam nos velhos moldes de organização operária”. Não obstante, o cariz informativo do

---

<sup>123</sup> COMISSÃO CENTRAL PROVISORIA DO PARTIDO OPERARIO RIO-GRANDENSE. Manifesto do PARTIDO OPERARIO ao operariado no Rio Grande do Sul. IN: *A Democracia* – Órgão operario. Anno I. N. 1, Porto Alegre: 01/05/1905. NPH/UFRGS. p. 2.

<sup>124</sup> “Breve noticia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre – Subsídios para a historia do movimento anarquista no Brasil”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.

<sup>125</sup> PETERSEN, Sílvia. Op. cit., pp. 134-135.

documento não pode ser desprezado, especialmente, no que interessa aqui, o que é revelado das atividades de organização e propaganda ideológica desenvolvidas no Rio Grande do Sul:

Estes camaradas, fazendo alguns prosélitos nacionais, fundaram um Grupo de Estudos Sociais, com o fim de desenvolver a propaganda por meio da leitura e da discussão. Esse Grupo, depois da duração aproximada de um ano, desagregou-se completamente no meio de profunda desavença no meio de seus componentes. Dispersos estes elementos, continuaram, entretanto, agindo isoladamente na propaganda, assinando jornais anarquistas e auxiliando pecuniariamente a propaganda em S. Paulo. Em 1899 organizou-se o Grupo dos Homens Livres com o fim de fazer propaganda escrita. O Grupo, por ocasião do 1º de Maio, publicou um manifesto sobre o que era e o que valia aquela data, contrapondo-se ao programa festivo que algumas sociedades operárias haviam organizado para comemorar a referida data. Esse manifesto causou viva sensação e provocou violentas discussões entre a classe trabalhadora. O Grupo dos Homens Livres, apesar de reduzido o numero de seus componentes, persistiu na brecha e sempre que tinha oportunidade publicava manifestos e avulsos de propaganda. Esse Grupo ampliando seu raio de ação, por ocasião de um início de greves nesta capital, em 1894, começou a publicar um quinzenário anarquista denominado *A Luta* que durou até 1910. Esse periódico exerceu grande influência no seio da classe operária e modificou, em muito, a orientação errada que até então tinha o proletariado deste canto do planeta. Com a publicação desse jornal cresceu o número dos aderentes, muitos dos quais se tornaram ativos e conscientes anarquistas, ao mesmo tempo que muitos simpatizantes se acercavam do grupo que mantinha e sustentava *A Luta*. Pouco a pouco os anarquistas tomavam acentuada preponderância na União Operária Internacional, de onde fizeram campo de ação para desenvolverem a propaganda. Pouco antes do surgimento de *A Luta*, um grupo de simpatizantes do Ideal fundou a Escola Elyseu Reclus, que foi logo empolgada pelos anarquistas militantes que dela se utilizaram para fazer muita e boa propaganda.<sup>126</sup>

É notório o desenvolvimento de atividades dos ácratas em solo porto alegreense. No que toca os enfocados esforços propagandísticos dos mesmos, não deixam de chamar a atenção o surgimento de uma escola moderna e de um quinzenário. Para Sílvia Petersen, no que toca este processo, “o acontecimento mais importante” foi a fundação da União Operária Internacional, em 1902<sup>127</sup>.

Não só da capital, contudo, há registros das atividades libertárias no entresséculos. Também na forma de relatório remetido ao Centro Libertário manifestou-se Santos Barboza, meses depois de Polidoro dos Santos. Algumas semelhanças de trajetória não deixam de chamar a atenção, como a origem italiana dos primeiros membros da minoria ativa. Em Porto Alegre, destacavam-se nomes como Giuseppe Ferla e Francesco Leoni<sup>128</sup>. O relato pelotense, por sua vez, traça as suas origens a partir da atuação do sapateiro José Saul, cuja presença “[...]”

---

<sup>126</sup> “Breve noticia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre – Subsídios para a historia do movimento anarquista no Brasil”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.

<sup>127</sup> PETERSEN, Sílvia. Op. cit., pp. 140-141.

<sup>128</sup> PETERSEN, Sílvia. Op. cit., pp. 136-138.

constituía uma ameaça latente à digestão da burguesia”. Era um semeador da “ideia nova”, de acordo com as palavras combativas e elogiosas do noticiário destinado aos camaradas paulistas. Fundamental é o papel do referido militante nas atividades da Liga Operária:

Da Liga Operária, fundada em 31 de março de 1889, vivendo mais tarde sob os auspícios de vários capitalistas, negociantes, etc., fizeram parte alguns homens a quem o epíteto de loucos era ordinariamente atirado pelo fato simplíssimo de se dizerem anarquistas e propagadores do anarquismo. E tão consolidada resistência contra eles foi organizada, que tiveram de abandonar tal campo de ação. Alguns ainda hoje se encontram refratários ao meio, se bem que nos auxiliando... Da referida agremiação, (cujos estatutos passaram a ter orientação sindicalista desde novembro do ano findo) fez parte o companheiro Saul, tendo levado a efeito na sede da mesma três conferências, além de palestras íntimas, havendo-se formado um grupo que o admirava e às suas ideias rebeldes. E este grupo certa vez convocou uma reunião para outro local, o que foi impedido pela polícia, sendo então presos alguns camaradas, inclusive Saul.<sup>129</sup>

Assim como no relatório de Polidoro dos Santos, é sobressalente a atividade de propaganda narrada, atividade esta conjugada ao esforço organizativo. Ainda que o trecho citado avance até o momento de sua escrita, na conjuntura aberta no ano de 1914, revela uma atuação que remonta aos anos dos primeiros esforços proletários na década de 1890, mais especificamente ao seu final. O que demanda maior cuidado aqui é a forma organizativa em que estavam engajados, originalmente, Saul e os seus camaradas, as Ligas. O surgimento desta forma confunde-se com a própria transição para o Estado republicano, dado a república ser então “[...] entendida como ruptura com características negativas para a participação política e o desenvolvimento econômico, como: burocracia, apadrinhamento, apropriação do Estado por interesses particulares, corrupção e ineficiência administrativa”<sup>130</sup>. De caráter policlassista, sob orientação patronal, ao fim dos oitocentos a Liga Operária pelotense passa a ser questionada pelo jornal *Democracia Social* e pela União Operária Internacional<sup>131</sup>.

[sistema econômico defendido pelo anarquismo como uma possibilidade prevista de acordo com os desenvolvimentos da “economia social”, área de conhecimento que, com tantas outras as mais variadas, sofreu enorme progresso “no século da ciência positiva”, “século de maravilhas e de conquistas sobre o desconhecido”, adjetivado em termos nietzscheanos, “o crepúsculo dos deuses”]

<sup>129</sup> “Rezumo histórico do movimento anarquista em Pelotas – Subsídios para a história do movimento anarquista no Brasil”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 62-63.

<sup>130</sup> LONER, Beatriz. “O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República”. IN: *Anos 90*. Vol. 17. Num. 31. Porto Alegre: Julho de 2010. p. 116.

<sup>131</sup> *Ibidem*, p. 131.

Uma caracterização generalizante da política e da orientação dos socialistas brasileiros foi elaborada pelo historiador Tiago Oliveira. Cita-se:

De modo geral, ainda que em um horizonte mais ou menos longínquo estivesse a ideia de revolução, nas primeiras décadas republicanas o socialismo no Brasil se apresentou como uma tendência fortemente reformista, não no sentido muitas vezes atribuído àqueles que aceitam e defendem a colaboração de classes, mas de galgar gradualmente, sem a anuência de métodos revolucionários – admitidos apenas para alguns contextos imprecisamente definidos na prática –, conquistas garantidas em lei que conduziriam ao socialismo. Em seus manifestos, programas e demais escritos, não se observa uma característica marcadamente marxista, mas, antes, apropriações e referências de um conjunto amplo e eclético de autores que, no mais das vezes, ainda que contraditórios entre si, acabavam por compor um conjunto coerente aos olhos desses militantes, no qual Marx aparecia como par de diversos autores politicamente e/ou filosoficamente antagônicos. Influenciado ou não por este ou aquele autor, o fato é que, diante das condições adversas para se constituir um partido político, alguns grupos e militantes que, inicialmente, ofereciam propostas de reestruturação social em que constavam, ainda que a longuíssimo prazo, a aniquilação da sociedade privada, acabaram por apresentar propostas em defesa de programas cada vez mais reformistas.<sup>132</sup>

Era uma situação de “ascenso do movimento operário revolucionário”, a qual ganha uma distinta qualidade com a ocorrência do Congresso Operário Regional Brasileiro, entre 15 e 22 de abril de 1906, no Centro Galego, no Rio de Janeiro. Será conhecido *a posteriori*, graças não só à produção historiográfica, mas à documentação então gestada, como I Congresso Operário Brasileiro, forma com que foi adotada a nomeação pela lavra da comissão de redação de suas deliberações finais<sup>133</sup>.

Tomaram parte no encontro “[...] 43 delegados de várias partes do Brasil, representando 28 associações, a maioria ligada a ramos industriais, e outras como estivadores, ferroviários, trabalhadores em trapiches e café, integrantes do setor de serviços”<sup>134</sup>. A sua importância histórica reside, especialmente, em ser considerado um momento de *consolidação* dos “moldes franceses de organização sindical”, quais sejam, aqueles da CGT que os redatores de *A Terra Livre* propagandeavam<sup>135</sup>. Não foi um processo sem disputa, a começar pela própria organização do evento, “[...] a cargo dos que propugnavam pela colaboração de classes”, no caso, o militante Antonio Pinto Machado, que representava o Centro Artístico Cearense e chegou a presidir uma sessão de trabalhos. Os nomes de Mariano Garcia, Melchior Pereira Cardoso e José Hermes de Olinda Costa, também figuram como

---

<sup>132</sup> OLIVEIRA, Tiago. Op. Cit., pp. 39-40.

<sup>133</sup> SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. IN: VV.AA. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de políticas sociais, 2004. p. 135.

<sup>134</sup> Idem.

<sup>135</sup> OLIVEIRA, Tiago. Op. Cit., p. 61.

engajados no Congresso para “[...] construir um partido operário com fortes bases no sindicalismo, preferencialmente, de amplitude nacional”<sup>136</sup>. Não era um propósito sem razão: como já posto, os socialistas, reformistas e colaboracionistas de diferentes matizes vinham construindo organizações e veículos característicos dessas em importantes localidades; nacionalizar os seus esforços era um passo importante para o seu projeto.

De acordo com a lavra do memorialista e historiador anarquista Edgar Rodrigues, contudo, prevaleceram as teses sindicalistas já citadas, defendidas pelos representantes do operariado paulista e carioca (“Socialismo e sindicalismo no Brasil”, pp. 132-133).

Há relevante discussão historiográfica em torno do caráter político do I Congresso Operário Brasileiro e, no mesmo diapasão, sobre a relação entre sindicalismo revolucionário e anarquismo [. Importante frisar é que, a partir dessa iniciativa, são constituídas a Confederação Operária Brasileira (COB) e seu órgão oficial, o jornal *Voz do Trabalhador*, em 1908:

#### **“A questão social**

A questão social é um assunto interessantíssimo concernente ao desenvolvimento da sociedade humana, o problema da harmonia verdadeiramente civil, à solução do qual dedicam-se as energias mais potentes da nossa geração. Negada ou combatida deslealmente, num passado ainda não remoto, a questão social é hoje o centro de polarização de todos os entendimentos reordenadores, de todas as consciências materialistas que, num salutar recurso, das morbosas visões do “alem tumulo”, á crua realidade da vida, batem o glorioso sendeiro da “Redenção Civil” do proletariado.

#### **A patria**

Segundo o significado etimológico, a palavra *patria* significa o paiz dos pais, nossos antepassados, o paiz onde nascemos e crescemos: politicamente a *patria* é aquella parte da terra onde todos os homens falam uma mesma lingua e estão submettidos ás mesmas leis, isto é, uma especie de feudo sujeito a um tal regime autoritario que tem por base de affirmação e desinvolvimento a usurpação e a violencia.

[...] Para nós, pobres, amar a patria, correr voluntariamente na sua defesa, mesmo em sério perigo de vida, é cretinismo puro, para os privilegiados é delito.

#### **A propriedade privada**

A propriedade privada é uma accumulção de productos extorquidos com a fraude e com a violencia aos productores desherdados; ela tem por base a mais barbara das injustiças: a apropriação criminosa dos meios mais válidos de vida, de desenvolvimento e de bem-estar; terras ferteis, florestas, minas, correntes de agua, etc. Um proprietario – por quanto respeitado e defendido pelas leis actuaes – é sempre um ladrão que goza injustamente os bens não proprios. A justiça e o interesse

---

<sup>136</sup> Ibidem, pp. 61-62.

geral exigem que a propriedade cesse de ser privada para tornar-se comum.

### **A religião**

A religião cristã, qualquer religião, não é senão um cumulo de concepções irracionais, que pretendem revelar por quem, de que modo, para que fim foram creados o Universo e o Homem. [...] todas as religiões, com a sua pretensão de tudo revelar a priori, estimulam o crente a renuncia total de si mesmo e o tornam escravo e impotente. A religião é um mal!

### **O trabalho**

O trabalho é uma fatalidade da existencia á qual não podemos fugir. Além do que nos oferece espontaneamente a natureza, para existir e desenvolver, nós devemos recorrer ás produções agricolas, industriaes, mineiras e scientificas.

Portanto, quem se arroga o direito de viver sem nada produzir, ou melhor, de consumir os productos da actividade alheia, é sempre um biltre merecedor do nosso desprezo, da nossa abominação. Só trabalhando se tem pleno direito a subsistencia!

### **A historia**

A historia é um complexo, uma encadeação de acontecimentos ocorridos em tempos passados e que os escriptores nos transmitiram ou que os estudiosos deduzem dos documentos arquivados para nos servir de guia nas nossas empresas presentes. Mas como aquelles que escreveram e muitos dos que escrevem sofreram e sofrerão a nefasta influencia da ordem tiránica da sociedade, resulta que deveram fazer a apologia dos tiranos e disfarçar as coisas. Tudo aquele que estuda a historia deve andar cauto e não aceitar por moeda corrente tudo quanto o historiador se encarregou de nos descrever.” [BANDONI, A. “Definições uteis”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 15/08/1908. Ano I, n. 4. p. 1]

A partir de seu segundo número, *A Guerra Social* passa a estampar em suas páginas finais tanto notícias de deliberações e iniciativas de grupos anarquistas os mais variados ao redor do Brasil – responsáveis por remeter à redação os seus informes – quanto publicações em português indicadas para quem, por ventura, queira aprofundar-se no pensamento ácrata:

Recommendamos aos que se queiram orientar sobre o movimento das nossas idéas, as seguintes publicações, escriptas em portuguez:

#### **No Brazil:**

*A Luta*, periodico anarquista, publicado em Porto Alegre, R. G. do Sul. Assignaturas: Anno, 3\$; semestre, 3\$; mez, 500 rs. [...]

*O Proletario*, publicado em Santos, por subscrição voluntaria. [...]

#### **Em Portugal:**

*A Sementeira*, revista mensal illustrada de critica e sociologia. Assignaturas: Anno, fr. 3; semestre, 1,50; trimestre, 0,75 [...]

*O Sindicalista*, de Lisboa. Assignaturas: Anno, 600 (dinheiro portuguez); semestre, 300; trimestre, 150. [...]



*Lumem* (A Vida e o Ideal), revista internacional de sociologia e arte. Assignatura: 300 (fortesa seire de 6 numeros. [...])  
*A Aurora*, semanario anarquista, do Porto. Assignaturas: Anno, 600 rs. (fortes); semestre, 300; trimestre, 150; mez, 50. [...] <sup>137</sup>

As notícias organizativas têm início particularmente alvissareiro para os militantes paulistanos. Têm destaque, na sessão referida acima, a informação de que foi deliberado que seria alugado “um grande salão pelas proximidades do centro da cidade, onde possam caber milhares de pessoas, com palco – para representações dramáticas”. O espaço tem por destino reunir os libertários da capital, “para maior concordancia e união das energias individuaes”. O propósito unitário e agregador atenderia tanto a necessidade de ações comuns dos dispersos elementos de propaganda, quanto oferta solução ao problema do aluguel de um espaço por estes mesmos elementos dispersos.

O custeio deste aluguel teria por base “uma subcripção de accções de 10\$000 cada uma”, bem como a sublocação do salão “para outras associações de character recreativo”. Festas de propaganda também eram previstas para a eventualidade de caixa deficitário. As possibilidades de formação e ação política que se abriam certamente valiam todo o esforço pecuniário:

O salão estará todos os dias (com poucas excepções) a disposição dos camaradas – de dia e de noite, bem entendido. Os camaradas encontrar-se-ão sempre em grande numero e quando surgir uma bôa idéa, uma bôa iniciativa, haverá maior possibilidade pol-a em prática e analizal-a. Haverá sala de leitura com bôa biblioteca, pode-se mandar vir de fóra grande quantidade de obras de alto valor por preços quasi insignificantes, pondo todos as pessoas desejosas de instruir-se em condições de adquirir uma infinidade de preciosos conhecimentos scientificos e sociaes. [...] O Centro Libertario póde tornar-se centro de muitas iniciativas de agitação popular, tanto para os operarios obterem melhoramentos, como para exercitar o povo á accção revolucionaria, donde, num futuro não remoto pode sahir o inicio da revolução social. Ali os camaradas poderão exercitar-se nas discussões e no estudo para falar ao público, etc. Quantas cousas interessantes não se poderão fazer, com a fundação do Centro? <sup>138</sup>

A ação em curso com a própria constituição de *A Guerra Social* e com o almejado Centro Libertario reverbera em outros espaços. Novamente com atenção no noticiário de “Pelo campo anarquista”, é relevante o desenvolvimento de Centros de Estudo Social no Rio de Janeiro e Niterói a partir de uma atividade do periódico paulistano:

---

<sup>137</sup> “Publicações nossas”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>138</sup> L.M. “Centro Libertario”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

E' justo reconhecer o movimento de actividade com que nestes ultimos tempos trabalham muitos camaradas, para dar um grande impulso á propaganda anarquista, não só aqui na capital, onde parecia dormir o sono eterno, como em todo o Brasil. A um chamado do grupo *Guerra Social*, compareceram uns 40 companheiros do Rio e de Niteroi, tratando-se da constituição de diversos grupos em todos os bairros. Muitos desses grupos já têm local, e indo as coisas como vão, teremos brevemente só no Rio e Niteroi, de 8 a 10 Centros de Estudo Social, que se encarregarão de uma ampla difusão de nosso ideal. Brevemente, pois, a Federação Anarquista Rio-Niteroi será um fato.<sup>139</sup>

**Razões e escopo do socialismo anarquista:** “Desta situação resulta a miseria com os seus derivados (ignorancia, falta de higiene, deperecimento fisico, encurtamento da vida e enorme mortalidade infantil nas classes pobres, crimes, depressão moral, prostituição), bem como a perversão de sentimentos, os vicios e o desequilibrio provenientes da ociosidade, do espirito de dominação e de casta, do desempenho de funções inuteis ou nocivas.

[...]

O Governo não evita os crimes, ou actos anti-sociaes; o seu principal cuidado é reprimir os atentados contra as instituições economicas e politicas de que ele é a expressão e distribuir a justiça segundo a classe social, a categoria, a riqueza dos delinquentes, mesmo nos actos verdadeiramente anti-sociaes.

Os crimes são quasi totalmente resultado da actual organização da sociedade e desapareceriam com a cousa que os gera. Para resolver os conflictos pessoaes e curar os poucos doentes da mente que restassem numa sociedade livre e igualitaria, bastaria a intervenção dos amigos, de arbitros livremente escolhidos, das associações de competentes voluntarios, sem necessidade de crear um pesado mecanismo repressivo, interessado na manutenção do crime para justificar a sua propria existencia, e de prisões, que são as “universidades do crime”. Quem nellas entra, sai ainda mais criminoso e não tarda a voltar para lá (as estatisticas o provam), tanto mais que todos o repellem.” [“O nosso ideal”. IN: *A Guerra Social* – Periodico Anarquista. Rio de Janeiro: 02 de agosto de 1911. Anno I, n. 3. p. 4]

**Vias e meios:** crítica do parlamentarismo e da ação eleitoral, para além de uma concepção doutrinária geral, revela problemas sentidos como candentes pelos redatores. Sobre o parlamento: “Ambiente burguês e politicante, dominado pelos interesses capitalistas e financeiros, exerce uma inevitavel corrupção sobre os que para lá entram, vindos do seio do povo trabalhador e animados das melhores intenções” e “Dispensa o povo de agir directamente e entretem as impaciencias populares tanto mais efizcamente quanto mais

---

<sup>139</sup> “Pelo campo anarquista – Aos grupos anarquistas”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: 03 de setembro de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

atroadores e “revolucionarios” forem os discursos ali proferidos”. No que toca a acção eleitoral: “Trata-se de obter *numero*, e para isso fazem-se só vagas afirmações, esconde-se o ideal revolucionario e entra-se em combinações intrigas”, “A massa eleitoral, dominada pelas classes medias (unica força eleitoral verdadeira) e orientada pela grande imprensa capitalista, é heterogenea, não é ligada por um interesse de classe nem por uma ideia forte” e “A acção eleitoral e parlamentar chama ao socialismo uma nuvem de aventureiros da pequena burguesia, de profissionaes da politica, e do jornalismo burguês, de advogados. etc., que corrompem e desviam o movimento”. [“O nosso ideal”. IN: *A Guerra Social* – Periodico Anarquista. Rio de Janeiro: 02 de agosto de 1911. Anno I, n. 3. p. 4]

**Definições:** “**SOCIALISMO** – doutrina e movimento tendo em vista a *socialização* da terra e dos meios de producção (maquinas, materias primas, sementes, etc.) e de transporte, repartindo-se os produtos segundo as necessidades (*comunismo*) ou segundo as obras de cada um (*coletivismo*). *Socialização* quer dizer expropriação da actual classe proprietaria, de modo que a riqueza existente, que em sua origem é social (obra de todos), passe a ser tambem social no seu destino, passe a ser de todos e para todos.

**ANARQUIA** – ausencia de governo e de leis impostas pela violencia; sociedade regida pelo acôrdo livre e voluntario. A palavra *Anarquia*, de origem grega, significa simplesmente *sem governo*, e é a crença-erronea de não poder haver ordem sem governo que lhe deu o sentido de “desordem”. A mesma sorte teve por muito tempo a palavra *republica*. A ordem é inherente á sociedade e ás suas condições de existencia – e não é um governo que poderá garantir, antes pelo contrario.

**Anarquismo** – doutrina segundo a qual todas as formas de governo assentam sobre a violencia e são desnecessarias e nocivas; *metodo* de acção e organização baseado sobre a autonomia e a livre iniciativa dos individuos e dos grupos, excluindo a delegação de poder (eleição ou nomeação de qualquer autoridade, ou de qualquer fautor de leis obrigatorias).

**Socialismo anarquista** – doutrina segundo a qual a *anarquia* é a melhor forma politica necessaria da sociedade socialista, o *anarquismo* é o metodo de acção e o indispensavel instrumento de realização do socialismo, tanto no presente como na expropriação final, assim como a *socialização* é condição essencial para a possibilidade da *anarquia*; teoria que defende a organização livre e a livre experimentação social, abolida toda a coacção, quer *directa* (a que é exercida pelo poder politico) quer *indirecta* (a que resulta da privação dos meios de produzir, sujeitando-nos ao patrão). A livre federação dos grupos livres de produtores e

consumidores, dispendo em comum e livremente da terra e instrumentos de trabalho, seria uma *sociedade socialista anarquista*.” [“O nosso ideal”. IN: *A Guerra Social* – Periodico Anarquista. Rio de Janeiro: 02 de agosto de 1911. Anno I, n. 3. p. 4]

## **Biblioteca “Questão Social”**

### **Em portuguez**

- P. Kropotkine – “A conquista do pão” – 1\$500  
S. Faure – “A dôr universal” – 1\$500  
Cornelissen – “A caminho da sociedade nova” – 1\$500  
S. Merlino – “Formas e essencias do socialismo” – 1\$500  
L. Tolstoi – “Ultimas palavras” – 2\$000  
Dr. E. Etzbacher – “O anarchismo” – 1\$200  
L. Buchnar – “A aurora do seculo XX” – 1\$500  
F. Bossi – “A igreja e a liberdade” – 1\$500  
Reinach – “História das religiões” – 2\$000  
M. Gorki – “A mãe” – 2\$000  
C. Albert – “O amor livre” – 1\$500  
J. Grave – “A sociedade moribunda e a anarquia” – 1\$200  
M. Pierrot – “Sindicalismo e revolução” – \$800  
A. C. dos Santos – “A questão operaria e o sindicalismo” – \$800  
B. Mota – “A razão contra a fé” – 1\$000  
M. Laranjeira – “Amanhan! (Prologo Dramatico)” – 1\$200  
P. Kropotkine – “Um seculo de expectativa” – \$200  
E.S.R.T. – “A greve geral” – \$200  
F.G.E.F. – “O dia de oito horas” – \$100  
Araujo Pereira – “Um pae” – \$100  
J. L. Montenegro – “Noções de sociologia” – 1\$000

### **Folhetos a 100 reis**

“A reacção em Portugal”

“Em nome da pátria”  
“A peste religiosa”  
“A mulher e o militarismo”  
“O comunismo anarquico”  
“Programa S. A. revolucionario”  
“O evangelho da hora”  
“A confissão”

### **Em italiano**

“Almanaco della rivoluzione” - \$300  
“Le infamie secolari del catolicismo” - \$100

O novo passo organizativo rendeu frutos na luta da classe operária do período. É relevante que Astrojildo Pereira, ator envolvido em tal processo, mas historicamente muito crítico à sua formação anarquista, indique em texto memorialístico décadas à frente, a relevância dos periódicos libertários na conjuntura política que se abria entre os trabalhadores organizados do período<sup>140</sup>. Completa o quadro a ocorrência de um ciclo de greves – e de repressão – após a constituição da COB.

Edgard Carone ressalta as “grandes proporções” que as greves assumem já em 1905, as quais “continuam com grande intensidade” no ano seguinte. Essencial é o protagonismo assumido no processo pelas categorias de trabalhadores envolvidos na circulação de mercadorias. Não é que apenas os ferroviários e portuários estivessem engajados em atividades paredistas – a primeira greve de 1906 abordada pelo autor paulista foi organizada pelos operários da Fábrica de Tecidos Ipiranga -, mas suas aparições são mais regulares e seus movimentos mais espetaculares. A luta operária seguia as linhas do trem: Jundiaí, Campinas, Rio Claro e Moji. A greve da Companhia Paulista ocasiona greves de solidariedade no Rio de Janeiro e São Paulo. Na capital paulista, não apenas o movimento expande-se para a União

---

<sup>140</sup> “A influência anarquista nos sindicatos operários aumentou enormemente a partir do Congresso Operário de 1906, reunido no Rio de Janeiro. É claro que daí por diante essa influência havia de se refletir com igual intensidade na imprensa operária. Novos jornais socialistas se fundaram, no Rio e nos Estados, depois de 1906; mas é um fato que nenhum pôde manter-se nem competir com alguns periódicos anarquistas, que chegaram, sobretudo de São Paulo, a adquirir uma larga ascendência entre as camadas mais avançadas da classe operária”. Cf: PEREIRA, Astrojildo. “A imprensa operária no Brasil”. p. 86

dos Trabalhadores Gráficos, como alcança raias fora da própria classe, com os discursos de apoio de estudantes da Faculdade de Direito<sup>141</sup>.

O cenário gaúcho, por sua vez, será marcado pela sua primeira greve geral. Momento por si só significativo, foi também oportunidade para a constituição da Federação Operária do Rio Grande do Sul (FORGS), o “mais importante órgão de representação e combate dos trabalhadores gaúchos.”<sup>142</sup>. A militância anarquista também avançou, fundando o jornal *A Luta* – um ano após o aparecimento de *A Democracia*, animado por seus rivais socialistas – e a escola Eliseu Reclus.

Nas páginas de *A Luta*, que contava entre seus redatores com os marmoristas José Rey Gil e Stefan Michalski, que exerceram função dirigente na União Operária Internacional, sobressai a consciência que os trabalhadores locais “demonstraram ter percebido que há necessidade de lutar para se não morrer asfixiado numa sociedade que é terrivelmente cruel para aqueles que não possuem para o trabalho, mais que os próprios braços”. Diagnosticada a inexperiência dos protagonistas desta necessidade de lutar, não obstante seu “movimento resolutivo, em que se nota energia”, cumpria aos militantes engajados no novo periódico, como demonstram em texto inaugural:

[...] demonstrar a justeza das idéias que nos convenceram que, como base de uma sociedade livre, é necessária a transformação da propriedade particular em propriedade social, a solidariedade humana na luta contra a natureza e a cooperação dos esforços para se obter a maior soma possível de bem-estar; sob a iniciativa individual e o livre acordo sem delegação de espécie alguma de poder.<sup>143</sup>

Os mesmos atores de *A Luta* e da escola Eliseu Reclus estão envolvidos na deflagração da greve geral de 1906 no Rio Grande do Sul, a julgar pelo relatório que a FORGS submeteu à II COB, sete anos depois dos ocorridos. De acordo com Petersen: “Mobilizou mais de três mil operários de estaleiros, fábricas de móveis, fundições, fábricas de fios e tecidos, de doces, de vidros, de chapéus, de meias, funilarias, curtumes, estivadores, pedreiros, Companhia Força e Luz, entre outros”<sup>144</sup>.

[moção de protesto gaúcha ao IV Congresso Operário Brasileiro (1912), de Mário Hermes: PETERSEN, pp. 301-302]

---

<sup>141</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., 1972. pp. 218-219.

<sup>142</sup> PETERSEN, Sílvia. Op. Cit., p. 180.

<sup>143</sup> “A Luta”. IN: *A Luta*, n. 1 – citado em “Que a união operária seja a nossa pátria”, p. 189

<sup>144</sup> PETERSEN, Sílvia. Op. Cit., p. 194.

[maior atenção nas vésperas da guerra – II COB (1913) – e na guerra a pouco depois das Greves de 1917 – atenção nas referências globais]

“Em 1912, o custo de vida proibitivo acordou novamente o trabalho organizado. Em São Paulo, milhares de trabalhadores fabris entraram em greve por melhores salários, embora sem sucesso. Em Santos, demonstrações de protesto contra a inflação culminaram em greve em julho e agosto. Seguindo o exemplo dos estivadores, os cocheiros e os pintores chegaram a conseguir concessões de seus empregadores.” [MARAM, Sheldon. p. 131 – ver mais acontecimentos contemporâneos]

“No dia em que os trabalhadores souberem transformar num fato os princípios de solidariedade de classe, obterão tudo o que aspirarem de justo e razoável para a coletividade humana, pois bastará declarar uma greve geral para transformar o regime atual, cujas injustiças baseiam-se na exploração, na ignorância e na desorganização dos trabalhadores.

Operários!

Organizai-vos se quiserdes vencer!

Da organização depende a educação e por consequência a aptidão para a luta.

Lançamos no dia de hoje um apelo ao proletariado em geral para que procure organizar associações para lutar pelos seus interesses econômicos e morais nas oficinas e nas fábricas.

O nosso trabalho é penoso. Longas horas para o trabalhador exposto às inclemências do tempo ou encerrado numa fábrica anti-higiênica, entregue a trabalhos fatigantes, para, ao fim do dia, ter apenas ganho o que mal chega para pagar o que comeu no dia anterior.

Precisamos olhar para nossas famílias que estão prestes a desaparecer no atual regime burguês. Com efeito, um homem que trabalha 9, 10, 11 e até 12 horas por dia, ao chegar em casa nem forças nem disposições tem para dispensar caminhos à sua família. Por outro lado, a mesquinhez dos salários e a crescente carestia da vida obriga-nos a fazer nossos filhos e nossas filhas desde tenra idade, trabalhar nas fábricas – verdadeiros antros de degenerescência da juventude operária – de modo a desagregar por completo as nossas famílias.

Acrescente-se a isto a lei do sorteio militar, criada só para os operários – só para os operários, notai bem – e aí tereis o desaparecimento da família operária, destruída pelo regime burguês.

Precisamos sair de um tal estado de coisas. Para isto é necessário organizarmos associações para tratarmos aí dos meios de aumentar os nossos salários, diminuir as horas de trabalho, requerer hygiene nas oficinas e protestarmos contra as injustiças que nos são diariamente feitas.

Nada devemos esperar das falazes promessas dos governos nem dos partidos políticos de quaisquer matizes que se apresentam como “salvadores” do operariado e que nada mai salvam senão seus próprios interesses e ambições.

Nós, só nós mesmos é que havemos de realizar os nossos melhoramentos econômicos, morais e intelectuais, progredindo continuamente até alcançarmos a igualdade social, baseada no são princípio do trabalho, justiça e bem estar para todos.

Operários!

Acorrei às associações existentes e alistai-vos como sócios ou organizai novas associações dos vossos respectivos ofícios e vinde lutar pela emancipação e pelo bem estar de nossas famílias.

Operários!

A emancipação dos trabalhadores há de ser obra dos próprios trabalhadores.

À luta, pois! Viva a solidariedade operária.” [PETERSEN, 2001, pp. 293-294: boletim da FORGS de 1º de Maio de 1913 – VER ORIGINAL E GRAFIA]

“Aos operarios do Brazil nos dirigimos nesta hora amarga em que a reação burgueza se vai fortemente fazendo sentir, pretendendo impedir os jestos nobres da classe trabalhadora na luta para a sua emancipação.

Aos operarios do Brazil, á todas as associações cujo escopo principal fôr a questão economica, cumpre o lidimo dever de refletir, ponderar sobre o momento atual, bem critico para o trabalhador, e vir em auxilio do periodico que ora reaparece e que sem pretenções, sendo o centro de converjencia de todas as enerjias, contribuirá para a organização da classe trabalhadora, fazendo a forte e capaz de rezistir á refrega que já se começa a sentir.” [“Aqui estamos”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 1]

“Cuidemos nós da nossa lei – a solidariedade, cuidemos de organizar, sindicarmos os nossos companheiros dando assim força e vida ás nossas associações e teremos dado um grande passo, teremos enfim firmado o nosso posto de operações e do qual jámais nos poderão



arredar ou fazer retroceder.” [“Aqui estamos”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 1]

“Não sabiam porém os filozofos do século XVIII que pozitivismo era adverso á republica e á democracia e que as organizações sociais, até hoje instituidas com a capa dos seus principios haviam de ser outras tantas hecatombes, que se produzem a cada momento.

Não podendo portanto, os dirijentes dos povos, ou governantes manter aquelles principios, nem mesmo falsificando-os, voltaram novamente ás velhas e caducas formulas sociais, conservando algumas e irrizorias aparencias.

Mas agora que as ciencias naturais nos ensinaram a conhecer a sociolojia e os fundamentos de uma nova moral, a moral da justiça; agora que se trata de implantar um sistema social conforme as nécessidades humanas, onde a Liberdade, Igualdade e Fraternidade passam de uma utopia a uma realidade, os pseudo progressistas e liberais arremetem com ferocidade sanguinolenta sobre os paladins do novo verbo, porque as novas e scientificas concepções sociais e morais ferem os seus privilejios e eliminam as desigualdades absurdas e atacam as ignorancias e fanatismos, que servem de pedestaes ás suas prerrogativas.” [GRACO. “A luta proletaria no Brazil”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 2]

“A luta social, sendo, como é, uma faze da atual evolução humana não pode deixar de tomar no Brazil todas as proporções necessarias á transformação social idealizada pelos mais elevados conhecimentos humanos.

E esta transformação operada pelo conflito ferido entre as classes sociaes não tardará em finalizar a sua obra, e as repressões e intranzijencias da classe burgueza, lonje de deterem o movimento emancipador, são eccelente combustivel para avivar a luta e abreviar a derrocada definitiva do rejimen actual.” [GRACO. “A luta proletaria no Brazil”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 2]

“[...] é a ação direta do operariado organizado que imporá ao capital o que lhe é necessario e não os socialistas de Estado no parlamento.

Contraditar-nos-ão: “E quazi sempre depois e muitas grèves vencidas não volta *tudo a ser como dantes?*”

A’s vezes. E se isto se dá é devido á falta de orientação que ainda existe mas para isso vai realizar se no prezente ano o 2º Congresso Operario Brasileiro, m iniciativa esta da Confederação Operaria Brasileira e que é simpatica a maioria das associações operarias do Brazil.

Além desse grande problema a ser rezolvido no Congresso, julgo que serão apresentados outros de alta importancia social, dentre os quais, “a paz Sul-Americana, a carestia da vida e a educação proletaria “ (seus principios e formas).

Somos operarios, e como operarios, contamos com o operariado livre e idenpendente... estamos a postos.” [SANTOS BARBOZA. “Segundo congresso operario brasileiro”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 3]

“A comissão encarregada de reorganizar a Confederação Operaria Brasileira, amparada por grande numero de camaradas, sentindo o dever de, especialmente no momento atual em que se pretende desviar a verdadeira orientação das classes trabalhadoras, da conquista maxima dos nossos ideais, proseguir dezassombradamente no caminho que nos traçou as rezoluções do primeiro Congresso Operario Brasileiro, em 1906, julga de imprescindivel conveniencia, para que o seu esforço seja coroado de exito real, a nomeação de um delegado dessa agremiação afim de formar, a comissão definitiva da Confederação Operaria Brasileira, para que a 1º de janeiro de 1913 possa encetar o seu funcionamento obediente ás referidas rezoluções.” [COMISSÃO ORGANIZADORA. “Confederação Operaria Brasileira. As adezões – O 2ª Congresso”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 3]

“Companheiros: mais do que nunca a nossa atividade de ação connua o conciente se tornou imprescindivel, quando observamos a mistificação que acaba de ser levada a termo por um grupo que, na preocupação de fruir beneficios pessoais, não se peja de tentar conduzir operarios alheios aos conhecimentos da luta proletaria a um caminho aliás sobejamente desmoralizado – *a politica de partido* – que vem sendo combatida ha longos annospor espiritos elevados nos conhecimentos praticos da nossa vida.

Não carecemos insistir nas incertezas e negatividades da luta politica, pois bem sabeis que até aqui só nos tem entorpecido e ludibriado as nossas aspirações.” [COMISSÃO ORGANIZADORA. “Confederação Operaria Brasileira. As adezões – O 2ª Congresso”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXII. p. 3]

“Assentando, “em conformidade de vistas e pensamentos com os trabalhadores organizados dos outros paizes”, como linha de conduta para todos o grito – *Abaixo a guerra entre os povos!* a Confederação Jeral do Trabalho colocou-se á frente de todo o proletariado europeu, repudiando o morticinio, desfazendo os planos da alta finança, a unica interessada no conflito.

Entuziasma, e consola, assistir a esse espetaculo admiravel que é o levantar do trabalhador, manifestando e impedindo aos pretensos dirigentes da vida a realização de um embate trajico de homens, duma empreza barbara e cruel, de atrazo e de banditismo.

E como chegou o operariado europeu a esse rezultado, a essa força?

Pela organização. Pela organização conciente e independente, calcada no unico metodo eficaz de reivindicação – a ação diréta.

Mais uma vitoria grandioza, mais uma vitoria insofismavel do sindicalismo revolucionario.” [“Contra a guerra”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXIII. p. 1]

“Os fatos estão demonstrando á clara luz do dia a necessidade de tornar possante a organização da classe espoliada, em sindicatos, na luta diréta, a unica tendente a irmanal-a para o mesmo fim, a solidarizal-a no sentido de alcançar o apojeu das suas conquistas, das suas apirações de liberdade.

E é assim compreendendo que as associações do Brazil num jesto altivo apressam-se em aderir a Confederação que é incontestavelmente o centro de irradiação de todas as enerjias e mais o será ainda si as adezões continuarem a chegar.

Imitemos, pois, companheiros, a Confederação Geral do Trabalho de França, aquela pujante reunião de todas as associações sindicalistas da antiga nação.” [“Em torno do ideal – Confederação Operaria Brasileira”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXIII. p. 2]

“Por isso continuamos firmes no posto onde nos encontramos desde ha muito, por termos a certeza da robustez de lojica, da sensatez da cauza, que defendemos e onde está a chave das reivindicações ambicionadas, sonho em parte ainda hoje mas realidade amanhã, quando em torno desta mesma cauza e tendo o mesmo lema – sindicalismo – estiverem reunidos todos os explorados do rejimen atual.

Si compreendessemos errado o nosso caminho, si vissemos que nos arrataríamos por um despanhadeiro, cedo, bem cedo pouparíamos identica sorte áqueles que nos acompanham. Porém como temos para corroborar a nossa linha de conduta, para reafirmar a potencia da organização sindical, as vitorias adquiridas em outras partes e mesmo aqui pela luta diréta, é que continuamos a postos na arena onde desfraldamos como internacionalistas a bandeira rubra da emancipação proletaria.

Avante, pois! O 2º Congresso impõe-se como uma necessidade urgente. Tratemos da sua efetividade por todo o ano corrente.” [“Em torno do ideal – Confederação Operaria Brasileira”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXIII. p. 2]

“NOTA – Pela leitura acima verão os companheiros que o sindicato é a organização preferida desde 1906, não impedindo, entretanto, essa preferencia que adiram á Confederação sociedade sem o nome de sindicato e mesmo com beneficencia, sendo seu objetivo principal – a questão economica.” [“Em torno do ideal – Confederação Operaria Brasileira”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 15 de janeiro de 1913. Ano VI, n. XXIII. p. 3]

“Reunir em um mesmo ponto, com igual aspirações e dezejos de resultados praticos, todos esses elementos valiozos que por esta rejião da America vivem a lutar pela cauza da emancipação proletaria; fazer com que se conheçam, se tornem amigos pessoais todos os que, já o sendo em grande parte nos ideais, vivem no mais absoluto izolamento de sul a norte do Brazil; provocar entre todos uma larga e amigavel troca de ideias, de modos de encarar e de encaminhar a propaganda; saber dos sofrimentos dos nossos companheiros, que definham por este paiz além, nos escuzos recantos da terra, nos seringaes mortiferos, pelas estradas, nas atm,osferas empestadas dos ergastulos industriais; assentar as relações entre os diferentes centros do paiz e o operariado de outras rejiões; determinar os melhores meios de se enfrentar as violencias ultimamente num crescendo assustador contra nós praticadas; tudo estudar, tudo

procurar resolver em favor da nossa causa – é essa a obra do 2º Congresso Operário.” [E. L. “Em torno do ideal – Confederação Operária Brasileira”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Órgão da Confederação Operária Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de fevereiro de 1913. Ano VI, n. XXIV. p. 2

“Depois de um longo sono letárgico em que estiveram imersas as massas trabalhadoras, acordaram finalmente com entusiasmo, para organização de classes.

Será duradouro este despertar?

O nosso voto é que persistem com energia para que os sindicatos de classes seja um facto real neste momento de reacção e de fome que ameaça arrastar para o abismo da maior calamidade da qual só com muito custo poderemos sair se não reagirmos em quanto é tempo.

Já está organizado o sindicato de ofícios varios com o fim de ir arregimentando os operários de todas as classes com a autonomia integral de cada ramo de trabalho e no mais breve tempo possível formar a união geral dos sindicatos e Federação Operária Estadual.” [“Vida operária”. IN: *Germinal!* Semanário anarquista. São Paulo: 16/03/1913. n.1, p. 1.]

“Eh! Ia! O 71 não está muito longe de nós para que assim se perca a esperança!...

E os 300.000 sindicatos da França – mesmo os que não são anarquistas – quando desta vez se desencadear, a burrasca não irão, não os velhos comunistas, fazer guarda á propriedade burguesa!...

Desta vez o que eles farão é a abolição da propriedade privada!...

E quando a forma actual da propriedade rolar pelo precipício abaixo, o principio de autoridade levará em pleno coração a punhalada terrível que o levará á vala comum!...” [NEGRO, Helio. “Os anarquistas scepticos”. IN: *Germinal!* Semanário anarquista. São Paulo: 16/03/1913. n.1, p. 1.]

“Camaradas das organizações operárias dos portos marítimos de Europa e America: no Brasil acaba de ser votada uma lei infame, que ao menor protesto dos trabalhadores contra a rapinagem escandalosa dos capitalistas são aqueles arrancados aos lares de suas famílias e expulsos, deixando aqui os seus filhos na mais extrema miséria.

Para maior sarcasmo os bandidos deste país tem expulsado honestos trabalhadores, processando-os como caftens.

Ha um meio efficacissimo, companheiros de além-mar, para vingar-des sem grande sacrificio para vós, as infamias de que nesta cenzala somos vitimas:

Recusai-vos de descarregar o café de procedencia brasileira!

Recusai-vos descarregar os vapores que levam expulsos!” [“Ao operariado internacional – Um apelo”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 16/03/1913. n.1, p. 2]

“Alem mar, em todas nações, desde Portugal aos dominios do grande pae da Russia, a mocidade das escolas, distingue-se pelo seu entusiasmo por todas as causas que se referem á liberdade, á justiça, aos direitos dos oprimidos.

Além mar...

Aqui, porém, dá-se o contrario. Os estudantes das Faculdades de Direito e de Medicina são uma corja de reaccionarios e de adutores.

A praça publica os vê reunidos só quando a bajulação a algum politico lhes faz tocar as cornetas do engrossamento, ou quando em nome da propria ignorancia, se insurgem contra as medidas que da escola querem fazer algo mais que um centro de moleques tagarelado sobre obscenidades.

Filhos ou netos de politiqueiros os nossos rapazes bonitos seguem as pegadas dos seus progenitores: preparam-se com muita convicção para a carreira de gente que sobe aos cumes do poder, do privilegio, mas pelas tratantadas, pelo peculato, pela bajulação, pelo *nepotismo*.

Toda agitação popular na Europa tem os estudantes á frente; aqui tem-os nas costas de conchavos com os policiaes.

Exagero nosso?

Vejam um caso recente: o comicio popular contra a carestia de vida, no Largo S. Francisco.

Enquanto os oradores populares falavam esplicando ao povo a necessidade de reagir contra a avidez dos açamarcadores da riqueza comum, os estudantes da Escola pratica de Comercio faziam o papel não muito limpo de agentes provocadores.

A miseria do povo para aquelas esperanças da patria foi motivo de escarnio.

Como policiaes bebidos eles dirijiam aos oradores gracejos e insolencias... com o fim manifesto de provocar a intervenção da policia que anciava para praticar as suas abituais proezas.

Felizmente o povo soube repelir a estúpida provocação e obrigar as teteias ao silencio...

Este episodio fica entretanto como demonstração da mentalidade da mocidade cá da terra, sempre ausente em todos os movimentos de reivindicação do povo faminto e oprimido.” [MIRANDA JUNIOR. “Os moços bonitos”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 23/03/1913. n.2, p. 1 ]

“E ainda ha quem diga que existe justiça, que existe uma instituição juridica para zelar pela liberdade e pelos direitos dos cidadãos.

Ainda ha quem sustenta que estamos sob um regime civilizado.

A justiça só pode fazel-a o povo, e nesse sentido a Confederação Operaria Brasileira e a Federação Operaria do Rio preparam grandes comicios de protesto.

Este exemplo deve ser imitado por todas as sociedades operarias do Brasil, e por todos os homens que simpatizam com a justiça e com a liberdade.

A arbitrariedade cometida contra esses camaradas vai dirigida ao proletariado em geral, e este não pode ficar impassivel.” [“Joubert e Anta”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 10/05/1913. n.7, p. 1.]

“Pára aderir a esse congresso nenhuma sociedade é obrigada a apresentar temas á discussão, nem concorrer para as despesas do Congresso, simplesmente cada uma fará o que puder, o principal é que todas se façam representar.

Uma nova circular, no mesmo sentido, será brevemente distribuida a todas as associações.

Antes porém será distribuído profusamente um manifesto-apêlo que a Confederação Operaria Brasileira dirige ao proletariado revolucionario do Brasil, concitando-o a prestar todo o concurso possivel para que o próximo 2º. Congresso tenha o brilho que deve ter.” [“Segundo Congresso Operario”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 08/06/1913. n.12, p. 3 – citar as informações do chamado no primeiro parágrafo, PROCURAR AS CIRCULARES ANTERIORES, correspondência para Astrojildo Pereira; CIRCULOU EM JORNAIS CONTEMPORÂNEOS]

“A’s organizações operarias, principalmente, nos dirigimos mais uma vez, pois a elas cabe o imprescindivel dever, como genuinas representantes das vontades proletarias que se irmanam e solidarizam para lutar, para que estudem e meditem sobre o momento atual que atravessa o trabalhador, e num esforço unissono se disponham, mesmo tendo de enfrentar

todas as barreiras, a tomar parte nesse “Congresso”, onde se poderá trocar na troca mutua de idéas, na discussão criteriosa da questão social em todas as suas modalidades, convergir para o terreno que com mais possibilidade de éxito nos possa levar á conquista das nossas aspirações.” [CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRASILEIRA. “Manifesto em prol do Segundo Congresso – A’s organizações operarias e aos trabalhadores em geral”. IN: *La Barricata!* Periodico anarchico. São Paulo: 22/06/1913. n.402, Anno IX (della “Bataglia”) p. 2]

[O Segundo Congresso é uma urgência: decorrem anos da primeira reunião, outras questões se colocam, cabe “tratar de traduzir em realidade, em pratica o que ha muito vem sendo em parte, apenas uma esperança”]

“E’ mister que nos reunamos em “Congresso”: a ocasião é oportuna: oportuna porque precisamos de nos entender, de nos conhecer, de estreitar os laços de amisade e solidariedade, e o “Segundo Congresso” nos poderá proporcionar o meio de encetarmos no Brasil um periodo de fecundas lutas tendentes a nos levar ao apice final das nossas reivindicações.

Apressem-se, pois, as organizações operarias de todos os Estados e tratem do assunto que preocupa atualmente todas as atenções proletarias.

Avante, companheiros!

Mãos á obra.” [CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRASILEIRA. “Manifesto em prol do Segundo Congresso – A’s organizações operarias e aos trabalhadores em geral”. IN: *La Barricata!* Periodico anarchico. São Paulo: 22/06/1913. n.402, Anno IX (della “Bataglia”) p. 2 – comentário sobre a necessidade de atentar às circulares]

“[...] em primeiro logar definamos os termos: Que é a Questão Social?

Em a nossa opinião, é o eterno antagonismo dos interesses materiais entre os homens; as divisões e desigualdades económicas entre os mesmos em todos os tempos e paizes; a prepotencia de um arrogando-se o direito de governar os outros; os medonhos sacrificios e sofrimentos d’uma imensa maioria em benefício exclusivo d’uma pequena minoria; a actual luta entre governantes e governados, ricos e pobres, patrões e operarios traduzida em gréves, repressões e perseguições, miseria, embrutecimento, odio e mal-estar geral. Eis a Questão Social.



Convencidos como estamos de que a Questão Social tem a sua *causa directa* no antagonismo de interesses, nós, os anarquistas, proclamamos que enquanto esses interesses não fôrem harmonizados, os homens estarão sempre em luta entre si, isto é, a Questão Social existirá; e para atenuar-la ou mesmo modificar-la, de nada valerão sistemas religiosos, filosóficos ou políticos, que no fundo não passam de paliativos, panacéas, burlas enfim, para encobrirem a realidade dos factos. Até hoje – e para o futuro ainda menos – de nada têm valido todos esses sistemas: Brama, Buda, Confúcio, Jeová, Cristo, Maomed, Allan Kardec, todos fracassaram, todos faliram nas suas morais, nos seus conselhos, nas suas perdições, nos seus intentos. Todos charlatães, impostores, espertalhões! Igualmente fracassaram a Igreja, os padres, os nobres e a Reforma protestante do décimo-sexto século. Já também fracassou a burguesia e com ela seus próximos irmãos – os socialistas autoritários. Porque é que todas essas *eminencias* não resolvem, solucionam mesmo, a Questão Social?” [MARTINS, José. “A questão social e o anarquismo”. IN: *Germinal!* Semanário anarquista. São Paulo: 29/06/1913. n.15, p. 2]

“Todos querem resolver a Questão Social *sem violencia*, todos condenam a violencia e não obstante todos devem a sua posição à *santa violencia*. [...] os anarquistas nem são violentos, nem querem a violencia, não obstante poderem demonstrar com a Historia [...] que ela é quem tem solucionado e consagrado todos os conflictos de ordem económica, que outra coisa não tem sido as lutas da Humanidade, acobertadas muito embora com outros nomes. [...] As revoluções, pois, com suas inseparáveis violencias, são fenómenos históricos independentes da vontade dos homens, mas indispensáveis ao seu progresso. O Anarquismo, como fica dito, não sabe nem propaga a violencia; mas, deseja pelos ensinamentos da Historia como muito bem que os grandes problemas sociais que verdadeiramente interessem às classes productoras nunca se resolvam *pacíficamente*, eis porque se vê forçosamente obrigado a aceitar-a.” [MARTINS, José. “A questão social e o anarquismo”. IN: *Germinal!* Semanário anarquista. São Paulo: 29/06/1913. n.15, p. 2]

[escárnio das propostas de harmonia social entre capital e trabalho]

“A burguesia [...] jámais consentirá em abrir mão, boamente, de seus privilégios; quem mantém estes é o principio da autoridade, e abolindo esta cáem aqueles. Eis, pois, a Questão Social resolvida. Mas esta obra tão colossal está reservada ao – ANARQUISMO.”

[MARTINS, José. “A questão social e o anarquismo”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 29/06/1913. n.15, p. 2]

[segunda parte do artigo (conclusão), de 13 de julho, n. 17: “o princípio da autoridade é o mal de todos os males”, fato verificado historicamente]

“[...] enfim, em toda a parte evidencia-se claramente que á medida que a liberdade avança um passo, a autoridade recúa outro, e assim, ora recuando, ora vergonhosamente fugindo á aproximação da liberdade, a autoridade caminha a passos agigantados para as bordas do abismo que em dias não longinquos ha de fatalmente traga-la.

“E então?” – perguntam os ultimos bastardos da actual desordem e despotismo agonizantes, com ares de triunfo: - que ha de ser da Humanidade sem governo e sem leis estabelecidas?

Já prevemos – continuam - que *nos comemos uns aos outros*: porque não havendo *um superior* a quem respeitar nem *leis* a obedecer, o mundo seria fatalmente uma desordem.”

Tão esfarrapados argumentos nem sequer merecem a honra de uma refutação seria. Ora, partindo do principio de que a existencia de uma cousa implica ordem nessa mesma cousa, segue-se logicamente que, destruindo os mandarins e continuando a existir a Humanidade, a bem da sua propria existencia, *há de ser forçosamente ordeira*, por que a destruição da autoridade não implica a da Humanidade. Ora bem. Se observarmos, por outro lado, os conflictos sociais, vemos que *todos* são derivados do antagonismo de interesses. Harmonizados estes, e dando-se a cada homem segundo as suas necessidades em troca de um labor de acordo com as suas aptidões e forças, suprimem-se dum só golpe todos os conflictos sociais, que como acima afirmamos, todos teem a sua *causa directa* no antagonismo de interesses; demais, um homem, bem instruido, bem alimentado e com vestuarios e casa garantidos, que necessidade teria de ser ladrão, assassino ou vicioso?

Em suma: um homem em tais condições, não teria interesse, não seria mesmo capaz de fazer mal algum aos seus semelhantes; e por isso concluimos, que o Anarquismo, garantindo a *todos* pão, liberdade, instrucção e trabalho, è em verdade uma doutrina duplamente filosofica e humanitaria e o seu triunfo impõem-se para o bem da humanidade.

Trabalhadores: a vós compete realiza-lo!” [MARTINS, José. “A questão social e o anarquismo”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 13/07/1913. n.17, p. 2]

[PRIMITIVO SOARES, escrevendo de Lisboa, sobre o chamado ao II Congresso Operário: diagnóstico positivo da atuação ácrata apesar das “maiores violências” empregadas pelo governo contra o movimento operário; altura ainda mais elevada dos horizontes e atuação operários, no momento da escrita, em relação à I COB]

“A burguesia de Vera-Cruz sentirá que a Questão Social no Brasil, segue maravilhosamente os progressos da evolução humana e que os trabalhadores se preparam para derruba-la, e substitui-la na direção da vida social, estabelecendo a liberdade e a igualdade, proclamando o Comunismo e a Anarquia.

Estas lutas, estas tendencias modernas de liberdade, são as verdadeiras manifestações da insofismavel civilização, que está germinando no Brasil e que não tardará em triunfar definitivamente sobre as antigualhas e barbaras instituições e moralidades burguezas.” [SOARES, Primitivo. “O 2º Congresso Operario Brasileiro”. IN: *Germinal!* Semanario anarquista. São Paulo: 13/07/1913. n.17, p. 2]

“Considerando que as guerras de modo nenhum se justificam, nem mesmo no estreito critério das ambições burguesas

considerando que os trabalhadores, dando-se as mãos por cima das fronteiras, determinam internacionalmente o desmoronamento das pátrias;

considerando que as guerras, com todos os seus horrores, são a seqüência lógica das ambições burguesas em detrimento exclusivo da classe trabalhadora, que é a única que vai derramar o seu sangue na defesa de sinistros interesses que lhe não pertencem;

o Segundo Congresso Operário Brasileiro aconselha ao proletariado do Brasil para, em caso de guerra externa, declarar-se em greve geral revolucionária.” [II COB, 09/1913, IN: HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. *A classe operária no Brasil*. Documentos (1889-1930). Volume I – O movimento operário. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979. p. 200]

“Com o raiar do dia alviçareiro de hójé, o operariado da Capital Federal vê associar-se ás justas manifestações a vontade herculea do Exmo. Sr. Marechal Hermes da Fonseca, Presidente da Republica Brasileira mandando construir as Villas Prolletarias “Marechal Hermes”, em Deodoro, e “Oficina da Fonseca”, na Gavea, dois melhoramentos collossais que vêm ainda mais affirmar o seu devotado patriotismo e humanidade.

Em comemoração a data gloriosa do Trabalho, exmo. sr. Presidente da Republica inaugura hoje, com grande solemnidade estes dois melhoramentos onde o operariado do Rio de Janeiro resentia-se privados pela falta de habitações que não existia para às classes pobres.

Graças ao governo honrado do sr. Marechal Hermes podemos com justiça fallar, foi o unico e esta data que se propoz a praticar este acto digno de applausos.

A S. Exc. as nossas saudações.” [UM OPERÁRIO ALAGOANO. “Villa operaria Marechal Hermes”. IN: *Trabalho Livre*. Polianthéa dedicada as classes trabalhadoras. Maceió: 01 de maio de 1914. Anno III, n. 1, p. 3. CEDEM. ASMOB: broche de Carlos Marx na capa, “Proletarios de todos os paizes, uni-vos”, VER MAIS CONSIDERAÇÕES SOBRE A EFEMÉRIDE E “Nossos mortos”, p. 4]

## **GUERRA:**

“A calamidade universal! O operariado do Brazil, na prezente emergjencia que faz sobrenadar em sangue a Europa quazi inteira, declara-se solidario com os sacrificados trabalhadores europeus, nesta faze dolorosa para a historia rubra do proletariado” [IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de agosto de 1914. Ano VII, n. 60. p. 1]

“O atentado de Sarajevo está pois justificado. A sua justificação não é de molde a applaudirmos o assassino? Tambem não nos cumpre lançar o nosso anatema sobre a sua joven cabeça perturbada pelo orgulho da rua raça e pelo seu fervor relijiozo.

Devemo-nos limitar a rejistar o fato, aprofundando as suas cauzas para que dela tirar possam o ensinamento aquelles que dele precisem, e a encara-lo, e admitti-lo tal como ele realmente é: - consequencia do rejimen de violencias em que a sociedade se bazeia, rejimen que só pode produzir violencias.

Neste rejimen social em que vivemos de dominação do homem pelo homem, de hierarquia; em que uma classe, arvorando-se em mentora dos outros homens, joga com a vida e a felicidade dos povos para a satisfação das suas paixões, dos seus interesses e das suas ambições – os atentados, como o de Sarajevo, são logicos, fatais e inevitaveis.

A epoca em que vivemos, animada de uma intensa e insofrida aspiração de liberdade, é ingrata para o que pretendem governar, isto é, determinar aos outros o raio de ação dessa sua liberdade.

Os chefes das nações e seus ministros arriscam-se a graves perigos nos tempos que vão correndo, e os que se não quiserem adaptar ás novas correntes de pensamento, ás modernas tendencias libertarias e pacifistas dos povos, teem que suportar com resignação os efeitos dessa sua obstinação considerando-os como “simples incidentes do trabalho” ou como “ossos do seu officio”.

Quanto ao publico, os que são sinceramente crentes, devem considerar essas tragedias como “dolorosas provações a que Deus é servido submeter os soberanos, na sua insondavel decizão”, e, portanto, resignar-se com elas, sem anatemas para os ezeutores da vontade do Onipotente. E os que, não tendo a fé para se conformar com as decizões insondaveis de Deus, não podem resignar-se com essas fatalidades e desgostos e cruciantes a que estão sujeitos tambem os altos senhores, em vez de pretenderem dar cabo dos criminozos, procurem destruir a cauza que os produz.

“Cada um sabe de si”, diz-se e com verdade. Com a mesma razão poderemos dizer “cada povo de si”. Deixemo-nos, pois, de ser juizes em cauza alheia. Quantos dos que aqui severamente criminam o ato do estudante servio, se vivessem na Servia, o não aplaudiriam?!

Lembre-mo-nos de que Bruto é hoje pela historia considerado como o libertador de Roma da tirania de Cezar.

E quem nos dirá que, ao servio Prinzip, a quem hoje com desprezo e rancor se chama assassino, a Historia o cognominará o precursor das futuras liberdades para o seu povo?” [QUARTIM, Pinto. “A propozito do atentado contra os arquiduques da Austria – A tragedia de Sarajevo é uma violencia jerada pelo rejimen de violencias em que vivemos”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de agosto de 1914. Ano VII, n. 60. p. 1]

“Já toda a gente está ao par da colossal carnificina organizada pela tropa de bandidos da finança e da governança da Europa. O mundo vai assistir á maior tragedia que a historia já rejistrou. A burguezia enlouqueceu. E vai afogar-se no sangue, para sempre...

E’ desse sangue que vai brotar a definitiva emancipação do proleatriado. Chegou o momento agudo das lutas supremas. Estamos em vespervas da grande estremeção final...

Que o operariado do Brazil se prepare. Vamos ter, pela frente, uma crise espantosa. A fome aí vem com todos os seus horrores.

Operarios, a postos!” [“A’ postos!”]. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de agosto de 1914. Ano VII, n. 60. p. 1]

“A INTERNACIONAL OPERARIA CONTRA A GUERRA!

A Confederação Operaria Brasileira convida todas as associações confederadas e mesmo as que não sendo estão de acordo com a sua orientação a levar a efeito no dia 13 de setembro, comícios de protesto contra a guerra

Os bandidos da governança europeia fuzilam os homens que se manifestam contra a guerra e se recusam a seguir para o matadouro

Abaixo os tiranos e assassinos do povo! – Viva a Internacional!” [A *Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1914. Ano VII, n. 61. p. 1]

“E’ impossivel fazer-se um juizo ezato da situação européia. Já não falamos da guerra em si, da qual aliaz só temos noticias contraditorias e suspeitissimas. Queremos referir-nos ás ajitações populares contraditorias e suspeitissimas. Queremos referir-nos ás ajitações populares contra a guerra. Nós temos certeza absoluta de que os nossos camaradas europeus *estão ajindo*. Nem póde ser de outro modo. Mas o fato é que, monopolizadas as linhas de comunicação pelos governantes e, em grande parte tambem, devido aos interesses e á ignorancia dos agentes jerais e particulares, os telegramas só vagamente e raramente deixa escapar notícias a tal respeito.” [“A situação européia”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1914. Ano VII, n. 61. p. 1 – discussão sobre as fontes de notícias e o caráter nacionalista patrioteiro das mesmas]

“Neste momento supremo de angustias, de espectativas e de esperanças, de desesperos e de entuziasmos, neste momento solenissimo em que o proletariado europeu se vê a braços com uma luta de vida e de morte, o povo trabalhador do Brazil, sofredor das mesmas mizerias, viutima das mesmas explorações, igualmente mal-tratado, vilipendiado e roubado, sente vibrar em si todas as cordas da sua indignação e do seu odio, e lança o seu protesto de maldição contra a burguezia cosmopolita, e envia aos seus irmãos de todo o mundo a sua solidariedade absoluta e irredutivel.” [“A situação européia”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1914. Ano VII, n. 61. p. 1]

“Considerando que a humanidade, avassalada pela loucura sanguinaria duma minoria de parasitas, atravessa um dos periodos mais criticos que a historia humana tem rejistrado;

Considerando que a luta fraticida e humanicida que ora se trava no velho mundo é devida aos caprichos inconfessaveis dessa meia duzia de especuladores dominantes que, em proveito da sua dominação, pretendem levar ao sacrificio das classes laboriosas do mundo inteiro;

Considerando que a miseria mais espantosa, a fome já consome e dizima as nossas vidas, assim como a metralha as vidas dos nossos irmãos nos matadouiros europeus; e

Considerando que os protestos dos trabalhadores de todo o mundo deve levantar-se imediatamente contra tais atrocidades, cometidas em pleno seculo XX;

A Federação Operaria do Rio de Janeiro resolveu convocar esta reunião de protesto, afim de deliberar, de acordo com as necessidades, sobre as medidas a serem tomadas ante os barbaros acontecimentos atuais e mais uma vez, estreitar os laços de solidariedade que nos unem aos trabalhadores de todos os paizes, confraternizando com eles na grandioza Ineternacional.” [“A situação européia”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1914. Ano VII, n. 61. p. 1

“Os livre-pensadores membros desta associação protestam com todas as suas forças contra o que está se passando na Europa. Protestam com tanto maior indignação quanto o atual horrivel estado de coizas nada mais é do que o resultado da ação que o clero das diferentes relijiões mancomunado com os dirigentes exerce sobre a mentalidade dos povos.

Consideram, portanto, seres execraveis, como insensatos e malfeitores, todos aqueles que diréta ou indiretamente possam contribuir para a agravação do mal-estar presente, para a horrivel catastrophe que será a guerra entre os mais adiantados povos da terra.

Porém se nada se puder fazer por ser já muito tarde para impedir a luta, dirijam os livres-pensadores todos os seus esforços, toda a sua ação consciente no sentido de encaminhar as massas trabalhadoras e assalariadas, para a sua completa libertação do jugo das classes que das guerras tiram a sua força, o seu dominio, a sua existencia.

Que da horrivel carnificina quen elas provocam rezulte não o enfraquecimento dos explorados, porém a firme vontade por parte destes de impor-lhe um termo, de uma vez para sempre, suprimindo todas as cauzas que a produzem.

Protestam tambem contra o assassinato de Jean Jaurés pela mão de uma infeliz transviado, braço inconciente armado pela ação traiçoeira do clero catolico.

Abaixo a guerra!

Abaixo o clericalismo, principal cauzador dos morticínios entre os povos!

Viva a sociedade futura sem Deus nem amos!

Viva a fraternidade universal!” [“A situação européia”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 20 de agosto de 1914. Ano VII, n. 61. p. 2

“Diante da horrorosa catastrophe universal que é a conflagração européa, não sómente pelos milhões de vidas jovens e uteis que vão coalhar os campos de batalha, mas também pela miseria que vai penetrar em quasi todos os lares, em todos os cantos do planeta que habitamos, discutem os que ainda sabem pensar e procuram apurar as responsabilidades.” [MOTA, Benjamin. “Apuram-se as responsabilidades...”. IN: *A Lanterna*. Anticlerical e de combate. São Paulo: 22/08/1914, Ano XIII, n. 257. p. 1. CEDEM. ASMOB:

“Si Guilherme vencer, sabe-o o Vaticano, a mais bella pagina da historia da humanidade – a revolução – será rasgada pelos seus generaes vitoriosos e retrogradando dous seculos de historia, o mundo voltará aos tenebrosos tempos feudaes, restabelecendo-se as fogueiras da Inquisição.

E a burguezia, que foi cumplice nesse delicto longamente praticado pelo Vaticano, sustentando a paz armada, nunca pensou que a guerra lhe seria fatal também, qualquer que fosse o resultado final.

Duas, e não vemos outra, são as portas de sahida para o *impasse* em que a humanidade se metteu com a guerra – retrogradar ou progredir.

Ficar estacionaria ela não ficará.

Ou voltará aos tempos feudaes, si Guilherme tiver força para esmagar a colligação européa ou caminhará desassombradamente para a cidade futura, si a sorte das armas lhe fôr desfavoravel, porque na propria Allemnanha rebentará a Revolução Social que ha de varrer thronos e altares, soldados e burguezes.

E a humanidade poderá entoar então o hymno do trabalho livre sobre a terra live.” [MOTA, Benjamin. “Apuram-se as responsabilidades...”. IN: *A Lanterna*. Anticlerical e de combate. São Paulo: 22/08/1914, Ano XIII, n. 257. p. 1. CEDEM. ASMOB:

[“Disse também algumas palavras o camarada Carlos A. Lacerda, chamando especialmente a atenção de todos para o estado actual que atravessa a humanidade. Mais uma vez, diz, os



cristãos esquecem o famoso “Não matarás” bíblico e entregam-se às cenas de massacre que todos nós, com os corações cheios de magua, presenciamos” (“Liga anticlerical do Rio de Janeiro”. IN: *A Lanterna*. Anticlerical e de combate. São Paulo: 22/08/1914, Ano XIII, n. 257. CEDEM. ASMOB p. 2): “Estava bastante animada, apesar da horrível crise que atravessamos, a reunião familiar e infantil em benefício da Liga realizada domingo, 17 do corrente.”]

[reprodução de manifesto do Partido Socialista alemão (provavelmente Social-Democrata) exortando o governo a influenciar o Austro-Hungaro à paz e contra o envio de soldados alemães à catástrofe: “Uma hora grave soou. A mais grave depois de dezenas de anos. O prigo desenvolve-se. A ameaça da guerra universal está suspensa sobre nós. As classes dirigentes que em tempos de paz nos exploram, nos desprezam, querem fazer de nós carne para o canhão.” (“Abaixo a guerra!”. IN: *A Lanterna*. Anticlerical e de combate. São Paulo: 22/08/1914, Ano XIII, n. 257. CEDEM. ASMOB p. 2)]

“[...] uma guerra é uma aventura perigosa, pondo em risco poderosos interesses. Seria, pois, modernamente evitável, mesmo independentemente dos esforços proletários, se não houvesse uma categoria especial de interessados no estado de guerra declarado ou latente: os construtores de couraçados e material de guerra, os fornecedores do exército, o militarismo profissional. Amontoam-se armas e soldados, cria-se um espírito agressivo e provocador, convence-se a massa, por meio da grande imprensa, da iminência da guerra e da invasão, fomentam-se ambições e paixões guerreiras. No fundo, o que se pretende são encomendas e boas colocações. Mas vem um dia em que se inflamam os explosivos acumulados e em que triunfam os interesses de carniça e de pilhagem. Há dezenas de anos que a Europa corre desesperadamente para o abismo.

Que resultará desta colossal guerra? Um longo eclipse da civilização? O desaparecimento das magras liberdades conquistadas? O recuo do ideal socialista e libertário e da organização operária? A revolução?

Angustioso problema!

No principio, a multidão falsamente educada, vilmente ludibriada, está tôda entregue às paixões brutais, à embriaguez guerreira, à loucura nacionalista – essa loucura de que o insigne Jaurès foi a primeira vítima ilustre. Mas com os efeitos da guerra virá talvez a reflexão – e a revolta. Não talvez com as vastas finalidades da revolução social, levada a cabo com maior desenvolvimento de força e de consciência; mas rasgando em todo caso novos horizontes e novas possibilidades.

Melhor seria que a guerra fôsse impedida pela greve geral insurreccional. Em todo caso, houve imponentes manifestações de protesto em todos os países: há progresso sensível sobre o estado de espírito anterior à guerra de 70, coroada depois com a Comuna de Paris...” [VASCO, Neno. “A guerra!” (Da porta de Europa). IN: *A Lanterna*. Anticlerical e de combate. São Paulo: 22/08/1914, Ano XIII, n. 257. p. 1. CEDEM. ASMOB)

#### “A INTERNACIONAL OPERARIA CONTRA A GUERRA!

No dia 13 do corrente, em diversas cidades do Brazil, a convite da Confederação Operaria Brasileira, as sociedades confederadas realizam comícios e seções de veemente protesto contra a atual carnificina européia e de solidariedade com o operariado de todos os países em luta

Abaixo os tiranos e assassinos do povo trabalhador! – Viva a Internacional! Abaixo a guerra” [*A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de setembro de 1914. Ano VII, n. 62. p. 1]

“A crise perpetua em que vivem as classes trabalhadoras, agravava-se, entre nós, desde já algum tempo, de uma maneira assustadora. Aliás não era só entre nós. Pezava por todo o mundo, desde que começou desde que começou a pirataria tripolitana, logo depois seguida da chacina balcanica, um profundo desequilibrio economico, cujos males, como sempre, recaíam sobre o lombo da velha besta de carga – o produtor.

Por outro lado, a paz armada, cada vez a armar-se mais, dia a dia apertava o circulo de ferro em que vivem as jentes do trabalho, sugando-lhes as ultimas gotas de sangue, - vampiro insaciavel e tenebrozo que agora estoizou, por fim, esparrimando e ensopando a terra com esse sangue lenta e dolorosamente acumulado.

Ora, si a crise se tornava angustioza, com a conflagração europeia vai chegando ao paroxismo, desaparecidas todas as esparadas panacéias, e só restando, de pé, ameaçador e lugubre, o espectro da fome.” [“A situação – notas diversas”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de setembro de 1914. Ano VII, n. 62. p. 1]

“E este é o momento. Na Europa – a guerra, a morte, a miseria, a fome; aqui – a crise de trabalho, a miseria, a fome... Lá, os que protestam e se manifestam contra a grande matança são espadeirados, são encarcerados e assassinados pelas autoridades; cá, os que

protestam e se manifestam contra a guerra e procuram uma solução para o problema da crise, consideravelmente agravada pela conflagração européia, são espadeirados, são encarcerados e são deportados pelas autoridades...

Podem os trabalhadores submeter-se a tanta infamia? Não é justo pensa-lo. Os trabalhadores da Europa, os trabalhadores da America, os trabalhadores de todo o mundo, não podem e não querem curvar a cabeça. Eles estão fartos de miséria e de violencia, de fome e de tirania. Eles vão sacudir o jugo secular da exploração e da opressão.

A hora é chegada do ajuste de contas. E' necessario, de uma vez para sempre, varrer da terra a raça maldita dos parasitas, dos gaviões, dos tubarões, de toda a inumeravel corja que vive á custa do suor do povo trabalhador.

A hora é chegada! Ai dos crapulas, ai! dos salafrarios, ai! dos graúdaços da finança e da industria, da cazerna e da sacristia, dos tribunais e dos salões! Ai! deles!... Porque a avalanche do trabalho aí vem, implacavel e invencivel, e os ha de esmagar e triturar a todos, um por um, riscando-os da vida como indignos de viver na éra nova que se aproxima, brotada da sangueira descomunal que empapa e e encharca a terra jeneroza.

Trabalhadores de todo o mundo, uni-vos! – Viva a Revolução!...” [“A situação – notas diversas”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 05 de setembro de 1914. Ano VII, n. 62. p. 1]

[inauguração do Teatro 1º de Maio, em 06 de setembro, no salão central da Casa dos Trabalhadores, ao mesmo tempo, estreia do Grupo Teatral Cultura Social; conferência de Zenon de Almeida sobre elementos conjunturais]

“A Federação Operaria de Pelotas, não obstante ter já lançado publicamente o seu protesto contra a Loucura Burgo-Européia, não quiz conservar-se alheia ao apelo lançado pela Confederação Operaria Brasileira e de acordo com o G. D. Cultura Social, deliberou a realização de um espetáculo gratuito (ou por contribuição voluntaria) para o dia 13, afim de, aproveitando a oportunidade, apresentar-se uma moção contra o flajelo, ficando assim burlada a ação do governo do Estado, que, violando os chamados direitos de soberania popular garantidos pela Mme. Republica, proíbe, á guiza de evitar... dezordens... e saques, creio eu, que por aqui se realizem manifestações de tal caráter; sim, porque, apesar de na camara federal se discutir a conflagração, o Brazil Inteirinho da Fonseca Machado, é neutro na questão, lá isso é, que diabo...” [“Pelotenses... – Teatro 1º de Maio”. IN: *A Voz do*

*Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de outubro de 1914. Ano VII, n. 63. p. 4]

“Parece que clandestinamente tem-se reunido nesta cidade uma “Cavação (não dizemos “Federação” porque aquilo não *federa* couza nenhuma), uma “Cavação Jeral do Trabalho”, de que fazem parte conhecidos politicos civilistas, - advogados, medicos, negociantes, jornalistas, etc.

Esse pessoal já prometeu um solene manifesto dirigido ao *proletariado do Brazil* e que deve aparecer em 5 de novembro proximo.

E... as eleições aí estão bem perto...

Esperemos pelo tal manifesto.

Desde já no entanto, deixamos aqui espessa a nossa satisfação pela aparição desse novo depozito de pancadas. A *cêbêê* é um bicho já inteiramente morto. Bom é, pois, que venha agora novo pessoal para provar o vigor da nossa chibata.

Nós cá estamos, os mesmos, como sempre...” [“Cavação Jeral do Trabalho”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de novembro de 1914. Ano VII, n. 64. p. 1]

[“Protesto contra a guerra”: publicação do protesto emitido pela Federação Operária de Alagoas, “associação jenuinamente sindicalista”, em “vibrante protesto contra a maior calamidade que o mundo inteiro já presenciou”, bradando “contra essa hedionda carnifica” e dando um “Viva a franternidade universal!” – “Protesto contra a guerra”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 01 de dezembro de 1914. Ano VII, n. 65. p. 2]

“Não é só o militarismo prussiano, o mais imperialista talvez, que é preciso suprimir mas o militarismo, onde quer que se ache, porque se torna sempre, por definição, incomodo, arrogante, imperialista.” [WINTSCH, João. “A caminho do pacifismo”. IN: *O Rebate*. Doutrinal, instrutivo e noticioso. Maceió: 01 de maio de 1915. Ano I, n. 1, p. 4. CEDEM. Setor: ASMOB]

“Parecem tomados dum sobressalto de horror em face das consequencias logicas, inevitaveis, do militarismo que eles exalçaram quizeram, impuzeram. Invocam a paz, agora que a tornaram ilusoria com a incuria, presunção e orgulho. Verdade seja que é talvez por

medo ás revoltas proletarias que eles assim falam.” [WINTSCH, João. “A caminho do pacifismo”. IN: *O Rebate*. Doutrinal, instrutivo e noticioso. Maceió: 01 de maio de 1915. Ano I, n. 1, p. 4. CEDEM. Setor: ASMOB: sobre clamores pacifistas de militares]

“O que podemos esperar, penda a vitoria para o lado que tiver de pender, é que este terrível embate seja um grande passo para a bancarrota definitiva do capitalismo, o que valeria ao esterminio da guerra pela propria guerra.” (G. LIBERTAS (Grupo Ação Libertaria “Invenciveis”, Rio de Janeiro). “A guerra européia”. IN: *O Rebate*. Doutrinal, instrutivo e noticioso. Maceió: 01 de maio de 1915. Ano I, n. 1, p. 4. CEDEM. Setor: ASMOB)

O texto recomenda as leituras de *A Voz do Trabalhador*, *A Vida e Nas Barricadas*; comentário sobre a inevitabilidade da guerra enquanto um fenômeno “eminente econômico” – “uma luta de expansão comercial e de industria, proveniente de nosso meio de organização capitalista” –, de acordo com a “interpretação metrialista que Karl Marx deu aos movimentos humanos”, “quicá o prenuncio de uma transformação profunda nos modos de ser e no sistema de organização industrial dos povos”]

“São tais promessas efeitos das necessidades da guerra, a par de demonstrativas de pavor da Revolução que no grande imperio tem de fatalmente explodir, mais ano ou menos ano.

Comtudo, equivalem ao reconhecimento de direitos populares e são conquistas dos principios de equidade e de razão. Custam rios de sangue os progressos humanos. Sempre assim aconteceu. Cada avanço dos povos implica um imenso regueiro de lagrimas e de sofrimentos.

Mas nem tudo rezulta improficuo afinal. A’ noute pavorosa e cruel seguir-se-á a aurora formosa e sorridente. Tenhamos fé e esperança. Fala agora o canhão, e rebrilham ao sol as espadas.

Mas amanhã ha de gritar a sua justiça o eterno oprimido, esse povo que amortalham nas fardas dos ezercitos quando o não sepultam nos fundos das minas e esfaimam com salarios que mal chegam para adquirir diariamente o pedaço de pão amargurado nas lobregas oficinas!” [G. LIBERTAS (Grupo Ação Libertaria “Invenciveis”, Rio de Janeiro). “A guerra européia”. IN: *O Rebate*. Doutrinal, instrutivo e noticioso. Maceió: 01 de maio de 1915. Ano I, n. 1, p. 4. CEDEM. Setor: ASMOB)

“Rio de Janeiro, 23 de maio de 1915.

Ao camarada

Os anarquistas do Rio de Janeiro, reunidos em assembleia, a 23 do corrente, na séde do Centro de Estudos Sociais desta cidade, considerando:

que, em vista de se não haver realizado o Congresso Internacional de Londres, convocado para o mez de agosto do ano passado, por motivo da esplozão da guerra européia, e de ter sido proibido pelo governo espanhol o Congresso Internacional de Anarquistas, Socialistas e Sindicalistas, que se deveria realizar na cidade de Ferrol, nos ultimos dias de abril p. p., aos socialistas libertarios do continente Sul-Americano cabe uma ação mais enerjica, neste momento de eccepcional gravidade para a sociedade humana;

que já é tempo de estreitarem relações os socialistas libertarios desta parte do continente americano e de se organizarem com homojeneidade e estudarem os metodos e meios de tornar mais eficiente a propaganda, e, bem assim, de darem um balanço de forças;

rezolveram convocar um congresso anarquista internacional sul-americano para o mez de setembro procimo, em dias que serão em tempos ficados.” [“Congresso anarquista sul Americano”. IN: *A Voz do Trabalhador* – Orgam da Confederação Operaria Brasileira. Rio de Janeiro: 08 de junho de 1915. Ano VIII, n. 71. p. 2 – atenção ao que é demandado pela comissão organizadora aos futuros representados]

“O poeta-mercenario que ha tempos escolheu o grande Estado de S. Paulo para dar expansões aos seus sentimentos *patrioticos* e guerreiros, é um burguez que deseja, como todos os burgueses, a conservação do exercito e da religião, que são a base do principio de autoridade, que é, por sua vez, a causa de todos os sofrimentos humanos.

Os operarios, que para nada precisam da burguezia, senão, sómente, para serem por ela explorados, pois que são eles os criadores de todos os monumentos, que assombram as nações em todos os seculos, devem protestar contra toda essa ladravaz canalha, e fazer conhecer, no momento preciso, a sua força que em estado latente se acha, e que sómente espera a fagulha, que é o livro, para faze-la estourar e rebentar o já enfraquecido involucro que a comprime: o capitalismo.

O exercito é, de todas as organizações que existem sobre a terra, a mais nojenta” [PEIXOTO, Isauro. “Militarismo, patria e questão social”. IN: *A Lanterna*. Anti-clerical e de combate. São Paulo: 15/04/1916, Ano XV, n. 288. p. 3. CEDEM. ASMOB – provavelmente

no próximo item, crítica centrada em Olavo Bilac, mirando toda a base militar da iniciativa burguesa de serviço militar obrigatório (comentar a apresentação do texto e relacionar outros sobre a opção clerical pelo imperialismo alemão)]

““Operarios do mundo inteiro! uni-vos!” Sim! uni-vos como uma só família, desprezando os preconceitos de raças, para opordes ás leis artificais dessa burguezia, as vossas, que são as naturais, e por isso mesmo as mais justas.

Alijai para bem longe do vosso coração o amor a essa patria.

Substitui esse amor por outro, muito mais sublime, que é o amor á humanidade!

Assim como os capitalistas têm por patria o Dinheiro, e por inimigos os concorrentes, vós tambem, operarios, deveis ter por patria a Liberdade e por inimigo comum o Capitalismo açambarcador!” [PEIXOTO, Isauero. “Militarismo, patria e questão social”. IN: *A Lanterna*. Anti-clerical e de combate. São Paulo: 15/04/1916, Ano XV, n. 288. p. 3. CEDEM. ASMOB

## 1.2 A VIDA

Em novembro de 1914 vinha a lume *A Vida*, provavelmente a primeira revista teórica ligada organicamente ao movimento operário. Fato que não é de somenos importância, afinal, como destacou José Luiz Del Roio, seu surgimento significava: “[...] a confirmação de que a nova classe trabalhadora – reprimida, ainda incipiente, dividida – começava a criar, junto a si, de forma orgânica, os seus intelectuais”<sup>145</sup>. Sintomática de certo amadurecimento político da referida classe, em aparente paradoxo, *A Vida* emergia justamente em uma conjuntura crítica para o movimento operário, em refluxo e divisão ideológica, especialmente afetado pelo apoio de variadas lideranças europeias (tanto socialistas quanto anarquistas e anarco-sindicalistas) aos esforços de guerra empreendidos por seus governos burgueses<sup>146</sup>.

A “publicação mensal anarquista”, como anunciava em sua capa, não apenas indicava uma nova circunstância na vida política da classe trabalhadora urbana organizada, como também trazia em suas páginas algumas marcas importantes das disputas ideológicas em

---

<sup>145</sup> DEL ROIO, José Luiz. “Introdução – A Vida”. IN: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL; ARQUIVO HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO (MILÃO). (ORGS.). *A Vida*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

<sup>146</sup> Idem.

curso e dos problemas candentes. A questão central da conjuntura internacional de então, a guerra imperialista, já foi objeto de artigo no primeiro número de *A Vida*:

A grande guerra europeia era esperada por todos nós. E' uma consecuencia fatal da organização que os anarquistas combatem ha quasi um seculo. Na horrivel balburdia atual ha uma grande voz de protesto contra a guerra: a dos anarquistas de todo o mundo. Dizem que os anarquistas são assassinos e destruidores. Mas quem é que faz a carnificina de agora? quem comette as tremendas destruições de agora? os anarquistas ou os perseguidores dos anarquistas? Pode ser que algum anarquista haja morto um soberano. Mas, dizei-me, quantos milhões de homens vão matar agora os soberanos da Europa? A grande voz de protesto dos anarquistas europeus não chega até nós, porque as noticias desse formidavel movimento são abafadas no telegrafo. Fiquemos porém certos de que os trabalhadores concientes não querem guerras. As guerras dão glorias aos marechais e ninguem fala nos soldados; dão comendas e honras aos generais mas quem paga as despezas é o trabalhador despresado. Após a guerra, a *maior guerra do mundo*, virá a *maior revolução do mundo*. Os estragos serão tantos, pesarão tanto sobre os trabalhadores, que eles, afinal, compreenderão que é preciso acabar com armamentos, soldados e generais.<sup>147</sup>

Grandes expectativas encontram-se postas na intervenção: “Após a guerra, a *maior guerra do mundo*, virá a *maior revolução do mundo*”. Não apenas uma expectativa, mas uma necessidade histórica de uma revolução vindoura. A sua avaliação conjuntural, como já observado acima, “A grande guerra europeia era esperada por todos nós”, se dá a partir da leitura dos fundamentos do sistema econômico global, fundamentalmente concorrencial:

Uma sociedade baseada na concorrência é uma sociedade fatalmente infeliz, porque admite e não póde evitar a causa principal dos crimes, das tragedias quotidianas: ambição, sob suas variadas formas, o jogo, a negociata, o estelionato, o dinheiro falso, o roubo, o banditismo, a guerra. As guerras são um efeito da concorrência comercial, isto é, da ganancia do ouro, da necessidade que teem os produtores da nação A de suplantar os produtores da nação B nas vendas e nas explorações sobre a terra por eles apropriadas. A guerra dos boers, a guerra russo-japonesa, a guerra italo-turca, a atual guerra europeia não são mais do que formidaveis desperdícios de esforços motivados pela concorrência comercial. Os que supõem ver nela lutas de raça, *revanches* ou barbarismo belicoso, enganam-se redondamente.<sup>148</sup>

O destacado militante anarquista José Oiticica, já neste primeiro número de *A Vida*, inaugura uma coluna – cuja conclusão deu-se apenas no quinto número da revista, vindo a lume em março de 1915 – discutindo a questão do trabalho feminino, tema pouco evidente no debate de então.

Outra sessão regular nas páginas de *A Vida*, indício fundamental da nova ordem de problemas que se colocava no cenário brasileiro daquele momento, é a coluna “Bibliografia

---

<sup>147</sup> “A conflagração europeia. Os trabalhadores e a greve”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. I. Rio de Janeiro. Novembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.

<sup>148</sup> Ibidem, p. 15.



brasileira sobre a questão social”. Indicava duas coisas a sua inauguração: a relevância da questão social e a ausência de reflexão sistemática sobre a mesma. De todo modo, um tema candente. Eis o chamado:

Desde quando se escreve, no Brazil, sobre a questão social? Que livros, que folhetos, que jornais se teem publicado aqui, a respeito das doutrinas socialistas em geral? São perguntas a que cada um de nós poderá responder parcialmente, mas a que talvez nenhum o poderá fazer de modo completo. Entretanto, se juntarmos as repostas parciais de cada, obteremos um resultado tanto quanto possível completo. E’ o a que se propõe *A Vida*. Fica desde já aberta esta rubrica – “Bibliografia brasileira sobre a questão social”, bem clara para que precise de explicações.<sup>149</sup>

No segundo número da revista, há uma observação relevante sobre o catálogo em levantamento, evidenciando os limites do mesmo ao efetivo conhecimento do andamento do problema àquela altura, não obstante a relevância da iniciativa:

E’ evidente a utilidade da publicação desta “bibliografia”, para a história do movimento socialista em geral no Brazil, pois que é nos livros, nos folhetos, nos jornais, etc., que principalmente se hão de colher os dados necessarios a essa historia. Ha, porém, uma observação que pode desde já ser feita, e é que as publicações sobre a questão social editadas no Brazil não dão idéa exata do movimento dessas publicações entre nós. Sabemos todo o enorme consumo de livros editados em Portugal que se faz no Brazil. A grande maioria, por exemplo, das obras de Kropotkine, Grave, Faure, Hamon, etc., são editadas em Portugal. Ha tambem aqui um consumo regular de livros em espanhol e em italiano, devido especialmente á corrente imigratoria avultadissima de origem italiana e espanhola. E ha ainda o consumo ainda maior de jornais e folhetos vindos de Portugal, de Espanha e de Italia.<sup>150</sup>

Em cinco números de *A Vida*, são levantados os seguintes títulos:

| Ordem de citação | Autoria                 | Título   |
|------------------|-------------------------|--|
| 1                | ABREU E LIMA, General   | <i>O socialismo</i>  |
| 2                | MORAIS, Evaristo        | <i>Apontamentos de direito operário</i>  |
| 3                | SARANDI RAPOZO, C.A.    | <i>Teoria e prática de cooperação</i> (Da cooperação em geral e especialmente no Brasil) |
| 4                | RIBEIRO FILHO, Domingos | <i>Estudo de uma moral: I – O cravo vermelho</i>   |
| 5                | RIBEIRO FILHO, Domingos | <i>Vans torturas</i>   |

<sup>149</sup> “Bibliografia brasileira sobre a questão social”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. I. Rio de Janeiro. Novembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 8.

<sup>150</sup> “Bibliografia brasileira sobre a questão social”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.

|    |   |   |
|----|---|---|
| 6  | MARIZ, Cecilia                              | <i>Uma paixão de mulher</i>   |
| 7  | RECLUS, Elizeu                              | <i>Evolução, revolução e ideal anarquista</i>                               |
| 8  | LUZ, Fabio                                  | <i>Ideologo</i>   |
| 9  | LUZ, Fabio                                  | <i>Os emancipados</i>   |
| 10 | LUZ, Fabio                                  | <i>A luta contra a tuberculose do ponto de vista social</i>                 |
| 11 | LACERDA, Gustavo                            | <i>O problema operario no Brasil (propaganda socialista)</i>                |
| 12 | Sem indicação de autoria                    | <i>Contra a imigração</i>   |
| 13 | VIEIRA, Vitor Antonio                       | <i>Espiritismo e socialismo (primeiro livro)</i>                            |
| 14 | SOARES, J. Julio                            | <i>Idéas cooperatistas</i>  |
| 15 | RIBEIRO DE MACEDO, Antonio                  | <i>Questão social. A miséria é ou não possível de evitar?</i>               |
| 16 | MALATESTA, Errico                           | <i>Entre camponeses</i>   |
| 17 | MALATESTA, Henrique                         | <i>Programa socialista – anarquista - revolucionario</i>                    |
| 18 | BERTHELOT, Paulo                            | <i>O evangelho da hora</i>  |
| 19 | BARBOZA, Saturnino                          | <i>Ensaio de crítica racionalista (ciencia e arte)</i>                      |
| 20 | MAIA, Deodato                               | <i>Regulamentação do trabalho</i>   |
| 21 | MEDEIROS, Dr. Mauricio                      | <i>O ensino racionalista</i>  |
| 22 | VASCO, Neno                                 | <i>As doutrinas libertarias (breve exposição e definições)</i>              |
| 23 | CONFEDERAÇÃO OPERARIA BRAZILEIRA            | <i>A Confederação Operaria Brasileira aos operarios do Brazil</i>           |
| 24 | Sem indicação de autoria                    | <i>Cantos sociais</i>   |
| 25 | CENTRO DE ESTUDOS SOCIAES DO RIO DE JANEIRO | <i>Centro de Estudos Sociaes do Rio de Janeiro. Seus fins e seus meios.</i> |
| 26 | DIAS, Carlos                                | <i>Tributo de sangue (propaganda anti-militarista)</i>                      |
| 27 | NIEUWENHUIS, F. Domela                      | <i>A mulher e o militarismo</i>   |
| 28 | HAMON, A.                                   | <i>Patria e internacionalismo (estudo filosofico)</i>                       |
| 29 | ETIEVANT, Giorgio                           | <i>Le dichiarazioni</i>   |
| 30 | PINTO DOS SANTOS, Padre Manuel              | <i>O operario (com aprovação eclesiastica)</i>                              |
| 31 | SAINT BARB                                  | <i>Pequenas coplas</i>  |
| 32 | MOTA ASSUNÇÃO                               | <i>O infanticidio</i>   |
| 33 | MENDES, Cezar                               | <i>O sorteio militar</i>  |
| 34 | CURVELHO DE MENDONÇA, M.                    | <i>Rejeneração</i>  |
| 35 | RECLUS, Eliseo                              | <i>A mio fratello contadino</i>   |
| 36 | THONAR, Jorge                               | <i>O que querem os anarquistas</i>  |
| 37 | CONFEDERAÇÃO JERAL DO TRABALHO DE FRANÇA    | <i>O dia de oito horas</i>  |

|    |   |   |
|----|---|---|
| 38 | MOTA, Benjamin                            | <i>Rebeldias</i>                                      |
| 39 | MONTENEGRO, José Lopez                    | <i>Noções de sociologia</i>                           |
| 40 | RISTORI, Oreste                           | <i>Le corbelliere del collettivismo</i>               |
| 41 | INGEGNIEROS, Jose'                        | <i>Patriotismo</i>                                    |
| 42 | MALATESTA, Errico                         | <i>No café (palestras do natural)</i>                 |
| 43 | KROPOTKINE, Pedro                         | <i>O comunismo anarquico</i>                          |
| 44 | MOST, João                                | <i>A peste religiosa</i>                              |
| 45 | ELOY DOS SANTOS, Engenheiro civil<br>Raul | <i>Contribuição ao estudo da concepção socialista</i> |
| 46 | Sem indicação de autoria                  | <i>Em nome da patria</i>                              |
| 47 | MONDIM PESTANA, T.                        | <i>A questão social</i>                               |
| 48 | SATURNINO BRITO, José                     | <i>A cooperação é um estado</i>                       |

FONTE: [...]

“Começo a ler Tolstoi, Kropotkine, Affonso Schmidt, debruçado sobre as bancadas de serviço – minhas irmãs se queixam de que sujo seus livros com a fuligem das forjas -, sou um leitor encarvoado.” (BATINI, Tito. *Memórias de um socialista congênito*. Campinas: Editora da Unicamp, 1991. pp. 13-14)

Para além da iniciativa militante de remeter as informações pedidas pelos redatores, as páginas de *A Vida* são marcadas por paratextos que também podem indicar o movimento das publicações acerca da questão social e da propaganda anarquista no Brasil, em irônica contradição com a advertência presente na “Bibliografia brasileira sobre a questão social”. Na contracapa do segundo número da revista já consta a “Leitura que recomendamos – O que todos devem lê”. Trata-se de uma série de livros, folhetos e jornais. São poucas as variações entre este primeiro anúncio e aquele impresso no sétimo e último número de *A Vida*, datado de 31 de maio de 1915. Tais variações não são de adições à lista, mas de volumes não mais vendidos, o que provavelmente indique o seu esgotamento. Eis os anunciados:

## LIVROS

Socialismo e anarquismo

Determinismo e responsabilidade

Psicologia do militar profissional

Sindicalismo e greve geral

O anarquismo

As mentiras convencionaes  
Prisões, polícia e castigos  
O Capital  
Formas e essencias do Socialismo  
A dor universal  
O sindicalismo  
A sociedade futura  
O individuo e a sociedade  
A conquista do pão  
Palavras de um revoltado  
A grande revolução  
Assim falava Zarathustra  
A genealogia da moral  
A caminho do amor livre  
O contracto do trabalho  
O ensino da Historia  
O teatro na escola  
Educação e ensino (Educação integral)  
Da porta da Europa  
Evolução, revolução e o ideal anarquista  
A origem da vida  
A questão operaria e o sindicalismo  
Sindicalismo e revolução  
A confederação do trabalho  
Ação sindicalista

## FOLHETOS

O comunismo anarquico  
Georgicas (ao trabalhador rural)  
Programa socialista anarquista revolucionario  
Entre camponeses  
Greve de ventres

Os políticos, os financeiros e a guerra

O dia das oito horas

Semeando para colher

A anarquia perante os tribunais

## JORNAIS

*A Lanterna*

*A Voz do Trabalhador*

*La Propaganda libertaria*

*A Aurora*

*Tierra y Libertad*

Não apenas realizam a recomendação militante, como são os próprios responsáveis por *A Vida* que vendem os volumes supracitados. Para além de remetê-los “para qualquer lugar do Brasil”, também prontificam-se a satisfazer “[...] com prontidão qualquer encomenda de livros, nacionais ou estrangeiros, de propaganda social, que venham acompanhados da importancia correspondente”, bem como “tomar assinaturas para todas as publicações periodicas da Europa e da America”<sup>151</sup>.

O livro *O anarchismo*, de autoria do Dr. Paulo Eltzbacher, anunciado nas “Leituras que recomendamos”, era parte da “Bibliotheca d’Educação Nacional”, dirigida pelo português Agostinho Fortes. Vindo a lume em Lisboa, em 1909, o volume que se dispõe para a pesquisa certamente circulou nas cidades gaúchas de Pelotas e Rio Grande após 1916, a julgar pela sua encadernação. Há anúncio de uma “Agenda de algibeira para 1917”, da Edição Gonçalves, antecedendo a folha de rosto, ao lado de um adesivo da “Livraria Universal Echenique e Cia.”, remetendo aos polos sulistas (com expressivo movimento operário, como já visto).

À época da publicação do estudo de Eltzbacher, a Bibliotheca d’Educação Nacional já havia lançado os volumes: *Sociologia* (Palante), *Mentiras convencionaes da civilização* (Max Nordau, em dois volumes), *A psicologia das multidões* (Le Bon), *O futuro da raça branca* (Novicow), *Os habitantes dos outros mundos* (Flammarion), *Christo nunca existiu* (Bossi), *O que é o socialismo* (Renard), *Economia politica* (Jevons). Encontravam-se no prelo: *A emancipação da mulher* (Novicow), *Riqueza e felicidade* (Coste), *Leis psychologicas da*

---

<sup>151</sup> “Leitura que recomendamos – o que todos devem lêr”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 20.

*evolução dos povos* (Le Bon). Agostinho Fortes era um catedrático de inclinações socialistas. O catálogo, em seu cariz algo cientificista que também abarcava tendências políticas como o socialismo e o anarquismo, trazia o selo modernizante de uma mão empunhando uma tocha acima dos dizeres *Omnibus Lux* (Luz para todos). Este propósito certamente tem boa recepção entre leitores ácratas embebidos do caldo de cultura anticlerical do outro lado do Atlântico. Leitores e difusores brasileiros estes que, inclusive, apropriam-se de uma obra que procura afastar-se do espírito proselitista da atividade política, sendo apresentada como instrumento científico apenas, atento com alguma equidistância de um fenômeno contemporâneo importante, como indica outro elemento paratextual, a advertência “Ao leitor”, de autoria do tradutor e editor:

Annunciára a Bibliotheca d’Educação Nacional, quando, por causas de momento, me encontrei affastado da sua direcção, a obra *O que é o anarchismo* de Henrique Malatesta. Evidentemente a obra de Malatesta está muito longe de revestir um character serenamente scientifico, antes é o producto de um espirito accentuadamente sectarista. Estava, portanto, fóra do plano que eu, no prologo da Sociologia, traçára á Bibliotheca d’Educação Nacional, na qual a obra de Malatesta só indevidamente, por emquanto, poderia figurar. Mas o anarchismo é, sem nenhuma duvida, um corpo de doutrinas e theorias, que a ninguem hoje devem passar despercebidas. Serão uma utopia? Constituirão um perigo presente e um mal futuro? Deverão combater-se ou animar-se? Eis o que a todos interessa saber. A obra de Eltzbacher que hoje apresentamos ao leitor portugûês é, a meu vêr, o trabalho mais completo que sobre o assumpto possuímos.<sup>152</sup>

De fato, a apresentação das credenciais do autor – “doutor em direito, adjunto do tribunal e privant docent em Halle” – e a própria forma de exposição do estudo indicam o seu propósito de tratado sobre o assunto, mais do que peça de propaganda. O estudioso dedica-se a tratar da teoria de cada pensador anarquista escolhido a partir dos tópicos: generalidades biográficas, base do seu pensamento, o que entendem por estado, propriedade e o que propõem de realização programática.

Os anúncios regulares em *A Vida* de textos comercializados por via postal não constituem o único indício da circulação bibliográfica militante neste momento. Como demandam em seu “Expediente”, os redatores também recebem por correspondência escritos de variadas procedências de seus leitores, noticiados na coluna “Publicações recebidas”. O conteúdo das mesmas é variado, como pode ser atestado pelo curioso exemplo da coleção de

---

<sup>152</sup> FORTES, Agostinho. Ao leitor. IN: ELTZBACHER, Dr. Paulo. *O anarchismo*. Lisboa: Edição da typographia de Francisco Luiz Gonçalvez, 1909. p. 4.

versos *Sombra Fecunda*, de Durval de Moraes<sup>153</sup>. Há traduções realizadas pelos anarquistas portugueses – caso de *Os financeiros, os políticos e a guerra*, de autoria de Francis Delaisi, “cujo assunto é de uma actualidade extrema”<sup>154</sup>, e *Em tempo de eleições*, “magnifico e conhecido folheto de propaganda antieleitoral” escrito por Errico Malatesta – e sonetos anti guerreiros<sup>155</sup>. São remetidas também publicações de variadas origens locais, editadas pelos diferentes grupos libertários, indicando assim quais as organizações e agrupamentos que, por ventura, dispunham de melhores condições à tarefa editorial de difusão de suas ideias. É o caso de *Deus e Patria*, de autoria de Antonio Cariboni e publicado pelo Centro de Estudos Sociais de Porto Alegre. A sua recepção é fortemente crítica, beirando o escárnio:

Com bom aspecto material, recebemos ha tempos este folheto de propaganda. Apenas tinhamos lançado os olhos para a capa deparamos com esta frase latina a guisa de aforismo, colocada, logo abaixo do titulo: “*Veritatis super omnia*” (o grifo é nosso). Os musculos da face que em anatomia teem o nome de Risorius de Santorini e que constituem um par, entraram logo em ação excitados por um reflexo nervoso e demos logo uma formidavel gargalhada. E não era para menos, caramba! diante daquele latim macarronico... Lemos o folheto. Começa o autor logo ás primeiras linhas com as classicas afirmações demodestia (não seja pelo latim...) e vai por 26 paginas num estilo de discurso a dizer mal e confusamente o que muitos já disseram bem e claramente e em espaço mais curto. Convenham consoco os camaradas do Centro de Estudos Sociais de Porto Alegre que o folheto não vale 500 réis... E’ positivamente um logro... E para espalhar ideias entre o povo é necessariamente pol-as ao seu alcnace pecuniario. Porque não publicam os camaradas os folhetos tão claros de Malatesta, de Faure, de Hamon ou de Kropotkine? As ideias anarquistas só tinham a lucrar com isto.<sup>156</sup>

Das disputas internas ao movimento operário, não perdem a chance de polemizar com *O Rebate*, órgão alagoano “que vem lutar em pról das reivindicações proletarias”. É que são classificados nas páginas pelo “qualificativo por demais generico para se prestar a confuzões: o de socialistas”. Recusam-no a partir de uma afirmação:

somos socialistas anarquistas, ou mais precisamente, communistas anarquistas. Fazemos questão da distinção por que a palavra socialismo é tomada mais comumente como um qualificativo de uma serie de ficções democraticas de que se servem para explorar o sentimentalismo das massas, os politicos profissionais e com os quais fazemos absoluta questão de não nos confundir. Nós gostamos muito de situações definidas. A’s claras, colegas. Somos communistas anarquistas revolucionarios.<sup>157</sup>

---

<sup>153</sup> “Publicações recebidas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.

<sup>154</sup> Idem.

<sup>155</sup> “Publicações recebidas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 7. Rio de Janeiro: Maio de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 110.

<sup>156</sup> Idem.

<sup>157</sup> Ibidem.

“[...] ha muitos anos que conhecemos a propaganda anarquista, atravez dos escriptos de Kropotkine. Já então tinhamos tido a ventura de achar-nos convertido á Religião da Humanidade, fundada por Augusto Comte sob a inspiração de Clotilde de Vaux, e de consagrar-nos á sua vulgarização. De sorte que foi nos possivel verificar, com sincero pezar, que a doutrina anarquista constitui mais uma cruel iluzão da metafizica democratica, estraviando os nossos irmãos, quer os que exercem funções industriais, quer os que pertencem ás classes letradas. De acordo com essa convicção, nos temos esforçado até hoje por dissipar semelhante iluzão nas pessoas com as quais as eventualidades da vida nos tem posto em relação, indicando-lhes a *solução sientifica da questão social*, segundo os ensinios em que Augusto Comte rezumiou o saber secular da Humanidade.” [TEIXEIRA MENDES, R. “Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida*. Ano I, No. 2, p. 3]

“Tendo este ensejo de escrever-vos, fahariamos ao nosso dever de fraternidade si não vos ponderassemos, a propozito da figura simbolica da capa do vosso periodico, que tudo quanto a Humanidade até hoje conseguiu de virtude, de poezia, de filozofia, de sciencia, e de industria foi obra *excluziva* do Amor. Tudo isso foi obtido, *apezar dos pendores egoistas*, a Humanidade, graças ao Amor, tirando frequentemente o bem do proprio mal que o Amor não possa evitar. Basta de lutas fraticidas, não só por atos, mas sobretudo por sentimentos, e mesmo por imajens e sinais. A maiór das revoluções sociais, - a abolição da escravidão, - foi obtida na Idade-Media sem uma unica insurreição, porque então a doutrina de Amor fundada por S. Paulo estava unanimemente aceita. Assim a representação de *qualquer das senas reais* da vida industrial comum, em que a Familia proletaria colabora para o predominio habitual do Amor, atravez dos maióres sacrificios, altruistamente sofridos, sobretudo pelas Mulheres, teria uma eficacia edificante. Ao passo que a *sena imaginaria* da capa do vosso periodico constitui fatalmente um aqlimento para as paixões fraticidas. Como disse Madame de Staël; *na vida não ha nada real sinão amor*.” [TEIXEIRA MENDES, R. “Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida*. Ano I, No. 2, p. 4]

“Quanto ás ponderações que nos faz o snr. Mendes a respeito da capa da nossa revista, lhe temos a dizer que foi justamente o amor que no-la inspirou. E’ por amor aos nossos semelhantes que somos anarquistas, é por amor á nossa especie, a nós mesmos e á sociedade, que combatemos a injustiça, que odiamos os exploradores e os opressores dos nossos



semelhantes: e, se odiamos é porque o ódio é também uma manifestação do amor. Quem odeia alguém ou alguma coisa é porque esse alguém ou essa coisa prejudica aquilo que amamos.

Aos indiferentes Dante recusou o próprio inferno.

Para nós anarquistas, não basta de lutas fratricidas, pois foi em meio de um mar de lágrimas e de sangue que a humanidade pode chegar ao grão de desenvolvimento moral, intelectual e material, em que hoje nos achamos. E, se como diz o sr. Mendes a “abolição da escravidão antiga foi obtida Idade-Media sem uma única insurreição, não é menos verdade que foi a Grande Revolução que executou por uma ação sangrenta e fratricida tudo quanto o passado havia elaborado até então.” [A VIDA (sem assinatura, resposta a Teixeira Mendes). “Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida*. Ano I, No. 2, p. 5-6]

“[...] Augusto Comte justifica a propriedade individual; mais do que isso; acha-a necessária, porque para ele só mediante uma apropriação pessoal o capital poderá ter um destino social.

E eis aí a diferença entre as soluções do problema social dadas pelo positivismo e pelo anarquismo.

Enquanto o positivismo prega a apropriação pessoal do capital, o anarquismo, reconhecendo que “o capital sendo social em sua origem, deve ter um destino social, *mediante uma verdadeira expropriação individual*.”

Não podemos aceitar a resignação até o martírio, que o sr. Mendes prega e que Christo já pregára pela ação, se verdadeira foi a sua existência.

“Cumprir o teu dever, aconteça o que acontecer” também é máxima que aceitamos mas para nós o dever não é suportar resignadamente a opressão e a tirania de quem quer que seja e sim defender, a todo o transe, seja como for, a nossa liberdade, o direito que temos à vida, em fim, a igualdade econômica na sociedade.

Admira nos que o sr. Mendes condene tão formalmente as grèves, quando Augusto Comte jamais deixou de reconhecer esses direitos aos operários.

Para terminar diremos ao sr. Mendes que enquanto o positivismo baseia a moral do homem na influência de seres externos a ele, o anarquismo proclama que o “senso moral do homem não é senão um desenvolvimento dos instintos, dos hábitos de apoio mútuo, que existem em todas as sociedades animais, bem antes da aparição sobre a terra dos primeiros seres de aparência humana”.

Mas, para nós, assim devia ser, pois Comte não pôde participar do imenso progresso científico que se seguiu imediatamente á sua morte. D’áí a nossa convicção de que se o genial filosofo tivesse vivido mais tarde, teria evoluído fatalmente para o anarquismo.” [A VIDA (sem assinatura, resposta a Teixeira Mendes). “Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida*. Ano I, No. 2, p. 6]

A tertúlia entre os anarquistas de *A Vida* e Teixeira Mendes não acabou nestas páginas. Assim era noticiado já no terceiro número do mensário:

O eminente Snr. Teixeira Mendes teve a amabilidade de nos cativar com a sua estimada visita a esta nossa modesta redação. O respeitado vice-presidente da Igreja Positivista Brasileira veio apresentar-nos pessoalmente “algumas reflexões destinadas a remover as objeções” que opuzemos á carta que publicámos no nosso numero anterior. Recebeu-o o nosso companheiro Miranda Santos que atentamente escutou a longa, eloquente, interessante e sempre cordeal conversa em que o Snr. Teixeira Mendes expoz todas as observações que julgou dever fazer-nos á nossa ligeira refutação ás suas considerações. E concluida ela, o nosso companheiro Miranda Santos ponderou ao nosso ilustre visitante que muito do nosso agrado seria que os leitores da *Vida* tomassem conhecimento das suas objeções, prontificando-se o Sr. Teixeira Mendes a escrever um artigo sobre alguns pontos da nossa refutação em especial relativamente á nossa confusão – disse – sobre altruismo com egoísmo.<sup>158</sup>

As cordialíssimas referências em relação à liderança positivista tinham razão de ser. Teixeira Mendes prometeu um texto a ser impresso em forma de folheto, pela tipografia anexa ao Templo da Humanidade, na quantidade de exemplares mesma que a da revista *A Vida*, para ser com ela distribuídos aos seus leitores. Não por acaso, os agradecimentos dos redatores: “Ao sincero, erudito e incansavel apostolo da Humanidade agradecemos tantas e tantas provas de benevolencia”<sup>159</sup>.

O opúsculo prometido por Teixeira Mendes – *eminente apostolo do positivismo* – acompanhou o quinto número de *A Vida*. De acordo com os seus debatedores, “[...] contém 56 paginas macissas, com largas citações de trechos das obras de Augusto Comte e um longo desenvolvimento que lhes deu o sr. Mendes”<sup>160</sup>.

A resposta à argumentação do dirigente positivista também foi veiculada já no quinto número de *A Vida*.

---

<sup>158</sup> “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>159</sup> *Ibidem*, p. 2.

<sup>160</sup> “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 66.

Além da iniciativa de elencar uma bibliografia referente à questão social, outra das sessões de pretendida regularidade em *A Vida* com objetivo assemelhado destinava-se a reunir dados históricos sobre o anarquismo no Brasil. Trata-se da coluna “Relatorios e documentos. Subsidios para a Historia do movimento anarquista no Brasil”, a qual era fruto do planejado Congresso Anarquista Internacional, no qual o representante brasileiro “devia apresentar um relatorio historico do movimento revolucionario nesta parte do mundo”<sup>161</sup>. Para cumprir a tarefa, o Centro Libertario, de São Paulo, demandou o envio de relatórios parciais do movimento nas diferentes localidades em que tivesse ocorrência. Cabia ao delegado no Congresso reuni-los e confeccionar um relatório de caráter geral.

O Congresso não ocorreu pelas conhecidas razões de guerra. Não obstante, os redatores de *A Vida* aproveitaram os relatórios parciais em suas páginas. A expectativa da realização do Congresso Anarquista Internacional persistia, o que impunha a continuidade de um relatório dando conta da situação nacional. Era oportuno, portanto, o engajamento no levantamento de tais dados históricos: “[...] pomos estas colunas á disposição dos amigos que possuam dados e informes interessantes e que digam respeito ao movimento anarquista no Brazil”<sup>162</sup>. Para além do objetivo de elaborar um relatório geral mais completo e caprichado tendo em vista o Congresso adiado, a coluna, no espírito que vinha animando *A Vida*, procurava orientar o conhecimento da militância:

Pretendemos, com este registro de documentos e factos, não só facilitar a compilação de uma rezenha historica quanto possivel completa, como tambem dar a conhecer detalhes e particularidades da nossa ação nesta terra, detalhes e particularidades que não caberão na referida rezenha, de sua natureza breve e jeral.<sup>163</sup>

O primeiro relatório vindo a lume nas páginas da revista era oriundo dos “[...] camaradas de Porto-Alegre, e que é o mais bem feito deles”. Trata-se do texto “Breve noticia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre”, assinado por Polidoro Santos em 17 de julho de 1914. Já citado antes, o relato narra a trajetória dos militantes libertários na capital gaúcha desde a chegada de famílias oriundas da colônia Cecília. Não deixa Santos de noticiar, o que era fundamental aos propósitos de seu relatório e dos camaradas que o solicitaram, o estado das atividades dos anarquistas locais na conjuntura imediata:

---

<sup>161</sup> “Relatorios e documentos. Subsidios para a Historia do movimento anarquista no Brasil”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.

<sup>162</sup> Idem.

<sup>163</sup> Ibidem, p. 14.

A corrente predominante entre os anarquistas aqui é a comunista e os seus propagandistas julgam de muita utilidade a intervenção dos anarquistas no movimento operário não só pela orientação reivindicadora que podem imprimir á organização das classes trabalhadoras, como por possuírem um vasto campo de ação para desenvolver e tornar conhecido o ideal que ha de colocar o homem livre sobre a terra livre. Atualmente o numero de anarquistas é relativamente reduzido, apesar de haver sido sob a influencia de anarquistas fundado o *Gremio de Estudos Sociaes*, onde se tratou do Congresso Anarquista Internacional de Londres e onde se resolveu apresentar á delegação dos anarquistas do Brazil a presente rapida noticia sobre o movimento anarquista na capital do Estado do Rio Grande do Sul.<sup>164</sup>

Ainda que a conclusão do escrito tenha tom pouco alvissareiro, com o número pouco expressivo de militantes e a inexistência de organizações anarquistas, o próprio fato de corresponderem-se com o Centro Libertario tendo em vista a construção do Congresso Internacional é indício de que não eram presença irrelevante no âmbito dos grupos libertários brasileiros da conjuntura que se abria. Conjuntura essa que se anunciava na capital sulista. a julgar por momento anterior do relato de Polidoro Santos, pela fundação, também por iniciativa dos anarquistas, de uma Liga Anti-Militarista, efêmera, “[...] pois, poucos dias depois de instalada, foi assaltada por alunos da Escola Militar, sendo o material de sua séde completamente destruido no meio de tiros e reflex”. A campanha pacifista sofria a reação de um grupo social que também anunciava a sua presença no cenário brasileiro em uma conjuntura de turbulência global.

O segundo e último relatório local a ser publicado em *A Vida* dava conta das atividades em Pelotas, outro importante centro industrial no Rio Grande do Sul. Os seus responsáveis já haviam sido citados no texto dos porto alegrensens: era o Grupo Iconoclasta. A sua sigla comparece pouco antes da assinatura do redator do documento, o secretário Santos Barboza. A introdução ao “Resumo histórico do movimento anarquista em Pelotas” é recheado de imagens fortes, evidenciando tanto a consciência da situação de crise com a guerra, quanto um diagnóstico de avanço nas consciências do ideário anarquista:

Tudo se convulsiona. As ciencias ezatas nol-o demonstram positivamente. O fenomeno é inevitavel. As sociedades chocam-se entre si e com elas os individuos. Os meios modificam se. Dormita o povo... mas já boceja, decerrando as palpebras empoeiradas. Agoniza o ideal dos barbaros sobre um vulcão de sangue e fragmentos de humanos corpos. Ha peste, fome e guerra pela humanidade. E loucuras pela burguezia insaciavel de luxo, de prazeres, de orjia, roubos e cabotinismos. Mas o povo já boceja... Anarquico é o pensamento!... e o nosso ideal vai tomando de assalto as conciencias. Somos os iconoclastas. Deuzes e Patrias? Dinheiro, Privilejios, Governos, Parlamentos, Sacerdotes, Juizes, Capitalistas?... Nojeira: tudo para o monturo! Impulsionados pelo bem, nós caminhamos, seguimos com a Historia a nossa rota, lategando os que impulsionados pelo mal tambem caminham...

---

<sup>164</sup> SANTOS, Polidoro. “Breve noticia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.

Eles, porém, baquearão ezaustos, apodrecidos... ou seguirão conosco como nossos irmãos, para além... A nossa razão é mais forte.<sup>165</sup>

O histórico em si do breve relatório remonta às primeiras propagandas empreendidas por Jozé Saul nos últimos anos do século XIX, sapateiro italiano com itinerário político brevemente visitando anteriormente neste estudo. No fundamental da narrativa do Grupo Iconoclasta, a sua nascença, não por acaso nas vésperas da metade dos anos 1910. Problemas verificados em diferentes centros brasileiros e o avanço dos ideais ácratas conjugavam-se passo a passo com a realidade pelotense. A formação de órgãos propriamente anarquistas, a participação na COB e, especialmente, as refregas com prosélitos burgueses ganham destaque no texto. Vale atentar a estas últimas, especialmente, na medida em que tanto a existência de diferentes instituições de difusão de ideias políticas quanto órgãos de classe como jornais (não menos difusores de ideologia) indicam a afirmação de grupos e projetos ao mesmo passo do acentuar de contradições sociais. O relato sobre 1914 é detalhado, se não evidenciando uma intensificação de atividades libertárias, fatos cuja memória privilegiada demonstram a sua importância no próprio processo de formação destes militantes.

Destarte, o policlassista Centro de Estudos Sociais, “cuja ezistencia amorfa, atacada de intelectualismo burguez”. Neste e em outros espaços também marcados pela heterogeneidade social, relativa convergência de representantes burgueses com a temática anticlerical. As palavras denunciam a constante desconfiança dos Iconoclastas em relação aos interlocutores locais: “um dos quais se dizia anarquista”, “com tendencias acromaticas” etc. Das atividades do Grupo Iconoclasta – “de propaganda abertamente anarquista” -, surgido em julho, relata-se o seguinte:

Organizou o grupo duas conferencias, a cargo de Zenon e que obedeceram aos seguintes temas: *A.B.C. versus A.B.C.* (o político e o revolucionario), sobre a prisão de varios companheiros em Norte America, e *A Grande Revolução*, sobre a tomada da Batilha e feita no dia apropriado. Ambas foram bem concorridas. [...] Inaugurou-se o Ateneu Sindicalista Pelotense, sob a atuação libertaria. [...] Instalou-se o teatro *Primeiro de Maio* no salão Central da Caza dos Trabalhadores (edificio proprio da L.O.), no qual funciona o “Grupo Teatral Cultura Social”, formado por anarquistas e simpatizantes. As peças dramaticas que representa, além de comedias, de episodios comicos, são de carater iconoclasta. Os intermedios sempre fartos... Durante um grande comicio contra a guerra efetuado pela F.O.P., apoz o rebentar da conflagração européia, distribuiu-se um bem elaborado manifesto a proposito. Varias conferencias de caráter sindicalista e sociolojico teem sido efetuadas por Zenon. A recente, mas de ha muito ventilada, reforma dos estatutos da Liga Operaria deve-se tambem a influencias libertarias. Ao “G.T.C.S.” está anecsado o “Grupo Muzical 18 de Março”, cujo titulo é em homenagem á Comuna de Paris. Este grupo

---

<sup>165</sup> SANTOS BARBOZA. “Rezumo historico do movimento anarquista em Pelotas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 62.

constituiu uma harmoniosa orquestra e conta já com elevado numero de componentes. E a sementeira continúa...<sup>166</sup>

É notória a proeminência do tema da conflagração europeia no centro dos debates do movimento operário de então, fato evidenciado nas páginas editoriais de *A Vida*<sup>167</sup>. O seguinte texto, muito provavelmente de autoria de Astrojildo Pereira (assinado por ASTPER), opõe duas forças irreconciliáveis, a “Autoridade contra a Revolução”:

Esta não é uma guerra qualquer. E’ a maior guerra da historia. Toda a vida da humanidade se acha suspensa, estatelada diante da grande catastrophe, invadida pela angustia e pelo pavor... Assistimos á maxima tragedia dos tempos. Qual o seu desfecho? Que resultará de tudo isso? Aonde iremos parar? Todas as forças da tirania, do despotismo, da maldade, da mentira.. todas as potencias da Autoridade estão em ação, triunfantes, sinistras, ebrias de sangue, insaciaveis, danadas de sangue...Não é uma guerra qualquer, esta. França? Alemanha? Russia? Inglaterra? Palavras, palavras, palavras... Esta é a guerra da Autoridade contra a Revolução. A Autoridade preparou-a, enganou-a, disfarçou-a, longamente, pacientemente, habilmente... e atirou a cartada! Quem vencerá? Eu esperava, naturalmente, que esta guerra, quando não evitada, fosse ao menos embaraçada pelas hostes da Revolução. Não foi. Rapidissima, traiçoeira, fulminante, ela estabeleceu a confusão, a desorientação fatal. Falharam as tentativas de resistencia. Foi um desastre. Um desastre... Mas não ha desastres irreparaveis. Passou o momento de confusão. O momento de desorientação passou. Volta a serenidade de juizo ás mentes abaladas. Firma-se a precisão de vistas. E o gesto de resistencia se esboça, numa retomada de posições...<sup>168</sup>

Se os descabros humanos e econômicos da guerra já se faziam sentir em determinados espaços, condição suficiente para vaticinar tratar-se de “grande catastrophe”, um terremoto sobre os mais variados aspectos da vida social, o que por si só já explica a enorme atenção dada à mesma (não apenas nas páginas da imprensa operária, mas também nas mobilizações que levaram a cabo), a expectativa política aberta aos revolucionários sociais que não conseguiram barrá-la, é fator essencial à sua constante prédica. Ainda haviam batalhas contra a Autoridade para a Revolução:

[...] só a resistencia imediata, energica, em bloco, dos elementos revolucionarios poderá constituir um dique eficaz bastante contra a onda reacionaria. E o momento é oportunissimo. E’ agora, durante a carnificina quando todos, combatentes e, não combatentes, sentem os seus efeitos prontos, que poderemos, fazer alguma cousa

<sup>166</sup> Ibidem, p. 63.

<sup>167</sup> Sobre a conjuntura de guerra e as possibilidades da revolução social no período, apenas nas páginas de *A Vida*, Cf: “1915 – Crónica subversiva. As ideias e os fatos”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I, No. 3, Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1; ALMEIDA, Zenon. “Para a paz...” IN: *A Vida*. Anno I, No. 3, Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB pp. 9-10; LOPES, Orlando. “Transformar e não reformar” IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I, No. 4, Rio de Janeiro: Fevereiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB p. 32.

<sup>168</sup> ASTPER. “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – A guerra e nós”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 65.

capaz e decisiva. Depois da guerra, será talvez tarde de mais. Estaremos, então, mais enfraquecidos e diante dum adversario mais forte. Os odios e as vontades de vingança terão chegado ao auge. E, na paz das chancelarias, os inimigos governantes da vespera saberão unir-se contra qualquer murmúrio de revolta popular. Agora, pois, agora, já e já, é o momento de começar. Que os revolucionarios sociaes de todos os paizes ainda não em guerra se agitem. Que sacudam a opinião popular do mundo inteiro. Que estabeleçam em torno das nações conflagradas, um ambiente contrario á guerra e ao militarismo e ao patriotismo... tão profundamente e tão denso que penetre e se infiltre nelas. Que isto seja feito, que isto se realize, e a causa da Revolução não terá perecido em meio deste esterquilino maldito!<sup>169</sup>

No mesmo número de *A Vida* é publicado texto dedicado ao mesmo objeto e com argumentação semelhante. Primitivo Soares, em “Contra a guerra e pela liberdade”, defende a desmoralização de todos os pilares da ordem burguesa, movimento de protesto conjugado à luta contra a guerra e pela liberdade dos revolucionários que, em torno da mesma questão, foram presos. A batalha, por variados meios – inclusive *a revolução*, por fim –, é *contra o despotismo burguez*:

Por isso, a linha de conduta de todos os homens que amam sériamente a liberdade e odeiam as emprezas do sanguinario militarismo deve ser a de fugir do seio das classes ricas como de um foco de infecção, que tudo envenena e mata; deve ser a de protestar contra a guerra provocada pelos reis da finança, do comercio e da industria. O resultado final do conflito e a marcha dos acontecimentos posteriores dependem muito da ação que os revolucionarios possam desenvolver. Ela será tanto mais favoravel para o triunfo epico da revolução, quanto os homens livres lutarem por desmoralizar a guerra, o exercito, a escola oficial, a imprensa e todas as instituições do presente regimen, penetrando e convivendo o mais possivel no seio do proletariado, fomentando os descamizados e famintos, que são o fermento de todas as revoluções, a revolta destructora de todas as guerras, de todos os imperialismos, de todas as escravizações. Uma forte tendencia se vem manifestando atualmente entre o proletariado de todo o mundo civilizado. Por haverem protestado contra a guerra encontram-se presos nos carceres dos Estados em guerra numerosos companheiros, entre eles Sebastião Faure. Estes amigos correm perigo de ser fuzilados, ás ordens dos conselhos de guerra. Terminou, portanto, o momento de tregua dado aos sedentos de sangue e de ouro. Sem mais espera devemos iniciar uma formidavel agitação contra a guerra e pela liberdade dos heroes que hoje são martirizados nas prisões e possivelmente pagarão com a vida o seu atrevimento de comunicar aos homens as suas aspirações de paz e de fraternidade. Lutemos, trabalhadores de todo o orbe, lutemos contra a guerra, contra o despotismo burguez, recorrendo a todos os meios que nos são conhecidos, a palavra e a pena, a greve, o boicote, a sabotage, a revolução.<sup>170</sup>

A argumentação libertária em oposição à guerra não se dava só por razão conjuntural. No mesmo diapasão das argumentações revolucionárias anteriores, é veiculado em “Crônica subversiva” um texto sobre o provável cenário de desarmamento e pacificação com a conclusão da guerra imaginado por intelectuais burgueses então. Para quem quer que tenha

---

<sup>169</sup> Idem.

<sup>170</sup> SOARES, Primitivo. “Contra a guerra e pela liberdade”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 73.

escrito as linhas citadas, ficaria patente a relação entre a ordem vigente – o fim da guerra jamais traria a conclusão dos problemas vividos pelos redatores e seus leitores:

Considerando... (imagine o leitor por sua conta o que serão esses considerandos que aqui o espaço é pequeno para eles)... ficam abolidos de hoje em diante os exercitos permanentes, o serviço militar obrigatorio e transformados os canhões em charruas e os navios de guerra em navios mercantes. Em baixo disso assinarão os enviados da autocratica Russia, da França socialista, da livre Inglaterra, do astuto Japão, da Alemanha... (perdão, ia-me esquecendo que a Alemanha neste tempo não existirá mais). Quão simplesmente se obtem a paz duradoura! Depois disso na Russia continuaria a imperar S.M.I. o Czar de Todas as Russias, nas ruas de Londres continuaria a morrer gente de fome e em toda a parte continuaria o operario a trabalhar 10 ou 12 horas, a comer mal, a vestir-se mal, para poder dar aos seus benemeritos patrões bons alimentos e magnificas roupas; as mulheres continuariam a vender o corpo para viver. Os operarios teriam o bom senso de não mais fazer greves para não perturbar tão admiravel ordem, tendo em vista que não haverá mais soldados para convencil-os pela baioneta (argumento poderoso!), que não teem razão em exigir mais um vintem de salario e menos 5 minutos de trabalho. Para impedir e reprimir o crime bastaria apenas uma pequena policia em cada paiz. Ao Estado parasita e opressor, ao Capitalismo explorador, á Igreja hipocrita, todo o mundo se submeteria concientemente pelo simples amor á *ordem*... E no fim das contas, nós, os anarquistas, é que somos utopistas, nós que temos a pretensão de afirmar que a guerra é um elemento de vida do Estado e que sem o militarismo a *ordem social* não subsistiria nem um dia.<sup>171</sup>

Não apenas argumentações contra a guerra compareciam nas páginas de *A Vida*. No mesmo número que foi publicado o texto acima também compareceu um escrito à necessidade da guerra enquanto *fatalidade social* às ações revolucionárias, ademais, obstaculizadas idem em períodos de normalidade política:

Nós, aqui do Brasil, devemos desejar o prolongamento da guerra no tempo e no espaço, de modo que nos abranja a nós também. Nesse dia devemos alistar-nos contra quem quer que seja, a Argentina, a Turquia, a Austria... não importa. O essencial é a guerra. Será inepcia fazer uma propaganda de paz, de uma paz em que vizivelmente apodocemos ou nos suicidamos pelo trabalho burguez da oficina, em proveito do patrão, ou da secretaria, em proveito do governo. Lembremo-nos de que “a guerra desorganiza o comercio e a industria” muito mais profunda e proficuamente do que a grève. Quanto as nossas ideias, nós voltaremos armados e discutiremos em igualdade de condições. Ha tempo e ha a fatalidade social. Quem esperar os frutos da anarquia e o gozo da vida futura sem combate, é ingenuo ou louco.<sup>172</sup>

É nítido que a guerra que eclodiu em 1914 configurava um problema fundamental para os militantes alinhados à classe operária brasileira. Em um movimento articulado ao que era veiculado na sua imprensa, são verificadas manifestações e eventos em torno da bandeira anti-

---

<sup>171</sup> “Crônica subversiva. As ideias e os fatos – O desarmamento geral”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 6. Rio de Janeiro: Abril de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 81.

<sup>172</sup> D.R.F. “A guerra e a anarquia (Uma questão literal e de ponto de vista)”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 6. Rio de Janeiro: Abril de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 89-90.



bélica. Para além do princípio do internacionalismo proletário, a guerra dava novas dimensões a problemas já recorrentes às trabalhadoras e trabalhadores brasileiros. Já em 1908 e 1910 são impressas, em diferentes veículos, letras de denúncia ao fenômeno guerreiro. Em *A Terra Livre*, a questão comparece em 1908, mesmo ano em que também é discutida no *Jornal dos Artistas*, publicação maranhense. Dois anos depois é a vez de *Correio Operário* veicular o tema. [retomar e citar]. Uma decorrência mais imediata da crítica conjuntura internacional está na carestia de vida. O problema, acentuado sobremaneira, também não constituía novidade no protesto operário escrito em jornais. Novamente, é um periódico animado por Edgard Leuenroth que o evidencia. Trata-se de textos no anti-clerical *A Lanterna*, em maio de 1913.

### 1.3 As greves de 1917: contradições em três tempos

No bojo do surgimento de periódicos operários a partir do avanço político da classe, a forma de revista teórica não cessou com *A Vida*. Em julho de 1917 vem a lume, no Rio de Janeiro, *O Debate*, publicação animada pelos militantes anarquistas Astrojildo Pereira e Adolpho Porto. Astrojildo participara da empreitada anterior. Com circulação semanal (*A Vida* era um mensário), e o mesmo preço de 5\$000 réis na assinatura anual, o seu formato é semelhante ao da revista antecessora: com uma capa ilustrada e pouco mais de 15 páginas por edição, anunciando propagandas variadas, traziam a relevante diferença de presenças ideologicamente mais heterogêneas no seu corpo de colaboradores. O propósito “ecumênico” é explicitado no texto editorial de Pereira e Porto: “Sem ligações políticas ou sociais de qualquer espécie, O DEBATE, surgido dessa necessidade inadiável terá sempre as suas páginas inteiramente consagradas às grandes causas das liberdades collectivas e individuaes, indefectivelmente guiado por um amplo ideal de justiça e de equidade.”<sup>173</sup>

Mesmo de um sereno ponto de vista imparcial, sem “parti pris” por esta ou aquela classe, não é possível negar que aos operários reclamantes assiste um milhão de razões, - razões positivas, concretas, formuladas mais pelo estomago que pela cabeça. Com efeito, a situação do proletariado atinge, neste momento, um grau agudíssimo de sofrimento e de desespero. A capacidade de miséria também tem um limite, chegado ao qual os músculos instintivamente se retezam num ímpeto supremo de energia, para arrancar, dos detentores iníquos das riquezas que não produzem, a quantidade mínima de elementos equilibradores da sua potencialidade vital. Assim, pois, si se querem buscar soluções eficientes para conflitos dessa natureza, não se ha de procurar-as na caturrice orgulhosa e avara dos patrões, nem

---

<sup>173</sup> PORTO, Adolpho; PEREIRA, Astrojildo. “O debate”. IN: *O Debate*. Anno I, N. I. Rio de Janeiro, 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 4.

tampouco na attitude injusta e e brutissima do sabre e do carcere. Mas os operarios bem sabem, por uma longa e aspera experiencia, que seria alimentar enganosas e vãs esperanças attender qualquer modificação na attitude patronal e governamental. E, muito consequentemente, pois, vão tambem até ao uso legitimo dos mesmos processos, convencidos, por um milhão de razões, que contra a força só tem efficacia outra força maior...<sup>174</sup>

Os responsáveis receberam notícias de última hora de agitações ocorridas entre a classe trabalhadora de São Paulo, cidade que vinha nos últimos decênios suplantando a importância que o Rio de Janeiro, sede da redação, teve nos quadros brasileiros durante todos os oitocentos. As notícias eram de “*paredes parciais*”; os boatos, de “*greve geral imminente*”. Entre o certo e o quicá fantasioso, narravam a certeza de existir uma expectativa compartilhada:

A’ ultima hora, ao fechar destas paginas, surgem noticias de paredes parciais, e boatos de greve geral imminente... Paralyzado já se acha o trabalho nas marcenaria e nas fabricas de saccos de annagem, falando-se que o mesmo acontecerá desde hoje ás fabricas de calçado. As associações de classe se mantêm em sessões contínuas, correndo as assembléas na maior effervescencia. A angustia da hora nos impede de mais detalhes. Podemos, porém, affirmar com segurança, que a atmospheria é de anciosa expectativa...<sup>175</sup>

Não eram as únicas notícias de atribulações na capital paulista a figurarem nas páginas do número 2 de *O Debate*. Em crítica às comemorações de mais um aniversário da Revolução Francesa, não deixam os repórteres de denunciar a violência da polícia de São Paulo, que “[...] espingardeava o povo que, nas ruas, reclamava um pouco mais pão...”. Um espírito estava em disputa. Era o espírito da aniversariante, a Revolução que inaugurara o mundo contemporâneo, com todas as suas contradições. Para os redatores de *O Debate*, os únicos legatários legítimos daquele processo de dimensões épicas são os explorados que compõem a “*plebe malsinada*”. Agitadores que contrapõem, em seu texto, às “*quadrilhas officiaes*”, que justamente falseavam a democracia, uma das bandeiras históricas de 1789:

Essa comemoração do 14 de Julho foi uma comemoração de traidores e de embusteiros. Porque o espirito da Grande Revolução, de que a queda da Bastilha foi a pedra de toque e é hoje um symbolo, não está com esses que a festejam com exhibições militares e festarolas de luxo. Não são os magnatas das alturas pensantes e dirigentes que guardam e representam as tradições revolucionarias do povo pariziense, que em 89 tomava de assalto a celebre prisão [sic]. Não: esse espirito e essas tradições se encerram ainda no coração generoso da plebe malsinada, que os

---

<sup>174</sup> “As greves em S. Paulo”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 1. Rio de Janeiro, 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 12.

<sup>175</sup> “Gréve geral? Repercussão dos acontecimentos de S. Paulo”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro, 19/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 8.

senhores do dia exploram e matam, nas suas officinas e nas suas lavouras. Filhos legitimos da Revolução Franceza, proclamadora universal dos Direitos do Homem, são os proletarios cujos direitos de reunião, em praça publica, são tolhidos pelas baionetas do governo Wenceslau, festejador do 14 de Julho. Descendentes em linha recta dos miseraveis que derrubaram o feudalismo de antanho são os miseraveis que se rebellam contra o industrialismo moderno. Continuadores da obra da Revolução são os agitadores e fermentadores de rebeldias, que tanto odio despertam aos grandes jornalistas e aos aurelinos deste regimen de oppressão e ludibrio... Elles, sim, podem dignamente lembrar e homenagear os seus antepassados de miseria e de acção: não as quadrilhas officiaes, falsificadoras das glorias alheias, farçantes da democracia...<sup>176</sup>

A repercussão dos ocorridos em São Paulo – tocados, certamente, pelos “Continuadores da obra da Revolução” – devia-se às correspondências mantidas com os militantes da capital vizinha, em plena atividade. Os anarquistas paulistas condensaram os seus esforços de combate militante<sup>177</sup> – no bojo de um “[...] anseio para a coordenação do movimento operário em nível nacional sobre a forma de correspondência política com as federações locais”<sup>178</sup>, acentuado após o Segundo Congresso Operário, de 1913 – com a inauguração do semanário *A Plebe*, vindo a lume um mês antes do citado noticiário de *O Debate*. Não era uma iniciativa de todo nova: como anunciado no seu próprio texto inaugural, substituía o veículo anticlerical *A Lanterna*. Como usual em escritos inaugurais, especialmente no que toca a imprensa militante, o chamado à ação:

A anormalidade torna-se permanente, ao mesmo tempo que acontecimentos de excepcional importancia chamam á actividade todos os militantes da vanguarda social de todo o mundo, reclamando delles o maximo de sua dedicação em prol da causa da completa libertação da humanidade. A conflagração horrorosa a que a burguezia vae arrastando, uma a uma, todas as nações, convulsionando o mundo, precipitou espantosamente os acontecimentos de maneira a acelerar a solução dos grandes problemas sociaes que, positivando-se ha meio seculo, traziam agitados todos os povos da terra. Urge a acção em todas as suas manifestações, consciente, decidida, vigorosa. Como é bem de ver, nessa obra titanica cabe logar de destaque á imprensa avançada, a quem está confiada a missão delicada de orientar o povo, hoje á mercê da perseverante acção damnosamente mystificadora dos jornaes ao soldo dos dominadores da época. Por isso, apesar das tremendas difficuldades dominantes, apparece *A Plebe* em substituição á *A Lanterna* que, tendo surgido com um titulo tradicionalmente anticlerical, para dar combate ao clericalismo, apresentou-se sempre com uma feição mais ampla, atacando o padre a Igreja na sua razão de ser, como elementos perniciosos, alliados perennes dos dominantes, ao mesmo tempo que tocava, por ser dirigida por libertarios, em todas as faces da questão social. *A Plebe* vem, porisso, para corresponder, de maneira mais completa, á magnitude

<sup>176</sup> “Farçantes da democracia”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro, 19/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 8.

<sup>177</sup> “Entre 1915 e 1917, várias iniciativas organizacionais foram coordenadas por esses grupos, indicando não somente uma maior aproximação entre tendências anarquistas opostas como também uma ampliação das ligações entre o movimento anarquista e as classes trabalhadoras para além do campo sindical.” Cf: GODOY, Clayton; CUNHA, Eduardo. Op. Cit. p. 83.

<sup>178</sup> SANTOS, Kauan. “Derrubando fronteiras: a construção do jornal *A Plebe* e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920)”. IN: *História e Cultura*. v. 1, n.1, Franca, março de 2015. p. 123.

deste extraordinario momento historico porque está atravessando a humanidade. Estão em jogo os destinos da sociedade actual. Multiplos são os elementos que, em tragica associação, arrastaram os povos á horrivel situação presente, exigindo que contra todos elles se empenhe uma luta sem treguas e de exterminio.<sup>179</sup>

Era o militante Edgard Leuenroth quem assinava tais linhas. Assim como já verificado em *A Vida*, chamam a atenção as imagens grandiosas mobilizadas em seu texto, bem como o enorme senso de urgência que o perpassa. As suas referências não são de pouco peso, “todos os militantes da vanguarda social de todo o mundo”. Eram tempos de precipitação e aceleração, como explícito em seus argumentos. Daí a própria inclusão, dele e dos seus colaboradores, como *imprensa avançada*, cuja missão era “[...] orientar o povo, hoje á mercê da perseverante acção damnosamente mystificadora dos jornaes ao soldo dos dominantes da época”. A sua proposta política, orientada para um futuro muito próximo, alimenta-se de uma avaliação conjuntural representada em símbolos apocalípticos:

Rumo á Revolução Social vai, alfim, a humanidade, em busca da liberdade e do bem-estar mentirosamente promettidos, através dos seculos, por todas as religiões e pelas multiformes organizações politicas que a têm mantido em perennal servidão. E como o Brazil, tendo a sua vida estreitamente ligada á dos demais paizes e estando sujeito ao mesmo condemnado regimen da propriedade privada e da autoridade, que permite a ignominia da exploração do homem pelo homem, será, em mais ou menos tempo, inevitavelmente arrastado no vortice dos acontecimentos que hão de transformar a face do mundo civilizado, - necessario é que tambem aqui, neste rincão [ilegível] da America, nos aprestemos para não sermos apanhados de surpresa quando soar a hora em que aos quatro ventos da terra dos abolicionistas audazes tiver de ser desfraldada a rubra bandeira da nossa verdadeira libertação. E’ como reflexo vivo dessa convulsão apocalyptica que surge *A Plebe*, filha dos ardentes anseios de uma pleiade de moços combatentes da phalange libertaria. Vem este jornal ser um éco permanente das lamentações, dos protestos e do conclamar ameaçador dessa plebe immensa que desde os seringaes da Amazonia aos pampas sulinos, em terra, no mar, nas escuras galerias do sub-solo, nos ergastulos industriaes ou nos invios sertões vive sempiternamente a mourejar, em condições de escravos modernos, para manter na opulencia os ladrões legaes que aqui, em má hora, viram a luz do dia, ou, como aves de rapina, aportaram de outras paragens.<sup>180</sup>

Se a avaliação de Leuenroth tem por pauta os elementos conjunturais para a introdução da palavra revolucionária, Benjamin Motta, em termos mais concretos, interpela as operárias e os operários que sofrem com a carestia quanto os produtores diretos dos gêneros de preços cada vez mais inacessíveis:

De que serve ao produtor o seu esforço em plantar feijão, arroz, milho, batata, etc. se os trustistas, na época das colheitas, com especulações nas praças, abaixam os

---

<sup>179</sup> LEUENROTH, Edgard. “Ao que vimos – Rumo à Revolução Social”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 01. São Paulo: 09/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>180</sup> Idem.

preços, pagando os gêneros miseravelmente aos produtores, para, depois de açambarcarem os gêneros, elevarem os preços, ganhando milhões? De que serve ao nosso caipira o seu esforço em derrubar as matas ou capoeiras e plantar roça de milho e feijão, se ele, analfabeto e ignorante, vê-se forçado a vender por vil preço a sua mercadoria, no sítio, porque os agentes dos trustistas vão ali mostrar-lhes revistas com as fotografias do escoteiros e dizer-lhes que não vão às cidades, porque até as crianças estão sendo recrutadas para a guerra?<sup>181</sup>

O argumento de Motta é gestado em resposta às colocações veiculadas na grande imprensa acerca da ilegitimidade das demandas operárias, que seriam falsas nas plenas condições de trabalho existentes no Brasil – especialmente São Paulo – de então. Para o articulista, que mobiliza as considerações de Marx, a situação de penúria de denuncia inicialmente tem origem na acumulação de capital levada a cabo por aqueles que exploram o trabalho – industrial e rural – antes citado:

Em São Paulo”, afirma o *Correio*, “só não ganha dinheiro quem não trabalha”. O trabalhador industrial ou rural recebe apenas, em dinheiro, a ração alimentícia que lhe mantenha mais ou menos as forças, ração alimentícia muito inferior à que os patrões dão aos seus cavalos de trato, e do seu gado, porque os animais custam dinheiro, e o trabalhador humano, quando incapaz para o serviço ou velho, dá-se-lhe um ponta-pé e ele que vá morrer miseravelmente no leito de um hospital ou embaixo de uma ponte, vendo passar em automóveis aqueles que o seu esforço tornou milionários e poderosos; aqueles que, explorando-o, são comendadores ou condes, e freqüentam a alta sociedade apesar da humildade de origem ou das mazelas passadas e esquecidos pelo poder do ouro. A fortuna acumulada, disse-o Karl Marx, e ninguém poderá demonstrar o contrário, é produto exclusivo de trabalho não pago. Logo, quem trabalha não ganha dinheiro, porque o lucro é todo do patrão, e o pobre não é um vadio, é apenas a vítima lastimável de uma péssima e detestável organização social. Em São Paulo são conhecidas as origens das grandes fortunas. As que não provém de heranças foram obtidas à custa do suor do escravo, do colono ou do operário, ou o que é ainda mais reprovável, à custa do envenenamento do povo com gêneros e bebidas falsificadas ou pela introdução de moedas falsas na circulação. Apontem-nos uma grande fortuna ganha honradamente pelo trabalho, e provaremos que para a sua formação concorreram outros fatores que não o trabalho exclusivo, manual ou intelectual.<sup>182</sup>

**IMPACTO DA REVOLUÇÃO RUSSA:** “Ano de 1917. Revolução na Rússia dos czares. Meu pai me leva à cantina do Volpini e põe em minhas mãos um copo de vinho Chianti. Brindamos o feito de um tal Lenin, que os jornais dizem não passar de um bandido vendido ao Kaiser da Alemanha. Estou com treze anos, mas, aprendiz de tipógrafo, componho valente artigo intitulado “Guerra à guerra”. A oligarquia paulista ameaça mandar-me para a Marinha, onde serei tratado a chibata, ou para o Instituto Correccional de São Paulo.” (Tito Batini, p. 14)

---

<sup>181</sup> MOTTA, Benjamin. “O pobre é um vadio?”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 01. São Paulo: 09/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1

<sup>182</sup> Idem.

“A revolução que lavra na Russia é uma das mais preciosas consequencias da calamidade que ha tres annos afoga a Europa em sangue, sendo essa calamidade, por sua vez, uma consequencia do iniquo regimen de propriedade privada.

A guerra e a revolução, pois, são effeitos da mesma causa: a posse individual de bens produzidos pela collectividade.

O mal está todo na organização social. Se eu não o dissesse, di-lo-ia o Conselheiro.

As sociedades que permitem a apropriação indispensavel das riquezas, criam, por isso mesmo, a competencia, o antagonismo de interesse entre seus membros, onde se engendra a lucta nas suas diversas modalidades.

Os deveres dos pobres brigam com os direitos dos ricos.

A mesma causa que gera o conflicto entre os individuos de um nação dá origem á guerra entre as nações.” (NEGRO, Helio. “A revolução russa”, *A Plebe*, n. 2, 16/06/1917, p.2)

“Esta revolução, que tem a sua determinante principal no mal estar geral da população pobre, foi fomentada e alimentada no começo pela democracia financeira da Russia, de commum acordo com os alliados, depois que estes verificaram a impossibilidade de evitar as traições da Côrte Russa em favor da Alemanha.

Os democratas burguezes desejavam apenas constranger o Czar a pôr termo a estas traições; mas a revolução não parou alli e não sabemos onde parará.

Em relação á guerra ella está hoje neste pé: nem tranquilliza os alliados nem assenta as esperanças dos Imperios Centraes.

E, para nós, é assim que está bem.” (NEGRO, Helio. “A revolução russa”, *A Plebe*, n. 2, 16/06/1917, p.2)

“Sim, é preciso desprestigiar a guerra e mostrar em toda a sua ferocidade bestial o rictus odioso dessa face de monstro de fogo e aço que, sobre um pedestal de cadaveres, sanguinolentos e de ruinas calcinadas, o despotismo secular engrinaldou de louros e ergueu até aos céos, na hieratica pompa imperial da sua clamidade de purpura, brandindo na mão gelada o gladio nú das carnagens.” [MONTALVÃO, Justino. “Desprestigienosa guerra”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 02. São Paulo: 16/06/1917. p. 4]

Sintomático no que toca a mobilização articulada do aparelho repressivo e aparelhos ideológicos em reação ao crescendo de reivindicações e ações práticas da classe trabalhadora

organizada nos anos de guerra é a acusação esgrimida contra os redatores do já citado *A Plebe* de “germanismo”. A boataria era relevante o suficiente para animá-los à publicação de um manifesto da lavra da *Alliança Anarchista*, a qual era composta, por “[...] mais de trinta organizações libertarias e de classe, além de um grande numero de companheiros não organizados e que conta com a solidariedade de outros grupos anarquistas existentes nos Estados da Federação Brasileira [...]”<sup>183</sup>. Argumentavam, no anúncio do documento, que nele “[...] está contido todo o nosso pensamento e o dos nossos colaboradores sobre a guerra, suas causas e culpas que nella têm os dirigentes de um e outro grupo de beligerantes”<sup>184</sup>.

Entre o anúncio e a publicação de “A intervenção do Brazil na guerra – a Alliança Anarchista ao povo”, uma semana. Vindo a lume no terceiro número de *A Plebe*, o texto é uma corajosa exposição de princípios anti-belicistas, no qual os anarquistas engajados em sua redação afirmam preocupar-se, mais do que com a boa acolhida de seu arrazoado, com a necessidade de cumprir o dever de posicionar-se em hora tão crítica. Suas notas em torno do “germanismo” – motivo primeiro alegado por *A Plebe* para difundir o manifesto em suas páginas – carregam inúmeros elementos sintomáticos dos dilemas próprios ao movimento operário naquela conjuntura:

Nós não vimos, portanto, defender, nem poderíamos fazel-o, o pangermanismo, seus principios imperialistas, seus methods e aspirações. O que essa doutrina representava para o mundo e para o povo germanico em particular, nós os anarchistas o tinhamos denunciado ha muito. Contra o espirito autoritario do prussianismo, que se tinha apoderado até da Internacional e que nestes ultimos annos era criterio dominante nos partidos socialistas de todas as nações, nós os anarchistas, tinhamos declarado guerra desde quasi cincoenta annos. O nosso procedimento nos valeu a expulsão de todos os congressos ditos socialistas e toda a sorte de calumnias por parte daquelles que hoje – em nome sempre do socialismo – de um socialismo politiqueiro e, conforme os casos, nacionalista – se juntaram aos sequazes de outros imperialismos para açular odios contra o povo germanico, cuja responsabilidade é grande, mas que não obstante isso é dever de todos quantos acreditamnum amanhã de paz e de justiça, ajudar a libertar-se daquelles que o opprimem e enganam, tornando-o matador e feroz. Tanto mais que seria erro sustentar que da guerra toda a responsabilidade cabe ao povo allemão, pois se é factó que foi o governo germanico o primeiro que, escolhendo a hora propicia, desembainhou a espada, em todas as nações as espadas estavam se afiando para a guerra que, mais tarde ou mais cedo, fatalmente teria de explodir. Pois a guerra era e é a consequencia inevitavel de tudo isto que se chama o regimen capitalista, o militarismo, as teorias imperialistas e as rivalidades de raça, mantidas e alimentadas pelos governos e pelos grupos de financeiros de um ou mais paizes.<sup>185</sup>

---

<sup>183</sup> ALLIANÇA ANARCHISTA. “A intervenção do Brazil na guerra – A Alliança Anarchista ao povo”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 03. São Paulo: 23/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>184</sup> “Nós e a guerra”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 02. São Paulo: 16/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

<sup>185</sup> ALLIANÇA ANARCHISTA. Op. cit.

As posições da classe trabalhadora diante da guerra que se acentuava no cenário europeu e, então, engolfava ainda mais diretamente o Brasil em sua torrente, tornam-se mais nítidas no terceiro número de *A Plebe*:

Não apenas os redatores de *A Plebe* estavam atentos aos fatos russos. O militante anarquista Astrojildo Pereira, no número inaugural do já citado semanário *O debate* também escreveu sobre o assunto para a coluna “Os factos do exterior”. Discutia a dualidade de poderes resultante do “Movimento de tal magnitude e complexidade, revolvido por mil correntes diversas, ha de por força manifestar-se confuso e contradictorio, com altos e baixos, com claros e escuros violentos”. O texto põe em tela a necessária oposição entre a Duma – representante da “burguezia moderada e democratica” – e o Comitê de Operarios e Soldados – “composto de operarios, representa o proletariado avançado, democrata, socialista e anarchista”. Questionando “A qual das duas forças está destinada a preponderancia na reorganisação da vida russa?”, Astrojildo Pereira diagnostica, a um só tempo, tanto uma “disputa de hegemonia” *avant la lettre* nos cenários do Leste, quanto o caráter decisivo de tal processo em nível global, pois fruto das contradições sistêmicas que também abalavam o solo histórico em que escrevia:

O que se pode affirmar com certeza é que essa preponderancia tem cabido, até agora, ao proletariado. E como o proletariado, cuja capacidade politica já anulou o papel da Duma burgueza, está tambem com as armas na mão, não encontrando, pois, resistencia séria aos seus designios, não muito longe da certeza andarà quem prever a sua continua preponderancia, até completa absorção de todos os ramos da vida nacional, extinguindo-se, de tal modo, n'um praso mais ou menos largo, a divisão do povo russo em castas diversas e inimigas. E inutil é insistir na influencia que taes acontecimentos exercerão no resto do mundo, na obra de reconstrucção dos povos, cujos alicerces estão sendo abalados pelo fragor inaudito dos grandes canhões destruidores...<sup>186</sup>

“Julho de 1917 assumiu na memória social o sentido de um ato simbólico e único. Símbolo de uma mobilização de massas impetuosa, das virtualidades revolucionárias da classe operária, de organizações sindicais representativas, não contaminadas pela infecção burocrática. Retomado em suas dimensões históricas, o episódio se distancia da imagem de ouro perdida. Por sua vez, longe de ser um fenômeno isolado, abre com um imenso eco uma fase de ascenso do movimento operário.” [FAUSTO, Boris. *Trabalhador urbano e conflito*

---

<sup>186</sup> PEREIRA, Astrojildo. “A revolução russa”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 1. Rio de Janeiro: 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 12.



*social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976.p. 192 – identificado pelo autor, junto à insurreição de 1918 no Rio de Janeiro, como “dois episódios que expressam, na sua semelhança e na sua diversidade, o padrão das relações sociais entre classes e grupos, o comportamento do Estado, as orientações no campo sindical e da política, a aproximação e a distância entre base e direção”.]

[Aldrin Castellucci (2019): pontos em comum nos distintos centros onde o movimento operário estava em agitação (profunda deterioração das condições de trabalho e de vida; impacto – total – da Grande Guerra e, especialmente da Revolução Russa; reivindicações trabalhistas – nelas inclusa a demanda pelo reconhecimento ao direito de organização sindical, pauta de caráter político; distintas correntes ideológicas e práticas sindicais; diferentes comportamentos do Estado em relação à classe trabalhadora)];

“1917 inaugura a fase revolucionária das greves: até 1919, elas atingem intensidade e um grau tático nunca alcançados. O operariado toma consciência de que pode açambarcar o poder; o que lhe falta é organização partidária. As famosas paredes destes anos mostram a força e a possibilidade de vitórias gerais do proletariado. Objetivamente, as demonstrações destes anos representam a falência das idéias anarquistas e o sinal da necessidade de uma nova teoria político-organizatória. A conscientização política, e não só aquela do meio sindical, surge com os comunistas logo nos anos seguintes.” (CARONE, A República Velha – instituições e classes sociais, p. 226)

“[...] a greve geral de julho de 1917 em São Paulo abria uma conjuntura histórica cujos limites se estendem cronologicamente até 1920. Ela se define antes de tudo pela emergência de um movimento social de base operária, nos centros urbanos do país. Emergência que, no plano das ações coletivas e da organização se reflete em vários níveis: no maior número de greves da História brasileira, concentrado em poucos anos, até o fim da Segunda Guerra Mundial; na realização de algumas grandes manifestações de massa; no avanço da sindicalização; no surgimento de uma imprensa operária de maior amplitude; na modificação das expectativas da vida quotidiana, onde se desenha a esperança de uma alteração revolucionária do sistema social ou pelo menos a tangível possibilidade de uma vida melhor.

A este ascenso da classe operária corresponde uma alteração nas relações entre as classes e grupos sociais. A chamada questão social sai de um quase esquecimento e se torna objeto de debate tanto no nível da sociedade civil como do Estado. Na sua imagem impressa, o conflito de classes salta das raras aparições nas páginas internas dos jornais para as

manchetes de primeira página, para as caricaturas de capa das revistas humorísticas. Por sua vez, ele ecoa no Parlamento, onde após a última década do século XIX, fora praticamente ignorado por mais de uma dezena de anos. A preocupação do Estado pelo problema – que um lastro cultural se encarregava ainda por vezes de negar – se corporifica sobretudo no reforço do padrão repressivo, com o aperfeiçoamento legislativo e a ampliação de medidas deste tipo. A repressão vem acompanhada de uma ofensiva ideológica sistemática na sociedade contra as correntes revolucionárias, em especial o anarquismo.

Por fim, esboçam-se tendências que defendem o reconhecimento dos direitos operários, em nome dos ideais de uma democracia social. Elas se expressam por algumas poucas vezes no Parlamento e pela aparição de uma imprensa diária com esta definição.” [FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976. pp. 158-160]

“É significativo o fato de que São Paulo e não a Capital da República abra em julho de 1917 o período das grandes greves. No contexto sócio-cultural da cidade, o espírito de revolta se combina com os profundos efeitos da desorganização do movimento operário, a partir de meados de 1913. Daí decorre uma mobilização agressiva e mais próxima dos casos limite de ações espontâneas. Quando em julho de 1917 uma greve se generaliza no Rio de Janeiro, em parte sob o impacto dos acontecimentos de São Paulo, chegando a abranger cerca de 100 000 trabalhadores, seu padrão se define pelo menos índice de espontaneidade e de violência.” [FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976. pp. 179]

“A partir de outubro de 1917, os conflitos sociais internos recebem alento e passam a ser vistos sob uma nova ótica. De um extremo ao outro do espectro de classes e grupos têm-se a noção de viver um momento decisivo. O fato de que a imensa maioria das reivindicações operárias não diga respeito a demandas revolucionárias poderia prestar-se a enganar. A luta pela obtenção da cidadania social importa, nas condições da época, em um direto choque contra o Estado. Subjacente a ela, em cada pequena batalha ou grande mobilização, estão presentes os lances de um cenário maior: a Revolução de outubro, a Revolta espartaquista, a comuna húngara, os conselhos italianos, que o comício de 1º de maio de 1919 sintetiza, com seus cartazes em defesa da Hungria livre e da Bavária emancipada, os vivas a Lênine e à União Soviética.

Na classe dominante, à medida em que o poder soviético se mantém e os brotes revolucionários se estendem à Europa, toma corpo o mesmo sentimento – por certo

deliberadamente potenciado, para justificar a repressão.” [FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976. pp. 171-172]

“O ascenso do movimento operário nos anos 1917-1920 coloca pela primeira vez a “questão social” na cena política. Nem os industriais, nem o Estado oligárquico, nem outros grupos da sociedade podem ignorá-la como tinham feito em larga medida até então. No nível da retórica ou das atitudes, encontra-se presente a preocupação com um setor marginalizado que tenta converter-se em força social. Duas grandes linhas se desenham, em meio às muitas variações: de um lado, tratar o problema operário como pura e simples subversão da ordem a ser enfrentada com medidas repressivas; de outro, buscar legitimá-lo, integrando os trabalhadores até certo ponto ao sistema vigente, através da outorga de um conjunto de direitos.” [FAUSTO, Boris. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976. p. 217]

“O ano de 1917 abre no Brasil a conjuntura, que se estenderá até 1920-1921, de maior ascenso do movimento operário e sindical na Primeira República; essa conjuntura tem como marcos mais importantes, no plano internacional, a Grande Guerra e a Revolução Russa: pela primeira vez na história da humanidade vai se consolidando uma revolução que se diz socialista, feita em nome do proletariado. A mobilização e a organização dos trabalhadores vão crescendo, em escala também internacional, nos anos iniciais do pós-Primeira Guerra Mundial. Cada vez mais se acredita que o capitalismo estaria com seus dias contados, e que a Revolução Russa, “primeiro elo” de um processo revolucionário mundial, rapidamente se propagaria por todos os países e continentes – vai se estabelecendo um clima de “euforia revolucionária”: em breve todo o mundo seria socialista.

[...] No Brasil, entre 1917 e 1920, ocorrem movimentos grevistas em uma dimensão e com uma intensidade até então desconhecidas – só comparáveis, já num outro momento e contexto, à conjuntura do pós-Segunda Guerra Mundial, quando também se pensou que a vitória socialismo era uma possibilidade, ou mesmo uma probabilidade iminente.” [ADDOR, Carlos. “Papai, não vás à guerra! A Primeira Guerra Mundial e a Revolução Russa na imprensa anarquista no Brasil.” IN: ADDOR, Carlos; SANZ, Luiz Alberto; SAMIS, Alexandre (orgs.). *História do anarquismo no Brasil*: volume 3. São Paulo: Entremares, 2021. p. 24]

[...] esses dois imponentes personagens – conjuntura econômica e conjuntura social – não devem nos fazer perder de vista outros atores, cujo movimento será difícil de determinar, e talvez seja mesmo indeterminável, na falta de medidas precisas. As ciências, as técnicas, as instituições políticas, os conjuntos de ferramentas mentais, as civilizações (para empregar essa palavra cômoda) têm igualmente seu ritmo de vida e de crescimento, e a nova história conjuntural somente estará afinada quando tiver completado sua orquestra.” (BRAUDEL, Fernand. “História e Ciências Sociais: a longa duração”. IN: NOVAIS, Fernando; FORASTIERI, Rogério (orgs.). *Nova História em perspectiva*. Volume 1: propostas e desdobramentos. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 93)

Brasil já tem foros de civilização para ser inquirido em tais termos, graças, pelo menos, aos esforços de Sérgio Buarque de Holanda (remeter aos desdobramentos postos no texto de Boris Fausto acima); quiçá discutir as reflexões de Braudel na página seguinte em torno do “retorno ao tempo curto”

“A ordem *civil* se transforma, mas de modo tão desigual, desarticulado e ambíguo que o *patrão* conserva muito de *senhor* em sua condição de cidadão e o *trabalhador* (livre ou semilivre, este naturalmente em escala devastadora) é um cidadão de categoria tão ínfima que possui algo de *escravo* em potencial e muito pouco de cidadão, a ponto de os movimentos negros reivindicarem, nas décadas de 30 e de 40, UMA SEGUNDA ABOLIÇÃO. Os que pensam que isto seria uma manifestação exclusiva do negro pobre e desorganizado estão errados. Trata-se de uma reivindicação que vem das últimas camadas dos “de baixo”, em uma linguagem de revolução da ordem muito pura e, por isso, vale para todos os trabalhadores *livres ou semilivres*, brancos ou negros. Os que quiserem fazer a contra prova não terão muita dificuldade. Comparem-se os extremos da eclosão das lutas operárias. Na década de 10 as greves eram “uma questão de polícia”. De 1964 em diante elas voltam a ser, massacrantemente, *uma questão de polícia*. A economia e a sociedade burguesas não eliminaram certas estruturas, funções, complexos institucionais etc., de modo completo.”

(FERNANDES, Florestan. *A ditadura em questão*. São Paulo: T. A. Queiroz, 1982. p. 148)

“Em território rio-grandense, as mobilizações começaram em março de 1917, com a greve de os calceteiros de Porto Alegre, que teve um fim trágico e foi violentamente reprimida. Na capital, entretanto, o movimento mais intenso e mais organizado aconteceu na metade do ano. Os anarquistas que estavam afastados da FORGS reativaram a União Operária Internacional e prepararam uma mobilização contra a carestia de vida. Este havia sido o

principal motivo das greves deflagradas em Curitiba e São Paulo. Na capital paulista formou-se um Comitê de Defesa Proletária para organizar a greve, dirigido principalmente por anarquistas. A paralisação mobilizou cerca de 100.000 pessoas e o referido Comitê tentou unificar os trabalhadores em torno de reivindicações comuns.

Em Porto Alegre a ação anarquista resultou em algo parecido, na fundação de uma Liga de Defesa Popular, fora do âmbito da Federação Operária do Rio Grande do Sul. Este foi o comitê que comandou as movimentações resultantes da greve. É muito provável que tenha havido influência direta dos anarquistas de São Paulo para levar a cabo esta ação, já que estavam presentes delegados deste estado quando da fundação do organismo. A paralisação durou de 31 de julho a 4 de agosto; neste período boa parte da produção da cidade foi interrompida e os operários chegaram a impedir a circulação de carros, permitindo que apenas aqueles sob salvo-conduto da LDP trafegassem. A greve teve fim pela desmobilização de uma parte dos operários, depois que algumas reivindicações foram atendidas por Borges de Medeiros e pelo Intendente José Montauray, que receberam membros da Liga no Palácio do Governo, acenando com o atendimento de algumas reivindicações dos grevistas.” [BARTZ, “O horizonte vermelho”, 2017, pp. 71-72

“O que se pode dizer é que não foi somente pelo grau de mobilização que as greves de 1917 se tornaram um marco importante para o movimento operário naquela conjuntura. [...] estas paralizações se constituíram em uma experiência importante para a percepção do potencial político, para além de simplesmente sindical ou cultural, que os trabalhadores teriam diante da sociedade. Existe aqui uma dupla ação que é proposta pelos militantes, especialmente de parte das lideranças anarquistas: para dentro do próprio movimento, com o intuito de unificar os diversos grupos em um propósito comum e para fora do movimento, com um fim de estender suas ações para o restante da sociedade. Não seria incorreto pensar que os líderes das diversas “frentes” de mobilização passassem a levar em conta, a partir daquele momento, o potencial político que o movimento operário poderia adquirir perante toda a sociedade.

O surgimento do CDP e a força que este organismo adquiriu durante a greve paulistana, pareciam sugerir um “modelo” que permitisse exercer algum tipo de hegemonia sobre os trabalhadores e mesmo sobre o restante da população. Este modelo teve tanto sucesso que foi replicado em lugares tão distantes quanto Porto Alegre, Pelotas e Maceió. Isso mostra que as greves de 1917 atestavam não só a capacidade mobilizatória dos militantes libertários,

mas projetavam para o futuro uma articulação mais orgânica para uma militância que agia na maior parte das vezes, de forma dispersa. Neste contexto que apareceu a primeira tentativa de constituir um organismo que permitisse uma mobilização mais articulada de todas as forças de vanguarda do país.” [BARTZ, Frederico. *Movimento operário e revolução social no Brasil*. pp. 127-128]

“Era um programa inteligentemente concebido. Suas metas coincidiam com as necessidades dos trabalhadores. O tom em que foi escrito atraiu inclusive o apoio dos moderados. E as estipulações referentes ao combate inflacionário e ao controle de qualidade dos alimentos atraíram elementos da classe média. Como observou *O Estado de São Paulo*, “qualquer um que não possua grande quantidade de capital acumulado sentiu o beliscão.” [MARAM, Sheldon, p. 133]

“Os apuros dos operários despertaram na classe média urbana certa dose de simpatia, por motivos não só humanitários mas também de interesse próprio. De um lado, os profissionais liberais, os burocratas e os pequenos negociantes, que empregavam mão-de-obra em escala reduzida (ou não a empregavam de maneira alguma), podiam dar-se ao luxo de desprezar os industriais pelo tratamento dispensado aos trabalhadores e de sentir-se moralmente compelidos a salvar das suas garras esses infelizes. Por outro lado, o foco do descontentamento dos operários, a inflação, era o mesmo que enfurecia a classe média. Além disso, as providências que a classe média advogava visando a elevação dos industriários pareciam quase sempre implicar, para sua execução, a criação de novos empregos burocráticos, que lhe seriam destinados. Daí que as campanhas civílicas de São Paulo, em 1910 e 1918, incluíssem apelos utópicos aos trabalhadores.” (DEAN, Warren. *A industrialização de São Paulo*. São Paulo: DIFEL, 1971.)

“Apesar do desequilíbrio dos resultados, as greves no Rio e em São Paulo impulsionaram uma arrancada organizacional sem precedentes, fazendo convergir trabalhadores qualificados e operários fabris. Alguns novos sindicatos foram formados durante ou logo após o encerramento das greves. O quadro de associados dos antigos sindicatos cresceu assustadoramente. Em São Paulo, o Comitê de Defesa Proletária mobilizou seus recursos para reconstituir a Federação Operária, à qual aderiram prontamente dezesseis

sindicatos artesanais e industriais e oito Ligas Operárias. Por sua vez, a Federação pensava em reativar a Confederação Operária Brasileira.” [MARAM, Sheldon. p. 136]

“Para os militantes anarquistas e socialistas reunidos em torno do CDP, os espalhafatos de uma nova greve geral prenunciavam dias sombrios. Era mais um indício de que o acordo não passou de um recuo tácito dos industriais e governantes para pôr fim ao movimento grevista. Os libertários agradeceram a comissão de jornalistas que “também nesse caso prestou inestimável serviço à população avisando tratar-se de um complô” e alertaram o proletariado para “não ceder aos incitamentos suspeitos e nem aos suspeitos incitadores, pois era ele que deveria escolher a hora da batalha e não à polícia”

Para os anarquistas, a boataria fazia parte de uma trama arquitetada pela polícia em conluio com os industriais para justificar uma intervenção mais violenta. Eles levantaram a hipótese de que por trás dos boatos poderia haver o intuito de arrastar os trabalhadores para as ruas e ali sujeitá-los a uma dura e sangrenta prova. Os rumores foram interpretados como sinais de que novas batalhas estavam sendo preparadas pelas forças repressoras. Os militantes apontaram a necessidade de os trabalhadores concentrarem seus esforços no processo de organização “a fim de que, no momento oportuno, se encontre habilitado a conquistar com seu próprio esforço as melhorias que lhe foram prometidas sob a pressão de uma greve geral”.” [LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000. p. 140]

Os eventos do solo russo seguiam comparecendo nas páginas da imprensa operária brasileira como exemplo à luta política local mesmo quando a Greve de Julho de 1917 era a manchete recente com todo o destaque. Localizando o Brasil como um dos “recantos do planeta” assolado pela “desolação e a miséria” gestadas no âmbito da “[...] crise que infelizmente assoberba o mundo inteiro”, o autor que assinou pela sigla F.G., preocupado com o iminente ingresso do Brasil na conflagração europeia – a referida *crise que assoberba o mundo inteiro* –, evento catastrófico cuja expectativa já estava impressa em números anteriores de *A Plebe*, defendia que uma das possibilidades de evitá-lo, tal qual o exemplo russo, demandava a construção de “[...] *um partido para a causa que defendemos*”:

A carestia da vida seriamente agravada pelos enormes e extensivos impostos, veio criar em nosso Estado uma situação desesperada e intolerável, da qual só podemos sair por meio da revolução. Enquanto o governo sobrecarrega o povo de impostos para esbanjar á vontade os dinheiros do Thezouro, isto é o suor do povo, este vê

desenhar-se diante de si o horrível quadro da miséria penetrando em todos os lares e aniquilando caracteres, forças e energias. Não é de balde que se aconselhou algures: “Contra a fome, dynamite”. A entrada do Brasil na conflagração, nessa guerra tremenda de interesses comerciais e financeiros, para os dois grupos beligerantes, é outra infelicidade que está pairando assustadoramente sobre as nossas cabeças. Procuremos evitá-la por todos os meios, ou então, tirar desse desastroso acontecimento um partido para a causa que defendemos, agitando as massas e exortando-as para o exemplo da Rússia.<sup>187</sup>

Não apenas a conclamação à organização partidária se fazia presente em tão emblemática edição do semanário militante. É reproduzido, ao lado do texto supracitado, trechos de um pronunciamento do deputado Nicanor do Nascimento – que visitou São Paulo durante o período da greve – na Câmara Federal, no dia 13 de julho, no qual não hesita em fazer menção a um desejado *Comité de Operários e Soldados do Brasil*, medida necessária à resolução do problema da fome que, argumentava o político, era agravado pelo açambarcamento ao qual o governo fazia vistas grossas:

A explosão foi local, mas o problema é geral. Os roubadores e intermediários escondem as utilidades para elevar-lhes o preço. Isso determina a fome e a fome determina a revolta. A firma Matarazzo, em S. Paulo, é uma das grandes açambarcadoras que compraram as colheitas de Minas, S. Paulo e Rio para, pelo monopólio, determinarem o preço. Isto é apenas a continuação do que já tem feito explosões, que serão amanhã no Rio, em Nictheroy e em todas as grandes cidades. Os produtores e consumidores, diante da inércia do governo, saberão resolver o problema pela força. No entanto os projectos sobre o assunto, dormem na pasta da comissão de Finanças e dormirão até que o Comité dos Operários e Soldados do Brasil venha resolver o problema. Tenho cumprido o meu dever. Appello para o Congresso para que cumpra o seu. As revoltas provocadas pela fome não podem ser juguladas pela força.<sup>188</sup>

O redator de *A Plebe* responsável pela citação a Nicanor do Nascimento, que não é identificado, avança em relação às palavras do tribuno, defendendo a provável união futura dos “soldados-proletários armados” com “o povo”, redundando, “*como na Rússia*”, na vontade popular soberana:

O comité dos operários e soldados do Brazil ainda não se constituiu, mas a esta hora, já devem estar os soldados-proletários armados pela burguezia para a defesa dos seus interesses – convencidos do erro commettido de cumprir ordens, atirando sobre as seus irmãos de miséria, quando o povo descendo para a praça publica, veio defender os interesses de toda a comunidade, feridos, e conculcados por meia duzia de especuladores. E, si persistir a especulação dos açambarcadores e a inércia dos que devem zelar pelo bem estar commum – pois se dizem representantes e eleitos do povo – não será de extranhar que voltando o povo a agitar-se, tenha ao seu

<sup>187</sup> F. G. “O regimen de fome – Imitemos a Russia”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

<sup>188</sup> “Um comité dos operários e soldados do Brazil”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.



lado os proletários soldados, e para então, como na Rússia, em poucos momentos impôr a sua vontade soberana.<sup>189</sup>

Ao dedicar tamanha atenção à questão da soldadesca, vocalizavam demandas que estavam postas nas práticas dos populares diretamente envolvidos nas lides grevistas. Indício disso é o panfleto *Aos Soldados!*, assinado por “Um grupo de mulheres”, que circulou nas ruas paulistanas durante os dias de greve e foi reproduzido no número de *A Plebe* aqui em tela. Apelando a uma tradição de solidariedade militar às causas populares, as mulheres que redigiram tal texto rogam para que os soldados também se reconheçam na mesma classe daqueles que protestam, bem como, em justa decorrência disso, recusem-se a operar como “carrascos” dos grevistas:

AOS SOLDADOS! Soldados! Não deveis perseguir os nossos irmãos de miséria. Vós, também, sois da grande massa popular, e, si hoje vestis a farda, voltareis a ser amanhã os camponeses que cultivam a terra, ou os explorados das fabricas e officinas. A fome reina nos nossos lares, e os nossos filhos nos pedem pão! Os perniciosos patrões contam, para soffocar as nossas reclamações, com as armas de que vos aramaram, oh! soldados. Essas armas elles vol-as deram para garantir o seu direito de esfomear o povo. Mas, soldados, não façaes o jogo dos grandes industriaes que não têm patria. Lembrai-vos que o soldado do Brazil sempre se oppoz á tyrannia e ao assassinato das liberdades. O soldado brasileiro recusou-se no Rio, em 81, a atirar sobre o povo quando protestava contra o imposto do vintem, e, até o dia 13 de Maio de 1888 recusou-se a ir contra os escravos que se rebellavam, fugindo ao captiveiro! Que bello exemplo a imitar! Não vos presteis, soldados, a servir de instrumento de oppressão dos Matarazzo, Crespi, Gamba, Hoffmann, etc. os capitalistas que levam a fome ao lar dos pobres, e gastam os milhões mal adquiridos e que esbanjam com as “cocottes”. Soldados! Cumpri o vosso dever de homens! Os grevistas são vossos irmãos na miséria e no soffrimento; os grevistas morrem de fome, ao passo que os patrões morrem de indigestão! Soldados! Recusai-vos ao papel de carrascos!<sup>190</sup>

O referido documento, assinado por “Um grupo de mulheres grevistas”, também foi reproduzido nas páginas do terceiro número do semanário carioca *O Debate*. Para além do texto citado e da devida menção às intervenções de Nicanor do Nascimento referentes ao “[...] surto, entre nós, de um Comité de Soldados e Operarios”, são enumerados os “[...] symptomas inilludiveis comprobantes desse vaticinio”. Atenta-se, nesse sentido, ao fato de que, se a polícia “não attendeu ao appello feito” pelas mulheres grevistas de São Paulo, noticiava-se também que forças do Exército se recusaram a atirar nos manifestantes. “Um dos nossos companheiros”, perambulando em uma manifestação na Avenida Tiradentes, teria registrado a fala de um soldado que, “Conversando animadamente, com o sotaque nortista e a expressão

---

<sup>189</sup> Idem.

<sup>190</sup> UM GRUPO DE MULHERES GREVISTAS. “O appello aos soldados”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

physionomica das mais ladinas e gestos sugestivos”, detalhava não apenas um episódio de ajuda concreta aos grevistas na sabotagem aos trilhos de bonde no Brás, como relatava a recusa de muitos soldados, em Lorena, a partir ao auxílio das forças da ordem na capital paulista. Assim é concluída a nota prévia ao documento das mulheres grevistas:

Si é certo que houve soldados que se negaram a massacrar o povo faminto e esfolado pela ganancia dos açambarcadores estrangeiros (o maior dos açambarcadores, Matarazzo, não é brasileiro – para que os imbecis e os aurelinos aprendam: não somente os “agitadores” é que são estrangeiros), que seja isso divulgado e saiba o povo que o exercito não quer responder com chumbo a quem reclama pão. E assim vamos a caminho seguro para a Constituição, dentro em breve, do Comité de Operarios e Soldados do Brazil... “Qui vivra verra”!<sup>191</sup>

Os historiadores Tiago Oliveira e Frederico Bartz – atentos ao movimento operário influenciado pelos libertários no período em tela - já ressaltaram a novidade histórica desta tentativa de interpelação aos soldados no contexto das greves em expansão. De um quadro de recorrente ataque às forças armadas, incluindo as policiais, e de propaganda antimilitarista, inicia-se então um apelo às patentes baixas<sup>192</sup>. Ambos os autores vinculam este elemento novo em cena à repercussão da Revolução Russa sobre o movimento operário brasileiro<sup>193</sup>. A julgar por um comunicado da lavra do Centro Libertário endereçado também aos soldados, também veiculado em *A Plebe*, cerca de um mês após o documento supracitado, faz muito sentido a avaliação de ambos os historiadores:

Estes telegrammas, insuspeitissimos, e colhidos entre centenas de outros, demonstram claramente:

a) que a revolução na Russia, si foi iniciada com intenções puramente politicas, anti-dynasticas e nacionalistas, tem tomado um caracter fundamente popular de tendencias sociaes e libertarias, anti-guerreiras, pacificas e internacionalistas;

---

<sup>191</sup> “Exemplo da Russia. Graves revelações de um soldado do exército. Teremos tambem um Comité de Soldados e Operarios?”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 26/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 7.

<sup>192</sup> Não é só o caso dos manifestos citados, mas também o de relatos – fantasiosos ou não – de insubordinações de soldados ante a mobilização grevista: “- *Si essa grêve fosse geral e nella tomasse parte, de uma vez, todo o operariado, acreditamos que o governo seria impotente para risistir. Infelizmente, porém, ella está sendo parcial e não ha união em todas as classes. Ninguem tem mais razões para fazer grêve do que o soldado, que não vê siquer um augmento do seu soldo. Nós tambem somos humanos, temos familia, e sabemos, o que são as necessidades da familia do pobre em opposição ao bem estar e á fidalguia do rico.* - *A minha carabina – disse um cabo – eu não a descarregarei contra áquelles que vivem a protestar contra a fome.*

- *Nem a minha – retorquiram todos.*

- *Os operarios que saibam fazer o movimento – concluiu um segundo sargento.*” Cf: ALGUNS HOMENS OPERARIOS E SOLDADOS. “Os soldados e os operarios – A causa dos trabalhadores é bem acatada no Exército.” IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB.p. 4

<sup>193</sup> OLIVEIRA, Tiago. Op. cit., 2009, pp. 115-118; BARTZ, Frederico. Op. cit., 2014, pp. 51-53.

b) que dentro e fóra da Russia, a burguezia reaccionaria, desapontada e temendo a influencia revolucionaria do proletariado, se prepara para contrapôr-se á revolução, esmagando o povo desperto e pelas proprias mãos libertado.

Ora, o Centro Libertario do Rio de Janeiro, modesto mas consciente é irreductivel propugnador e defensor de todas as liberdades humanas, não pode deixar de vir a publico neste momento proclamar a sua grande sympathia pelo movimento revolucionario russo, chamando para o mesmo a especial attenção do operariado do Brazil, neste instante sob a ameaça de tambem ser atirado á matança guerreira nos campos da Europa, em defesa da patria das classes ricas. A actual revolução na Russia, é um exemplo e um incentivo. Ella mostra que a emancipação real, concreta e completa do povo só pode ser resultado da acção directa do proprio povo. E mostra que os capitalistas e governantes, quando necessitam que os trabalhadores vão servir de carne de canhão, em defesa das patrias delles capitalistas e governantes, sabem adular o Povo affirmando que tudo fazem pelo Povo e para o Povo; mas quando o povo não mais se quer prestar de juguete nas mãos dos poderosos, então deixa de ser o Povo, para ser o desprezível “população”, que os incomoda e não lhes obedece mais. Que os trabalhadores do Brazil se mirem neste espelho e se instruem efficazmente com esta lição. O Centro Libertario, cumprindo o seu dever, applaude e saúda o proletariado russo e protesta contra o jogo dos governantes da “Entente”, que, em nome da pretensa “liberdade” que dizem defender nesta guerra, preparam a reacção contra o povo, contra os operarios e camponezes da Russia, que souberam conquistar, pela força dos proprios musculos, a verdadeira liberdade; que só pode resultar da egualdade economica e só de onde poderá brotar a fraternidade universal.

Viva a Revolução Russa!

Viva a Revolução Social!

Abaixo a guerra!

Viva a paz!<sup>194</sup>

De fato, não cessam as referências aos ocorridos no Leste. Cabia “voltar as vistas para a Rússia”, terra “triste, fatidica, siberiana”, onde tanto a união prevaleceu perante inimizades de outrora quanto uma vontade, com ideais justos, dava demonstrações de triunfo. Estas imagens, veiculadas ao fim do agitado mês de julho de 1917 em *A Plebe*, deveriam ressoar no público almejado pelo semanário paulistano:

O mundo, em palpitações espasmodicas de amor, com sensações requintadas de justiça e de verdade, com efluvios carinhosos como miradas de sol acariciando o pallido rosto do triste encarcerado, marcha a passos gigantescos, acelerados e certos, para a conquista de uma etapa de harmonia de accôrdo com as aspirações vislumbradas por uma collectividade de lutadores, homens abnegados e altruistas que do porvir social fazem o norte, a rota, o objectivo total de sua vida accidentada. [...] Vencendo todas as difficuldades, marchamos subindo a empinada encosta, limpando o caminho de abrolhos. Que cada passo custa uma victima, cada desejo um sacrificio, cada aspiração um holocausto? E que importa? E’ preciso, forçoso, salpicar de sangue o caminho, para que funde na mãe-terra; é preciso excavar a propria sepultura para admiração e exemplo dos vindouros; é preciso infundir valor aos timidos para impellil-os de chofre ao cume luminoso do ideal! Só assim se affirma o progresso e se dá livre caminho ás aspirações mais bellas e fulgidas da humanidade. Voltemos as nossas vistas para a Russia, essa Russia triste, fatidica, siberiana... Ali, os homens, antes inimigos, irmanaram-se em estreito e immortal abraço, derrubando a secular tyrannia que os tinha sujeitos ao jugo do barbaro

---

<sup>194</sup> CENTRO LIBERTARIO. “Aos operarios e soldados do Brazil” apud “Os soldados e os operarios – A salvação do povo depende da acção conjuncta dos operarios de farda e de blusa”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

czarismo. Alli, terra de millenarias escravidões, tumulto de iconoclastas, mansão de lagrimas, e dores, reverdeceu a semente da bôa ideia, da causa sacrosanta, e os homens, antes lobos e tigres que se devoravam entre si, desprezaram altivamente o motivo mesquinho que os separava como se fossem de especie distincta. Na Russia triumphou o principio, a ideia, demonstrando ao mundo o que se pôde fazer quando ha uma vontade ao serviço da justiça.<sup>195</sup>

O exemplo russo opera, na lavra deste e de outros autores, como ânimo à ação quando as aspirações têm por base princípios justos: “Um povo em revolta é um povo forte que nada e ninguém pode abater, si as suas aspirações se baseiam nos principios da equidade social”<sup>196</sup>. Não só isto, mas também um gatilho, oriundo das próprias contradições do desenvolvimento capitalista, para a instauração de uma nova ordem social, mais justa e afinada aos referidos princípios igualitários: “E é possível que o *pretexto* russo – a guerra, essa calamidade espantosa que ceifa tantas vidas em flor – se converta tambem em *pretexto* internacional e acabemos de uma vez para sempre com a secular iniquidade que permite a exploração do homem pelo homem”<sup>197</sup>.

As avaliações do movimento grevista, no mesmíssimo periódico, reforçam a argumentação de E. em torno da “Alvorada de esperança”. Ainda que muita dor tenha marcado a “memoravel batalha obreira” – de resultados materiais não muito alvissareiros, aliados às vítimas em seu curso –, o proletariado paulistano, de acordo com o semanário, aparentemente sentiu renascer “com maior intensidade o desejo de proseguir na luta em prol dos seus direitos vilmente conspurcados”. A experiência de luta era passo necessário, mas não único, ao projeto revolucionário dos libertários de *A Plebe*. Junto com ela, neste período de urgência histórica que ensejou o “triumfo do princípio” nas terras russas, cabia o esforço organizativo já em construção:

Tendo-se evidenciado a sua potencia, manifestada num movimento que, mesmo impreparado, chegou a desorientar os arrogantes senhores deste feudo brasileiro, sente agora, mais do que nunca, a necessidade premente de a tornar effectiva e ordenada, capaz de, com vantagem, resistir aos futuros e proximos embates. E para que amanhã não seja novamente apanhado de surpresa e desprevenido por outra agitação reivindicadora, permittindo que a força organizada ao serviço do capitalismo ladrão anulle os seus justos esforços, o operariado, aproveitando a lição de hontem, começa a preocupar-se com a arregimentação de seus consideraveis elementos. Despertando abruptamente de sua enervante apathia por um movimento grevista que tocou as raias da revolta, a classe trabalhadora viu-se, de choffre, collocada diante da tremenda realidade de sua impreparação, entregue a si mesma, desprovida inteiramente de qualquer organismo de resistencia e de luta, e tendo, dessa forma, de sustentar uma formidavel e desigual batalha com os fortes

---

<sup>195</sup> E. “Alvorada de esperança”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>196</sup> Idem.

<sup>197</sup> Ibidem.

elementos defensores dos argentarios. A dura experiencia fazendo, portanto, com que o proletariado descortinasse novos horizontes na vida social, estimulou-o a trabalhar, com a precisa urgencia, pela obra tendente á emancipação de sua classe, sempre oprimida e explorada. Nota-se agora um animador interessamento pelo trabalho da organização operaria. Ao lado das velhas sociedades de resistencia, que estão sendo revigoradas, resurgem outras, ha tempos abandonadas, assim como vemos, com satisfação, constituirem-se mais alguns dessas baluartes da phalange obreira. [...] No mais breve espaço de tempo possivel toda a classe trabalhadora, tanto daqui como das cidades do interior, precisa estar associada em seus syndicatos de classe ou em ligas operarias, vinculadas, depois, entre si, em uma potente federação geral. Mãos á obra, pois! Nada de hesitações. Urge aproveitar a boa disposição deixada pela victoriosa greve geral. Não nos esqueçamos de que os inimigos da classe trabalhadora apenas recuaram para se preparar mais fortemente e impor novas explorações e tyrannias.<sup>198</sup>

Avaliam os redatores que há maior aceitação de sua propaganda entre setores da classe trabalhadora até então avessos à sindicalização e outros esforços organizativos: “A greve geral teve o efeito de um toque de alarma”. Noticiam, assim, as atividades das seguintes associações: Liga Operaria da Moóca, Liga Operaria do Belênzinho, Liga Operaria da Lapa e Agua Branca, Liga Internacional dos Marcineiros, União dos Alfaiates, União dos Pedreiros e Serventes. Cumpria organizar, dos setores que demonstraram combatividade mas sem associação, os sapateiros e pintores. Ainda que o texto trate especificamente dos operários paulistanos, o sétimo número de *A Plebe* está recheado de notícias referentes a movimentos paredistas em todo o país. Há referência aos centros vizinhos de Santos, Campinas, Sorocaba, Piracicaba, e um pouco mais longinquamente, Belo Horizonte e Paraná. A capital federal também é objeto de atenção, em texto aberto com as considerações do correspondente Astrojildo Pereira, que as assina com a tradicional Astper:

O esplendido movimento paulista repercutiu fundamente neste marasmo carioca, retesando energias adormecidas, afiando vontades amollentadas, reaccendendo entusiasmos apagados. A idéa da greve logo se alastrou, tomou vulto, e vai concretizando-se, classe a classe, num irresistivel impulso. Marceneiros, sapateiros e constructores civis abandonaram já, quase totalmente, o trabalho, esperando-se a todo o momento adhesões dos alfaiates, dos graphics, dos padeiros, tecelões, dos cigarreiros, e outros e outros. A policia do sr. Aurelino acobardada diante da massa crescente dos grévistas, substituiu o arreganho ameaçador pelo meio-riso amarello da decepção, e declara-se disposta a respeitar o direito de greve, como se esse direito lhe fosse pedinchado, ou dependesse das circumvoluções arbitrarías do craneo aureliano. O Sr. Venceslau, descido apenas das furtivas pescarias em Itajubá, manda publicar nas folhas que está muito interessado pela sorte dos operarios, e ha de influir nas camaras pela passagem immediata dos projectos de leis referentes ao trabalho; A imprensa toda, esta deslavada negociante da letra de fôrma, que vive a affirmar a não existencia, no Brazil, da questão social, agora se relambe e se agacha, e alinhava a pulhice bajulatoria que a penna venalissima distilla, tremula e caguincha, em favor das reclamações proletarias... É a victoria integral e soberba da acção

---

<sup>198</sup> “O melhor resultado da greve geral – O operariado de S. Paulo dispõe-se á actividade associativa”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

operaria exercida com energia, directamente e altivamente, sem intermediarios, nem chefes, nem mandantes. E é o prenuncio revelador, de uma proxima acção mais ampla e mais completa, que ponha um termo final a esta éra infame do ouro burgez.<sup>199</sup>

Em texto vindo a lume novamente em *A Plebe*, uma semana depois de “Alvorada de esperança”, Antonio Abranches, com o sugestivo título “A grande guerra”, não só denunciou os malefícios do conflito que vinha sendo combatido por expressivos setores do movimento operário desde antes de sua eclosão, como também aproveitou o ensejo para conclamar à guerra contra as instituições vigentes, tendo por fim “a redemptora sociedade Anarchista”:

Tres annos de guerra. Tres annos de luto. Tres annos de miseria. Tres annos de angustia e sofrimento. Cidades destruidas. Campos devastados. Museus e escolas incendiados. Populações inteiras desaparecidas. Tudo isto praticado em nome do estúpido e odioso preconceito patriótico! Eis ao que a canalha burgueza e governante reduziu quasi toda a Europa. Crimes sobre crimes. Em toda a parte tem sido esse o papel das classes dominantes. Basta de massacres. Basta de torturas. Basta! Basta! E’ este o grito que de todos os lados se começa a ouvir. O povo não pode continuar a supportar as miserias, as infamias desta sociedade vil e criminosa que tanto o tem aviltado e escarnecido. E’ preciso, é necessario que quanto antes se ponha termo a este estado de coisas. Que cada combatente, que todas as victimas deste regimen maldicto se preparem para, ao primeiro signal de alarma, saberem o que têm de fazer. Nada de vacillações. O momento não as comporta. De acção energica e decisiva é que se quer. Façamos tambem a *nossa* guerra, a única humana e justa. Queimemos os nossos cartuchos, não contra os proletarios de outros paizes, mas contra os velhacos exploradores que nos infelicitam, roubam e opprimem. Derrubemos as actuaes instituições, causa dos males que acabrunham a humanidade soffredora, e estabeleçamos a redemptora sociedade Anarchista. Que por ella lutem e se sacrifiquem é dever de todos os explorados.<sup>200</sup>

É nesse quadro de crescimento da difusão de imagens dramáticas aliadas a conclamações revolucionárias que um texto como “O regimen de fome – Imitemos a Russia”, citado nas páginas anteriores, faz sentido. O autor destacou a necessidade de um partido neste quadro de agitações operárias em avanço, em uma conjuntura que se mostrava francamente aberta aos avanços à derrocada da ordem vigente. Nesse sentido é que, no mesmo número e na mesma página de *A Plebe* onde foi estabelecido o diagnóstico acima, é veiculado um chamado para o Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, fruto de “premente necessidade” e “maxima urgencia” à ação conjunta:

---

<sup>199</sup> ASTPER. “A greve no Rio – O movimento tomou grandes proporções”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>200</sup> ABRANCHES, Antonio. “A grande guerra”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 08. São Paulo: 04/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

Preparem-se todas as associações obreiras e avançadas.

O grande movimento obreiro que está agitando o elemento proletario do Brazil, evidencia a necessidade de serem, com a maxima urgencia, estabelecidas as bases de uma acção conjuncta entre todas as sociedades operarias, agremiações libertarias, centros socialistas e de estudos sociaes existentes no paiz. Attendendo a essa premente necessidade, o Comite de Defeza Proletaria vae promover um congresso geral de toda a nossa vanguarda social. Que todas as agremiações obreiras do paiz realizem immediatamente os trabalhos necessarios para nelle se fazerem representar.<sup>201</sup>

O mesmo chamado a “todas as associações obreiras e avançadas” foi reproduzido no quinto número de *O Debate*, publicado no Rio de Janeiro<sup>202</sup>. O sentimento de urgência reproduzido na convocação ao Congresso geral da vanguarda social do Brasil era algo disperso nas páginas de *O Debate*, assim como nos já vastamente citados textos de *A Plebe*. A sua avaliação do movimento grevista – “E’ o povo do Brazil inteiro que reage contra a fome, que protesta contra a insaciavel ganancia patronal, que brada contra a série de mãos governos a que esta terra tem estado entregue e de cujas sorpresas e rapinagens tem sido victima imbelle” –, no mesmo número do periódico, é sintomática:

O povo já não nutre illusões sobre as panacéas theoricas que o Congresso, com uma fecundidade de ratos, dá á luz annualmente. E, quando á consciencia da inutilidade absoluta da volumosa legislação que possuimos, se junta, como no actual momento, a fome, essa formidavel mola propulsora das grandes convulsões sociaes, é difficil admittir que as mézinhas de ultima hora, em que os pseudo-representantes da Nação, apavorados, julgam ter encontrado o remedio heroico para debellar o mal, possam realisar o milagre que a história, através dos seculos, ainda não registrou. Quando essa grande força reivincadora tem chegado ao momento de actuar, é impossivel opporem-se-lhe obstaculos. Ella os esmagará, como um grande rôlo compressor.<sup>203</sup>

Esta convocação surtiu efeitos. Veiculada originalmente em *A Plebe*, foi nas páginas do semanário paulistano que foi noticiado o recebimento de interesses os mais variados na sua realização, bem como a articulação do núcleo editor de *A Plebe* com a COB para a sua consecução:

Por communicações recebidas de diferentes pontos do paiz, sabemos que tem produzido a melhor impressão a iniciativa da realização de um congresso da vanguarda social de todo o Brazil. Esse congresso, como dissemos já, vai reunir-se, provavelmente, em outubro, no Rio de Janeiro, a elle devendo comparecer os representantes de todas as associações operarias existentes no Brazil, como todos os elementos avançados socialistas, anarchistas, centros de estudos sociaes, etc.

<sup>201</sup> “Para uma acção conjuncta – Congresso geral da vanguarda social do Brazil”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 08. São Paulo: 04/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>202</sup> “Congresso geral da vanguarda social do Brazil”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 05. Rio de Janeiro: 09/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>203</sup> “O movimento grévista”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 05. Rio de Janeiro: 09/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 7.

Podemos acrescentar que é intenção da Confederação Operaria Brasileira, que tem a sua séde no Rio, aproveitando a oportunidade que lhe offerece o congresso, reunir num convenio os representantes das associações operarias e com elles estudar a melhor maneira de serem reactivados os seus trabalhos de propaganda e organização.<sup>204</sup>

É significativo que, na mesma edição de 18 de agosto, também tenha sido veiculado “O projecto das bases de accordo da Federação Operaria”<sup>205</sup>, referente à tentativa de reorganização da FOSP, cujas atividades findaram em 1913. A chamada – gestada a partir dos esforços do Centro de Defesa Proletária – não só tem teor noticioso, mas também poderia sugerir certo ânimo nas leitoras e leitores: “Em pleno despertar – Proseguem os trabalhos de organização”. Não há o que estranhar em tais interpelações. A vida associativa estava em crescimento vertiginoso. Em São Paulo, se pouco depois da greve geral, menos de um mês antes da publicação do projeto das bases de acordo, já era noticiada a constituição de numerosas ligas operárias especialmente nos bairros de maior concentração operária, só no mês de agosto são constituídas – ou reconstituídas – ligas operárias de orientação anarquista também nos bairros do Cambuci, Bom Retiro, Brás e Vila Mariana; em numerosos centros do interior paulista (São Roque, Piracicaba, Sorocaba e Bauru)<sup>206</sup>. No que toca o cenário mais amplo que o Estado de São Paulo, as próprias páginas de *A Plebe* registram um destacado movimento grevista na cidade gaúcha de Pelotas, por exemplo<sup>207</sup>. Em um espaço de menos de duas semanas, portanto, são publicadas as bases de acordo e efetivada a reativação da Federação Operária de São Paulo, no bojo dessa intensa atividade<sup>208</sup>.

É nessa mesma intensificação das atividades associativas que conduziu à reconstituição da FOSP que podem ser compreendidos os esforços em torno do Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil. Ao lado da notícia sobre o Convênio Operário realizado no Salão Germinal, em São Paulo no dia 26 de agosto, no qual a Comissão Executiva do Comitê de Defesa Proletária e mais 63 representantes de um vasto número de agremiações ratificaram as bases de acordo que enfim reconstituíram a Federação Operária<sup>209</sup>, há uma

---

<sup>204</sup> “Congresso geral da vanguarda social do Brazil – Um convenio da Confederação Operaria Brasileira”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>205</sup> “Bases de accordo da Federação Operaria de S. Paulo”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

<sup>206</sup> “Despertando para a luta – O operariado está em plena actividade”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

<sup>207</sup> “A greve no Sul – Pelotas foi teatro de graves occorrencias”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>208</sup> LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000. pp. 142-143

<sup>209</sup> “Actividade animadora – Desenvolve-se o movimento do proletariado”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 12. São Paulo: 01/09/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.



breve coluna sobre as manifestações de interesse dos militantes do Rio de Janeiro na efetivação do Congresso Geral. O assunto repercutia nas sessões da Federação Operária do Rio de Janeiro, onde era ressaltado “que o Congresso deve ser convocado com mais tempo de antecedência para que possa ter o êxito necessário”<sup>210</sup>.

“[...] a chamada de um congresso restrito às “vanguardas” revolucionárias, por si só demonstra que os anarquistas estavam dispostos a fazer avançar um projeto revolucionário, contando com a participação de outras correntes políticas, não restrito ao seu círculo e ao sindicalismo” [OLIVEIRA, 2009, p. 114] “A tentativa não chegou a ser concretizada, mas esta foi o primeiro intento de dar um caráter mais orgânico a uma onda de mobilizações que estava ocorrendo em vários pontos do país, mas que não era coordenada para um objetivo comum. É difícil afirmar, com tão poucas evidências, que este primeiro *projeto* que se levantava para além dos limites locais tivesse um caráter revolucionário, mas é bem provável que as alternativas para fazer com que a Revolução Social se concretizasse fariam parte dos debates do Congresso caso ele fosse realizado.” [BARTZ, 2014, p. 129]

Para além dos propósitos revolucionários dos militantes organizados do movimento operário, mas em relação com estes propósitos e com toda a agitação de massas que lhes dava estofo, um problema diretamente relacionado com a vida de toda a classe que representavam e com a luta por esta assumida se colocava: a legislação operária.

---

<sup>210</sup> “O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brasil – Os militantes do Rio tratam com interesse da feliz iniciativa.”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 12. São Paulo: 01/09/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

### **CAPÍTULO III - A situação dominante: aurora oligárquica, gestação burguesa e uma questão no ar**

#### 3.1 A aurora oligárquica: afirmação de uma *forma mentis*

“Quanto à incorporação do proletariado à sociedade, devo dizer-vos que considero esta uma questão capital para a República. A República é o regime do bem público: o bem público é preparado pela própria sociedade cuja principal parte é formada pela massa enorme de proletários, que concorre como principal elemento de produção para formação da riqueza pública. É o proletariado quem aproveita e modifica os produtos materiais adaptando-os às necessidades humanas. Pois bem, é essa classe da sociedade menosprezada até hoje que mais atenção deve merecer do governo. Não podemos, sem dúvida nenhuma, organizar, desde já, o definitivo, mas visando aproximar-nos gradual e continuamente do ideal a que todos aspiramos, procuraremos adotar soluções oportunas para que o proletário não tenha um trabalho excessivo e perturbador de sua atividade física; para que ele possa constituir família e possuir domicílio próprio, bases de toda a moralidade; bem como para que tenha lazeres imprescindíveis à cultura do seu coração e da instrução de seu espírito, a fim de saber cumprir seu dever.” [DIÁRIO OFICIAL RS de 14 de fevereiro de 1889. IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 24-25 – VER GRAFIA ORIGINAL;

É documento de autolegitimação do regime objetivado – incorporação do proletariado à sociedade moderna significa *disciplina* do operariado à sociedade moderna (almejada): a incorporação enunciada objetiva inscrever o proletariado nas *bases da moralidade, a fim de saber cumprir o seu dever* (está explícito *qual é esse dever?*)

Após este trecho, que deve secundar uma breve comparação dos programas dos PRs, trazer a lume *A Questão Social* (1903), da lavra de membro do IHGB, discutindo justamente a composição social e sentido político do instituto e o que este pode ter se alterado com o novo regime e como isso se expressa no texto em análise, para além da discussão em si do programa econômico e de disciplina do trabalho ali contido.

“A crise social é muito complexa e a sua solução independe da ação governamental.

A crise que tanto apavora o órgão coligado arranca do fundo da idade moderna e origina-se da falta de devotamento dos patrões para com os operários, explorados

barbaramente, e também, de um certo modo, das pretensões exageradas de certa parte do proletariado.

Nem a fórmula socialista, nem a comunista, satisfazem as condições do problema, que só poderá ser resolvido mediante um acordo entre os interessados, sem a menor intervenção do governo, mediante uma transação digna em que ambas as partes cedem algo para tornar-se possível a harmonia industrial.

O Estado nada tem a ver com isso. O Estado moderno não tem crenças. Assim como não tem religião, ele não deve seguir esta ou aquela orientação filosófica ou esta ou aquela doutrina social. A posição que lhe compete é a da neutralidade perfeita. Manter a ordem material e punir as suas infrações, eis a função do poder público no período que corre.” [A FEDERAÇÃO. “O Estado e a crise social” (09 de junho de 1891). IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 25-26 – VER GRAFIA ORIGINAL; texto escrito em resposta às críticas de *A Reforma* ao regime republicano, responsabilizando-o pela referida *crise social*: a harmonia industrial é o objetivo enunciado, a qual seria a solução para o *profundo* problema *moderno* – o seu fundamento reside tanto na exploração *bárbara* (portanto, oposta a qualquer padrão tido como *civilizado* – o que era, então, *cultura* e *civilização*; vale pensar na definição de sociedade *polida*) quanto nas pretensões *exageradas* (o que seria uma pretensão *adequada* da parte do proletariado?); em qualquer caso, *o Estado não deve interferir* (ente neutro, acima de crenças e com o explícito objetivo de *manter a ordem material*)]

“O peso da tarifa recai especialmente sobre consumidores mais abastados. O mal-estar do operário no presente é, por esse lado, pequeno e passageiro, ao passo que um grande bem, proveito inegável lhe adveio do vigente sistema de impostos sobre os gêneros importados.

A indústria protegida eficazmente firma-se; o trabalho nacional favorecido concorre com o estrangeiro e o vence. Em vez da mesquinha condição de outrora, em que muitas vezes, sem ter o que fazer, cruzavam os braços desesperados e impotentes, enquanto os filhos gemiam de fome, os proletários vêem hoje a mão-de-obra reputada, as fábricas abrindo-se, florescendo os existentes e proporcionando-lhes trabalho e pão.

O transitório sacrifício que fazem é largamente compensado, e amanhã deixará de existir, porque as indústrias que se estabelecem suprirão em breve, a preços reduzidos e ao alcance de todos, o necessário, aqui mesmo fabricado.” [A FEDERAÇÃO. “O Estado e a

crise social” (09 de junho de 1891). IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. p. 27 – VER GRAFIA ORIGINAL; texto escrito em resposta às críticas de *A Reforma* ao regime republicano, responsabilizando-o pela referida *crise social*: a elevação das tarifas, malgrado o encarecimento do custo de vida dos operários, *garante demanda de trabalho* – seria “o grande bem”, muito superior ao “mal-estar do operário [...] pequeno e passageiro”, o próprio *emprego* (entendido este enquanto *escola* e *disciplina* próprios à incorporação da classe na sociedade moderna)? RETOMAR A DISCUSSÃO ANTERIOR SOBRE TARIFA E PRODUÇÃO; rever os parágrafos seguintes]

“Um dos maiores e mais importantes benefícios que se podem fazer aos homens e, em especial, à classe popular, é inspirar-lhes o amor do trabalho: mostrar-lhes a sua utilidade, as suas inapreciáveis vantagens, os seus felizes resultados; fazer entrar esse assunto, como parte essencial, no plano de instrução das primeiras escolas.

O trabalho é o destino comum de todos os homens que existem sobre a terra. [...]

O trabalho não deslustra, antes enobrece e exalta a dignidade do homem. [...]

O trabalho fixa, e ao mesmo tempo entretêm, a inquieta atividade do homem, regulando-a e desviando-a de perigosos extravios e excessos, cativa-lhes os sentidos, e os submete a um regime salutar. Os exercícios do trabalho previnem ou acalmam as agitações da fantasia, dissipam seus vãos prestígios e extravagantes quimeras, trazem o homem ao conhecimento do positivo, do útil, ao país das realidades. [...]

A estatística dos crimes mostra que as classes laboriosas são proporcionalmente as que menos figura fazem no odioso e abominoso quadro das maldades humanas.

O trabalho é também uma escola de resignação, porque nos ensina e lembra a nossa dependência, corrige e castiga o nosso orgulho e vaidade, conduz-nos à consideração dos nossos deveres e da nossa comum sorte, e é um longo e contínuo comentário daquela verdade capital, que define a vida humana como um tempo de sofrimento, e como uma grande preparação para outro melhor estado. [...]

o homem amigo do trabalho é essencialmente interessado na conservação da boa ordem pública, porque dela depende a posse e gozo pacífico dos frutos da sua indústria.” [RIO GRANDE DO SUL ILUSTRADO. “A doutrinação do trabalho” (Rio Grande: 1910, p. 4). IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 28-29 – VER GRAFIA

ORIGINAL; trabalho, disciplina e *boa ordem pública*: o quanto esta discussão pode ser relacionada com os esforços de Elysio de Carvalho em torno da constituição de uma polícia científica (este tema mesmo, bastante relacionado com o problema de constituir uma sociedade *polida*), bem como com considerações bibliográficas em torno da disciplina do trabalho (ver refs em NUNES e Ramone)?]

“Do mesmo modo que em 1914, pesa-me não ser possível ainda vos descrever um cenário social menos sombrio e livre da opressão do fatalismo honorífico que continua a dilacerar a humanidade numa luta como nunca houve igual. A sua repercussão em nossa vida coletiva agravou-se também com a extensão que teve a guerra.

Rompeu-se o equilíbrio universal entre a produção e o consumo a esta única anomalia basta para comover a ordem econômica e gerar as mais graves desordens.

Continuamos assim sob o seu império acabrunhador do qual é efeito econômico o encarecimento geral da subsistência humana e do qual resulta o mal-estar que agita a sociedade, especialmente o proletariado.

São necessariamente as classes inferiores as mais vitimadas em tais circunstâncias, porque são as que ganham menos e vivem mais expostas às desproporções frequentes entre os salários e os preços crescentes dos víveres.

Ainda recentemente a greve generalizada do operariado brasileiros veio descortinar às claras a sua existência aflitiva e patentear a justiça das suas queixas e reclamações.

Desde o começo da guerra, prevendo o curso desses acontecimentos, não hesitei em restringir prudentemente a exportação de um dos gêneros de maior consumo, o feijão preto, que tendia a escoar-se desmedidamente e a encarecer na mesma proporção.

Por ocasião da greve nesta capital verifiquei a necessidade imediata de suspender a exportação do trigo e fiscalizar a exportação e o consumo de outros gêneros alimentícios de modo a ficar habilitado a prover com segurança sempre que for mister.

A par dessas medidas aumentei os salários dos proletários a serviço do Estado e por uma ação harmônica e solidária com o governo municipal e com o comércio e indústrias, nesse e noutros pontos, restabeleceu-se a tranquilidade geral e uma satisfatória situação para as classes trabalhadoras.

Encarando assim esse grave problema e adotando resolutamente as soluções indicadas, segui o exemplo de muitos países bem organizados e obedeci ao influxo da sã política republicana, baseada na moral positivista. A luz dos ensinamentos de A. Comte, cumpre

afinal promover definitivamente a incorporação do proletariado na sociedade moderna e considerar a equivalência da subsistência e não como recompensa do trabalho humano, que não comporta nem exige nenhum pagamento propriamente dito, mas o reconhecimento devido.” [Mensagem do Presidente Antonio Augusto Borges de Medeiros à Assembleia de Representantes do Estado (1917). IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 306-307 – VER GRAFIA ORIGINAL; atenção no último parágrafo; comparar com eventuais mensagens de outros governantes e se possível discussão na Assembleia]

[iniciar pelo contraste entre o ruído produzido pelo proletariado já afirmando-se como classe c. 1919 e o caráter ainda débil das organizações burguesas, que então passam a reagir com maior vigor – impõe-se a tarefa política de organização] [Documentos de classe: CARONE; FAGUNDES e PESAVENTO] [Aristides Lobo; Constituição de 1891] [Positivismo e liberalismo no Brasil: qual o seu sentido neste solo histórico? inspirar-se em Schwarz e Bosi]

A classe trabalhadora organizada no Brasil demonstrava, ao final dos anos 1910, ânimo e força. Os antípodas da agitação não podiam mais fazer ouvidos moucos ao problema. Algumas certezas muito próprias ao período de consolidação da hegemonia oligárquica inevitavelmente sofreriam certo abalo – como, de resto, verificava-se em tantos outros espaços, marcados por distintas situações, cujos fundamentos de ser eram postos em xeque no bojo da Grande Guerra.

Não haveria mais espaço tão seguro para a típica fé no progresso que caracterizava os positivistas, tampouco para a orgulhosa certeza da construção de um regime político sólido e próspero desde a transformação republicana em 1889, como expressos pelo articulista Arthur Toscano, em texto publicado em outubro de 1910 no órgão do Partido Republicano Rio-Grandense, *A Federação*. O autor do artigo discutia a trajetória daquele que fora um “paiz rotineiro” para “uma nação capaz de governar-se por si, forte e respeitada, rica e rejuvenescida pelas mais extraordinárias reformas políticas e sociaes”. Prognosticava, diante de tão alvissareira avaliação, que nada poderia abalar os fundamentos da República:

Vinte e um annos da Republica deram-nos consciencia da nossa força; desvendaram largos horisontes á nossa actividade e accenderam dentro de nosso peito uma fé vivissima e decidida constancia para as luctas pacificas do progresso. Nesses vinte e um annos, transformámos um paiz rotineiro, enfraquecido por luctas estereis; pela centralisação esterilisação de todas as forças vivas das velhas provincias; amarrado á realza pela ambição dos pequenos regulos regionaes – fizemos desse paiz uma

nação capaz de governar-se por si, forte e respeitada, rica e rejuvenescida pelas mais extraordinárias reformas políticas e sociais... E tudo isso o Marechal Hermes pôde mostrar, em síntese, sem exageros, dentro de uma justa medida de desvanecimento patriótico e cheia de sobriedade, que põe a tela em maior relevo. Porque a verdade é que o Brasil não tem a resolver mais nenhum problema dos que interessavam à segurança da sua existência institucional, nem se arreceia dos combates da pavorosa questão social, que enfraquecem alguns países do continente europeu, fazendo periclitarem a ordem e o regime por eles adoptado. A República, até enraizada no amago da Nação, irmanou-se, fundiu-se nella, e nenhuma crise política, seja qual for a intensidade de que se revista, terá poder capaz de abalar-a nos seus fundamentos.<sup>211</sup>

Era compreensível a confiança na estabilidade do regime. Anunciavam-se já sinais “dos combates da pavorosa questão social”, ainda que nada capaz de configurar uma crise de intensidade apreciável. Não obstante, cabe lembrar que, com atenção no pleito onde foi eleito o citado Marechal Hermes – dotado “de uma justa medida de desvanecimento patriótico e cheia de sobriedade” –, Edgard Carone já observou alguns fatores de novidade histórica que se manifestavam por ocasião da Campanha Civilista:

a ruptura das cúpulas faz com que estes Estados apliquem toda sua potencialidade econômica e política na disputa eleitoral; o enfraquecimento da máquina coercitiva governamental permite nova explosão das camadas populares urbanas; e Rui Barbosa apresenta pela primeira vez um programa governamental, naturalmente só de caráter reformista.

O suficiente para o historiador identificar no movimento um “aspecto nacional e popular”<sup>212</sup>. À frente da disputa, apareciam os mesmos protagonistas das últimas cenas políticas: os até então aliados estados de São Paulo e Minas Gerais. A divergência em torno de quem deveria ser o candidato à sucessão presidencial, foi oportunidade suficiente para a manifestação popular e, especialmente, de algumas demandas de alteração no jogo político – ainda que de caráter limitadamente reformista. O ineditismo de tais elementos em uma eleição nacional não é de somenos importância.

Quase um ano depois da publicação da crônica política de Arthur Toscano, diagnóstico um tanto distinto figurava também nas páginas de *A Federação*. Agora sob a lavra de Victor de Brito, os comentários possuem abrangência ligeiramente maior que o texto antes citado. O objeto de atenção, no artigo em tela, é a questão social e o operariado. É identificada pelo autor a presença expressiva na produção literária e científica da referida “questão social”, tema ao qual convergem atenções várias, as quais são inventariadas no artigo a partir dos

---

<sup>211</sup> TOSCANO, Arthur. “Chronicas politicas”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 22/10/1910. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno XXVII, n. 245. p. 1.

<sup>212</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., 1969. p. 228.

distintos ângulos com que apreciam então o problema: “*metaphysica sociologica; psychologia social; socialismo; sciencia positiva*”. Para Brito, um tema que parte de uma concórdia – o “sentimento de reprovação ao estado actual da sociedade” – com causa clara:

Quaesquer, porém, que sejam os pontos de controversia em doutrina, a verdade é que todos, economistas, socialistas ou positivistas, confraternizam no sentimento de reprovação ao estado actual da sociedade, que, havendo atingido o mais alto grau de cultura de que ha exemplo na historia da civilisação, todavia se mantém, mais do que nunca, separada em dous campos oppostos, o capitalismo e o militarismo de um lado, e o trabalho, do outro. Todos se irmanam no campo neutro da moral, em face da injustiça social triumphante pela supremacia do direito da força sobre a força do direito, e todos concordam que esse estado de coisas é incompativel com as legitimas aspirações do espirito humano, e que a sua continuação causará inevitavelmente a catastrophe da civilisação actual. Nessa lucha de classes, actualmente empenhada entre a burguesia capitalista, monopolisadora das industrias e o militarismo, unico apoio dos governos despoticos, dos thronos europeus e salvaguarda dos privilegios dos plutocratas, de um lado, e do outro, o proletariado, que é a massa immensa das sociedades millenariamente condemnada pelos potentados ao anonymato no convívio humano; nessa lucha se encerra toda a historia da humanidade.<sup>213</sup>

As civilizações da Antiguidade Clássica, constata o autor do artigo, apesar de serem “[...] o berço das mais bellas doutrinas philosophicas e moraes”, assim legando os “[...] mais sólidos fundamentos das sociedade hodiernas”, pereceram pois: “[...] conservaram sempre um vicio de origem, o privilegio de classe, a hegemonia do dinheiro e a insaciavel ambição do imperialismo, factores da concorrência social demasiado aspera que, de seculos, excluire da sociedade multidões de proletarios e milhões de escravos”. A situação de exploração e anomia descrita por Victor de Brito levou esta infinidade de oprimidos, conclui, a assistir com indiferença a investida bárbara contra a civilização daqueles que os exploravam.

O essencial em seu texto, contudo, é o que toca explicitamente ao mundo contemporâneo, inaugurado em 1789, quando “*duas classes apenas*”, irmanadas, voltaram-se contra a “*nova physionomia*” social de que eram parte, a sociedade do medievo. Um novo quadro então se inaugurava, quadro este marcado pela contradição que é o objeto direto seu e dos positivistas que se articulavam em torno do veículo em que publicava:

Hoje a burguezia é o industrialismo, é o capitalismo, em lucha com o proletariado, na medonha concorrência que vai travada entre o capital e o trabalho, entre o operario e o capitalista. Ao operario de hoje deram-lhe a liberdade, decretaram-lhe a igualdade e a fraternidade. Mas o trabalho passou a ser um objecto de compra e venda, e o operario se vê reduzido á necessidade imperiosa de vender á machina o seu trabalho diario pelo dinheiro, nem sempre sufficiente para a sua subsistencia e da sua familia,

---

<sup>213</sup> BRITO, Victor de. “A questão social e o operariado”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 09/10/1911. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno XXVIII, n. 233. p. 1.



sujeito á contingencia de ficar sem pão e sem abrigo, quando o seu suor não mais fôr necessario ás conveniencias do patrão. A falta de trabalho, o *chômage*, quer dizer, as tristezas, as lagrimas no lar, um impulso mais forte para o vicio, um novo incitamento para o crime, o odio cavando-se mais fundo contra a ordem social: eis o pesadello do problema actual do proletariado.<sup>214</sup>

“Nesses conceitos, pertecentes a Colins, um dos grandes vultos do socialismo moderno, se encerra um aviso salutar á burguezia, incontestavelmente a verdadeira responsavel pelo estado anarchico da civilização occidental.

Se aos conceitos de Colins acrescentarmos que esse accordo não pode dispensar o preparo moral das massas populares, porque sem elle não ha organização social duradoura – teremos encontrado a melhor, a mais favoravel das soluções para a questão social.

E quando – como consequencia dessa educação moral permittindo ao homem uma consciencia mais clara sobre a sua função social – chegar o dia em que capitalistas e operários comprehendam que, uns e outros sendo membros da mesma familia humana, a lucha que os separa em dous campos inimigos só pode terminar, quando no espirito de todos se firmar a convicção de que o trabalho e o capital são factores sociaes, mas que o trabalho, isto é o operario, é o factor social por excellencia, o grande gerador das riquezas, porque o capital, o verdadeiro capital não é, na sua origem mais do que o producto do trabalho; só então desaparecerá a greve, porque terá perdido toda razão de ser.” [BRITO, Victor de. “A greve”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre, 18 de novembro de 1911. N. 265. p. 1]

Menos de dez anos depois da publicação do artigo “A greve”, a paralisação do trabalho seguia tendo a sua razão de ser, a julgar pela própria ação da classe trabalhadora. Não apenas a greve; Francisco Foot Hardman e Victor Leonardi observaram que, no referido período, o proletariado brasileiro já havia realizado congressos nacionais, bem como a criação da Confederação Operária, como visto antes. Relembraem isso tendo em vista salientar “a fraqueza da burguesia nascente”<sup>215</sup>. Marisa Saenz Leme, com quem dialogam, ressalta o seguinte quadro em 1919: “já neste momento, o operariado acha-se mais organizado do que o patronato. São 368 associações operárias espalhadas por todo o território nacional. A concentração maior, todavia, é no Distrito Federal, que conta com 111 entidades operárias. No Estado de São Paulo existem 49 dessas associações, sendo 10 na Capital”<sup>216</sup>.

---

<sup>214</sup> Idem.

<sup>215</sup> HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (das origens aos anos vinte). São Paulo: Editora Global, 1982. p. 101.

<sup>216</sup> LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 10.

A disparidade organizativa não é apenas numérica; enquanto as organizações operárias eram responsáveis por vultuosas ações, as entidades patronais tinham por limite seja a organização a partir de um determinado setor fabril, seja a delimitação geográfica de alcance meramente regional. Fato verificado nas associações *civis* dos empresários, não é diferente do que ocorria na representação *política* da mesma categoria.

Não apenas a sua representação, mas a sua ação e reivindicação política dá indícios das condicionantes históricas da classe. É bem salientado pela historiografia a complementaridade de interesses entre os setores ligados à indústria e comércio e os setores agrários. Nestes, anteriores e com maior peso histórico no período, encontram-se algumas das determinações fundamentais do processo de lutas que se desenvolvia.

A gênese dos Partidos Republicanos é um caminho fundamental para traçar a ação política de uma oligarquia que, em dado momento dominante na economia, torna-se também dirigente na política. Vale a pena atentar ao momento apoteótico de sua atuação.

São bem conhecidas as palavras do senador Aristides Lobo referentes ao episódio da Proclamação da República nas quais expressa o seu desconcerto diante da inexpressiva “colaboração do elemento civil” ao novo governo que se instituiu. Para o “advento da grande era” que almejava, foi “um degrau”, mas certamente nada muito profundo. Esta percepção decorre do fato que, ainda segundo as suas palavras: “O povo assistiu àquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditavam sinceramente estar vendo uma parada”. [IN: *A Primeira República*. pp. 288-289:]

Para além de qualquer intenção individual malograda de Lobo em torno da falta de participação popular no episódio, ocorre que o processo político se deveu às aspirações de uma classe social específica, com o apoio dos braços militares (daí a aparência de “parada” nos eventos de 15 de novembro), a qual vinha em desenvolvimento e ascendia ao posto que tinha por consciência ser seu de direito:

A implantação da República é gesto de uma classe, reivindicação de um grupo em desenvolvimento, que luta contra as formas coercitivas de um predomínio político, jurídico e social ultrapassado. As alianças ocasionais, que surgem no correr dos primeiros anos do novo regime, são logo superadas, porque esta classe tem consciência e capacidade para governar o país sozinha. A Primeira República é o período em que os senhores do café ascendem ao poder, alcançam sua plenitude e depois declinam para seu ocaso.<sup>217</sup>

---

<sup>217</sup> CARONE, Edgard. *A Primeira República* (1889-1930). Texto e contexto. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. p. 288.]

Esta ação de classe remonta ao *Manifesto Republicano* de 1870, do qual Aristides Lobo é o segundo signatário. Não é isolada, seja em termos nacionais, seja no que toca os países vizinhos. O historiador Marcello Carmagnani esboçou um relevante panorama geral da América Latina no período anterior a 1889 – a partir de então, abre-se a “idade de ouro da oligarquia” –, fase inicial da hegemonia oligárquica, quando o seu projeto tem início. Se atento aos elementos de *novidades na continuidade*, no que toca a composição de classes e sua representação política em referência ao período de crise colonial e afirmação dos processos de independência, destaca nisto um fato qualitativamente novo, de ruptura, no que toca a consciência de classe na ação oligárquica a partir de meados dos oitocentos:

es preciso observar asimismo que el comerciante, el propietario de una plantación y el político liberal de mediados de siglo poseen algo nuevo y distinto, algo de lo que sus abuelos y bisabuelos carecían. Existe en cada uno de ellos la neta conciencia de pertenecer a una clase llamada no sólo a dirigir la política, administrar la economía y dominar la sociedad, sino también a proponer a los diversos grupos sociales subalternos, en contraste con lo acaecido hasta entonces, un proyecto referente al futuro del propio país: la gran novedad de este período reside justamente en esta capacidad por parte de la clase dominante de obrar directamente como tal. [...] El período 1850-1880 representa la fase inicial de la hegemonía oligárquica, es decir, de una clase cuyos orígenes son coloniales, que basa su poder en el control de los factores productivos y que utiliza directamente el poder político para aumentar su dominación sobre las restantes capas sociales. Nos hallamos frente a una clase en fase ascendente, capaz de asumir su hegemonía y de minimizar las contradicciones que su dominio pueda generar. Ello significa que, pese a la existencia durante estos años de sublevaciones y revueltas por parte de los grupos subalternos y de tensiones en el seno de las mismas oligarquías, unas y otras pudieron ser superadas.<sup>218</sup>

Se a generalidade do quadro descrito impõe maior atenção às especificidades da situação brasileira, há nesta algo comum às realidades vizinhas: *a consciência da classe dominante de seu dever de operar como tal* – a direção dotada de um projeto. Projeto dotado de contradições, especialmente regionais, se comparadas as dimensões brasileiras com as nações do entorno. Não obstante, em uma discussão sobre ideologia, impõe-se atentar a como percebiam e significavam a sua realidade concreta os atores em tela. E, no que toca o Brasil desta ação política das oligarquias que dominavam diferentes países, os Partidos Republicanos são a sua correspondência organizativa. O seu caráter estadual, como é possível deduzir, reflete a estrutura socio-econômica brasileira do período.

A sua afirmação enquanto classe consciente de uma missão não é algo dado sem algum grau de disputa. No que toca a questão das representações políticas estabelecidas, [quadro anterior: Conservador e Liberal

---

<sup>218</sup> CARMAGNANI, Marcello. Op. cit., pp. 20-21.

Cerca de nove meses após a notícia do final da Guerra do Paraguai, na capa do primeiro número de *A República*, jornal fluminense de propriedade do *Club Republicano*, estava estampado um *Manifesto* que, na posteridade, viria a ser conhecido como *Manifesto Republicano*<sup>219</sup>. O documento, de acordo com a interpretação de Wanderley Guilherme dos Santos, sinaliza uma transformação nos termos dos debates políticos dominantes, até então marcados pela oposição entre centralização e descentralização e pela legitimidade ou não do Poder Moderador e do Conselho de Estado. Mudança não apenas de ideias, mas também de caráter organizativo: já em 1868 o Partido Liberal sofria a dissidência do Partido Liberal-Radical, originando, dois anos depois, o Partido Republicano, responsável pelo *Manifesto* que, ainda segundo Santos, abre a pregação republicana, uma das marcas dos “anos de agonia do sistema sob o qual vivera o país desde 1822”<sup>220</sup>, quando mesmo as velhas questões são temperadas por agitações de caráter novo – marcando problemas que se transformam em questões – como o trabalho escravo e a emergência de militares ciosos de novo papel na política nacional.

Publicado na edição do dia 03 de dezembro de 1870 do referido periódico, o *Manifesto Republicano* é constituído de seis seções:

Aos nossos concidadãos

Exposição de motivos

Processo histórico

O sophysma em acção,

Consenso unanime

A federação

A verdade democratica

---

<sup>219</sup> Heitor Ferreira Lima, em livro menos conhecido dentre sua obra, já atentou para o ano de 1870 – também a partir do fim da Guerra do Paraguai e do aparecimento do *Manifesto Republicano* – como um marco inicial no processo de crise da ordem imperial, dada a emergência de uma série de condicionantes históricas. Instigante é a consideração que recupera de Vicente Cardoso em torno da *formação das nacionalidades americanas* como um processo que então se iniciava: “Os historiadores são acordes, geralmente, em apontar 1870 com o término da Guerra do Paraguai, a formação do Clube Republicano, o aparecimento do jornal *A República* e a publicação do *Manifesto Republicano*, como o ano que marcou o fim do Império e o surgimento dos instrumentos econômicos, políticos e sociais para a implantação da República, entre nós, em 1889, pois, como todas as guerras, aquela não poderia deixar de contribuir para a mutação social, política e econômica da nação. Aliás, Marx já dizia que as guerras e as revoluções são as locomotivas da História [...] amolecido primeiro nos charcos do Paraguai, foi em verdade só depois desse trabalho que o barro americano acabou sendo modelado com a formação dessas nacionalidades americanas”. Cf: FERREIRA LIMA, Heitor. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987. p. 17-18.

<sup>220</sup> SANTOS, Wanderley Guilherme. Op. cit., pp. 36-37.

Em conclusão

Em sua apresentação, os redatores já demonstram a sua preocupação em diferenciar-se de qualquer propósito insurrecional. O seu mote maior, os “interesses da nossa pátria”. Denunciam o caráter ficcional e corrupto do regime político, tendo por proposta uma *revolução moral*, cumprindo a tarefa política de *esclarecimento*:

Como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la. Em um regime de compressão e de violência, conspirar seria o nosso destino. Mas, no regime das ficções e da corrupção em que vivemos, discutir é o nosso dever. As armas da discussão, os instrumentos pacíficos da liberdade, a revolução moral, os amplos meios do direito, posto ao serviço de uma convicção sincera, no nosso entender, para a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria. A bandeira da democracia, que abriga todos os direitos, não repele, por erros ou convicções passadas, as adesões sinceras que se lhe manifestem. A nossa obra é uma de patriotismo e não de exclusivismo, e, aceitando a compartimentação de todo o concurso leal, repudiamos a solidariedade de todos os interesses ilegítimos.

A argumentação é de caráter liberal, com a denúncia não só da ficção e corrupção políticas, mas do fato destas características serem de um *regime de privilégio*, “em síntese, a fórmula social e política do nosso país”, a um só tempo inimigo de conquistas progressivas modernas e fator de desordem social. Apenas duas opções estavam postas, de acordo com a sua lavra – a aurora ou o ocaso:

O privilégio, em todas as suas relações com a sociedade – tal é, em síntese, a fórmula social e política do nosso país –, privilégio de religião, privilégio de raça, privilégio de sabedoria, privilégio de posição, isto é, todas as distinções arbitrárias e odiosas que criam no seio da sociedade civil e política a monstruosidade superioridade de um sobre todos ou de alguns sobre muitos. A esse desequilíbrio de forças, a essa pressão atrofiadora, deve o nosso país a sua decadência moral, a sua desorganização administrativa e as perturbações econômicas, que ameaçam devorar o futuro depois de haverem arruinado o presente. A sociedade brasileira, após meio século de existência como coletividade nacional independente, encontra-se hoje, apesar disso, em face do problema da sua organização política, como se agora surgisse do caos colonial. As tradições do velho regime, aliadas aos funestos preconceitos de uma escola política meticulosa e suspicaz, que só vê nas conquistas morais do progresso e da liberdade invasões perigosas, para quem cada vitória dos princípios democráticos se afigura uma usurpação criminosa, há por tal forma trabalhado o espírito nacional, confundido todas as noções do direito moderno, anarquizado todos os princípios tutelares da ordem social, transformado todas as consciências, corrompidos todos os instrumentos de governo, sofismado todas as garantias da liberdade civil e política, que no momento atual têm de ser forçosamente ou a aurora da regeneração nacional ou o ocaso fatal das liberdades públicas.

“Temos representação nacional?”

Seria esta a primeira condição de um país constitucional representativo. Uma questão preliminar responde à interrogação. Não há nem pode haver representação nacional onde não há eleição livre, onde a vontade do cidadão e a sua liberdade individual estão dependentes dos agentes imediatos do poder que dispõe da força pública.

Militarizada a nação, arregimentada ela no funcionalismo dependente, na guarda nacional pela ação do recrutamento ou pela ação da polícia, é ilusória a soberania, que só pode revelar-se sob a condição de ir sempre de acordo com a vontade do poder.

Ainda quando não prevalecessem essas condições, ainda quando se presumisse a independência e a liberdade na escolha dos mandatários do povo, ainda quando ao lado do poder que impõe pela força não existisse o poder que corrompe pelo favoritismo, bastava a existência do Poder Moderador, com as faculdades que lhe dá a Carta, com o voto secundado pela dissolução, para nulificar de fato o elemento democrático.

Uma Câmara de Deputados, demissível à vontade do soberano, e um Senado vitalício, à escolha do soberano, não podem constituir de nenhum modo a legítima representação do país.

A liberdade de consciência nulificada por uma Igreja privilegiada; a liberdade econômica suprimida por uma legislação restritiva; a liberdade da imprensa subordinada à jurisdição de funcionários do governo; a liberdade de associação dependente do beneplácito do poder; a liberdade do ensino suprimida pela inspeção arbitrária do governo e pelo monopólio oficial; a liberdade individual sujeita à prisão preventiva, ao recrutamento, à disciplina da guarda nacional, privada da própria garantia do *habeas corpus* pela limitação estabelecida, tais são praticamente as condições reais do atual sistema de governo.

Um poder soberano, privativo, perpétuo e irresponsável forma, a seu nuto, o Poder Executivo, escolhendo os senadores e designando os deputados, e o Poder Judiciário, nomeando os magistrados, removendo-os, aposentando-os.

Tal é, em essência, o mecanismo político da Carta de 1824, tais são os sofismas por meio dos quais o Imperador, reina, governa e administra.”

[princípio federativo: inscrito na própria geografia nacional, estabelecido pela natureza, eficácia organizativa demonstrada pela necessidade

“A centralização, tal qual existe, representa o despotismo, dá força ao pessoal que avassala, estraga e corrompe os caracteres, perverte e anarquiza os espíritos, comprime a liberdade, constrange o cidadão, subordina o direito de todos ao arbítrio de um só poder,

nulifica de fato a soberania nacional, mata o estímulo do progresso local, suga a riqueza peculiar das províncias, constituindo-as satélites obrigados dos grandes astros da Corte – centro absorvente e compressor que tudo corrompe e tudo concentra em si – na ordem moral e política, como na ordem econômica e administrativa.”

“As reformas a que aspiramos são complexas e abrangem todo o nosso mecanismo social.

Negá-las, absolutamente, fora uma obra ímpia porque se provocaria a resistência.

Aprazá-las indefinidamente fora um artifício grosseiro e perigoso.

Fortalecidos, pois, pelonosso direito e pela nossa consciência, apresentamo-nos, perante os nossos concidadãos, arvorando resolutamente a bandeira do Partido Republicano Federativo.

Somos da América e queremos ser americanos.

A nossa forma de governo é, em sua essência e em sua prática, antinômica e hostil ao direito e aos interesses dos estados americanos.

A permanência dessa forma tem de ser forçosamente, além da origem da opressão no interior, a fonte perpétua da hostilidade e das guerras com os povos que nos rodeiam.

Perante a Europa passamos por uma democracia monárquica que não inspira simpatia nem provoca adesão. Perante a América passamos por uma democracia monarquizada, onde o instinto e a força do povo não podem preponderar ante o arbítrio e a onipotência do soberano.

**Em tais condições pode o Brasil considerar-se um país isolado, não só no seio da América, mas no seio do mundo.**

**O nosso esforço dirige-se a suprimir este estado de coisas, pondo-nos em contato fraternal com todos os povos e em solidariedade democrática com o continente de que fazemos parte.”**

A repercussão da mensagem contida no documento republicano foi significativa. Logo os resultados se fizeram sentir, as adesões dos mais variados pontos do país começaram a chegar e *A República* dava-lhes divulgação. Jornais de algumas cidades, inclusive alguns ligados ao Partido Liberal, transcreveram integralmente o seu texto

Formulado e assinado por variados profissionais liberais (muitos advogados, jornalistas, médicos e engenheiros), um “*fasendeiro*” e um “*capitalista*”, dentre os quais constavam figura políticas já estabelecidas, como o primeiro assinante, Joaquim Saldanha

Marinho (já fora presidente de Minas e São Paulo, deputado por Pernambuco), Aristides Lobo (parlamentar por Alagoas), Lafayette Rodrigues Pereira (ex-presidente do Ceará e Maranhão), outrora membros do Partido Liberal, agora já inconformes com sua anterior agremiação. Chamados pela alcunha de *liberais radicais*, se é certo que se encontram em contradição com o regime monárquico, no qual já identificam não existir solução possível às suas demandas, cabe pôr em tela o que os torna *radicais* face o resto dos liberais, estes bem alinhados à “governabilidade” do Império, pois aclimatados à configuração histórica brasileira.

“Quanto à *questão servil*, declararam prudentemente que era melhor dar tempo e, sobretudo, descentralizar as soluções. Parte deles começou a pensar seriamente em substituir o braço negro pelo do migrante europeu. Formou-se um discurso imigrantista (a que não estava ausente um traço racista), o qual exigia subsídios do Estado para importar a nova força de trabalho, e que só aceitaria libertar o escravo, *abandonando-o à própria sorte*, quando a subvenção chegasse e suprisse, de fato, as suas necessidades. Note-se que os republicanos paulistas eram e continuariam a ser liberais ferrenhos em matéria de política econômica (o exemplo de Campos Sales é probante); mas não dispensaram, quando oportuno, o auxílio financeiro do governo. Uma ideologia é sempre coerente *in verbis* e flexível *in rebus*.” [BOSI, Alfredo. “Formações ideológicas na cultura brasileira”. IN: *Entre a Literatura e a História*. São Paulo: Editora 34, 2015. p. 262]

“Aprofundando um pouco mais a oposição de posições entre liberais e conservadores, encontraremos a presença de dois conceitos distintos de liberalismo, ou democracia. Se compararmos os ideais democráticos segundo as aspirações do revolucionarismo francês, do parlamentarismo britânico e do federalismo americano, encontraremos fórmulas diferentes e, mesmo opostas para expressar situações análogas. É que toda afirmação de liberdade surge em face de um perigo e de uma ameaça, e vale de acordo e em conformidade com este perigo e esta ameaça.” [OLIVEIRA TORRES, João Camilo. *A democracia coroada*. Rio de Janeiro: Vozes, 1964. p. 292]

Ilmar Mattos em ensaio interpretativo do processo de transição do Império à República relaciona os já citados fatos brasileiros de 1870 – o fim da Guerra do Paraguai e a publicação do *Manifesto* – como “uma compreensão concatenada de um conjunto de mudanças em curso”, e uma “contestação a uma



direção política, intelectual e moral, responsável pela ordem imperial”, respectivamente. Esta direção contestada é identificada pelo autor como “a direção ‘saquarema’” [citar – recuperar as considerações na “Introdução” de *O tempo saquarema*]. Essencial na sua leitura é o destaque que dá, como soi no tipo de texto analisado, aos três elementos positivos da contestação: uma *estratégia*, um *princípio* e um *objetivo*:

A contestá-la, o Manifesto, dirigido aos “nossos concidadãos”, afirmava uma estratégia – “como homens livres e essencialmente subordinados aos interesses da nossa pátria, não é nossa intenção convulsionar a sociedade em que vivemos. Nosso intuito é esclarecê-la”; estabelecia um princípio – “só à opinião nacional cumpre acolher ou repudiar essa aspiração. Não reconhecendo nós outra soberania mais do que a soberania do povo, para ela apelamos. Nenhum outro tribunal pode julgar-nos: nenhuma outra autoridade pode interpor-se entre ela e nós”; e revelava um objetivo – “a vitória da nossa causa, que é a causa do progresso e da grandeza da nossa pátria”.<sup>221</sup>

“[...] o documento que emanou dos republicanos de 1870 traz no seu contexto a mensagem que marcou o início de uma propaganda republicana, em terras brasileiras, dotada de uma forma concisa e fundamentada em alicerces mais sólidos. A sua importância histórica não se circunscreve somente a esse ângulo. Expande-se por reivindicações outras de princípios válidos e atuais na fase histórica em que veio à luz. (A liberal democracia e a federação estavam presentes em sua época como bem atestam os movimentos que convulsionavam partes do Velho Mundo). Apesar do desenvolvimento das ideias socialistas minando a liberal democracia no Velho Mundo, o liberalismo predominou no século XIX. As palavras de Harold Laski afirmando que “el siglo XIX es la época del triunfo liberal” confirmam esse predomínio e a integração do Manifesto Republicano em seu momento histórico.” [“O ideal republicano”, p. 123-124]

---

<sup>221</sup> MATTOS, Ilmar. “Do Império à República”. IN: *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989. p. 166.

“[...] mesmo sofrendo críticas por parte de Silva Jardim e seu grupo e pelos positivistas ortodoxos, sua finalidade de documento básico na orientação dos princípios doutrinários a serem seguidos foram cumpridas. Os adeptos do “evolucionismo” político mantiveram-se féis à linha que traçou e, em várias ocasiões, reiteraram essa posição no decorrer da campanha republicana.” [“O ideal republicano”, p. 126-127]

Não é demasiado relacionar, na linha indicada por Mattos, tais propostas com as sementes de transformações que o espaço brasileiro vinha experimentando então. Não há de ser coincidência uma “maré positivista” na decisiva década de 1850, como colocou Reynaldo Xavier Carneiro Pessoa, entre “os estudiosos das ciências físicas e biológicas”<sup>222</sup> [estudos superiores, para além de indício da necessidade de formação de pessoal necessário à modernização: território dos filhos das oligarquias, para CARONE, onde difundem suas ideias e formam-se enquanto elite]. [.geração de 1870 e republicanismo: positivismo e outras ideias; disputa por hegemonia na classe dominante.]

As influências ideológicas são variadas de acordo com a realidade local de cada classe dominante: no espaço paulista, terra dos senhores de café citados por Carone, que se tornarão hegemônicos no novo regime, sobressaem-se as leituras de Herbert Spencer [GRAHAM]. No Rio Grande do Sul, é de destaque a leitura positivista – cujas primeiras notícias datam de 1874, nas páginas do *Partenon Literário*<sup>223</sup> -, não obstante a presença de liberais como Gaspar Silveira Martins. [desenvolver] A presença do positivismo na política brasileira deste contexto não era exclusividade gaúcha, apesar do destaque destes. No Rio de Janeiro, a dupla de intelectuais Miguel Lemos e Teixeira Mendes, dirigentes do

---

<sup>222</sup> PESSOA, Reynaldo Xavier Carneiro. *O ideal republicano e seu papel histórico no Segundo Reinado: 1870-1889*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1983. p. 206]

<sup>223</sup> SOARES, Mozart. “O positivismo no Rio Grande do Sul”. IN: TRINDADE, Héglio (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. p. 361.

Apostolado Positivista (surgido em 1881), correspondiam-se com Pierre Lafitte e mantinham, desde o início dos anos 1890, o Templo da Humanidade. [variedades oligárquicas em outros importantes centros]

“A fragmentação que os ideais positivistas sofreram entre os dissidentes, representou um obstáculo, que não foi transposto, a qualquer organização de âmbito nacional. Os componentes desse grupo limitaram-se a formação de pequenos grupos regionais ou restritos aos muros das Escolas Superiores, onde nem sempre conseguiram sensibilizar um número significativo na massa estudantil que se orientasse nos mesmos postulados.” [“O ideal republicano”, p. 208]

“A inexistência de unidade entre os positivistas refletiu-se na linha política adotada pelos mesmos. Os discípulos brasileiros de Augusto Comte, salvo no considerar a república como a forma de governo condizente com o estágio positivo da História, não conseguiram, em momento algum, afluir para um mesmo denominador político. Dispersaram-se por caminhos diversos aliando-se muitas vezes a facções outras cujos princípios contrariavam as regras do sistema de Comte.” [“O ideal republicano”, p. 213]

“[...] o povo – como opinião pública, pressão popular, voto consciente e movimento de massa – surge esporadicamente na história. Ele nada tem a ver com a proclamação do regime republicano, mas se faz sentir no jacobinismo florianista, no apoio à guerra de Canudos, nos fatos posteriores ao atentado contra Prudente de Moraes, na revolta contra a vacina obrigatória, na Campanha Civilista e, finalmente, durante os anos de 1920. [...] apesar dessa presença intermitente, a história desse período é dirigida pelas cúpulas, pelas oligarquias; as massas – operariado e classe média – agem como contraponto desta política. Só assim é que pode ser compreendida essa época.” [CARONE, Edgard. *A Primeira República*. (1889-1930) Texto e contexto. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. pp. 8-9]

[dos positivistas, gaúchos e cariocas, e PRs a Ruy Barbosa, disputas intestinas nas eleições de 1919 e o processo de constituição das Ligas – remonta à concepção de soldado-cidadão, mas é alimentado pela conjuntura de guerra e necessidade de uma “revolução burguesa”, com forte relação com o que se experimenta em torno do “americanismo e fordismo”, necessidade esta que é ensejada pela própria emergência a olhos nus da questão social; é nesse ínterim que Ruy Barbosa se tornará uma referência incontornável a todos que precisam lidar com isso] [associações *burguesas* de classe: CARONE, FOOT HARDMAN/LEONARDI, CASTRO GOMES, PESAVENTO]

### 3.2 A questão social oculta: a gestação burguesa

“José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, foi sócio de Mauá na São Paulo Railway e acionista da Amazon Steam Navigation Company. Em 1877 fez a defesa dessa companhia no Senado, argumentando e tentando conseguir maiores subsídios para ela. [...] Francisco de Figueiredo, contemporâneo de André Rebouças, com quem manteve negociações, era um dos principais acionistas, junto com William Henry Holman, do Moinho Inglês, tendo sido diretor do Banco do Brasil em 1879. Seus vários negócios “sempre foram um elo de ligação entre a Inglaterra e o Brasil”. Francisco Pereira Passos, sócio de Antonio da Silva Prado e Eduardo Prado, é descrito por seus biógrafos como “um inglês magnificamente adaptado ao Brasil”, vestindo-se à maneira londrina, viajando frequentemente para a Inglaterra e mantendo estreitas relações com ingleses residentes no Brasil. Luís Tarquínio e os irmãos André e Antonio Rebouças “julgavam imprescindíveis ao Brasil os investimentos britânicos. André chegou a escrever que “não é possível prestar maior serviço ao Brasil do que promover incessantemente a fixação e a importação de capitais estrangeiros”.” [FOOT HARDMAN, Francisco; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil* (das origens aos anos vinte). São Paulo: Editora Global, 1982. pp. 96-97]

“Desde cedo a indústria faz a sua defesa e elabora seus conceitos básicos, os seus líderes citam constantemente Adam Smith, Say e outros teóricos da economia política europeia. A leitura e o conhecimento desta literatura, porém, é frágil e superficial, restringindo-se a questões práticas. O que impera, na verdade, é o conhecimento da legislação protecionista estrangeira, a leitura dos divulgadores da economia política – os Leroy Beaulieu -, a defesa das questões pragmáticas.” [CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil* (1880-1945). São Paulo: DIFEL, 1977. p. 18]

“Os homens incumbidos ha 50 annos da gestão dos negocios publicos no Brasil só se têm occupado de uma politica partidaria, estreita, esgotando as forças intellectuaes d’esta geração em estereis discussões, em exclusivismos pessoaes sem objetivo ideal nobre nem resultados positivos de progresso. N’ellas consome-se a actividade nacional que devêra empregar-se na concurrencia industrial com os outros paizes, creando as condições mais adequadas para a satisfação das necessidades e aspirações da humanidade no seculo presente.

Por isso o Brazil, a respeito de tantas vantagens naturaes e tantos recursos para o desenvolvimento progressivo de um grande povo, vê tristemente fugirem de suas plagas as levas espontaneas de homens laboriosos transbordados constantemente da Europa. Por outro lado, o *absenteismo*, a emigração dos capitaes, actuando como uma torrente esterelizador que lava o humus do solo, prepara a consumpção lenta, cujos effeitos se farão sentir em todo o organismo social á menor perturbação economica. Basta uma baixa no valor ou na producção do nosso quasi unico genero de exportação para determinar uma crise consequencias incalculaveis.” [*Manifesto da Associação Industrial* (1881). IN: CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil* (1880-1945). São Paulo: DIFEL, 1977. p. 20-21 – VER ORIGINAL]

“Será sufficiente a affirmação energica de nossa existencia e de nossas forças para que se melhore alguma cousa nos nossos interesses. Quem dorme não tem direitos, dizem os jurisconsultos.

Os beneficios prestados por associações d’esta ordem são manifestos em todos os paizes. Para não ir mais longe citaremos as duas republicas platinas onde funcionam instituções como a nossa, com as quase já estamos em relações, possuindo imprensa propria, promovendo exposições e outros meios de propaganda e estudo.

É vergonhoso que o Brazil, ainda n’esta raia esteja distanciado por duas nações tão inferiores em população e recursos.” [*Manifesto da Associação Industrial* (1881). IN: CARONE, Edgard. *O pensamento industrial no Brasil* (1880-1945). São Paulo: DIFEL, 1977. p. 27 – VER ORIGINAL]

“Quando afirmamos que a burguesia industrial enquanto fração de classe não foi capaz, objetivamente, de levar adiante, na prática, a luta pela solução das tarefas democráticas, isso não significa que ela não tivesse consciência da importância da solução dessas questões, ou que ela não reivindicasse, se agitasse. O problema, porém, não é meramente ideológico, é político, e decorre das próprias características sociais da burguesia no Brasil.” [FOOT

“Nos serões semanaes da sua casa de Copacabana, e, depois, das Laranjeiras, os discipulos que sentavam em torno do Mestre não chegavam, penso eu, á metade dos que seguaim Jesus pelas estradas da Galliléa: Gentil, Saboia Lima, Porfirio Netto, Antonio Torres, Carlos Pontes, Mendonça Pinto e eu, o menos frequente e o mais esquivo de todos, e talvez o que tivesse maiores pontos de dissidencia com o pensamento de Torres. Nesses serões, ás segundas-feiras, era Torres, em regra, quem falava; nós ouviamos, limitando-nos, uma vez ou outra, a aproveitar a oportunidade, aliás rara, que se abria, para interferir com um aparte.” [VIANNA, Oliveira. A’ guiza de prefacio. IN: GENTIL, Alcides. *As ideas de Alberto Torres*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1932. pp. VI– talvez concluir o parágrafo com as qualidades de Torres, ou ao menos mencioná-las,

Antes de 1930 portanto, a “questão social” não aparecia no discurso dominante senão como fato excepcional e episódico, não porque não existisse já, mas porque não tinha condições de se impor como questão inscrita no pensamento dominante.” [CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 59

“Todo o período que vai de fins do século XIX até 1930 será marcado no plano das classes dominantes por um debate entre liberalismo e protecionismo (ao nível do pensamento econômico), sendo este último componente da ideologia industrialista, que tinha como alvo a expansão da taxa de lucro industrial pela rearticulação do sistema em seu favor. No nível do pensamento político, e ainda no plano das classes dominantes, o debate político era centralização “versus” descentralização. No interior destas problemáticas, os problemas vinculados à chamada “questão social”.” [CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 60 –

“O pensamento liberal no Brasil tem sido historicamente acusado de irreal, desligado das características próprias da formação social brasileira, um pensamento separado das condições concretas em que a nação se formou. Isto se aplica aos diversos matizes do pensamento liberal no Brasil. Até porque da forma que a burguesia se formou no Brasil resultou praticamente a imagem fantasmática de uma burguesia liberal, infiel às mais caras tradições do liberalismo. Daí o liberalismo da burguesia brasileira ser um liberalismo só de fachada. Nossa burguesia nunca adotou o liberalismo radical autêntico do século XIX e mesmo do século XX, se considerarmos os Estados Unidos da América (EUA). O liberalismo não-radical foi muito suscetível às influências do autoritarismo e, além disto, a crítica do pensamento liberal como um todo ao pensamento autoritário tem se limitado a um ataque

superficial, ligeiro e verbal. Por isso mesmo é que tem sido acusado de um pensamento verborrágico, constituído de fórmulas vazias, que nada tem a ver com a realidade prática das coisas. Ainda hoje, em pleno final do século XX, no debate do modelo político brasileiro, um pensamento que se chama a si mesmo de liberal reivindicava a “democracia de elite”.” [CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. pp. 63-64 -

“[...] devemos observar que, em que pese a flagrante contradição com o pensamento liberal, a base tanto do pensamento autoritário positivista quanto do liberal será o pensamento burguês. Ou seja, o pensamento autoritário não é alheio ao pensamento burguês. Este incorpora alternadamente o pensamento liberal e autoritário numa síntese “admirável” como a história nos demonstra desde as origens do Estado burguês e o surgimento das teorias de Hobbes. Assim, o positivismo não escapa aos parâmetros do pensamento burguês e quando a questão social é tratada no interior da teoria geral do positivismo, preserva-se o fundamental do modo de produção capitalista, o conflito entre o capital e o trabalho que, em vão se tenta ocultar sob o pomposo título de “incorporação do proletariado à sociedade moderna”.” [CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. pp. 67-68 -

“[...] no Brasil, a democracia socialista representa uma intervenção no processo natural de evolução social via classe operária; e o militarismo não representa também uma intervenção?

O que resulta de concreto é que não é por aqui nem neste momento que o pensamento dominante legitima a “questão social” como uma questão política ao nível das diferentes formas do pensamento político no Brasil.

Entretanto, devemos estar atentos para o fato de que formular uma questão como não pertinente é já reconhecê-la como existente no nível do pensamento. Certamente não na razão, que a legitimaria como questão. Ela existe, portanto, no pensamento, embora não como questão, apenas como problema “não-racional”.

Essa tensão, constante durante toda a Primeira República, entre o existente como problema mas não como questão, acaba por dar lugar a contradições, ao nível do pensamento dominante, quando trata a “questão social” como *caso de polícia*, que nada mais são que um retorno daquilo que se quer reprimido, recalcado: os conflitos entre o capital e o trabalho.” [CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982. p. 72 – considerações partindo de Sílvio Romero;

se existe o problema no pensamento, é de se considerar logicamente que o mesmo já está sendo posto pela realidade concreta do ser pensante]

Sem estar destituído de um intento de construção legitimadora dos rumos políticos nacionais em 1934 – e procurando influenciar na direção dos mesmos – o intelectual Azevedo Amaral identificou a queda da Monarquia com a ação de *elementos novos* responsáveis pela *renovação dos quadros políticos*, circunstância necessária dados os *phenomenos economicos*, daí decorrendo outras expressões:

Tivesse sobrevivido a Monarchia e nem por isso teria sido possivel evitar-se a renovação dos quadros políticos com a substituição de homens adaptados pela herança ou pela formação ás funções do Estado por outros aos quaes faltavam taes predicados. A renovação decorreu de phenomenos economicos que se reflectiram no plano social e ulteriormente na esphera politica. Nos dois ultimos decennios do Imperio já se tornavam bem manifestos os signaes da chegada ao poder e aos postos de influencia dos portadores de uma mentalidade e de um temperamento alheios aos traços typicos do genio politico que caracteriza uma classe dirigente. E a propria queda da Monarchia resultou mais da dissolução interna do regimen pela acção desses elementos novos, que da investida das forças representativas da corrente republicana. [AMARAL, Azevedo. *O Brasil na crise actual*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1934. p. 147 –

[de quem fala Amaral? – com atenção nos fatores objetivos de transformação histórica a partir de 1850, discutir rapidamente com Ilmar Mattos; A expressão brasileira do processo de “renovação dos quadros políticos” nos marcos da política imperial torna-se bastante nítida no início dos anos 1870.]

“A questão social brasileira, que já existia portanto sob essa forma, veio complicar-se com essa outra, desconhecida até então em nosso meio, que é a trazida pelo proletariado industrial que surge propriamente no Brasil no primeiro decênio do século atual. É durante a grande guerra, quando a indústria brasileira toma um relativo desenvolvimento, que ele começa nitidamente a se fazer sentir. Já essa nova questão social não passou tão despercebida como a anterior, porque punham-na em foco permanentemente as agitações operárias que começavam a se fazer sentir no país. Assim mesmo o problema é muito mais sentido que compreendido, e a frase famosa de um ex-presidente de S. Paulo define muito bem a atitude dos dirigentes brasileiros perante ele: “a questão social é uma questão de polícia”.” (Caio Prado Júnior, “1937”, Documento datado de dezembro de 1937, IEB-USP, CPJ004-286)

08 de fevereiro de 1890: notícias em *A Federação*, reproduzindo noticiário de *A voz do povo*, de reunião de “grande numero de operarios de diversas classes trabalhadoras, com o fim de organizar-se o partido operario brasileiro, cujo fim primordial é influir nos destinos administrativos do paiz, garantindo ao homem do trabalho sua autonomia e preponderancia



nas altas questões politico-sociologicas.” – p. 2, anno VII, n. 33; noticiada a segunda seção, e suas deliberações, no num. 44 do mesmo hebdomadário, de 22 de fevereiro de 1890]

“Ele marcou o pobre panorama nacional, com um pensamento próprio, de base na cultura patricia e origem de muito desdobramento futuro. É um realista, inimigo de imitações, transplantes, utopias. Reconheceu um Brasil, vivendo-o intensamente, pela experiência ou pela leitura. De sentido objetivo, denunciou as abstrações ou o trato alienado de idéias, como simples exercício intelectual, prática lúdica, como era e é comum em terra de apego à retórica, às fórmulas perfeitas, sem indagação por sua autenticidade. Não foi o primeiro a falar nessa orientação: antes, lembre-se o trabalho de político e escritor de Paulino José Soares de Sousa, o visconde do Uruguai, como a prática de estadistas tipo Eusébio de Queirós e Joaquim José Rodrigues Torres (visconde de Itaboraí), elementos de frente do Partido Conservador do Império, ao qual imprimiram linhas de conduta.” [IGLESIAS, Francisco. “Prefácio à terceira edição”. IN: TORRES, Alberto. *A organização nacional*: primeira parte, a Constituição. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978. p. 12 – após ressaltar a necessidade “de reconhecer em sua produção uma das básicas na história das idéias no país”, remontando-a às características do pensamento conservador do período monárquico que, em relação aos opositores liberais, era superior “em matéria de rigos na colocação dos problemas e na tática de sobrevivência política”, bem como, ainda atento à vertente conservadora, destaca nesta a formação mesma de uma tradição fluminense, remontando tanto aos autores citados que teriam posto questões assemelhadas às desenvolvidas no proselitismo de Alberto Torres, como fazendo referência a um seguidor e continuador de sua obra, Oliveira Viana; “Pensamento conservador, não é reacionário nem revolucionário, embora se aproxime mais daquele tipo que deste.” (p. 13)]

“Contra os malfeitores ha o codigo. Demais, como malfeitores podem, em virtude dessa lei e seu regulamento, ser considerados todos os que pelo criterio do governo ameaçam a ordem publica? E’ questão de apreciação toda individual e não precisada em lei.

Os anarchistas, os socialistas podem, segundo o criterio de uns, entrar na cathegoria de malfeitores. A feição do mundo moderno é typica. Depois de conquistadas pela humanidade a egualdade civil e a politica, disputa ella a egualdade economica. E si aquellas custaram rios de sangue, não recuam os propagandistas desta ultima deante do preço de seu ideal. O socialismo, o collectivismo, o anarchismo teem grandes defensores e notaveis intellectuaes, dos espiritos mais fortes dos tempos modernos. Pois bem, foi visando a propaganda socialista, anarchista, que se votou a lei de expulsão, quando a liberdade de pensar e propagar o pensamento, no

socialista, no anarchista, é igual como no frade, que lhe é antagonico. A differença está na acção, quando violenta, tem o seu correctivo no codigo, como este intervem contra o frade que o attenta contra a ordem publica, materialmente.

As theorias anarchistas, socialistas, entram em luta contra a theoria individualista. Ao lado da theoria anarchista, encontra-se um espirito da ordem de Kropotkine, indubitavelmente uma das maiores mentalidades de nosso tempo.

O anarchismo não póde ser confundido com a acção revolucionaria, com a acção subversiva dos elementos fluctuantes de todos os partidos, aquelles que entendem que pelo facto, e não pela serena propaganda dos principios é que devem tornar uma realidade o seu ideal.

Affirmo, do alto desta tribuna, com a mesma coragem com que combati o projecto de lei de que se trata: essa medida governamental, transformada em lei contra a Constituição (*apoiados*), não é sinão um favor dispensado aos antigos senhores de escravos de S. Paulo, que se quizeram armar contra o operario livre. (*Protestos veementes da bancada paulista.*)” [HASSLOCHER, Germano. *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 7 de novembro de 1910, p. 255

“Padres! Padres, sim; padre Henrique Ferri...

O Sr. Pedro Moacyr – No alto sentido da palavra.

O Sr. Barboza Lima - ... padre Bayle, padre Kropotkine, cada um destes que prégue uma determinada doutrina, pouco importa que essa doutrina tenha por nucleo as aspirações mormonicas de um certo padre doutorado, que ha poucos dias prégava nesta cidade, garantido pela policia, as excellencias da polygamia.

Padre, pouco importa que tenha reminiscencia do bulhismo e queira incutir no animo dos brasileiros as sublimidades de um Nirvana, ou que nos entenda organizar sob a fórmula de casta-padres – sem qualquer preocupação sobrenatural, pregando o syndicalismo, o collectivismo, o communismo, ou pregando mais a desnecessidade de uma organização central do governo temporal, para a victoria definitiva do anarchismo. Tudo quanto seja pregar, doutrinar, ensinar, tudo isto o governo temporal tem o dever de manter.” [*Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 11 de novembro de 1910, p. 487 – [PROJECTO N. 4 A – 1912. “Estabelece o maximo do trabalho para os operarios, determina as condições do salario, e dá outras providencias; com substitutivo da Comissão de Justiça”]: *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 4 de dezembro de 1912, pp. 162-183]

[PROJECTO N. 4 A – 1912 (ver o que há de modificação): *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 13 de outubro de 1917. pp. 920-960]

[anistia à Revolta da Armada e de Manaus: pp. 183-185]

[EMENDAS AO CÓDIGO CIVIL (discussão sobre a questão do trabalho): *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 2 de outubro de 1913, pp. 331-353]

[(Sessão de 22 de julho de 1914, em continuação da discussão do Projeto n. 516, de 1912): p. 519-544]

[discussão da Comissão de Finanças sobre o projeto n. 40, com emenda de Antonio Carlos (8 de agosto de 1914): p. 104-118]

[PROJECTO N. 118 A – 1915, “Manda instituir a ordem “Legião do Trabalho”; com parecer da Comissão de Constituição e Justiça, contrario ao projecto”: *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 15 de setembro de 1915, pp. 613-618]

[(ver como se encaminha o assunto) - Sessão de 30 de novembro de 1917: pp. 772-782]

“Não é sómente de socialistas e anarchistas este conceito do casamento: os chefes das seitas como Kropotkine e Bedel não fazem mysterio em assoalhal-os; mas o que realmente pasma e convence do principio a que leva o divorcio é a opinião, altamente valiosa para o caso, do sr. Naquet, o proprio autor da lei do divorcio em França: O divorcio, diz elle no prefacio da lei, o divorcio prepara a união livre, constitue etapa indispensavel para a libertação dos individuos e a socialização da producção humana.” [CIRCULO CATHOLICO DO BRAZIL (Carlos de Laet et al). *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 16 de dezembro de 1912, p. 177

### 3.3 A questão social em revelação: o problema das greves

“O Sr. Florianno de Britto – Vou explicar á Camara, a razão por que dei os apartes, aos quaes se referiu o Sr. Mauricio de Lacerda.

Sinceramente liberal e republicano por convicção, diria mesmo, por atavismo, si não fosse mais apropriado o termo aos phenomenos biologicos, tambem sou pelos operarios, tambem sou pelas justas reivindicções populares, tambem sou pelas conquistas sociaes, tambem sou por todas as liberdades que, através de tantas luctas e á custa de tamanhos sacrificios, tem a civilização conseguido contra a força, contra a rotina, contra a prepotencia, contra a hypocrisia e contra os preconceitos.

Igualmente, só me insurjo contra o capital, que é uma fatalidade social tão inconjuravel e por isso mesmo tão forte como o trabalho, só me insurjo contra o capital, quando elle pretende transformar-se de auxiliar em autocrata, de componente em resultante de simples collaborador, em senhor absoluto, de méro ellemento no problema do trabalho em abjecto explorador do operariado.

O Sr. Mauricio de Lacerda – O capital sem trabalho é expressão morta, é o pé de meia.

O Sr. Florianno de Britto – Do mesmo modo, como não entendo nenhum direito que lese o direito alheio e nenhuma liberdade que constanja a liberdade de outrem, eu não posso dar o meu apoio a qualquer movimento grevista que coagiu companheiros de classe, pela força e pela violencia, a deixarem o seu trabalho.

Attendamos ás justas reclamações do operariado, preocupemo-nos com a miseria que lhes infelicita os lares, sejamos homens do nosso tempo, da nossa responsabilidade como representantes da Nação; mas não incrementemos a desordem, não digamos ao operariado que elle está com a bôa causa, quando impede, pela força, que homens livres com iguaes direitos, ganhem livremente o seu pão e exerçam livremente a sua actividade.

O Sr. Mauricio de Lacerda – Os coagidos são os que estão presos.

O Sr. Florianno de Britto – Não ha presos, segundo a palavra official.

O Sr. Mauricio de Lacerda – Os anti-grevistas não foram presos; os grevistas foram. Quaes foram coagidos?

O Sr. Florianno de Britto – Foram os grevistas, na opinião de V. Ex.: é claro como a luz meridiana. Dizia eu que não se póde dar ao operariado razão, quando elle, pela força, quer obstar que homens livres, com iguaes direitos, ganhem livremente o seu pão.

O Sr. Mauricio de Lacerda – Actualmente ninguem ganha o pão, apenas o direito de não morrer á fome.

O Sr. Florianno de Britto – Ainda mais grave, mais complexa e mais premente a situação.

Eis a razão, Sr. Presidente, dos meus apartes e eis porque eu os repetiria, si me deparasse de novo a oportunidade de o fazer. Eis porque applaudi a exemplar e digna conducta do Governo, com a mesma independencia, com a mesma altivez com que a profiqlaria, a combateria e a condemnaria, si o Sr. Presidente da Republica, - e no regimen eu não conheço outro responsavel, – se houvesse mostrado timorato, pusilanime, acovardado deante do movimento ultimo, que toda gente sabe bem como começou, mas que, sem uma

repressão immediata e salvadora, ninguem póde calcular onde ou como iria acabar.” [Annaes da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 10-11

“O Sr. Florianno de Britto – O seu espirito, o seu jovem e formoso espirito, ao qual os annos hão de ensinar a precaria, a precarissima relatividade das cousas humanas, ha de se modificar com o tempo. Hoje, no conceito de S. Ex. só merecem anathemas quantos não lhe seguem as pégadas e não comungam com suas idéas. O seu espirito anda obnubilado pelas proprias paixões. Um pouco mais, este é um governo corrupto, este é um paiz perdido.

O Sr. Mauricio de Lacerda – Governo dissolvido na inercia, apodrecido na inacção, afundado no pantano da covardia.

O Sr. Florianno de Britto – Entretanto, oxalá, jamais os azares da politica ou os imprevistos de uma revolução conduzam S. Ex. ao fastigio do poder.

O Sr. Mauricio de Lacerda – Deus o ouça.

O Sr. Florianno de Britto – S. Ex. é um theorista extremado...

O Sr. Mauricio de Lacerda – Graças a Deus!

O Sr. Florianno de Britto – ... e todos os theoristas extremados, quando no governo, ou reconhecem a inanidade das suas theorias absolutistas, ou se entregam a todos os excessos. Quem o affirma não sou eu, é o mestre do estylo na França actual, é Anatole France, nesta obra de profundissima phiulosophia que são “Les opinions de l’Abbé Gerome Coignard”.

Seja-me licito concluir com as palavras do mestre eximio:

“Quando alguém pretende sinceramente tornar todos os homens bopns, sabios, justos, liberaes e generosos, ha de acabar, fatalmente, por querer condemnal-os todos á morte. Robespierre acreditava na virtude e implantou o terror! Marat acreditava na Justiça e pedia duzentas mil cabeças, duzentas mil mortes, para salvar a França!” (*Muito bem; muito bem.*)”

“Requeiro que, por intermedio da Mesa, o Governo informe com a maior urgencia:

a) quaes os motivos por que acaba o chefe de Policia do Rio de Janeiro de prohibir, sem haver decretação competente do sitio, o direito de reunião e o de associação;

b) quaes os motivos por que considera a gréve um delicto e ordena as prisões de grévistas;

c) qual o numero de operarios grévistas presos até agora, seus nomes, profissões, idade, sexo, motivos, logares, dia e hora das prisões effectuadas e presidio em que se encontram;

d) quaes as reclamações feitas pelos operarios que foram considerados perigosos á ordem do Estado, de modo a determinar as medidas de força que as autoridades deste empregam contra aquelles;

e) quaes as providencias tomadas pelo Governo Municipal ou Federal para evitar o açambarcamento de generos, a carestia dos mesmos, promovida pela especulação privada ou supertributação publica.” [Annaes da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 13 – requerimento feito dia 26 de julho, lido no dia 01 de agosto:

[acusação de “felicitar” o assassinato de Aurelino Leal – refuta e critica o chefe de Polícia; tipos de greves – ausência de organização sindical no Brasil como as europeias, problema da defesa da dignidade operária nesta ausência de condições organizativas e legitimidade da greve;]

“[...] eu sou pela formação syndical nossos operarios contra a organização catholica ou sociocratica dos mesmos; contra a organização catholica, porque entendo que a conciliação, nos termos da bulla de Leão XIII entre os operarios e os patrões não é mais do que o meio termo entre os syndicatos das relações directas e os syndicatos de Hirsch, da Allemanha para um accordo entre operarios e patrões; - contra a sociocracia applicada a esses proletarios, porque entendo que, enquanto não se transformar o trabalho em principal e o capital em accessorio não teremos conseguido absolutamente o levantamento do trabalho nas massas sociaes.” [Annaes da Camara dos Deputados. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 17-18]

[defesa de seu reformismo ao acusar o caráter de classe do reacionarismo de Antonio Carlos; diferenciação entre grevista e fura-greve (o Estado apenas protege este, oportunista)]

“[...] é sabido que toda a gréve, além da sua repercussão immediata e directa sobre a questão propriamente operaria, quanto ao salario, quanto ás horas de trabalho e ás condições deste, tem uma grande repercussão economica e social, que é o levantamento gradual do nivel dessa classe até uma esphera em que ella possa ser contemplada, possa ser, por sua vez, de nossa parte remediada com medidas que estejam ao nosso alcance, e isto basta para, desde logo, affirmar-se que a falta sensível que possa fazer esse trabalho a semelhantes consumidores e o prejuizo a economico aos capitalistas, são compensados, na hora da reconciliação entre operarios e patrões, pela reconquista que o trabalho melhor remunerado em favor do patrão, por uma maior producção, e em favor do operario pelo maior salario, no sentido de melhorar as condições economicas do paiz. E o que é mais, diz-se que o augmento dos salarios é inoportuno na crise actual e que o capitalista não supporta semelhante

elevação. Mas é sabido que, por uma lei economica, o augmento do salario aos operarios, que formam a maioria de uma nação, corresponde ao maior consumo interno; desde que ha maior consumo interno por haver maior salario a despender, existe maior movimento do proprio capital.” [*Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 20]

“Diz-se que a liberdade industrial repelle a regulamentação do trabalho da creança e da mulher. Na regulamentação do trabalho da creança e da mulher, o que se quer é que, quando o operario, sem recurso, é obrigado a capitular e a entregar os braços indefesos de seus filhos desprotegidos, de sua mulher, irmã ou mães, á exploração capitalistica que se faz naturalmente, porque o trabalho feminino e infantil é mais barato que o trabalho masculino adulto, o Estado supra essa falha que o desequilibrio entre a fome e o capital produz, para evitar desordens sociaes e conflictos, e falle, sobretudo, no caso das creanças, como si as proprias creanças já adultas teriam fallado em favor do seu direito e em defesa de sua pessoa.” [*Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 20]

“A gréve actual portanto, é relativam,ente triumphante; mas, nem por isso, Sr. Presidente, eu, infelizmente, posso dizer que ella não se repita. As violencias, as injurias e a attitude aggressiva da policia hão de provocar ainda nestes dous mezes, novo levante proletario no Brazil – não nos enganemos – muito mais serio, muito mais grave e profundo, mais generalizado que o actual porque virá então orientado por cabeças que pensam, syndicalizado, não mais nos ataques irregulares como nas greves que são verdadeiras guerras se usa dizer, de ataques de associações operarias sem unidade central, sem orientação; mas, ecnaminhado para efficaz offensiva que talvez nós mesmos não possamos prever.” [*Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 23]

“S. Ex. não luta; mas, na phrase de Gorki apenas se adapta; mas, como eu entendo que os velhos principios de nossos avós pararam debaixo das aventuras militares de Bonaparte e soffreram este grande hiate e vão recommear, não conheço leis inflexiveis nem o Estado sagrado, nem o Estado “tabou”, levanto o meu lábaro e penso que, nesse direito de destruir, para crear, crio de futuro, uma sociedade nova na qual todos os Antonios Carlos hão de sustentar commigo a organização que defendo erguida sobre o esforço, o sacrificio, a labuta, que poucos hão de medir, porque poucos a soffrerão commigo. (Muito bem; muito bem.)” [*Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 1 de agosto de 1917, p. 23]

[RELAÇÃO INCOMPLETA DA BIBLIOTECA DE FARIAS BRITO (adquirida pelo Estado com a sua viúva, mediante pagamento de 10:000\$): *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 21 de agosto de 1917 – (Brochuras p. 375-377); (Obras encadernada p. 378-391)] [Maurício de Lacerda em discussão: pp. 753-763]

[PROJETO DE CÓDIGO DE TRABALHO (24 de julho de 1918): p. 431-456]

[“Discussão unica dos pareceres das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças sobre as emendas offerecidas na 3ª discussão do projecto n. 284 A, de 1917, regulando em todo o territorio da Republica o regimen do trabalho industrial, com os limites e excepções que estabelece; com parecer da Comissão de Constituição e Justiça ás emendas e, parecer contrario da Comissão de Finanças á emenda dos Srs. Alvaro Baptista e João Pernetta (vide projecto n. 239, de 1918).” *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão em 26 de setembro de 1918, p. 357-399 (discussão adiada pelo adiantado da hora, RETOMAR)]

[terceira discussão do projeto n. 284 A de regulação do regime de trabalho industrial: *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 30 de setembro de 1918: p. 526-536]

[continuação da discussão anterior – segunda parte da ordem do dia – pois faltou quórum para votar a anterior (promoção de militares): *Annaes da Camara dos Deputados*. Rio de Janeiro. Sessão de 30 de setembro de 1918: p. 538-579 – relato do início da continuação da discussão na p. 581, derradeira do nono volume, 16 horas e 55 minutos]

[VER: a partir da p. 21 do décimo volume dos *Annaes* (outubro de 1918), lista dos discursos – leis operárias, regime industrial, epidemia gripal, orçamento de guerra]

“Os trabalhadores das Docas de Santos haviam parado de trabalhar por não terem recebido o aumento salarial prometido em 1908. A resposta à greve foi habitual: fura-greves, reforços de tropas e um navio da Marinha foram enviados a Santos. Processos de deportação foram iniciados. Para o *Jornal do Comércio* a greve era injustificada, havia sido fomentada por anarquistas deportados da Argentina. *O Estado de São Paulo* concordava. Chegou até a inverter a lógica. Alegou que era impossível apontar o aumento do custo de vida como causa da greve. Afinal, se os grevistas podiam passar sem trabalho por tanto tempo, isto significa que devem ter “algumas economias e, por conseguinte, parece-nos que suas constantes queixas sobre o custo de vida não expressam a verdade.” [MARAM, Sheldon. p. 131 – conferir as fontes originais citadas, comparar com eventos assemelhados de reação contemporâneos]



“As autoridades públicas justificaram a proibição alegando que anarquistas estrangeiros vinham incitando o proletariado à práticas de atos criminosos. Segundo o *Jornal do Comércio*, um estudo policial provou que a “agitação fora fomentada por vários anarquistas, quase todos estrangeiros, que vivem nesta cidade para explorar a boa fé dos honestos e corretos trabalhadores.” [MARAM, Sheldon. p. 132 – referência às agitações de 1917, prévias às grandes greves, no Rio: conferir a fonte original citada, comparar com texto abaixo]

“A pacífica e ordeira população de Porto Alegre ainda está sob a impressão dos acontecimentos sangrentos da segunda-feira passada, em que degenerou a greve dos calceteiros.

A Polícia [...] provou a propaganda pela idéias e a propaganda pelo fato, por parte dos anarquistas, existentes entre nós, e um audaz espírito de revolta contra a ordem social.

[...]

É a guerra à sociedade, a destruição da ordem social, o anarquismo bem caracterizado, fermentos de dissolução que procuram levedar e implantar no proletariado nacional a sua ação subversiva e perigosa. Tratam-se de anarquistas estrangeiros professos e confessos.

É desviar o operariado rio-grandense de seu caminho natural provocando revoltas impulsivas, felizmente alheio a tais efervescências aberrantes, consentir na tarefa antipatriótica dessa propaganda de insurreição à organização da sociedade atual.

Nenhum regime político, nenhum Estado do Brasil facilita melhor do que as leis do Rio Grande republicano a incorporação definitiva do proletariado à sociedade.

[...]

O messianismo revolucionário dos anarquistas, com suas quimeras malsãs combatendo as religiões, o capitalismo, a autoridade, como fontes, se não de todos os males do mundo, pelo menos de toda servidão e de toda a escravatura, não encontra aqui terreno, nem a boa fé do elemento nacional se deixou arrastar, como se verificou nos atentados da semana finda, pelas sugestões dos agitadores estrangeiros que a polícia prendeu.

O operariado deste Estado permanece alheio a semelhante propaganda nefasta.

As greves até aqui haviam assumido um caráter pacífico. O nosso operariado liquidou sempre dentro das leis as suas questões, regulando-se os desacordos entre patrões e operários sem ou com a intervenção cordata do governo, com resultados felizes para estes últimos.” [A *Federação* – “Os anarquistas e a ação do governo”, 26/03/1917

“Em seus editoriais, o *Correio do Povo* considerava esta agitação mais que um simples reflexo ou solidariedade a movimentos similares de São Paulo, Rio de Janeiro e Paraná,

insinuando mesmo a influência dos acontecimentos europeus como um forte fator no deflagrar deste clima propício às greves.” [“Que a união operária seja nossa pátria!”, p. 328]

[atentar à notícia de anarquistas argentinos que estariam para insuflar o operariado local, na primeira página do referido número, discutido por Aluizio Moreira, “A greve de 1917 em Recife”, p. 48] “Depois que o movimento grevista de São Paulo estendeu-se á capital do paiz e outras capitaes e cidades dos Estados do sul, a opinião publica anda apprehensiva, esperando, a cada momento, a explosão de um movimento semelhante entre nós.

Elle virá inevitavelmente. A greve paulista foi symptomatica a mais, da situação precaria do operariado brasileiro. Não foi um movimento local, uma reação circumscripta, subordinada aos interesses e aspirações de grupos ou facções de soldados. Turvando a sua origem clara e justa, é possível que o fermento anarchista tivesse procurado empolgar o animo do operariado, accendendo-lhe paixões e insuflando-lhe intuitos extranhos ao aspecto social do movimento.

O que ninguem lhe negará é o seu fundo humano de razão e justiça.” [SPECTADOR, J. “O movimento operario”. IN: *A província*. Recife. Anno XL. N. 206. 29 de julho de 1917. p.2]

“A greve paulista, aparentemente conjurada pela repressão terrorifica da policia, de mãos dadas com o ludibiro da bôa fé do operariado, propondo se lhes accordos sem base estavel nem garantias seguras, está fazendo a sua irradiação nacional. Attingirá certamente o norte. Precipitará tambem a elaboração latente do mal estar economico das nossas massas operarias, em explosivos movimentos reivindicadores. O homem de trabalho, que tem encargos de familia, sacrifica a vida dos seus musculos ás fabricas, revendo na angustia dos seus esforços physicos o proprio desespero moral pela miseria dos filhos e da mulher, não se annullará como uma parcella morta na dinamica das forças sociaes brasileiras, precisamente quando o capital inunda á burguezia de venturas jamais entresonhadas.

O mundo se transforma não somente para a victoria dos principios de soberania das regras do direito e da independencia das nacionalidades. As consequencias da guerra actual crearão para o operario uma supremacia effectiva entre os elementos organicos propulsores de engrandecimento e de poder dos povos.

Por que no Brasil se desdenha de modo tão insolito a sorte do operariado, como, agora mesmo, o arbitrio dos governos, sempre indifferentes ou implacaveis em taes emergencias está demonstrando!?

Uma coisa, desde já, accentuemos bem: a greve operaria repercutirá fatalmente no norte. Em ondas crêspas ou mansas, sem as tonalidades allucinadoras do fermento anarchista,

que de resto não faz adeptos nem borbulhos entre nós, além do mais, por uma inadaptabilidade congênita á índole do nosso povo, – o operariado nortista reclamará também a melhoria dos seus salários.

Que os governos, e principalmente os governos, no interesse da ordem e da tranquilidade públicas, saibam dominar os seus zelos excessivos, evitando com repressões imprudentes a luta patricida e inglória que se tem verificado no sul. Com patas de cavallo e pistolas sanhudas não se resolvem problemas sociais.” [SPECTADOR, J. “O movimento operário”. IN: *A província*. Recife. Anno XL. N. 206. 29 de julho de 1917. p.2] [na mesma página, notícia de “festival do ‘Comité pró-pátria’”, a ser realizado contando com atrações culturais]

“Nem o sistema legal nem o processo eleitoral serviram para legitimar a ordem que prevalecia na Primeira República. A dominação que se fundamenta tão pesadamente na força e na violência e goza de tão poucas outras sanções pode deixar os governantes vulneráveis a surpresas bem bruscas. As greves gerais que irromperam nas grandes cidades, entre 1917 e 1920, devem muito à conjuntura específica desses anos, mas também servem para indicar a inesperada fragilidade do controle exercido pela classe dominante. [...] Em geral, as mobilizações operárias no período de 1917-1920 levaram o Estado e a burguesia a proporem algumas tímidas medidas na área da legislação social, ao mesmo tempo que eles se esforçavam, com bem mais entusiasmo a fortalecer e modernizar os instrumentos de repressão.” [HALL, Michael; PINHEIRO, Paulo Sérgio. “Alargando a história da classe operária: organização, lutas e controle”. pp. 102-107]

“[...] o Congresso debatia a legislação social apresentada por Maurício de Lacerda. Inspirado na Encíclica Papal de Leão XIII, o Deputado Andrade Bezerra, de Pernambuco, convocava a ação social católica para elaborar a reforma e divorciar os trabalhadores dos radicais. Mesmo que o Brasil não estivesse pronto para receber uma legislação social abrangente, pensava Bezerra, as condições eram ao menos propícias à elaboração de leis que abordassem a remuneração do trabalhador e a proteção ao emprego de mulheres e crianças nas fábricas. Em dezembro, o governo de São Paulo modificava o Código Sanitário para abolir o trabalho da criança e criar restrições ao emprego de mulheres e crianças. O novo código não foi promulgado. O Brasil havia decidido resolver a questão social através da repressão e não através de reformas.” [MARAM, Sheldon. pp. 136-137]

Não apenas o global e o nacional se encontravam na conjuntura do final dos anos 1910. As diferentes localidades brasileiras experimentavam, com diferentes facetas, processos muito assemelhados de forma relativamente simultânea. O ciclo de lutas sociais em Salvador é excelente exemplo disso. O historiador Aldrin Castellucci, ao narrar a promulgação da Lei 7.309, que fixava em 8 horas a jornada de trabalho para os estabelecimentos industriais e oficinas pertencentes ao Estado ou por ele subvencionados, não por acaso sancionada *em meio às negociações de finalização da greve geral*, não deixa de ampliar as suas interpretações para o plano nacional:

A promulgação de tal lei representou uma mudança de comportamento do Estado e de suas autoridades frente à chamada *questão social*. O velho liberalismo de corte mais estreito, que a tudo e a todos homogeneizava e que dava *tratamento igual* para os que eram *estruturalmente desiguais* – o *capital* e o *trabalho* –, começou a sofrer contestações. Percebeu-se que o tão propalado *equilíbrio natural* entre os que produziam a riqueza e aqueles que dela se apropriavam não tinha base na realidade e que era necessária a intervenção de um terceiro sujeito – o Estado – para mediar os interesses que, de outra forma, terminariam em conflito social aberto. O novo padrão de comportamento do Estado em relação à classe operária foi verificado em menor ou maior grau no plano nacional.<sup>224</sup>

Não é difícil relacionar este trecho com as citações de Edgard Carone e Ângela de Castro Gomes que abriram este capítulo. No que toca esta autora, é relevante recordar o inventário que realizou dos debates na Câmara dos Deputados em torno do estabelecimento de uma legislação social, questão que se torna mais candente, assim como observado acima no caso baiano, *não por acaso com a ocorrência das greves de 1917*. A questão social, se não constituía uma grande novidade na cena política, estava posta, nos três últimos anos da década de 1910, no centro do debate. Indício da relevância do problema encontra-se na campanha eleitoral empreendida pelo senador Ruy Barbosa, em 1919 [falar mais sobre sua trajetória e essa campanha]. Uma das mais destacadas de suas conferências no bojo dessa campanha ganhou o título *A questão social e política no Brasil*. [Publicação e difusão da mesma - recordar do comentário de Carone (1965) sobre a apreciação distinta da questão social, aqui, do resto das classes dominantes; retomar idem colocações de Castellucci (pp. 226-227, que amplia ao contexto global do Tratado de Versalhes) e Castro Gomes]

“Querei ver, de um relance, a distância entre a inconsciência do peso e o peso da consciência? Comparai, nesta guerra ainda mal apagada, nesta guerra cujo rescaldo chameja ainda, comparai aí essa Bélgica de oito milhões de almas com aquela Rússia de cento e oitenta

---

<sup>224</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. Op. Cit., p. 226.

milhões de homens; e vede como saíram as duas do embate com os gigantes da força. Apesar de mal organizada, uma era um colosso militar. Não minguavam os milhões do seu exército os mais bravos soldados haviam quebrado as molas morais ao seu governo, à sua sociedade, ao seu povo; e o monstro armado, cuja imensidade se levantava como a de um Goliath nas esplanadas da luta, ruiu, juncando o solo dos seus destroços, combatentes uns com os outros, sob o domínio da miséria, da fome, da anarquia, meneados por dois agentes estrangeiros, ao passo que a Bélgica, arcando com a invasão até ao último instante, exausta quase até a derradeira gota do seu sangue, hóspeda em uma capital emprestada, atravessa invencível a sua via dolorosa, e ressurge do seu Calvário, laureada, gloriosa, divina, com a sua nacionalidade intacta, o seu prestígio multiplicado, as raízes do seu futro borbotantes de seiva. Tanto vai, senhores, do ser grande pela quantidade a ser grande pela qualidade.

Considerai qual das condições haveis de escolher, operários brasileiros. Uma acaba desagregada pelas circunstâncias da sua inferioridade. A outra, sustentada pela excelência do seu caráter, resiste a todas as provas, e de cada uma se desembaraça avantajada.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, pp. 372-372]

“Há na vossa grandeza um condão, para atrair os que se não rendem a outras: é que é a grandeza do trabalho. O trabalho não é o castigo: é a santificação das criaturas. Tudo o que nasce do trabalho, é bom. Tudo o que se amontoa pelo trabalho, é justo. Tudo o que se assenta no trabalho, é útil. Por isso, a riqueza, por isso, o capital, que emanam do trabalho, são, como ele, providenciais; como ele, necessários, benfazejos como ele. Mas já que do capital e da riqueza é manancial o trabalho, ao trabalho cabe a primazia incontestável sobre a riqueza e o capital.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 373]

“Todas as grandezas, senhores, todas as grandezas são aduladas. A vossa tem também os seus cortesãos; e nenhum deles se deve mais arreçar pois é, de todas, a mais nova inexperiente, a mais desacautelada, e, pelo generoso dos seus impulsos, a mais susceptível de cair nos laços da tentação, quando ela embebe a linguagem na cor dos sentimentos nobres.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 373]

[após comentar a relação entre trabalho e escravidão, discutindo a questão da abolição e as condições da população negra após isso, de descaso dos governantes republicanos] “Era uma raça que a legalidade nacional estragara. Cumpria às leis nacionais acudir-lhe na degradação, em que tendia a ser consumida, e se extinguir, se lhe não valessem. Valeram-lhe? Não. Deixaram-na estiolar nas senzalas, de onde se ausentara o interesse dos senhores pela sua antiga mercadoria, pelo seu gado humano de outrora. Executada assim, a abolição era uma ironia atroz. Dar liberdade ao negro, desinteressando-se, como se desinteressaram absolutamente da sua sorte, não vinha a ser mais do que alforriar os senhores. O escravo continuava a sê-lo dos vícios, em que o mergulhavam. Substituiu-se o chicote pela cachaça, o veneno, por excelência, etnicida, exterminador. Trocou-se a extenuação pelo serviço na extenuação pela ociosidade e suas objeções. Fez-se do liberto o guarda-costas político, o capanga eleitoral. Aguçaram-se-lhe os maus instintos do atavismo servil com a educação da taberna, do bacamarte e da navalha. Nenhuma providência administrativa, econômica, ou moral, se estudou, ou tentou, para salvar do total perdimento esses valores humanos, que soçobravam. Nem a instrução, nem a caridade, nem a higiene intervieram de qualquer modo. O escravo emancipado, sua família, sua descendência encharcaram putrescentes no desamparo, em que se achavam atascados. E eis aqui está como a política republicana liquidou o nosso antigo operariado, a plebe do trabalho brasileiro durante os séculos da nossa elaboração colonial e os quase setenta anos do nosso desenvolvimento sob a monarquia.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 375-376]

“Era uma segunda emancipação o que se teria de empreender, se o abolicionismo houvera sobrevivido à sua obra, para batizar a raça libertada nas fontes da civilização. Mas o abolicionismo degenerara da independência das suas origens, adotando o culto da princesa redentora, os cabeças da causa vencedora adormeceram nos seus lauréis, e a república, reacionária desde o seu começo, desde o seu começo imersa no egoísmo da política do poder pelo poder, traidora desde o seu começo aos seus compromissos, tinha muito em que ocupar a sua gente, para ir desperdiçar o tempo com assuntos sociais.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 376]

“O capital de agora é mais inteligente, e não tem direitos contra a humanidade. Nem o obreiro é o animal de carga ou tiro, desclassificado inteiramente da espécie humana pela

morte política e pela morte civil, que sepultavam em vida o escravo. Ao passo que a este mal lhe assistia jus à preservação da vida material, o operário tem todos os direitos de cidadão, todos os direitos individuais, todos os direitos civis, e, dotado, como os demais brasileiros, de todas as garantias constitucionais, não se queixa senão de que às relações peculiares do trabalho com o capital não corresponda um sistema de leis mais eqüitativas, a cuja sombra o capital não tenha meios para abusar do trabalho.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, pp. 378-379]

“O abolicionismo restituiu o escravo à condição humana. A reforma social, na sua expressão moderada, conciliatória, cristã, completaria, no operário livre, a emancipação do trabalho, realizada, outrora, em seus traços primordiais, no operário servil. Entre um e outro caso, portanto, não vai mais do que uma transição natural, a que os sobreviventes da luta abolicionista não deverão negar o seu consenso.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 379]

“A concepção individualista dos direitos humanos tem evoluído rapidamente, com os tremendos sucessos deste século, para uma transformação incomensurável nas noções jurídicas do individualismo, restringidas agora por uma extensão, cada vez maior, dos direitos sociais. Já não se vê na sociedade um mero agregado, uma justaposição de unidades individuais, acasteladas cada qual no seu direito intratável, mas uma entidade naturalmente orgânica, em que a esfera do indivíduo tem por limites inevitáveis, de todos os lados, a coletividade. O direito vai cedendo à moral, o indivíduo à associação, o egoísmo à solidariedade humana.” [RUY BARBOSA: *A questão social e política no Brasil* (1919) – conferir original e grafia; na compilação, p. 380] [ERROS E ACERTOS DO SOCIALISMO: pp. 380-381]

“Busquei servir ao meu País e ao meu Estado enquanto estive no êrro de supor que lhes podia ser útil. Mas, acabando, por fim, de ver que não tenho meio de conseguir nada a bem dos princípios a que consagrei a minha vida, e que a lealdade a essas convicções me tornou corpo estranho na política brasileira, renuncio ao lugar que, em quase contínua luta, ocupo neste regime, desde o seu comêço, deixando a vida política para me volver a outros deveres.” [Rui Barbosa, in MANGABEIRA, João. “*Rui, o estadista da República*”, p. 371 – conferir onde circulou originalmente]

Outra transformação relevante advinda da colocação da questão social ao centro do debate político brasileiro se deu no esforço de organização das classes dominantes pari passu à já intensa agitação social da classe operária, elemento na base da própria transformação da questão social em um fato incontornável. Não só os seus representantes atuaram em torno do assunto na Câmara – o *modus operandi* de sua atuação política sobre qualquer interesse –, mas variados agentes da mesma investiram em iniciativas de associação para *reagir* à situação nova experimentada. [Castellucci, pp. 227-230; SAENZ LEME; CARONE; Eujácio Silveira; Guilherme Nunes; Castro Gomes]. [até aqui, políticos estabelecidos e associações patronais “econômicas” – “par opositor aos sindicatos” – no próximo item referente às classes dominantes, organizações de cariz político-ideológico, pois detentoras de um *projeto* em sua intervenção (cabe lembrar, na diferenciação, das limitações organizativas da classe dominante apontadas por Carone)]

“A findar-se a Primeira Guerra Mundial [...] a luta dos industriais na defesa dos seus interesses já está toda canalizada para as entidades de classe. A defesa da indústria nacional não é mais feita de modo preponderante, como o fora anteriormente, por grandes nomes – como é o caso de um Amaro Cavalcanti, de um Serzedello Correa, ou de um João Luís Alves – mas sim, através de entidades de classe, como o Centro Industrial do Brasil, no Rio de Janeiro, a Associação Comercial de São Paulo, em São Paulo, e outras entidades de menor projeção. Os industriais de destaque – como é o caso de Jorge Street, no Centro Industrial do Brasil – exercem suas atividades em função das entidades, e não mais em nome próprio.” [LEME, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros (1919-1945)*. Petrópolis: Vozes, 1978. p. 9]

“Afora o Centro Industrial [do Brasil], existem, em 1919, as seguintes entidades industriais: Centro Industrial Cearense, em Fortaleza; Centro Industrial do Brasil, Associação dos Engenheiros e Industriais, Associações da Classe dos Ourives Fabricantes do Rio, Associação dos Cervejeiros de Alta Fermentação, Centro do Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, Centro dos Comerciantes e Industriais em Materiais de Construção, Centro da Indústria de Calçados e Comércio de Couros, Centro dos Industriais em Marcenaria, e Sociedade União dos Laticínios de Minas e do Rio de Janeiro, no Distrito Federal; Centro Industrial, em Belém do Pará; Centro dos Industriais de Herva Mate e Centro dos Industriais de Madeiras, em Curitiba; Sociedade Beneficente dos Proprietários de Padaria, em Recife;



Associação dos Proprietários de Padaria, em Santos; União dos Proprietários de Padaria, em São Paulo; e Centro Industrial do Algodão, em Salvador.

Cabe ressaltar que, já neste momento, o operariado acha-se mais organizado que o patronato. São 368 associações operárias espalhadas por todo o território nacional. A concentração maior, todavia, é no Distrito Federal, que conta com 111 entidades operárias. No Estado de São Paulo, existem 49 dessas associações, sendo 10 na Capital.” [LEME, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros* (1919-1945). Petrópolis: Vozes, 1978. p. 10]

“A preponderância dos setores industriais na organização das entidades, na década de 1920, torna-se patente na própria organização do Centro Industrial do Brasil. A entidade organiza-se por princípio federativo, dividindo-se em vários setores industriais, que mantém sua autonomia dentro da associação. Cada setor escolhe seu diretor de classe, e a divisão de cargos na diretoria geral é feita entre eles. Os diferentes setores agregam-se aos poucos à entidade. [...] O número, por setor, de diretores de classe, na composição da diretoria geral da entidade, revela a predominância do setor têxtil. [...] A estrutura de organização do Centro Industrial do Brasil possibilita o estabelecimento de ligações diretas entre uma indústria particular e a direção geral da entidade.” [LEME, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros* (1919-1945). Petrópolis: Vozes, 1978. pp. 12-13]

“A ação econômica da burguesia [...] realiza-se através de suas entidades de classe. Aliás, é justamente para enfrentar tais problemas que os industriais se unem e organizam as entidades. Ao mesmo tempo que buscam elaborar um amplo programa econômico de defesa da indústria, lutam continuamente para obter as medidas parciais necessárias para a manutenção e desenvolvimento do setor. As reivindicações mais importantes referem-se à pauta alfandegária e às soluções para as crises industriais.” [LEME, Marisa. *A ideologia dos industriais brasileiros* (1919-1945). Petrópolis: Vozes, 1978. pp. 35-36]

### III - A EMERGÊNCIA DA QUESTÃO SOCIAL (1917-1922)

A edição de 27 de setembro de 1919 do periódico *Spártacus* veiculou em suas páginas um manifesto assinado por múltiplas mãos de título direto: “*Os anarquistas brasileiros ao povo*”. Dentre as razões que orientaram a redação e publicação do documento, a necessidade de “[...] mostrar á burguezia que ha no Brazil muito maior numero de militantes anarquistas brasileiros do que ela supõe...”. Faziam-se presentes os elementos característicos básicos do manifesto enquanto gênero textual: reconstituição histórica do movimento; denúncias a outrem; projeto de poder; anúncios de caráter organizativo; chamado à mobilização etc. Identificam os autores, na visão que veiculam de sua própria trajetória, um ponto de inflexão ocorrido dois anos antes da publicação do texto. Era o momento em que “a hora soou premente” e a *questão social* foi posta “no terreno aspero e concreto das soluções imediatas”. Tema do qual estes anarquistas diziam-se os únicos interessados, em posição de isolamento, não raro servindo de alvos à ridicularização, argumentavam que a questão social se tornou problema candente, influenciando inclusive no acentuar da repressão que sofriam, a qual com veemência denunciavam em outros momentos do mesmo escrito:

No Brazil, até bem pouco, eramos nós, anarquistas, os unicos que cuidavamos, isolados, da chamada questão social. E eramos chasqueados e apodados de insensatos, afirmando-se pedantemente aos quatro ventos que “no Brazil não existia questão social”. Mas a hora soou premente, colocando a questão, não mais no simples tablado das elocubrações teoricas e doutrinarias, mas no terreno concreto e aspero das soluções imediatas. Apanhada de surpresa, a nossa burguezia deitou as vistas atabalhoadas e perplexas sobre o assunto. Toda a imprensa graúda, ao serviço de argentarios, governantes e politicões, abamdonou as atitudes chasqueantes e entrou de pena em riste no turbilhão, dando por paus e por pedras, com a sua tradicional ignorancia e a sua habitual velhacaria mistificadora. As mensagens presidenciaes choveram sobre os parlamentos, nas horas toldadas de grèves, fomes e arruaças. Os parlamentos forjaram decretos e codigos mal traduzidos, pretendendo resolver a questão social no Brazil com malamanhados plagios de antiquadas e obsoletas leis européas. E neste pé vamos andando, ha dois anos...<sup>225</sup>

O ano de 1917 marca, assim, a entrada definitiva do proletariado na cena histórica brasileira. Não é apenas a auto avaliação anarquista que o indica. A historiografia referente ao período também identifica uma inflexão na referida data. Com terminologia assemelhada, observou Edgard Carone: “Os três anos que antecedem 1920 anunciam a questão social. Não

---

<sup>225</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

apenas as classes sociais oprimidas se agitam, mas a política toma conhecimento de sua realidade”<sup>226</sup>. Em sentido semelhante também observou Ângela de Castro Gomes:

De uma forma geral, os anos da Primeira Guerra Mundial assinalam o início de um período no qual a questão social começa a ser sistematicamente mais discutida, assumindo contornos mais definidos e maior intensidade, embora tal fato não chegue a significar uma completa ausência de iniciativas nos anos anteriores. Em nosso país, seria a partir da segunda década do século XX, mais especificamente nos anos de 1917/19, que um conjunto articulado de idéias sobre as causas da questão social e a necessidade de providências para sanar e/ou evitar seu desenvolvimento começa a esboçar-se de forma clara. A partir daí, o assunto não mais deixaria de ser lembrado e discutido, apesar de seu debate poder ser “esquecido” ou afastado em certos momentos, ressurgindo em outros com nova força e características.<sup>227</sup>

Classe diminuta na composição do todo social, ainda que em expressivo crescimento<sup>228</sup>, o proletariado não deixa de se manifestar em um período de perturbações globais. Se respondia primordialmente a circunstâncias locais que influíam diretamente em sua vida material, cabe pontuar, porém, que aquele era um período no qual mais e mais local e global se articulavam de forma decisiva. A violência, força inerente ao funcionamento do sistema capitalista, expressava-se em termos planetários naqueles anos, afinal, desde os últimos decênios do século anterior que a própria civilização burguesa possuía escala mundial<sup>229</sup>. As fórmulas sintéticas contidas no *Manifesto Comunista*, redigido por Karl Marx e Friedrich Engels em 1848, resumem o processo que viria a ocorrer sem retirar-lhe a sua carga de dramaticidade:

Impelida pela necessidade de mercados sempre novos, a burguesia invade todo o globo terrestre. Necessita estabelecer-se em toda parte, explorar em toda parte, criar vínculos em toda parte. [...] Ao invés das antigas necessidades, satisfeitas pelos produtos nacionais, surgem novas demandas, que reclamam para sua satisfação os

---

<sup>226</sup> CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo 1922-1938*. São Paulo: DESA, 1965. p. 71.

<sup>227</sup> CASTRO GOMES, Ângela. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979. p. 56.

<sup>228</sup> De acordo com a síntese de Boris Fausto, entre o final do século XIX e o ano de 1930 seguia a predominância das atividades agrícolas no país, porém anunciando-se já o crescimento industrial que marcaria o período vindouro: “Segundo o censo de 1920, dos 9,1 milhões de pessoas em atividade, 6,3 milhões (69,7%) se dedicavam à agricultura, 1,2 milhão (13,8%) à indústria e 1,5 milhão (16,5%) aos serviços. Devemos notar que ‘serviços’ englobam atividades urbanas de baixa produtividade, como os serviços domésticos remunerados e ‘bicos’ de vários tipos. O dado mais revelador é o do crescimento do número de pessoas na área industrial, que, pelo censo de 1872, não passava de 7% da população em atividade, mas é bom lembrar que muitas ‘indústrias’ não passavam de pequenas oficinas. De qualquer modo, se é verdadeira a noção de domínio das atividades agroexportadoras, com o café em primeiro lugar, durante a Primeira República, não devemos pensá-la em termos absolutos. Não só a produção agrícola para o mercado interno teve significação como a indústria foi-se implantando com força crescente”. Cf. FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015. p. 242.

<sup>229</sup> AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual*. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976. p. 7.

produtos das regiões mais longínquas e de climas os mais diversos. No lugar do antigo isolamento de regiões e nações autossuficientes, desenvolvem-se um intercâmbio universal e uma universal interdependência das nações. [...] Com o rápido aperfeiçoamento dos instrumentos de produção e o constante progresso dos meios de comunicação, a burguesia arrasta para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras.<sup>230</sup>

A necessária invasão burguesa em todo o planeta – e o conseqüente compêlir “para a torrente da civilização todas as nações, até mesmo as mais bárbaras” – citada pelos autores alemães teve por precedência, e isso está presente em seu texto, a destruição, por obra da mesma burguesia, das “relações feudais, patriarcais e idílicas”. A classe burguesa, vitoriosa perante a opressão de seu passado, tinha então por tarefa consolidar de fato o seu domínio, o que marcou em grande medida o sentido da história do século XIX. A caminhada conjunta da economia e da política, com os avanços do regime capitalista de acumulação e de sua classe protagonista no seio do Estado, teve expressões sangrentas, afinal cabia deslocar uma força social já caduca e derrotar os descontentes com a nova ordem social em afirmação<sup>231</sup>. Este processo articulado teve como um de seus motes a expansão geográfica de seu raio de ação, como já observado, fosse através da incorporação de áreas até então praticamente externas ao seu escopo pela via das armas e da justificativa civilizatória, fosse através do ingresso maciço de capitais nos territórios periféricos na procura obstinada por matérias-primas adequadas à demanda da industrialização em processo nas antigas metrópoles.

Assim, o longo período aberto com o ato de proclamação da Independência política brasileira teve como marca, em termos estruturais e geograficamente globais, a constituição, em um dado momento desse processo, do que se chamou de *imperialismo*. Não é estranho assim que, em outros termos, aquela configuração à qual a historiografia referiu-se enquanto *Antigo Sistema Colonial*, ao adquirir novos contornos e potencialidades à medida que o

---

<sup>230</sup> MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. Manifesto Comunista. IN: ALI, Tariq (org.). *Manifesto Comunista; Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. p. 25.

<sup>231</sup> É nessa linha que refletiu Antonio Gramsci sobre os problemas metodológicos pertinentes à análise das relações de forças em uma situação concreta. Para tanto, foi escolhido pelo dirigente comunista atentar à história política francesa – objeto de atenção privilegiado dos estudos de Marx, como já ressaltado por variados especialistas em sua obra e pensamento –, acentuando o completar de sua revolução *burguesa* com a derrota da Comuna de Paris em 1871 (a título de exemplo, pode-se lembrar que o já citado Godechot interpreta que a experiência da revolução experimentada no Ocidente desde o último quartel do século XVIII já estava concluída em 1850). Cita-se: “[...] só em 1870-1871, com a tentativa da Comuna, esgotam-se historicamente todos os germes nascidos em 1789, ou seja, não só a nova classe que luta pelo poder derrota os representantes da velha sociedade que não quer confessar-se definitivamente superada, mas derrota também os novíssimos grupos que consideram já ultrapassada a nova estrutura surgida da transformação iniciada em 1789 e demonstra assim sua vitalidade tanto em relação ao velho como em relação ao novíssimo. Além do mais, com os acontecimentos de 1870-1871, perde eficácia o conjunto de princípios de estratégia e tática política nascidos praticamente em 1789 e desenvolvidos ideologicamente em torno de 1848.” Cf. GRAMSCI, Antonio. Op. Cit., p. 39.

capitalismo se desenvolvia – um amplo processo no qual também se inscrevia o próprio sentido da história do Brasil de então –, possa ser denominada enquanto um *sistema mundial de dependências*<sup>232</sup>.

O processo atingiu o escravista Império brasileiro, originando a circunstância na qual dois modos de produção se interpenetravam: o escravismo colonial, que na longa duração remetia ao momento de violento encontro dos exploradores portugueses com o território americano, e as relações de cariz propriamente capitalista, que passam a mais e mais se fazer presentes no espaço brasileiro, como, ademais, era o caso de vários países vizinhos. A partir de meados dos oitocentos esta situação se tornará particularmente marcante, como já observado por pertinente bibliografia. Ao final daquele século uma configuração institucional relativamente alinhada às exigências características de uma formação capitalista já figurará no Brasil. As transformações totais que operam encetadas por tal quadro - alimentado por fatores vários de caráter local ou global – originam novas configurações, as quais, como esperado, tão passíveis de tensões quanto as que as precederam.

A conjuntura crítica em que emergia a questão social no Brasil, mencionada na abertura deste texto, encontrava-se em consonância com uma duradoura alteração de dimensões enormes em limites mais amplos, portanto. A troca de comando nos rumos do capitalismo – a Inglaterra começava enfim a ser suplantada pelo que outrora foram as suas antigas colônias no norte da América –, processo inscrito em seu próprio movimento expansivo de acumulação, ensejava, como já verificado em circunstâncias anteriores, o soar da “*hora fatídica do relógio do mundo*”, ponto de deslocamento cujas marcas são “lutas, choques e crises econômicas”<sup>233</sup>. A crise econômica (um fenômeno de periodicidade cíclica) já era uma realidade bastante tangível para vastas extensões do globo a partir dos anos 1870, quando o termo “grande depressão” foi cunhado originalmente, cessando apenas duas décadas depois. Se a fase recessiva estava solucionada pelo movimento expansivo de acumulação de capital, que encontrava na procura incessante por novos territórios e mercados a solução para os seus limites, a realidade de lutas e choques era, por sua vez, alimentada por esta solução. O enfrentamento de dimensões inéditas iniciado em 1914, ponto culminante daquele processo, alterou o ordenamento das mais distintas formações sociais.

---

<sup>232</sup> “Parece certo que a lenta transição do feudalismo ao capitalismo na Europa teve como contrapartida, em certas áreas do mundo colonial, a passagem do Antigo Sistema Colonial para o sistema mundial de dependências.” Cf: MOTA, Carlos Guilherme. “Preliminar às Dimensões”. IN: \_\_\_\_\_. (org.) *1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. p. 10.

<sup>233</sup> ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo*. IN: \_\_\_\_\_. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. p. 31.

Enquanto a população brasileira experimentava os variados efeitos da carestia ocasionada pela *débâcle* dos mercados, espaços e sociedades de aparência muito mais imóvel, como o antigo Império Russo, também eram abalados pela hecatombe imperialista, a ponto de, em contrapartida, também jogar seu papel nos rumos da Grande Guerra. Formação social cujas contradições foram exacerbadas ao máximo com o conflito, sendo levadas ao ponto de sua ruptura<sup>234</sup>, teve em um dos mais destacados personagens do atribulado ano de 1917, o dirigente Vladimir Lenin, a proclamação de uma ruptura política e a nova difusão do chamado político que fora o *leitmotiv* do século que era soterrado pela destruição da guerra: a *revolução*. Esta palavra de significado forte não desapareceria do léxico político, pelo contrário. Inegavelmente vivenciava-se um período de transformações. Outros termos a acompanhavam no debate de então, seja na sua expectativa, seja no seu temor: crise, decadência, regeneração, reação, reforma etc.

A guerra de 1914, em variados sentidos, foi um ponto de não-retorno. Diferentes leituras historiográficas sublinham que aquele evento cumpriu papel de uma mudança fundamental nos rumos sistêmicos<sup>235</sup>. No Brasil, por sua vez, foram intensificadas mudanças estruturais que já se operavam em processo lento, afetando decisivamente a vida de uma classe trabalhadora urbana que, junto às transformações econômicas aceleradas naquela conjuntura de violência, também se formava em ritmo vagaroso para emergir quase que abruptamente aos olhos menos atentos. Ao mesmo passo que esta classe entrava em cena de forma quase que explosiva, outras classes e grupos sociais também reagiam às grandes transformações próprias daquele período. Não é mero acaso que, nos mesmos anos em que setores radicais organizados do proletariado agitassem greves e insurreições, a classe dominante tenha se dividido em renhida campanha eleitoral pela presidência

---

<sup>234</sup> HOBBSAWM, Eric. *Era dos extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. pp. 61-62.

<sup>235</sup> Uma breve síntese historiográfica é mais do que o suficiente para demonstrar o caráter que tão dramático evento assumiu enquanto um marco histórico de inflexão nos mais distintos aspectos da vida social: “*É irrefutável a transcendência da Primeira Guerra Mundial e da Revolução Russa como marcos na história do século XX. Para Eric Hobsbawm, ‘(...) as tensões da guerra total do século XX sobre os Estados e povos nela envolvidos foram tão esmagadoras e sem precedentes que eles se viram esticados até quase seus limites e, quase sempre, até o ponto de ruptura (...). Parecia óbvio que o velho mundo estava condenado. A velha sociedade, a velha economia, os velhos sistemas políticos tinham, como diz o provérbio chinês, ‘perdido o mandato do céu’.*” Karl Polanyi enxergou a guerra como término da ‘paz de cem anos’, o evento que decretou o fim da civilização do século XIX ao socavar suas bases, a saber, o equilíbrio de forças entre as potências mundiais, o padrão ouro internacional, a economia de mercado autorregulado e o Estado liberal. De outra perspectiva, mas ressaltando o caráter disruptivo do conflito, Arno Mayer o considerou como ‘a abertura do ato final de dissolução do Antigo Regime na Europa.’” Cf: FERREIRA, Fernando Sarti. “A Segunda Internacional está morta? O Tratado de Versalhes e a Federação Sindical Internacional.” IN: *Mouro: Revista Marxista – Núcleo de Estudos d’O Capital*. Ano 5, n. 8. Dezembro de 2013. p. 217.

, e que um grupo católico, assombrado com tantas mudanças e especialmente com a deletéria manifestação do mundo moderno que emergia a partir do Leste, tenha se articulado em nome da reação e da tradição na revista *A Ordem*. É disso, e outros pormenores, que tratará este capítulo.

#### **CAPÍTULO IV - Anarquismo e maximalismo, “a transformação social torna-se cada dia mais urgente, mais necessária, mais humana”**

##### 4.1 A “batalha local da grande e universal guerra de classe dos nossos dias”: projetos de organização e insurreição

A guerra total operou uma mudança de padrão histórico, inaugurando uma época nova, com contradições de qualidade distinta. Para o movimento operário não foi diferente, sendo a conjuntura crítica da Grande Guerra (1914-1918) um dos mais importantes pontos de mudança em sua trajetória<sup>236</sup>. Deve-se recordar que aqueles anos foram de degradação das condições da vida material da classe trabalhadora, seja na Europa, seja no Brasil, com a situação da carestia<sup>237</sup>. O período foi de abalo sistêmico verificado especialmente nas periferias, sendo a vitória bolchevique em Outubro de 1917 um ponto então destacado. No que tange a classe trabalhadora brasileira (especialmente a sua fração urbana), um episódio significativo em tal conjuntura é o da greve geral de 1917 em São Paulo – momento no qual elementos novos, como a necessidade de uma articulação com o baixo oficialato da soldadesca, passam a ser incorporados nas propostas operárias, algo que certamente se deve, em boa medida, ao impacto do que então se noticiava da Rússia. Evento de grande destaque na historiografia especializada, não foi ocorrência única, sendo verificadas mobilizações em

---

<sup>236</sup> Edgard Carone sintetiza bem o essencial que configura um *novo* momento para o movimento operário: crise e insatisfação, as quais resultam em novos sentidos e rumos. Cite-se: “*O movimento operário sofre os efeitos da guerra e do pós-guerra. Não falamos aqui do aparecimento do bolchevismo, mas de outros acontecimentos. Eles são em grande número: alguns mais importantes, outros superficiais. O fundamental é haver situações que revelam novos sentidos e rumos, complementares e até antagônicos à nossa tradição proletária. A procura de novas veredas é sinal de crise e insatisfação, que acabam se canalizando na formação do PCB. Dentre essas posições recentes, os sinais reveladores são o Congresso pela Paz, a tentativa de insurreição de 1918, a simpatia pela Revolução Russa e a formação do PCB anarquista.*” Cf: CARONE, Edgard. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989. p. 60.

<sup>237</sup> BARTZ, Frederico. “O maximalismo como problema: circulação e apropriação da ideia de bolchevismo no movimento operário brasileiro durante os primeiros anos da Revolução Russa”. IN: *Izquierdas*. Colombia, n. 31, diciembre 2016, pp. 236-237.

outras regiões do Brasil, tais como a greve geral de 1919 em Salvador, ocorrida entre os dias 02 e 12 de junho<sup>238</sup>.

A articulação entre essas importantes experiências de luta, componente fundamental do próprio processo de formação de uma classe, com uma conjuntura de avanço das forças proletárias a nível internacional resultou em novas orientações organizativas. Com atenção nos socialistas brasileiros, o historiador Edgard Carone interpretou que estes apresentam, após o fim da guerra, duas novidades qualitativas: maior densidade numérica e presença geográfica nos diferentes estados brasileiros, bem como a influência da Revolução Russa<sup>239</sup>. Fundamental nas colocações de Carone sobre o processo em tela, porém, é o trânsito que estabelece entre motivações conjunturais e fenômenos estruturais. Trata-se aqui de iniciativas *revolucionárias*, projetos de afirmação política e de pretensão de transformação social *total*. Inegavelmente fenômenos ideológicos relevantes estavam em movimento:

O movimento contra a guerra e a simpatia pela revolução na Rússia são dois momentos de mobilização e enriquecimento para a experiência operária. Mas são fatores momentâneos, pois, terminada a motivação conjuntural, a ação se dilui. O contrário se dá com outros fenômenos que marcam esta transitoriedade do movimento operário, isto é, os de caráter estrutural. Falamos do projeto revolucionário de novembro de 1918 e da fundação do primeiro PCB em 1919. Ambos pretendem instaurar a mudança da sociedade e iniciar ação política própria.<sup>240</sup>

A interpretação de Carone sobre o fenômeno demanda matização. Como verificado nas páginas da imprensa militante durante o agitado inverno de 1917, a pretensão de “instaurar a mudança da sociedade e iniciar ação política própria” já estava posta a público. Ainda que tais letras fossem da lavra de dirigentes já experimentados, com longa trajetória em muitos casos, é razoável supor que alguma reverberação tiveram entre uma classe mais numerosa, ainda que animada por “fatores momentâneos”. Discordância mais importante com a leitura acima, contudo, refere-se à articulação entre “motivação conjuntural” e “caráter estrutural” dos fenômenos políticos em tela. Sem negá-los, cabe compreender que, se os impactos econômicos da Grande Guerra são de ordem conjuntural (ainda que, como não podia deixar de ser, atuantes sobre uma determinada estrutura), e há uma alteração de propósitos estruturais no projeto revolucionário dos militantes de então, estes mesmos atores – engajados no “movimento contra a guerra” e na “simpatia pela revolução na Rússia” – atuam em ambos

---

<sup>238</sup> CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.

<sup>239</sup> CARONE, Edgard. *Op. Cit.*, 1989. p. 81.

<sup>240</sup> *Ibidem*, p. 64.



os movimentos abordados por Carone, o que sugere, justamente, tratar-se de um mesmo processo. Há que avaliá-lo em suas transformações com mais pormenor<sup>241</sup>.

“É importante ressaltar que os operários, ao se manifestarem nas ruas e nas fábricas, mudaram os parâmetros pelos quais as ações eram pensadas, influenciando a forma como a própria ideia de revolução será imaginada a partir daquele momento. Considero [...] que não se trata apenas de euforia ou entusiasmo fugaz, mas o início de um movimento que mudará profundamente o modo de pensar dos militantes, movendo seus objetivos e suas expectativas quanto ao futuro. Repito que, em minha opinião, esta relação não é imediata, nem direta, como acreditavam, por exemplo, alguns dos primeiros autores ligados ao Partido Comunista (como Astrojildo Pereira), mas, pelo contrário, estas mudanças assumem formas complexas e nem sempre muito claras, mas tem como ponto fulcral a possibilidade da Revolução Social no Brasil. Por esta razão mesma, a ideia de Revolução Social foi uma das que sofreu maiores modificações desde 1917, isto porque de uma ideia-força cuja existência era teórica, ela se tornava uma preocupação atual para os militantes, algo que era necessário planejar.”

O ciclo revolucionário global aberto em 1917 também impactou os anarquistas, que se relacionaram com o processo, tal qual os socialistas, já experimentados nas lutas desenvolvidas durante os últimos anos. Os militantes anarquistas e sindicalistas revolucionários, organizados com maior vigor a partir de meados da década de 1900, cumpriam um papel de disputa com as diferentes correntes socialistas e reformistas. Os *libertários*, como coloca Frederico Bartz, se diferenciavam internamente tanto por serem

---

<sup>241</sup> Muito da argumentação desenvolvida neste momento da tese aproxima-se de algumas considerações de Frederico Bartz. Com atenção nas insurreições operárias do final da década de 1910, o autor propõe uma perspectiva na qual há uma ampla confluência de tradições, experiências e impactos na consecução da luta operária de então, inclusive relacionando-a com movimentos de contestação alheios à classe. Desta forma, é possível interpretar alguns dos fenômenos aqui em tela para além de uma rápida atribuição de anarquismo às revoltas ou cópia simples dos bolcheviques russos. Cabe destacar, especialmente, a sua metáfora em torno de *diversos caudais que desagüam em uma mesma correnteza*, o que pode mesmo ser extrapolado para além do foco no movimento operário para um processo mais amplo de crise em gestação da ordem oligárquica: “Através de uma nova perspectiva de análise, no entanto, proponho abordar estas insurreições como um momento de amadurecimento de um projeto político revolucionário no movimento operário brasileiro, onde confluiu a tradição de organização dos trabalhadores, fomentada pelos anarquistas e sindicalistas revolucionários; o exemplo da tomada do poder por um partido operário, trazido pela Revolução Soviética e mesmo a influência de um modelo ‘nativo’ de insurreição, que congregava republicanos radicais, militares e classes populares na luta contra o poder da oligarquia. Como fossem diversos caudais que desagüassem em uma mesma correnteza, estas influências heterogêneas alimentaram os projetos revolucionários que se gestaram no movimento operário brasileiro naquele momento de grande agitação social, que foram os anos de 1910.” Cf: BARTZ, Frederico. “Os diferentes caudais que alimentavam o curso da revolução: as insurreições operárias na Primeira República e a construção de um projeto revolucionário heterogêneo pelos militantes brasileiros”. IN: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis, 2015. p. 1.

forjados a partir da influência de diferentes matrizes teóricas e práticas sindicais, bem como pelo fato de não apresentarem programa de ação ou ideologia homogênea; contudo, tinham por características comuns, aponta o mesmo autor, a ênfase na ação direta, a valorização da greve como um instrumento de luta, a constituição de uma cultura de resistência e, por fim, a ênfase no papel da *revolução social*. Novidade qualitativa no que toca a consciência e a luta de classes, este último elemento não poderia passar incólume às transformações de vulto ensejadas pela Grande Guerra, sendo o palco russo espaço privilegiado de sua atenção<sup>242</sup>.

Indício maior das transformações operadas no seio do movimento operário está tanto na formação de uma miríade de organizações novas, inclusive com inovações em sua forma, quanto nos órgãos de imprensa em que se engajaram, instrumentos de importância destacada nas atividades organizativas já há algum tempo.

Atente-se, antes de tudo, ao grau do impacto de processos estrangeiros sobre esta militância, que se entendia como parte de um mesmo processo de lutas agudas pela “fallencia da organização burgueza”, processo único este a resultar “no mais imponente espetáculo da Historia”, o que punha “a inadiável necessidade de por todos os trabalhadores brasileiros ao corrente do grupo de ideias que constitue a theoria maioritaria ou bolcheviki”:

Felizes dos homens de hoje, pois seus olhos se vão recrear no mais imponente espetáculo da Historia: o triunfo da Liberdade sobre a Tyrannia. A victoria das ideias socialista-anarquistas, que representam a causa da Liberdade, é cousa de que em bôa-fé já não se póde mais duvidar. Esta guerra, que representava as mais altas esperanças da burguezia, está dando resultado inteiramente differente do que convinha aos interesses que a desencadearam. Suppunham os burgueses que desta lucta collossal entre os principaes paizes do orbe o seu poder sahisse prestigiado e consolidadas ficassem suas *sagradas* instituições. Mas a guerra suscitou tantas e tão variadas questões; poz em jogo tão variados interesses e creou uma situação tal, que a organização burgueza terá de abrir fallencia. E à fallencia da organização burgueza succederá o estabelecimento de uma sociedade socialista, que se iniciará com o mesmo programma do maximalismo russo. [...] O maximalismo, que é a verdadeira Civilização, como esta, avança do Oriente para o Occidente. Subverterá todo o mundo antigo e livrará a Humanidade do pezo odioso das actuaes instituições – tornando todos os Homens senhores de si proprios. Agora, admittida como está a implantação do bolchevikismo em todos os paizes, inclusive o Brazil, certamente sobresahe a inadiável necessidade de por todos os trabalhadores brasileiros ao corrente do grupo de ideias que constitue a theoria maioritaria ou bolcheviki.<sup>243</sup>

Duas as iniciativas para a resolução da *necessidade* posta com a “implantação do bolchevikismo”: insurreição e organização. O texto “*No limiar da nóva era*”, acima citado,

---

<sup>242</sup> BARTZ, Frederico. *Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014. pp. 33-34.

<sup>243</sup> No limiar da nóva era. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 25. Recife: 20/11/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

vinha a lume dois dias após consideráveis enfrentamentos entre, de um lado, operários e militares revoltosos, e de outro as forças militares fieis ao governo instituído. O levante de trabalhadores cariocas dos setores têxtil, metalúrgico e da construção civil, em greve declarada, direcionados à tomada de aparelhos militares, da prefeitura e do Palácio do Catete, vinha sendo preparado há alguns meses.

Durante um período de numerosas manifestações de rua, em reuniões secretas, os membros da Aliança Anarquista conspiravam em companhia de alguns socialistas. Eram José Oiticica, Astrojildo Pereira, Agripino Nazaré, João da Costa Pimenta, entre outros. Estavam imbuídos de “[...] todo um clima propício à idéia de insurreição armada”, como observou Edgard Carone, ressaltando não apenas o recente exemplo da Revolução de Outubro, como o expressivo número de greves que caracterizavam aquela conjuntura, fato manifesto também na criação de formas organizatórias “[...] que naquele momento comprovam a disposição oposicionista da classe”<sup>244</sup>. É possível também trabalhar com a hipótese da presença de certa tradição jacobina anterior, vide a procura de aliança com militares de baixa patente. Tragicamente, o encarregado da estratégia militar, Jorge Elias Ajuz, estava os espionando. Não apenas fora rapidamente debelado o movimento, com prisões e mortes de trabalhadores, como os quadros dirigentes foram presos e deportados<sup>245</sup>.

A *Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*, “organismo de espírito largo e amplo, jenerico e fundamental”, surge em uma reunião ocorrida no dia 20 de janeiro de 1918, na qual alguns militantes, que a convocaram procuravam – ou ao menos assim se afirmam no texto de apresentação do nascente organismo – “dar por terminadas as discussões estereis travadas em torno do tema ‘anarquismo e sindicalismo’”. O propósito, de acordo com o *Boletim* inaugural da Aliança, é constituir “[...] um orgam de união, de entendimento, de *aliança* entre todos os anarquistas do Rio de Janeiro formados em grupo ou não”<sup>246</sup>.

Para além de seu anúncio, faz-se presente no periódico questões recorrentes como a saudação à Revolução Russa e a denúncia dos impactos da guerra. Há a autoafirmação anarquista enquanto opositores tenazes do conflito – “fruto de profundas convicções” -, bem como uma seleção de textos vindos a lume em outros veículos comprovando a atitude tomada. Neste volume inaugural, “O monte crece...” e “O momento”, publicados respectivamente em

---

<sup>244</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., 1989. p. 66.

<sup>245</sup> BARTZ, Frederico. Partido Comunista do Brazil (1919): lutas, divergências e esquecimentos. IN: *Aedos*. Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. N. 4. V. 2. Novembro de 2009. pp. 320-321.

<sup>246</sup> Aliança Anarquista do Rio de Janeiro. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. I. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

*A Plebe e O Cosmopolita*. Anunciado para o segundo número publicações originárias de *Debate*, *Semana Social* e *Guerra Sociale*. A luta de classes fica evidente em “A guerra e o comercio” com a exposição da razão entre o considerável acréscimo nas exportações e a carestia de vida, problema fundamental nos movimentos paredistas em curso:

[...] este enorme acrecimo de esportação, de saida de jeneros para fóra do Brazil, é que cauza a enorme subida de preços internos. Concluiu a *Noite*: “de uma maneira jeral, pode-se afirmar que a guerra teve uma influencia benefica sobre o nosso comercio de esportação”... E como quem diz comercio diz comerciante, e portanto, o burguez, o rico, rezulta de tudo isso, claramente, o seguinte: que a guerra, para a burguezia, è um ecelente negocio, enquanto que para o povo, não se falando, na possivel contribuição de sangue, é motivo só de fome e miseria. E assim é como se o enorme entusiasmo da burguezia pela continuação da guerra...<sup>247</sup>

No que toca o processo revolucionário no Leste, também dedicam uma seção para os “Documentos sobre a Revolução Russa”. Figurariam ali os “Telegramas, artigos, notas, impressões, todo e qualquer material nos servirá – verificada, claro está, quanto possível, a idoneidade de cada um”. Destarte, “dous topicos profeticos de antigos escritos de Marx e Bakunine”, bem como decretos e notas de correspondentes.

Finalizando o *Boletim*, não apenas uma explicação teórica e doutrinária do que vem a ser a proposta anarquista, mas também um diagnóstico dos males estruturais da sociedade capitalista e, como não podia deixar de sê-lo, o que vem a ser o seu projeto político de outra ordem social:

A *Anarquia* é a constituição de uma sociedade sem os homens do governo, isto é, sem os exploradores. E’ uma sociedade em que ha direção, ordem, acordo, mas sem policias, nem ezercitos, nem ministros. Será isso possível? Sim, desde que suprimamos a cauza unica de todas as desavenças sociais, de todos os crimes e vicios. E qual esta cauza? A *propriedade*. Realmente, os roubos, as guerras, as falcatruas, a maior parte dos assassinios, o jogo, a prostituição, a miseria, todos os males sociais provêm da *propriedade*. Alguns individuos se apoderaram da Terra e não permitem que a maioria a cultive e dela estraia menos possível para os outros. Por isso inventou-se o *dinheiro* e por esse meio as riquezas são distribuídas muito mal. [...] Estinguindo-se o direito de propriedade, acabará essa injustiça clamorosa e as riquezas pertencerão a todos. Só assim os serviços serão distribuidos com ordem e se evitarão os enormes gastos inuteis com reclamos, luxos, funcionarios vadios, guerras, etc. *Anarquia* é portanto uma obra de bom senso. No futuro os homens ficarão espantados de saberem que houve um tempo em que a humanidade viveu sob o rejimem atual. Medita nisso que dizemos e procura ler os livros anarquistas.<sup>248</sup>

<sup>247</sup> O comercio e a guerra. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. I. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>248</sup> Que é anarquia?. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. I. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 5.

A recomendação final aos leitores, potenciais desconhecedores do ideário ácrata, é acrescida, pouco abaixo na mesma página, de “[...] uma pequena lista de alguns dos principais livros anarquistas”:

Kropotkine (*Palavras dum revoltado; A conquista do pão; O apoio mútuo; A ciencia moderna e anarquia*);

Sebastian Faure (*A dor universal*);

Jean Grave (*A sociedade moribunda e a anarquia; A sociedade futura; O individuo e a sociedade*);

Hamon (*Socialismo e anarquismo*);

Cornellissen (*A caminho da sociedade nova*);

Charles Albert (*O amor livre*).

Esta não é a única recomendação literária dos redatores do *Boletim*. Talvez a única recomendação direta. É que também é dada notícia do retorno às atividades do Grupo Editor da “Pequena Biblioteca Libertaria”, com atenção nos folhetos que pretendiam levar a lume:

E’ seu propozito fazer grandes edições de folhetos de propaganda elementar e gratuita. O primeiro folheto a ser editado, para o que se acham em circulação listas de subscrição, é o de Jorge Thomar, *O que querem os anarquistas*. A este seguir-se-ão: *Anarquia*, de André Girard; *Por que somos anarquistas?* de Saverio Merlino; *Para os que não são anarquistas*, de Eduardo Gilimón; *Anarquismo*, definição e histórico da Enciclopedia Britanica; *A guerra*, de Un-Sans-Patrie.<sup>249</sup>

A recomendação de leituras essenciais, pelo seu próprio caráter de seleção, uma forma de orientação ideológica, deveria alcançar um caráter nacional de pregação entre a classe trabalhadora. Esta era a intenção da Aliança com o seu periódico:

E’ distribuido gratuitamente pelo Brazil inteiro, pelas associações operarias, libertarias, cientificas, literarias, pela imprensa diaria e periodica, bem como a quantos nol-o pedirem, bastando para isso a simples comunicação do endereço. Aos amigos e camaradas que dezejem receber pacotes, pedimos nos avizem o numero de exemplares que necessitam. Escuzado será dizer que este Boletim é feito com esforço e sacrificio e que, assim, toda a ajuda voluntaria, que nos oferecem, será precioza.<sup>250</sup>

---

<sup>249</sup> Grupo editor da “Pequena Biblioteca Libertaria”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. I. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>250</sup> Este boletim. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. I. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

O segundo *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* não traz maiores diferenças em relação ao anterior. Na seção dedicada à exposição de sua posição em torno da guerra, a publicação de um manifesto avulso distribuído pelos redatores de *Guerra Sociale* por ocasião do ingresso brasileiro no conflito e, por consequência, decretação do estado de guerra. A presença deste escrito nas páginas no *Boletim* não é desimportante: manifesto que circulou entre os operários paulistanos, muito provavelmente em italiano, agora era dado ao conhecimento da classe trabalhadora de onde fosse distribuído o periódico.

O manifesto lida com a já recorrente acusação de “panjermanismo” posta aos opositores da guerra. Uma acusação que se soma às ameaças às liberdades individuais e de associação, manchando “o valor moral da ação proletaria e da ação de partido” e abrindo caminho “para cada feroz reпреzalia”<sup>251</sup>. Textos das lavras de militantes mais longínquos também figuram no jornal: notícias do encarcerado Sebastian Faure, denúncias à perseguição sofrida pela IWW nos Estados Unidos e também das condições de penúria no *front* por um soldado italiano. Mais significativo ao conhecimento do cenário brasileiro é a notícia que “Multiplicam-se, agora, as conferencias de propaganda, ótimo sintoma da atividade renacente”. Para além do provável intento de autocongratulação presente na avaliação final, de fato é razoável supor que uma intensificação nas atividades de proselitismo e difusão de ideias denote, sim, um avanço na ação revolucionária, obstada pela repressão que se acentuou nos últimos meses do ano anterior. Sobre as conferências ministradas na Capital entre a publicação do primeiro e do segundo *Boletim*, destacam os seus redatores:

na segunda quinzena de fevereiro, realizaram-se as seguintes: *A solução russa*, por José Oiticica, na União dos Operarios em Fabricas de Tecidos no dia 16; *A educação operaria*, por Carlos Dias, na União Jeral dos Operarios em Calçado, no dia 20; *A situação universal*, por José Elias da Silva, tambem na U. dos O.F. de Tecidos, no dia 23. Este mez de março elas se vão fazendo ainda mais frequentes, tendo o camarada Alvaro Palmeira iniciado um *Curso de sociolojia* no dia 1, devendo continual-a semanalmente, na sède e por iniciativa da União Jeral da Construção Civil.<sup>252</sup>

Outro indício relevante da difusão das ideias revolucionárias de inspiração anarquista naquele contexto veiculado no *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro* refere-se ao balanço dos boletins e manifestos distribuídos pelo Grupo de Propaganda Anarquista de Niteroi:

---

<sup>251</sup> Os anarquistas, os operarios e o estado de guerra. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 2. Rio de Janeiro: Março de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 1-2.

<sup>252</sup> Conferencias. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 2. Rio de Janeiro: Março de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

*O sorteio militar* – 11/1915 - 2000  
*Serviço militar obrigatorio* – 12/1915 - 1000  
*O que os anarquistas querem* – 12/1916 - 4000  
*O ideal libertario* – 01/1917 - 1000  
*Contra a guerra* – 02/1917 - 3000  
*Ao publico* – 03/1917 - 2000  
*O anarquismo e a guerra européa* – 04/1917 - 3000  
*1º de Maio* – 05/1917 - 3000  
*A única salvação* – 06/1917 - 3000  
*A crize e as suas cauzas* – 01/1918 - 3000  
*Carnaval. Apelo ao bom senso* – 02/1918 - 3000  
*Trechos rebeldes* – 03/1918 – 3000

[discutir o catálogo] [contexto do manifesto abaixo: BARTZ, 2014, pp. 133-135]

“A colera que ora campeia em todos os lares, victimando com mais prontidão a classe obreira – de preferencia ás classes abastadas. Sendo producto immediato da guerra, a colera, (que ora chamam hespanhola) não podia escolher senão os que a força do destino determinar; Isto é os operarios. (Convem notar, que este destino é filho da organização burgueza e não da natureza ou do acaso como se costuma dizer). Estes, victimas da guerra, victimas da peste... para gloria de seus algoses... eil-a agora como um denso fumo affectando a atmospha, ferindo e matando em todos os paizes á todos aquelles que habitam as immundas choupanas ou humildas casinhas mal arejadas, cobertos de andrajos e mui mal alimentados; estão elles de alguma sorte habilitados a receber o mal.” [MANIFESTO DA “UNIÃO MAXIMALISTA” AOS OPERARIOS. “Do canhão á peste – até que os operarios tenham consciencia de si proprios...” Porto Alegre: 01/11/1918. APERGS. Processo Crime 1016, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1919]

“Sintimo-nos portanto deante desta verdade irrecusavel a necessidade de dirigir este apelo áquelles, famintos, descalço, cobertos de andrajos, habitantes de choupanas, sem ar, sem hygiene, sem conforto de especie alguma; e em compensação, são elles os constructores das cidades; são os fabricantes de tudo que existe; são ainda os que unindo seu esforço a

natureza produzem tudo que é necessario á alimentação; são uma palavra – os operarios.” [MANIFESTO DA “UNIÃO MAXIMALISTA” AOS OPERARIOS. “Do canhão á peste – até que os operarios tenham consciencia de si proprios...” Porto Alegre: 01/11/1918. APERGS. Processo Crime 1016, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1919]

“Operarios! mais um impulso e a burguezia do mundo cairá. Tende em mira o impulso “maximalista” bastando alli a vontade de operarios e soldados, para pôr por terra não só a dinastia dos Romanoffs como tambem a “Democracia Kerenskina”.

Operarios! basta de indolencia, saibas de uma vez para sempre que o mundo só deve ser daquelles que produzem; e todo aquelle que não produzir é parasita e como tal não lhes deixareis consumir vosso producto – fora com elle pois.

[...] Operarios! vos unidos derrubareis este carcomido edificio da burguezia, edificando em seu lugar o da razão, da Harmonia e da Igualdade que consistem cada qual dar o que pode, levando o que necessita.

Operarios! Assim como a colera é oriunda dos campos da batalha e ora nos affecta, assim como todos suas consequencias nos attingem, da mesma sorte ou melhor ainda (por se tratar da madurez do homem) o maximalismo, era triumphante na Russia, e, segundo informações já está evadindo os imperios centraes, começando pela Bulgaria, já bate no trono dos Hohenzollern... estejaes pois allerta, porque elle ha de vir até cá... muito breve talvez, a despeito de todos os arreganhos...

Operarios! lutae sempre contra esses inimigos que, insociaveis, procuram por todos os meios aniquilar os vossos esforços em seu exclusivo proveito, explorando-vos com **religião**, patriotismo e mil insanias...” [MANIFESTO DA “UNIÃO MAXIMALISTA” AOS OPERARIOS. “Do canhão á peste – até que os operarios tenham consciencia de si proprios...” Porto Alegre: 01/11/1918. APERGS. Processo Crime 1016, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1919]

“Nada de odios aos soldados! porque são victimas como vos, são vosso iguaes, pois quem diz soldado diz operario e vice- versa. Tende em cada um delles um camarada de luta. A vossa fraqueza é filha da vossa divisão – uni-vos pois! e, não haverá força alguma que possa vos enfrentar. Ponde um ponto final n’esta inaturavel situação de carnificina e miseria em que a burguezia vos mercadaja como que fosseis um rebanho de animais inconscientes.



**Tende pois consciencia de vos mesmos...**” [MANIFESTO DA “UNIÃO MAXIMALISTA” AOS OPERARIOS. “Do canhão á peste – até que os operarios tenham consciencia de si propios...” Porto Alegre: 01/11/1918. APERGS. Processo Crime 1016, Júri-Sumários, Porto Alegre, 1919] [atentar aos chamados à atenção contra políticos burgueses e pela revolta] [ir atrás de *Ao povo. O programa maximalista*: Fred]

“Tanto o projeto em que Nequete, quanto o que Brandão esteve envolvido, tem características que os tornam bastante particulares em sua forma de aproximação com a ideia de Revolução Social. Inicialmente, estes militantes não eram lideranças do movimento operário, nem eram partidários do anarquismo ou do sindicalismo, mas se consideravam livre-pensadores, mesmo assim eles tiveram um grande interesse pela revolução, formulando propostas de organização e ação que eram revolucionárias em seus objetivos. A legitimidade que estas lideranças conseguiram, apesar de sua falta de experiência, também aponta para outra característica daquela conjuntura: a abertura que momentos de intensa mobilização permitem para o surgimento de novas lideranças e novas elaborações. A relação com outros militantes (no caso de Nequete) ou o lugar onde as propostas eram elaboradas (no caso de Brandão), afastaram seus projetos das concepções dominantes no movimento operário da Primeira República, mas isto só prova como um período rico em acontecimentos, em que o devir aparecia como algo em construção, permite a criação de propostas que rompiam com lógicas já estabelecidas.” [BARTZ, 2014, p. 139]

[da conjuntura propícia à *necessidade* de constituir órgão para atuação política em aliança: DISCUTIR] “A partir desta conjuntura, vai se criando entre diversos militantes uma consciência da necessidade de uma ação comum, como o desejo das lideranças paulistas de formar um Congresso Geral da Vanguarda Social do Brasil, logo depois da Greve Geral de julho daquele ano [1917]. A ideia não chegou a ser executada, mas seria convocada e organizada pela Confederação Operária Brasileira, a partir da Capital Federal. É muito provável que estas lições, assim como o crescimento da repressão, estejam na origem da formação da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro, que ocorreria em janeiro do ano seguinte.” [BARTZ, Frederico. “Os diferentes caudais que alimentavam o curso da revolução: as insurreições operárias na Primeira República e a construção de um projeto revolucionário heterogêneo pelos militantes brasileiros”. IN: Anais do XXVIII Simpósio Nacional de História.

Florianópolis, 2015. p. 2.] [mais sobre as atividades da Aliança Anarquista até outubro de 1918]

O malogro da insurreição não fez esmorecer a tenacidade daqueles militantes. Era necessário avançar na luta. No número de *Tribuna do Povo* imediatamente posterior aos eventos do dia 18 de novembro, um significativo texto sobre “*A revolta de Spartaco*” servia, com exemplo antigo, a animar a necessidade de se continuar os enfrentamentos, mesmo após derrotas. A descrição da estrutura social antiga é didática à comparação com então:

Roma acabava de conquistar o mundo mediterrâneo todo, e com as conquistas desenvolvia-se a escravatura. Os ricos tinham grandes exercitos de escravos, que exerciam as mais variadas funções: cozinheiros, creados de meza, cabelleiros, medicos, musicos, cantores, declamadores, acompanhadores, agricultores ou pastores, nos campos; na cidade, artifices e obreiros, que eram alugados ou cujo trabalho se vendia. Havia também escravos gladiadores, que luctavam no circo entre si, ou contra feras, espectaculos muito apreciados pelos romanos. Estes escravos viviam em quartéis sob o commando de mestres de gymnastica ou de lucta, livres ou escravos, que os exercitavam nos jogos mais brutaes.<sup>253</sup>

Neste cenário, justamente na categoria de escravos que mais sofriam brutalidade, os gladiadores, é onde estoura uma revolta. O engrossar da mesma deve-se a um homem, o próprio “Spartaco [...] homem vigoroso, inteligente e energico, e ao mesmo tempo, generoso e prudente”. Os excessos que o “dirigente” não conseguia impedir eram, contudo: “[...] muito explicaveis da parte de homens nos quaes uma feroz tyrannia semeia e cultiva o tôrvo rancor e a sêde de vingança”. Apesar destes excessos, chama a atenção o quanto a consciência na luta política, traço distintivo de Spartaco, lhe granjeava melhores condições ao enfrentamento que a sua condição de classe demandava:

Spartaco, porém, via mais longe, era superior aos seus companheiros e á sua época. Queria levar os escravos libertados para o Norte da Itália, para de lá alcançarem os seus paizes de origem. Sabia que a pilhagem e as orgias desfibravam, corrompem e desorganizam, e conseguiu refrear até certo ponto os seus companheiros, ensiná-lhes a coragem, a generosidade, o desprendimento, o grande amor a liberdade. Em Turio, cidade da Italia meridional, esforçou-se por fundar uma sociedade sem escravos. Roma não podia tolerar esse foco de revolta, esse clamoroso appello á emancipação da immensa multidão dos escravos. Os dois consules avançaram com tropas, bateram o gaulez Crixo, que foi morto, mas Spartaco marchou para o Norte ao encontro d’elles e derrotou-os.<sup>254</sup>

---

<sup>253</sup> A Revolta de Spartaco. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 25. Recife: 20/11/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>254</sup> *Ibidem*, p. 2.

Exemplo da capacidade de luta da classe trabalhadora e da capacidade de reação pelas forças estabelecidas. Se o autor, Alberto Thomas, possivelmente um pseudônimo, segue narrando os tantos revezes da revolta de “Spartaco”, até esta ser finalmente derrotada e os escravos crucificados como punição, não deixa, ao final, de deixar claro aos leitores que as condições políticas de Roma se encaminhavam para a sua deterioração de todo modo: “A Republica romana ia-se dissolvendo, aproximava-se a ditadura de César, seguida pelo imperio com Augusto.”

Tanto “A revolta de Spártaco” quanto “No limiar da nóva era”, publicados em novembro de 1918, carregam perceptíveis ecos da revolução que se processava na Alemanha. O conflito tinha como seu polo radical a Liga Espartaquista e foi iniciado pelo levante de marinheiros e soldados – no bojo da crise oriunda da Guerra que se prolongava – sendo acompanhados por operários. A sua ocorrência era algo esperado pela militância brasileira durante todo o ano de 1918<sup>255</sup>. Era o “maximalismo [...] que avança do Oriente para o Occidente”. Cumpria a radicalização das lutas sociais, no mesmo compasso da mobilização de classe que entendiam enquanto universal<sup>256</sup>. É assim que, já no próximo número da *Tribuna do Povo*, ao discutir propriamente a insurreição do Rio de Janeiro, ainda que os redatores não tenham recebido comunicação direta dos revolucionários da Capital, afirmam “a funda emoção nos meios operarios” causada pela notícia “de revolução maximalista na séde da Camorra republicana”. Só se emocionaram mais, negativamente, os meios burgueses, tomados de “enorme apreensão”. Era uma marcha irresistível o movimento revolucionário que viviam e construía:

[...] nós achamos natural que se pretenda, no Rio, dar inicio ao movimento maximalista. Assim pensamos porque estamos convencidos de que as theorias maximalistas serão postas em pratica em todos os logares onde houver soldados e operarios, o que acontece, em toda a parte. Não ha para onde fugir. O maximalismo caminha e nada o deterá na sua marcha desde a Russia até os mais longinquos recantos do globo. De facto, um exemplo como o da Russia não poderá deixar de ser seguido por todos os outros povos.<sup>257</sup>

---

<sup>255</sup> BARTZ, Frederico. “A Revolução Alemã de 1918 e o movimento operário brasileiro”. IN: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: UFF, 2017. pp. 4-7.

<sup>256</sup> “*Companheiros! Victimias opprimidas da sociedade actual: os nossos dominios alargam-se e o reino da Iniquidade diminue de extensão. Agora já não é só a Russia: tambem a Allemanha adoptou o socialismo. O operariado allemão, num gesto potente de rebeldia, deitou abaixo a autocracia militar que o asphyxiava e imitou os seus irmãos da Russia. A Allemanha do Kaiser, a Allemanha feroz dos militaristas já não existe mais. Sobre as ruinas da antiga Allemanha dos Hoenzollerns, ergue-se agora a Allemanha dos Concelhos de Operarios e Soldados*”. Cf: A revolução social. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 27. Recife: 10/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>257</sup> Maximalismo no Brazil? IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

O exemplo russo, que cumpriu papel destacado na elaboração militante durante o atribulado de 1917, enriquecido com outras insurreições alhures, é resumido neste texto a partir de elementos que certamente calavam fundo nas agruras sofridas pelo meio operário recifense – que tão boa recepção teve à insurreição de poucas semanas atrás, segundo o seu argumento. Repressão de forças militares, exploração do trabalho e a união entre operários e soldados contra a burguesia e seus representantes tendo em vista “todas as medidas necessarias ao seu bem-estar”. O que isto impunha ao proletariado brasileiro, de acordo com a lavra militante? Organização – onde a difusão de ideias revolucionárias cumpre papel fundamental – intensificada, afim à própria urgência que experimentavam. O maximalismo estava na ordem do dia:

E esse exemplo não deve ser seguido? Decerto. Pois é disso que agora devemos tratar. Não ha tempo a perder. Já temos padecido muito, já temos produzido demais para os parasitas. E’ natural, pois, que agora tentemos conquistar a nossa felicidade. E o meio de o povo conquistar a felicidade, já se sabe: é formar sóviets, é unir-se aos soldados e marinheiros contra os politicos e os açambarcadores. Com uma intensa e systematica exposição das ideias e dos methodos maximalistas, juntamente com uma forte dose de audacia, se chegará facilmente a este bello resultado. Não é uma utopia a implantação do maximalismo no Brazil.<sup>258</sup>

A notícia provavelmente calava mais fundo em um número do periódico no qual figuravam tanto um texto discutindo as altíssimas cifras de exportação de gêneros alimentícios, relacionados com “o aumento do custo dos mesmos generos”<sup>259</sup>, quanto outro relatando a dissolução União Geral dos Trabalhadores do Rio de Janeiro pelo “mentecapto presidente Delphim Moreira”. O ato presidencial tem relação direta com a malograda insurreição e toma como justificativa a defesa da *ordem pública*, frontalmente questionada em *Tribuna do Povo*, que se dedica ao mesmo tempo à defesa do direito de associação da classe operária e ao ataque à ordem pública enquanto ordem burguesa, razão de ser dos problemas dos leitores interpelados e, também, da própria insurreição

Esse acto arbitrario do desmiolado que agora nos governa é o indício do que será o novo quadriennio para as classes trabalhadoras. Os interesses destas classes é que são considerados nocivos a *ordem publica*. Só não são nocivos á ordem publica as

---

<sup>258</sup> Idem.

<sup>259</sup> “E’ verdade que o dinheiro entrou no Brazil a dentro, em paga da exportação feita; mas é preciso convier que elle entrou principalmente para... a burra dos açambarcadores. E o povo não é burra: por consolo e semelhança, é apenas... burro, e continuou, pois, a produzir para o aumento ainda maior das futuras exportações.” Cf: ASTPER. Exportação e miseria. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

traficancias dos politiqueiros, os latrocinios dos açambarcadores, as maluquices do presidente e os crimes inominaveis dos regulares e mandões. Estes não. Estes repouzam sobre a ordem publica, florescem á sombra da ordem publica, e tem sua perpetuação garantida pela mencionada ordem publica. Si assim é, si os interesses dos trabalhadores são nocivos á ordem publica, enquanto os dos exploradores não o são, si assim é, convem acabar de vez com a ordem publica dos burguezes que só serve para nos opprimir. O que não podemos, é vêr conspurcados os nossos direitos de associação e de petição em obediencia a pretendidos interesses de ordem publica. Si a ordem publica é a nossa servidão, que vá para o diabo a tal ordem publica.<sup>260</sup>

“Os acontecimentos de que procuramos dar um resumo nas linhas acima prestam-se a varios commentarios e delles se poderão tirar bastante conclusões de utilidade para o movimento operario. Um das taes conclusões é esta: as violencias policiaes conduzem o operariado ao desespero e o levam a imitar os seus tyrannos, a usar por sua vez da violencia. Está claro que o operariado, tendo garantido o livre exercicio do direito de gréve, não precisará da violencia para exercer esse direito. Mas quando uma policia como a do sr. Aurelino Leal desconhece todas as regras de humanidade e trata os operarios como si fossem animaes ferozes, a reação se produz fatalmente. A propria imprensa burgueza reconheceu que os acontecimentos tomaram as proporções que se viram porque a policia precipitou a sua acção e prendeu gente a torto e a direito. Assim, vê-se que o movimento do Rio é, unicamente, producto da arbitrariedade governamental. O operariado brasileiro é pacifico e submisso. Si se está tornando rebelde é porque não pôde mais supportar a oppressão governamental. “Quem semeia ventos colhe tempestades”, diz o adagio. E a policia do sr. Aurelino, que tantas violencias tem praticado contra o operariado, só tem a esperar deste violencias redobradas. Dêem ao operariado brasileiro o direito de livre manifestação do pensamento, do livre exercicio da gréve e ouçam com bôa disposição suas reclamações, que não haverá violencias e o progresso – cuja meta é a Revolução Social – seguirá a sua marcha sem entraves nem recúos.”

“Burguezia infernal, capitalismo infame;  
Baixa politicalha, immunda, avacalhada;  
Soldades imbecil, soldado vasilhame;  
Marota, exploradora, abjecta padralhada.

Vós podereis soltar um grande riso largo,  
Um riso universal, infinito, profundo.

---

<sup>260</sup> E viva a Republica! IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

Mas não deveis dormir, pois o nosso odio – amargo  
Abalará a terra, abalará o mundo!

Podeis desferir uma canção funerea,  
Podeis solfejar os hymnos da victoria  
Porém maior que tudo é a força da miseria  
E é também a lição philosophal da Historia!

Veremos no final quem poderá sorrir:  
Se o anarchista a lutar pelo terrivel drama  
- Essa Revolução que um dia ha de bramir –  
Se a vossa alma que está se desfazendo em lama!

Podereis deportar, prender, ou fuzilar,  
Verter infamias sobre o nome de anarchistas  
Que não conseguireis prender o immenso mar  
Que vos ha de engulir em cheias imprevistas

Não dormir! Caireis! E os vossos tombos mil  
Assombrando o mundo, assombrando o Brazil.

Morrereis! E a immundicie, a infecção será tal  
Que causará horror ao proprio pantanal.

O' assassinos, o' vis inconsequentes, tremei:  
Pois iremos calcar aos pés o dogma, a lei!" [

Livros que os operarios devem ler

Jean Grave – O individuo e a sociedade; A sociedade futura  
Kropotkine – A conquista do pão; Palavras de um revoltado; A grande revolução  
H Leone – O syndicalismo

A. Hamom. – Psychologia do militar profissional; Determinismo e responsabilidade;  
Psychologia do socialista-anarchysta  
Sebastian Faure – A dôr universal  
Emilio Zola – Germinal  
Augusto Cezar dos Santos – A questão operaria e o syndicalismo

“Quem domina o Brazil são os ladrões, os assassinos, os prevaricadores, os degenerados, os desavergonhados, e toda a escoria immunda do paiz. Essa gente conserva-se nas posições de mando, graças tão somente á indiferença do povo pelos negocios publicos. N’outro qualquer paiz, a quadrilha dos Azeredos, dos Zés Bezerras e etc... já teria sido subjugada e castigada – admittindo-se que houvesse outro paiz além do Brazil onde gente d’essa especie conseguisse galgar posições. Mas no Brazil não é assim, os quadrilheiros dominam sem contraste e os homens de bem que reagem contra esse dominio nefasto são apodados de criminosos pela caterva de jornalistas mercenarios. Viu-se isso agora por occasião da ultima grêve revolucionaria dos operarios cariocas.”

“[...] esse crime dos camorristas republicanos não fará prolongar o seu dominio. Esse grande crime da deportação dos melhores elementos do operariado carioca ha-de ficar na lembrança de todos os operarios como o mais nefando attentado da corja republicana. A lembrança desse crime será para todos nós, operarios, o incitamento ao prosseguimento da lucta até a vitoria final – a queda da Republica e o advento do Socialismo. Vós outros, feitores desta escravocracia a que denominaes Republica, mandaes os mais dignos elementos do operariado para o presidio de Fernando de Noronha, como si elles fossem criminosos como vós; pois bem: com o juizo que julgaes sereis julgados... Para o presidio tambem haveis de ir quando chegar o grande dia do ajuste de contas”

Isto se expressava, para seguir com atenção em *Tribuna do Povo*, na necessidade de diferenciação política, da parte dos maximalistas, em relação às correntes tidas como reformistas no seio do movimento operário:

A differença que vae entre maximalistas e os socialistas de Estado é a de que estes falam em “prévio desenvolvimento do capitalismo” e em “democracia” ao passo que aquelles querem a realização IMMEDIATA do socialismo e a exclusão das classes burguezas dos encargos da administração publica. Por ahi se vê que os maximalistas é que estão com a boa doutrina e são quem defende o socialismo puro. Esses

socialistas que vão cumprimentar Wilson e que aplaudem a fórmula wilsoniana da Liga das Nações... Burguezas, não passam de cynicos embusteiros.<sup>261</sup>

As transformações entre os militantes naquela conjuntura não eram poucas. As lideranças da Aliança Anarquista, mesmo presas, seguiram em plena articulação. Estavam em contato com camaradas de grupos operários fora do cárcere, de outras regiões, contato frutífero, pois estavam gestando uma nova iniciativa, de qualidade distinta às suas atividades até então: criar um Partido Comunista [quicá discutir o significado *qualitativamente novo* disso – ver a data exata de O QUE É MAXIMISMO]. Não tardou muitos meses após a detenção dos militantes envolvidos na insurreição de 1918, era fundado, no dia 09 de março de 1919, o *Partido Comunista do Brazil*, “[...] de inspiração libertária, mas influenciado pelo exemplo bolchevista”<sup>262</sup>.

“Será possível a concentração de todas as forças proletárias para um fim unico de immediato alcance?

Anarchistas, socialistas, syndicalistas poderão constituir um unico organismo revolucionario sem que haja na luta dispersão de energias ou esforço contradictorio?

Hontem teriamos respondido: não! um “não” secco, conciso, brutal. Divididos pelas divergencias doutrinarias e diferenciados essencialmente pelos methodos de luta, os elementos da vanguarda, nas contendias sociaes, neutralizavam seus esforços, falando ás multidões linguagens diversas, exaggerando num ou noutro sentido”

“Os tempos mudaram e com elles a attitudo dos partidos. A guerra, nada tendo resolvido no senttido burguez, impõe uma solução revolucionaria.

Os partidos da vanguarda, em todo o mundo, estão, por isso, se approximando, impelidos pela vontade proletaria. As tendencias reformistas tornam ao seio da grande mãe barregã – democracia burgueza, porque as multidões operarias querem apressurar-se á conquista da historia e não prestam mais ouvidos ás sereias do *pouco a pouco* eterno e insubstancial.

Será, pois, possível a concentração de todas as forças proletárias que professam um ideal de reivindicações sociaes?

---

<sup>261</sup> A dictadura proletaria. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 28. Recife: 20/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>262</sup> BARTZ, Frederico. Op. Cit., 2009. p. 321.



Sim, é possível, desde que não hajam equívocos.” [DAMIANI, Gigi. “Problemas de actualidade – Pela concentração dos partidos proletários”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 6. São Paulo: 29/03/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4]

“Agora, o dilemma que nos apresenta a *debacle* da sociedade burgueza é este: pelo socialismo ou contra o socialismo.

Anarchistas, socialistas, syndicalistas somos todos pela socialização *immediata* da propriedade. E somos todos *hoje*, não vamos agora discutir porque hontem não o eramos todos. Seria ocioso.

Hoje ha um ponto, e essencial, no qual anarchistas e socialistas (refiro-me aos socialistas que crêem no socialismo e não nos cataplasmas em pernas de pau) encontramos sob o mesmo ponto de vista.

E se isto não é tudo, é já muito.

Resta ver de que meios uns e outros teremos de nos servir para estabelecer essa socialização da propriedade no dia após á revolução triumphante.” [DAMIANI, Gigi. “Problemas de actualidade – Pela concentração dos partidos proletários”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 6. São Paulo: 29/03/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4]

“O anarchismo, no movimento socialista e mesmo no meio da sociedade actual, representou uma força propulsora, mesmo na sua parte negativa. O anarchismo é dinamismo social. Foi-o hontem, e sel-o-á amanhã, mesmo vigorando a republica dos soviets...

Isto não impede que hoje nos irmanemos, anarchistas, socialistas e syndicalistas para fazer a revolução e *socializar a propriedade*...

Depois... se o carro parar... nós continuaremos a impellil-o para a frente.” [DAMIANI, Gigi. “Problemas de actualidade – Pela concentração dos partidos proletários”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 6. São Paulo: 29/03/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4]

Formularam um programa político, no qual manifestavam fidelidade à Internacional e punham em primeira ordem as tarefas de agitação e propaganda, o qual remeteram a alguns dos mais destacados centros de militância do período, como Porto Alegre (com o jornal *O Syndicalista*), São Paulo (*locus* de *A Plebe*) e Recife (do citado *Tribuna do Povo*), claro esforço de incremento nas fileiras da nova organização. Este programa, sua “primeira circular”, foi reproduzida nos órgãos citados. O núcleo do mesmo é sintético:

1º - A abolição da propriedade privada que constitui a base para exploração do trabalho alheio, passando a ser posta em commum; ficando, porém, a pequena propriedade em poder de seus possuidores, sempre que seja de seu exclusivo usufructo. Será de livre alvitre dos usufruidores de pequenas propriedades incorporal-as ou não à communitate, mas não poderão, em sua falta, legal-as ou transferil-as a outrem e passarão a fazer parte do patrimonio commum. 2º - Socialização de todas as industrias, agricultura, meios de transporte e de comunicação, que serão administrados pelas respectivas associações de classe e dirigidas por profissionaes competentes em cada ramo de producção e actividade. Os individuos encarregados de dirigir a producção e a actividade social exercerão apenas funcções de organização e administração, mas nunca de mando. 3º - Regulamentar as horas de trabalho de accordo com as necessidades de producção e de consumo. 4º - Estabelecer o trabalho obrigatorio para todos os individuos validos de 18 a 50 anos. 5º - Distribuir a producção entre os individuos, segundo as suas necessidades, e estabelecer a troca reciproca entre as communitades urbanas e ruraes. 6º - Assegurar accessivel para todas as pessoas livre e completa instrucção racional. 7º - Garantir absoluta liberdade de pensamento e de reunião para todos os individuos.<sup>263</sup>

Em sua inspiração, o “entusiasmo” pelos movimentos políticos externos, o qual deveria converter-se em proliferação nas localidades:

Diante do entusiasmo que reina nas classes trabalhadoras e no povo em geral pelos movimentos que se desenrolam no mundo tendentes a uma transformação social e amplamente baseados nas ideias communistas, os libertarios do Rio de Janeiro, reunidos no dia 9 do corrente, accordaram formar o Partido Communista do Brasil, afim de desenvolver activa propaganda entre todos os camaradas no sentido de formar nucleos em todas as localidades do paiz.<sup>264</sup>

O objetivo da formação de núcleos não tardou a ter algum êxito no curto tempo dos meses vindouros. Como descreve Bartz:

Em São Paulo foi criado, entre os militantes que editavam o jornal *A Plebe*, um Grupo Comunista, que logo se transformou em Partido Comunista, a exemplo do que já existia no Rio de Janeiro. No interior do estado, na cidade de Campinas, o Centro Libertário formou um núcleo comunista. A Liga Operária de Cruzeiro recebia excursões de propaganda do PCB do Rio de Janeiro: esta, inclusive, não servia apenas aos operários daquela localidade, mas também aos trabalhadores da Rede Sul Mineira. Este contato talvez explique o aparecimento de núcleos partidários em pequenas localidades do interior de Minas, como João Ayres e Eloi Mendes. Neste estado, um núcleo também é fundado em Belo Horizonte. No Rio Grande do Sul, a União Maximalista, que já existia desde novembro do ano anterior, declara sua adesão ao partido e nas cidades de Rio Grande e Pelotas, fundam-se um Núcleo e uma União Comunista. Em Recife foi fundado o Centro de Estudos Marxistas e se tentou organizar uma Universidade Popular, o que pode estar ligado a esta proliferação de grupos ligados ao PCB.<sup>265</sup>

---

<sup>263</sup> Está constituído o Partido Communista do Brasil – Qual e’ o seu objectivo. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

<sup>264</sup> Idem

<sup>265</sup> BARTZ, Frederico. Op. Cit., 2009. p. 322.

A importante iniciativa de formação de novos núcleos organizativos tinha como par, no rol de ações fundamentais às atividades do nascente partido – ou seja, à realização de seu programa –, “*a propaganda falada e escrita a todas as pessoas do Brasil*”, como exposto no programa reproduzido na imprensa operária de então:

Este programma, em synthese, é susceptível de reformas de accordo com a evolução que se operar no povo, e, para obter a sua realização, o Partido adopta como meio de acção a propaganda fallada e escripta a todas as pessoas do Brazil, até estabelecer uma alliança de individuos de diversas classes que possa garantir o exito da transformação que o Partido Communista do Brasil se propõe realizar. A acção do Partido consiste na propaganda systematica, por todo o paiz, do socialismo integral ou communismo e na arregimentação e educação do proletariado em geral para posse dos poderes publicos. – unico meio pelo qual poderá realizar o seu programma. A propaganda será feita por meio de folhetos, manifestos, comicios, conferencias, representações theatraes, etc., e por meio de um semanario que será o organ official do Partido. (Este periodico tornar-se-á diario quando a circumstancias o permittam).<sup>266</sup>

Noticiada a criação do Partido em *A Plebe*, no dia 12 de abril de 1919, pouco descanso tiveram os seus principais animadores, Edgard Leuenroth e Antônio Candeias Duarte, que assinava pelo pseudônimo de Hélio Negro. Camaradas já experimentados na agitada conjuntura – não apenas foram redatores de alguns dos principais textos de intervenção anarquista durante a greve de 1917, como também compuseram o Comitê de Defesa Proletária -, três dias após a referida edição de *A Plebe* combinaram de “fazer um trabalho tão completo quanto lhes fosse possível sobre as doutrinas socialistas libertárias, destinando este trabalho aos trabalhadores brasileiros”. A hercúlea tarefa, porém, foi obstada pelo fato que “poucos dias depois, diversos companheiros demonstraram-nos a conveniência de ser esta publicação posta à venda antes de 1º de maio” [*O que é o maximismo ou o bolchevismo*. São Paulo: Editora Semente, s.d. p. 5 – VER SE CONSULTO ORIGINAL]. A data é de significação bastante evidente. Nenhum momento mais propício para pôr em circulação as ideias revolucionárias [dados das manifestações em ADDOR, DEL ROIO etc.]. A constituição do Partido Comunista foi decisiva na aceleração posta ao seu trabalho – a “propaganda systematica” consistia num sinônimo da ação que o PCB se propunha em sua primeira circular. É assim que: “Nós, que temos o dia todo tomado pelas ocupações do nosso ganha-pão, fomos obrigados assim a fazer das fraquezas forças, escrevendo o que segue em três serões”. Destes três serões resultou o livro *O que é o maxismo ou o bolchevismo*.

---

<sup>266</sup> Está constituído o Partido Communista do Brasil – Qual e’ o seu objectivo. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

O texto, além do capítulo homônimo ao título, contém um “esboço de programa comunista”. Avançam, portanto, em relação ao programa apresentado na circular de apresentação da agremiação. Para além da já destacada militância de ambos os autores, Candeias foi participante do próprio ato de fundação do Partido Comunista, no Rio de Janeiro. Um título muito assemelhado àquele em preparação para o primeiro de maio próximo já figurava nas páginas de *A Plebe* em 12 de abril de 1919: “*O que é o maximalismo. Programma Communista*”. Adjetivado enquanto “interessantíssimo folheto”, a sua venda era prometida para breve [citar].

Na apresentação do que vem a ser o maximismo – “Maximistas são os adeptos do programa máximo do partido socialista, e minimistas são os partidários do programa mínimo” -, os autores discutem a organização de transição em curso na Rússia e suas medidas econômicas, ensejo para a denúncia, através do contraste, ao capitalismo internacional. A crítica é especialmente mordaz em relação aos militares e “sacerdotes de todas as religiões (incluindo a novíssima religião patriótica)”. O patriotismo é um inimigo dileto seu, e instrumento para direcionarem a sua denúncia para os exploradores de tal consciência no solo dos trabalhadores que interpelam:

“Quando o Sr. Rui andou a mendigar o apoio dos operários à sua candidatura, ofereceu-lhes em pagamento, entre outras coisas de menor valia, o repouso de um mês para a gravidação das operárias e outro mês para o parto.

A mentalidade fossilizada desse chicanista talentoso de outros tempos não percebeu que insultava os operários. Não compreendeu que os aplausos às suas palavras, só poderiam partir de burgueses ou dos seus escravos, e não dos trabalhadores, que têm consciência dos seus direitos.

Pois bem: nós devemos advertir o Sr. Rui Barbosa e o seu adversário de candidatura, e os capitalistas nacionais e estrangeiros, que vivem à custa dos trabalhadores brasileiros, de que os operários conscientes daqui e dos outros países se consideram na situação de homens honestos assaltados na serra por um bando de ladrões, bem armados e municados, que, sem outro direito, a não ser o que dimana das bocas dos seus bacamartes, constroem as suas vítimas a entregar-lhes o produto do próprio labor.

Enquanto durar esta situação, as mulheres e filhas dos assalariados não terão remédio senão carregarem a cruz do seu martírio, mesmo durante a gravidação, com algumas horas de

tréguas dolorosas na ocasião do parto, em contraste com o regalado conforto das voluptuosas favoritas e filhas dos salteadores.” [pp. 10-11]

O patriotismo é encucado na educação infantil pelo culto às personalidades políticas:

“nossas crianças, que bebem a primeira instrução nas escolas do Estado, aprendem a adorar os Hermes, os Rodrigues Alves, os Ruis [...] Pobres criaturas! Para melhor as mistificarem, juntam na mesma adoração os mártires honestos, como Tiradentes, o qual, se hoje existisse, seria novamente enforcado, como anarquista perigoso, porque a grandeza da sua alma generosa não permitiria, sem protesto ruidoso, como não permitiu, quando viveu, a miséria dos trabalhadores deste país, canibalescamente explorados pelos capitalistas estrangeiros, em santa aliança com os capitalistas e governantes nacionais.” [p. 13]

“O Brasil, cuja bandeira verde e amarela simboliza nessas cores a majestade das nossas florestas e a riqueza das nossas minas de ouro’, segundo um escritor didático, pertence aos Matarazzo, aos Visconde de Moraes, aos canadenses da Light, aos ingleses da São Paulo Railway, aos alemães sócios dos nossos governantes, aos usurários da França e dos Estados Unidos e aos capitalistas governantes nacionais, que com eles repartem o produto do trabalho dos operários brasileiros e estrangeiros.” [pp. 13-14]

“A organização social vigente é, praticamente, a união dos ricos, explorando a desunião, a ignorância e o trabalho dos pobres.

Os ricos organizam o seu governo, o seu exército, a sua política, a sua justiça e as leis, para manterem os pobres na servidão.

Quando os pobres protestam contra as ignomínias dos ricos, fora das normas que estes estabeleceram, funciona a máquina da repressão – o importuno é posto a ferros, espadeirado ou fuzilado na praça pública pelos esbirros.

Assim como a nação vencida é forçada a pagar as despesas do exército de ocupação, os pobres também pagam as despesas dos exércitos, polícia e magistratura, que servem como instrumento de dominação dos ricos contra os trabalhadores.

O governo, máquina de opressão dos ricos contra os pobres, recebe dos negociantes e proprietários o seu salário em forma de impostos, e os negociantes e proprietários, por sua vez, cobram a espórtula aumentada nos aluguéis, juros e vendas das mercadorias.

Quem paga tudo, no fim das contas, é o produtor.

E o que ainda é mais lamentável é a polícia e o exército serem compostos de filhos do povo.

Um só momento que os soldados se recusassem a defender os ladrões do povo, estes veriam findada a sua dominação.

Foi o que sucedeu na Rússia.” [p. 14]

“São os Lages que, em todos os tons, vivem a gritar aos quatro ventos que aqui não há questão social, e que as greves são o resultado da propaganda dos anarquistas.” [p. 15 – trecho após a defesa na imprensa da repressão a trabalhadores grevistas, com especial acento nos anarquistas, seguido de uma exposição de dados econômicos demonstrativos da carestia de vida]

“Como conciliar o ganho insuficiente com a despesa forçada, sem que rebente estrondosamente a característica mais terrível da questão social?

E não se cansam os desavergonhados de certa imprensa de afirmar, descaradamente, que no Brasil não há miséria, que a questão social aqui é uma invenção dos anarquistas estrangeiros!...

É essa situação de **deficit** constante que constrange os trabalhadores a **beberem caninha para matar a fome**, quando o vendeiro já caloteado lhes corta o crédito; a andarem descalços e maltrapilhos, quando não lhes vendem fiado; a dormir em pocilgas, nas mais degradante promiscuidade e imundície; a acabar os seus dias em lamentável estado de degeneração física e moral; e é ainda esse deficit que dá vulto à estatística do crime e da prostituição.

Então não há questão social onde há dezenas de milhares de indivíduos sem trabalho, como em São Paulo, no Rio e em todas as grandes cidades?” [p. 18]

“Observa-se que “em toda a Europa o operariado tem uma grande tendência para abandonar o trabalho, para se atirar à revolta”...

Certamente! um depauperado, um doente não pode ter vontade de trabalhar!

Só há uma maneira de resolver esta situação: distribuir alimentos e remédios aos esfomeados e doentes, restaurar-lhes a saúde e a alegria, continuar a satisfazer-lhes todas as

suas necessidades vitais – e exigir então de todos o máximo dos seus esforços na produção de todas as utilidades.

Mas como pode a burguesia fazer isso? A burguesia não dará espontaneamente nada do que possui pela salvação coletiva.

Só pela força!

Pela força, pois, organizemos a nova sociedade.

Pela força salvemos a nossa espécie!

Distribuíamos os milhares de toneladas de alimentos e as grandes pilhas de tecidos, armazenadas nos trapiches e nos depósitos, pelos esfarrapados e maltrapilhos das cidades e dos sertões; curemos todos os opilados, com o saneamento do solo; transformemos os palácios dos ricos em hospitais e escolas para crianças e em morada de convalescentes; estabeleçamos o trabalho produtivo obrigatório para todos; demos descanso aos velhos, às crianças, às mulheres carregadas de filhos e aos inválidos! Façamos uma sociedade nova, em que haja o respeito completo pela vida humana e a mais alta admiração por aqueles que executam os trabalhos mais necessários à manutenção da saúde coletiva.

Seja o trabalho produtivo a maior virtude do ser humano.” [pp. 19-20]

“No estado de miséria em que estão os povos de quase todo o mundo, só o Comunismo, como forma econômica de estreita solidariedade, pode salvar a humanidade da ruína completa.

[...]

Temos hoje novas necessidades; precisamos de novo estímulo, de nova forma econômica. E essa nova forma é o Comunismo. Sob o comunismo não haverá greves, não haverá gente sem trabalho, não haverá vagabundos nadando na abundância e trabalhadores a morrerem na miséria.

O comunismo tem por base a solidariedade das espécies animais; é um sentimento que tem atravessado triunfantes todas as vicissitudes humanas e aparece vivificado e pujante nos seres humanos em todos os momentos difíceis da sua existência.

Foi esse sentimento que, não obstante todos os embaraços fez prodígios de heroicidade nesta desgraçada guerra, e foi ainda ele, que, há bem pouco tempo, nos irmanou a todos – ricos e pobres – na obra de combate e cooperação contra a gripe calamitosa.

Os supersticiosos dos governos e dos patrões julgam impossível uma organização social sem esses elementos parasitários.

É uma ilusão de ótica.” [pp. 20-22]

“[...] suponhamos que os salarizados dessas empresas formassem associações, tomassem posse delas e mandassem o patrão ao Diabo e, para completar, que os operários de todas as fábricas, vias férreas, minas, fazendas etc., fizessem o mesmo.

Seria um bom começo.

Essas sociedades elegeriam as suas comissões técnicas e administrativas, e federar-se-iam por indústrias ou agrupamentos profissionais, e o conjunto dessas federações – a Confederação, seria o órgão administrativo da Comuna livre.

Cada município atual viria a ser então uma Comuna e o Brasil uma federação de comunas. Nós, comunistas libertários, não concebemos o comunismo senão como forma social tendente a aumentar o bem-estar e a liberdade individual; e, por isso, somos inimigos irreconciliáveis do coletivismo ou do socialismo de Estado que, tendendo à destruição dos privilégios capitalistas, cria inevitavelmente os privilégios burocratas.

Considerando que todo indivíduo deve ter uma ocupação útil à sociedade, seja ele produtor de alimentos, vestuários, alojamento ou fator de arte, ciência etc. – entendemos que ninguém melhor do que esses produtores organizados, cada qual no seu ramo profissional, pode resolver sobre as conveniências da produção e as necessidades do consumo.

A direção patronal, cujos inconvenientes enumeraremos em lugar oportuno, será substituída pela direção técnica dos componentes, os quais, para executarem os seus planos de vasta e boa produção, não tropeçarão mais com os obstáculos inerentes ao atual regime de propriedade privada.” [pp. 22-23 – justiça e família: pp. 23-25]

[o que é o socialismo ou comunismo libertário e como o mesmo pode se apropriar dos meios de produção modernos para aumento de produtividade e melhor qualidade de vida da classe trabalhadora, na cidade e no campo: pp. 25-31; citação: pp. 32-33]

[organização econômica da classe operária – “Federação das Comunas Livres do Brasil” – e sua superioridade em relação ao regime patronal: pp. 33-36]

“A diferença total que distingue estas duas sociedades reside especialmente no fato do trabalho da produção ser uma operação particular nas sociedades patronais, operação dirigida por indivíduos cujo fim é unicamente o seu interesse pessoal, e que a esse interesse sacrificam constantemente os da coletividade; enquanto nas sociedades sindicais a produção é uma



operação social dirigida por comunistas profissionais, que não têm nem podem ter em vista mais do que o interesse geral. Deste fato inicial dimana a superioridade de uma destas formas sobre a outra e todas as dissemelhanças que as caracterizam.

A direção profissional, portanto, é uma nova forma econômica perfeitamente possível. Apresenta, além disso, vantagens consideráveis: realiza o fato capital de pôr o interesse do indivíduo em constante harmonia com o da coletividade; utilizando a pujança dos maquinismos modernos, permite aumentar consideravelmente a produção.

Este sistema de direção, comparado à direção patronal, origem das pavorosas perturbações que corroem as nossas sociedades, constitui, pois, uma forma social superior.” [p. 36]

[“trusts demonstram experimentalmente a possibilidade do regime sindical”: pp. 37-41]

“Salariados de todas as categorias: soldados, operários, trabalhadores rurais, empregados no comércio, funcionários públicos – quando for proclamada a nossa comuna, exultai! Para vós terá acabado o espectro ameaçador do desemprego e dos infortúnios que vos fazem tremer pelo dia de amanhã, sempre duvidoso para a tranquilidade das vossas famílias.

Privilegiados de todas as classes: negociantes, industriais, proprietários, rendeiros, homens de governo, militares agaloados, sacerdotes, advogados, jogadores, prostitutas e rufiões – a nossa sociedade será a vossa regeneração.

Todos vós sois pervertidos do corpo e da alma, devido às vossas profissões e pelo meio ambiente em que viveis.

Não tendes culpa dos vossos crimes, pelo mesmo motivo porque a serpente não é culpada de ser venenosa e o escalbracho daninho de roubar a seiva à boa planta!...

Nós nos esforçaremos pela vossa redenção – não por sentimentalismo doentio, mas por egoísmo bem equilibrado.

As nossas aspirações pertencem ao futuro e o futuro as julgará.

Neste rápido e muito falho esboço do que virá a ser a nossa organização social, não pretendemos dizer nada de definitivo.

No período das realizações serão as necessidades do momento que nos hão de indicar as soluções que nunca faltam aos homens de boa vontade.

Não temos nem desejamos ter **habilidades políticas**. A melhor habilidade é sermos sinceros.” [pp. 42-43]

## ESBOÇO DE PROGRAMA COMUNISTA

“Como, porém, encontrar as soluções salutareis e convenientes? Onde as bases para uma ação popular reorganizada e reconstrutora?

É precisamente este o trabalho que apresentamos ao povo.

Acreditamos que o nosso programa ventila e soluciona, de modo positivo e prático, todas as faces e todos os pontos do grandioso problema social que a história coloca nas mãos do povo.

Todas as manifestações da vida, econômicas, políticas, morais, artísticas, individuais e coletivas, foram cuidadosamente examinadas, dando-se-lhes à luz da experiência e dos ensinamentos passados, as soluções mais consentâneas com as necessidades comuns e um amplo espírito de justiça.

A hora é grave e decisiva. Todos os homens de consciência, de energia e de coração são chamados à liça, a tomar parte ativa na grande obra de redenção e de liberdade.

Aos homens de boa vontade oferecemos este programa, apelando para o seu amor e o seu interesse pela causa pública.” [p. 47]

Para além de sua apresentação o Esboço de Programa possui oito pontos e definições sobre: Normas de organização; Federações corporativas; Conselhos comunais; Comissariados do povo; Conselho geral dos comissariados; Determinações gerais; O trabalho. É no item referente ao trabalho que os autores mais se alongam, compreendendo diferentes atividades produtivas, questões de distribuição e consumo, habitação, educação, relações internacionais, relações familiares, confissões religiosas etc.

[...]

A redação de *O que é maximismo ou bolchevismo*, para além de seu intento programático, também tem por marca a crítica da negação da questão social por variados porta-vozes da classe dominante. Sobre o problema também se debruçam, contudo, para polemizar com Rui Barbosa, então em campanha presidencial. De acordo com Leuenroth e Hélio Negro, “o Sr. Rui andou a mendigar o apoio dos operários à sua candidatura”. [sobre a conferência “a questão social”].

#### 4.2 A denúncia militante à questão social *aos olhos das classes dominantes*

A conferência de um representante dileto das classes dominantes, homem importante no cenário político estabelecido, teve ampla e ruidosa recepção nas páginas de *A Plebe*. Na edição de 29 de março, cinco textos tratavam do assunto, dois deles figurando na capa do semanário.

[chamado aos operários não votarem em Ruy Barbosa, “candidato chronico”: não é amigos dos trabalhadores, jamais se pronunciou no Senado em condenação às perseguições políticas sofridas pelos representantes da classe, “Tartufo, procura ilaquear a bôa fé dos trabalhadores!”]

“[...] só agora, depois de ocupar no senado uma cadeira ha trinta annos, foi que elle viu que as mulheres proletarias não têm descanso no ultimo mez da gravidez e durante o periodo puerperal!

Pois só agora, que é candidato e pretende obter votos dos operarios, foi que elle notou que a infancia é miseravelmente explorada pelos seus clientes millionarios!

Traçando, na sua conferencia do Lyrico, o seu programma sobre *a questão social*, ficou elle aquem do minimo que se pede, ha cincoenta annos, nos programmas minimos do socialismo.

Burguez, elle se esqueceu do salario minimo reclamado pelas classes trabalhadoras; clerical, elle não cogitou de ver respeitada a liberdade de consciencia, e não declarou si aboliria, como governo, a vergonhosa mancebia em que andam os governantes com a canalha clerical. Plutocrata, não cogitou de uma mais igual repartição das riquezas, da suppressão do direito de herança.

Para elle *a questão social* se resume em meia duzia de leis, que não seriam cumpridas, e no direito que continuariam a ter os governantes de esmagar com o chanfalho policial ou sob as patas dos cavallos, as reivindicações dos explorados, de todos que só vivem do trabalho dos seus braços.” [IBIRATY. “O sr. Ruy e a Questão Social. Alerta, proletários!” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 1]

[crítica aos socialistas divididos entre Ruy Barbosa e Epiácio Pessoa, “o grande problema do momento”, a questão social, conduz a tal divisão]

“[...] bom é que se registre a attitude dos dois candidatos. Ella é symptomatica e significativa. Tanto o Sr. Ruy Barbosa, no Lyrico, como o Sr. Epitacio Pessoa, em Pariz, foram ambos impulsionados pelo mesmo e único motivo: cortejar a nova força que se levanta no mundo, das classes operarias em revolução. E si elles a cortejam, é que se sentem fracos para combatel-a. Dahi, os gestos de conciliação. Dahi, as tumidas palavras de amizade e concordia. Dahi, os pressurososa telegrammas e as conferencias apostolicas. Tudo isso, delirio do pavor... Mas, como se enganam no seu delirio! Não pôde haver concordia, nem amizade. Totalmente impossivel qualquer conciliação. Até agora, indefectivamente, os direitos e os interesses dos trabalhadores sempre foram tratados de alto, pela força, com a sua cumplicidade e o seu apoio. Tinham nas suas mãos a força maior, e ella constituia o argumento supremo. Mas hoje a força maior está nas mãos dos trabalhadores; aguentem, pois, as consequencias. Insultavam, desdenhavam, espesinhavam, massacravam, quando podiam. Agora, que sentem fugir-lhes o poder, querem concordia e conciliação?” [PEREIRA, Astrojildo. “Nem aguia nem patativa!” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 1]

“Os operarios do Brazil não podem illudir-se com as attitudes e palavras do sr. Epitacio ou do sr. Ruy. São ambos figuras proeminentes da burguezia governante, grandes advogados de companhias e emprezas, accionistas e capitalistas elles proprios... De resto, os operarios nada têm que ver com candidatos, nem eleições, nem presidenciais. Isso é negocio de politicos e burguezes. Os operarios conscientes não votam. A solução dos seus problemas independe de taes sujeitos e de taes manigancias. Por velha e dolorosa experiencia, o proletariado sabe que a sua força propria é que lhe trará a emancipação. E esta é a hora da sua força.” [PEREIRA, Astrojildo. “Nem aguia nem patativa!” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 1]

“[...] a questão social, sr. Ruy Barbosa, é um problema cuja solução pratica e definitiva depende da transformação plena da sociedade.

Enfeixando no seu radio vasto de acção, factores multiplos de atração, compressão e repulsão, estabelecendo assim o peso ferreo da desordem administrativa-governamental, inherente a si mesma, causa de si propria; a desigualdade criminosa de condições, o desequilibrio geral nas relações dos povos, quer do ponto de vista moral, artistico, scientifico, filosofico, intellectual ou profissional, economico, politico e social, não será com a revisão constitucional nem com a proclamação dourada da democracia social, que a questão social

assumirá um aspecto inteiramente satisfatório, tendente á sua exclusão total, empreendimento este de ha muito iniciado pelos maiores luminares da sociologia universal – os anarchistas!

Nunca perdeu v. exc. seu tempo preciosissimo folhando Jean Grave, Kropothine, Reclus, Novi, Prudhon, Bakonine, Lorenzo, Hamon, Leoni, Charles Albert Malato, Faure, Malatesta, e muitos outros? Não?...” [BARBOSA, Santos. “A’ margem da questão social. A Ruy Barbosa, eu!” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 2]

“Gaba-se elle, com ufania, de que serviu nos mais avançados postos em pról da escravidão negra... Mas isso pouco importa á escravidão branca hodierna! “Agua passadas não movem moinho”...

E, apesar das “verbas na sua folha de serviço ás classes trabalhadoras do Brasil”, os operarios não serão jamais seus amigos.

No presente, os operarios não gostam de quem fala muito em deus... porque de deus lhes advieram todos os soffrimentos através do seculos.

Agora querem-n’o desterrar, para, livremente, poderem cantar:

“Paz na terra aos homens de boa vontade!”” [RUTI, Iza. “Atenção, plebeus!” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 3]

“[...] o grande tribuno, barricado nas formulas juridicas do direito romano e, depois devido á sua idade, homem de um seculo atraz, tem vivido alheiado, afastado, como a maioria dos iguaes, das ideias, opiniões e aspirações do operariado moderno, e, por isso, não póde comprehender que se possa resolver tão assoberbante questão fóra da legalidade e da moral christã.

O grande orador, e quantos outros! viviam num engano d’alma ledo e cego a respeito da questão social quando foi despertado pela queda do czar e consequente revolução russa e impressionou-se pela defecção deste paiz pelo aperto em que veiu pôr os seus amigos alliados, e pelas derrotas que as suas tão queridas formulas juridicas soffreram com os acontecimentos que se seguiram.

E o seu argumento de ter sido um paladino do abolicionismo para fazer jús á gratidão do operariado moderno não procede, porque durante todos estes annos s. exc. nunca levantou a voz contra as perseguições, esbulhos e prisões da classe trabalhadora ou dos seus paladinos mais dedicados.

E, depois, que diferença entre abolicionismo e a questão social que agora agita todo o mundo!

Então, tratava-se de libertar uma raça do jugo do senhor, mas o certo é que essa raça, como todas as outras, continúa gemendo, soffrendo, depauperando-se nesse eterno calvario que o trabalhador tem sido obrigado a supportar sob o azorrague do burguez, do patrão, do potentado!

Hoje, pretende-se resolver o problema magno da humanidade, isto é, quer-se acabar com todas as tyrannias, com todos os despotismos, com todos os abusos que, prolongados de seculo em seculo, tem conservado a humanidade dividida em duas classes distinctas, separadas, irreductiveis: patrões, sátrapas, jurisconsultos, dominadores, exploradores, monopolistas, governantes, padres, militares graduados, dum lado, libando o suor dos que trabalham; e do outro os desgraçados de sempre, os escravos de todos os tempos, párias, servos da gleba, camponeses e operarios suando, produzindo, esfalfando-se para gaudio, proveito e riqueza dos zangãos privilegiados.

Queremos a harmonia da humanidade, mas depois de acabar com todos os privilegios economicos, moraes e sociaes. Todos trabalhando e todos com direito á vida.

O sr. Ruy entende resolver tudo pelo accordo, pela renuncia, pela harmonia entre patrões e operarios e pela protecção de boas leis que elle se propõe criar quando seja presidente da Republica, mas nada de revolução, nem de luta contra os possuidores de riquezas!" [PINHO, Adelino. "Ruy Barbosa e o operariado" IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 4]

"E porque só agora é que se lembrou de que havia operariado brasileiro? Quando viu que elle vai tomar tudo a que tem direito, s. exc, como defensor das classes burguezas, corre a lançar a calma nos meios operarios e a confusão nos espiritos, declarando, mais uma vez, que os promotores da revolução russa são dois agente estrangeiros e aconselhando o operario a usar do direito de voto para assim sanear a atmospheria podre e corrupta que nos circunda.

Mas, illustre Sr. Ruy, o mal que corróe a sociedade não é sómente peculiar e privativo do Brasil, é de todo o orbe, de todo o mundo. Ninguém está contente, mesmo nos paizes onde o voto é livre!

O que os operarios têm a fazer é não darem ouvidos ás sereias eleitoraes e preparem-se para fazer a revolução social, pois só assim conseguirão a sua ampla, fecunda e definitiva

emancipação.” [PINHO, Adelino. “Ruy Barbosa e o operariado” IN: *A Plebe*. 29 de março de 1919. Anno II, n. 6, p. 4]

[...] A forte atenção dedicada nas páginas de *A Plebe* à crítica da candidatura de Ruy Barbosa provavelmente rendeu questionamentos à redação. Na capa da edição de 05 de abril de 1919 do semanário, ao lado de uma ilustração relativa à recém-fundada Internacional – uma multidão de pessoas marchando unidas, mineiros e marinheiros destacando-se em primeiro plano –, um pequeno texto, assinado apenas por D., de título direto: “Sobre as candidaturas – A nossa attitude”. A sua linha inicial já denuncia que a polêmica com o candidato causava celeumas: “Anti-ruystas?” Pergunta retórica rapidamente respondida, esclarecendo o comportamento ácrata diante de qualquer pleito eleitoral: “Não: anti-autoritarios, anti-parlamentaristas, contra todos os governos e contra todos os rotulos, dos quaes governantes e capitalistas se servem para continuarem a ser os senhores das coisas e dos homens”.

Não obstante esta oposição de fundo aos esquemas eleitorais de qualquer tipo, ao fim e ao cabo, uma oposição radical à ordem instituída, de fato ocupam-se com denodo em relação às posições de Ruy Barbosa. Como explícito nos textos anteriores, a questão fundamental é a tentativa de interpelação à classe trabalhadora realizada pelo político estabelecido. Justamente estes atores plenamente ajustados ao sistema começavam a trazer alguma resposta à *questão social*. A sua resposta. E é isso que Ruy representava aos olhos da minoria ativa que compunha *A Plebe*: duplo problema orientado à “mystificação democratica” – de um lado, uma solução interna à política estabelecida, objetivando regenerá-la justamente numa conjuntura em que está desnuda em crise, pela via da ascensão dos oposicionistas a ele aliados; de outro, uma armadilha à classe trabalhadora, ao mesmo tempo desviada de sua luta e referendando o sistema estabelecido, desta forma livre de questionamentos enquanto fundamentação estrutural de seus problemas:

Se o sr. Ruy fosse um candidato qualquer, como é o sr. Pessoa, nós não lhe teríamos dado preferencia na nossa critica [...] se apresenta como candidato nacional, isto é, como candidato de regeneração politica, symboliza, em tal circunstancia a grande e odiosa mystificação democratica. [...] candidato não sómente dos politicos que querem subir, mas principalmente da burguezia que encara o futuro, - Ruy Barbosa se apresenta tambem como candidato amigo das classes operarias. O engano, a emboscada, são evidentes. O que se quer é burlar o povo; distrair-o, enveredal-o por um caminho sem sahida; persuadir-o desde já de que se amanhã a oppressão se tornar mais pesada e a miseria mais dolorosa, a culpa não será do systema politico e economico em que vivemos, mas do proprio povo que não teve juizo para escolher um presidente capaz de endireitar tudo isso. E’ a velha comedia que se repete, mas

que, apesar do fracasso continuo, sempre attrahe gente ao teatro. Nós não combatemos particularmente a candidatura do sr. Ruy; mas desvendamos a fraude que essa candidatura encerra. Para nós não existe um problema presidencial: nada temos com a política eleitoral e com os politiquinhos de todos os matizes. Ruy ou Epitacio; Altino ou um bandido qualquer, arrancado ao seu esconderijo; suba quem quizer ao poder, para nós é o mesmo, porque o que nós queremos é acabar com o poder: derribal-o, não conquital-o. O que hoje combatemos no sr. Ruy não é o candidato á presidencia: é a obra de desorientação, de obliteração da consciencia revolucionaria do povo que começa a desenvolver-se agora e que não podemos consentir que seja encaminhada para uma estrada que a extravie, para uma estrada que, depois de longas voltas por atalhos perdidos, a reconduziria de novo ao ponto de partida.<sup>267</sup>

A oposição a este pretenso “amigo das classes operarias” não ficou impressa apenas no texto acima. Ainda na mesma página inicial, Everardo Dias assinou um texto no qual acentua o quanto as propostas de Ruy Barbosa são reveladoras, inconscientemente, da impossibilidade de soluções à questão social no seio do regime instituído:

Não pode haver fallencia mais completa e total em um regimen que tudo tem por fazer, após 30 annos de governo. E’ a confissão mais evidente e categorica da inanidade do regimen e da inutilidade dos politicos. E para deixar tudo por fazer “na vastidão extensissima e complexissima dos assumptos que entendem com a sorte do operariado que, sendo a sorte do nosso trabalho é a sorte da nossa industria, como de nossa agricultura e, portanto, a sorte do paiz”, - em quanto ficaram esses 30 annos de esteril legislatura, em que “nada se construiu, nada se adiantou, nada se fez”? Já alguém pensou na colossal, estupenda somma de dinheiro dispendida por essas mesmas classes productoras com os seus delegados ao congresso para que afinal “nada se fizesse”?... Eis ahi como Ruy Barbosa, sem o querer, talvez sem o pensar, se tornou o maior revolucionario da actualidade no Brasil: - mostrou, numa analyse fria e escarpante, aos que o escutaram e mais tarde o leram, que nada, seriamente, se pôde esperar da gente que está á frente do governo da nação. Eis ahi o grande segredo revelado ao povo pelo pontifice maximo da Política!<sup>268</sup>

Se Everardo Dias dá relevo ao quão evidente ficam os limites da República Oligárquica nas palavras de Barbosa, outros autores tomam estas mesmas palavras enquanto sinais do vazio de seu próprio emissor. Nem só problemas individuais com o polímata baiano – ainda que a crítica desabusada também esteja lá nas páginas do periódico paulistano<sup>269</sup> -, mas sim demonstrações da impossibilidade de soluções burguesas à questão candentes – a sua questão:

---

<sup>267</sup> D. Sobre as candidaturas – A nossa attitude. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>268</sup> DIAS, Everardo. O discurso de Ruy Barbosa – O nível moral e as classes trabalhadoras. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>269</sup> “O conselheiro fez a sua conferencia, fartamente annunciada, sobre a questão social. O homem que representa a velha geração dos preconceitos, o arauto de todas as liberdades do seculo... dezesseis, falou, falou... e não disse nada que nos alentasse, que nos evidenciasse uma phase nova enxertada em sua longuissima carreira juridica, politica e faladeira... O conselheiro escondeu-se atraz da purpura do cardeal Mercier, porque não pôde avançar mais. Pesames...” Cf: ADOBUS. Notas da clausura. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.



O candidato moderno, o candidato que conhece o *métier*, leva na pasta discursos para todos os paladares. Programmas extraordinarios, onde se fala de tudo e de coisa alguma; apresentação de projectos vagos que se resolvem em palavras; hymnos a uma justiça que não se sabe onde começa e a glorificação de uma liberdade que paira nas nuvens – eis a bagagem intellectual da oratoria do candidato. E se elle é do governo, então accrescenta louvores aos que estão de acima, se da opposição, termina ou começa com uma critica desapiedada aos que elle pretende substituir. E tudo corre por conta e risco da patria, do direito, do povo e de... Zéca Tatú. E desde que a questão social está hoje em fóco em toda a parte, é natural que a ella o candidato consagre alguns instantes e della fale e converse de maneira a agradar a platéa, ás galerias, ás frisas... e ao camarote do governo. Isso não é facil de conseguir; a maioria sae-se mal... Ruy Barbosa, porém, saiu-se peor que todos, talvez porque delle muito mais se esperava. Foi inhabil e demonstrou tratar de um assumpto que completamente desconhecia. Com habilidade teria elle remediado tudo, isto é, a falta de substancia no seu pretenso reformismo humanitario, levantando um hymno ao amanhã longinquo, de paz, igualdade e justiça. A burguezia que se ilude, que pensa estar ainda muito distante do dia em que deverá prestar suas contas, ter-lhe-ia perdoado de boa vontade esse vôo até o ideal, uma vez que ella hoje continuasse a pedir para os trabalhadores o que Christo pedia para os pobres: o superfluo.<sup>270</sup>

Estando a questão social “em fóco em toda a parte”, de acordo com Jorge Tupinambá, e existindo eleitores operários, é esperado que o candidato opositor dedique alguma atenção ao assunto. Nesse sentido, Ruy Barbosa teve suporte, ainda segundo as palavras do articulista, do “socialista sincero, Evaristo de Moraes, e por um socialista ocasional, Caio Monteiro”, para descer “do Olympto da Mentira Democratica [...] até ás camadas proletarias”. Importante, entre os seus pouco elogiosos comentários acerca do candidato e a sua proposta política em torno da questão social – “uma especie de fraude eleitoral, de engodo” -, é o contraponto realizado àquilo que Barbosa defende enquanto “socialismo democratico”:

O que quer, o que elle chama socialismo democratico é um pouco mais de “humanidade” da parte dos capitalistas. Uma “humanidade” perspicaz, intelligente e prudente para fazer frente aos perigos do maximalismo, para que Zéca Tatú não sare, não abra os olhos e reclame tudo o que lhe pertence. E, como homem de lei, elle quer que a lei intervenha afim de tornar obrigatoria essa “intelligente caridade social” para que no uso della se reforçe tambem o Estado. Descobre-se o jogo! Mas as leis sociaes que o Ruy espera de uma reforma da Constituição não são novas e em muitos paizes estão vigorando, o que não impede que tambem nos mesmos a questão social se encaminhe para uma solução radical, para uma solução que não seja um engano.<sup>271</sup>

O âmago da argumentação da militância libertária de então encontra-se aqui. A inoperância de uma legislação social para um problema sistêmico: “Ruy não é sincero. Não pôde ser sincero. Se o fosse deveria reconhecer que as leis são a codificação de um systema e

---

<sup>270</sup> TUPINAMBÁ, Jorge. Ainda o Conselheiro – O magistral discurso. Zéca Tatú exclama: “Chi! gente! que falação!...”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>271</sup> Idem.

não as faz o legislador”. A proposta de revisão constitucional seria apenas mais um engodo “na hora em que o proletariado universal organiza em toda a parte os seus soviets, quando os governos já cuidam de nacionalizar fabricas, minas e transportes, para se antecederem ao communismo”. A bastante discutida palestra de campanha de Ruy Barbosa em torno do problema que então se anunciou estridente aos olhos da política brasileira, ao fim e ao cabo, tinha uma função de apresentação, como não podia deixar de sê-lo nos quadros do regime (este compreendendo, na concepção do grupo de *A Plebe* e assemelhados, tanto a situação quanto a sua oposição dissidente), de uma solução burguesa, portanto insuficiente:

O operariado brasileiro deve, porém, agradecer ao Ruy por lhe ter dedicado esse novo e magistral discurso. A preciosa peça oratoria põe fim a todas as duvidas. E' o discurso de um capitalista democratico, que estudou para advogado, que ignora o socialismo e que o repelle como um castigo de deus. O Karl Marx de Ruy Barbosa está consignado na sua monumental oração, na qual incidentalmente se fala tambem de questão social – é o sr. Jorge Street! E é quanto basta...<sup>272</sup>

Se a questão social era um problema candente no cenário político brasileiro, impondo-se às pautas dos candidatos tradicionais, nomeadamente o oposicionista Ruy Barbosa, ao recém fundado Partido Comunista do Brasil e demais camaradas de militância, trazer o seu contraponto revolucionário à retórica dominante era um problema fundamental. Os recorrentes embates contra a fala de Barbosa não se restringiram às páginas da imprensa militante.

Em 30 de março, três semanas após a constituição do PCB, foi realizada “uma bella conferencia em refutação á que o sr. Ruy Barbosa fez no lyrico”. De acordo com o noticiário veiculado em *A Plebe*, teve “enorme concorrência” a sessão ocorrida no salão da União dos Operarios em Fabricas de Tecidos. Tratava-se de uma hora e meia de fala de Ulrick Avila, que levou a audiência a realizar vivas aos camaradas presos com o malogro da insurreição de novembro de 1918, a Lenine e a Trotsky. José Elias da Silva comentou a conferência de Avila, “debaixo de palmas”. A moção de repúdio à intervenção internacional na Rússia e na Hungria, para além das exaltações aos revolucionários soviéticos citados, teve também condenações a Clemenceau. Veiculado integralmente, o protesto não deixa de tomar a questão social nos marcos da disputa política universal que vinha dominando as suas atividades:

Considerando que no momento actual as reivindicações operarias mantêm em cheque as pretensões da burguezia, que quer resolver a questão social por meio de um programma já de ha muito relegado para o passado; Considerando que taes

---

<sup>272</sup> Idem.

reivindicações começaram com êxito, concretizadas pela Revolução Russa; Considerando que a idéia comunista em marcha victoriosa se traduz em factos que vêm resolver plenamente a angustiosa situação em que se encontra o proletariado universal; Considerando que a projectada intervenção das forças aliadas na Russia e na Hungria constitue um attentado ás liberdades tão grandemente apregoadas durante a guerra pelos proprios governos aliados, - o Partido Comunista do Brazil, por intermedio de seu secretario, na sessão realizada hoje, protesta veementemente contra tal intervenção e lança um apello á humanidade para que seus representantes conscientes se rebellem contra tal violencia e lhe antepoñham todos os obstaculos possiveis.<sup>273</sup>

A intervenção de José Elias da Silva na referida sessão é reproduzida no oitavo número de 1919 de *A Plebe*. Assim como expresso em textos anteriores, também José Elias da Silva deu explicações acerca do esmero de seu Partido em discutir as posições de Ruy Barbosa. A relevância do tema e as agitações conjunturais, combinados, explicam-no: “São chegados, no entanto, os tempos das explicações sinceras, das explicações desataviadas”. As manobras do candidato, por sua vez, complementam os motivos da resposta: “o orador não pôde deixar que fiquem sem o necessario commentario inverdades e absurdos incompativeis com as tendencias modernas”. Esclarecimentos referentes à opposição de fundo que a militância agora engajada no Partido Comunista guarda em relação ao sistema político também comparecem:

O orador affirma não fazer, e com elle todos os demais camaradas comunistas, opposição politqueira ao sr. Ruy. Não é por nenhum dos candidatos á governança. Comprehende que a organização vigente é que deve ser atacada, seja com estes ou com aquelles homens. O sr. Ruy vindo, porém, falar aos operarios, tem que soffrer a critica destes, que não são, como elle talvez pense, uns Jéca-Tatús ahi das ruas.<sup>274</sup>

Um elemento importante em sua discussão está justamente na discordância com o que Ruy Barbosa toma pela questão social. Para Elias da Silva: “- A questão social não é uma questão de operarios e patrões, affirma, e sim uma questão de mal-estar geral [...] A questão operaria é uma modalidade da questão social; será a sua parte economica, a divisão do trabalho, mas nunca a questão social, como lastimavelmente confunde o sr. Ruy Barbosa”. A questão fundamental, argumenta o comentador (uma voz autorizada na referida sessão do PCB), reside na “propriedade individual dos instrumentos do trabalho”, problema para o qual os comunistas apresentam uma solução revolucionária, *o comunismo anarchico*:

---

<sup>273</sup> Rio-Plebeu. Importante sessão de propaganda do P.C.B. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>274</sup> Ruy Barbosa e a Questão Social – Refutação do Partido Comunista. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Mostra que mesmo a burguezia concedendo lucros aos trabalhadores, como querem os sociologos de ultima hora, a questão social não se resolveria. Dentro das bases desta sociedade, da sociedade capitalista, da concorrência pessoal, se todos os operarios tivessem lucros o conflicto social não se acabaria, ao contrario, recrudesceria com mais impeto a luta individual. A razão desse phenomeno está na propriedade individual dos instrumentos de trabalho. Os communistas pretendem solucionar a questão atacando-a pela raiz: a posse colectiva dos instrumentos de trabalho e produção. O communismo, portanto, só pode ser anarchico, isto é, sem a violencia organizada que é o Estado, mantenedor da propriedade privada. Isto não significa, de nenhum modo, falta de direcção. A direcção, então verdadeira direcção, será technica, baseada na competencia e no livre accordo.<sup>275</sup>

A questão da propriedade privada dos meios de produção conduz a um equívoco nas ideias que Ruy Barbosa propôs-se a discutir com o público operário no Lyrico. É que o Conselheiro, defensor da impossibilidade de trabalho sem a existência de capital, confunde capital com instrumentos de trabalho, ocultando o referido problema da propriedade, como argumenta o comunista:

[...] o sr. Ruy confunde deploravelmente material de trabalho com capital, dizendo que não pôde existir trabalho sem capital. Capital não é nos instrumentos de trabalho – é a posse desses instrumentos. Se os operarios precisam da machina para construir, não significa que necessitam do possuidor. É contra esta dependencia que os communistas se insurgem e não contra o capital-machina. Dizer tambem que a propriedade é um incentivo do trabalho, pôde ser muito conselheiratico, mas é errado. O trabalho é oriundo das necessidades, unicamente das necessidades. Debaixo dos mais calorosos applausos terminou o camarada José Elias da Silva sua admiravel oração, que prendeu na maxima atenção o grande numero dos que foram ouvil-o no Partido Communista.<sup>276</sup>

Quatro dias após esta sessão do PCB, novamente José Elias da Silva seria responsável por “uma excellent conferencia sobre o communismo anarchico”, por ocasião do segundo aniversário da União Geral da Construção Civil<sup>277</sup>. Ao lado do texto e notícia referentes a esse operário, um chamativo anúncio de uma “Festa de propaganda pró-‘A Plebe’ e pró presos por questões sociaes”. Com promoção do grupo *Os Semeadores* e programada para ocorrer no dia 30 de abril, no salão Celso Garcia, tinha a seguinte programação:

- I – Hymno dos trabalhadores, pela orchestra;
- II – *1º de Maio*, bella peça social em 1 acto, em hespanhol, do inesquecivel camarada Pedro Gori;
- III – Conferencia sobre a Questão Social;
- IV – *Arlequin el selvage*, excellent drama social em 3 actos, em hespanhol;

---

<sup>275</sup> Idem.

<sup>276</sup> Ibidem.

<sup>277</sup> Rio-plebeu – Um aniversario. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Também indica o processo de intensificação de propaganda a notícia, ainda na mesma página do semanário, do aumento das tiragens de *A Plebe* para dez mil exemplares, pois “Vai num crescendo animador a aceitação do nosso órgão de guerra social”<sup>279</sup>. É nesse ínterim que persistem as atividades do PCB. No dia 10 de abril, novamente na União dos Operarios em Fabricas de Tecidos, reuniram-se os camaradas e trabalhadores e trabalhadoras interessados para ouvirem José Romero e José Elias da Silva. Ambos discutiram a questão do comunismo. Romero discorreu sobre a “tendencia de organização humana” permanente que constitui o comunismo, obstaculizada pelos exploradores. O avanço do comunismo na Europa, contudo, indica a fatalidade do sucesso da “força idealista dos trabalhadores e a fallencia da sociedade actual”. Algo afinado com a proposta organizativa que o Partido Communista vinha constituindo: “Faz, então, um appello aos trabalhadores em geral para que se tornem cohesos, uma só força e se convençam de que são capazes de organizar e administrar a riqueza social produzida pelas suas proprias mãos”<sup>280</sup>.

José Elias da Silva, por sua vez, com o mesmo tema aprofunda-se na discussão dos fundamentos, segundo a concepção revolucionária, da questão social em voga:

Estabelece um parallelo entre as condições do productor e do consumidor, referindo-se ao lucro do parasita intermediario. Discorre longamente sobre as perdas de energias humanas, que redundam sempre num desequilibrio social. Refere-se aos trabalhos inuteis exercidos por milhares de individuos, que, no regimen communista, seriam aproveitados em profissões uteis, o que determinaria um augmento, sempre constante, de produção e, portanto, do equilibrio social. Fala sobre o trabalho dos guarda-livros, dos funcionarios publicos, etc., nos quaes os individuos dispendem muita energia, porém, inutil, pois este gasto colossal de esforços só aproveita a uma minoria que explora a maioria. Assim, o guarda-livros se esfalfa sobre uma escrivaninha a fazer apenas um serviço util sómente ao patrão, que lucra em ter regularizados os seus ganhos da exploração collectiva. O povo, o productor, nada lucra, portanto, com esses individuos. Dest’arte, o tabellião, commerciante, o padre, o militar, etc., etc., formam uma facção parasitaria tão vasta que tende, mathematicamente, a empobrecer a maioria que produz. Faz outras considerações importantes que são ouvidas com o maximo interesse pela multidão que enchia o salão dos tecelões e que, ao terminar, manifestou-se em applausos entusiasticos.<sup>281</sup>

[Ruy Barbosa e a Questão Social – Refutação do Partido Communista. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 26/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.: Ruy Barbosa, “velho

<sup>278</sup> Festa de propaganda pró-“A Plebe” e pró presos por questões sociaes. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>279</sup> A Plebe. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>280</sup> Rio-Plebeu – O Partido Communista do Brasil. Mais uma sessão de propaganda. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 9. São Paulo: 19/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>281</sup> Idem.

apostolo das liberdades legais, ou seja essa dictadura burgueza” – receberia boa resposta dos ausentes, “sagrados pelo martyrio”, Oiticica, Astrogildo, Palmeira e Carlos Dias;]

“O grande artista só veiu ao encontro da nossa expectativa ao tracejar o sombrio quadro das desigualdades sociais, esse contraste monstruoso entre a opulencia afrontosa dos gosos, entre as delicias da vida nos palacios, e a inaudita miseria daquelles que trabalham – esse vegetar torturante, esse doloroso suicidio lento, no negror dos cortiços e pocilgas.

Mas – contradicção personificada - s. exa., que, citando as palavras do cardeal Mercier, nos accusa, a nós “socialistas devastadores”, de rebaixarmos a questão social “a uma simples luta de appetites” com o que animamos “o que de menos nobre é no coração do homem”, - s. exa. é quem realmente o faz, pois reduz o vasto problema geral da vida em sociedade, ás proporções de um de seus aspectos, ou seja a particular questão trabalhista, tal como a entendem todos os conservadores.” [Ruy Barbosa e a Questão Social – Refutação do Partido Communista. O que disse o camarada Ulrich Avila. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 26/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3]

“O antagonismo de classe, infelizmente, existe, sim, e delle nos servimos como argumento absoluto. Mas existe, não porque o promovamos ou suscitemos, senão que surgiu com essa mesma orgnisação que s. exa. quer conservar. Existe a luta de classes, como a luta entre individuos, porque existe o sr. conselheiro e senador Ruy Barbosa com todo esse immenso capital de saber e honrarias, dinheiro e privilegios” [Ruy Barbosa e a Questão Social – Refutação do Partido Communista. O que disse o camarada Ulrich Avila. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 26/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3]

“Quem vê na questão social simples conflito de dinheiro, nada assimilou dela. Não constitue negocio: é aspiração. Não é mercadejamento de enerjia, é apuramento. A questão social é uma ancia, ancia de aperfeiçoamento da alma humana.

Os trabalhadores não querem trabalhar menos, nem ganhar mais; quer ser mais homens; querem partilhar, não disputar como lobos os corvos.

Querem melhorar o corpo, sendo fortes e sadios, livres das molestias, dos envenenamentos, dos depauperamentos, da insalubridade.

Querem conhecer o mundo, penetrar as leis que o rejem, ser inteliencia dominante, altear o nivel da cultura media, participando todos da ciencia.

Querem a liberdade moral, e a liberdade intelectual é a orientação e determinação da vontade.

Ninguém possui tal vontade hoje. Raros logram fazer tudo quanto podiam fazer de bom e muito menos no sentido que dezeriam. Quantas energias abortadas, quantos sonhos realizaveis e irrealizados, quantas vocações artisticas sufocadas, estranguladas na miseria, sob a formidavel opressão da mediocridades espantadiza! Os proletarios querem o direito de desenvolver sua vontade, sua iniciativa, sua capacidade de ação.

Querem suprimir o convivio humano as causas vivas de conflitos, de escandalo, de vicios, de depravações, de infamias, de torpezas, que tornam a comunhão dos homens um enfermo e a terra um vale melear de lagrimas.

Estinguir os preconceitos, as malevolencias, a jogatina, a prostituição, as convenções; impossibilitar a degradação individual, aspartando a ignominia dos salarios, do aluguel, do emprego, da venda de serviços, do suborno sob qualquer forma.

Querem ascender á arte, ao simbolo, aos graus da imaginação e da conceção dos jénios; generalizar os espetaculos, as audições e as espozuições para que eles tambem gozem os juizos da beleza. Querem agir, pensar, vibrar, e querem mais, que a todos seja facultada a possibilidade desse triplice modos de viver.

Eis o sonho dos trabalhadores.

E' o que ouvireis dos propagandistas da era nova e o que repetem dia a dia os livros e os jornais de todo operariado consciente." ["A Questão Social – Mais alto... (Ao senador Rui Barboza)". IN: *O Rebelde* – Editado por um grupo de socios da União dos Operarios da Construção Civil. (Publicação especial). Rio de Janeiro: 01/05/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3: "Admira-lo, sempre! Idolatra-lo nunca", foto de Lenin na capa, "Salve! Revolução social! O homem do dia!" – VER MAIS TEXTOS: jornal com argumentações anarquistas, já uma crítica de Lenin, ao mesmo tempo que proclama, por ocasião da efeméride "Vermelho dia de afirmações revolucionarias e de protestos vibrantes contra a sociedade burgueza! Abaixo a festa do trabalho! Viva a ditadura Proletaria! Ave! Russia macimalista!" logo abaixo de "Viva o Partido Comunista do Brazil!"; especial atenção em "A questão social internacional" e textos sobre alcoolismo e leis de acidentes de trabalho]

"Agóra que a solidariedade universal se impõe entre os trabalhadores, entre todos aqueles que vivem em constante luta contra o despotismo e contra a exploração; agora que nos logares mais reconditos da Terra se batalha pela extinção do ignorantismo, pintando-se com

as cores mais vivas e elucidativas tôdas as belêzas da GRANDE VERDADE – da filozofia da verdade disseminada por Kropotkine, Cafiero, Ibsen, Grave e tantous outros – e que todos os Estados do sul Brazil se agitam ante a vontade cada vez mais insofrível dos governantes, refazendo-se para o atáque – talvez internacional, quem sabe? – á burguezia putrefeita, insustentadora, portanto, do regimen que ha cerca de cento e vinte sete anos estabeleceu apoiado na violencia, na dezigualdade e na dissenção, é urgente, é uma necessidade inadiavel, a difusão do pensamento libertario entre o proletariado paraense, afim de que este se habitue á realidade dos factos que a imprensa burgueza sempre detrupa em proveito proprio. e que “A Revolta” procurará esclarecer em todas as suas minudencias, saltando por cima das mentiras politicas de que se servem os réles *estadistas*, inimigos do povo e da revolução – dessa revolução destinada a assegurar ao mundo Paz absoluta e inteira Liberdade.” [“Ao aparecer”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1]

“Procurando conseguir que todos os espiritos inteligentes, e ilêzos da preconceituosidade burgueza, se coliguem na luta que hoje abre contra os inimigos da Igualdade e da Fraternidade, “A Revolta” penetrará até ao lar ignorado do trabalhador abstrato, levando-lhe o estímulo, o incendimento, preparando-o enfim para a Proxima Revolução, em que será banida para sempre a exploração do homem pelo homem: em que serão “suprimidas todas as instuições ezistentes, para dar lugar á nova sociedade, bazeada sobre a liberdade e a solidariedade mais completas”.” [“Ao aparecer”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1]

“O que não crêmos é que a transformação paraléla desses dois espiritos, governánte e governádo, conseguisse atrazar a márchá da revolução – déssa revolução que se álastra, mundo afóra, tornando impossivel a vida sôb outro regimen que não seja o de inteira liberdáde, egualdáde e fraternidáde.

Se, - como o sr. Rocha Pombo reconhéce, - os governántes de hôle possuem os mesmos instintos dos de tempos passádos, náda seria capáz de os mover do propózo imperativo em que se colocáram quando se julgáram senhôres, com poderes inacessiveis, espécádos nos privilégios que a sua máonha impôz aos menos sagázes; ou, melhor, aos sinceros, aos verdadeiramênte leaes, que nunca viram no seu semelhante o usurpadôr da sua



liberdade, - dessa liberdade perdida nas associações primitivas e que durante séculos, apesar de revoluções constantes, havia de permanecer vedada as atribuições individuais.

Essas revoluções consecutivamente praticadas tem demonstrado, claramente, que se os homens se familiarizaram insensivelmente com as instituições que os haviam de triturar, também amoldaram o seu espírito á ação de resistencia... contra os liberticidas.” [MARQUES DA COSTA. “Quazi ‘nos eixos’ (Notas a um artigo)”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2]

“[...] se a burguezia se acha impotente para rezolver o grande problêma, - a questão social, - que éla mesmo agravou com a grande conflagraçãode que acabámos de sair, o operariado sente-se bastante forte para o solucionar.

Procurando o sr. Rocha Pombo estudar o considerável programa do “Partido Comunista do Brazil”, com o mesmo “criterio livre de qualquer influencia” com que estudou as origens da “crize universal”, verá como o prolétariado, em perfeita comunhão de idéias com os grandes pensadores, caminha a passos agigantados para a o término dêsse enorme amálgama de misérias e de crimes em que tem vivido, e para onde foi atirado pela burguezia de indole satânica e *feudalista*!

O ilustre profesôr verá, então, que na América, como na Európa, já não é coisa facil evitar “soluções que o desespero tem fatalmente de propôr”.” [MARQUES DA COSTA. “Quazi ‘nos eixos’ (Notas a um artigo)”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2: logo abaixo, avaliação da insurreição de novembro de 1918]

“Descâncem aquêles que julgam ver ainda aniquilado o regimen de bem estar e liberdade que ora se desfruta na Russia.

Do mesmo espirito de revolta, da mesma sêde de liberdade e de justiça estão possuidos os trabalhadores de todo mundo, e por essa razão a felicidade daquele povo só tende a aumentar.

Se os paizes aliados durante a carnificina de 1914-1919, tem contribuido para o sobressalto em que ainda se encontra parte da população daquêla “metade do continente”, breve deixarão de o fazer.

Não tarda que cada governo tenha de prestar contas ás suas vitimas.” [MARQUES DA COSTA. “Quazi ‘nos eixos’ (Notas a um artigo)”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2]

“Se os poderes da Republica se limitarem a assinalar os seus átos com a já trivial violencia ezercida contra nós, operarios brasileiros, bem. Mas, se os poderes militares internacionaes se concentram, persuadidos de que são suficientemente fórtes para se oporem á marcha dos precusores das reivindicações humanas; ai deles! porque os trabalhadores, olhando por cima de todas as barreiras, saberão solidarizar-se, não consentindo que se conspurre a liberdade conquistada por irmãos seus, á custa dos mais ingentes sacrificios.

Será, então, a revolução final! – a Grande Revolução que a burguezia tanto teme, mas que, fatalmente, a hade fazer succumbir!

Será o dia em que a atual sociedade baqueará, para sempre, porque os homens *cortando o mal bem pelo fundo* não deixarão bási para que ela novamente se alicérceie.” [MARQUES DA COSTA. “Quazi ‘nos eixos’ (Notas a um artigo)”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3]

“Não estamos assistindo, todos os dias, ao atáscar simultaneo de imperadores e reis? De todos esses governos pútridos, infundados, portanto?

Não recebemos, todos os dias, as próvas mais concluzivas de que é imperfetivel a sociedade atual?

Não vêmos como o povo de todos os paizes guerreia, abertamente, contra os podêres constituídos que o oprimem?

Ó! se o mundo vae bem!...

Vae! Não tarda muito que a humanidade possa desvencilhar-se das ultimas cadeias que ainda a prendem e que em seu beneficio sejam espropriados todos os bens sociaes!

Então, - só então! – levantar-se-á a bandeira de paz universal, assegurando o bem estar e a liberdade eternos.” [MARQUES DA COSTA. “Quazi ‘nos eixos’ (Notas a um artigo)”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3]

[Federação das Classes Trabalhadoras do Pará realizou, na noite de 21 de julho, “comícios de protestos contra a intervenção dos governos aliados nos negócios da Rússia livre, e contra a imposição aos seus irmãos da Alemanha dessa paz vergonhosa que acabam de assinar, em Versalhes, os representantes da violência e da injustiça de todos os países”; manifestação solicitada pela FORJ às coirmãs; (“Movimento operário”. IN: *A Revolta* – Propriedade do grupo Aurora Libertaria. Ano I. N. 1. Pará: 26/07/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3)]

[“Depois de haveres lido “A Revolta” passa-a às mãos da primeira pessoa que encontres”, p. 3]

[“Leitura proveitosa”: p. 4]

#### 4.3 Anarquistas x maximalistas: disputas no seio do Comunismo Anarchico

[da discussão do primeiro de maio – como ocorreu a partir dos jornais, momento de difusão de *O que é maximismo ou bolchevismo* – a continuidade de publicações operárias e ocorrências grevistas] Em poucos meses conseguem cumprir o desígnio de formularem o órgão oficial do Partido. No dia 02 de agosto de 1919 vinha a lume o primeiro número do periódico *Spártacus*. Não deixa de ser significativa a escolha do nome para o veículo, a recordar do texto publicado em *Tribuna do Povo* retomando o exemplo do antigo escravo revoltoso em Roma, bem como a própria Liga Espartaquista que cumpria papel fundamental – no que toca as expectativas não apenas da militância brasileira, mas do movimento operário como um todo – na Alemanha. Neste sentido, já em seu número inicial, justificando o seu título, são expostas de forma clara as referências que nortearam a prática daqueles nele engajados:

Carlyle, em sua galeria heroica, se esqueceu do herói *como revolucionário* e não viu, na biografia dêsse escravo, as revelações do mais desabalado heroísmo. A história, parcialíssima, guardou, minuciosamente, os feitos do ambicioso e futilíssimo Pompeu, deu-lhe o triunfo sobre Spártacus, e, dêste grande homem, registrou frases suspeitas e largos movimentos de campanha. Plutarco não nos biografou o gladiador: fala nêle biografando Crassus. Não importa. Para o símbolo vale muito a semi-obscuridão histórica. Ela apaga as circunstâncias para focalizar o tipo em sua significação ideal. Tira dêle o muito humano que o degradaria e lhe infunde algo divino que sugere e nos seduz. Seja como fôr, Spártacus avulta, cada vez mais, na história antiga. Esquecido sistematicamente, sua efígie começa a iluminar-se no passado, desde que entre homens repontou a sêde de justiça, o pruído de emancipação. Os franceses de 89 elevaram-lhe uma estátua. Com o seu nome, Liebknecht apostolou a redenção dos homens na Alemanha. Sob a sua imagem os grupos comunistas derribaram, na Alemanha, o andor militarista, apressando a queda dos impérios. Á sua sombra inda militam contra lordes e argentários, para que não se renove o morticínio, nem se restaure o imperialismo. Spártacus foi um clamor humano, o angustiado grito de milhões de mártires, um protesto sangrentíssimo

contra os amos da República, a reclamação erguida em lei, a igualdade em rebelião.<sup>282</sup>

Este texto foi assinado por José Oiticica, destacado militante na Aliança Anarquista que dirigiu a insurreição de 1918 e que integrava o Grupo Editorial. Entre os outros integrantes que também comungavam de ideias anarquistas incluía-se Astrojildo Pereira, também um dos articuladores do movimento de 1918 e já experimentado nas lides do jornalismo político. Octávio Brandão – também militante anarquista e formado intelectualmente entre Alagoas e suas experiências no Rio de Janeiro – também assinava texto que figurava na capa do nascente veículo, o qual, tal qual o programa que fizeram circular em outros jornais, apresentava propósitos políticos de intervenção revolucionária:

O apelo, que fizemos aos camaradas militantes nesta cidade, não foi feito em vão, como se verá pelo balanço das contribuições publicado noutra parte. Prova de vontade e de sacrificio, esse apoio constitui por si só incentivo bastante para que perseveremos no proposito em que estamos. E eis, pois, *Spártacus*. Modesto, mas irreductível, todo ele se consagrará á obra imensa da revolução social dos nossos dias.<sup>283</sup>

Eram solidários os militantes que atuavam em *Spártacus*, não esquecendo de colaborar com os camaradas que, em outras paragens, também dedicavam-se às tarefas de difusão da palavra revolucionária, como provam os elogiosos termos dedicados para *A Plebe*, veículo já destacado quando da greve de 1917, saudado pela vindoura transformação em diário:

Com uma tiragem sem exemplo na nossa imprensa, superior mesmo a de muitos jornalões burguezes, e largamente difundida por todo o Brazil, *A Plebe* constitui hoje um instrumento valiosissimo e indispensavel na obra de transformação social, que tambem nesta parte do mundo se vai realizando. Mas essa obra avulta e intensifica-se cada dia, e o semanário, por muito que faça, já se torna insufficiente. As necessidades reclamam jornais quotidianos. E *A Plebe* estará, pois, diária, dentro de pouco, multiplicando consideravelmente a sua eficiencia revolucionaria. Aos camaradas de S. Paulo a nossa mais calorosa saudação de entusiasmo pela grande iniciativa.<sup>284</sup>

A propaganda revolucionária era o imperativo máximo da conjuntura, já manifesto no próprio Programa veiculado pelo PCB meses antes:

---

<sup>282</sup> OITICICA, José. *Spártacus*. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>283</sup> OITICICA, José; PEREIRA, Astrojildo; BARBOSA, Santos; D'AVILA, U.; PEIXOTO, Isauro; BUSSE, Adolfo; ALACID, Salvador; JUNIOR, Cruz. “Explicação”. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

<sup>284</sup> “A Plebe” diária. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

Si é verdade que as organizações revolucionarias daqui não são uma força verdadeira positiva, em compensação constituem a unica força capaz de tomar a iniciativa de qualquer movimento, sem que as demais organizações de orientação conservadora e dominadas por padres e políticos possam impedir a sua realização; sendo organizações sem vida propria e, portanto, cousas mortas, cairão ao menor embate. Aos revolucionarios compete acelerar a sua queda, desenvolvendo activa propaganda anti-religiosa, anti-estatal e anti-capitalista.<sup>285</sup>

Não escapou, a diferentes autores, a presença de elementos oriundos de distintas referências tidas como “cientificistas” a orientar, ou no mínimo acompanhar, a apropriação feita dos referenciais de Marx, Engels e outros revolucionários no Brasil de então [citar algo em rodapé nessa linha]. As referidas teorias já vinham circulando em solo brasileiro há algumas décadas, sendo verificada a sua presença nos textos da militância republicana das décadas finais dos oitocentos. Por vezes interpretadas de forma crítica ou mesmo pejorativa como “evolucionistas”, é compreensível que tais concepções alimentem a ideia de revolução então vigente entre setores combativos da classe trabalhadora, especialmente quando mudanças de grande alcance, como o bem sucedido assalto aos céus no Império Russo – para não falar de outros espaços que tinham a sua forma política transformada no bojo da guerra que se acabava –, se apresentam em simultaneidade às próprias transformações verificadas na vida material local, possível sinal que a evolução, como um motor, movia o mundo à revolução. Neste sentido, é significativa a leitura de Romano Crocci, também veiculada nas páginas de *Spártacus*:

A revolução é um factor biológico. Dentro da propria ordem natural vae ganhando terreno a revolução, porque a Natureza, que é evolutiva em seu meio, é revolucionaria em seu fim. No reino vegetal, como no reino mineral e animal, tudo é susceptivel de transformações e modificações parciais ou totaes, devido ás influencias do meio ambiente, físico ou social. Tudo se agita no mundo organico porque tudo obedece a determinantes quimicas que vivem em desharmonia com os corpos que povoãm o planeta.<sup>286</sup>

A referida concepção, que não raro interpreta o todo social enquanto um organismo, no caso, um organismo enfermo, orienta o mesmo autor a, após constatar a desarmonia enquanto um fator de transformação – *natural* –, entender o mesmo princípio atuante no mundo social, no qual a anarquia é tomada enquanto uma necessidade histórica. O texto “*Pelo comunismo*” também é emblemático na articulação ideológica própria ao maximalismo de então, no que chama de “*comunismo anárquico*”:

---

<sup>285</sup> FERNANDES, Antonio. Aspectos da luta de classes. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>286</sup> ROMANO CROCCI. Pelo comunismo. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

O homem não é imutável: é sempre susceptível de modificações psicológicas, que acabam por operar modificações sociais. O homem evolue dia para dia. A engrenagem social cria cada vez mais necessidades a que o homem se veria impossibilitado de satisfazer. O ideal se faz cada vez mais complexo, o pensamento surge, as necessidades reclamam satisfação: dá-se o conflito e a transformação social torna-se cada dia mais urgente, mais necessária, mais humana. Porque anárquico é o pensamento e para a anarquia caminha a história. A transformação social por “gradação política” é um fino sofisma, cujo fim nós anarquistas prevemos. Uma reforma social é um paliativo, visto que ataca os efeitos deixando incólumes as causas. Por um princípio de economia não devemos ir “de degrão em degrão”: seriam muitos choques e muito desperdício de atividades. Custe-nos, embora, mais um pouco, cheguemos ao extremo cortemos o mal pela raiz. É o único meio de nos libertarmos dele. A sociedade presente está enferma: é obra humanitária destruí-la, substituindo-a por outra mais de acordo com a aspiração da humanidade escravizada. O comunismo anárquico é o remédio eficaz, único capaz de purificar integralmente o organismo social vigente. Na ordem política, somos anarquistas porque condenamos todo direito de mando e todo dever de obediência. Na ordem intelectual queremos o livre exame. Na ordem econômica pregamos pelo comunismo porque acaba com a exploração do homem pelo homem.<sup>287</sup>

Outro expediente comum à imprensa política presente no órgão do Partido Comunista do Brasil é o das referências a processos contemporâneos de outros espaços, como a já citada revolução na Alemanha. No primeiro número, por exemplo, é veiculada a “*Proclamação da Hungria comunista aos trabalhadores do mundo*”<sup>288</sup>. Agitações sindicais na Holanda e na Inglaterra também são noticiadas, bem como é reproduzida integralmente uma mensagem de Lênin para os trabalhadores americanos.

O ano de 1919 não foi marcado, no que tange às iniciativas de difusão de notícias de agitações e, especialmente, de escritos de dirigentes da classe trabalhadora, apenas por *Spártacus*. Já despontavam no mercado de então: “[...] grande número de obras de Lenine, Boukharine, Trotski, Losovski, K. Radek e outros: eles chegam da Argentina e do Uruguai, também da França.”<sup>289</sup> Assim como outros periódicos políticos, *Spártacus* tinha anunciados em suas páginas os volumes cuja venda era realizada na redação. Atividade nada estranha para militantes que já a realizaram poucos anos antes. Quatro eram as brochuras de propaganda impressas na terceira página de seu volume inaugural:

| AUTORIA              | TÍTULO  | PREÇO (\$) | PÁGINAS |
|----------------------|---|------------|---------|
| Hélio Negro e Edgard | <i>O que é o maximismo ou bolchevismo?</i> Programa | 800        | 128     |

<sup>287</sup> Idem.

<sup>288</sup> Proclamação da Hungria comunista aos trabalhadores do mundo. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2

<sup>289</sup> CARONE, Edgard. Introdução. IN: \_\_\_\_\_. *O P.C.B. (1922-1943)*. Vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1982. p. 4.

|                         |  |     |     |
|-------------------------|--|-----|-----|
| Leuenroth               | comunista  |     |     |
| Carlos Dias             | <i>Luta sindicalismo revolucionaria – Meios e finalidade</i> | 600 | 104 |
| Astrojildo Pereira      | <i>Dictadura policial</i>                                    | 200 |     |
| Liga Comunista Feminina | <i>A família em regimen comunista</i>                        | 200 |     |

No segundo número do semanário, só restavam os anúncios de *O que é o maximismo ou bolchevismo* e *Luta sindicalista revolucionaria*<sup>290</sup>. Em página separada dos demais, em discreto canto do impresso, também se anunciava a venda de *No café*, assinado por Errico Malatesta e custando \$ 400. Já na edição de 16 de agosto de 1919, para além do retorno dos títulos aparentemente esgotados, também são propagandeados em *Spártacus: Livre exame*, por Paraf-Javal (\$ 200); *Doze provas da inexistencia de Deus*, da lavra de Sebastião Faure (\$ 400) e *Giórgicas* (edição brasileira), de Neno Vasco (\$ 100)<sup>291</sup>. Não são indicados os números de páginas dos referidos volumes. [do número 8 para frente?]

As iniciativas de organização radical, naqueles quentes anos animados pelo exemplo da Revolução de Outubro, levantes na Alemanha e na Hungria, e a própria ocorrência de greves gerais em importantes centros brasileiros, multiplicavam-se. Antes mesmo da iniciativa dos libertários cariocas aqui em tela, Ronald Chilcote recupera entre as tentativas de criação de um partido comunista no Brasil ocorrências já em 1918, na cidade de Livramento, no Rio Grande do Sul<sup>292</sup>. Outras tentativas também existiram, não raro também com inspiração anarquista.

Transformações importantes se operam já nos primeiros anos do decênio de 1920. A continuidade da formação de novos agrupamentos de esquerda agora ocorre em um período de refluxo nas lutas operárias, no qual a repressão teve papel fundamental<sup>293</sup>. A classe dominante respondia a um problema de tipo novo, mas que já julgava de vulto: “Os três anos que antecedem 1920 anunciam a questão social. Não apenas as classes sociais oprimidas se agitam, mas a política toma conhecimento de sua realidade. As facções políticas dominantes

<sup>290</sup> Brochuras de propaganda. IN: *Spártacus*. N. 02. Rio de Janeiro: 09/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>291</sup> Brochuras de propaganda. IN: *Spártacus*. N. 03. Rio de Janeiro: 16/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

<sup>292</sup> CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982. pp. 54-57.

<sup>293</sup> BARTZ, Frederico. Op. Cit., 2009. p. 324.

se exprimem divergentemente entre uma solução complacente e uma atitude agressiva, que se traduz pela fôrça”<sup>294</sup>.

Não é nenhuma grande novidade a mobilização da bandeira da revolução entre os setores de minoria ativa ou de vanguarda da classe operária organizada. A conjuntura de guerra intensificou tal propaganda, a qual alcança outro patamar a partir das experiências concretas de 1917, momento no qual demandas locais, longamente sentidas, articularam-se com um processo internacional de crise. Nas páginas de variados órgãos da imprensa operária brasileira está impresso um eloquente senso de urgência histórica da parte dos militantes. O encontro entre as tentativas de construir novas formas organizativas e de propostas de transformação estrutural é a tônica do processo de constituição de uma ideologia própria a esta classe. [...] A julgar pela consciência dos próprios envolvidos nas agitações políticas à esquerda, de fato algo novo se configurava a ponto da palavra *revolução* ser uma questão que mais e mais povoava todas as cabeças:

A palavra revolução, que outrora era tomada como sinonimo de desordem, é hoje discutida em todos logares e por pessoas de todas as classes. A Revolução já não amedronta as massas populares como até aqui, nem os nossos adversarios se atrevem a apresental-a como a hidra multiforme, sedenta de sangue. Os revolucionarios não são mais encarados como malfeitores e desordeiros, inimigos da familia e da sociedade. Pelo contrario, são os revolucionarios que sabem aliar a palavra á ação, os que mais bem interpretam as aspirações dos trabalhadores e, por isso, qualquer insulto que contra eles fôr dirigido tem como resposta o mais energico e vibrante protesto do proletariado consciente e de orientação definida.<sup>295</sup>

A necessidade histórica da revolução – necessidade, não obstante, dependente da ação humana dos “revolucionários avançados” que conseguissem aproveitar a janela de oportunidade aberta – e, com ela, a abertura de *um novo tempo* (“nova era, a era verdadeira da felicidade e que será denominada, com razão, o *período aureo*”), com uma nova humanidade, é uma imagem que, já presente desde as páginas de *A Vida*, persiste em *Spártacus*:

A revolução é um facto inevitavel. Marchamos a passos gigantescos para uma nova era, para um novo estado social, em que o homem verdadeiramente integralizado em suas funções humanas e sociaes, possa desenvolver a sua individualidade a despeito das diversas influencias provenientes da arcaica organização actual. A revolução aproxima-se. Resta, pois, aos revolucionarios avançados que sabem distinctamente o que devem fazer, não perderem a ocasião oportunissima que se lhes oferece. Sinão vejamos. Ha dez anos a humanidade vivia quasi que completamente alheia dos grandes problemas sociaes, que empolgam a atenção mundial na época presente. Em começos de 1915, após 6 mezes de lutas, o unico aneio dos povos europeus era o

---

<sup>294</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., 1965. p. 71.

<sup>295</sup> FERNANDES, Antonio. Revolução... IN: *Spártacus*. N. 03. Rio de Janeiro: 16/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.



resultado da guerra. Dahi as opiniões favoraveis aos aliados ou aos alemães. Como passassem, porém, os tempos, com eles vieram novos factos deixando entrever questões muito mais complicadas e muito mais uteis para o bem estar comum do que a victoria de um dos bandos em luta. Novos factos, novas épocas, novas lutas. A revolução russa, que no dizer de Lloyd George é o facto mais importante da historia universal, veio patentear ao mundo uma nova faze da marcha dos ideaes. Sim; não era mais possivel negar a possibilidade de solução do magno problema. De onde menos se esperava, jorrou a luz em jactos ofuscantes e até hoje como um farol imenso, semelhante ao sol, ela ahi está, potente, clara como a verdade e insufladoras de novas energias vitaes. Em todo o mundo, desde a Australia ás regiões ignotas da Siberia, desde o Cabo Horn á Groenlandia, desde Johannesburg ás glaciaes paragens da Noruega e Suecia, um prurido, mais que um prurido, um sopro vivificante de revolução, corre celere tocando todos cerebros mais ou menos bem conformados, tocando aqueles que prevêm a nova éra, a éra verdadeira da felicidade e que será denominada, com razão, o *período aureo*. Greves, motins, levantes, conspirações, enfim, todas as possiveis manifestações de rebeldia, que denotam um desejo imenso de vida melhor, atribulam os potentados da Terra. E' a hora em que os Spártacus de todas as nações tocam a reunir para os ajustes de contas.<sup>296</sup>

Ainda que o proselitismo revolucionário não fosse inédito, fica revestido de significado ao tomar-se a sua intensidade e regularidade em uma conjuntura tão agitada. Em *Spártacus*, órgão do novíssimo Partido Comunista, o apelo revolucionário comparece em textos dos mais diferentes formatos e objetivos. O já citado militante Octávio Brandão, em breve crônica retratando a miséria do jovem trabalhador carvoeiro – “sujo, rasgado, barrigudo de lombrigas”, “Tinha onze anos e já fazia o serviço de um homem. E não sabia ler!” –, conclui: “Em verdade, só mesmo uma Revolução”. O curto texto não deixa de ser exemplo da afinidade entre uma proclamação generalizada nas mais diferentes cabeças militantes com os problemas próprios a cada localidade, como os “arredores da burguezada capital em que moro”, espaço para mais uma constatação revolucionária da parte de Brandão<sup>297</sup>.

[...]

“Ha dias a imprensa burgueza publicou uma circular da chefatura de policia da capital do Estado, na qual, tomando como pretexto a circulação de manifestos entre os soldados, provavelmente feito por elles mesmos, e a morte de um alto chefe da Cia. Docas de Santos, que segundo diz a circular foi assassinado por tres anarchistas, ameaça reencetar uma furiosa perseguição contra os elementos mais activos do movimento operario e social, alvejando principalmente o Partido Comunista.

Fazemos constar que os taes manifestos, si é que existem, não podiam servir de pretexto para perseguições ou violencias, porque, a policia não diz de onde elles partiram, e

<sup>296</sup> RAMOS, Lenino. Justiça! IN: *Spártacus*. N. 03. Rio de Janeiro: 16/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>297</sup> BRANDÃO, Octavio. Aspectos da miséria nacional! IN: *Spártacus*. N. 03. Rio de Janeiro: 16/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2

mesmo que elles fossem da autoria dos elementos operarios e avançados, isso não significa nenhuma contravenção á lei; muito ao contrario é o exercicio da lei e da Constituição Nacional.

Os individuos indigitados como autores do assassinato do representante das Docas, sabemos que elles não são, nem nunca pensaram em ser anarchistas, pois a sua familiaridade com a policia revela que são inimigos da classe operaria.

Apenas temos a salvar a personalidade de Manuel Campos, o qual, provou, á sociedade, que nenhuma participação teve nesse crime.

Companheiros: alerta, em face do terrorismo policial.” [“Alerta e a postos – O terror policial” *A Voz do Trabalhador*. Anno I, Num. 1. Sorocaba. 06/09/1919. p. 3.]

“Aqui os campos estão divididos nos dous extremos: os revolucionarios que defendem o comunismo anarquista, com a maioria dos trabalhadores que são simpatizantes desse ideal, e os conservadores que têm seu ponto de apoio, principalmente, na organização internacional do sistema capitalista.

Ha tambem uma grande parte que não se preocupa com a questão social e, como tal, pouco ou nada poderá embaraçar a nossa ação: são os comodistas que acompanham sempre a corrente vencedora...” [FERNANDES, Antonio. “Revolução...” *Spártacus*. n. 3. 16 de agosto de 1919. p. 2.]

“A sociedade actual, a sociedade *limpo*, está apavorada ante o maximalismo.

Essa sociedade corrupta e pôdre clama contra o amor livre. O regimen da postituição grita ser infame o bolchevismo porque este trará o amor livre. Protestam os agiotas; esbravejam os ladrões; os assassinos tremem. A burguezia teme a Igualdade; amedronta-a a Justiça.

Depois da tempestade virá a bonança; antes do temporal, nada melhorará.

O tufão colocará tudo em seus verdadeiros lugares. A revolução social é necessária, é urgente. Só amanhecerão dias de paz apoz a queda dos despotas. A derrubada deve ser imponente: perversos, chorando; crápulas tremendo; assassinos implorando misericordia.

Basta de contemplações. Os tempos são chegados! Eis! Avante pelo comunismo!

Salve Spártacus modernos!

Para a frente anarquistas! Tudo venceremos e a podridão cairá, cairá nem que seja preciso ajudar a sua quédia com umas *laranjinhas...*” [D’ALMEIDA. “Regimen pôdre!”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. n. 3. 16 de agosto de 1919. p. 4]

“Este numero sae apenas com 2 paginas, por motivo das dificuldades surgidas com a apreensão do numero anterior. Mas sae. Sae e sairá, apesar de todas as perseguições e de todos os obstáculos. E contamos certo regularizar os nossos trabalhos de modo a sair com as 4 paginas do costume, na semana a seguir.

Camaradas e amigos!

Agora, mais que nunca, é necessário todo o esforço para a manutenção do nosso órgão.” [Spártacus, n. 07, p. 01]

“A apreensão de ‘Spártacus’ nos orgulha. Prova que fazemos obra sã, pois apavoramos a burguezia, católica, redentórica ou simplesmente cavadora. É o nosso fim.” [“A apreensão de ‘Spártacus’”. IN: Spártacus, n. 07, p. 01] [ver idem, nas pp. 1-2, “A policia assalta as associações de classe”]

“Camaradas!

Fazemos um vivo apelo a todos os amigos de “Spártacus”.

O período de reação burguesa, que se inicia tão furiosamente, torna mais graves as naturaes dificuldades numa publicação desta ordem. Esta é pois a hora de todos os esforços.

Insistimos principalmente junto aos pacoteiros, para que sejam o mais possivel pontuaes com os seus débitos.

Actividade, camaradas!” [Spártacus, n. 08, p. 01] [ver, idem, “A reação burguesa contra o proletariado”, pp. 1-2; variados textos no mesmo número]

“Não nos sorprehende a reação burguesa, como tampouco nos atemoriza. De um certo modo, podemos mesmo afirmar que ela constitue, para nós, motivo de orgulho. A reação decorre necessariamente da ação. A actual reação burguesa, entre nós, vale, pois, por uma prova real da eficiencia da nossa acção libertaria. Estamos satisfeitos. E continuaremos...

Toda a historia da humanidade pode dizer-se que se desdobra, através dos séculos, impulsionada pela energia resultante do choque das duas correntes antagonicas; corrente

libertaria, corrente autoritaria. Esta é conservadora, retrograda, cristalisada em preconceitos e atavismos. Aquela é revolucionaria, progressista, renovando-se numa perene vibração vital.

Nós anarquistas formamos a extrema-esquerda da corrente libertaria.” [(“Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. 27 de setembro de 1919. p. 1)] [rever o trecho “A nossa propaganda”, em parte já citado na abertura do capítulo]

“Passou pois a época da pura troça, em que eramos unanimemente apontados á opinião publica como loucos mais ou menos inofensivos, creadores de longínquas quimeras, sonhadores renitentes e risíveis. Igualmente passou a época das pequenas perseguições esporádicas. Entramos de cheio no período das calunias e injurias em grosso e das perseguições em alta escala. Os governantes afiam o gume das espadas, ferram dobrado os cascos dos cavalos, reforçam as grades das enxovias e preparam implacavelmente leis de excepção. A padralhada romana dum lado e uns novos apóstolos redentoricos do outro, todos com o caloroso e sonante apoio de industriaes apavorados e mandões da politicalha, entram na contradança, jogando com paus de dois bicos, mistificando, detrupando, envenenando, desorientando as massas. A grande imprensa, essa totalmente ao serviço da reacção, batendo e rebatendo a valeha metraca do insulto e da calunia a tanto por linha...

Mas a nossa palavra, quente e irrepresavel, ha de vibrar empolgadora por sobre a vasa deste esterquilino!” [(“Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. 27 de setembro de 1919. p. 1)]

“Em resumo, nós anarquistas, somos incriminados, pelo governo, pela imprensa e pelo clero: 1º de estrangeiros; 2º de estrangeiros indesejáveis, expulsos de toda a parte, inclusive dos paizes de origem; 3º de agitadores profissionais; 4º de exploradores do operariado.” [(“Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. 27 de setembro de 1919. p. 1)] [como contraargumentam!?!]

“Nós não nos iludimos a respeito dos propositos de que se acham animados os nossos inimigos, donos do Brazil. A reacção começa feroz e feroz se intensificará. Mas não nos desarmará. Não nos intimidará. Não nos submeterá. Havemos de nos defender a todo transe. A livre manifestação de pensamento, a liberdade de propaganda de idéas e de reunião é um direito, uma conquista que havemos de defender com unhas e dentes. Ao nosso lado teremos a massa sofredora e expoliada, cujas aspirações mais altas são as nossas aspirações. Ao nosso

lado teremos os homens de consciencia honesta e incorruptivel. Ao nosso lado teremos todos os proletariados do mundo, todos esses milhões de escravos rebelados que aos quatro cantos da Terra se agitam na maior das revoluções da História. Temos fé e confiança no futuro e sabemos que as nossas idéas são mais fortes que todas as forças brutas da burguezia...” (“Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. 27 de setembro de 1919. p. 2)

Realizado o histórico do movimento e as devidas defesas frente à ofensiva repressiva aberta contra a imprensa militante, é o momento dos anarquistas, como o próprio título do manifesto anuncia, apresentarem o “nosso programa de reconstrução social aplicável ao Brazil”. Do que declaram desejar, nenhuma surpresa: socialização das riquezas, “tornando propriedade comum o que é fructo do trabalho comum”; abolição de “toda e qualquer especie de parasitismo”, sendo a sociedade administrada por uma “vasta confederação nacional” de trabalhadores; regulação das relações sociais pelo livre acordo. Anunciam o seu pioneirismo em postular uma *nova era*, fundamentada no trabalho, plenamente integrada na *civilização proletariana* que está em consecução:

Numa palavra: queremos que o povo do Brazil, liberto do capitalismo cosmopolita, que o explora e o exhaure, e da politicalha esterilicante, que o empestêa como a peor das pestes, se integre plenamente na civilização proletariana, que desponta, pelo trabalho util, fecundo e dignificador. O trabalho para todos e todos para o trabalho – eis o postulado fundamental da nova era, de que pretendemos ser os pioneiros no Brazil.<sup>298</sup>

Merece especial destaque tal postulado em torno de uma nova era, pautada pelo trabalho socializado, em direção à uma civilização proletária. Reaparecem as aspirações manifestas já desde o início de sua atividade coletiva, e particularmente intensificadas na quente conjuntura onde se encontraram a crise econômica e a movimentação político-social brasileiras com as agitações internacionais no bojo da Grande Guerra. Em termos de uma temporalidade urgente que vivenciavam e uma nova que, a partir dessa, intetantavam construir, a sua proposta é de *renovação*. Para realizá-la, não deixam de anunciar os obstáculos da reação e a tarefa hercúlea posta:

Não somos ingênuos e bem sabemos que a tarefa é gigantesca, pejada de imensas dificuldades, e exigirá esforços e sacrifícios supremos. Mas há que encarar a situação corajosamente, com energia indomável e vontade ferrea. A historia nos coloca neste dilema: ou a renovação ou o aniquilamento. Somos pela renovação!

---

<sup>298</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

Mas o que é positivo e definitivo é que essa renovação não poderá realizar-se dentro do actual sistema plutocrático. A capacidade econômica do industrialismo burguez não basta mais ás necessidades do nosso tempo. A produção das utilidades deve ser regulada tendo em vista as necessidades geraes e comuns do consumo, e não as variações e ambições do capitalismo mercantilista. Paralelamente á incapacidade economica, esgotada se acha a capacidade administrativa da burocracia governamental. Assim, ao proleatriado, em cujos hombros repousam as responsabilidades directas da produção, cabe tomar nas proprias mãos, directamente, as responsabilidades totaes da obra imensa de renovação.<sup>299</sup>

[...] As suas propostas para um “*Brazil novo*” – em contraste ao “*país paradoxal de hoje*”, cuja composição é o de “[...] uma população miseravel, de famintos e de enfermos, de flagelados e de mendigos, de gecastatús e de cangaceiros” – são bastante indefinidas. Ao constatar o enorme potencial de riquezas naturais, os autores declaram que as mesmas não pertencem “[...] á população que o habita”. São propriedade daqueles a quem fazem opposição. A tônica da declaração é a negativa:

O Brazil pertence a algumas duzias de sindicatos industriaes e financeiros, a algumas dezenas de fazendeiros e latifundiarios. E são esses açambarcadores da riqueza nacional, na maioria estrangeiros, em boa parte nem mesmo residentes no paiz, são esses que retêm nas unhas, ou fazem reter nas unhas dos seus prepostos e lacaios da governança, os destinos do nosso povo trabalhador, das populações obreiras das cidades e dos campos. Contra esses nos revoltamos! Contra esses nos batemos nós! Esses são os inimigos do povo e contra esses declaramos a nossa guerra! E o Brazil novo, o Brazil de amanhã, terra de liberdade e bem estar, aberta a todos os braços productores e a todas as inteligencias fecundas, só se tornará realidade concreta quando, sacudido pelo furacão renovador, arremessar para o lixo da história todas essas castas malditas de parasitas e sugadores que o infestam, que o estiolam, que o aviltam, que o infelicitam.<sup>300</sup>

Os inimigos políticos fundamentais, já denunciados em outros momentos do manifesto, são os “piratas da agiotagem internacional”, exploradores do trabalho e, no momento immediatdo de redação do documento, mandantes da “reação feroz aos anarquistas”, com o apoio da “imprensa mercenaria” e uso do “orgam do governo, a seu serviço”. Não hesitam os anarquistas em anunciar que já constituem uma organização especificamente para responder a este importante revés conjuntural que se anuncia:

Como instrumento de defesa imediata, creámos o Comitê de Defesa Libertaria, que se propõe a desmascarar-os e desmanchar-lhes os sinistros planos reaccionarios. Firmes na estacada, contamos com o apoio de todos os homens amigos da liberdade,

---

<sup>299</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>300</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

trabalhadores manuaes e intelectuaes, que desejam ver respeitados no Brazil os elementares direitos de livre opinião e reunião.<sup>301</sup>

O internacionalismo tem papel importante em “Os anarquistas brasileiros ao povo”. Não só na sua importante autoidentificação com um processo revolucionário global, um *leit-motiv* na lavra militante do período que constitui uma marca fundamental em sua formação ideológica em processo, mas também ao pontuarem irrestrita solidariedade aos trabalhadores estrangeiros, marcando assim uma importante oposição a um dos ataques mais caros à reação contemporânea. É a condição de classe que evidencia a indistinção entre trabalhador nacional e estrangeiro, bem como localiza os redatores deste texto como partícipes de uma revolução internacional: “A exploração capitalista, como a opressão politica não distinguem entre estrangeiros e brasileiros quando se trata de os explorar e oprimir. Não pode pois haver distinção entre estrangeiros e brasileiros, quando uns e outros se defendem das exploração e da opressão.”<sup>302</sup>

A conclusão do manifesto sintetiza a consciência de um papel histórico pari passu a experiência de um tempo “grandioso e decisivo”, cuja marca é a “revolução social internacional”, iniciada pelo povo russo:

Conscientes e seguros do nosso papel historico, neste momento grandioso e decisivo da civilização, queremos bradar daqui, bem alto, à face da nação, a nossa fé ardente na revolução social internacional, á cuja causa emos consagrados as nossas vidas e pelo triunfo da qual, no Brazil, empenhamos e empenharemos todas as forças da nossa energia. Terminamos. E terminamos com este voto ao povo russo, heroico iniciador da imensa batalha redentora, e aos proletariados de todos os paizes, soldados da nossa causa, a expressão mais calorosa da nossa fraternal e inquebrantavel solidariedade!<sup>303</sup>

[discutir os assinantes do manifesto] [discussão sobre estrangeiros, solidariedade aos baianos] [texto anticlerical de Octávio Brandão: “O mito de Satan”, sobre o furto do maniqueísmo pelo cristianismo e os lucros advindos da invenção do Diabo]

“O seu autor é universalmente estimado como um dos mais profundos e mais claros escriptores libertarios, grande orador, emerito jornalista, velho militante de tempera indomavel e prodigiosa actividade.” [“Um artigo de Sébastien Faure para “Spártacus”.” IN:

<sup>301</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>302</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

<sup>303</sup> VV. AA. “Os anarquistas brasileiros ao povo”. IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

*Spártacus*. Rio de Janeiro. N. 10, 04 de outubro de 1919. p. 1] Tendo em vista a ampla circulação do escrito, o grupo editor de *Spártacus* enviou cópia do escrito para reprodução no paulista *A Plebe*.

[recuperar o anúncio do texto de Faure no número 10, seus argumentos anteriores e pontuar a relevância do escrito: primeiro sinal de discordâncias também no seio do movimento operário brasileiro? de todo modo, relevante tendo vindo à lume no órgão do PCB, *locus* de uma redefinição organizativa]

“[...] admito a necessidade, para estabelecer a Revolução Russa, de estabelecer por certo tempo, a Dictadura do Proletariado. Surgida porém, fatalmente, de circunstancias excepcionaes, esta Ditadura não deve sobreviver ás circunstancias que a geraram, e si a Dictadura bolchevista não cessar desde que se torne dispensavel, o dever dos anarquistas será ataca-la, então, com o mesmo encarniçamento que terão empregado para defendel-a das offensivas coligadas de todas as reações: russas e estrangeiras.” [(“O bolchevismo e a atitude anarquista (especial para Spártacus)”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. N. 11, 11 de outubro de 1919. p. 1)]

“Sugadores do nosso honrado suor, esses vampiros já começam a olhar tremendo a classe proletaria, porque já sentem os estremeções do pedestal em que se acham.

[...]

Fiel ás ideas das doutrinas que nos orientam, aqui estaremos firmes como sentinellas avançadas do verdadeiro progresso e não desse progresso que consiste em encher os cofres da burguezû, armal-a de todos os meios de distruição contra nós que somos os unicos que temos direito à vida por que trabalhamos, porque luctamos.

O nosso programma repousa todo elles num communismo racional baseado nos mais altos principios da Justiça.

Havemos de lutar e havemos de vencer!” [“A dor humana”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral dos Trabalhadores. Bagé: 04/10/1919. Anno I, Nº. 1. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1]

“O professor E., jornalista sr. Ernesto Penteado vai fazer importante conferencia, da Questão Social o que e o massimalismo ou cumunismo, que realizar-se-a nestes poucos dias no Coliseu Cagèense.



O professor Penteado, e um dos nossos jornalistas, que tem travado varias polemicas, e feito susseços nas luctas jornalisticas, pela sua fulgurante pena, e autor de varias obras sociologicos.” [“O que é o massimalismo”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral dos Trabalhadores. Bagé: 04/10/1919. Anno I, Nº. 1. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3]

“O operariado brasileiro com a experiencia que tem adquirido à custa das miserias que ha muito vem supportando, eis que ergue altivamente a frente, para combater o velipendio de seus direitos.

Compreendeu fatalmente q’ é agindo directamente que elle poderá conquistar palmo a palmo o terreno que lhe vem sendo roubado pela torpo exploração do homem pelo homem.

A ideia da emancipação já preoccupa o cerebro de todo o trabalhador, demonstrando que o trabalhador opprimido e aviltado, cansado de soffrer as miserias e infamias da tyrannia burgueza, não quer mais estar escravizando.

E, sentindo brotar em seu peito o sentimento da revolta, esse movimento reivindicador, muito embora os governos procurem suffocar a intensificação dos seus ideaes, dentro de breves dias proclamará a sua victoria, porque esse movimento à um fato natural e espontaneo, da evolução humana.

Não ha peias que detenham a evolução natural das causas, observando-o o contraste absurdo da constituição da actual sociedade que divide os individuos em exploradores e explorados.

O ruido das infamias que os governos têm posto em pratica para tolher-lhe a acção, cada vez despertará mais este gigante adormecido que distendendo a sua rija mucsulatura e comprehendendo ser um crime o torpor em que tem vivido, salta disposta a lutar pelos seus direitos ou a cedel-os a troco da existencia propria.

E, enquanto o gigante apresta-se para a lucta, tremem os tyrannos dessa trindade maldita, preste a soffrer a queda fatal: o burguez, o clero e o Estado.” [T.M. “A quéda dos tyrannos”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral dos Trabalhadores. Bagé: 04/10/1919. Anno I, Nº. 1. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4 – ao lado de notícias sobre a gravidade da situação europeia, onde a mobilização da classe trabalhadora conduz o Velho Mundo às “mãos dos Socialistas”; não esquecer de mencionar a relevância da imagem do “gigante adormecido”, jogo realizado com o próprio hino republicano em combate]

“Repetem-se a greves com cada vez mais furor – porque presentemente são estas as unicas armas de que dispõe a classe laboriosa, com o fim de conseguir um pedaço de pão um pouco maior para si e para sua familia.

Em todos os paizes ouvem-se os rumores pavorantes dos que soffrem – rumores estes parecidos com vulcões antes das suas irupções.

Recrudem-se dia a dia, mas os factos nos advertem que sobre os ricos feudaes pesarão grandes responsabilidades pela grande miseria que se alastra devastandos os lares.

Aproxima se o dia em que os privilegios se derruirão e as riquezas apodrecerão por inuteis.

Como prova mais frisante acabam de rebentar em todos os pontos da terra, revoluções contra essa torpe oppressão exercida sobre uma classe pobre e sem meios de defeza iguaes aos burguzes.

Uma prova disso offerece-se nos o facto da rapida difusão de nova doutrina syndicalista entre as classes trabalhadoras, sendo acceita em toda a parte com alegria e cordialidade.

Esta doutrina apresenta um novo plano, collimando a solução das difficuldades capitalistas, tendo por lemma – do canhão ao arado, do arado á producção.

O socialismo pede que sejam propriedade publica todos os meios de producção e distribuição, ao passo que o syndicalismo ou mesmo o communismo mandam que os proprios trabalhadores sejam os donos e director em absolucto do systema de producção industrial, dos transportes das fabricas e officinas, das minas em fim, de tudo.” [PASTORINO SOBRINHO, V. “Aos trabalhadores do Rio Grande do Sul”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral dos Trabalhadores. Bagé: 04/10/1919. Anno I, Nº. 1. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 2-3]

“Salve a revolução que como um dilluvio arrasará esta sociedade apodrecida, para o tirumpho da liberdade humana dando a cada um o direito de desfructar, de tudo o que a terra proporciona, e que se encontra nas mãos de uma minoria.

Salve a revolução que trará a confraternisação da familia humana e universal!

Salve a revolução que trará a liberdade dos opprimidos!

Salve a revolução que ora irradia da Russia, invadindo o continente Europeu, e que em breve atravessa o oceano, vindo a nós dando a cada escravo o ensejo de bater-se pela almejada liberdade.” [BENICIO, J. “Salve a revolução”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral

dos Trabalhadores. Bagé: 11/10/1919. Anno I, Nº. 2. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2 – mencionar a introdução]

“Camaradas!

E’ necessario que hoje mais do que nunca intensifiquemos os nossos nobres esforços nessa lucta gigantesca e maravilhosa que se estende impavida pelos quatro cantos do nosso globo.

E necessario que possamos bradar altivos e energicamente:

“Viver para morrer ou morrer para não ser escravo”!!” [AUGUSTO, Julio. “O regimen dos privilegios”. IN: *A Dor Humana* – Orgam da União Geral dos Trabalhadores. Bagé: 11/10/1919. Anno I, Nº. 2. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 2-3 – mencionar a introdução]

[VER: ns. 4,5,6 de *A dor humana*]

[insurreição em São Paulo: outubro de 1919]

“Tendes amor à terra em que nascestes? Desejais que ela venha a fulgurar ao lado das outras patrias na aurora que começa a despontar para a Humanidade? Desejais um Brazil grandioso, sem amos nem escravos?

Desejais contribuir com o vosso apoio moral para combater os males que nos infelicitam, que nos degradam, como o analfabetismo, a politica, o alcoolismo, a prostituição e o desfibramento das energias juvenis? Crêdes como nós que no Brazil, como no mundo, nem tudo está perdido? Crêdes num futuro mais belo? Numa vida digna de ser vivida?

Alistai-vos imediatamente como socio do socio do “Grupo Comunista Brasileiro “Zumbi”.

Este é o nome do admiravel Spártacus negro da nossa historia, que reuniu em torno de si um grupo de escravos rebelados e formou a Republica dos Palmares.

Seu nome será a bandeira dos que se rebelam contra o jugo do sindicato politico, clerical e industrial em cujas garras o nosso amado Brazil se debate.

Dentro em pouco, filial-o-e-mos ao “Grupo Clarté”, de Paris. E os brasileiros poderão colaborar com os intelectuaes de todo o mundo no advento da Republica Universal, “fóra da qual não ha salvação para os povos”.

Contra a dictadura republicana, contra o predomínio da burguezia sobre as outras classes, contra o culto das incompetências, contra a exploração organizada, contra a mentira oficial.

Pelo homem livre sobre a terra livre, pela emancipação da mulher, pelo culto à criança, que é o homem de amanhã, pela abolição dos privilégios de classe, pela ordem proveniente de um mútuo acordo entre os homens, pela República Universal onde todos trabalhem e todos tenham direito à vida.

Desejamos socios correspondentes em todo o Brazil. Já se estão organizando nucleos em todas as cidades da Republica.” [NUCLEO ORGANIZADOR. “Grupo Comunista Brasileiro ‘Zumbi’”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 23, 03 de janeiro de 1920. p. 3]

“A organização da Internacional do Pensamento entra numa fase activa e constructora. O Grupo “Clarté” tomou a iniciativa de reunir em Congresso os intelectuaes independentes de todos os paizes, o qual se realizará em Berna, num dos primeiros mezes de 1920 proximo.

Serão convidados, além dos membros do comité director de “Clarté”, os representantes dos movimentos similares da Europa e da America, bem como todos os escriptores, artistas e sabios que lutam pela mesma causa que o grupo “Clarté”.

Todas as questões que visem melhorar o estabelecimento das relações internacionaes, e principalmente as que se relacionam com a liberdade do pensamento, serão levadas á ordem do dia.

O grupo “Clarté” declara que o seu papel, nesse projectado Congresso, é apenas o de iniciativa e convocação.

[...]

Cabe aqui uma pergunta: os intelectuaes do Brazil?

E’ uma desolação... Estão, na sua quasi totalidade, ou inteiramente alheios a esse movimento internacional, ou já definitivamente alugados aos poderosos do mando e do dinheiro. Que triste figura fazeis, jornalistas, publicistas, poetas, artistas, sabios do Brazil!...

Sabemos, no entanto, por honra nossa, que o grupo “Zumbi”, recentemente fundado entre nós por alguns modestos trabalhadores do pensamento, convocará a uma reuniões os raros intelectuaes independentes que nos restam para tratar desta importante questão. E não será impossivel enviemos a Berna um representante.” [“Congresso Internacional de Intelectuaes”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 23, 03 de janeiro de 1920. p. 3]

“O anarquista não é destruidor, é constructor. Tem, ás vezes, a violencia de ação, o que é natural, porque corresponde á violencia do governo. O anarquista contróe, edifica, produz: remove o mal, extingue-o, ou absorve-o para estabelecer o bem. No combate ao mal não ha o prazer de lutar, mas a ancia de construir o bem: semelha a mãe que leva o filho doente ao bisturi do medico, para que eliminado o braço apodrecido, salve-se o resto do organismo da infeção purulenta. Eliminação não é destruição, é *mal menor*, isto é, bem relativo.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 1]

“Ser patriota não é só amar o céu, o solo, os campos e as montanhas. Nem é só bem querer aos semelhantes. E’ isto, e bem mais do que isto. E’ lutar pela liberdade, que é o progresso.

E’ impedir que haja governos que explorem, que infamem, que persigam e que domine uma igreja que conspire, que ataque, que ultrage. E’ opôr-se á lei, que não é justiça, á força, que não é direito, á miséria, que não é natural, nem digna, nem humana.

E’, numa frase, vencer a exploração do homem pelo homem, extinguir a indolencia e o parasitismo, *viver*, emfim.

Pela vida, toda a nossa energia, todo o nosso valor, toda a nossa corajem. Viver, viver bem – eis todo o programma social. Trabalharemos por ele e tornemol-o realidade, indiferentes aos apôdos dos cobardes, ao riso dos imbecis e ao furor da canalha.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 1: partir da distinção entre amor à terra e amor à gente, concluir com a definição de *direito de viver*]

“O anarquismo é o progresso, que se realiza em estagios sucessivos: civilização, revolução. Na marcha geral das sociedades humanas só ha estes dois termos encadeados: *civilização*, quando o progresso não é obstado pelos governos, *revolução*, quando ha entrave na evolução.

O progresso é a fórmula evolutiva do anarquismo. Por isto mesmo a anarquia perfeita não póde ser jamais atingida: a perfeição é uma tendencia, não é um estado.” [PALMEIRA,

Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 1]

“Si o progresso é a fôrma evolutiva do anarquismo, o comunismo é a sua fôrma economica. O progresso é o anarquismo no tempo, enquanto que o comunismo o é no espaço.

O comunismo não é irrealizavel: os povos primitivos foram comunistas, comunistas foram os primeiros cristãos; no Brazil, o povo do interior tem tendencias acentuadamente comunistas; trabalha, em comum, na medida de suas forças e gasta, quanto possivel na medida de suas necessidades.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. pp. 1-2]

“O operariado, que é actualmente a expressão mais alta do povo e a classe maior de uma nação, apresenta um sintoma edificante em se agremiando em sindicatos de resistencia. Ele é a base da sociedade comunista, o comunismo está em germen nos sindicatos. Exemplifiquemos. Na sociedade futura, a *produção* ficará a cargo das Federações de oficio: tecelões, construção civil, padeiros, sapateiros, marceneiros etc.; o *consumo*, nas cooperativas, empregará, na distribuição, os associados da Federação do comercio e o *transporte* dos generos e mercadorias dos centros de produção aos de distribuição e consumo ficará aos cuidados da Federação de Vehiculos e Ferro Vias.

Outras classes se reunirão em federações: medicos, professores, etc., etc., para tratar dos trabalhos referentes ás suas respectivas especialidades. Às classes parasitarias e negativas: Congresso, burocracia, magistratura, militarismo, agiotismo, advocacia, comercialismo desaparecerão.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2: “Nós caminhamos aceleradamente para o comunismo”, fato evidenciado com a “fôrma insuficiente e imperfeita do comunismo” que foi o racionamento de guerra]

“A sociedade actual está condenada porque é artificial. Levante-se outra missão social: o culto á verdade, que é justiça, á beleza, que é amor, á utilidade, que é progresso. Retifiquem-se os tempos, acabe-se o mal: que os ventos não espalhem mais os germens da morte nem o clamor dos oprimidos, mas tão somente a cantiga do amor perene e a benção do universal direito.

Só assim a vida será boa, isto é, feliz; e será luz sem sombra, astro sem ocaso, dia sem noite, primavera sem inverno, alegria sem tristeza, maravilha sem par a esplender pela eternidade dos seculos. A humanidade, será, então, bela e triunfal, digna e civilizadora: o progresso moral e material.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2: discussão sobre “As bases filosoficas do anarquismo”, as quais remontam aos princípios da conservação da matéria e conservação da energia, sendo o anarquismo, especificamente, “a filosofia constructora da harmonia e da sociabilidade”]

“Os dias da redenção social não podem tardar. No mundo, frente a frente, erguem-se duas Internacionaes: a Internacional da Noite, que é a da exploração burgueza e a Internacional da Luz, que é a aliança subterranea de todos os expoliados da plebe.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2]

“Da Europa nada mais espera o burguezismo, que se volta, por isto, á America. Grande papel é o nosso, camaradas! E’ gigantesco, herculeo, extraordinario... A luta pela liberdade será decisiva na America.

A liberdade triunfará na Europa, em breve, e em breve America será o valhacouto do passado, que se apoiará solidamente no dolar norte-americano.

Si não reagirmos eficientemente a horas, a Europa se libertará, enquanto libertar-se-á a America; e como a Europa não se mantem por si, economicamente, o plano satanico, diabolico, maldito é vencer a liberdade européa pela fome, já que não será vencida pelas armas.

Não nos iludamos: a Internacional das Trevas prepara as malas para fugir da Europa e abancar-se toda na America. As expulsões de militantes dos Estados Unidos, Brazil, Argentina, Uruguay, e demais paizes americanos obedece a um plano sinistro de enfraquecer a energia revolucionaria da America, para a consecussão plena e perfeita da salvação burgueza.

Grande é a nossa missão, camaradas! Compenetremo-nos de como é gravissima a situação americana.

O aburguezamento total da America será a morte da liberdade; devemos impedir tal crime, salvando-nos e salvando a Europa. Ensinemos o povo da America a amar a liberdade e a vida, para que não se recue no proximo momento decisivo. Doutrinemos ao povo americano o amor ao ideal maravilhoso, que se desenha em nossa imaginação singela como o imperio magnifico do altruismo, como a sociedade feliz, entrevista nas pompas do sol ardente e fecundo da fraternidade, que ha de vir, bela e triunfal, doirando de alegria os corações humanos.

Nela, não haverá ninguém que conheça apenas da vida as visajens e as contradições, as torturas e as humilhações. As privações, o desgosto, o desespero, a fome, o roubo, o assassinato, a guerra, tudo, tudo quanto ha de horrivel e desolador no mundo se extinguirá ao brado frenetico da liberdade, sollapada por milhões de vozes, ao sopro insuperavel das reivindicações populares, que erguerá nas barricadas a bandeira do futuro.

Tenhamos confiança na victoria!... Sursum corda! Nem rei, nem amo! Paz entre nós, guerra aos senhores!” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2]

“O Brazil, com esta Republica chatim, está em decadencia. Decadencia material e decadencia moral, miseria material e miseria moral.

Por isto mesmo – parece um paradoxo, o problema é facil: nada ha construido pela burguezia, tudo está para ser construido por nós. O organismo do Brazil está doente, enfermiço, quebrantado: mas desta morbidez organica vai sair, futuramente, a maravilha sem jaça de um Brazil, grande, em sua federação de comunas livres; grande pelo progresso a lhe desantranhar a riqueza do solo, a lhe aproveitar a força potente das cachoeiras, a lhe rasgar o coração por estradas de ferro; grande, pela independencia economica, forte pela liberdade do povo, grandioso pelo contingente de bem estar trazido á humanidade.” “Os dias da redenção social não podem tardar. No mundo, frente a frente, erguem-se duas Intercionaes: a Internacional da Noite, que é a da exploração burgueza e a Internacional da Luz, que é a aliança subterranea de todos os expoliados da plebe.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na séde da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2]



“E’ possível o comunismo no Brazil? E’, desde que o povo o queira. O povo do interior é acentuadamente comunista, o povo das cidades facilmente se doutrina, pois que sofre mais do que ninguém o aguilhão dos contrastes sociais. Além do mais, a divisão actual do Brazil em municípios facilitará a transformação social: os municípios têm, na Republica, plena autonomia; pois bem, demos-lhes soberania ampla e teremos de pronto, no paiz, quase 2.000 comunas, que tantos são os municípios.” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na sede da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2: concluir com terror vermelho x terror branco]

“O momento actual relembra este acontecimento historico. Ha uma Atenas, ha uma Sparta, ha muitos corredores.

Sparta é a organização de hoje; Atenas é o idéal futuro, que lucila e extasia, que encanta e seduz. E os corredores somos nós, os rebeldes dos nossos tempos.

Camaradas!

Deixemos a Sparta dos suplicios, das privações e das iniquidades; a Sparta, onde não ha festas, nem canticos, nem flores. Caminhemos indomáveis na nossa energia, insuperáveis em nossa força, invencíveis em nossa coragem, bandeiras ao vento erguidas para a cidade luminosa, que divisamos, embalada no Bem, no Amor e na Justiça. Que as bandeiras não se percam na viagem tenebrosa contra a adversidade; que todas, todas, todas fluctuem na Atenas dos nossos sonhos!

Que nome têm as nossas bandeiras queridas? – LIBERDADE!

Como se denomina a sociedade futura! – ANARQUIA!” [PALMEIRA, Álvaro. “Ao romper do ano novo – Carta aos camaradas, lida na sede da Construção Civil, em 31 de dezembro”. IN: *Spártacus*. Rio de Janeiro. Ano I, N. 24, 10 de janeiro de 1920. p. 2]

sentido de *A greve da Leopoldina*: balanço das condições e resultados do movimento grevista, tendo em vista apreender lições e não incorrer nas mesmas falhas e erros; [PEREIRA, Astrojildo. *A greve da Leopoldina*. Rio de Janeiro: Coleção Spártacus, 1920; texto assinado em abril, indicado em sua capa o preço de 200 réis]

**“Escravidão e miséria”**: “As reclamações formuladas pela Liga Operaria de Além Paraíba eram mais que justissimas, eram modestissimas. A opinião publica manifestou-se unanime a

favor dos reclamantes. Todos os jornais proclamaram a justiça da causa. Reconheceram-na o proprio governo e até a propria diretoria da Leopoldina. Esta, em circular publicada, disse: “A Companhia reconhece haver, ainda, alguma couza a fazer...” E o que fez a diretoria? Acrescentou, em seguida: “... mas a sua situação financeira não o permite.” Pobres, pauperrimos acionistas! Ha dezenas de anos que esses infelizes inglezes drenam do Brazil para a Inglaterra centenas de mil contos de réis, aqui cavados duramente pelos trabalhadores brasileiros... e querem estes agora, precisamente nesta hora de universal abertura financeira, arrancar uma parcela aos magros dividendos? Hão de eles, desgraçados e mizeros acionistas, morrer a fome? Seria uma dezhumanidade calmozoza... Que morram de fome os trabalhadores aqui, é muito natural. Eles têm vivido de fome, até hoje, e já é tempo de se terem acostumado a isso... Pois que continuem!

Não tem outra significação a resposta da direita da Companhia ás reivindicações da Liga Operaria de Além Paraíba.” [pp. 7-8: discussão dos magros vencimentos e da enorme jornada de trabalho na Leopoldina; trazê-lo a partir da discussão do *significado* do comunicado da Liga Operária – greve pacífica, temor de boatos, problema da carestia – no âmbito da aquela conjuntura (a ver se citado antes ou depois, pp. 4-6)]

“[...] o movimento da Leopoldina, de méra gréve duma corporação, se transformava dia a dia numa questão de honra para todo o proletariado. A diretoria da Estrada, céga na sua intranzijencia tiranica, surda aos clamores jerais em nome da justiça, não arredava pé, não cedia, e redobrava o seu furor no combate aos grévistas. Dispunha a seu bel prazer do apoio governamental, e isso lhe bastava. Soldados da policia e do ezercito, maquinistas navais, bombeiros e beleguins, amarelos oficiais e officiozos... tudo isso e mais alguma couza foi posto ás suas ordens. O Ministro da Viação foi feito seu moço de recados...” [pp. 10-11] [pp. 11-12: Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro e Federação dos Condutores de Veículos, em moção conjunta após tentativa de conferência conciliatória chamada pelo Ministro da Viação a uma comissão da União de Empregados da Leopoldina e da Liga Operária de Além Paraíba (20/03/1920), declara que em caso de demissão de ferroviários “por motivo de associação ou de gréve”, após a conclusão das negociações, “arrogarão a si a violencia cometida, intervirão dirétamente na questão e declararão, si a tanto forem obrigadas, uma gréve jeral de todas as classes federadas”; pp.13-14: acentua-se, no correr dos dias seguintes, a ameaça de greve geral (tempo acelerado etc.)]

[pp. 14-16: Maurício de Lacerda, “que desde o começo do movimento se vinha batendo pela imprensa em favor dos grévistas” – com poderes delegados pelos operários após as assembleias de Olaria e São Jozé de Além Paraíba –, conferência com o Ministro da Viação: noticiado em *Voz do Povo*, CONFERIR ALI E NA GRANDE IMPRENSA: EPISÓDIO EMBLEMÁTICO!]

[manifesto de declaração de greve geral pela FCV e FTRJ, veiculado nos jornais da manhã de 24-25 de março de 1920: pp. 17-18] [balanço da greve por Astrojildo Pereira: pp. 18-19; VER IDEM: pp. 21-23]

“Foi uma verdadeira paz de Brest-Litovski. Os acontecimentos posteriores provaram fartamente o valor da palavra governamental e patronal. Desmascarou-se o conchavo indecente... Dezenas de presos continuaram presos. Trez deles foram expulsos do territorio nacional. E a Leopoldina só readmitiu quem bem entendeu ou quem se submeteu passivamente, deixando na rua varias dezenas deles, dos mais dignos e altivos...

Dura lição! Saberão aproveitá-la?” [p. 20]

“Como os bolchevistas em 1918, o proletariado do Rio de Janeiro capitulou diante duma força maior, sem possibilidade de resistencia. Ele assinou a sua paz de Brest-Litovski. Von Epitacio jogou sobre a meza das negociações os chanfalhos dos seus esbirros e as patas dos seus cavalos. E’ humilhante? Amigos, para a frente, a trabalhar. O tempo é nosso aliado...” [p. 24: discutir rapidamente o sentido da comparação com Brest-Litovski]

**greve da Leopoldina, episódio *inequívoco* da lua de classes, “batalha local da grande e universal guerra de classe dos nossos dias”:** “A gréve da Leopoldina caracterizou-se principalmente como um episodio inequivoco da luta de classe, como uma batalha local da grande e universal guerra de classe dos nossos dias. Iniciou-se como um movimento méramente corporatista. Desde logo, porém, devido á intransijencia obtuza da Companhia, tomou aspétos mais amplos, assumindo a feição inconfundível duma grande batalha social.” [pp. 24-25]

“A maioria, sinão totalidade, dos grévistas compunha-se de trabalhadores brasileiros, ao passo que estrangeiros eram e são os patrões – diretoria suprema em Londres e diretores efetivos aqui. Esta circunstancia, de resto fortuita, foi que mais contribuiu para imprimir ao

movimento um caráter flagrante de luta social entre duas classes – a dos explorados e a dos exploradores, proletariado e burguezia. O governo, fujindo ao seu dever de neutralidade, – dever todo formal, entenda-se – colocou-se desde o primeiro momento ao lado dos exploradores. Os pretêstos invocados para justificar a atitude governamental – defeza da “ordem publica”, garantia do “trabalho livre”, etc., eram vizivelmente falsos e hipocritas. Nunca houve gréve tão pacifica e nunca se viram grévistas tão pacificos – segundo o proprio testemunho insuspeitissimo do governo e até mesmo da Companhia. Não havia tambem necessidade de garantir o “trabalho livre”, porque nenhum, ou apenas um ou outro dos empregados da Leopoldina se apresentou “espontaneamente”, “livremente”, ao serviço. O que se verificou efetivamente foi a pressão do governo sobre alguns grévistas, obrigando-os ao trabalho com a ameaça das carabinas policiais. Mais ainda: o governo forneceu á Companhia maquinistas navais, bombeiros, etc., que substituiram grévistas em varios serviços. Ora, isto é ajir num sentido precisamente inverso áquele pretêstado de garantia ao “trabalho livre”... Em rezumo, o fato foi este: *trabalhadores brasileiros* fizeram gréve contra uma *empresa estrangeira* e o *governo brasileiro* colocou-se ao lado da *empresa estrangeira* contra os *trabalhadores brasileiros*. E este fato é que imprimiu á gréve da Leopoldina a sua característica vizivel de luta de classe – cujo conceito bazico rezide ezatamente na universalidade, na internbacionalidade do fenomeno: o capital não tem patria, o trabalho não tem patria. Na hora da luta entre um e outro, botam-se abaixo as mascaras do patriotismo e do nacionalismo, e os possuidores e defensores do capital, nacionais e estrangeiros, coligam-se contra os trabalhadores, estrangeiros e nacionaes. Foi o que se deu agora.” [pp. 25-26: SIGNIFICATIVO DEMAIS!]

“As duas Federações, compostas de operarios indistintamente nacionais e não nacionais, apoiando os trabalhadores da Leopoldina, deram uma prova pozitiva de solidariedade de classe. Foi uma atitude em sentido contrario á atitude do governo, mas de significação intrinseca perfeitamente igual e igualmente lojica. O governo, composto de representantes do capital, lojicamente se colocou ao lado do capital; as duas Federações, compostas de representantes do trabalho, lojicamente se colocaram ao lado do trabalho.” [p. 26]

**desenvolver dos acontecimentos e a nitidez da “feição de guerra definida entre o proletariado e a burguezia”:** “Na primeira linha, o governo aplicando todo o seu aparelho de

compressão a serviço dos interesses da Companhia burguesa – saltando por cima de todas as leis e de todos os códigos. Naturalmente: acima de todos os códigos e de todas as leis, está o interesse de classe. Na segunda linha, todos os demais órgãos representativos da burguesia apoiando a ação governamental, fileiras cerradas em defesa dos interesses da classe burguesa, representados na luta pela Leopoldina. A Associação Comercial, a Liga do Comércio, a Sociedade de Agricultura, a Liga da Defesa Nacional, etc. – associações eminentemente burguesas – aplaudiram todas, com calor e com convicção, a atitude violenta do governo. Não importa que o governo ajisse ilegalmente: bastava agir, fosse como fosse, em defesa dos interesses de classe da burguesia. Não menos instrutiva foi a atitude dos grandes jornais. Ao declarar-se a greve do pessoal da Leopoldina, todos eles, sem exceção, bateram palma, á justiça das reivindicações, rasgando elojios á conduta pacífica e ordeira dos grévistas. Desde, porém, que as duas Federações saíram a campo, oferecendo o seu apoio material aos paredistas, logo os jornais mudaram de atitude, colocando-se incondicionalmente ao lado do capital e do governo capitalista. Além das propinas imediatas de regra, havia a considerar que estavam em jogo os interesses de classe, e os jornais burguezes não podiam manifestar-se contra os interesses burguezes. Que importava a justiça inicial das reivindicações obreiras? Um desses jornais (*A Noticia*, nº. de 26 de março) chegou mesmo a definir a situação em termos concretos e brutais, com uma precisão absoluta: “a questão se resume numa expectativa ansiosa – ver quem tem mais força para esmagar a parte contraria.” Dous ou trez outros jornais não mudaram, ou mudaram pouco de atitude, permanecendo sempre simpaticos ao movimento. Ninguem se iluda: havia ali simples motivos secundarios de opozição. Tanto que só apoiavam a greve nas suas manifestações pacificas e ordeiras: desde que perigasse a “ordem publica”, formariam todos ao lado do governo. Acima de tudo os interesses de classe...” [pp. 26-27]

**concretude da luta de classes – intensificada “Na hora atual do mundo” – no Brasil:** “[...] tudo isso vale por uma prova e mais, patente e insofismavel, da teoria historica da luta de classe: os interesses da burguesia e os do proletariado são interesses opostos, irreductiveis e inconciliaveis. Na hora atual do mundo, eles se chocam em luta aberta, e um dos contewndores terá que esmagar o outro... E’ ainda corrente dizer-se que no Brazil não ha tal, como no Velho Mundo, essa opozição definitva e radical entre a burguesia e o proletariado. A grande greve de março, constitúi um ezemplo irrecuzavel do fenomeno, ew só quem propozitadamente não quer ver pode ainda illudir-se...

Saiba o nosso proletariado aproveitar a dura lição. Reforce, solidifique, integralize a sua organização de classe. Que a sua atuação quotidiana, de educação pela luta, eleve cada vez mais a consciência das massas á altura do momento histórico que vivemos, fazendo de cada associação um batalhão aguerrido e de cada operário um rijo soldado da revolução. A guerra vai ser implacável, e a vitória estará, como em todas as guerras, ao lado do mais forte. Si o proletariado quer vencer, si tem a firme determinação de vencer, ha um só e único meio de vencer: tornar-se o mais forte. A grande lei do mundo é a força, é o ferro – e tudo o mais são iluzões ou hipocrizias perigosas.” [pp. 27-28]

“Demonstração inequívoca e frizante de que a luta de classe se acha definitivamente aberta no Brazil, a greve da Leopoldina constituiu por si mesma, pelo fato mesmo da sua declaração, um triunfo absoluto do principio da organização.” [p. 28: nítida a existência da questão social, dado o próprio fato de ter sido empreendida uma iniciativa de luta por uma categoria, até então, desorganizada]

“Sem união, sem organização, impossível seria qualquer tentativa séria de defeza. Mas veio enfim a união sonhada, a organização indispensável – e a greve, em seguida, como uma sequência necessária e lógica. A rebeldia latente em todos os peitos explodiu, de um jacto, valorizada, multiplicada, potencializada pela força da organização. Vimos como se manifestou, desenvolveu e terminou o movimento. Vimos outras classes obreiras jogarem também a força da sua organização em apoio dos grévistas. Vimos a enorme repercussão da greve em todo o país. Vimos todas as forças da burguezia – governo, imprensa, comércio, indústria – coligarem-se unidas contra a coligação do proletariado. Vimos como este teve de ceder: diante da brutalidade dezenfreada e momentaneamente invencível da policia, do exercito, da marinha, - todas as forças armadas da Republica postas pelo governo em defeza do capitalismo. O proletariado cedeu diante de uma força maior, mas cedeu sob o mais altivo protesto, deixando de pé a justiça de sua causa, deixando patente, num ensaio antes apressado que maduramente preparado, o poder que já possui a sua organização de classe e o poder, que atingirá em breve essa organização, quando levada a cabo numa agremiação completa e sólida de todos os ramos do trabalho.” [p. 29: importância da ação e, sobretudo, da *organização* da classe (defesa tácita do PCB de 1919, onde estava engajado)]

“[...] precisamente a esta urgente tarefa deve entregar-se o nosso proletariado: completar e solidificar a sua organização. Esta foi, sem duvida, a melhor lição que nos ficou da greve, lição que deve ser ponderadamente e enerjicamente aproveitada.” [p. 30] [pp. 30-32]

“A força da burguezia rezide na sua organização. Organização economica, organização politica, organização militar. Ora, dezorganizado, jamais poderá o proletariado lutar com ezito contra a burguezia organizada. A luta deve ser de organização contra organização. Primeiro que tudo, pois, ha que organizar as hostes proletarias – desenvolvendo as agremiações já ezistentes, agremiando as classes ainda não organizadas, solidificando e unindo todas num só élo de inquebrantavel solidariedade. E então... a organização mais forte que esmague a outra definitivamente. Porque não ha terceira solução para o problema historico dos nossos dias: ou o predominio da burguezia com a escravização completa do proletariado, ou a emancipação do proletariado com o esmagamento completo e o consequente desaparecimento da burguezia.” [PEREIRA, Astrojildo. *A greve da Leopoldina*. Rio de Janeiro: Coleção Spártacus, 1920. p. 32: texto assinado em abril, indicado em sua capa o preço de 200 réis]

“A Revolução triumphante seguirá o seu rumo com fronte altiva vislumbrando a Nova era de Paz e de Justiça, que o ultimo baptismo de sangue humano fará germinar pela primeira vez, criando uma sociedade cuja vida será digna de ser vivida.” (Francisco Ferrer, na capa do primeiro número de *A Obra*, publicado em São Paulo, no significativo dia de 01 de maio de 1920). O semanário anunciava em paratexto, junto ao seu título, duas fortes proposições de atuação: “*combate [a] todos os males sociaes*”, “*propaga as grandes idéas modernas*”.

[“Nunca, como hoje, as sombras da ignorancia e do fanatismo se eclypsaram sob as claridades da ilustração universal.

O progresso da agricultura, da industria, das artes, das sciencias, da philosophia, da literatura impelliram o espirito humano para mais amplos e brilhantes horizontes, produzindo o surto de novos principios, de novas inspirações.

As velhas cartilhas, com os seus postulados com os seus dogmas que, por tantos seculos, crystalisaram a intelligencia dos povos, e com o seu Direito, inherente aos detentores do poder e da riqueza, que constituiu o jugo de milhares de gerações, são abandonadas,

colocadas nos museus de antiguidades, como reliquias de um passado em que a humanidade vivia num estado de profunda indigencia intellectual e moral.

Para esta grande revolução do cerebro humano muito contribuiu o genio de Guttenberg. A imprensa desempenhou em todos os paizes civilizados uma acção decisiva, apesar da opposição tenaz dos dominadores, dos erros e da morbosidade atávica da plebe.

No Brasil, por infelicidade, não foi tão efficiente a acção da imprensa, porque esta teve sempre uma existencia precaria, facto lamentavel, mas que se explica num paiz onde quasi toda a população carece da mais rudimentar cultura.” (CARVALHO, Florentino. “A nossa razão de ser”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 01 de maio de 1920. n. 1. p. 4. CEDEM. ASMOB)]

[discutir as críticas à imprensa no Brasil – “*velha cartilha dos olygarchas*” – bem como ao clero e financeiros, além da situação de criminalização sofrida pelos lutadores sociais]

[“Eis porque, no Brasil, ainda não brilhou a estrella da liberdade. O governo espiritual das multidões pertence ás classes dirigentes, pois que ellas mantém o monopolio de todos os meios de educação e publicidade e, enquanto mantiverem esse monopolio, a mentalidade humana será, a seu talante, domesticada, plasmada, escravizada. Enquanto os cidadãos não se decidirem a agir, para conquistarem o Direito de Gentes, a liberdade será uma irrisão, a opinião será um delicto.

Necessario é, pois, que surja na arena da lucta a imprensa livre, alheia ao espirito do lucro, aos interesses das classes detentoras, e que, com franqueza e impavidez, venha proclamar bem alto os principios de justiça, as idéas de liberdade, os novos postulados da sciencia e da philosophia: lança em riste contra todos os pretorianos que defendem a escravidão moderna, urge que ponha em evidencia todos os males sociaes, todas as infamias, afim de que, nesta grande e riquissima região da America desponha, em breve tempo, o sol da alforria e não se encontre mais um escravo, não haja mais um faminto, que novos e rutilantes surtos de cultura, de progresso social e moral tenham lugar nesta terra, livre, enfim, de todas as peias que servem de empecilho á sua marcha civilisadora.

Aos arautos da justiça, á imprensa livre, já existente, vimos juntar a nossa voz de iconoclastas e idealistas, dispostos a collaborar com todas as nossas forças na grande obra de regeneração humana e de harmonia universal.” (CARVALHO, Florentino. “A nossa razão de



ser”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 01 de maio de 1920. n. 1. p. 4. CEDEM. ASMOB)] [quicá verificar novamente o texto “O culto da mentira”, de Mario Brasil, na página 5 do mesmo jornal]

[“Contra a força dos ideaes de renovação social que não são novos, mas que vêm trabalhando o espirito humano desde seculos, arregimentam-se todos os dyscolos do humanitarismo, do parlamentarismo, do monarchismo, do positivismo, etc., procurando embair o povo com suas byzantinas arengas e seus falsos enthusiasmos patrioticos. Ligas nacionalistas, ligas em favor da lingua e dos dialectos, ligas de defesa nacional, misturam jacobinos de outr’ora, com os lusophilos de hoje, os monarchistas, titulares e papalinos, christãos e catholicos, com os positivistas e “simpaticos” ao comstismo. Nessa Babel de crenças, sobre os alcantis do nativismo, coroando a alta torre da exhibição interesseira, fluctua o “auri-verde pendão”, que já serviu para acobertar os horrores do escravismo e do trafico de africanos, como a corôa e a esphera armilar, e agora com o Cruzeiro do Sul serve de idolo aos exploradores do povo sujeito a uma escravidão moral e financeira peor talvez do que o que se aboliu em 13 de Maio de 1888.

Nesse culto fetichico de symbolos, imagens e “totens”, pontificam patriotas de todas as terras e subditos exaltados de todas as terras.

Com o trombetear das forças militares em parada, com o brilho das lantejoulas e europeis da oratoria nacional, ainda suppõem adormentar o povo, já despertado do torpor da ignorancia e do analphabetismo em que os interesses capitalistas o mantiveram, nos regimens colonial, imperial e republicano.” (LUZ, Fabio. “Postulado nativista”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 01 de maio de 1920. n. 1. p. 6. CEDEM. ASMOB)]

[“Com o regimen paternal dos industriaes, exemplares e paradygmas de S. Paulo, como se justificam revoltas? De proposito, de má fé, confundem a questão operaria, que é uma das faces da questão social, com a questão social propriamente dita, que é uma questão de justiça, de solidariedade e de felicidade geraes. O que os anarchistas querem é um regimen social de igualdade, de trabalho, de igualdade de goso, de igualdade de direito á vida e á felicidade. Como os que menos direito têm á igualdade, victimas de um trabalho extenuante, que lhes não dá recompensas correspondentes, nem lhes dá direito á felicidade, nem á vida, nem aos gosos da vida, são os operários: a acção da propaganda visa-os principalmente, como

exemplos flagrantes da injustiça social e da escravização ao capitalismo absorvente e deshumano.

Ora, se o proletariado operário brasileiro em nada difere do operariado mundial, por que razão não tem cabimento, principalmente no seu meio, a campanha reivindicadora do direito á vida?

Quanto ao que se refere ao sentimento de patria, que é um sentimento agressivo, diremos que em verdade o operariado do Brasil, bem como o de outros países, ama este pedaço de terra fértil, de águas cantantes e sol sempre aquecedor e fecundante, como o campo em que suas actividades acharam surto perfeito, em que suas capacidades de trabalho, sua iniciativa operosa, encontraram meios de melhor garantia para o desenvolvimento de suas personalidades e para a felicidade de suas famílias. Assim ama a terra que o nutre com a sua proverbial fertilidade, e a quer livre e grande no papel que deverá representar na confraternização geral dos povos.” (LUZ, Fabio. “Postulado nativista”. IN: *A Obra*. Semanário de Cultura Popular. São Paulo, 01 de maio de 1920. n. 1. p. 6. CEDEM. ASMOB)]

[“Após luctas titânicas e sacrificios cruentos, os campeões do abolicionismo colhem os louros da victoria, e o antigo escravo, rota as algemas do captiveiro, sauda radiante o Sol da Liberdade!

Para quando esperam os pioneiros das reivindicações sociais e, os escravos modernos, a promoção do movimento épico que ha de fazer surgir a aurora da redempção de todos os seres humanos!” (*A Obra*. n. 2. 13 de maio de 1920, capa)]

[“A nossa geração homenageia a lei Aurea: mas, a grande verdade é que, o feito grandioso da extinção da escravidão no Brasil, foi meramente obra dos revolucionarios, para o que concorreu unicamente a acção directa dos interessados.

As pugnas da campanha abolicionista, seguiram o seu curso moroso, agitado, cheio de revez, desde o anno de 1810; para incrementar-se e tomar vigor em 1871, com a victoria da lei do ventre livre. Dahi caminhou em marcha accelerada, até a apothose de 1888.

Os escravos sobreviventes continuaram a sua rota pelo mundo. E hoje, a historia se repete:

Não mais a escravidão de uma raça infeliz, mas a escravidão hodierna, de todas as raças salarizadas, se quer abolir.

Como naquelles tempos, os arautos da liberdade soffrem toda a sorte de affrontas, de torturas e de vexames. Mas, como naquelles tempos a onda revolucionaria se avoluma e avança, e a justiça ha de vencer.

Neste Maio, para nós de fulgurantes esperanças, das columnas da nossa “Obra”, para a redempção dos escravos modernos, reinvocamos num preito de gratidão os martyres de Chicago, e saudamos num preito de homenagem os martyres negros do Brasil.

Salve, Maio de grandiosas recordações!

Gloria, gloria aos martyres da Liberdade!” (SILVA, Isabel. “Treze de Maio – A abolição”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 13 de maio de 1920. n. 2. p. 4. CEDEM. ASMOB)

[“E’ indubitavel que entre o despotismo dos favorecedores de Rasputine e o regimen dos *soviets*, implantado pelo maximalismo actualmente na Russia, existe uma dualidade que arrebatada todas nossas sympathias de um modo absoluto em favor do ultimo. Não é isso, porém, obice para que, dada a natureza inequivoca das tactics e essencias da doutrina apostolada por nós, que tende a se universalizar, a se ampliar, a envolver a Vida em todos os seus aspectos no sentido anarchista, não nos conformemos e menos façamos bandeira em nossa propaganda da Dontologia economica estabelecida na Russia pela *central* comunista dos *soviets*.

Cremos e assim o affirmamos que a revolução a vir em nosso paiz, não pode dirigir seus passos e menos reduzir sua missão aos eitos dos partidarios de Lenine. A dictadura do proletariado, clausula capital da carta doutrinal do marxismo, não é, nem muito menos a exprime, a finalidade do Syndicalismo. Com ella o Estado, a autoridade, o poder, não perde sinão na forma a existencia intrinseca de sua prepotencia. O dominio de classe ou casta, ainda que seja uma transicção accidental, transmite sua hegemonia ao proselitismo triumphante dos vencedores que, ainda que com o titulo de “dictadores” adminisitrativos e tutelares, mais tarde, como succede em todas as commoções em que a estructura basica das instituições da etnologia social e politica em essencia fica de pé, transformou-se no maior obstaculo para o futuro, e prosseguimento da propria revolução iniciada.” (DANEL, Arnaldo. “O Syndicalismo não é marxista”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 13 de maio de 1920. n. 2. p. 9. CEDEM. ASMOB) – coluna *Definindo principios*, significativo para o que será discutido logo abaixo]

[“Não podemos respeitar o Estado em nenhuma das formas – por mais radicaes que sejam suas normas e pautadas as suas attribuições – que o determinismo dos acontecimentos, a evolução fatal e o proprio instincto de conservação o impila a adoptar. Não podemos deter-nos em reformas; precisamos destruições e construcções. Não queremos desmembrar o centralismo archaico e absorvente do Estado em uma disseminação parcellaria de pequenos poderes confluentes e um poder central. Aspiramos a estabelecer a comunidade dos meios de producção, a identidade de possibilidades para a producção e o consumo; a igualdade economica em synthese, para desvincular a soberania individual da tutela oppressora de todo o poder. Nosso federalismo é circunstancial: começa com a liberdade absoluta do individuo na posse de todos os seus direitos para estabelecer a indole, condição e duração do pacto realizado como manifestação juridica do contracto social e termina com a consecução anhelada ou porque a finalidade apeteçada não se mallogre por negligencia, deficiencia ou outra causa posta em jogo por algum dos factores contractantes, em cujo caso a rescisão é lógica e não se faz esperar. Assim conceituamos o nexco de relação para a convivencia social post-revolucionaria. Não podemos nem a titulo de transicção accidental supportar a autoridade de nenhum poder e muito menos exercel-a. Ha de ser, desde o primeiro momento, o livre exercicio da vontade e da iniciativa dos individuos affins, laborando pela superação e evolução da Humanidade subjectiva, o que plasmará as normas objectivas das agrupações formadas por essa affinidade psychologica, de temperamentos, de concepções e de ideias.” (DANEL, Arnaldo. “O Syndicalismo não é marxista”. IN: *A Obra*. Semanario de Cultura Popular. São Paulo, 13 de maio de 1920. n. 2. p. 9. CEDEM. ASMOB) – coluna *Definindo principios*, significativo para o que será discutido logo abaixo]

“O illustre parlamentar dr. Mauricio de Lacerda, o conferencista de hoje, que dissertará sobre um dos muitos assumptos que interessará a reorganisação social.” [IN: *O Metallurgico* – Orgam official da União dos Operarios Metallurgicos de S. Paulo. São Paulo. Junho de 1920. n. 6 . p. 1]

“Somos sonhadores que adoramos o bem a harmonia. E porque sonhamos o bem estar e a fraternidade dos povos e que vamos a emprehender a lucta contra a prepotencia burgueza, contra o parasitismo social; contra os novos barbaros que asolam e invadem os nossos lares praticando o roubo e a destruição da familia productora. E contigo irmão proletario, vamos nós, tambem proletarios sem camisas, a cultivar a semente libertaria. Para isso estamos os

empregados do commercio e industrias, conscientes de nossos deveres para com a familia humana, caminhamos em procura da Razão e da Verdade, semeando flôres de Liberdade.” [AZAS, Claudio. “Irmão proletario!”. IN: O Metallurgico – Orgam official da União dos Operarios Metallurgicos de S. Paulo. São Paulo. Junho de 1920. Anno I, n. 6 . p. 3]

“Duas forças antagonicas encontram-se. A força credora da liberdade e a força codificada.

A força creadora transforma, innova; a força codificada vive parasitariamente do esforço alheio e é enlodada no estreito circulo dos interesses pessoas das conveniencias politicas.

No intuito de transformação concorrem consecutivamente factores novos: no de escravidão diminue a potencia porque o progresso supera o passado, transforma o presente para entrar de accôrdo com o futuro.

Por consequencia logica de praticas de renovação constante a que esta sujeita a humanidade e a natureza, ellas caminham pela estrada luminosa que ha de marcar o derroteiro desta cruzada gigantesca.

Caminha-se para o futuro. O passado cheio de miserias e de crimes sepulta-se nas suas proprias cinzas.

Das ruinas da sociedade burgueza surgirá a flor e nata da sociedade nova depois das luctas grandiosas que promove e promoverá o proletariado universal. Uma sociedade onde os exploradores e parasitas sociaes serão expulsos por “indesejaveis” sob pena de sujeitar-se ao trabalho commum.” [AZAS, Claudio. “Da lucta entre o Capital e o Trabalho”. IN: O Metallurgico – Orgam official da União dos Operarios Metallurgicos de S. Paulo. São Paulo. 03 de Julho de 1920. Anno I, n. 7. p. 1]

“Assim como o povo russo já agita-se no sentido de transformar a Republica dos Soviets da Russia numa sociedade comunista anarchista; assim como a Allemanha, commove seus spartacus no mesmo sentido, como a Bulgaria constroe as barricadas, e a Italia, historica e sublime, implanta practicamente as theorias de Kropotkine, nós, aqui no Brazil, si sinceramente sentimos e amamos a nossa causa, prosigamos o derroteiro das nossas iniciativas e de nossas luctas, por entre as reacções policiescas e a obstaculização dos nossos inimigos doutrinados, com esta unica e grande finalidade revolucionaria: o Communismo Anarchico!” [AZAS, Claudio. “O valor dos nossos ideaes”. IN: O Metallurgico – Orgam

official da União dos Operarios Metallurgicos de S. Paulo. São Paulo. 21 de Setembro de 1920. Anno I, n. 9. p. 1 – atenção nos comentários, no início do texto, sobre o século XX como *século das luzes*, cujos prenúncios se cumpriam na Rússia, terra onde era iniciada a *revolução social*]

[“O bolchevismo, em suas diversas manifestações, estabelece como base, embora provisória, segundo afirmam os seus propagandistas, a ditadura governamental das classes operárias, ao passo que o comunismo anarquista tem como fundamento a dissolução do estado e das classes divisão arbitrária inerente ao sistema capitalista.

É certo que a divisão dos homens em classes produtoras e classes usurpadoras, e um erro ao qual se devem as lutas formidáveis, as constantes rebeliões verificadas em toda a história da vida dos povos, surgindo, portanto, a necessidade de abolir as classes, ao invés de procurar a supremacia de uma classe sobre a outra.”

“O comunismo antigovernamental rejeita qualquer forma de governo, de estado, pois nada adianta dissolver o estado capitalista e organizar o estado operário.

A iniciativa individual, dentro de qualquer estado, é sempre determinada por um número maior ou menor de regras obrigatórias, ao passo que no comunismo-anarquista, o indivíduo encontra-se num ambiente próprio ao seu desenvolvimento natural e portanto a sua actividade, livre de compromissos autoritários, realiza facilmente a organização de uma sociedade por meio da cooperação voluntária, estimulada pela necessidade constante de assegurar a existência de cada um e de todos os indivíduos que vivem em comunidade.

Particularmente, suponho que entre nós, devido a não existirem condições económicas e políticas como na Rússia, quer dizer, um forte partido socialista-colectivista, poderemos operar a transformação da sociedade sem a ditadura das classes operárias, realizando directamente a emancipação económica e social de cada um e de todos os indivíduos.” (J. A. “O bolchevismo”. IN: *A Razão* – Órgão dos interesses dos empregados das Estradas de Ferro e do operariado em geral. Bauru. 30 de agosto de 1920. Anno I, núm. 35. CEDEM. ASMOB. p. 1)]

[*Clarté, Claridad* etc: atenção no escrito de José Ingenieros (cf. suas biografias, Sergio Bagu, Anibal Ponce, Hector Agosti) – “Os tempos novos: reflexões otimistas sobre a grande guerra e a revolução russa” (1921) –, publicado na Argentina e que circulou aqui (espanhol e português, há exemplar disponível no Largo São Francisco) – comparar os grupos de

intelectuais dos diferentes países – “Que é o socialismo?”] A união entre exemplo bolchevique e inspiração libertária torna-se cada vez mais conflituosa. Na capital federal, encontravam-se as aspirações de uma dada intelectualidade ciosa de intervenção política e a voga de revolucionários em atividades aqui tratadas. O ano de 1921 foi marcado no Rio de Janeiro, nesse sentido, tanto pela emergência do Grupo Clarté – que se dizia filiado ao homônimo parisiense – quanto pelo surgimento do Grupo Comunista do Rio de Janeiro, em novembro. Em ambas as organizações constavam participantes da insurreição de 1918. No primeiro caso, o socialista baiano Agripino Nazareth. Já no que toca o Grupo Comunista, constituído a partir do Comitê de socorro aos flagelados russos, constava a liderança de Astrojildo Pereira. Atente-se, por ora, a este.

A atenção aos desígnios da Internacional Comunista já era preocupação da militância brasileira desde o surgimento daquele órgão, como expresso nos textos fundacionais do Partido Comunista do Brasil. Entre as demandas da IC, em consonância com as ideias já manifestas pelo dirigente bolchevique Vladimir Lenin, constava a necessidade de se existir um órgão doutrinário daqueles que pretendiam tornar-se seção nacional<sup>304</sup>. O semanário *Spártacus*, que tentou cumprir este papel, já não mais existia. O Grupo Comunista, possivelmente atento a esta exigência, utilizou-se de um órgão mensal para os seus propósitos de propaganda. Neste ínterim surgiu, no início de 1922, a revista *Movimento Comunista*, objetivando também congregar aqueles ativistas brasileiros que, na voga da Revolução de Outubro e das experiências locais de luta política, procuravam construir uma organização que legasse disciplina à crescente e combativa massa trabalhadora, tendo em vista um direcionamento programático – vale lembrar que o título *comunista* que já se fazia presente em 1919, mais e mais era explicitado em detrimento do *maximalismo*, o que se fazia perceber no importante exemplo da União Maximalista, de Porto Alegre e liderada pelo barbeiro sírio Abílio de Nequete, cujo nome era modificado, pouco após o feito pelos cariocas, para Grupo Comunista de Porto Alegre.

A iniciativa jornalística não pode ser reduzida, contudo, à mera imposição da IC. Os trabalhadores brasileiros identificados com a revolução que tomou corpo na Rússia em 1917

---

<sup>304</sup> O suporte de comunicação, articulação, agitação e propaganda dos comunistas era a imprensa. A imprensa operária orientada a partir de uma “*concepção leninista de imprensa*”, como já observou Antônio Rubim, antecedeu a formação do próprio PCB de 1922. Sobre a referida concepção escreveu: “[...] *o sistema leninista de imprensa proporia a existência de um órgão central e uma revista teórica, centro ideológicos do partido, diretamente vinculados ao Comitê Central; um ou vários jornais ‘populares’/‘de massas’, buscando atingir trabalhadores com certo nível de consciência e atuação e, por fim, folhetos, agitação verbal e jornais legais de ‘massas’.*” Cf: RUBIM, Antônio. *Marxismo, cultura e intelectuais no Brasil*. IN: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*. Teorias. Interpretações. Vol. 3. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. p. 382.

já procuravam acompanhar os acontecimentos daquela porção do globo e difundi-los entre a sua classe, como foram os casos citados de *A Plebe*, *Tribuna do Povo*, *Spártacus*, e tantos outros periódicos operários que despontavam naquela conjuntura. A difusão de informações, mais do que uma forma de noticiar outrem, cumpria então também uma função organizativa. A palavra escrita tinha um papel fundamental na luta revolucionária, o que se verificava tendo em vista a própria experiência dos bolcheviques.

Nas páginas de *Movimento Comunista* estão presentes os registros do prosseguimento do interesse de destacados militantes brasileiros pelos processos revolucionários e experiências de luta alhures. A atuação dos bolchevistas na Rússia era presença constante no periódico, via de regra através de textos de punho dos próprios dirigentes locais, tais como Victor Serge, Leon Trotsky e Nikolai Bukharine. Para além dos ocorridos na terra das estepes, havia a atenção no papel que a América Latina cumpria na crise mundial, bem como nas mobilizações em territórios também periféricos, como é o caso da Pérsia e da Índia<sup>305</sup>.

O processo de redefinição da relação entre ser anarquista e ser bolchevista – em estado cada vez mais crítico – se expressava no segundo número de *Movimento Comunista*. A autocrítica de militantes daqueles anos frementes era um dos caminhos de expressão das agruras daquele processo. Ricard (provável pseudônimo) procurou expor as “[...] atitudes dogmaticas do espirito revolucionario”, para isso comparando o seu objeto de crítica com “o processo fantasia [...] na construção de um systema philosophico qualquer”, optando para tanto por Kant, e sua filosofia moral, já de início compreendida enquanto um idealismo apriorístico, de princípios gerais avessos a qualquer influência da realidade concreta e empírica, tinta carregada que esgrime contra os princípios anarquistas no movimento revolucionário:

O processo usado pelos revolucionarios é o mesmo. Estabelece-se um principio geral, de necessidade absoluta, nascido da razão pura, alheio a todo mobil empyrico; por exemplo: “a anarchia é a liberdade”. Logo, é necessario actuar segundo esse principio, como na ethica kantiana é necessario actuar segundo “a lei moral”. Estabelecido o principio, o conhecimento da realidade não tem valor, não tem razão de ser ou tem uma importancia muito escassa. No Congo ou em Paris, ou em qualquer outra parte, o homo kantiano deduz sua conducta do a priori, da lei nascida da razão pura; si essa conducta se torna prejudicial para os habitantes desses lugares, peor para elles. A exigência dogmatica o reclama: salve-se o principio e pereça o mundo. “A anarchia é a liberdade”: o anarchista, logicamente, deduz sua conducta

---

<sup>305</sup> Estas localidades no Oriente estavam em ebulição política ao mesmo passo que a revolução proletária na Europa, aposta e esperança dos bolcheviques, refluía. Tal fato despertou a atenção não só dos comunistas brasileiros, mas também da IC, cujo II Congresso (1920) teve entre as suas marcas a discussão da chamada “questão nacional e colonial”. Cf: DEL ROIO, Marcos. Op. cit., 1990. pp. 87-88.



do principio, da razão pura, e numa sociedade revolucionaria se abstem de applicar a dictadura; se essa conducta se torna prejudicial para a revolução, peor para esta. Que importa isso? Salve-se o principio e pereça o mundo.<sup>306</sup>

Outro elemento importante das definições ideológicas dos comunistas de então e que exercerá papel de relevo na ideia de revolução que então iniciarão a mobilizar – mas não de todo inédito – é a questão da solidariedade com a repressão em outras terras, o que anda em par com a própria inspiração em outros processos de luta, interpretados como parte de um mesmo fenômeno. No que toca a solidariedade propriamente dita, e o quanto esta atitude é reveladora das demandas de organização postas localmente no Brasil, é sintomática a postura em torno do caso Sacco e Vanzetti:

[...] contra as infamias da “justiça de classe”, contra a reacção capitalista, o proletariado só poderá lutar vantajosamente quando unido e forte numa vasta organização poderosa e combativa. O Grupo Comunista, juntando sua voz de protesto ao protesto levantado pela Federação dos Trabalhadores do Rio de Janeiro contra o monstruoso crime de que são victimas os camaradas Sacco e Vanzetti, lembra aos operarios do Brazil a necessidade urgente do desenvolvimento de sua organização. Os trabalhadores de todo o mundo organizam-se e preparam-se para os combates presentes e futuros contra a reacção capitalista. Os trabalhadores do Brasil não podem e não devem permanecer inertes em meio desse immenso movimento internacional. Não o exige apenas a solidariedade dos trabalhadores dos demais paizes; é o interesse mesmo dos trabalhadores do Brazil que o exige imperiosamente. Viva a organização proletaria! Viva o communismo!<sup>307</sup>

O caso do violento processo contra os militantes italianos em Chicago de fato foi objeto de atenção daqueles nascentes quadros comunistas que, afinados à dimensão internacional de sua experiência, também divulgavam comunicado do Partido Comunista dos Estados Unidos da América, o que indica, junto a uma série de atitudes por eles tomadas e aqui já mencionadas, o seu interesse e esforço pela filiação ao órgão que entendiam congregar toda a classe trabalhadora em luta naquele decisivo momento, bem como uma, velada, diferenciação com os anarquistas, processo já indicado em texto:

A imprensa capitalista continúa a divulgar informações fantasiosas sobre actos terroristas imputados aos militantes operarios. Nosso partido desmentirá essas calumnias. O fim dos partidos comunistas não consiste em agir pelo meio inefficaz de actos terroristas individuaes, mas sim pela acção revolucionaria organizada dos trabalhadores. Nós nos comprometemos solemnemente a lutar contra o inimigo commum em estreita solidariedade com os nossos irmãos da Europa. Nós nos

---

<sup>306</sup> RICARD, F. A ‘razão pura’ de Kant e a dictadura do proletariado. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 39-40.

<sup>307</sup> GRUPO COMUNISTA DO RIO DE JANEIRO. A agitação pró Sacco e Vanzetti. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 42-43.

comprometemos a fazer tudo quanto esteja em nosso poder para destruir o capitalismo americano, Bastilha da reacção mundial.<sup>308</sup>

Ainda com foco na atenção dada pela militância engajada em *Movimento Comunista* aos ocorridos alhures, e o quanto esta postura muito revela do que se punha à classe trabalhadora brasileira naquele momento de sua trajetória, cabe lembrar do grande animador da revista e do próprio Grupo Comunista do Rio de Janeiro, Astrojildo Pereira, que discute a questão da crise capitalista posta naquela conjuntura e as possibilidades então abertas ao proletariado:

A grande guerra poz em desequilíbrio não sómente o mundo capitalista, mas também o mundo proletario. Com uma differença: que o desequilíbrio do mundo capitalista é um desequilíbrio mortal, de decadencia de valores, ao passo que o desequilíbrio do mundo proletario é um desequilíbrio vital, de renovação de valores. A crise do mundo capitalista é uma crise de agonia; a crise do mundo proletario é uma crise de parto.<sup>309</sup>

O problema da *crise* – um termo com invulgar presença no debate político brasileiro enfocado neste trabalho, como se percebe especialmente na leitura do item sobre o republicanismo nos oitocentos –, fenômeno verificado em um mundo capitalista e em um mundo proletário, como posto por Astrojildo Pereira, está expresso na ocorrência da grande guerra, de cariz imperialista, termo que não possui pouca importância à compreensão da luta política de então. Os ecos da referida guerra imperialista, terminada há alguns anos, preocupavam a militância na América Latina, como escrito em texto publicado no número seguinte de *Movimento Comunista*:

[...] essa trama guerrista é manejada por mãos de cupidos negociastas da finança e da metallurgia aliadas. Comprehende-se. As industrias de guerra dos paizes vitoriosos necessitam, sob pena de derrocada por plethora (o que já aconteceu à casa *Ansaldo*, de Itália), necessitam de expansão mundial, de novos mercados pelo mundo. A America do Sul aparece-lhes naturalmente como um escoadouro de primeira ordem. Dahi, as missões militares, que ao mesmo tempo, directa ou indirectamente, são também missões commerciaes, ao serviço dos fabricantes de armamentos. E dahi as campanhas de desconfianças e intrigas entre os Estados do continente, vehiculadas pela imprensa nacionalista, - aliás perfeitamente “internacionalista” em matéria de subvenções... Ora, aos trabalhadores da America do Sul – do Brazil, da Argentina, do Chile, do Uruguay – incumbe uma vigilancia permanente a taes manejos, e não só vigilancia, mas uma acção commum no sentido de evitar-se, entre nós, o agravamento da nefasta e ruidosa politica de “paz armada”, cujo fim logico seria a repetição da calamidade européa de 1914-1918. Está no interesse immediato, concreto, das massas operarias deste continente oppôr-se energicamente contra a

<sup>308</sup> P. C. DA AMÉRICA. Mensagem do P. C. da América. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 43.

<sup>309</sup> PEREIRA, Astrojildo. Não nos assustemos com o debate. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 03. Rio de Janeiro: 03/1922. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 69.

megalomania imperialista e guerrista de plumitivos e politicos sem escrupulos, que pretendem, a soldo de ambições estranhas ás nossas mesmas condições economicas e politicas, crear rivalidades artificiaes, fomentando desconfianças abstrusas, alimentando, emfim, uma hostilidade a todos os títulos irracional e maldosa.<sup>310</sup>

A necessidade posta aos capitalistas da “*expansão mundial, de novos mercados pelo mundo*”, aqui se colocando às consciências militantes, muito provavelmente é um dos fatores que já as orientava a atentar a outras realidades periféricas. Esta relação, expressa nos textos jornalísticos, não só aumentará como será aprofundada pela militância brasileira, a qual a interpretará em articulação com a oligarquia há muito dominante no cenário político local, o que será objeto de outro momento deste texto. [narrativa do Congresso e estatutos do PCB, fechando]

\*\*\*\*\*

“[...] não sómente contra os policiaes terá o povo que lutar, mas contra todas as forças do governo, até botal-o abaixo, derrotado e esmagado. Botal-o abaixo e não deixar que mais nenhum governo autoritario e centralizador se constitúa. O povo, por suas proprias mãos, dirétamente, utilizando todas as boas vontades e competencias, que organize, de baixo para cima, descentralizada, a administração da produção e do consumo, bem como de todos os serviços publicos. E pronto. Nesse dia estará acabada a carestia... E eis aí está, em termos simples, claros, concretos, a solução anarquica e revolucionaria para o até hoje insolúvel problema. Todos os demais paliativos serão de efeito duvidoso e efemero. A cauza imediata da carestia peza sobre os açambarcadores, mas estes, por sua vez, são um produto do sistema economico e politico que nos reje. Inútil, por conseguinte, querer estirpar nos açambarcadores, conservando-se intacto o rejimen da propriedade monopolizada e deixando-se a administração centralizada nas unhas da burguezia.” [PEREIRA, Astrojildo. “A solução anarquica”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 08/06/1918. Anno I, n. 2, p. 2]

“Noticias nos chegam de sérias revoltas na Hungria. Verdade? Mentira? Provavelmente verdade, embora ezagerada pela imprensa aliadofila. E’ curiozo de notar: quando se dão cazos de revoltas em paizes aliados (como na Irlanda, recentemente), não he baldõis da infamia que cheguem contra os revoltados; quando, porém, a rebelião se verifica em terras jermanicas, então, sim, não ha palavras de entusiasmo, de incentivo, de ezajero que

---

<sup>310</sup> PACIFICO, Americo. Enquanto é tempo... IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 03. Rio de Janeiro: 03/1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 78-79.

bastem. Dous pezos e duas medidas para a mesma couza... O que, de resto, não impedirá que as revoltas se vão produzindo, dum lado e doutro, até se jeneralizarem e chegarem tambem por cá, onde temos uma linda limpeza a fazer em meio destes nossos pulhostres da graúdança-mandante bem pensante...” [PEREIRA, Astrojildo. “A proxima revolução”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 08/06/1918. Ano I, n. 2, p. 4]

“Em que péze ao orgulho dos patriotas, o Brazil é hoje um lacaio dos Estados Unidos, vendido e rendido ao poder de sua força aurifera e naval. Não ha palavras, não ha hinos, não ha luminarias que consigam disfarçar suficientemente o fato brutal, concreto, esmagador. O decreto ferindo o 4 de julho vale por uma demonstração oficial do nosso agrilhoamento. Festa á independencia americana: prova da escravização brasileira. Eis a fórmula equacional ezata do nosso oprobio...” [PEREIRA, Astrojildo. “Independence day”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 06/07/1918. Ano I, n. 6, p. 1]

“Afirmava o *Rio-Jornal* ha dias, em *manchette*: “O Codigo do Trabalho não passará este ano”. E perguntava em seguida: “Que fará o governo para regular a situação operaria?”... O’ injenuas criaturas! o governo não fará couza nenhuma, porque nada poderá fazer... A situação operaria tem que ser rezolvida pelos proprios operarios, dirétamente, fóra do governo, contra o governo – ou não será jamais rezolvida.” [PEREIRA, Astrojildo. “Nada, senhores!”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 06/07/1918. Ano I, n. 6, p. 4: nas próximas páginas, significativa denúncia da repressão à classe trabalhadora estadunidense levada à cabo tanto pelas forças policiais quanto pelos “Cavaleiros da Liberdade”]

“O mundo burguez, sacudido pelo terremoto guerreiro, estremece pelas bases e ameaça ruir, vai ruindo, fragorozamente, numa catastrophe imensa. O empate das armas, prolongando o conflito agrava cada dia, mais e mais, a dezorganização economica, politica e social de cada paiz. A tensão nervoza dos povos atinje aos ultimos extremos, e o desespero, impulsionado pela fome, pela doença, pela dôr, vai quebrando as derradeiras rezistencias, dezagregando e destruindo tudo, implacavelmente. Esta, em sintheze, a situação universal, criada pela guerra santa do Direito, da Liberdade, da Civilização... Ora, tambem, nós nos achamos envolvidos no redomoinho fatal, embora lonje do centro da ajitação, apenas apanhados pela periferia. Efetivamente, que especie de ordem é essa em que vivemos, em que

vamos nos deixando viver?” [PEREIRA, Astrojildo. “A tempestade”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 13/07/1918. Ano I, n. 7, p. 1] [capital x trabalho: Brasil]

“O clamor das gréves, que se repetem, que se multiplicam, insopitaveis, vale por um indice da ebulição febril que lavra no seio do proletariado. Só a cégueira imbecil ou a prozapia rastacuera podem iludir-se com a gravidade profunda dos acontecimentos que nos esperam. A tempestade formidavel se avizinha e é já impossivel evital-a. A ordem burgueza, a sagrada ordem do sabre e do milréis, abriu falencia definitiva, impotente e incapaz de curar dos interesses jerais da coletividade. a prova ultima do Commissariado da Alimentação veiu desfazer os fios de esperança que ainda restavam nalguns injenuos. Não ha, pois, nenhuma esperança mais em remedios soluções governamentais. O dezespero vai ditar leis e, dentro em pouco, o pulso rebelado do povo será o mestre supremo. A compressão legal do Estado se despedaçará da noute para o dia, e a dezordem campeará infrene, dezalojando deuzes, demolindo altares, razourando poderios e grandezas, reduzindo a cacos o edificio social, fazendo taboa raza de tudo, como um furacão de insania... Bendita dezordem! benvinda dezordem! Ela será a tempestade que ha de descarregar a pezada e sufocante pressão desta hora, e apoz a noute longa de pavor e de estremecimentos, lavados os céus, varridas as campinas, serenados os ventos, - um novo sol fecundo brilhará sobre os homens, dourando o fumo das chaminés, e banhando de luz tranquila o arrotear das terras...” [PEREIRA, Astrojildo. “A tempestade”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 13/07/1918. Ano I, n. 7, p. 1]

“As gréves continuam... Nem podiam deixar de continuar. Sias as suas cauzas persistem, elas hão de por força, manifestar-se. Soluciona-se uma hoje, aqui? Rebentarão duas, amanhã, acolá. Solucionadas estas, trez outras rebenterão mais além. E novamente mais outra declarar-se-á, como antes, aqui. E’ inevitavel... O organismo social atravessa um periodo de renovação: estas gréves são como que erupções motivadas pelo sangue novo que predomina. Benignas erupções, esparsas e apenas incomodativas... O momento agudo da crize não chegou ainda. Mas chegará. Inevitavelmente. Porque todas as soluções, agora dadas aos conflitos grévistas, dentro do criterio atual das couzas, posuem um valor meramente tranzitorio. As soluções verdadeiras e eficientes verificar-se-ão no momento agudo da crize, com a transformação radical da ordem de trabalho e de consumo. E tudo nos leva a crer que esse momento se apossima... Sem duvida, bem grave será ele. Ha, pois, que o enfrentar, de animo

firme e rezoluto...” [PEREIRA, Astrojildo. “Sintomas”. IN: *Cronica subversiva*. Rio de Janeiro: 12/10/1918. Ano I, n. 16, p. 2]

“A nosso ver, não reside no aumento progressivo dos salarios, nem na distribuição equitativa e egalitaria das riquezas, detidas actualmente pelos chamados *burguezes* e pelo *Estado* á solução satisfatoria e perfeitamente exequivel de tão insustentavel situação.

Será pela diminuição dos impostos, pelo cooperativismo, praticado em larga escala, pelo barateamento dos generos de primeira necessidade, pela hygienização do lar e pela diffusão do ensino primario que, se debellará a crise (que é universal) e se esmagará de uma vez para sempre o horrendo phantasma da peste e da fome, batendo á porta dos lares menos favorecidos da fortuna.

Não será pela chacina, pelo morticinio, pelo desamor ao lar, pela desconsideração ás autoridades, pela quebra dos principios da hierarchia, nem pelo *desrespeito á lei* que, o operario conseguirá no momento a melhoria da sua difficil situação.

E não cabe mesmo, ouzamos affirmar ao proletariado brasileiro, o direito de appellar para as greves de character violento, ou para as revoluções, afim de fazer a reivindicação dos seus direitos.

E não cabe por duas razões, de ordem, logica e irrespondiveis, não cabe, porque presentemente em nenhuma parte do mundo o operario se encontra relativamente melhor pago, nem goza de maiores garantias. E, não cabe ainda, porque, no Brazil, as suas auctoridades constituídas zelam ardorosamente pela sua integralisação e corporificação dos seus direitos.” [R.G. “Socialistas sim, anarchistas nunca... Profissão de fé”. IN: *O Proletario*. Orgam da Assistencia Proletaria Brasileira. Anno I, n. 1, Districto Federal: 07 de setembro de 1920, p. 1]

“Os governos não têm soluções praticas para resolver os angustiosos problemas da hora presente. Nestas questões, a incapacidade das classes dirigentes affirma-se duma maneira absoluta. E esta incapacidade não procede só dos homens que detem o poder – ella é inherente ao proprio regimen social actual.

Este regimen chegou ao ponto previsto e predito ha muito tempo: era fatal que assim sucedesse. As suas faltas, os seus erros, os seus crimes e até mesmo o desenvolvimento automatico das suas instituições, haviam de o conduzir infallivelmente, mais tarde ou mais cedo, á beira do precipicio.

E é a beira desse precipício que se encontra hoje o regimen.” [FAURE, Sebastião. “A nossa solução”. IN: *O Syndicalista* – Orgam da F.O.R.G.S. Porto Alegre. Anno III, num. 5. Maio de 1921. p. 2]

[rápido enumerar das soluções propostas pelo autor do artigo: desarmamento universal como “*prefacio [...] introdução necessaria á obra grandiosa que se trata de realizar*”, garantindo as condições de um desenvolvimento harmônico, como a reintegração no sistema produtivo daqueles envolvidos nas aventuras militares; “*expropriação violenta, brutal, absoluta*”; produção gerida diretamente pelos próprios trabalhadores; “*supressão do grande parasita, do prototypo dos parasitas; o Estado*”]

“Não faltará quem diga que as soluções que proponho, são soluções revolucionarias. E, com effeito, a applicação pratica de tudo o que disse, comporta, em si, o que nós chamamos a Revolução.

Mas nós havemos de ter medo das palavras? Perante uma operação cirurgica, cruel e perigosa, mas reconhecida como util e necessaria, nós devemos pôr de parte a idéia?

Os espiritos timoratos talvez quizessem seleccionar, aceitando algumas das minhas soluções e repudiando outras. E’ impossivel.

Dentro do Estado capitalista, todas as instituições são solidarias entre si. A solidez do edificio só se nos apresenta pelo conjunto, pela totalidade das suas multiplas divisões. Fallida uma, todas as outras se esboroariam.

Acaso não se daria o mesmo no edificio revolucionario?

Do desarmamento á abolição do Estado, quer dizer, da base ao cume tudo tem relação, tudo constitue bloqueio.

As reformas parciaes são estereis: as meias medidas não resolvem os problemas.

A questão, portanto, relegase, em absoluta, á forma – “tudo ou nada”.

Chegou o momento de querer e de realizar tudo.

Nunca as possibilidades revolucionarias, foram tão fortes, nem tão convergentes. E para a transformação total da sociedade nunca a hora foi mais propicia do que a hora presente.” [FAURE, Sebastião. “A nossa solução”. IN: *O Syndicalista* – Orgam da F.O.R.G.S. Porto Alegre. Anno III, num. 5. Maio de 1921. p. 2]

“Dia de festa – e festas universal – será, sim, para todos os que se encontram sujeitos a este barbaro e torpe regimen de banditismo e de violencia, aquelle em que a tenebrosa e velha

bastilha do Capital e do Poder – para sempre desfeita pelo Machado bemdito da revolução – fôr substituída pela deslumbrante e fraterna Casa de Oiro da Anarchia.” [ “1º de Maio”. IN: *O Syndicalista* – Orgam da F.O.R.G.S. Porto Alegre. Anno III, num. 5. Maio de 1921. p. 2]

“Força viva, vital, heroica, energia pratica, tal é a potencia anarchica, productora, operaria, diante da fallencia dos principios marxistas, bolchevistas, trabalhistas, democraticos, republicanos, amarells, brancos e azues; energia positiva, trabalho activo, tal é o expoente anarchico, proletario, frente á exploração burgueza e frente ao Estado oppressor.

A aggravação da miseria economica, moral e intellectual em que se acham offegantes as classes trabalhadoras, não encontram aggravantes senão na orientação dada nestes ultimos tempos ao proletariado e nos solavancos da propaganda, desnorteada, sem rumo, e na violencia reaccionaria do capitalismo e dos governantes.

O descredito dos novos postulados democraticos e socialistas scientificismo ainda mais brutal do que o azorrague, que entre nós se tenta plantar para embrair o povo de seus verdadeiros direitos, cada dia mais se accentua com a constatação flagrante da sua impotencia para solucionar os gravissimos problemas que lançam, de um modo fatal e historico, os povos para a lucta do amanhã, a lucta final e decisiva.” [O GRUPO JUVENTUDE ANARCHISTA. “Os jovens anarchistas ao povo”. IN: *O Protesto*. Edição do grupo Juventude Anarchista. São Paulo: 14 de julho de 1921. p. 1]

“[...] hoje o povo não quer saber de leis protectoras do trabalho, de accidentes, de cooperativas, de arbitragens, de jornaes mystificadores, de orientações retardatarias, porque sabe que tudo isso tem por fim, conservar novos privilegios, crear novas burguezias, novos regimens, causa de todos os defeitos, de todos os males sociaes, que agora estamos dispostos, custe o que custar, a combater de frente á clara luz meridiana das idéas verdadeiras, emancipadoras, transformadoras.” [O GRUPO JUVENTUDE ANARCHISTA. “Os jovens anarchistas ao povo”. IN: *O Protesto*. Edição do grupo Juventude Anarchista. São Paulo: 14 de julho de 1921. p. 1]

[sentido da polêmica com *A Vanguarda*: “reviver os nossos principios, unicos principios que farão, de verdade, a tão almejada e sentida Revolução Social, para a consecução da liberdade, da egualdade e da justiça”, em momento de “completa fallencia de todos os valores



burguezes”, que impõe “dizer o que queremos, o que pensamos, o que devemos fazer para o futuro para não cair nos tristes e lamentáveis erros do passado.”]

[polêmica com o materialismo histórico]

“Companheiros de todo o Brasil:

Si quereis um desdobramento continuo, mais harmonioso em si mesmo, da individualidade, dos grupos e das congregações, assim como da humanidade inteira, fazei a propaganda nobre e elevada dos principios puramente anarchicos.

Si quereis libertar os homens que desde os primitivos tempos se acham em um estado de ingenua inconsciencia, e querei libertal-os e conduzil-os á civilização mais elevada, fazei a propaganda anarchista, que é a da plena consciencia.

Eis, pois, porque nós protestamos contra a orientação dada á “A Vanguarda”, o que nós queremos, o que nós sentimos, é que afinal são sentimentos e aspirações de todo homem que deseja uma humanidade livre sobre a terra livre.” [O GRUPO JUVENTUDE ANARCHISTA. “Os jovens anarchistas ao povo”. IN: *O Protesto*. Edição do grupo Juventude Anarchista. São Paulo: 14 de julho de 1921. p. 1]

“A partir daquela epocha, o que está succedendo em as nações beligerantes? As revoluções, os levantes intestinos são frequentes e são productos da propria guerra.

As machinas de destruição ficaram para ser manobradas pelos que dellas tiraram proveitos.

Os homens modernos só pensam e continuam a obra dos grandes pensadores nos seculos transactos de oppresão e perseguição para cujo combate preparam novas forças, pondo de parte os odios dimanados da guerra, para dar combate ao inimigo commum e implantar sobre as ruinas do velho mundo o grande edificio social com o emblema da Equidade, Amor e Justiça.

Porem, tenho a dizer vos – esta batalha que decerto será a ultima e que ha de redimir a humanidade não será ganha com fuis e nem com canhões, estes só serão manejados por quem não tem escrupulos de consciencia, os que nasceram do crime e delle vivem convertendose em destruidores do genero humano.

O homem que maneja uma arma para matar a um seu semelhante, a um seu irmão, merece o qualificativo de criminoso e fraticida.

Mas o que cultiva a sua intelligencia, se faz mais forte e vence ao inimigo na lucta mortal, se enche de gloria que enobrece o coração do homem, fonte perenne de inesgotavel amor.

Nesta lucta social producto da tremenda desigualdade entre os mortaes, por lei natural são chamados os filhos de todos os paizes, como um só homem.

As bibliothecas proletarias estão repletas e estou certo de que não são um mimo para os que governam o mundo; e se vós outros se promptificar a manobrar as armas que dentro dellas se encerram do mesmo modo vós outros, quer sejam brancos, amarellos ou etiopes transportarei vossas quotas para o engrandecimento da vida e o bem estar de todos e dos nossos sucessores que se encherão de gloria.” [O PHANTASMA RUBRO. “Ao povo trabalhador”. IN: *O Syndicalista* – Orgam de educação popular. Bauru. 01 de agosto de 1921. Anno II, n. 27. p. 2]

“Se o bolchevismo ao em vez de evoluir para o communismo, pendeu para o capitalismo, tanto peor para elle, serà tambem varrido pelo verdadeiro vendaval revolucionario que de hora em hora mais se aproxima.” [OLIVEIRA. “Lenine”. IN: *O Syndicalista* – Orgam de educação popular. Bauru. 01 de agosto de 1921. Anno II, n. 27. p. 3]

**CLARTÉ: PONTES DE MIRANDA x NICANOR DO NASCIMENTO** (problema do conhecimento objetivo da realidade brasileira – crescente o interesse pela resolução prática da questão social, vide as ações parlamentares deste, o fomento de ambos ao estudo técnico da realidade do trabalho etc.)

“Quando elle declara que acha todo o ideal prejudicial, o joven illustre só se refere ao mal do idealismo vasio, imaginoso, palavroso, cheio de imagens em vez de idéas. O que elle quer é que o idéalismo se funde na realidade: que o “conhecimento saía da informação”, e não da imaginação. A inducção deve ter seu fundamento no conhecimento das cousas e sua interpretação scientifica. E’ contra os discursadores sonóros e ôcos. Eu tambem sou contrario a toda esta verbiagem inepta de propagandistas ignorantes, ou “de meias letras”, que andam por ahi empulhando aos operarios com miragens, cujo delineamento elles proprios -, na sua completa ignorancia das sciencias – não têm.

Entende o nosso eminente patricio que a sociologia tem de ser o conjuncto systematico das sciencias sociaes; e, com elle, entendo eu isto mesmo.

Parece-lhe que “devemos, para tentar qualquer coisa, em materia social no Brasil”, começar por estudar o Brasil. Assim, por indução, teremos as informações generalizadas systematicamente, que permitam emprender qualquer coisa de util.

Não penso outra coisa eu proprio. O contrario disto é o empirismo erratico dos nossos estadistas, que legislam sobre o que não conhecem, sobre o que não têm a minima informação.” [“A Clarté. Fala o Dr. Nicanor Nascimento”. IN: *A Folha*. 23/08/1921. (ver mais informações BN): logo após, informações sobre tentativa de “Departamento Geral do Trabalho” na Câmara]

“A “Clarté” não quer outra coisa senão vulgarizar os conhecimentos humanos.

Outros órgãos tem de informar outras classes. “Clarté” tentará informar aos intellectuaes das grandes questões mundiaes. “Clarté” também levará aos menos elevados informações, que lhe deem a demonstração de que os “chamados idealistas andam illudindo aos proprietarios com visões insensatas de finalidades infinitamente remotas”. Para isto, informaremos as realidades – sejam ellas favoraveis ou desfavoraveis a qualquer seita chamada social.

Propagaremos a verdade, mas não temos nada com a feição meramente idealista de quem quer que seja. Nós queremos os factos, as informações documentadas, que permittam sobre ellas pensar e elaborar. Detestamos a idealização “a priori”.” [“A Clarté. Fala o Dr. Nicanor Nascimento”. IN: *A Folha*. 23/08/1921. (ver mais informações BN): logo após, papel dos intelectuais atribuído pela *Clarté* original em França e a missão autoatribuída de Nicanor do Nascimento e seus companheiros]

“[...] exporemos a situação geral, verdadeira do mundo e dos seus problemas geraes, com documentação firme, para que os demagogos da horrivel parlapatice dos propagandistas, que nada sabem de que propagam, fiquem impedidos de gritar vanilequios nos comicios. [...] Acreditamos assim concorrer para o bem do Brasil e da humanidade. [...] Ella [*Clarté*] não perderá tempo, papel e impressão COM DISCURSOS LITTERARIOS SOBRE A QUESTÃO SOCIAL OU VERBIAGEM INFLAMMADA SOBRE COISAS OU PESSOAS. Fará informação e, sobre a informação, induzirá regras e leis sobre os problemas.” [“A Clarté. Fala o Dr. Nicanor Nascimento”. IN: *A Folha*. 23/08/1921. (ver mais informações BN): logo após, nova configuração das relações humanas em nível mundial e a Internacional do Pensamento]

“Qualquer diferença de métodos decorrerá das diversas mentalidades, das formações mentais regidas por métodos rigidamente germânicos ou latinos, mas no fundo, o propósito é o mesmo: formar a mentalidade brasileira por métodos científicos – indução e dedução. Aquella sempre mais do que esta, mas, contemplada esta, cuja utilidade é manifesta na instrução.” [“A Clarté. Fala o Dr. Nicanor Nascimento”. IN: *A Folha*. 23/08/1921. (ver mais informações BN)]

[Maurício de Lacerda em correspondência com Henri Barbusse, que enviou-lhe com dedicatória *La lueur dans l'Abime*, em setembro de 1920; o tribuna alega que o grupo parisiense entrou em contato atribuindo-lhe a tarefa de empreender grupo similar no Brasil (enquanto Ingenieros deveria fazê-lo na Argentina) – problemático é o fato de que sua correspondência, noticiando os preparativos empreendidos para o início das atividades, jamais chegou a Paris, indício de repressão articulada entre os governos brasileiro e francês; imbuído da referida tarefa, Maurício de Lacerda informa que deu conferências para trabalhadores em Niterói e no Rio de Janeiro acerca do programa de *Clarté* (LACERDA, Maurício. “Clarté”, 30/08/1921, provavelmente *Folha*)]

“A chamada questão social não se resume, como se afigura á maioria dos nossos políticos, a um simples conflicto, declarado ou latente, entre operarios e patrões, em que o Estado possa intervir como mediador gracioso e que ainda não se verificou no nosso incipiente industrialismo urbano ou na ignorancia quasi bestial do operariado dos nossos campos. Ella existe onde existe uma sociedade politica, organizada sob os velhos moldes burguezes e capitalistas como um mal inherente á propria natureza desses agglomerados humanos. Ella existe por toda a parte, desde que o trabalho do braço ou da intelligencia humana se restrinja á função de escravo dos capitalistas.

Pouco importa no caso do Brasil, como parece aos moralistas e doutrinarios da nossa imprensa conservadora, que vivamos numa democracia sem preconceitos, aberta a todos os esforços e onde os homens se nivelam, theoreticamente, sob a égide das mesmas leis. São phenomenos estes, ou conquistas, da nossa evolução politica que nada affectam, o que se poderia chamar, á estrutura do problema social, essencialmente, profundamente, economico.

Aqui, como no mais tradicional dos paizes europeus, a realidade dolorosa dos factos é a mesma, sob diferenças illusorias de superficies. A’ sombra de palavras mentirosas e vãs, duma liberdade politica sem sentido na desigualdade economica, o Estado estimula, por todas

as suas medidas de protecção e por toda a sua aparelhagem de força e justiça a divisão dos homens nas duas grandes classes seculares. Desde a escola até o regimen juridico das successões ou a organização das grandes industrias elle nada faz para dar aos homens as mesmas armas iniciaes e preparar-lhes as mesmas condições de exito; na desigualdade entre os seus cidadãos e na sua exploração recíproca está, talvez, uma das suas proprias razões actuaes de existir.” (BELLO, José Maria. “O appello de “Clarté””, 01/09/1921, VER ONDE; DISCUTINDO A INDIFERENÇA ATÉ ENTÃO À INICIATIVA DE BARBUSSE E ANATOLE FRANCE: inexistiria desigualdade no Brasil?)

“Tanto ou mais do que o proletariado que vive do trabalho manual, nós outros que vivemos dos esforços da nossa intelligencia temos o dever, não apenas de protestar contra semelhante ordem de coisas, mas de trabalhar pela sua transformação.

[...]

O appello de “Clarté” aos intellectuaes da America não tem outro sentido senão o de um toque de reunir a todos os homens de intelligencia ou, mesmo, de boa vontade. Não significa nenhum convite á luta immediata, ás soluções violentas e brutaes, que só podem ser contraprudentes ao exito final da grande causa. O que Anatole France e Barbusse aconselham é que ponhamos a nossa penna e a nossa palavra a serviço da nova ordem de coisas, que ha de surgir um dia dos erros e da violencia do passado.

Estudemos as condições da nossa vida collectiva, no que ellas têm de commum com a dos outros paizes do nosso typo de civilização e cultura e no que guarda de especiaes como resultados da nossa evolução histórica e da nossa organização politica e juridica vigente. Sómente assim, ser-nos-á possível chegarmos á indicação dos meios que possam corrigil-as. Na amplitude de semelhante programma, cabem todos os esforços e todos os ideaes; “Clarté” será mais um methodo do que uma religião fechada, onde só podessem ser admittidos os que fizessem renuncia prévia de todos os bens da terra ou de toda a liberdade de pensamento e de acção individual...” (BELLO, José Maria. “O appello de “Clarté””, 01/09/1921, VER ONDE)

“[...] a “Clarté” não tem nenhuma pretensão de dominio ou direcção sobre grupos que pretendem libertar a sociedade moderna.

Só temos um fim: esclarecer a verdade, dizer o que se passa no mundo, intepretar os phenomenos actuaes á luz da sciencia.

Isto irrita aos faladores vasios.

E' facil declamar, mas é difficil estudar, meditar sobre os factos, tirar-lhes as medias, conjugal-os, delles tirar leis e previsão.

Falar longamente da anarchia, proclamar que os homens devem ser livres e agir livremente, lisongear a esperança aos soffredores, promettendo a visão de um futuro idylico, é de uma facilidade tão grande que basta para isto ser um máo poeta, ter sido reprovado em concurso e escrever generalidades sobre socialismo, reeditando o imaginoso Bakounine.” [“O socialismo no Brasil”. IN: *A Folha*. 26/10/1921. (ver mais informações BN): diferenças de estratégia e tática, nos movimento oposicionistas que interpelam a classe trabalhadora, bastante explícitas aqui – uma questão programática, ou melhor, de projeto alternativo]

“Estou á espera de que elles contestem o que a Clarté declara, para reeditar as bobagens da “Voz do Povo”, cuja colleccção tenho, e mostrar como elles andavam lançando poeira aos olhos dos pobres, enganando-os sobre as finalidades da Revolução Maior e os propositos scientificos dos Directores do Bolchevismo, cujos fundamentos elles ignoram.

Toda a liberdade anarchista, que elles aqui proclamavam, está negada pelo regulamento draconiano do trabalho, que hoje é lei na Russia. E, muito bem. A posse das fabricas pelos trabalhadores, sem especialização tchnica, que elles aqui diziam dever ser a lei, foi combatida por Lenine e seus companheiros, que nomearam technicos, mesmo estrangeiros, para administrar as fabricas socializadas pelo Estado soviet russo.

A ignorancia propagandista nada sabia disto e mentia de bôa fé, contava lorotas para boqueabrir aos inocentes e leval-os á estultuice do 18 de novembro, que destruiu os syndiucatos obreiros e deu o pretexto á policia dos Aurelinos e Geminianos para fechar os syndicatos e destruil-os violentamente.

Emquanto os obreiros estavam na cadeira, os messias ficavam debaixo da asa dos deputados burguezes, e iam para Alagoas gozar férias campesinas.

Ao passo que o promotor da insurreição a que foi levado o proletariado, sem consciencia do que fazia, no campo de S. Christovão, partia para sua terra, para esperar bucolicamente o fim do desastre, quem soltava centenas de prisioneiros, arrancando-os das mãos da policia era eu. Quem os arrancou do carcere – para onde os tinha levado a inconsciencia do Sr. Oiticica – foi eu. Os deputados de Alagoas davam salvo-conducto ao revolucionario fugitivo e feliz, enquanto os demais e suas familias curtiavam as dôres da imprudencia, que não haviam commettido.” [“O socialismo no Brasil”. IN: *A Folha*. 26/10/1921. (ver mais informações BN): atenção na linha fina, entrevista com Nicanor do

Nascimento, presença já constante no periódico, cuja resposta acima é polêmica com os críticos anarquistas da *Clarté*, nomeadamente José Oiticica e Astrojildo Pereira; antes desta resposta, acusação de ignorância sobre os princípios e a prática bolchevique; fundamental é nova configuração das relações humanas em nível mundial e a Internacional do Pensamento]

[Epitácio Pessoa, representando o Brasil na Conferência de Paz em Paris (1919), remeteu a documentação atinente à questão do trabalho para Nicanor do Nascimento, engajado então nas discussões parlamentares em torno de uma legislação trabalhista: “A propaganda socialista no Brasil”. *A fôlha*. 28/10/1921]

“Chama-nos o Sr. Nicanor de professores da questão social – “que fazem disto mysterio profundo”. Ora, isso é querer abusar demasiado dos leitores. De minha parte, nunca pretendi passar por tal cousa, nem me move, na propaganda, outro impulso senão o de minhas convicções, bem ou mal fundadas, mas de cuja sinceridade parece que hei dado sobejas provas em dez annos continuos de militança. Quem me conhece sabe que não é de meus habitos “bancar” o sabichão, nem cahiria jamais no ridiculo de fazer mysterio em torno de uma questão cujo estudo anda ao alcance de toda a gente. O Sr. Nicanor, precisamente, é que vive a “bancar” o sabio, fazendo do socialismo e do communismo cousas só comprehensíveis e apprehensíveis por sabios, proclamando que elle, Nicanor, “antes de estudar do ponto de vista actual, a questão social, teve de penetrar nos meandros da Physica, da Chimica, da Biologia, entendeu-se com a Physio e a Psychologia, com as Mathematicas, com a Logica, com as Economias Politica e Social, integrou, quanto poudes, a Sociologia”. O Sr. Nicanor confunde – propositadamente, “pour épater” – Sociologia com Socialismo. Está claro que par5a ser um sociologo é necessario possuir vastos estudos anteriores; para ser socialista, ou communista, ou anarchista, não. Si o socialismo, o communismo e anarchismo são partidos exactamente proletarios que não tiveram “possibilidade” de varios estudos! A propria maxima fundamental da tactica revolucionaria dil-o expressamente: a emancipação dos trabalhadores será obra dos mesmos trabalhadores – e não dos sabios mais ou menos nicanores.” [“O movimento de idéias no Brasil”. *A Folha*. 24/11/1921]

[Astrojildo Pereira, *Hoje*, 22/09/1921, sobre Barbusse]

[apelos da *Clarté* reproduzidos em *A Plebe* (07/1919); estatutos publicados em *Voz do Povo* (02/1920); Affonso Schmidt, *Palavras de um communista brasileiro*, 1920]

“Ha anarchistas e anarchistas, como ha socialistas e socialistas. Ha os anarchistas que combatem o communismo russo e ha os que o defendem. Barbusse, evidentemente, refere-se áquelles e não a estes, e eu estou – não de agora, mas desde o principio da revolução russa – com estes ultimos. Por consequencia, a mim não me attingem os ataques do autor de “Clarté”. Ha tambem o socialistas que combatem o bolshevismo – são os reformistas, que vão de Vandervelde a Kautsky. E’ a corrente a que o Sr. Nicanor, por muito favor, póde pertencer, e ainda assim, na extrema direita. Pois Barbusse consagra paginas inteiras contra os “myopes” e “fantoches” do reformismo marca Nicanor. Por que o Sr. Nicanor não citou essas paginas?” [“O movimento de idéias no Brasil”. *A Folha*. 11/1921: REVELADOR acerca de disputas em processo no seio do movimento operário de então, tanto na diferenciação com relação aos socialistas, mas especialmente entre os radicais, com anarquistas críticos ou não do processo revolucionário russo (é significativo que Astrojildo ainda se afirme anarquista neste momento – quando abandona o rótulo?); parágrafo constituído após recuperar as referências de Nicanor do Nascimento às críticas elaboradas por Barbusse a setores do movimento operário]

[denúncias de Astrojildo Pereira: “obra de saneamento” *baseada nos princípios da III Internacional*]

[VER: “‘Clarté’ de mau nascimento”, de Astrojildo Pereira, em *A Plebe*, n. 126, 05/11/1921, pp. 2-3]

“Segundo os aspirantes a dictadores vermelhos e na igual opinião dos avariados anarchistas, as falanges anarchicas deviam, como attitude provisoria, embora prolongada, engrossar no partido da dictadura “proletaria”, deixando de propagar os seus credos de integral emancipação humana para facilitarem e coadjuvarem o desenvolvimento das idéas communistas autoritarias, isto é, o triumpho d’um partido que, conquanto promettendo, uma vez senhor das rêdes do mando, inclinar-se para a suppressão gradual do seu predominio, fazendo as populações, a toque de corneta e de comando, evoluir para um sisthema francamente communista e francamente libertario – não deixará, com certeza, de rigorosamente fazer cumprir as suas determinações e as suas vontades indiscutíveis, inspiradas no autoritarismo dos 21 pontos de Moscou. Terá um Estado, governos, tropas, fandanga e um sisthema juridico a justificar as prisões e os carrascos... Depois, para que hão



de os anarquistas deixarem-se hoje absorver pelos accordos, compromissos e disciplina d'um partido meio revolucionario, para amanhã terem de romper com tudo isso? Os anarquistas, os que são e que salientam a vantagem de ninguem nem ser mandado, teriam, logo ao primeiro dia da victoria da nova modalidade autoritaria, de se insurgir contra o despotismo vermelho.” [SANTOS, Clemente. “Em defesa da Anarchia”. IN: *O Libertario* – Edição da “Alliança Anarchista”. São Paulo. 01 de janeiro de 1922. Anno I, n. 1. p. 1]

“[...] a nossa revolução é muito diferente: tendendo para estabelecer uma sociedade fundada no accordo mutuo entre os individuos, na qual ninguem possa impôr a sua vontade sobre o seu semelhante, o seu igual, mas onde todos tenham facilidades de viver a seu modo e depois de, voluntariamente, concorrerem para o bem-estar geral – é preciso desenvolver a consciencia, a vontade e a iniciativa das camadas populares. E cada “golpe vibrado nas instituições da propriedade e do governo, cada elevação da consciencia popular, cada igualamento de condições, cada porção de actividade humana subtraída á fiscalização da autoridade, cada augmento de espirito de solidariedade e de iniciativa, é um passo para a anarchia”, isto é, para a Revolução organizada entre as camadas proletarias, agindo por si mesmas.

De resto, os anarquistas estão sempre dispostos a cooperarem nas insurgencias, nas revoltas, em todos os movimentos que tendam a impulsionar a humanidade para a frente, mas sempre no seu tempo de honra.

[...]

Eis o nosso caminho, e seguindo-o, sem nos mesclarmos com posturas e theorias diversas, procedermos conforme os anarquistas de 89 e 93 e os de 1871, os quaes, embora combatendo, de armas na mão, os primeiros contra a Realeza e o Feudalismo e os segundos contra a Burguesia, jámais deixaram de propagar os seus ideaes de libertação integral – contra a autioridade duns tantos homens organizados em machinismo directivo...” [SANTOS, Clemente. “Em defesa da Anarchia”. IN: *O Libertario* – Edição da “Alliança Anarchista”. São Paulo. 01 de janeiro de 1922. Anno I, n. 1. p. 1-2]

[na mesma edição, nas pp. 2-3, transcrição de conferência de Fábio Luz (em dezembro de 1921, na Liga Operaria de Construcção Civil, em Nichteroy), onde discute a impossibilidade de um “regimen social anarchico” a partir da “Republica Maximalista, bolchevista, marxista ou dos soviets”; VER IDEM: “Por um por outro”, na p. 3, diferenciando os gêneros de socialismo]

“Quando escrevi o cabeçalho, lembrei-me de Malatesta. Não sei porque? Talvez por ver em Astrogildo, através seus artigos, um moço velho e, em Malatesta, um velho novo. Novo em idéas, que são amores.

Pois sim, senhores, o Astrogildo, no outro dia, em “Renovação”, sahiu-se de bom, bom, bom. Disse-nos, elle, ser inteiramente impossivel chegarmos a communismo anarchico, sem optarmos a practica russa: a dictadura. E logo diz (para se salvar) que “não se trata de defender a dictadura em si”, como ninguem, entre os anarchistas, acceita ou defende a revolução “em si”. Mas Astrogildo, onde é que estás? Pois tu não vês a diferença que ha entre revolução e dictadura? Pois tu não sabes que a primeira é fecho, sinão desfecho, da evolução, e que a segunda é lei de homens e exercida por um ou cem individuos, a minoria, que transmite *suas ordens* aos vermelhos ou azues, conforme o caso?

Dizes admittir a dictadura como meio transitorio! Ora bolas! que melhor *meio* transitorio, do que a *democracia* burgueza? Ou é que é necessario ressuscitar Caligula poara acabar com “a inercia e com a força do habito, com a má e a pessima vontade, com a maldade e o egoismo”?

Dictadura: Revolução é a luta franca e leal; dictadura é o dolo, a oppressão, a tyrannia; é a vida folgazã de uns, e o padecimento dos mais; é, Astrogildo, o retrocesso aos tempos de Agrippina, aos tempos em que os subditos de Alexandre II da Russia, se casavam com quem o senhor escolhesse.

Dictadura? Para dictar, é necessario força oppressiva, salvo se queres dictar da cathedra... Nesse caso, vá lá. Mas não digas que é do proletariado, que me envergonhas.

Dictadura do proletariado? Qual proletariado, nem qual carapuça. Dictadura de Lenine, na Russia e de Astrogildo, no Brasil... De Astrogildo, não! Antes o matto.” [GUTIÉRREZ, J.P. “Astrogildo”. IN: *O Libertario* – Edição da “Alliança Anarchista”. São Paulo. 01 de janeiro de 1922. Anno I, n. 1. p. 2]

“Em reunião da Alliança Anarchista, foi aventada a idéa da realização de um congresso anarchista, em que tomem parte todos os camaradas, grupos e jornaes que pensem ou defendem o ideal anarchico. Este congresso, hoje, mais do que nunca, se fez necessario, em vista de andarem os anarchistas por vias tortuosas, a defenderem theorias obtusas, julgando fazerem a verdadeira propaganda do anarchismo.” [“Nosso Congresso”. IN: *O*

*Libertario* – Edição da “Alliança Anarchista”. São Paulo. 15 de fevereiro de 1922. Anno I, n. 4. p. 4]

“A convite de Astrogildo Pereira, realizou-se nesta capital uma série de conferencias, para definir a attitude dos anarchistas ante a revolução Russa.

Assistiram á reunião todos os militantes, inclusos J. Oiticica, Brandão, Elias etc.

Astrogildo começou a lêr uma porção de considerações do ex-camarada russo Clubaltik e de outros mais.

A seguir falou Fernando Alló, que principiou por affirmar que os maximalistas, depois que conquistaram o poder, trataram de impôr varias reformas de caracter politico e economico, obstaculando, assim, o estabelecimento da liberdade.

A politica de Lenine, trahioeira como a de Carlos Marx, veio demonstrar ao mundo a fallencia do socialismo e o perigo da dictadura do proletariado.

Foi uma verdadeira desillusão para todos os revolucionarios. E a prova é que, tendo a revolução abolido todas as oppressões e explorações, os bolchevistas são autoritarios e nada fizeram para libertar e emancipar a classe operaria e, ao contrario, os bolchevistas, consolidando-se no poder, fizeram da Russia o pais mais militarizado do mundo. Leon Trotsky é um novo Napoleão: ameaça à direita e à esquerda, com seu immenso exercito vermelho.

Nós libertarios repellimos a dictadura do proletariado, porque os proletarios estão nos campos, nas officinas, nas fabricas, no mar e por toda a parte produzindo e a dictadura é exercida por burguezes disfarçados em operarios.

Os Palmeiras, Mauricio e Nicanores, socialistas communistas, são politicos.

Nós, anarchistas, faremos em toda a parte em que nos encontrarmos, propaganda libertaria, ensinando ao trabalhador os principios basicos da anarchia.

A formula socialista é sempre oposta á Anarchista, podendo-se resumir assim:

“Vota por mim, que eu pensarei por ti.” A formula anarchista diz: Trabalhador, tem confiança em ti, porque nunca obterás nada a não ser com o teu continuo esforço e sacrificio.

Assim foi a conclusão dessas conferencias do camarada Alló.

Todos os camaradas, entre os quaes Oiticica, Brandão, e outros, apoiaram as affirmações dos camaradas.

Astrogildo, vendo-se em maus lenções, confessou que estava de accordo com a dictadura proletaria, divergindo de todos os anarchistas, passando da ala esquerda para a direita, indo a fundar nesta capital o partido communista, de caracter politico.

Assim ouve a divisão entre os libertarios cariocas.” [F. A. “Conferencias realizadas no Rio de Janeiro”. IN: *O Libertario* – Edição da “Alliança Anarchista”. São Paulo. 15 de fevereiro de 1922. Anno I, n. 4. p. 4]

“Durante a guerra dizia-se não existir no Brasil a questão social!

Se me não engano entre os “negativistas” salientou-se o Sr. Ruy Barbosa – o expoente maximo da cultura latina nas Americas – com os seus discursos “ruidosos”...

No período seguinte, do após-guerra, que é ainda para nós o periodo “actual”, a questão social consegue affirmar, por meio de greves successivas, a sua tão discutida existencia. Mas a sua solução compete aos legisladores, aos homens de estado, aos economistas....

A Europa, quero dizer: o occidente europeu, que marcha em vanguarda em relação a nos outros, já passou esse periodo de “solução legal” e se encontra ás portas da fallencia irremediavel.

Deprehende-se isto de um artigo de fundo do “Primeiro de Janeiro”, do Porto, considerando a gravidade da situação portugueza em face da questão operaria.

Por ser um orgão de defeza das classes conservadoras, não póde concordar com as greves nem tampouco com quaesquer meios extremos. D’outro lado confessa lealmente a importancia do governo e a consequente impossibilidade de uma solução efficiente dentro dos meios até agora conhecidos e empregados. As greves, conclue, não melhoram, antes peioram a situação, acelerando o augmento da carestia. Entretanto, não ha outro caminho, outro meio...

São estes os symptomas do terceiro periodo da questão social: a fallencia do regimen.

Não é preciso ser propheta para ver que após seguir-se-á o diluvio da Revolução Social.

Depois do diluvio, um mundo novo, onde crescerão e se multiplicarão, cada vez mais properas e felizes, as republicas socialistas...” [CORDEIRO, C. “A fallencia do regimen”. IN: *Aves Libertas*. Orgão da União Ferro-Viario do Nordeste. Jaboatão: 05 de março de 1922. Anno I, n. 1, p. 3; no mesmo número: texto sobre alcoolismo, Joaquim Pimenta]

[A razão deste manifesto-programma;

O ideal que sustentamos

- Criterio economico

- Criterio politico

- Methodo de acção

A nossa organização

A nossa acção na organização do proletariado

As nossas relações com as demais facções politico-sociaes

Como devemos agir na vida do paiz

A nossa imprensa

Em face da Revolução Russa

Sobre a dictadura do proletariado

Como entendemos a Ininternacional

Declaração necessaria]

“Estudando ponderadamente a situação do movimento revolucionario-social de todo o mundo, posto em prova pela convulsão consequente da grande guerra, foram concordes os camaradas que participaram dessa discussão, que, ao contrario do que se pretende affirmar, nada ha nos principios do anarchismo que careça de revisão, mantendo-se integra, agora, como antes da conflagração, a sua estructura economica, politica e moral, bem como o seu methodo de acção na luta pela quéda do dominio do capitalismo e para a implantação do regimen comunista-anarchico – unica forma social que poderá proporcionar á humanidade o bem-estar e a liberdade que ella vem buscando vés os séculos.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 1 – conjuntura de dispersão entre os anarquistas brasileiros, bem como de “reflexos de certas tendencias confusionistas verificadas no seio do proletariado e no meio revolucionario mundial”; “sómente nas modalidades de sua maneira de agir carece o anarchismo de um trabalho sério de methodização, para que possa fazer frente aos fortes partidos que, com nuances diversas, lutam para conservar ou reformar apenas as instituições vigentes”]

“Constituindo por si mesmo uma classe privilegiada, o Estado, no caso de subsistir depois de suprimida a classe burgueza, seria levado pela necessidade da propria conservação a restabelecer o privilegio, criando um partido seu, interessado em o sustentar, mesmo attentando contra os direitos da coletividade.

Somos, pois, anarchistas, porque queremos uma sociedade sem governo – uma organização politica livre, constituída do individuo ao grupo, do grupo á federação e á confederação, com desprezo de barreiras e fronteiras, sendo a associação baseada sobre o livre acordo e naturalmente determinada e regulada pelas necessidades, aptidões, ideias e sentimentos dos individuos.

Essa é a organização politica correspondente ao communismo e que poderá garantir a igualdade de condições economias.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 1 – após a apresentação de suas ideias econômicas: ataque à instituição da propriedade e suas bases morais e jurídicas, tendo em vista “assegurar a cada um o seu desenvolvimento integral”; das considerações políticas decorre “o methodo proprio de ação, baseado na livre iniciativa e na solidariedade”, repudiando a ação eleitoral e parlamentar e defendendo a ação direta, que “tende a despertar a iniciativa, o espirito de espontaneidade, a decisão, a coragem, ensinando a massa popular a agir por conta propria, a unir-se e a viver sem tutela”, sendo necessária a organização econômica com os trabalhadores e política com os grupos federados]

“Nas grandes cidades, em cada um dos seus bairros, no seio dos syndicatos, como nas localidades do interior onde haja tres ou mais camaradas de accordo entre si, deve ser iniciado desde já um activo trabalho nesse sentido. Com a constituição de varios grupos numa mesma localidade, dever-se-á tratar com urgencia da constituição de um comité de relações, formado de representantes de cada um, com o encargo de desenvolver a obra de conjuncto. Os grupos formados em uma mesma zona ou região relacionar-se-ão entre os por meio de uma federação regional, constituída de accordo com as maiores possibilidades de comunicação. As federações regionaes terão um comité de relações formado de representantes de um ou mais grupos da localidade destinada para sua séde, realizando-se periodicamente convenios de representantes directos dos grupos das varias localidades. Com o desenvolvimento dessa obra de organização, realizar-se-á um congresso de representantes das agrupações de todo o paiz para tratar da constituição da organização geral libertaria do Brasil.

Para que essa organização, desde os grupos ás federações e á união geral libertaria, não tenha uma existencia nominal, deve ficar assentado de maneira categorica que a inscripção nos grupos e destes nas federações e na união geral deve corresponder á obrigação do cumprimento regular do seu programma e das resoluções que por mutuo accordo forem tomadas.

Afim de que o nosso movimento possa adquirir uma homogeneidade necessaria para o estabelecimento da disciplina moral exigida para o desenvolvimento de nossa acção, estabelecida por mutuo entendimento, julgamos que, aproveitando a experiencia do passado, a constituição dos grupos e a adhesão destes aos organismos federaes deve obedecer a um criterio de cuidadosa selecção, com o fim de evitar a interferencia em nosso meio de elementos não identificados com os nossos principios ou de costumes duvidosos e, às vezes, até de agentes provocadores.

Assim, entendemos que para a inscripção nos grupos deve ser exigida a apresentação de camaradas conhecidos e que é justificavel a exclusão, com o devido escrupulo, para que não se verifiquem injustiças, de quem, por factos, demonstrar não estar disposto a agir em harmonia com as normas estabelecidas em conjuncto e constitua um embaraço aos trabalhos dos que estiverem de accordo entre si.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 1 – VER: retomada “autocrítica” anterior e discutir esta normativa concreta enquanto reacção aos avanços bolchevistas e à necessidade de maior organização no período de repressão e desarticulação]

[organização de resistência dos trabalhadores é “um phenomeno imanente da sociedade capitalista, consecuencia natural da luta de classes”, desenvolvida com a solidariedade entre as vítimas do regime de trabalho assalariado, sendo esta condição de assalariamento o princípio de associação da classe, acima de credos e doutrinas; nesse sentido, o sindicato “está destinado a ser amanhã a base essencial da reconstrucção economica da sociedade, assegurando a viabilidade das concepções libertarias, em opposição a toda tendencia centralista e autoritaria” CONTINUAR]

[na mesma toada acima, reafirmação de princípios em “A nossa imprensa”]

[com relação às demais forças político-sociais, uma proposta dupla: “uma attitude de intransigente affirmação dos principios libertarios”, não obstante a possibilidade somarem esforços “contra os manejos reaccionarios e em defeza dos direitos populares”; devem atentar

para não desprezarem os seus princípios e ação específica nesses contatos e, especialmente, evitar “satisfazer as ambições partidarias de individuos ou de collectividades”]

“Julgamos que os libertarios devem intervir sempre e activamente nos debates das questões publicas em que os direitos do povo sejam postos em jogo, estudando-os, discutindo-os e agindo, no seio do povo, por meio da palavra escripta e falada dando o exemplo da actividade e do espirito de iniciativa, de maneira a poderem influir, mesmo na solução das questões de caracter immediato, na consciencia popular e despertar o seu interesse pelo problema da transformação social.

Dessa forma, repellindo toda a alliança ou entendimento com elementos politqueiros de qualquer facção, despresando a acção parlamentar, entendemos que os libertarios, como partes integrantes que são da collectividade, devem procurar estar sempre com o povo em todas as suas manifestações de descontentamento, procurando orientar-o e evitar que elle seja victima do manejos dos elementos da politicagem, bem como associando-se, estimulando e promovendo as iniciativas que tenham por fim reagir contra as prepotencias e explicações governamentais e dos capitalistas e sustentar as reivindicações de direitos menosprezados.

Na propaganda de caracter geral contra os vicios da sociedade actual e no combate em prol das reivindicações populares, julgamos que não devemos manter uma attitude de systematica hostilidade ás pessoas que, embora não ainda identificadas com o nosso movimento e que não estando comprometidas em acções contrarias ao elemento proletario e avançado, demonstrem a sua sympathia pela causa da renovação social e queiram prestar-lhe o seu auxilio sem a pretensão de ingerencia, directa ou indirecta, na vida intima das associações obreiras ou das agrupações sociaes e não se escandalizem quanto sejam discutidos os seus pontos de vista particulares.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 4 – VER: antes, para fugir do “isolamento atrophiante”]

“Na apreciação do que se passa na Russia agiremos sempre com o intuito de patentear esse contraste de principios, exercendo a nossa critica, embora severa, com a necessaria serenidade, para que essa manifestação de divergencia doutrinaria não possa, de fórma alguma, ser confundida com a campanha de diffamação da burguezia internacional, cujo objectivo é desmoralizar a revolução.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* –



Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 4 – VER: antes, caracterização da Revolução Russa e crítica aos princípios dos “comunistas-marxistas”]

“Não concordando com o estabelecimento da ditadura do proletariado, repellimos, com muito mais razão, a ditadura de um partido, ainda que esse partido se apresente como a elite do elemento revolucionario e como a vanguarda da classe trabalhadora, pois julgamos que a missão dos organismos politicos-sociaes deve ter por objectivo conseguir dar á organização obreira a indispensavel efficiencia de cohesão, de capacidade administrativa, technica e revolucionaria, sem o que não se poderá assegurar o exito da revolução e a obra reorganizadora da sociedade.

Sendo certo que o capitalismo tratará de defender por todos os meios os seus privilegios de classe durante a revolução e de reconquistal-os após a quédia do seu dominio, entendemos que o proletariado deve preparar-se suficientemente para enfrentar a luta convencido de que ella será demorada e terrivel, certo tambem de que no embate decisivo da revolução e no periodo de reorganização da sociedade, terá de lançar mão de todos os recursos que as circunstancias demonstrarem necessarios para a victoria sobre os elementos reaccionarios e firmar a estabilidade do novo regimen, não perdendo, porém, nunca de vista a verdade historica de que a liberdade do povo só póde conquistada pelo esforço organizado do proprio povo e jámais poderá ser imposta pela coacção de um poder central, que, surgindo, muitas vezes, com esse intuito, naturalmente se transforma em organismo de reacção systematica não sómente contra os elementos da direita como os da extrema esquerda que trabalham para completar a obra revolucionaria.

Embora o objectivo da Revolução Social em todo o mundo seja um só – a quédia do Capitalismo com todas as suas intuições draconianas, julgamos que a acção revolucionaria terá naturalmente de se desenvolver, não em obediencia a um padrão uniforme, como a ditadura do proletariado ou de um partido, mas de accordo com as exigencias, cheias de modalidades diversas de cada paiz, obedecendo ás tendencias historicas do proprio movimento revolucionario.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 4 – VER: princípios do “comunismo-anarchico”]

“Consideramos a Internacional, em sua dupla modalidade economica e politica, como o complemento necessario das organizações regionaes constituídas, de um lado pelo conjuncto dos syndicatos operarios, e do outro por todos os partidos politico-sociaes.

Entendemos, porém, que, para que essas instituições não falem aos seus fins e possam adquirir a eficiencia necessaria, devem manter a indispensavel autonomia de acção, sem depender de uma a outra, embora possa haver conjuncção de esforços na luta revolucionaria contra o capitalismo, quando as circunstancias assim o determinarem.

Para ser alcançado esse objectivo, julgamos que a Internacional syndical, independente da politica, deve reunir todas as organizações syndicalistas, de accordo com as bases federativas, constituindo, assim, o expoente da força organizada do proletariado mundial em sua luta contra o salariato e o patronato.

Com o mesmo criterio encaramos a organização da Internacional politica, em cujo seio julgamos que devem ser reunidos federativamente os partidos politico-sociaes revolucionarios de todos os paizes, repetando a autonomia de cada um no desenvolvimento de seus programmas especificos e estabelecendo-se um programma geral para a luta contra o dominio do capitalismo.” [“Os anarchistas no momento presente”. *A Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 4 – VER: avaliação das diferentes Internacionais]

[assinado por Edgard Leuenroth, Rodolpho Felipe, Antonino Domingues, Ricardo Cipolla, Antonio Cordon Filho, Emilio Martins, João Peres, José Rodrigues, João Penteado; “(Assignam este manifesto-programma apenas os camaradas que participaram de sua redacção e os que o leram, e sobre elle demoradamente trocaram impressões).”]

“Ao redigirmos este manifesto-programma não tivemos a pretensão anti-libertaria de apresental-o como coisa definitiva destinada a ser considerada como norma de conducta do elemento anarchista deste paiz.

Longe disso. O nosso intuito é provocar um prompto e categorico pronunciamento dos camaradas, tendente a, de uma vez para sempre, pôr fim a uma situação de malentendidos e de confusionismos que muito tem prejudicado o nosso movimento.

Concitamos, pois, os camaradas a o examinarem, sujeitando-o á discussão de seus grupos, transmittindo-nos, a seguir, o seu parecer, individual ou colectivo, tanto sobre o seu conjuncto, como sobre cada uma de suas partes.” [“Os anarchistas no momento presente”. A

*Plebe* – Periodico comunista-anarchico, 18 de março de 1922, Anno V, n. 177, p. 2 – VER: planos de publicação das apreciações em *A Plebe* e do programa em folheto o quanto antes]

“Em 1922, sob a influência da Revolução Socialista da Rússia, foram fundadas, em quase todas as capitais dos estados brasileiros, sociedades operárias.

Em Florianópolis foi criada a Liga Operária e a União Operária. Essas associações eram recreativas e beneficentes, pois seus estatutos só podiam ser registrados com essas características. No pano de boca do teatro da União Operária estava escrita a célebre mensagem de Karl Marx: Proletários de todos países, uni-vos!” [RIBEIRO, Manoel Alves (Mimo). *Caminho*. Florianópolis: Editora: Garapuvu, 2001. p. 15]

“Apesar da discordância ideológica com os socialistas, até 1920 há sempre uma ação comum entre ambos; mais tarde as divergências vão ser maiores com os comunistas. Num momento em que o comunismo e os anarquistas entram em declínio, é natural que os choques sejam maiores. Além disto, ideologia e táticas são diferentes: a concepção do partido é fundamental para os comunistas e é combatida pelos anarquistas: aquêles dizem que as forças de produção determinam o desenvolvimento histórico, êstes acham que o homem é quem cria estas condições, nuns prepondera o social, noutros o individual.” [CARONE, “A República Velha – Instituições e classes sociais”, p. 214 – provavelmente inserir no próximo capítulo, introduzindo a situação das lutas operárias]

## CAPÍTULO V- Liberalismo e autoritarismo

“Até as vésperas da Segunda Guerra Mundial, o ritmo de modificação da tecnologia militar era suficientemente lento e os custos dos equipamentos bélicos eram suficientemente modestos para quem um número razoável de Estados nacionais julgasse que podia ser, e até tinha que ser, competitivo em algum nível. [...] A grande inovação institucional dos revolucionários franceses e de seus antagonistas prussianos – o imenso exército de recrutas – ainda era a norma. A participação maciça dos cidadãos (varões) na defesa nacional era um elemento vital para manter o hífen [hífen do termo Estado-nação] solidamente instalado.” [ANDERSON, Benedict. “Introdução”. IN: BALAKRISHNAN, Gopal (org.). *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000. p. 16: reflexão elaborada em uma discussão acerca das novas perspectivas – de “consequências incertas” -

“Deante da terrível magnitude deste cahos, que se faz maior dia a dia, não se pode deixar de sentir uma viva inquietação. Aquelle que medite sobre os factos occorridos neste anno tem que perguntar, angustiado, a si proprio se a Europa não teria provocado uma crise superior ás suas forças e da qual não poderá sahir senão com tremenda convulsão. Encontramo-nos, assim, em presença de um phenomeno muito mais complexo do que uma guerra, por mais gigantesca que esta seja. Esta é a crise do que sóe chamar a civilização occidental, a civilização que triumphou na Europa e na America com a grande industria, a sciencia e a idéa do progresso. Esta civilização tão poderosa, tão rica, tão segura de si mesma até quatro annos passados, dividiu-se em dois grupos antagonicos, que se têm atacado com as armas mais homicidas que os homens manejaram até hoje. O choque tem sido tão formidavel, desencadeou taes forças de destruição, que toda a estructura social dos maiores Estados do velho e do novo mundo foi abalada quasi até os fundamentos. Para trazer outra vez a tranquillidade e a ordem a este mundo transtornado serão necessarios novos tratados de paz; mas estes não serão bastante, por muitos que elles sejam. Será mister tambem uma reforma moral, politica e social tão grande que constituirá a verdadeira revolução, não russa, allemã ou austriaca, mas européa e americana, mediante a qual se renovará o mundo.” [FERRERO, Guglielmo. “A crise da civilisação. Um momento solemne”. IN: *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 11 de julho de 1918, Anno VII, n. 2012, p. 5. Hemeroteca Digital. BN (texto proferido originalmente em março do mesmo ano): discutir a questão da consciência de que uma ampla transformação se operava no quadro de caos denunciado – sendo a Revolução Russa fator

fundamental no desarranjo das relações internacionais já caóticas – *impondo a necessidade de uma profunda reforma*]

### 5.1 Ligas: modernização militarista e disciplina do trabalho

O diagnóstico de uma crise civilizacional não era exclusivo do texto vindo a lume em julho de 1918. Cinco meses antes, tanto nas páginas das “Notas Sociaes” do mesmo *O Imparcial* quanto nas páginas de “Vida Social” de *O Paiz* [16/02/1918], era noticiado que dentro em breve o dr. Taciano Accioly [foi oficial da Diretoria do Interior e Estatística, a julgar por informações do Almanack Laemmert de 1901 – família oligárquica] ministraria uma conferência com o título “Crise de civilização”, a qual seria dedicada a Lloyd George. Tais eram os pontos programados de sua exposição:

As relações do homem sobre o planeta Terra e as desta sobre o systema planetario – Leis geraes de evolução ou de aperfeiçoamento da humanidade – Elementos que motivam as guerras, causadoras da queda das civilizações – Evolução do direito internacional – A moralidade no direito – Espirito novo no direito – Política européa – Política e civilização americana – Attitude dos Estados Unidos da Norte America – Attitude do Brasil – Principios de direito na reforma social – Conferencia da Paz [“Notas Sociaes”. IN: *O Imparcial*. Rio de Janeiro: 15 de fevereiro de 1918, Anno VII, n. 1868, p. 7. Hemeroteca Digital Brasileira. BN]

A referida conferência – que teve entre os seus organizadores a Liga Pró-Aliados<sup>311</sup> – ainda foi motivo de notícia na mesma coluna em outras duas edições do diário na semana seguinte. No número de 17 de fevereiro, era anunciado, logo abaixo, que “O dr. José Placido Barbosa, fará hoje, às 20 horas, no salão do Cascadura Club, uma conferencia sobre o seguinte thema: ‘O direito dos pobres’” [citar e discutir a relevância do tema então].

[o que era *O Imparcial*? bom gancho para retomar os primórdios dos diagnósticos de *crise* e sua articulação com as propostas de reforma e disciplina, readequação da dominação social sob novas bases a serem construídas]

---

<sup>311</sup> “O Dr. Taciano Accioly realizará amanhã, na Bibliotheca Nacional, uma conferencia sob o titulo ‘Crise de Civilização’, às 16 horas. Será presidida pelo Dr. Sá Vianna, que é presidente da Liga Pró-Aliados.” Cf: “Vida Social – Conferencias”. IN: *O Paiz*. Anno XXXV, N. 12.450. Rio de Janeiro: 11 de novembro de 1918. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 5. [na manchete deste número: “O esphacelamento da Allemanha”, cuja linha fina indica: “Á Allemanha só resta capitular immediatamente, para evitar a ruina total”, sendo um dos elementos destacados deste quadro crítico que “A revolução triumphante, em Berlim, ensanguenta quasi toda a Allemanha, dominada pelos Conselhos de Soldados e Operarios”]

“Alberto Torres e o nacional ruralismo estão no avant premier da agudização social que a luta de classes engendrará no Brasil. O processo que resultará desfavorável à classe operária, estará embebido de uma concepção autoritária de mundo. Haverá muito de nacional ruralismo, por exemplo, no apostolado de Plínio Salgado que não sem respaldo bramirá: “Nós caboclos dos trópicos, proclamamos, em face de uma civilização que nos quer deprimir, os sagrados direitos do homem brasileiro.”

O temor à exacerbação da questão social no Brasil ampliará a densidade do compósito orgânico autoritário. Tal tipo de autoritarismo nacionalista será fartamente apropriado por um contexto ideológico que será o sucedâneo complementar dessa militância iniciada por Alberto Torres: o corporativismo.” [FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento político autoritário no Brasil. 1917-1937”. IN: *Cadernos do Centro de Memória Regional*. São Francisco: Universidade São Francisco. vol. num 1, jan./jun. 1993. pp. 33-34]

“A luta de classes asseverada entre os anos 17 a 37 imprimiu à burguesia a necessidade de estar em conluio múltiplo com um número expressivo de instituições. Isso gerou uma certa divisão de tarefas no quadro hegemônico, e as várias instituições, não poucas vezes, possuíram pontos em comum. A subsunção da questão social pela política trabalhista do Estado, ato que por si só, já é de grande conveniência à burguesia, e que encontrou em Oliveira Vianna colaboração decisiva, é apenas um reflexo da produção política de uma mundivisão eficiente em solidificar-se principalmente junto ao senso comum. Fazer com o oprimido, no teatro da arena política, troque as falas, assumindo o texto opressor configura o quadro mais propício à hegemonia burguesa – aquele no qual ela não aparece.” [FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento político autoritário no Brasil. 1917-1937”. IN: *Cadernos do Centro de Memória Regional*. São Francisco: Universidade São Francisco. vol. num 1, jan./jun. 1993. p. 40]

“A estadolatria oriunda do pensamento autoritário que irrompe na Primeira República e que se sedimenta no período de 1920 a 1945, só pode ser entendida nesse sentido: a hegemonização da burguesia através do Estado era garantida também pelo pensamento autoritário que operava como direção política dentro do mesmo amálgama orgânico continente do pensamento liberal.

O perfil teórico autoritário que vai grudar-se aos movimentos moleculares do modus operandi social que se tensionava preocupado em razão da estrutura carecer de reformulações,

ao desfiar um nacionalismo exacerbado, um corporativismo estratégico, uma estadolatria opacizante, um antiliberalismo retrógrado e um anticomunismo afetado configurava o agente social que a acumulação precisava manter naquele momento: a exclusão.

Quando o contexto da luta de classes é assolado pela ação dirigente/dominante em torno da repressão ditatorial, tal evento é apenas o sucedâneo de um compósito que multiplica a contra-revolução às mais variadas possibilidades e atitudes.” [FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento político autoritário no Brasil. 1917-1937”. IN: *Cadernos do Centro de Memória Regional*. São Francisco: Universidade São Francisco. vol. num 1, jan./jun. 1993. p. 43]

“Se, em toda parte, as sociedades não receberam organizações próprias, senão simples construções provisórias, com materiais em ruína; se o Estado não é, ainda, mais que mera corporação policial, e órgão de comando, por violência ou por sugestão; no Brasil, onde a sociedade não chegou a reunir sequer os elementos agregantes da tradição – nem a sociedade existe, nem o Estado; e Estado e sociedade hão de organizar-se, reciprocamente, por um processo mútuo de formação e de educação. Educação pela consciência e pelo exercício, o que vale dizer por um programa, isto é, por uma política: eis o meio de transubstanciar este gigante desagregado em uma nacionalidade.” [TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Primeira parte: A Constituição. São Paulo: Editora Nacional, 1978. p. 37 – VER ORIGINAL]

A classe trabalhadora não foi a única afetada pela Grande Guerra no Brasil. Ao mobilizar-se, esta coletividade colocou um ponto de inflexão também para variados atores das classes dominantes ou com elas profundamente vinculados. A crise econômica, ao resultar em agitação social nas condições de crescente concentração urbana (ainda que tímida se comparada com outras realidades nacionais), tornava-se crise política, o que demandava respostas também dos interessados na manutenção da ordem estabelecida.

É nesse sentido que a questão social invadiu o centro do púlpito parlamentar: imposta pelas circunstâncias, discutida por deputados trabalhistas e socialistas, exigindo alguma resposta dos políticos das situações. A sua ordem, da qual eram tão crentes na estabilidade, sofria um abalo. Os seus instrumentos tradicionais já se mostravam insuficientes, sozinhos, para a nova situação. A emergência de uma série de novas organizações, com orientações ideológicas e formas de atuação bastante distintas das estabelecidas – mas interessadas primordialmente, idem, na manutenção da situação, ainda que, para isso, mudanças

necessárias fossem empreendidas – é indício das transformações em curso nas hostes conservadoras.

A historiadora Sílvia Levi-Moreira localiza na referida conjuntura crítica, a partir do impacto da guerra, tanto “um impulso para a reflexão sobre a realidade brasileira e os meios de nela atuar”, quanto, apesar de “desencanto com os rumos da República”, a sustentação do regime e das autoridades constituídas<sup>312</sup>. Refere-se ela ao grupo de intelectuais congregados na Liga Nacionalista de São Paulo, agremiação surgida no significativo ano de 1917. José Luís Beired, por sua vez, realizou uma síntese mais ampla do novo fator político em cena no mesmo período ao discutir a “ideologia da direita nacionalista”, a qual identifica mobilizar-se especialmente na crítica da ordem liberal lançando mão fundamentalmente da noção de *crise*:

A crise foi um dos temas centrais da ideologia da direita nacionalista, servindo de base para o questionamento da ordem liberal e a formulação de novos modelos ideológicos. Seria equivocado afirmar que este era um tema completamente novo para os intelectuais brasileiros e argentinos, mas é certo que a partir da Primeira Guerra Mundial ele adquiriu nova e maior significação. A guerra foi identificada como o fator que pôs fim a toda uma era e permitiu criticar de modo mais incisivo os regimes políticos identificados com o liberalismo a partir, ao mesmo tempo, de uma perspectiva conjuntural e estrutural.<sup>313</sup>

A crítica do liberalismo identificada acima por Beired emerge de camadas filhas das oligarquias liberais. O termo “filhas” pode ser tomado tanto em seu sentido literal quanto metafórico. Edgard Carone já salientou a origem das camadas mais altas da classe média majoritariamente a partir do bacharelismo de filhos de oligarcas que vão realizar os seus estudos nas faculdades que vinham surgindo no Brasil dos oitocentos. O historiador identificou idem uma maior autonomia política destes grupos, em relação à sua origem, no processo de complexificação social que o Brasil vinha experimentando, o que é de maior interesse por ora:

A camada mais alta [da classe média] origina-se, em grande parte, das ricas classes agrárias. O bacharelismo é uma das opções encontradas pelos fazendeiros para seus filhos: as faculdades de Direito do Recife e São Paulo e a de Medicina são o sorvedouro de uma mocidade. [...] É assim que este ramo das classes liberais – advogados, médicos etc. – representa no Império, e até certo momento da República, uma continuação do poder territorial. Mas o que cresce, principalmente no correr do processo de urbanização, é a diversidade, complexidade e autonomia deste grupo, que lentamente se desentende com os grupos no poder: as Ligas paulistas e o Partido Democrático são em grande parte atividades destes elementos liberais. Também a

---

<sup>312</sup> LEVI-MOREIRA, Sílvia. Op. Cit., p. 69

<sup>313</sup> BEIRED, José Luís. *Sob o signo da ordem: os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999. p. 69.



alta administração, os técnicos industriais, parte mínima do médio comércio e indústria, pertencem a esta categoria.<sup>314</sup>

Há uma contradição aparente entre as interpretações citadas. Tratando da mesma conjuntura e atores, as adjetivações são distintas, chamando a atenção o fato de, em um caso, tomá-los por críticos do liberalismo político e, em outro, enquanto elementos liberais. A contradição é apenas aparente. [liberalismo e autoritarismo unidos – acusação de estrangeirismo, *leit-motiv*, união liberal (a entender o seu sentido no solo histórico brasileiro)] [ponto a discutir no capítulo idem: burgueses que expressam aspirações de classe média, ou momento formativo das classes médias – pois, em boa medida, filhas das classes dominantes – que aí expressam a sua faceta liberal e autoritária?] Entre a crítica do liberalismo e a inserção em profissões liberais, identificadas por um e outro autor, uma tônica da conjuntura retratada é a articulação entre liberalismo e autoritarismo como resposta direta à agitação subalterna:

A acusação de conspiração estrangeira que recaiu sobre as agitações sindicais foi também um fator decisivo para o enfraquecimento do sindicalismo revolucionário. Criada desde o início do movimento por elementos da polícia e da imprensa burguesa, a imagem de que uma conspiração estrangeira estivesse prestes a subverter o Brasil tinha dois objetivos. O primeiro era angariar a simpatia de elementos liberais que, se nenhum motivo concreto lhes fosse mostrado, poderiam criar objeções às medidas repressivas ilegais contra o proletariado. O segundo era estimular o nacionalismo dos trabalhadores brasileiros e acirrar seu ressentimento contra os trabalhadores estrangeiros, líderes do movimento sindical. Os anos de 1917 a 1920 caracterizaram o apogeu do sindicalismo revolucionário brasileiro. Entremente, a imprensa diária, os discursos dos líderes políticos e econômicos e as declarações políticas pulverizavam na opinião pública a idéia de que as greves e agitações do período eram produto da maquinação estrangeira. Os apelos “nacionalistas” vinham cumprindo seu objetivo de dividir brasileiros e imigrantes. E, por volta de 1920, a campanha anticconspiração começava a surtir o efeito desejado. Alguns liberais ainda tiveram fôlego suficiente para contestar a repressão do governo. A maioria, contudo, seguindo a linha de conduta de seus colegas liberais norte-americanos e europeus, passou a apoiar as elites e a repressão policial contra o trabalho organizado.<sup>315</sup>

Note-se que é objetivo do autor discutir as razões da “debilidade do movimento operário brasileiro” no alvorecer do decênio de 1920. [conspiracionismo, nacionalismo e mobilização pequeno-burguesa: de Lefebvre a Poulantzas – discutir, a partir de Althusser, *interpelação?*]

---

<sup>314</sup> CARONE, Edgard. Op. Cit., 1971. pp. 175-176.

<sup>315</sup> MARAM, Sheldon. Op. cit., p. 162.

“Não se pode perder de vista que o entrave atrasado moderno colocou-se diante da emergência da questão social e da progressiva perda de capacidade de tutela que as forças políticas até então mantinham. O processo de rehegemonização burguesa sob a égide da industrialização será o corolário de um embate que se estabeleceu tendo por a priori absoluto, a subordinação do novíssimo – o operariado.

O tema nacionalismo deve ser apreendido sob tal dimensão, a da luta de classes. Ou seja, sob as lentes do liberalismo, quando da necessidade de avançar a sociedade como um todo, é o componente que dá à burguesia a posição de vanguarda, desmobilizando as forças antagônicas com o discurso da construção do país com todas as mãos, “desenferrujando-as”. Sob as lentes do autoritarismo atua como refreio de uma sociedade vista como a que opera, ao mesmo tempo, a realização do capital e a abertura do espaço à sua superação. O pensamento autoritário ad cautelam, pondera os riscos decorrentes da hegemonização via indústria. É o antecipador do receio da contra-hegemonia. Mas, tanto em um como em outro, o descontrole social é temido como cautela.

No desenvolvimento da luta de classes, no Brasil, a vitalidade do autoritarismo foi preenchida ao longo de um trajeto prene da capacidade de se fazer direção política. Fazendo-se peça fundamental ao eixo de desmobilização operária que se agudizou entre 1920-1945, para apreender a ideologia nacionalista em suas raízes é necessário realizar um detour e ir às suas matrizes teóricas; especialmente, retornar ao nacionalismo de Alberto Torres.” [FREITAS, Marcos Cezar. “Pensamento político autoritário no Brasil. 1917-1937”. IN: *Cadernos do Centro de Memória Regional*. São Francisco: Universidade São Francisco. vol. num 1, jan./jun. 1993. pp. 25-26]

[*O Estado de São Paulo*: presença da noção de *crise* ao menos desde 1915, denotando uma desestruturação de uma ordem outrora estabelecida de forma harmônica – o quanto isso se expressa na Ligas (onde se tornaram frequentes palavras como “regenerar”, “recuperar” e “reformular”?)]

Organização pioneira na mobilização da política pequeno-burguesa na conjuntura de Guerra no Brasil foi a Liga de Defesa Nacional (LDN). Suas origens remontam à articulação entre intelectuais da elite política civil e militares participantes de estágio na Alemanha [qual e quando?], em reação à Missão Francesa em São Paulo (1906), que aparelhou taticamente os efetivos da Força Pública da unidade federativa que mais e mais impunha o seu domínio sobre as demais. Desta articulação resultou a revista *A Defesa Nacional* (1913), em cujas páginas

são recuperadas as orientações de Benjamin Constant, articuladas com a experiência prussiana, tendo em vista a salvaguarda da unidade nacional, a disciplina da classe trabalhadora a partir da formação cidadã via Serviço Militar Obrigatório dentro de um projeto de modernização. O grupo articulado em torno do referido periódico ganha musculatura organizativa a partir do périplo nacional de Olavo Bilac, a sua face pública, iniciado nas Arcadas do Largo São Francisco, em 1915, cujos discursos foram transformados em livro [quando, onde e como?]. [“curiosidade”: organização homônima anterior constituída no Paraguai, em 1913, noticiada em *O Paiz* (14/01/1913), na mesma página referente à “guerra nos Balkans”]

Com o título “Pela organização da nacionalidade” é veiculada nas páginas de *O Paiz* uma entrevista com “o glorioso poeta”, engajado em “cruzada santa pela regeneração do nosso caracter”. Um “apostolado triumphal”, ainda de acordo com as adjetivações jornalísticas. As posições da organização que se gestava lado a lado com seu pronunciamento são sintetizadas em suas respostas:

“- Mas, que é que se póde e deve fazer?

- O programma é simples, claro e fácil. O Brazil precisa de educação civica e a educação cívica deve basear-se sobre a instrucção primaria, a instrucção profissional e a instrucção militar. Sem isso nada é possível: nem a organização definitiva da nacionalidade, nem a organização do trabalho, nem a solução de todos os problemas políticos e economicos.

- E deve formar-se um partido?

- Um partido, não; mas a cohesão de todos os verdadeiros filhos do Brazil, a aliança de todos os homens de coragem, de crença, de esperança. Creio que, dentro de breves dias, será fundada a Liga da Defesa Nacional; essa grande agremiação dirigirá o movimento; e as ligas nacionalistas de estudantes, que já se estão formando, serão admiraveias e providenciaes subsidiarias da acção central. Mas, antes da organização da propaganda, o governo póde e deve iniciar desde já o trabalho...” [“Pela organização da nacionalidade – As idéas de Olavo Bilac – A instrucção primaria, profissional e militar”. IN: *O Paiz*. Rio de Janeiro, 23 de outubro de 1915, p. 1, anno XXXII, N. 11.338 – Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional – reproduzida em *A Federação*, 08 de novembro de 1915]

[VER: “Defesa nacional”, IN: *O Paiz*. Rio de Janeiro, 24 de julho de 1916, p. 1, anno XXXII, N. 11.613 – Hemeroteca Digital, Biblioteca Nacional

[dissertação TIAGO OLIVEIRA: Olavo Bilac, Pedro Calmon, Miguel Calmon, Wenceslau Braz – RIO DE JANEIRO, 1916 – revista *A defesa nacional*]

[(ver *O Estado de São Paulo*, livros dos indivíduos citados – terão por consequência organizativa o Partido Democrático, Partido da Mocidade etc.; burgueses expressando aspirações de classe média?)] A Liga Nacionalista de São Paulo (LNSP) surge em novembro de 1916, vinculada ao mesmo local onde Olavo Bilac iniciou o seu proselitismo nacionalista resultante na LDN: a Faculdade de Direito de São Paulo. Não se trata de mera coincidência, basta recordar a importância crescente que as instituições acadêmicas vinham granjeando tanto na formação dos quadros de elite no Brasil quanto na própria socialização da mocidade que se preparava, justamente, para as diferentes instâncias de governo e administração de sua ordem. É nesse sentido que a nova iniciativa é animada por figuras como Júlio de Mesquita Filho, Sampaio Dória, Paulo Nogueira Filho [falar um pouco melhor de quem eram].

Nas origens da LNSP, também os periódicos: o jornal *O Estado de São Paulo* e a *Revista do Brasil*. Em seus propósitos, adicione-se uma diferença importante em relação à Liga de Defesa Nacional: “tinha como objetivo o despertar e a organização da população paulista, preocupando-se, sobremaneira, com a ação”<sup>316</sup>. Esta distinção devia-se, de acordo com o estudo de Cássia Adduci, a transformações no discurso nacionalista de São Paulo, que foi alterado de acordo com as próprias mudanças na posição do Estado diante das demais unidades: se ao final do século XIX lutavam para conquistar um poder político correspondente à sua pujança econômica, no momento em que já encontram os seus representantes governando o país para si, as “frações da classe dominante paulista passaram à exaltação das diferenças com um objetivo homogeneizador: a modernidade e o cosmopolitismo paulista serviriam como modelo que deveria ser seguido pela nação brasileira”<sup>317</sup>. [diferentes tarefas postas em diferentes momentos do exercício de hegemonia – TRAZER CARONE E OUTROS]

[*O Estado de São Paulo e Revista do Brasil*]

“O que ha por traz do titulo desta Revista e dos nomes que a patrocinam é uma coisa simples e immensa: o desejo, a deliberação, a vontade firme de constituir um nucleo de propaganda nacionalista. Ainda não somos uma nação que se conheça, que se estime, que se baste, ou, com mais acerto, somos uma nação que ainda não teve o animo de romper sósinha

---

<sup>316</sup> ADDUCI, Cássia. “Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira”. IN: *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 11/12, p. 73, 2004.

<sup>317</sup> *Ibidem*, p. 72.

para a frente numa projecção vigorosa e fulgurante da sua personalidade. Vivemos desde que existimos como nação, quer no Imperio, quer na Republica, sob a tutela directa ou indirecta, senão politica ao menos moral do estrangeiro. Pensamos pela cabeça do estrangeiro [...]

A nossa vida é, no seu aspecto geral, e de um certo periodo para cá, a marcha, incerta e lenta, desgraciosa e constrangida, de um povo que a cada passo que avança, se volta, inquieto, para o estado de onde o estrangeiro o está contemplando, para procurar, na maseara fria dos espectadores indifferentes, o sorriso de aprovação que lhe dê alento para seguir...

A nossa historia, com dois ou tres lances de epopéa dos quaes o maior e mais bello é talvez a arremetida dos bandeirantes para o sertão, é, no seu conjuncto, o romance incolor, monotono e fastidioso de uma nação obscura e canhestra que parece implorar perdão ás demais de ser independente e grande.

Desapego á vida, lume no espirito e generosidade no coração tudo isto nos sobra. Tudo isto, porém, de nada, ou de muito pouco nos vale porque, até hoje, ora mais, ora menos, nos tem faltado uma coisa que é a mola real de todos triumphos assim dos individuos como das nações: a consciencia do nosso valor.

A nossa modestia, o nosso apagamento, como nação, a humildade attenciosa e reconhecida com que acolhemos tudo, o bom e o mau, que de fóra nos vem, a soffreguidão com que vamos pedir ao estrangeiro o que elle nos offerece, revelam, pela sua expressão, um estado morbido que é necessario combater. As nações não hão de se ser soberbas e jactanciosas, mas tambem não podem apartar-se dessa austera dignidade, desse nobre respeito pela propria personalidade que lhes permite, no commercio de ideias e de serviços com as outras nações, manterem-se no mesmo nivel que ellas.

O nosso povo precisa aprender, ou recordar, que ha, no seu sangue e na sua tradição, essa força imponderavel que nos leva naturalmente, insensivelmente para os cimos, que nos reserva aos pés dos nossos semelhantes, sem violencias, como um direito indisputado, um logar especial e honroso, e que tem sido, em todos os tempos e em todos os tempos do mundo, a marca inconfundival das raças adultas, emancipadas e sadias.

Nesse conhecimento, nessa consciencia está o segredo inteiro do nosso futuro.”  
[REDACÇÃO. “Revista do Brasil”. IN: *Revista do Brasil*. São Paulo. Anno I, num. I, vol. I, janeiro de 1916. pp. 2-3]

“Ella que trabalhar para o levantamento do povo, convidando-o a voltar os olhos para si em vez de os trazer presos nos outros, certo de que elle sairá desse exame introspectivo com

a firmeza que communica a revelação da propria forçae com a superioridade moral que a visão de um largo ideal a cumprir sempre inspira. E um povo que se ergue moralmente alarga, só com o seu movimento, e areja e perfuma o ambiente em que se debate, na luta angustiosa de todos os instantes, a humanidade inteira.

O seu nacionalismo não é um grito de guerra contra o estrangeiro: é um toque de reunir em torno da mesma bandeira, conclamando, para um pacto de amor e de gloria, os filhos da mesma terra nascidos sob a claridade do mesmo céu.

O milagre historico da persistencia da nossa integridade territorial, a despeito da ausencia de laços fortes que umas ás outras prendam as populações das differentes partes do paiz, precisa pelo futuro andante, perder o character phenomenal com que se apresenta e passar a ser resultante, natural e logica, da fusão completa e indissolúvel de todos os elementos ethnicos e sociaes que formam, de norte a sul, a nação brasileira.” [REDACÇÃO. “Revista do Brasil”. IN: *Revista do Brasil*. São Paulo. Anno I, num. I, vol. I, janeiro de 1916. pp. 4-5]

“Até que enfim vai ser uma realidade no Brasil a execução da lei do sorteio militar!

Esse e outros factos demonstram claramente a preocupação de engrandecimento da nossa cara Patria, engrandecimento esse para o qual é necessario que contribuam todos quantos vivem neste paiz.

Mas, como todos pódem ao mesmo tempo collaborar para aquelle fim? Pura e simplesmente protegendo a industria nacional. Sejamos, pois, nativistas, protejamos o que é nosso, protejamos o que é brasileiro e o Brasil será feliz e poderoso.

Esta protecção está nas mãos de todos; amanhã mesmo podereis principiar a collaborar no engrandecimento do Brasil e para isso não tereis mais do que fazer uma visita á ADEGA RIOGRANDENSE, a unica casa que nesta capital vende exclusivamente os melhores e mais legitimos productos nacionaes.

Visitai-a e ali encontrarei os melhores vinhos tintos e brancos, fabricados no Rio Grande do Sul (não esses que são por ahi vendidos a 300 réis a garrafa e fabricados nos fundos de casas suspeitas); os melhores presuntos fabricados no nosso paiz, as melhores conservas de carne e doce, os mais saborosos queijos do typo Prato, Parmezão, Suisso e Port-Salu; o mais especial matte para chá e chimarrão; emfim, um sem numero de productos nacionaes, na sua maioria oriundos do opulento Estado do Rio Grande do Sul.

Visitai a ADEGA RIOGRANDENSE e não vos arrependerei. Não vos pedimos que por occasião de vossa primeira visita façais uma compra, apenas solicitamos que peçais um de

nossos preços correntes, pois, estamos certos de que voltareis no dia seguinte.” [“Pela defesa da Patria!” IN: *O Paiz*. Anno XXXII, N. 11.626, Rio de Janeiro: 06 de agosto de 1916. p. 4]

“Bilac se propôs ao papel de intelectual orgânico da fração dissidente da Oligarquia (que identificamos como pequena-burguesia), pois esta, supostamente, iria combater a oligarquia, propondo uma saída precária, por meio do desenvolvimento nacional, baseado na produção industrial. Surgiu desta fração de classe o desejo de aumentar o número de eleitores, com o objetivo de tentar tirar das oligarquias regionais o poder nas eleições.” [SIQUEIRA, Tiago. *A Liga de Defesa Nacional: um projeto para a modernização para o Brasil*. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). UNESP. Marília: 2012. p. 72 – criticar a ginástica interpretativa, incorporando o que indica do conteúdo objetivo do processo]

[discurso aos estudantes paulistas da Faculdade Direito – que “não se iludam” com o progresso material paulista e paulistano, a realidade brasileira, anunciava Bilac, era outra e periclitante:] “O que me amedronta é a mingua de ideal que nos abate. Sem ideal, não ha nobreza de alma; sem nobreza de alma, não ha desinteresse; sem desinteresse, não ha cohesão; sem cohesão, não ha patria.

Uma onda desmoralizadora de desanimo avassala todas as almas. Não ha em cada alma a centelha criadora, que é a consciencia da força e da bondade; e de alma para alma não ha uma corrente de solidariedade, de crença commum e de entusiasmo, que congregue todo o povo em uma mesma aspiração. Hoje, a indiferença é a lei moral; o interesse proprio é o unico incentivo. O “arrivismo”, - hediondo estrangeirismo com que se exprime uma enfermidade ainda mais hedionda, - epidemia moral, que tende a transformar-se e a enraizar-se como endemia, envenena todo o organismo social e mata todos os germens da dedicação e da fé: cada um quer gozar e viver sosinho, e crescer, prosperar, brilhar, enriquecer depressa, seja como for, através de todas as traições, por cima de todos os escrupulos. Assim, a communhão desfaz-se, e transforma-se em acampamento barbaro e mercenario, governado pelo conflicto das cubiças inividuaes. E os politicos profissionaes, pastores egoistas do rebanho tresmalhado; nada fazem para impedir a dispersão; e, quando não se aproveitam do regabofe generalizado, e quando não se locupletam, imitando a gula commum, apenas se contentam com a passiva e ridicula vaidade do mundo ficticio...

Esse é o spectaculo que nos deparam as classes cultas. As outras, as mais humildes camadas populares, mantidas na mais bruta ignorancia, mostram só inercia, apathia,

superstição, absoluta privação de consciencia. Nos rudes sertões, os homens não são brasileiros, nem ao menos são verdadeiros homens: são viventes sem alma criadora e livre, como as feras, como os insectos, como as arvores. A maior extensão do territorio está povoada de analphabetos; a instrucção primaria, entregue ao poder dos governos locais, é, muitas vezes, apenas, uma das rodas da engrenagem eleitoral do campanario, um dos instrumentos da maroteira politica. Quanto á instrucção profissional, - essa, na maior parte dos Estados da União, é um mytho, uma fabula, uma ficção. Lembrae-vos que, se a escravidão foi um crime hediondo, não foi menos estúpido o crime praticado pela imprevidencia e pela incapacidade dos legisladores, dando aos escravizados apenas a liberdade, sem lhes dar o ensino, o carinho, o amparo, a organização do trabalho, a habilitação material e moral para o exercicio da dignidade civica...

Que se tem feito, que se está fazendo, para a definitiva constituição da nossa nacionalidade? Nada.” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 4-6]

[em suas campanhas moralistas, o quanto podem ser relacionados ao “controle dos corpos” (disciplinamento dos modos de vida etc.) dos fascistas que emergiriam, alhures, poucos anos depois?]

“Que é o serviço militar generalizado? E’ o triumpho completo da democracia; o nivelamento das classes; a escola da ordem, da disciplina, da cohesão; o laboratorio da dignidade propria e do patriotismo. E’ a instrucção primaria obrigatoria; é a educação civica obrigatoria; é o asseio obrigatorio, a hygiene obrigatoria, a regeneração muscular e psychica obrigatoria. As cidades estão cheias de ociosos descalços, maltrapilhos, inimigos da carta de “abc” e do banho, - animaes brutos, que de homens têm apenas a apparencia e a maldade. Para esses rebotalhos da sociedade a caserna seria a salvação. A caserna é um filtro admiravel em que os homens se depuram e apuram: d’ella sairiam conscientes, dignos, brasileiros, esses infelizes sem consciencia, sem dignidade, sem patria, que constituem a massa amorpha e triste da nossa multidão.” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. p. 7]

“Operários! O alcool traz as inimidades e traz tambem, o mau viver na familia.

Façamos uma pequena guerra ao alcool que tira a força moral e material dos que trabalham.



Os “bars” onde se vendiam bebidas alcoolicas, da America do Norte, hoje são escolas e casas de brinquedos para crianças! Lindo! Esplendido! Não acham?

E se não podemos transformar os que infestam estas plagas, boicotemos o alcool que tanto maltrata a humanidade. Boicotemol-o entre a nossa classe e evitemos que os filhos do trabalho e dos trabalhadores nelle se pervertam e d’elle passem á outros vicios.” [FERNANDES, J. “Guerra ao alcool”. IN: *O Syndicalista* – Orgam de educação popular. Bauru. 01 de agosto de 1921. Anno II, n. 27. p. 2]

[campanhas de serviço militar obrigatório: necessidade de um corpo militar “neutro” de “aspirações nacionais” a realizar uma “revolução burguesa”, conformação de um projeto de país conforme a determinados interesses burgueses, com disciplinamento militar do crescente proletariado; projeto natimorto (ver Jorge Americano; Carone “A República Velha I”)]

“Moços de São Paulo, estudantes de Direito, sede tambem os estudantes e os pioneiros do ideal brasileiro! Uni-vos a todos os moços e estudantes de todo o Brazil: num exercito admiravel, sereis os escoteiros da nossa fé!

O Brazil não padece apenas da falta de dinheiro: padece e soffre da falta de crença e de esperança. O agonizante não quer morrer: quer viver, salvar-se, reverdecer, reflorescer, rebentar em nova e fecunda fructificação. Dae-lhe os vossos braços, dae-lhe as vossas almas, dae-lhe a vossa generosidade e o vosso sacrificio! Não espereis o dia em que, deixando esta casa, iniciardes a vossa effectiva existencia civica, para o trabalho publico, para a agitação social, para a politica. Trabalhae, vibrae, protestae, desde já! Protestae, com o desinteresse, com a convicção, com a renuncia, com a poesia, - contra a mesquinharia, contra o eogismo, contra o “arrivismo”, contra a baixeza da indiferença!

D’esta velha casa, de entre estes sagrados muros, que esplandecem de tradições venerandas, d’este quase secular viveiro de tribunos e de poetas, - d’aqui sairam, em rajadas de heroismo, em impetos de entusiasmo, as duas campanhas gloriosas, que foroam coroadas pela victoria da Abolição e da Republica. Estruja de novo a casa! estremeçam de novo os muros! e de novo palpite e resôe o aviario canoro, cheio de hymnos de combate e de gorgeios de bondade! Inaugurae, moços de São Paulo, a nova campanha!” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 8-9]

“[...] este flagello do organismo physico existe tambem no organismo social. As sociedades, como os individuos, são ás vezes devastadas por essa mesma doença, de symptomas identicos, de marcha igualmente assustadora, de consequencias igualmente funestas. E’ a mesma voracidade, o mesmo enraizamento, a mesma infecção, a mesma dyscrasia, o mesmo depauperamento, a mesma destruição. Este carcinoma da estrutura moral é a indiferença; e os seus tentaculos ferozes insinuando-se, verrumando, terebrando, infeccionando, ressumando uma baba viscosa e mortifera, desagregando e devorando a presa, - são a fraqueza da alma, o desanimo, o egoismo, a autolatria, o amor exagerado do luxo e do dinheiro, a falta de patriotismo, e o aniquilamento do caracter proprio pelo desdem dos interesses sagrados da communhão.

Alguns symptomas d’este morbo ignobil já se manifestam em varias zonas do grande corpo brasileiro. Se, em dois ou tres Estados da União, o trabalho, a instrucção e o ideal ainda reagem e vencem, - esses mesmos Estados devem ser os mais interessados no perigo, e devem ser os primeiros defensores da federação em perigo. Sabeis que a manifestação cancerosa nunca terá effeitos desastrosos exclusivamente locaes, uma vez que o virus, vehiculado pelo sangue, fatalmente se espalha e irriga e contamina toda a economia vital...

Lutemos todos! reajamos e trabalhem todos! Se para o carcinoma physico ainda não se descobriu, apesar do paciente labor e da heroica tenacidade dos sabios, um remedio seguro, - para o outro, moral e social, existe e sempre existiu o especifico infallivel, o antidoto facil, ao alcance de todos, a um tempo prophylatico e regenerador, preventivo e curativo: a crença individual, o enthusiasmo pessoal, - a coragem civica, que é a salvaguarda da collectividade, a manutenção e a grandeza da patria.

[...]

Futuros medicos para os corpos, sede medicos tambem para as almas, - para a grande alma do Brazil! O Brazil carece de uma nova therapeutica moral e de uma nova cirurgia audaz...” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 13-15]

[retomar elementos do pronunciamento acerca da hora perigosa em que se vivia então]  
“A educação civica, devemos ser os primeiros a aprendel-a, medital-a e pratical-a. Melhoremo-nos, antes de melhorar o povo. Procuremos inaugurar uma nova politica, a verdadeira e “san politica, filha da moral e da razão”, nacional e não corrilheira, sincera e digna, condemnando e abolindo os artificios em que vivemos, fraudes eleitoraes, fraquezas

governamentais, paliativos econômicos e sophismas judiciais. E não são os políticos os únicos responsáveis pelo descalabro. Quasi todos erramos, peccamos, e ultrajamos a Patria, civis e militares, políticos e homens de letras, professores e jornalistas, artistas e operários, quasi todos os pais de família e cidadãos. Uns por maldade ou indiferença natural, outros por affectação ridícula ou tola jactância, outros por imitação, - quase todos desertamos o culto cívico. Esses ainda foram os menos culpados, porque se limitaram ao afastamento do templo: os piores foram aquelles, que, prégando as idéas subversivas e as palavras más, ousaram proclamar a negação da necessidade da Patria... Eu mesmo, que vos falo, - porque é preciso que eu seja o primeiro a dizer o “confiteor”, - tambem me envergonho hoje da frívola e ironica literatura, que deixei pelos jornaes, muitas vezes eivada do fermento anarchico. Confessemos-nos todos, arrependamo-nos, e não perseveremos no peccado! A affronta da negação da Patria, a injuria do desdém, e ainda a frivolidade e a ironia, e até a indiferença e a abstenção, no que se refere á Patria, são crimes igualmente graves. A Patria é o grande “feitiço”, o inviolavel “tabú”, que deve ser adorado cégamente, sem ser tocado.

Regeneremo-nos, e voltemos ao culto cívico. Amemos o Brazil, nós que o dirigimos. E, aperfeiçoados, vamos ao encontro do povo, e aperfeiçoemo-lo. O povo possui energias e virtudes, mais fortes e mais puras do que as nossas: o que cumpre é estimulal-as, é extrahil-as, como se extraem os metaes da ganga nativa.” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 25-26]

[leitmotiv] “Peço-vos, senhores, que vos levantei. Com toda a alma, com toda a crença e com toda a esperança, saudemos o passado glorioso do Brazil, que resplandece em vossos uniformes; o presente soffredor do Brazil, que enche todos os nossos corações; e o futuro incomparavel do Brazil, que viverá no orgulho dos nossos descendentes, - a Grande Patria, que será forte para ser boa, armada para ser justa, e rica para ser generosa!” [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 27]

[oração à bandeira, propondo “disciplina e coesão”: pp. 34-35]

[discurso inaugural da Liga de Defesa Nacional como *organização* oficialmente, no simbólico dia de 07 de setembro]

“O paiz já sabe, pela rama, o que esta Liga pretende fazer: estimular o patriotismo consciente e cohesivo; propagar a instrucção primaria, profissional, militar e cívica; e

defender: com a disciplina, o trabalho; com a força, a paz; com a consciencia, a liberdade; e, com o culto do heorismo, a dignificação da nossa historia e a preparação do nosso porvir.

O intuito principal dos que nos animam é este: a fundação de um centro de iniciativa e de encorajamento, de resistencia e de conselho, de perseverança e de continuidade para a acção dos dirigentes e para o labor tranquillo e assegurado dos dirigidos.

O patriotismo individual, a crença pessoal, a consciencia propria nunca estiveram ausentes do maior numero das almas brasileiras. Mas esses sentimentos oscillam e vacillam numa vaga dispersão; e, nessa mesma dispersão deploravel, perdem-se e dissipam-se os esforços isolados. A extensão do territorio, a pobreza das communicções, o acordo pouco definido de uma federação mal comprehendida, a mingua da ventura em muitos sertões desamparados, a inopia da instrucção popular sustentam e agravam esta desorganização. A descrença e o desanimo prostram os fortes; o descontentamento e a indisciplina irritam os fracos; a communhão enfraquece-se. E' tempo de protestar e de reagir contra esse fermento de anarchia e essa tendencia para o desmembramento.

O protesto e a reacção estão nesta Liga, cujo titulo é claro e synthetico. A defesa nacional é tudo para a Nação. E' o lar e a patria; a organização e a ordem da familia e da sociedade; todo o trabalho, a lavoura, a industria, o commercio; a moral domestica e a moral politica; todo o mecanismo das leis e da administração; a economia, a justiça, a instrucção; a escola, a officina, o quartel; a paz e a guerra; a historia e a politica; a poesia e a philosophia; a sciencia e a arte; o passado, o presente e o futuro da nacionalidade." [BILAC, Olavo. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 76-77]

[talvez páginas sobre RS e ordem: pp. 81-83]

"O povo riograndense é fanatico da liberdade, mas hostile á desordem, á descrença, aos desmandos dos nihilistas, que, com o nome de liberdade, encapotam a licença, e, com o pretexto da reconstituição radical da sociedade, mascaram o amor da destruição. Já muitas vezes, no decurso de dois seculos de existencia social, affirmastes a vossa independencia; e muitas vezes, para defendel-a derramastes o vosso sangue, arriscando os vossos lares, a vossa propriedade e a vossa vida. Mas sempre, nessas crises de febre, o sentimento, que alimentava a vossa coragem e a vossa colera, foi o da conservação do nome e da dignidade do paiz e o da salvaguarda dos vossos credos politicos, e nunca o da annullação da idéa da patria, o do aniquilamento da harmonia social sacrificada ao imperio das cubiças ou dos despeitos individuaes. Conhecendo-vos, acolho com o mais vivo desvanecimento esta prova de affecto."

[BILAC, Olavo. “Ao povo rio-grandense”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 85-86]

[importância do RS ao nacionalismo: pp. 98-99]

“Procurando deturpar o que, ha um anno, disse aos moços de São Paulo, alguém inventou que indiquei o quartel como o unico laboratorio da regeneração do caracter... Nunca disse isto, porque, felizmente, não sou um espirito desvairado. Espirito desvairado é o que machinou esta needade... Quero e sempre quiz a instrucção e a defesa do paiz pelos livros e pelas armas. Quero a escola dentro do quartel, e o quartel dentro da escola. A segurança das patrias depende da intelligencia e da força: o estudo defendendo a civilização, e a disciplina defendendo o estudo.

Ha sempre um perigo nacional. As nações, como os homens, por mais robustas que sejam, estão sujeitas a doenças iminentes e traiçoeiras. A vida é uma estrada desconhecida, em que o viajante, a cada passo, adivinha uma surpresa e uma emboscada: em cada cotovello da trilha, aparece o monstro, que Edipo entestou no caminho de Thebas. A mais forte das nações da America, a grande Republica dos Estados Unidos do Norte, forrada de milhões e de fortalezas, abastecida de plantações, de fabricas, de escolas e de arsenaes, acaba de sentir no ar deste perigo vago, este presentimento inconsistente, - rebate salutar, alarma benefico: e augmentou a sua defesa, e adarvou de novas forças de terra e de mar a sua nacionalidade. Se têm esta cautela as nações em plena saude, como não hão de tel-a as nações enfermas, como a nossa, enfraquecida pela ignorancia publica, pelo desprestigio dos governos, pela mingua de estadistas superiores, - extensissima e desarmada, desaconselhada e indisciplinada, arriscando-se á pobreza e á anarchia?

Disse Michelet um dia: “A França é um soldado!” De todas as nações deve dizer-se o mesmo. Cada nação deve ser um soldado sempre armado, sempre alerta, sempre vigilante: não um soldado de conquista, nem de terror, como uma ameaça constante contra o socego dos vizinhos e dos hospedes, mas um soldado de defesa, como uma constante segurança para o socego dos donos e dos amigos da casa.” [BILAC, Olavo. “Aos estudantes do Rio Grande do Sul”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 99-100]

[lamento pelo “divórcio” entre Exército e povo; projeto do que deve ser o Exército adequado]

“Agora, o nosso exercito será, não uma escola de violencia offensiva, mas uma escola

de consciencia defensiva, de paz ativa, e de civismo. E, aqui, ainda são mais necessarias, e ainda mais rigorosas devem ser as virtudes do official. No quartel, o official deve ser, como o professor na escola primaria: um sacerdote, um director de intelligencias e de caracteres.

Para que a sua acção moral seja efficaz, é indispensavel que elle seja uma fanatico da sua profissão, exclusivamente dedicado ao seu mister, abnegadamente consagrado ao destino do seu sacerdocio.

Das diversões ou distracções, que facilmente se offerecem á alma do official, a mais perigosa é a do exercicio da politica.

Ha politica e politica. Ha uma, que pode e deve ser aberta á actividade de todos: é aquella que paira acima dos interesses privcados e partidarios, acima da cubiça do mando e da vaidade, exercitando-se nobremente num plano superior, onde imperam a necessidade nacional e o interesse colectivo; nesta já fostes admiraveis politicos, quando fostes politicos nas lutas da Independencia, na unificação da patria, na guarda do territorio e da nacionalidade, na abolição do captiveiro, na proclamação e na defesa da Republica.

Mas ha uma outra, que não é propriamente politica, e deve ser vedada ao vosso mandato. Como pode um militar, um verdadeiro conhecedor e um bom amigo da sua missão, trocar a sua independencia pela dependencia das transacções da politicagem; trocar a linha recta e indivisa que a investidura militar traça ao soldado, pela triste linha tortuosa que as ambições impõem ás camarilhas sem programma e aos corrilhos sem bandeiras; e trocar a sua moral integra e firme, fundada no dever, na disciplina, na justiça, por essas duas moraes parallelas da vida demagogica, - uma moral no lar e na vida intima e outra moral na vida publica, uma condemnando todas as traições na existencia domestica, e outra tolerando, aconselhando e praticando todas as mystificações e todas as deslealdades na existencia partidaria?" [BILAC, Olavo. "O exercito e a politica". *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 105-106] [renascimento de Pátria "nova e admirável"]

"E' indispensavel que, constantemente, seja defendido e protegido o nosso idioma. Já disse, um dia, e todos o comprehendem e professam: o maximo problema da formação da nossa nacionalidade é a assimilação dos elementos ádvenas, que estão fecundando e enriquecendo a nossa terra.

E' preciso fundir num corpo homogeneo todos esses atomos estrangeiros com os atomos indigenas. Não queremos e não podemos operar um milagre impossivel,

transformando em brasileiros todos os immigrants, todos os forasteiros, que vêm trabalhar conosco: porque o seu patriotismo, tão sagrado como o nosso, deve ser intangível. Mas devemos querer que os filhos d'esses estranhos sejam nossos! Abrimos o Brazil a todo o mundo: mas queremos que o Brazil seja o Brazil! queremos conservar a nossa raça, o nosso nome, a nossa historia, e, principalmente, a nossa lingua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião!

[...]

Se queremos defender a nacionalidade, defendendo o solo, é urgente que defendamos também, e antes de tudo, a lingua, que já se integrou no solo, e já é base da nacionalidade.

Meus companheiros, o Brazil precisa do trabalho e da dedicação de todos os seus filhos. Nós, homens de pensamento e de palavra, de intelligencia criadora, e de cultura educadora, devemos ser os principais defensores do nome nacional, os bandeirantes da nossa honra e os escoteiros do nosso ressurgimento.” [BILAC, Olavo. “A lingua portugueza”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 111-112]

[pp. 116-117]

[definição de defesa nacional e atenção no caráter *preventivo* da defesa] “Ha pouco mais de dois annos, na Europa, quasi todos os homens de pensamento acreditavam que a guerra, naquelles tempos de intensa e nobre propaganda de pacifismo, seria um sonho de realização impossivel, um absurdo pesadelo. Os factos desencantaram esta esperança. Toda a Europa está ensopadea em sangue. Rasgaram-se tratados, annullaram-se convenções e amizades, violaram-se fronteiras, talaram-se campos, arrazaram-se cidades, aniquilaram-se patrias. Milhões de lares estão desertados e enlutados... Como se desencadeou esta guerra, e como se desencadearam todas as outras guerras que já ensanguentaram a Terra? Por amor da gloria, por amor da fama, ou apenas por simples e barbaro instincto sanguinario? Não, de certo. O que está convulsionando o mundo é o amor da conquista de terras e de mares, o amor da expansão do commercio, o amor do interesse utilitario. E podemos acreditar que o Brazil, este immenson paiz de solo fertil e de ricas entranhas, ainda despovoado e desarmado, fique sempre, graças ao acaso, ou ao beneficio da Providencia Divina, immune de qualquer investida da ambição ou da necessidade commercial? Tal é o perigo externo, proximo ou remoto, sempre possivel. O outro perigo, imminente, o interno, é a quebra da unidade: o depauperamento do character, o definhamento do patriotismo consciente, a mingua de

instrução, o accumulo dos erros das más administrações, o imperio das cubiças individuaes, e a triste indiferença em que vegeta a maior parte da população.

Impõe-se a defesa. Defendamo-nos!” [BILAC, Olavo. “A defesa nacional”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 127-128]

“Como deve ser a defesa, no individuo e na collectividade, em todo e qualquer organismo vivo? “A defesa, para ser proficua, deve ser diligente, attenta, resistente, vigilante e progressiva. Deve ser diligente: o ocio é a estagnação; a preguiça é um declive fatal para a morte. Deve ser attenta: um minuto de descuido póde acarretar um desastre irremediavel. Deve ser resistente: a resistencia fortalece o organismo que se defende, e enfraquece o outro organismo que ataca. Deve ser vigilante: um minuto de atrazo na conservação propria é um adeantamento para a conservação alheia; a vida é curta, e todos os momentos da sua duração são preciosos. E, emfim, deve ser progressiva: quem pára, morre”.

Ora, não ha organismos inferiores ou superiores, individuaes ou sociaes, incapazes de força, de defesa e de progresso. Todos os physiologistas e sociologistas professam que todos os organismos vivos, - individuos e sociedades -, possuem sempre uma energia propria, pequena ou grande, fraca ou forte; e todos elles têm a tendencia natural para alcançar o maximo do producto ou rendimento da sua propria energia. Para alcançal-o, como? Pela educação methodica e progressiva, pela gymnastica physica e moral. O individuo alcança facilmente o maximo da sua força e da sua destreza, pelo treno. Para que se faça o adestramento do organismo social, é preciso que todos esses maximos individuaes não se percam egoisticamente. E’ necessario, para o bem commum, que todos esses esforços propios e aperfeiçoamentos pessoas se conjuguem para o esforço geral, para o aperfeiçoamento da communhão. O melhoramento de cada um deve ser uma parcella do todo. Assim, pela cohesão, pela unidade, pelo civismo, se faz a defesa nacional.” [BILAC, Olavo. “A defesa nacional”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 129-130]

[solução à fraqueza do homem sertanejo, refutação ao racismo científico e ao determinismo de meio e clima para a afirmação da possibilidade da construção de uma nacionalidade perfeita no Brasil; única “mancha história” no Brasil foi a escravidão – “culpa” dos portugueses, cabe agora garantir a “assistencia da instrução e a organização do trabalho” – pp. 130-133] “Todo o Brasileiro pode ser um admiravel homem, um admiravel soldado, um



admiravel cidadão. O que é preciso é que todos os Brasileiros sejam educados. E o Brazil será uma das maiores, uma das mais formidaveis nações do mundo, quando todos os Brasileiros tiverem a consciencia de ser Brasileiros.

Para isto, organizemos desde já a defesa nacional.

Para a defesa nacional, a cohesão é indispensavel, a disciplina é imprescindivel. A verdadeira defesa nacional é a consciencia nacional. E' a noção perfeita, é a perfeita existencia da Patria.” [BILAC, Olavo. “A defesa nacional”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. p. 133]

[Pátria como *identidade* que demanda “consciencia, cohesão e disciplina”, as quais, por sua vez, estão ancoradas na “instrucção, intensa e extensamente disseminada, facil e gratuitamente distribuida, constante e sabiamente dirigida”, instrucção esta de caráter elementar: “[...] que se deve dar a tdos os homens do povo, com a hygiene do corpo e da alma, e com a capacidade para trabalhar e viver, se não com fartura, ao menos com o necessario e a dignidade”, em suma, “[...] a hygiene do corpo e da alma, a instrucção primaria, civica e militar; com a capacidade para o trabalho, a instrucção profissional”. É *necessário* à existência da pátria, nesse sentido, “que haja cidadãos”. (p. 135) Bem definidos estes como “[...] aquelles que, investidos de completa cultura intellectual e moral, tendo elevação de espirito, sendo capazes de sobrepor-se aos interesses proprios, aos interesses partidarios de classe ou de campanario, podem destinar-se á sagrada missão de governar e dirigir a multidão”, questiona o autor quantos seriam, no Brasil, *verdadeiros cidadãos*. Pouquíssimos, número nulo, dados os números que arrola em matéria de analfabetismo – “incapacidade civica e moral, inconsciencia, animalidade vergonhosa” (p. 136).]

“Não podemos mais perder tempo. Estamos sendo arrastados para a ruina. Defendamo-nos!

E' inconcebivel a victoria de uma democracia sem a instrucção da massa publica. Estabelecemos a Republica; mas pode viver dignamente uma Republica, uma patria republicana, quando a maior parte dos seus filhos seja de analphabetos, e, portanto, de inconscientes? Incluimos no numero das nossas datas nacionaes o “14 de julho”. Mas esquecemos que a Assembléa Constituinte Franceza, em 1789, na “Declaração dos Direitos do Homem”, proclamou: “A instrucção é uma necessidade para todos; a sociedade deve favorecer os progressos da razão publica, e pôr a instrucção ao alcance de todos os homens”.

E' este, do nosso programma, o ponto primeiro, que devemos resolver para a nossa defesa nacional. E, com a instrucção primaria, a instrucção profissional. Segundo ponto. Estamos ainda soffrendo, e cruelmente soffrendo, d'esta imprevidencia dos nossos maiores imprevidencia herdada, e aggravada pela indiferença, pelo egoismo e pela funesta politicagem das ultimas gerações e da actual: a falta de organização do trabalho. Mas não é tudo, isso. A instrucção não é completa, quando se refere unicamente á sciencia e á arte, á intelligencia e ao trabalho. São indispensaveis tambem a saude do corpo e da alma, a força corporal e a disciplina. Terceiro ponto: a instrucção militar.

Precisamos de instrucção militar e de exercito nacional, para a defesa do nosso territorio e da nossa civilização, e para a defesa individual do organismo physico e moral de cada Brasileiro. Precisamos de exercito nacional, mas não do exercito nacional que hoje temos: queremos um exercito verdadeiramente nacional, sendo a propria nação composta de cidadãos-soldados, em que cada Brasileiro seja o proprio exercito e o exercito seja todo o povo." [BILAC, Olavo. "A defesa nacional". *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. p. 137-138] [exercito como "laboratório de civismo": pp. 138-140]

"Para que haja patria, disse eu, é necessario que haja unidade, e cohesão. Dentro d'esta necessidade, é claro, podem entrar todos os credos politicos e religiosos. Só não pode entrar aqui a absoluta ausencia de todo o credo... Quando falamos do Brazil, falamos do Brazil superior a todos os partidos: do Brazil só e puro, essencial e indiviso; o Brazil acima, além, fóra das opiniões individuaes ou de facções. Pessoalmente, sou republicano, fundamentalmente republicano. Mas respeito as opiniões de todos os sinceros. Podem os meus irmãos ser monarchistas, republicanos, conservadores, liberaes, raqdicæes, unitarios, federalistas, parlamentaristas, catholicos, protestantes, positivistas, livres-pensadores – contanto que não quebrem, com a anarchia e a violencia, a unidade da familia e a indispensavel existencia da Patria. Degladiem-se os partidos! mas que o Brazil fique acima da peleja; que a bandeira fique superior ás taboletas das facções! Sejam todos os Brasileiros sinceros e petriotas: é quanto basta. Só não comprehendemos nem aceitamos os anarchistas sem fé, os negativistas da necessidade da patria, os ironistas sem piedade, os motejadores sem consciencia, os egoistas de ignobil "arrivismo". Venham para nós todos os Brasileiros que sintam dentro dos seus peitos o Brazil! A grande Patria aceita todos os credos: só não aceita

os que em nada creem.” [BILAC, Olavo. “A defesa nacional”. *A defesa nacional* (Discursos). Rio de Janeiro: Liga de Defesa Nacional, 1917. pp. 141-142]

Julio Mesquita relatava os fatos da conflagração aberta em 1914 nos “Boletins de Guerra” semanais para o seu periódico, *O Estado de São Paulo*. Em 29 de outubro de 1917, um fato de nova qualidade com potencial de interesse redobrado dos seus leitores brasileiros comparecia em seu texto: o Brasil enfim ingressava na Grande Guerra. Havia três dias que o Brasil declarara guerra à Alemanha. O jornalista observava que, de 57 Estados independentes, 24 estavam em conflito com os alemães e seus poucos aliados. Na América, restavam neutros Argentina, Chile, Equador, Colômbia, Costa Rica, México, Paraguai, Peru, São Salvador. Uma força de atração tendia a atuar de forma unitária sobre estes diferentes países, segundo a sua pena: “*A solidariedade do continente americano, se a guerra se prolongar, há de firmar-se, sem dúvida, à volta dos Estados Unidos, poderoso núcleo de atração contra o qual é inútil, e errado, lutar.*” (DISCUTIR MAIS A QUESTÃO DO IMPERIALISMO - MESQUITA, Júlio. “O Brasil define-se”. 29/10/1917. IN: MESQUITA, Julio. *A guerra* (1914-1918). Volume 4. Boletins semanais do quarto ano da guerra. Do ataque a Riga até o fim do conflito: 9 de julho de 1917 a 14 de outubro de 1918. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2002. p. 739. VERIFICAR ORIGINAL)

“Há quem contraponha um imperialismo norte-americano ao alemão, invocando com terror os precedentes de Cuba e das Filipinas. Admitimos que este terror tem fundamento. Mas, respondam: se é fatal que os fracos pereçam, se o Brasil é fraco e tem de perecer, qual o motivo de preferência? Entre servidão e servidão, porque havemos de preferir a alemã à norte-americana? Tudo é servir, e não é menos servo quem alardeia autonomia na escolha do senhor. A servidão norte-americana viria com a vantagem de vir como desfecho inesperado de uma tentativa de liberdade sólida. A invocação de Cuba e das Filipinas é desarrazoada. Cuba e as Filipinas eram duas colônias da Espanha, que não as encaminhava para a civilização, oprimindo-as e, às vezes, maltratando-as inutilmente. O Brasil é uma nação que ainda não recebeu dos Estados Unidos a mais leve desfeita, senão, na monarquia e na república, provas repetidas e eloqüentes de estima, de respeito, de cordial camaradagem. A vaga de imperialismo, que um dia atravessou a atmosfera política do nosso irmão do Norte, não se reproduzirá. Nem Cuba nem as Filipinas desapareceram na voragem de uma absorção norte-americana, que não existe. As Filipinas, se conseguirem escapar à expansão japonesa, evoluem rapidamente para uma completa autonomia. Cuba, em pleno gozo de sua soberania, é

uma nação pequena mas de prosperidade invejável, particularmente para nós, débeis e trôpegos na nossa grandeza, e acaba de declarar guerra à Alemanha, espontaneamente sem a mais leve pressão, para que os Estados Unidos, em caso de ataque ao Panamá, entrem em seus portos e os convertam em base de operações, tudo de acordo com o que manda o Direito das Gentes, cujas leis sem sanção a Alemanha rasga com capricho revoltante. Neste belo impulso de gratidão, Cuba resgatou a dívida que contraía com a mão potente e generosa que a arrancou à Coroa da Espanha, onde figurava como jóia imprestável, brilho apagado de um poder decrépito que só despertava da modorra secular para reprimir implacavelmente uma constante rebeldia. As nações obedecem ao temperamento dos partidos que as governam.

A Alemanha é temível. Os Estados Unidos de Wilson são a antítese da Alemanha do kaiser, do *kronprinz*, de Hindenburg, de Ludendorff, de Tirpitz, de Revlentow e de Michaelis. A sociedade das nações que Wilson ideou é a mais pura expressão da tolerância e do desinteresse que podem caber num cérebro e num coração de homem nesta época de assaltos e defesas, de martírios e ímpetos de vingança, porque dela, concebida para garantia das vítimas, nem os algozes se excluem. Só se exige que eles corrijam a voracidade do apetite. Não sabemos se estamos em presença de uma utopia. Mas a realidade que ela procura remediar nos parece tão repugnante que só lamentamos o tempo que o Brasil perdeu longe de sonho tão consolador, ou de projeto tão grandioso. É de lamentar também que não nos definíssemos simultaneamente nós, a Argentina e o Chile, esquecidos, de uma vez para sempre, antigos e fúteis ressentimentos. Que claros horizontes então para a América do Sul, e que exemplo! Mas o que não se faz hoje far-se-á amanhã, porque a palavra de Wilson não é senão um pálido eco de uma grande voz de conciliação e fraternidade que anda pelo ar, que a todos convoca e por todos será ouvida. Algum resultado que a humanidade há de colher do prodigioso esforço de altruísmo com que, desde já, se atenuam os horrores e as aflições produzidas pelo egoísmo feroz, a cujo sopro de maldição se enraivecaram as labaredas do incêndio.” (DISCUTIR MAIS A QUESTÃO DO IMPERIALISMO - MESQUITA, Júlio. “O Brasil define-se”. 29/10/1917. IN: MESQUITA, Julio. *A guerra* (1914-1918). Volume 4. Boletins semanais do quarto ano da guerra. Do ataque a Riga até o fim do conflito: 9 de julho de 1917 a 14 de outubro de 1918. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2002. p. 740-741. VERIFICAR ORIGINAL)

“Para que Petrogrado caísse em poder dos alemães, como se esperava, não foi preciso que o exército alemão lhe batesse às portas. Keresnki fugiu. Alguns dos seus ministros, e dos

mais fieis à Entente, foram recolhidos a uma prisão de Estado, como traidores à causa da revolução. Governam os “maximalistas”. Governa Lenin, aquele célebre energúmeno de extremadas idéias socialistas que, refugiado na Suíça das perseguições do império, partiu para a pátria libertada logo que o império desabou, atravessando com todas as honras o território alemão, em rápido trem especial posto à sua disposição pelo governo do kaiser. Ter-se-á vibrado, desta vez, um golpe definitivo em Petrogrado? Até certo ponto, sim. Queremos dizer que, ou os telegramas mentem, ou na Rússia não há mais o que desorganizar. A pan-anarquia, que sucedeu ao despotismo pessoal dos czares, deve ter concluído a sua tarefa de destruição. Resta saber ao que vamos agora assistir. Já não nos falta tudo. O programa do espetáculo já foi publicado: paz imediata e democrática; aplicação também imediata e integral dos princípios socialistas na grande empresa da reconstituição do caos revolucionário.

Deixemos de lado a questão política, assunto estranho, ou quase estranho a estas colunas, notando apenas, de passagem, que a tal empresa é tão colossalmente pretensiosa, e tão desproporcional ao mesquinho valor de quem a dirige, que antes de tudo nos parece ridícula. Se o mundo atual fosse o mesmo de pouco antes da guerra, diríamos sem hesitar que a Rússia caminha a passos de gigante para uma ditadura, para o mando severo e merecido de um general ousado e feliz. Mas, como não podemos sondar os mistérios do vastíssimo tumulto em que se forja a transição para um mundo novo e diferente, não dizemos nada. Suceda o que suceder, tanto na Rússia como em toda parte, porque em toda parte existe, latente, o que na Rússia explodiu: o mundo que há de vir, por mais imperfeito que venha, há de ser melhor que este, que arde e se consome ao fogo inextinguível de um incêndio que a sua própria maldade ateou.” (MESQUITA, Júlio. “Kerenski foge, Lenin governa”. 12/11/1917. IN: MESQUITA, Julio. *A guerra* (1914-1918). Volume 4. Boletins semanais do quarto ano da guerra. Do ataque a Riga até o fim do conflito: 9 de julho de 1917 a 14 de outubro de 1918. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2002. p. 745. VERIFICAR ORIGINAL)

“Lenin foi, não há dúvida, até aqui, um instrumento da Alemanha. Não se sabe entretanto se ele é simplesmente um infame, ou se nos achamos em presença de um alucinado, de mentalidade e de moral diversas das nossas, para quem não seria uma infâmia a convivência com o inimigo pelo caminho que ia terminar na redenção da humanidade oprimida. Com indivíduos desta espécie não há que fiar. Suponhamos que o caso de Lenin é o de uma infâmia comum. Perderá ele, sem demora, todo o prestígio perante os fanáticos, que

até este trecho da jornada cegamente o seguiram. Mas, se este agitador a soldo do inimigo de repente se emancipa e se nos revela um sincero, impulsionado por uma paixão alta e nobre? Nessa hipótese, que não é nenhum sonho, o leitor facilmente percebe que, de todas nações da guerra, a Alemanha há de ser a primeira vítima da arma de dois gumes que imprudentemente manejou.” (MESQUITA, Júlio. “Kerenski foge, Lenin governa”. 12/11/1917. IN: MESQUITA, Julio. *A guerra (1914-1918)*. Volume 4. Boletins semanais do quarto ano da guerra. Do ataque a Riga até o fim do conflito: 9 de julho de 1917 a 14 de outubro de 1918. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2002. p. 746. VERIFICAR ORIGINAL)

“Somos homens, e o célebre verso latino, uma vez lido, nunca mais nos saiu da memória: não queremos ser estranhos às coisas humanas, principalmente às que, com tanta evidência, põem em jogo os altos destinos da humanidade. Somos brasileiros. Vimos a nossa terra quase nas garras de uma casta de assalto e de rapina, e o seu futuro ainda nos enche de apreensões, quando por mais não seja, por nos parecer inevitável que ainda tarde o dia, prometido por Wilson, em que os fracos valham tanto quanto os fortes. O pangermanismo por terra, somos, sem ameaças, um povo independente. Resta que o saibamos ser no concurso internacional, incruento e civilizador que se vai abrir.” (MESQUITA, Júlio. “O armistício”. 14/10/1918. IN: MESQUITA, Julio. *A guerra (1914-1918)*. Volume 4. Boletins semanais do quarto ano da guerra. Do ataque a Riga até o fim do conflito: 9 de julho de 1917 a 14 de outubro de 1918. São Paulo: O Estado de São Paulo; Editora Terceiro Nome, 2002. p. 884. VERIFICAR ORIGINAL)

[remontar, provavelmente antes, quando discutir Bilac e a LDN, a questão do soldado-cidadão e as futuras ideias de Jorge Americano] Silvia Levi-Moreira destaca que a especificidade da Liga Nacionalista de São Paulo reside no “[...] fato de que a entidade se caracterizou essencialmente pela ação”. Com uma campanha “[...] de reerguimento do caráter nacional”, de acordo com os próprios envolvidos, a organização realizou variadas iniciativas de agitação e propaganda:

A entidade fundou escolas de alfabetização para adultos, publicou o manual de instrução cívica de Antonio de S. Doria, desenvolveu intensa campanha pelo voto secreto através dos diversos canais de comunicação existentes no período (cinema, imprensa, folhetos) e enviou mensagens e circulares às autoridades locais pugnando pela legislação do voto secreto. Incentivou ainda a juventude a cooperar na campanha pelo serviço militar, proposta pelas forças armadas. A LNSP difundiu o

conceito de que a passagem pelo exército era a melhor escola de moral e civismo. Entre as campanhas secundárias, destacaram-se as lutas contra os jogos de azar e contra o alcoolismo.<sup>318</sup>

Para uma aproximação com a ideologia que difundiam, cabe atentar ao citado manual de instrução cívica, *O que o cidadão deve saber*<sup>319</sup>. Escrito pelo educador Antonio de Sampaio Doria, estampa no topo de sua capa a identificação com a Liga Nacionalista. Não era o único paratexto que remete o livro à organização: a obra é prefaciada por Frederico Vergueiro Steidel, professor cadetrádico de Direito Comercial no Largo São Francisco e dirigente da LNSP, bem como traz de anexo um “Extracto dos estatudos da Liga Nacionalista”. A Liga, de acordo com as palavras de seu líder, recebeu muito bem o texto enquanto utilíssimo esforço de propaganda pela “*cultura de civismo*” que encampavam:

[...] nota-se a preocupação, desde a primeira até a ultima pagina, de avivar, com entusiasmo e calor, o patriotismo elevado e são em quem o ler, e é tão sincero esse sentimento, que nos deixamos por elle empolgar, á medida que percorremos as suas paginas. Generosamente o Dr. Sampaio Doria accedeu ao convite da Liga Nacionalista para escrever um livro de divulgação popular do nosso constitucionalismo, e offertou-lhe o seu magnifico trabalho; esta o recebe como uma dadiwa preciosissima, e o considera como o mais util de todos os esforços até hoje realizados pela propaganda dos seus fins, no que diz respeito á cultura do civismo.<sup>320</sup> [trecho escrito após ressaltar as qualidades do autor: “educador da mocidade” e dotado de “conhecimentos profundos de direito constitucional”]

Não só Frederico Vergueiro Steidel elogiou as qualidades de “educador da mocidade” e portador de “conhecimentos profundos de direito constitucional” do autor de *O que o cidadão deve saber*. Antes da lavra de Sampaio Doria também é reproduzida uma carta por este recebida da autoria de Oscar Thompson, à época “Director Geral da Instrucção Publica em São Paulo”. Nela, ressaltava-se ser o texto em tela “[...] um trabalho didatico, destinado a moços em preparação para a vida politica do paiz”. O ato de *preparar-se para a vida politica do Paiz*, na concepção de Thompson, é revelador do significado do patriotismo que a Liga Nacionalista se propunha a difundir:

[...] preparar-se para a vida politica do Paiz não é, a meu ver, como muitos pensam, exercer cargo politico – accidente na vida do cidadão – mas tomar parte, como cidadão eleitor, consciente dos seus direitos e deveres, em todas as fôrmas de actividade da vida nacional. Ler o seu “Manual” não é somente conhecer a organização politica do Brasil, a sua forma de governo, as leis que regem os

<sup>318</sup> LEVI-MOREIRA, Silvia. Op. cit., p. 68.

<sup>319</sup> SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrução cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919.

<sup>320</sup> VERGUEIRO STEIDEL, Frederico. “Prefacio do Dr. Steidel. Presidente da Liga Nacionalista”. IN: SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrução cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919. p. IV.

cidadãos, os seus direitos e deveres – é estudar, á luz de uma critica inspirada num grande amor das cousas patrias, a nossa Constituição; é conhecer erros da sua applicação; é orientar-se para cumpril-a e fazel-a executar; é despertar o desejo de ser eleitor, de tomar, portanto, parte activa na vida politica do Paiz; é convencer-se da necessidade da criação de partidos politicos, força orientadora da opinião publica. Enfim, ler o livro “O que o cidadão deve saber” é o mesmo que frequentar uma escola de alta cultura civica.<sup>321</sup>

[...]

“O momento inicial desta publicação é talvez, na historia, o que envolve o principio de nacionalidade em sombras mais densas, já pelo contraste dos novos ideaes economicos e libertarios perante a velha ordem de cousas, já pelo conflicto de interesses e aspirações, que o direito positivo ainda não logrou harmonizar.

O significado intimo da *Revista Nacional*, por tudo isso, não será o de uma collectanea mais ou menos erudita, no ambito da publicidade. Queremos avivental-a com a flamma de santuario, inapagavel, do patriotismo em que a actividade, a fé, o pensamento e o heroismo brasileiros culminaram, desde o amanhecer da Independencia; queremos vincular na realidade formosa, palpitante de nacionalismo sem exclusões odientas ou assomos jacobinos, o espirito dos mortos á energia dos vivos, o culto dos antepassados ao dever dos contemporaneos; queremos servir intensamente, no scenario fugaz dos nossos dias, esta permanencia historica e sagrada, acolhedora e bemfeitora, o antigo e o novo Brazil dos estadistas como José Bonifacio, dos generaes como Osorio, dos juriconsultos como Teixeira de Freitas, dos sabios como Oswaldo Cruz, dos poetas como Olavo Bilac, dos soldados e operarios que todos nós devemos ser, na existencia geographica e na communhão espiritual da mesma patria.

Com estas idéas e estes propositos apparece hoje a *Revista Nacional*. Tem uma origem consciente – o patriotismo; tem uma virtude cardeal – a esperanza. Entre as incertezas e as apprehensões do nosso tempo annuiado, relampeante, o Brazil emite mais este lampejo da sua vontade secular de produzir, transformar-se, crescer para a justiça e para a beleza através da ordem, continuamente desdobrada na historia em renovações da força nacional, suggerida e consagradas pelo direito.” [“Revista Nacional”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 10]

[efigie de Olavo Bilac]

[Commentarios (n. 1): “O Brazil na Conferencia de Versailles”, “A conquista do Noroeste”; “Os nossos collaboradores”; “O problema das seccas”; “Nobiliarchia brasileira”]

---

<sup>321</sup> THOMPSON, Oscar. “Carta do Sr. Dr. Oscar Thompson. Director Geral da Instrucção Publica em São Paulo”. IN: SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrucção cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919. p. VI.



[atenção nos dados econômicos trazidos antes do sumário: são regulares na Revista?]

[quem participa dos números abordados? qual o teor dos textos?]

[discutir a mudança de direção apresentada no editorial acima: de Azevedo Amaral para Elysio de Carvalho]

“Quem estudar com criterio livre de qualquer influencia, ar origens da crise universal em que entrou decisivamente no seculo XX a sociedade humana, ha de reunir, hoje melhor do que nunca, as provas mais completas de como todas as desordens no mundo são consequencias do desequilibrio em que, sobretudo em certo momento da historia por diante, foram ficando dirigentes e dirigidos.” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 16]

“Desde, porém, que a massa foi tendo consciencia de si mesma, passou a entrar com o poder do rei numa collisão que se torna mais violenta á medida que se esclarece essa consciencia da collectividade.” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 16]

“[...] eis ahi como se acham, uma diante da outra, as duas forças que se confinaram num antagonismo radical, e que põe todas as nações num conjunctura de que ninguem sabe como é que se ha de sair.

Suggere-nos estas reflexões o que está occorrendo no mundo, e mesmo entre nós, e que parece aqui ainda mais lamentavel por se tratar de um paiz americano, onde seria muito mais facil do que na Europa evitar a surpresa de soluções que afinal o desespero tem fatalmente de propôr. O que se passou aqui, no Rio, ha pouco, por occasião da ultima tentativa de subversão da ordem actual, devia ser um aviso ás classes vigentes. Estas, porém, passado o alarme do primeiro instante, volveram á sua venturosa tranquilidade, e até ufanas de haverem jugulado promptamente aquillo que lhes pareceu apenas umas velleidades de desvairados. Nem ao menos tiveram a retentiva de meditar um pouco, e reflectir naquelles assomos, para saberem si alguma causa legitima o determinára. O susto só valeu (e já foi muito!) para umas promessas anodinas, coincidindo com uma lei sobre accidentes do trabalho... lei manca, lei-cataplasma, fazendo lembrar certas medicinas que pretendem curar males diathesicos atacando symptomas locaes, e applicando topicos. E entenderam que cediam assim alguma coisa do muito que deviam ceder... Como o seu papel é resistir e

repulsar onde fôr possível, julgaram haver com essa lei acudido ás queixas e reclamos dos que trabalham.

Para os que vivem deste fim dos bons dias, aquelles intentos não passaram de effeito passageiro dos “venenos” que vêm da Europa, e nada mais. Era a repercussão da grande guerra com as suas convulsões de catastrophe, e nada mais.” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 16]

“[...] si não estivessem na sua madorra de digestão, bem poderiam aperceber-se de que alguma coisa se dá no mundo que é preciso ver e sentir. Não foi a guerra que produziu o tufão. Muito antes da guerra, a China accordára. E todos nos espantamos; mas nos espantamos porque nada sabiamos do que lá se fazia, emquanto o mandarim e o bonzo, na sua inconsciencia, estavam parados. O mesmo aconteceu em Portugal. O mesmo aconteceu na Russia, e agora na Allemanha e na Austria – quer dizer em toda a velha Europa onde era mais horrivel a miseria e mais forte e ostententosa a ordem dominante.” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 16]

“Infelizmente a ordem no mundo tem de ser feita assim, corrigindo-se pela força os abusos da força. Si as classes poderosas e felizes não entrassem, na vida das sociedades, a evolução natural, de certo que não haveria necessidade de ir, em toda a historia, reparando pela violencia o que a violencia se obstina em manter. Não ha revolução onde não ha iniquidade e miseria.” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 17]

“E quanto a nós?

Si a legislação social argentina, *que é consideravel nessa materia*, é ainda insufficiente para dar-lhe um lugar na Sociedade das Nações, que diremos então da nossa?

Por aqui não nos apercebemos ainda deste grande momento da historia humana.

As classes dirigentes estão muito seguras de que o mundo vai bem.

Emquanto a policia puder suffocar angustias importunas, não haverá novidade que faça perder o somno a nenhum feliz.

Mas... os Nicoláos e os seus grãos-duques também eram assim...” [ROCHA POMBO. “A crise universal”. IN: *Revista Nacional*. N. 1. Rio de Janeiro: 06/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 17]

“... Nem iconoclastas, nem mironeistas, reverenciamos as linhas monumentaes do edificio que o Passado construiu e que as hordas sectarias investem, ululando, mas temos o espirito aberto á solidariedade humana para sentir a belleza de outros céos e outras alvoradas. Porque assistimos á ellaboração vulcanica do futuro em abalos, erupções, desmoronamentos... O imperialismo sem alma, desposando a plutocracia, fez a guerra dos povos, e a Civilização o teve, afinal, jugulado a seus pés; o anarchismo sem rumo, consorciando-se á miseria, precipita a guerra das classes, e a Intelligencia acabará por submettel-o. O nosso dever inilludivel, sem prejuizo dessa evolução, é, antes de tudo, repellir e combater a demagogia. São hoje possiveis ao Brasil todas as justas renovações de economia social, tranquillamente operadas no mecanismo do governo representativo.” [VIEIRA, Celso. “Socialismo e pauperismo”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 1 (sessão “opiniões e documentos”)]

“Se a estrella juridica de Roma continúa a illuminar os prodigios e os soffrimentos, os bens e os males da phase individualista no Occidente, já uma claridade nova se alarga, desde os principios do seculo XIX, com as reformas do direito industrial, os artigos de legislação trabalhista, as obras educativas e philantropicas, socializando cada vez mais a justiça. E’ este o signo vencedor da Intelligencia conservadora, fóco inextinguivel, momentaneamente coberto de nevoas sobre o chaos. Delle esperamos a Vida, como de toda a Luz que se ergue no firmamento ou na historia, para fecundar a terra, de uma a outra manhã, ou conduzir os homens, de um a outro millenio.” [VIEIRA, Celso. “Socialismo e pauperismo”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 1 (sessão “opiniões e documentos”)]

“Diante do poder explorador das oligarchias que assolam o paiz inteiro, não se levanta o patriotismo organizado em partido, para contel-as em sua audacia illimitada.

Entretanto, pelo simples facto de ter votado em uma eleição, já o eleitorado brasileiro se ensoberbece.

O nosso patriotismo permanente e unico duradouro é apenas de palavras. O patriotismo de facto tem ensaiado ás vezes um passo tímido. Nunca entrou porém, em phase de actividade permanente. Nós cidadãos brasileiros ainda não conseguimos organizar um partido permanente sob o regimen republicano, não sustentamos um jornal de propaganda das nossas ideias, não promovemos conferencias, não mantemos clubs para reuniões politicas, não temos programma politico, não fazemos propaganda de idéa nenhuma, não reagimos de fórma prompta e rapida quando somos victimas de um attentado.

São essas as fórmas de actividade politica permanente, é o signal da vida de um povo. Observe-se qualquer dos povos mais adiantados e sempre se constatará em sua existencia essa permanente refrega de idéas que se embatem, denotando um organismo em vitalidade plena.

O nosso paiz nesse sentido é um vasto cemiterio. O povo não palpita mais pela realização de nenhuma applicação.

Nenhum ideal a realizar-se congrega ou levanta as multidões.” [SERVA, Mário Pinto. “O dever da reacção”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 1 (sessão “opiniões e documentos”)]

“[...] na época presente não faltam, no Brasil grandes ideaes a propugnar, grandes reformas a agitar, grandes aspirações a realizar, constituindo condições indispensaveis do nosso aperfeiçoamento social.

A necessidade da reacção patriotica e da resistencia civica impõem-se. E, principalmnte, é preciso que essa reacção e essa resistencia sejam permanentes, diarias, a todo momento. Os processos politicos em voga levam direito á dissolução nacional, si o espirito publico não começar a organizar a reacção pacifica mas positiva e energica contra os governos.

A situação em que acha atolado o paiz é exclusivamente producto da falta de resistencia do povo contra os abusos governamentaes e politicos.” [SERVA, Mário Pinto. “O dever da reacção”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 1 (sessão “opiniões e documentos”)]

“Urge, portanto, iniciarmos inqueritos imparciaes sobre nossas questões de trabalho. Sómente no dia em que estiver concluida a monographia social do operario de nossas principaes industrias, começaremos a ter uma noção exacta daquelles problemas. E nos paizes como o nosso, em que ha tão marcada tendencia para o sentimentalismo, grave perigo

representa a orientação exclusivamente doutrinária em estudos dessa natureza. Muitas vezes uma intenção excelente leva, nessa matéria, a consequências funestas e irremediáveis.

Lembremo-nos da fábula daquele idealista descuidoso que, marchando com os olhos fitos nas estrelas, caiu desastrosamente no primeiro vallo da estrada, que seguia. Se é de grande valor possuir idéias e doutrinas, consatitue indispensável precaução aos que tentam andar por caminhos desconhecidos o prévio estudo dos tropeços e riscos que elles oferecem.” [BEZERRA, Andrade. “A questão social”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 3 (sessão “opiniões e documentos”) – RETOMAR A INTRODUÇÃO DO ASSUNTO]

[discutir, conectando com o trecho abaixo, “Brasil, paiz reflexo”, de Gilberto Amado, na mesma página]

“O Brasil precisa definir-se, com a sua língua, a sua raça, os seus costumes e a sua consciência, que devem constituir o seu orgulho, a sua vaidade, o seu precioso patrimônio moral.” [O IMPARCIAL. “A nacionalização do Brasil”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 4 (sessão “opiniões e documentos”)]

[VER: “O Nordeste, problema nacional”, pp. 11-12]

“A influencia dos valores novos se sente em toda parte, no fundamento da guerra como expoente da doutrina neo-darwinista por parte dos Alemães, que aceitaram os dogmas da sciencia especulativa, e erraram do ponto de vista pratico. Isto quer dizer que o espirito do seculo tinha uma aparente significação moral, desconhecendo tambem os outros “leaders” imperialistas do Occidente europeu, a verdadeira situação moral e social dos povos oprimidos, vivendo e supportando a incerteza das horas crepusculares da guerra como uma aurora de redempção!

Ainda uma vez a renovação moral do mundo se deve á acção catalytica dos imponderáveis. O problema social intensificado, realizando-se sob a fórmula extrema do marxismo allucinado na Russia revolucionaria, foi uma crise salutar. Tem na ordem social a significação que teve na ordem moral o nietzscheanismo... Passará deixando sobre a face da Terra sulcos profundos, indices de regeneração humana e compreensão universal dos valores moraes.

A revolução universal, de fôrma inconsciente, é impossível de conter ou limitar, como sonham certos espiritos frívolos e que acreditam ingenuamente na therapeutica social de expedientes.

Temos que a crise social foi salutar e oportuna para que possamos traçar o novo plano de cultura, aproveitando os valores novos e semnos fascinarmos literaria e inoffensivamente pelos aphorismos do novo Zarathrusta politico que é Lenine.” [VEIGA LIMA, C. “O problema da cultura e o momento social”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 16 – ver os comentários sobre *ideias importadas* e a acurácia de ALBERTO TORRES]

[ver, após, matérias sobre a exposição nacional e a reforma da cidade do Rio de Janeiro, bem como discutir o sentido da exposição fotográfica – exaltação burguesa]

[regime social do bolchevismo, por Alceste (ns. 1 e 2)]

“[...] o problema é de tal complexidade que convém estudal-o com o maximo escrupulo, para achar-lhe solução adequada. Em qualquer caso ha que appellar para o operariado, e mostrar-lhe que os direitos impõem obrigações correlatas. Os trabalhadores, sómente porque o são, não se podem arvorar a faculdade de exigir pela violencia o que querem que lhes seja concedido pelo direito; é a sua primeira obrigação para com o Estado, de que são parte e por cuja ordem são tambem responsaveis. Essa obrigação significa, antes de qualquer cousa, que os trabalhadores podem defender as suas aspirações pelos meios possiveis, mas sem perder a consciencia de que esses meios devem ser sempre legaes; em seguida é imprescindivel que os que reclamam se limitem a reclamar o que é possivel dentro do direito e da ordem.” [“A questão social - O problema da legislação do trabalho”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 35]

“Os apóstolos que a demagogia tem armado em favor do proletariado, não hesitam em pregar a necessidade da violencia. Alguns fazem a apologia da Russia communista, apontando-a como um exemplo; e todos, inclusive os mais cordatos, proclamam a urgencia da revolução. Mas, operarios, que ireis fazer com a revolução? Sabeis ao menos o que significaria essa revolução que auxiliasseis a fazer? Sejamos portanto razoaveis, o que é ainda o meio mais seguro de construir alguma cousa duravel e util. Convém saber o que se pede, e convem pedir sómente o que se póde obter com justiça.” [“A questão social - O problema da

legislação do trabalho”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 35]

“Em summa estamos todos de accôrdo sobre a existencia da questão social, e todos pregamos uma solução urgente. Mas ha nisso um factu curioso: é a restricção dos que até agora discutem o problema. Dir-se-hia que apenas se trata de melhorar a condição do trabalhador das cidades, aquelle que frue em relação ao trabalhador rural uma vida quase paradisiaca. De certo é necessaria attender aos operarios dos centros urbanos, melhorando-lhes as condições de vida; mas, quando se trata de uma reforma de tal natureza urge ir ao fundo do p’ proprio mal para remedial-o.” [“A questão social - O problema da legislação do trabalho”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 35] [atenção no quadro de miséria do trabalhador rural apresentado]

“O problema é infinitamente complexo. E’ o “nosso” problema, para o qual não serve nem a legislação trabalhista inglesa, nem os methodos de Lenine que a ignorancia jactanciosa preconiza ao paiz. Somos um caso especial, e teremos de achar a nossa solução por nós mesmos.” [“A questão social - O problema da legislação do trabalho”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro: 07/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 35]

[VER: “Notas internacionaes – Os crimes do bolchevismo”, pp. 44-45; CITAR EN PASSANT: discussão sobre o Lloyd Brasileiro nas primeiras páginas do terceiro número (número com mudança na direção, para Alvaro Guanabara e Americo Facó, com mudanças idem na forma de apresentação)]

“De certo estamos ainda no inicio da obra projetada, para dar ao Brasil um orgão de publicidade que represente, na sua mais bella expressão, a mentalidade brasileira. Entretanto, o que não é possivel ser feito num dia, nós o faremos seguramente, com esforço e boa fé. Tanto a factura material como a parte intellectual da Revista tendem a a melhorar sensivelmente, de numero a numero. Sem espirito de facção, sem parcialismo doutrinario de especie alguma, respeitando os homens, nos seus principios e nas suas idéas, queremos simplesmente obedecer a este objectivo: *Tudo pelo maior Brasil*.

No nosso liberalismo, continuaremos a conceder aos collaboradores da *Revista Nacional* a mais completa liberdade de pensamento e julgamento, com a inteira

responsabilidade dos seus escriptos. Poderemos, ás vezes, estar com elles em absoluto desaccordo; mais, ainda assim, não ousaremos jamais condemnar-lhes a sinceridade que os leve, por uma boa intenção, a maljulgar e malaffirmar. Apenas queremos de cada um que seja fiel aos seus idéaes, guardando a coragem das suas opiniões.” [“Commentarios – Revista Nacional”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 8] [na página seguinte, “O novo governo”, “A victoria feminista”, “A protecção aos indios”]

“E’ mais um grande e notavel documento que serve á historia republicana. Collocado acima dos partidos pela propria estreiteza dois partidos, o senador da Bahia, derrotado no pleito, póde guardar a certeza de que a victoria foi sua. Foi obra da sua attitude a propria escolha do Sr. Epitacio Pessoa, acceita pelas situações estaduaes como o unico recurso contra a candidatura que essa situações consideravam contraria á estagnação em que se deliciavam e se nutiram.

Está o Sr. Ruy Barbosa satisfeito desse resultado? Provavelmente. Melhor que ninguem, S. Ex. comprehende como é lenta e hesitante a marcha das idéas, mesmo das grandes idéas, embora pregadas por grandes vozes.” [“Commentarios – O manifesto do Sr. Ruy Barbosa”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 11: discutir o sentido do apoio entusiástico ao que representou Ruy Barbosa no pleito eleitoral último (liberalismo dissidente?)]

[VER N. 3: “Os bandeirantes do século XX – A obra grandiosa da Missão Rondon”; “O nacionalismo na arte”; “O Brasil na Guerra”; NOTAS INTERNACIONAES (*Clarté*, “Uma frase de Trotsky”)]

“[...] exige-se da geração presente no Brasil um formidavel trabalho de organização. Precisamos organizar uma estructura bancaria inteira, precisamos educar quatro milhões de menores actualmente sem escolas, precisamos ensinar um numero dobrado de analphabetos adultos, precisamos transformar as nossas instituições politicas, democratizando-as, temos innumerous problemas sociaes e economicos a resolver, a agricultura scientifica está por se iniciar, as industrias de mineraes desfallecem. Tudo isso depende de milhões de cerebros e braços, a cooperarem harmonicamente, de milhões de homens cultos, preparados, aptos, anciosos de progredir, – e nós só temos no Brasil inteiro o intellectualismo bacharelesco e



litterario, não temos na grande massa da população preparo nenhum.” [PINTO SERVA, Mario. “Programma de intellectualismo constructor”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 23]

“A intelligencia nacional não passou ainda do periodo metaphysico, contemplativo ou literario, não attingiu o periodo positivo do homem dominador da natureza, do homem que subjuga uma natureza que lhe é adversa. Não deciframos ainda o enigma do progresso nacional. Hesitantes, perplexos, ou prognosticamos uma fallencia irremediavel, ou achamos que tudo vae admiravelmente bem. Póde-se dizer quase que não ha evolução social no Brasil, ha crescimento vegetativo. Não ha progresso consciente, ha uma expansão de forças physiologicas.

A intelligencia nacional ainda não se fez apta para orientar com segurança o paiz, para exploral-o scientificamente, ainda não se constituiu a força dinamica da nossa evolução. Não presta a locomotiva que foi posta para carregar os nossos vinte e um carros, isto é, os nossos vinte e um Estados. Ha talvez quase vinte milhões de Brasileiros em estado de quase total boçalidade, tal o completo abandono em que crescem. A intelligencia nacional não chega a perceber isso, como não sabe aproveitar senão uma centesima parte das riquezas do paiz.

A politica nacional é a desorientação mais completa. Os problemas sociaes mais relevantes para a nacionalidade não merecem referencia sequer por parte dos nossos estadistas, os quase não fazem senão repetir mecanicamente phrases feitas que já encontram postas em circulação pela geração que os precedeu. Os nossos presidentes limitam-se a defender o erario publico contra a multidão faminta que contra elle investe nas capitaes.” [PINTO SERVA, Mario. “Programma de intellectualismo constructor”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 23]

“O Brasil de amanhã é em S. Paulo que se está forjando. São as nossas gerações, formadas por uma pedagogia moderna, estimuladas pela concorrência estrangeira, fortes de exercicios physicos, atiradas ao commercio, á lavoura, e ás actividades uteis, detestando o emprego publico e a moral da época, capazes de lutar contra todos os obices e que amanhã não mais admittirão a politica em acção.” [PINTO SERVA, Mario. “Programma de intellectualismo constructor”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 24]

“Para a construção do novo Brasil que é preciso edificar ha mister primeiro lançar os alicerces e estes não podem deixar de consistir num aparelho de instrução publica completo, racional, integrado. E’ preciso organizar em cada Estado do Brasil um systema integral de educação popular. Sem isso não ha nada feito. Sem isso o Brasil de amanhã será um bazar pittoresco onde todas as raças de todos os continentes se encontrarão, mantendo cada uma a sua lingua, os seus costumes, as suas características nacionaes.

O Estado de S. Paulo é a garantia do futuro nacional. O Estado de São Paulo é o pharol luminoso que indica ao Brasil inteiro o caminho a trilhar seguro na prosecução dos novos ideaes. A sua robustez actual é já consequencia da organização escolar que lhe deram os fundadores da Republica, os iniciadores do novo regimen na administração do Estado.

O que se deve propôr, no centenario da independencia nacional, ao estudos das classes intellectuaes brasileiras, é o estudo das necessidades vitaes do progresso nacional e das soluções que se lhes offerecem.” [PINTO SERVA, Mario. “Programma de intellectualismo constructor”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 23]

“Penso da Academia o melhor que é possivel pensar de um grupo de letrados no Brasil contemporaneo.

Apezar dos seus erros, muitos e não pequenos, ainda assim representa, im meio da anarchia geral, uma força conservadora.

E’ quanto basta para que a admire.” [FIGUEIREDO, Jackson. “O momento literario – A Academia Brasileira de Letras julgada pela nova literatura”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 33

“Não ha hoje povo algum no mundo que não cogite de saber em que condições terá de viver agora, depois que a grande guerra tiver dado ensejo á nova ordem humana que se delinêa, e que não se sabe qual será, mas cujos fundamentos e cuja orientação se presentem.

Mais depressa do que suppunham talvez mesmos os que mais claro previam, as consequencias da catastrophe ahi vêm. Dir-se-ia que o formidavel conflicto foi um como desfecho dessa crise em que vinha a sociedade da terra; e que por isso mesmo se tem, passado o cataclysmo a sensação de que o espirito das nações accorda do susto sentindo ainda as convulsões da morte, mas agitado de impulsos que andavam reprimidos.

Todos os povos têm, portanto, hoje, antes de tudo, as suas questões internas a resolver. Não ha mais um só pedaço de terra, em nenhum continente, onde a sociedade politica e civil continue a ser o que era ha cinco annos; onde a direcção das collectividades permaneça como tem sido, e onde a vida social continue sob a forma dos velhos tempos que se encerram.

Transcorrida a phase, em que já se entrou, das preocupações de natureza domestica, ou talvez ao mesmo tempo, outros problemas virão fatalmente, e muito mais complexos, e mais temerosos pela sua extensão; pois, do mesmo modo que em toda parte as relações de ordem social, terão de mudar as relações entre os povos.

E' sobretudo para a solução destas duas series de problemas que é necessario preparar fôrças, dispôr elementos e condições de exito, principalmente o elemento essencial, que é a intuição do futuro, a intelligencia dos grandes signaes indicativos da nova rota que a historia humana vai seguir." [ROCHA POMBO. "Os problemas dos novos tempos". IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 46]

"Felizmente em nossa America, as questões internas, particularmente as de natureza social, são muito menos graves que na Europa, onde as classes se delimitaram e se se enfrentam. No Brasil especialmente, onde não ha tradições que nos embarcem, bastará um pouco de juizo da parte dos dirigentes, e tudo se ha de facilitar." [ROCHA POMBO. "Os problemas dos novos tempos". IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 08/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 46]

"[...] para que essa cooperação, que irá avolumando, não nos desnacionalize, para que não sofframos como nacionalidade, com o proprio progresso material do paiz, convém que, ao par de toda protecção aos capitaes, emprehendimentos estrangeiros e a todos os immigrantes, procuremos robustecer e apparelhar a nação. O paiz ganhará por certo com o novo periodo da civilização humana; é preciso, porém, que a nação, que a nossa gente se transforme tambem, evoluindo de accôrdo com as indicações do momento. Só assim poderemos acolher com crescente entusiasmo e sem receio a collaboração cada vez maior do estrangeiro. Essa collaboração é necessaria. Seria um erro, uma estupidez desconhecel-a ou desprezal-a. Devemos mesmo a cultivar com carinho. Os capitaes estrangeiros servirão para fecundar depressa as nossas grandes riquezas, para movimentar o que só conserva latente, para dar vida ao que está adormecido. O braço estrangeiro será o cooperador de todo o trabalho e sem elle não poderemos realizar rapidamente todo o nosso programma de construcção. Mas é forçoso

não esquecer que o maior capital de um país é a capacidade de criação e de trabalho de seus habitantes. Por isso, a maior preocupação de todos nós deve ser a de educar, instruir, aparelhar os Brasileiros. Isso contribuirá para atrair o imigrante, porque produzirá a prosperidade que elle procura e fará o mais forte para assimilar os recém-vindos.

Tanto maior fôr o valor de capitães aqui empregados, melhor. Tanto maior fôr o numero de imigrantes, melhor. E é essa e será sempre a grande força da America.

Mas nem por isso devemos abandonar as medidas que são o complemento natural desse duplo auxilio. Felizmente, já vamos compreendendo essa necessidade. Nota-se por toda a parte um movimento de energias novas e de novas concepções de vida e de actividade. Mas é indispensavel tornar mais consciente esse esforço.

Carecemos cuidar do ensino primario, tecnico, e superior em larga escala, sem timidez e com coragem, afim de aparelhar as massas e reeducar a “elite”; carecemos de impulsionar toda a nossa organização economica, resolver os problemas do interior, salvar o homem do campo, reintegrar-o completamente na communhão nacional; abrir estradas, aformosear e sanear cidades e campos, intensificar culturas. Fazer tudo isso com entusiasmo, com fé, com o optimismo confiante dos constructores e dos audazes que vencem, sem a tibieza, a vacillação dos que nada fazem, porque temem consequencias e esperam indefinidamente melhores tempos.” [VIANNA, Victor. “Programma de acção”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 5. Rio de Janeiro: 11/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 15]

“Mesmo os que, mais prudentemente, não crêm na harmonia internacional, mais do que na dos individuos em sociedade, e se contentam em espaçar o mais possivel as conflagrações, receiam que ainda não tenha baixado o panno da enorme tragedia revolucionaria, aberta em 191[?].

O momento é de penoso mal-estar, dir-se-ia que os homens sedentos, chegados ao pé da fonte, depois de uma viagem tortuosa, temessem desalterar-se, porque lhes parecesse a agua envenenada. Terão, de facto, os estadistas, que fizeram o tratado, envenenado, consciente, ou ignorantemente, a época nova, pela qual se bateram ferozmente os homens, na mais terrivel das guerras? Só pensar nisso causa repulsa, no entretanto, é facto que a inquietude é de todos e não se nota mais aquelle entusiasmo, aquella alegria expansiva, com que se celebrou o armisticio. Os espiritos se concentram e o tratado é um motivo para meditação, muito antes do que para contentamento.

E, não é tudo ainda. A preocupar o espirito, a mais que a incerteza pelos fructos do tratado de Versalhes, a agitação social crêa um desses instantes de transição, em que parece que os homens ignorantes e impotentes, se deixam levar pela fatalidade, sem saber onde despertarão, depois do delirio.

Quando a humanidade, entre muito sangue e muito fogo, volve em torno de algumas idéas, em que funda os preconceitos de sua melhora, ha um momento em que as forças se deslocam, as medidas se desvalorizam e ninguem sabe porque corre, mas o certo é que eu todos correm, porque os retardatarios serão esmagados.

O problema social continua o mesmo enigma e ninguem pretenderá que as clausulas, com que delle se occupou o tratado de paz, vão resolvel-o, ou, para tanto, sejam mesmo fraca contribuição. Depois, quem poderia fazel-o? quem sabe de sua essencia? Os estadistas mais avisados ladeam-no com subtilezas, os revolucionarios mais audazes perturbam-nos com agitações, mas ha uma força resultante, que tudo move, permanecendo ainda indeterminada.

Assim vão os homens, sempre furiosos e maus, creando e arrazando, derrocando e construindo, pretendendo tudo melhorar e nada modificando, enganando e desiludindo-se, enfim, dando vida a essa pequena bóla de lama, que gira, perdida, por esses ceus immensos.

Infelizes os que, como nós, hoje, assistimos a angustia da transição violenta e nascemos ao crepusculo de uma civilização, para a qual somos moços, sendo já velhos para a vindoura, que mal percebemos.” [ALMEIDA, Renato. “Ideas e factos – o momento inquietante”. IN: *Revista Nacional*. Anno I, N. 5. Rio de Janeiro: 11/1919. BN. Hemeroteca Digital. p. 41]

“A *Revista Policial* será um órgão de desenvolvimento technico da Policia e das relações entre as Policias dos Estados do Brazil.

Terá em vista os estudos sobre organização policial, questões juridicas de interesse da Policia, questões medico-legaes, processos de policia scientifica, divulgação de conhecimentos necessarios ou uteis á investigação policial, publicação de leis e regulamentos da diversas Policias dos Estados do Brazil, registro de factos de excepcional importancia, divulgação pela photographia dos máos elementos estrangeiros expulsos do territorio nacional, ou n’elle prohibidos de entrar, e de criminosos conhecidos, de modo a se poder formar uma vasta galeria de criminosos. Os retratos serão acompanhados de breves informações sobre o criminoso, e, sempre que parecer util, da photographia da individual dactyloscopica.

[...]

A *Revista Policial* tem o maior empenho em publicar as Leis e Regulamentos dos Estados, em regra, absolutamente desconhecidos no Rio de Janeiro, e, assim, renova o pedido dirigido aos Secretarios Geraes e Chefes de Policia dos Estados relativo á remesse de taes Leis e das photographias que especificou.” [“*Revista Policial*”. IN: *Revista Policial*. Rio de Janeiro: 15/10/1919, Anno I, n. 1, CEDEM. Setor: ASMOB, p. 3

“Merecem destaque especial os seguintes actos da administração finda; estreitas relações com a Justiça; realização da conferencia Judiciaria-Policial; repressão do jogo; decisão sempre criteriosa das questões operarias; moralisação do carnaval nas ruas; localisação do meretricio; implantação do *circulez* e da mão e contra-mão em certas ruas; localisação dos meetings; organização de uma pequena litteratura juridica sobre Policia.” [“A administração policial de 1914 a 1919”. IN: *Revista Policial*. Rio de Janeiro: 15/10/1919, Anno I, n. 1, CEDEM. Setor: ASMOB, p. 10]

“A Conferencia Judiciaria-Policial deu occasiao ao estudo mais serio e profundo no Brazil, de assumptos de interesse da Policia e d’esta em relação á Justiça. Os dois volumes contendo os trabalhos da Conferencia e o volume “Policia e Poder da Policia”, formam o inicio de uma valiosa litteratura Juridica Policial. Seria util que as administrações policiaes animassem tal iniciativa, começando por mandar reimprimir todos os regulamentos policiaes e organizar uma collectanea da jurisprudencia sobre todos os assumptos do immediato interesse da Policia.” [“A administração policial de 1914 a 1919”. IN: *Revista Policial*. Rio de Janeiro: 15/10/1919, Anno I, n. 1, CEDEM. Setor: ASMOB, p. 10]

“As questões operarias foram sempre acompanhadas com o maximo interesse pelo Dr. Aureliano Leal, em regra com tolerancia e bondade, mas tambem com energia, quando precisa, como em 1917 quando fechou o Centro Cosmopolita e a Federação Operaria propondo ao Governo a dissolução da Federação, o que foi feito.

Durante sua administração, foi, em regra, o arbitro eleito espontaneamente pelos operarios para resolver suas duvidas com os patrões. E n’estes encargos demonstrou sempre um tacto, uma finura, uma intelligencia raros.

Cremos que todas as classes trabalhadoras do Rio se utilisaram de seus serviços como mediador, e sempre com resultados satisfactorios. E d’esta intervenção promanava o respeito e consideração de que gosava entre patrões e operarios.” [“A administração policial de 1914 a

1919”. IN: *Revista Policial*. Rio de Janeiro: 15/10/1919, Anno I, n. 1, CEDEM. Setor: ASMOB, p. 10]

“A repressão da vadiagem mereceu também especial atenção e foram recolhidos á Colonia Correccional de Dois Rios, devidamente condemnados, centenas dos peores elementos do Rio. Não foram os simples desocupados os processados. Estes, aos milhares, foram encaminhados para o interior do paiz por intermedio do Ministerio da Agricultura ao qual eram apresentados pela Policia ou directamente por esta aos fazendeiros e industriaes que pediam braços que a Policia por meio de anuncios e meetings angariava.” [“A administração policial de 1914 a 1919”. IN: *Revista Policial*. Rio de Janeiro: 15/10/1919, Anno I, n. 1, CEDEM. Setor: ASMOB, p. 10 –

## 5.2 As origens do pensamento autoritário e a questão social

“Durmam tranquilos os ingenuos. E praza a Deus que não lhe surpreenda o somno, já tarde, o fuzilar de raivas concentradas.

Lembre-nos, porém, que a Patria dos nossos avós é a Patria dos nossos filhos. Por amor a elles e a ella, previnamos a condensação do mal, e atalhemos desgraças irreparaveis, com providencias de egualdade social na luta pela vida. A “Questão Social” é de todos os logares, e de todos os tempos, e só deixará de existir, quando a justiça garantir principalmente aos que vivem do pão de cada dia as condições sociaes de egualdade no exercicio da liberdade.” [SAMPAIO DORIA, Antonio. *A questão social*. Quaes os principios scientificos a adoptar na formação da legislação social no Brasil? (Dissertação de concurso para o logar de lente substituto da 5ª secção na Faculdade de Direito de São Paulo). São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobeto & C., 1922. p. 6]

“Um direito, pelo menos, não se pode negar ao operario que se queixa: é o de se lhe ouvir e examinar a queixa. Ninguem, com responsabilidade nos destinos sociaes, pode ser indifferente ao clamor de mil clamores que atroam os ares, e ameaçam derrocar a civilização. Parece estarmos á beira de um abysmo. Parece estarmos na imminencia de um retrocesso formidavel ao estado barbaro de outr’ora. Si, sobre a Europa, descer, de vez, a noite da só demagogia, que avulta, quasi soberana, nos seus horizontes, as suas sombras, projectando o seu espectro sobre a America, podem apagar, por muitos seculos, os luzeiros da civilização christan no mundo. A’ propaganda do erro, opponha-se a palavra da verdade. A democracia

não pode ser a demagogia, a tyrannia das massas. A soberania nacional não é, nem pode ser o arbitrio popular para o crime. Não a exercerá, com pureza, sinão a minoria competente, que a maioria eleja livremente. A ditadura das massas ignaras e instinctivas é a maior calamidade historica, sob cujos escombros succumbiria sem remedio a liberdade.” [SAMPAIO DORIA, Antonio. *A questão social*. Quaes os principios scientificos a adoptar na formação da legislação social no Brasil? (Dissertação de concurso para o logar de lente substituto da 5ª secção na Faculdade de Direito de São Paulo). São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobeto & C., 1922. pp. 11-12]

[atenção no que escolhe destacar acerca de Ruy Barbosa – “A questão social” – em seu capítulo dedicado à sua obra]

“O mais que a justiça actual poderia providenciar, seria o desafogo das classes operarias, combatendo tudo o que lhe encareça, abusivamente, o custo da vida, e, quem sabe?, fazendo reverter, nas heranças, os formidaveis excessos de capitaes, á posse do Estado, para obras publicas de educação e caridade. Acima, porem, de qualquer reivindicação ao que tem havido de abuso do capital contra o trabalho, cumpre estancar a fonte de novas lesões.

E’ preciso reformar, profundamente, a organização economica do mundo. O problema não é só europeu ou norte-americano. E’ problema da humanidade, e não consta que o Brasil se tenha desgarrado da orbita da humanidade. Onde quer que o trabalhador viva sem amparo em face do capital, a justiça não estará segura da sua eficiencia.

Ora, os principios acima propostos collocam o trabalhador, senão em independencia, pelo menos, em pé de egualdade social com o capital na luta pela vida, e, por outro lado, asseguram ao operario diligente e sobrio a esperança e a possibilidade pratica de attingir á riqueza.

Logo, são principios que devem inspirar a legislação social do Brasil.” [SAMPAIO DORIA, Antonio. *A questão social*. Quaes os principios scientificos a adoptar na formação da legislação social no Brasil? (Dissertação de concurso para o logar de lente substituto da 5ª secção na Faculdade de Direito de São Paulo). São Paulo: Off. Graph. Monteiro Lobeto & C., 1922. p. 378]

“No doloroso transe por que estamos passando, quando o natural desenvolvimento dessa classe é limitado por pequenos caprichos, sirva-nos ao menos esta oportunidade para



um desabafo tão justificável. Grandemente responsáveis pelo regime que implantamos à custa de nossas baionetas, até hoje temos vivido como comparsas e relegados sempre a um plano inferior, depois que o pretensioso e inculto bacharelismo se assenhoreou, com a nossa própria aquiescência dos papéis mais importantes. No taboleiro político de nossa terra não somos admitidos e desde que um de nossos camaradas se aventura a romper o preconceito estabelecido, candidatando-se a uma posição qualquer, recusam-nos, dizendo que devemos entregar-nos a nossos deveres profissionais. No entanto, nem mesmo este último direito nos tem sido integralmente e quando não bastassem as inúmeras provas de desconsideração, havia ainda a triste humilhação de não administrarmos as nossas classes...

As tricas políticas não podem entrar em nossas cogitações mas, sem embargo, manter uma posição indiferente quando se vai talvez julgar o nosso destino, não é uma coisa admissível. As Froças Armadas não se sujeitarão a servirem de meros espectadores, tratando-se da escolha de seu chefe supremo. Não é que nos sintamos atraídos pela ambição política: é o amor da pátria que nos encoraja... Quando todos se armam refazendo e melhorando suas organizações militares abandonamo-nos aqui inteiramente a uma indiferença criminosa, deixando morrer à mingua o pouco que conseguimos. Já não é só o material que nos falta e que facilmente seria adquirido: é o moral que se abate e sua depressão envolve também a defesa da nossa nacionalidade, desde que nos achamos cercados de uma vizinhança ávida de preponderância e supremacia. Chegamos infelizmente a um estado de marasmo e inanição que não pode e nem deve ser ignorado pelo público que paga docilmente nossas despesas e confia em nós como seus sentinelas mais avançadas. Afastados intencionalmente do convívio político, a nossa fraca voz não alcançará as altas camadas que nos oprimem e deprimem com o peso de seu menosprezo... As classes armadas não são formadas de carneiros nos tempos hodiernos: possuímos um passado que mostra o que temos feito em prol da evolução político-social de nosso país. Voltem os velhos generais e almirantes aos antigos postos e paremos com a infeliz inexperiência que nos vai atirando célere ao abismo de uma franca dissolução. Apresentemos uma frente unida, coesa, e tenhamos presente que o que nos guia nesse momento não é um subalterno sentimento de vulgar ambição, mas sim o amor da pátria querida, dessa terra que herdamos de nosso antepassado e que juramos defender com a própria vida.” [VER ORIGINAL: *Jornal do Comércio*, 03 de junho de 1921 – citado em Maria Cecília Forjaz, “Tenentismo e política”, p. 36-37]

“Belo Horizonte, 3-6-1921

Amigo Raul Soares

Saudações Afetuosas

Estou informado do ridículo e acintoso banquete dado pelo Hermes, esse sargentão sem compostura, aos seus apaniguados, e de tudo que nessa orgia se passou. Espero que use com toda energia, de acordo com as minhas últimas instruções, pois, esse canalha precisa de uma reprimenda para entrar na disciplina. Veja se o Epitácio mostra agora a sua apregoada energia, punindo severamente esses ousados, prendendo os que saíram da disciplina e removendo para bem longe esses generais anarquizadores. Se o Epitácio com medo não atender, use de diplomacia que depois do meu reconhecimento ajustaremos contas.

A situação não admite contemporizações, os que forem venais, que é quase a totalidade, compre-os com todos os seus bordados e galões.

Abraços do Artur Bernardes.” [VER ORIGINAL: *Correio da Manhã*, 09 de outubro de 1921 – citado em Maria Cecília Forjaz, “Tenentismo e política”, p. 40]

“A Moção – O Clube Militar – órgão das classes armadas – julga de seu dever que o público conceito emitido pelo Sr. Artur Bernardes, na sua carta de 3 de junho último, colocou o Exército na contingência de reagir imediatamente. Porque, ou S. Excia. tem razão em nos qualificar de canalha venal, ou inutilmente ultrajou o Exército. Na primeira hipótese, o Exército deve ser dissolvido pois a defesa da Nação não pode estar confiada a janízaros e canalhas; na segunda S. Excia. criou absoluta incompatibilidade entre a sua pessoa e o Exército. Existe, pois, um dilema, como solução única: ou a nossa dissolução, ou o Exército não aceita que S. Excia. seja o Presidente da República. O Exército proclamou, consolidou e entregou a República aos senhores políticos profissionais, que podem governá-la sem ultrajar aos que têm a convicção da pobreza honrada. E é com tais fundamentos que o Exército implora à Nação a eleição de qualquer outro brasileiro para Presidente da República pois não assegurar ao Sr. Artur Bernardes o exercício desse cargo.” [retirado de “1922”, de Hélio Silva, p. 53 VER ONDE O AUTOR ORIGINALMENTE LOCALIZOU O DOCUMENTO – citado em Maria Cecília Forjaz, “Tenentismo e política”, p. 41]

“Rio de Janeiro, 26 de janeiro de 1922. Camaradas: A nossa moção significa não votarmos no nosso inimigo Artur Bernardes que não será governo porque dissolverá o Exército, pois conhecemos seu desejo incontido de vingança, a sua arrogância e violência, apoiado nos negociastas de São Paulo, nos régulos estaduais, no conluio político e

desgraçadamente na ambição dos Hermes da Fonseca, Tasso Fragoso, Bonifácio da Costa, Setembrino de Carvalho, Abílio de Noronha, Gabriel Botafogo, Carneiro da Fontoura, Pessoa de Queiroz, Eduardo Sócrates, Neiva de Figueiredo, Mena Barreto e demais generais em número de 24. São em qualquer terreno contrários ao Sr. Artur Bernardes os comandantes de corpor desta guarnição, que não se manifestam combinadamente porque estão sob a pressão do Sr. Pandiás Calógeras, Ministro da Guerra. A oficialidade, porém – capitães e tenentes – bem como os sargentos estão todos unidos e bem orientados, aguardando o momento para agir. Não convém dar aqui em detalhes o nosso programa. Dele tendes aí uma parte confiada à vossa responsabilidade. O sentimento de amor ao Exército é a vossa segurança pessoal. Esperamos que o vosso patriotismo tenha segura orientação. Queremos evitar a revolução; desejamos que o Sr. Epitácio Pessoa conclua o seu governo e apenas desejamos que o Sr. Bernardes não seja eleito. No Brasil só existem 21 estados eleitorais: 16 são do Sr. Bernardes e 5 são do Sr. Nilo Peçanha, mas ainda assim, temos a previsão de que será pequena a diferença de votos entre os dois candidatos. Em 15 de novembro haverá então dois presidentes reconhecidos: o Sr. Bernardes pelo bernardismo e o Sr. Nilo pela dissidência. Para que essa diferença seja favorável ao Sr. Nilo faz-se necessária vossa ação junto ao poder local: 15 dias antes da eleição presidencial, deveis, amigavelmente se for possível, ponderar ao governador desse estado que tendo a vossa classe confiada à nação a nossa defronta, queremos inteira liberdade de voto e jamais a pressão eleitoral em favor do Sr. Bernardes. [...] Se o Sr. Bernardes for eleito, impediremos aqui o seu reconhecimento pelo Congresso; se for reconhecido, impediremos a sua posse de qualquer modo. Em 15 de novembro não haverá governo; tomaremos conta do Sr. Bernardes, vivo ou morto, e então daremos posse ao Sr. Nilo ou proclamaremos um ditador. Em 15 de novembro deveis estar atentos: é possível que tenhais de tomar conta do governo daí, até lá, não vos deixei iludir. Não necessitais vos expor em demasia, é inútil fazerdes pública a vossa adesão. Temos certeza da vitória final, pois temos conosco a maioria do Exército, da Marinha e da Polícia desta capital. Sabemos combater o inimigo e temos coragem.

Nota. Esta circular não tem resposta e já previmos o caso de denúncia.” [FORJAZ, Maria Cecília. *Tenentismo e política: tenentismo e camadas médias urbanas na crise da Primeira República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977. pp. 44-45: VER ORIGINAL: publicado em *O Combate*, com a assinatura de “O Exército”, com repercussão em *O Estado de São Paulo*, 01/02/1922]

“BRASIL CENTRAL – órgão católico e diocesano, creado pelo Exmo. e Revdmo. Don Emmanuel Gomes de Oliveira, está destinado a continuar as atividades do *Lidador*, órgão diocesano, fundado por Don Prudencio, de saudosa memoria.

E’ pensamento e proposito da Redação ampliar o programa de atividades religiosas desta folha, de tal modo que, transpondo as linhas da Diocese de Goiaz, a leitura de *Brasil Central* se torne util e de interesse a todo Brasileiro, que ame a sua Religião e a sua Patria.

Por isto, julgamos suficiente sintetizar todo o nosso objetivo neste termo: *Brasilidade*.

Frizemos, porém, desde logo que por Brasilidade não entendemos nacionalismo jacobino. Ao contrário, o termo que adotámos repéle a idéa do jacobinismo. Aos estrangeiros que se identificam com a nossa Patria, a nossa Religião e os nossos ideais, abraçamos e amamos como irmãos. Consideramo-los tambem auxiliares valiosos no desdobramento do progresso e cooperadores na manutenção do traço historico da nossa vida nacional.

Brasilidade é precisamente o progresso, a evolução do Brasil em demanda do grandioso porvir a que a divina Providencia o predestinou, tornando cada vez mais sólidos os laços de união entre a Fé e a Patria, simbolizados na primeira Missa que consagrou a posse destas terras aos seus descobridores, ouvida com respeito por autóctones e portugueses; continuada na ação de Nobrega, Anchieta e Vieira, de mãos dadas com o poder civil: gotejando sangue nas lutas contra Holandêses e Francêses, que pretendiam dissociá-los.

A Brasilidade tolera no Brasil toda a liberdade de pensamento, que não venha quebrantar os laços pluriseculares e tradicionais de união da Fé com a Patria. Quem pretender desuni-las, encontrará de pé, para a repulsa, o povo Brasileiro. E *Brasil Central*, para estes, têm prônta e amparada a pena combativa.

Pela Brasilidade, desdobraremos nas nossas colúnas todo o programa da ação social católica, estimularemos o despertamento, cada vez mais acentuado, do fervor religioso, lutaremos para que os principios da fé católica sejam respeitados pelas leis da Republica, procuraremos cooperar com o poder civil em tudo que possa convir ao engrandecimento do Brasil.” [“Brasil Central”. IN: *Informação Goyana* – Revista mensal, illustrada e informativa das possibilidades economicas do Brasil Central. Rio de Janeiro: 15 de dezembro de 1917, Anno I, Vol. I, n. 5, p. 23: relembrar as considerações de Astrojildo Pereira em torno das origens do termo *brasilidade* enquanto adaptação da “argentinidade” da Liga Patriótica, no período de governo de Epitácio Pessoa, pela lavra de Afonso Celso; há uma concepção de Brasil implícita na linha histórica que remete a união entre Fé e Pátria à primeira missa – nesta concepção, há um *povo brasileiro* interlocutor do periódico; repulsa manifesta aos

jacobinos e a todo o pensamento que por ventura ameace *os laços plurisseculares e tradicionais*; CONFERIR: a quantas andava a reação católica tradicional já então em relação ao papel perdido pela Igreja com a República]

[Viveiros de Castro: ministro do Supremo Tribunal Federal, professor catedrático de Direito, preocupado em discutir a questão social, pauta-se pela necessidade de uma doutrina católica em torno do problema] [*Rerum Novarum* e movimentos afins (ver Rodrigo Patto Sá Motta e congêneres, quiçá André Kaysel); a quantas andava a Democracia Cristã e assemelhadas?]

[o autor, antes, discutia a presença da “inflexão espiritualista” (tão característica das manifestações literárias simbolistas) no catolicismo de cariz mais ortodoxo, em um período de franca reação ao “ateísmo materialista”, na qual teve papel destacado o renascimento da Escolástica e os impulsos à metafísica de Bergson e Blondel – no Brasil, Farias Brito é que tem destaque nesse quadro- SEMPRE LEMBRAR DE COMPARAR COM AS SITUAÇÕES VIZINHAS] [Quiçá iniciar a narrativa a partir dessa emergência idealista, em termos globais, em reação antimoderna, ressaltando o grau das transformações experimentadas no Brasil com atenção nas trajetórias dos principais católicos, para daí entrar no Centro Dom Vital e *A Ordem* (quiçá valha conferir “Antimoderne”, de Jacques Maritain, publicado em 1922)]

“No campo das idéias políticas, a verificação da impotência do liberalismo para resolver os problemas sociais empurrou quase todos os neocatólicos para doutrinas pré-burguesas e, no contexto, reacionárias: o monarquismo, o corporativismo, e, após a I Guerra, o fascismo (no Brasil, a forma mitigada dêste, o integralismo). O primeiro momento da fusão do dogma com a praxis sectária foi ilustrado pelos artigos de Carlos de Laet (1847-1927), conde papalino e monarquista fanático; depois, a fusão reapareceria, em nível humano mais alto, na prosa vibrante de um típico nacionalista de direita à Maurras, Jackson de Figueiredo, que, convertido de uma posição anticlerical virulenta a uma forma não menos virulenta de catolicismo, fundou o Centro Dom Vital e a revista *A Ordem* e entrou a defender o govêrno conservador de Artur Bernardes contra as investidas liberais dos “tenentes”.” [BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Editôra Cultrix, 1975. p. 335 – lista das obras de Jackson de Figueiredo em rodapé (atenção no que comenta de Farias Brito, nacionalismo, questão social, nacionalismo, tenentes etc.)]

“O país vivia um momento grávido de veleidades revolucionárias, centradas no fenômeno do *tenentismo*, de ideologia ainda incerta, mas, de qualquer forma, renovadora e contrária às oligarquias e às farsas eleitorais da I República. Ora, Jackson, confundindo os planos e partindo de conceitos vagos para definir e julgar as contingências históricas, acreditou-se na obrigação de defender a “Ordem”, no caso, a política federal, estigmatizando todas as tentativas de impugná-la. Quis ser, e foi, até a morte, o panfletário da contra-revolução.” [BOSI, Alfredo. Op. cit, p. 336 – sobre *Pascal e a inquietação moderna*, publicado no significativo ano de 1922]

“Identificando-se essa pregação com o combate ao liberalismo e ao socialismo, à Revolução enfim, como êle gostava de dizer, tal como êsse combate se verificava na Europa, em época de afirmação da direita, com as vitórias do fascismo, ela será a primeira manifestação conseqüente do reacionarismo no país. O pensamento conservador, o tradicionalista ou o reacionário, em trajetória ascensional na Europa, depois da primeira grande guerra e da revolução russa, vai refletir-se no Brasil sobretudo nessa obra. Daí assinalar-se sua influência fora dos setores da Igreja; ela será o ponto inicial, com objetividade e coerência, da pregação anti-revolucionária ou reacionária, direitista, fascista ou parafascista. Jackson de Figueiredo divulgará os nomes e as idéias dos teóricos da contra-revolução, lançando sementes que outros vão desenvolver, em sentido e de maneira que êle talvez recusasse.” [IGLESIAS, Francisco. “Estudo sobre o pensamento reacionário: Jackson de Figueiredo” IN: \_\_\_\_\_. *História e ideologia*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970. p. 110.] [O autor interpreta a obra de Figueiredo, mais do que uma realização, como uma *expressão ideológica*, uma *ilustração do pensamento católico*]

“Um facto veio, porém, chocar-me ainda mais o coração combalido: a tentativa de uma revolução operaria aqui, entre nós, onde ainda parece tão incipiente o regimen industrial, e, de facto, não concorreu pouco para que eu encarasse com attenção esse incidente da nossa vida social, o ser apontado como chefe daquelle movimento, felizmente abortado, um meu amigo, um dos melhores caracteres, uma das mais vivas intelligencias da geração de intellectuaes a que pertença.

Pude sentir, assim, pela imposição brutal do facto que o malestar que revolve, ha meio seculo, as sociedade europeas, já se transplantou realmente para o Brazil, por menos importancia que se queira dar á tentativa revolucionaria de que foi chefe José Oiticica. E a

prova desta transplantação, e a prova de que já se creou aqui duras raizes a planta damninha, está mesmo na convicção, na fé positiva com que já se apresentam, em acção, evangelizadores dos novos credos libertarios, por mais pequeno que ainda seja o numero destes infelizes apóstolos.

E é certo que, por causas proprias á nossa misera politica interna, destes ultimos trinta annos, não poderia ser sem risco a posição de simples espectadores que vinhamos mantendo, em face da immensa tragedia, cuja primeira onda se levantou no mysterioso Imperio Moscovita e ameaça invadir a Europa inteira.

O abysmo tem attrações infernaes e nós sommos, infelizmente, um povo que tem tido, até hoje, todas as vaidades do mais dissolvente liberalismo de que ha noticia e jámais foi levado a serio, entre nós, o problema da emigração, no que se relacione com a qualidade desta.” [FIGUEIREDO, Jackson. *A questão social na philosophia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1919. pp. 6-7 – após o autor rememorar a sua experiência de quase morte na epidemia de gripe espanhola, ressaltando ser um combatente, alguém de “obstinação optimista”]

“[...] São Paulo está hoje em dia, minado de anarchismo, e ninguem ignora que, sob este ponto de vista, o Rio de Janeiro recebe ordens daquella cidade archicospopolita nas suas classes trabalhadoras. E não só S. Paulo a capital: por todo o Estado já se estende o polvo da doutrinação malfaseja, marcando o progresso dessa emigração acceita e ajudada, sem que se lhe peça provas de idoneidade moral.” [FIGUEIREDO, Jackson. *A questão social na philosophia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1919. p. 8]

[rever relato, pp. 9-11, da possível “invasão pacífica” de ideias que podem ser avassaladoras à ordem cristã no Brasil] [pp. 11-14: a urgência da questão social e a indiferença das classes conservadoras – perigosa, pois abre flanco aos proselitistas do proletariado – diante do perigo que as ameaça] [seguir, a partir da p. 14, alguns dos argumentos (pouco se aproveita das c. 5 últimas páginas)]

[diagnosticada, por trecho selecionado de Farias Brito pelo autor, que a anarquia é reinantes, nas mais distintas dimensões, em uma situação na qual “o direito publico moderno faz guerra a todos os grandes principios que são a garantia da ordem”] [nascimento e morte do socialismo de Farias Brito: pp. 40-42; rever p. 43 quiçá]

“[...] se tivesse aprofundado a obra de Augusto Comte, por exemplo, no que respeita á organização social [...] teria compreendido mais cedo a grandeza da orsganização christã e, por si mesmo, poderia chegar á conclusão de que a causa unica dos males que perturbam quase todos os governos desde o século XVI é que esses governos têm sido eminentemente revolucionarios, em contraste, quase sempre, com os povos que os soffrem, em que não diminuiu a fé christã. Não têm errado os povos, senão sido arrastados por minorias violentas.

Farias Brito, pelo menos, não se deixou cegar pelos falsos brilhos da revolução, e chegou, pelo contrario, á convicção de que o que vemos, no presente, “é confusão e desordem, é a mais desesperadora anarchia, anarchia que se vê por toda a parte, em todas as manifestações da actividade mental, reinando na ordem politica, como na ordem social a mais deploravel incerteza”.” [FIGUEIREDO, Jackson. *A questão social na philosophia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1919. pp. 47-48: conferir com atenção a nota 1 da p. 48 (comparar com Viveiros de Castro)]

Farias Brito ante “os tres systemas mais importantes” entre as “soluções propostas” ao sofrimento advindo do “resultado geral da revolução francesa”:

“Farias Brito não compreendeu nunca que apesar de tudo, o positivismo foi, de certo modo, uma reacção contra o materialismo radical e grosseiro que vinha dominando nos centros philosophicos europeus, e tambem, do ponto de vista politico, um movimento hostile ao liberalismo excessivo que tudo desmoralisava, fazendo ruis todos os principios tradicionaes da sociedade christã.” [p. 52] [sobre marxismo, pp. 60-62]

[“a alma de um crente”, existe um mundo com uma razão de sê-lo: pp. 63-66; seis páginas de citação, compilando o essencial de sua crítica aos pensadores modernos mais representativos de seu período, rever e atentar às escolhas do que citar, pp. 66-73]

“[...] é evidente que, dentro do Catholicismo mesmo, se póde encontrar allivio aos males que atromentam actualmente a humanidade. Porque, de facto, se os homens na sua maioria absoluta ainda crêem e a fé catholica é uma fé viva, é certo que elles sofrem porque os dirigentes da sociedade, neste momento da vida universal, são quase todos individuos sem fé, sem verdadeira grandeza moral, que aproveitaram a confusão originada pelo crescimento da riqueza no Occidente, desde a epoca dos descobrimentos – confusão esta aggravada pelas



transformações, de ordem económica, nascidas do desenvolvimento sempre em proporção geométrica, de todas as indústrias – e, por isto mesmo que sem princípios, pela audácia se impuseram às massas ainda estonteadas pelo choque moral da Reforma, isto é, a última luta que a Igreja universal tivera que sustentar no terreno dos princípios.

Dahi o espectáculo deprimidos de países eminentemente católicos, como a França, governados por minorias atéticas. Dahi casos como o do Brasil, em que uma população essencialmente católica, se sujeitou, sem protesto, às ridículas imposições dos sectários audazes de uma seitasinha mesquinha, como é o Positivismo religioso.” [FIGUEIREDO, Jackson. *A questão social na philosophia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1919. pp. 75-76]

[expressa consciência de “terrível confusão”, “indescriível desordem” no mundo, com a Igreja “serena, altíssima, acima do tumulto”; cabe, nesse quadro, aos “homens de boa vontade”, aos “amigos da humanidade”, ajudá-la, afinal: “O mal do mundo moderno é a falta de convicção nos domínios vida social, é o scepticismo, elegante ou não, com que olhamos quase sempre para os factos que não nos affectam directamente, como se fossemos homens soltos no ar, sem raízes no planeta, na sociedade humana, sem filhos, sem amor, sem amor por nós mesmos, não este amor presente, actual, mas esse outro que só se possui quando se crê em Deus e na immortalidade da nossa alma.” – pp. 76-77]

“[...] nós que, como disse o mesmo profundo espirito, christãmente resolvemos o problema tão grave como o da Abolição, sigamos o exemplo dos nossos antepassados, sigamos o exemplo de Farias Brito: esforcemo-nos para que, no Brasil, venha a ser de inspiração christã toda a obra social a que nos forcem o augmento da nossa riqueza e o crescimento do nosso proletariado.

Neste momento da vida universal não ha que duvidar: “ao Brasil será dado, pela primeira vez, representar um papel importante nas luctas do pensamento humano. Até aqui temos sido apenas um echo tardio das batalhas travadas no Velho Mundo, meros divulgadores, de valor secundario, do que pensa lá por fóra. Agora surgimos como collaboradores e com um forte contingente de idéas.” [FIGUEIREDO, Jackson. *A questão social na philosophia de Farias Brito*. Rio de Janeiro: Typographia Revista dos Tribunais, 1919. pp. 78-79 – conclui a obra exortando os leitores: “Sejamos christãos, mas desta vez conscientemente, convictamente, fortes em nossa convicção”]

[Diferenciação: “anarchismo violento – materia policial” e aspirações dos trabalhadores, “materia economica e legislativa”. O anarchismo, em termos doutrinários, é tomado enquanto mais uma manifestação do “velho systema das illusões metaphysicas e religiosas que exalçam a fraternidade e perfectibilidade humanas”. De teorizações “de natureza edenica”, o anarchista chega a ser aparentado ao pacifista. Seu ideário é aparentemente “pittresco” e “innocuo”. Serve este ideário, argumenta Vieira, para “attenuar e colorir” a “hediondez [...] de scelerados vulgares”, como identifica a partir do “perfil lombrosiano” encontrado nos mesmos.] “Nos estados mentaes que se originam das idéas falsas, porém, não tardam as fórmulas allucinantes, os gestos convulsivos. Em breve, o anarchismo sonhador passa ao delirio da propaganda pelo facto. Dos escombros nascem os esplendores – conjectura elle -, arremettendo contra a ordem social para demolir, abater, incinerar, de sorte que as edificações da nova sociedade tenham já perspectivas bem desafogadas. Então, o anarchista varre, com urgencia iconoclasta, não só o trambolho da propriedade, mas diversas insignificancias que estorvam, pelo menos retardam o luminoso advento do communismo: a justiça, o Estado, a patria, a familia. Prudentemente, nessas alturas, o organismo social começa a reagir: ser livre não é ser louco e só o desequilibrio póde resultar, para os individuos ou para as sociedades, da ausencia de todo o poder inhibitorio.

Com alguns passos mais no caminho da propaganda pelo facto, o anarchista evolue da oratoria para a delinquencia, do *meeting* para o homicidio. E’ o instinto feroz e anti-social, pondo remate ao devaneio; é o sonho de uma collectividade paradisiaca explodindo em crimes abominaveis, taes como o sacrificio do rei Humberto, da Imperatriz Elisabeth, dos presidentes Sadi Carnot e Mac-Kinley ao famoso ideolo sanguinario. O anarchismo vem illustrar, deste modo, a litteratura das prisões, adduzir um capitulo impressionante á rubra psychologia das seitas criminosas. Para logo se estreitam as suas relações com a policia preventiva e judiciaria, em que elle não cessa de ver a grande inimiga, a instituição mais odienta, mais condemnavel [...]” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 138-139]

“Infelizmente para a Machina, tanto vale dizer para o capital, a democracia torna-se cada vez mais uma questão de numero: adquirida por este a consciencia da sua força nos governos representativos, ou a Machina transige ou não funciona, e bem póde acabar despedaçada, quando o servo reclama. Assim é, com effeito, na Inglaterra, na França, nos

Estados Unidos, e até fóra do proprio liberalismo, na rigida Allemanha, por exemplo, a minuciosa legislação operaria em vigor constituia um esboço de architectura social desconhecido entre as Republicas sul-americanas.

Outras condições, outros costumes, ponderam os entendidos. Não temos aqui o scenario onde se guerreiam capital e trabalho, nem as angustias de um proletariado faminto. A verdade, porém, no ambiente de algumas cidades nossas, é que o industrialismo dominante, havendo nascido ao calor das tarifas, começa a produzir os seus fructos de ouro para os industriaes, de cinza para os trabalhadores. Exploração de mulheres e crianças; lares sem hygiene; alcoolismo e analphabetismo; salarios infimos, relacionados com o preço alto da vida; tarifa esmagadora; deficiencia alimentar; ganancia de mercadores; soberano descaso dos poderes publicos; tudo isso concorre amargamente para exacerbar o operario, creando-lhe um estado de alma propicio á cultura dos germens anarchistas. E a sorte dos que lavram a terra brasileira, mesmo depois da abolição, é indizível como penuria e abandono.

Não reaparecem aqui opiniões, doutrinas, fórmulas de algum systema internacional e chimerico. Apenas resurge o antigo e doloroso problema de uma organização mais justa, para ser mais forte, e adaptavel ao militarismo do Estado prussiano como ao liberalismo do Estado inglez.; Carlyle, o propheta de uma aristocracia erguida sobre a intelligencia e o trabalho, clamava aos podersosos e aos pensadores, quando a fome arrastava um milhão de operarios á revolta em Manchester: “Subjugae a insurreição, a discordia, o desespero illimitado com a vossa humanidade, a vossa justiça, a vossa caridade e sabedoria.”

O dever de uma legislação operaria suscita o mesmo clamor perante a inercia do Estado brasileiro. Se a egualdade não é cousa natural, tambem não o é, por certo, a iniquidade.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 140-141]

“Até 1917, desconhecendo a obra do seculo XIX – tanto vale dizer a regulamentação minuciosa de salario e de tarefa, o seguro obrigatorio para os casos de invalidez e doença, o amparo a mulheres e creanças empregadas na industria fabril, o retiro proporcionado á velhice, os soccorros á maternidade, as colonias de assistencia agricola, os conselhos de arbitragem, as caixas regionaes, os fornos economicos, etc. – quasi nada tinhamos feito. E’ d’ahi para cá, ostensivamente, que se affirma no Brasil a preocupação legislativa de taes materias: o projecto do Codigo de Trabalho, enfeixando outros relativos ao operariado, fragmentarios e dispersos, inicia um periodo, e a competencia de João Maximiano de Figueiredo poz na sua

lavra todo o esmero possível a um verdadeiro improviso.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Jurídicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 142-143]

“E’ um esforço gigantesco, para o qual não estamos, nem estaremos s tão cedo aparelhados, como todos o sabem, tanto nos circumscreve as possibilidades, nesse ambito, a grave deficiencia de cultura de tchnica, de meios e até de patriotismo. Não impedem as circunstancias nacionaes, porém, que as nossas leis disponham efficientemente sobre varias modalidades do systema: horas de trabalho; hygiene e disciplina das fabricas; reparação por accidentes; emprego de mulheres e crianças nas manufacturas; juizo arbitral; salario minimo; bolsas e caixas de beneficencia; escolas e habitações operarias, etc. Na propria Conferencia Judiciaria-Policial, reunida em 1917 (e não sabemos de outra assembléa mais conservadora, pela sua natureza e pelos seus intuitos), houve mesmo um voto neste sentido.

Desejavel será, entretanto, que o legislador brasileiro não se aherre á cópia de modelos europeus e norte-americanos, olvidando as condições peculiares da nossa realidade social. Muitos daquelles preceitos, originarios de outra relação entre a oferta e a procura do trabalho, como de outra potencialidade do capital, são inapplicaveis ao Brasil, e o Sr. Jorge Street, falando ao *Jornal do Commercio*, em 10 de setembro de 1917, já externou o pensamento dos nossos industriaes: para que essas leis sejam beneficas – disse elle – “basta que haja criterio e bom senso na sua elaboração, e *que sejam ouvidas as vozes dos immediatamente interessados nellas, isto é, dos industriaes e dos representantes dos verdadeiros operarios.*” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Jurídicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 144-145 – discussão das vozes a ouvir (no ambiente “technico-industrial”) para executar, “com seriedade e efficacia, o que fosse realisavel nos actuaes limites do Brasil economico” as leis da economia social] [retrato da guerra, “o cataclysmo social”, p. 146]

“Nenhuma dessas questões, porém, impressiona os mais experimentados como a epidemia social do anarchismo, que, lavrando na Russia, estendendo-se depois á Austria e á Allemanha, transborda para as fronteiras dos imperios centraes e ameaça o continente europeu, mesmo o continente americano, com as manifestações libertarias a dynamite. O problema da ordem publica, quer para o Rio, quer para Santiago do Chile ou Nova York, onde os arautos verbosos do bolshevismo foram quasi trucidados, encerra o proprio conjuncto dos interesses nacionaes e universaes, a permanencia e o equilibrio das forças politicas, das forças economicas, das forças juridicas, das proprias forças domesticas, ainda existentes no orbe

conflagrado, ainda não deslocadas ou destruídas pelo cyclone tremendo, em que ora vemos girar tantos milhões de homens rebeldes e famintos.

Dirigindo-se á alma bravia da turba, aos instinctos sanguinarios de vingança e aos instinctos rapaces de expropriação, irritados pela miseria, o anarchismo violento é muito mais para temer que o cesarismo dissoluto. Quasi fulminante, o poder contagioso do bolshevismo allucina as massas, preoccupa o governo dos paizes ainda não contaminados, e mesmo sob o terrorismo de 1793, circunscripto á França, era menos diffusa a anarchia da plebe, menos evidente a fragilidade das bases sociaes. O homicidio politico tem a sua melhor cultura e o seu maior estimulo nesse regimen de intoxicação moral do proletariado.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 147-148]

“[...] que inexpugnável defesa, erigida por tradições, costumes, sentimentos, institutos, apropriando-se ao cultivo moral da obediencia generalisada e espontanea, oferece um paiz latino-americano a esse tufão de outros mares? Não temos a derrota nem a fome, por certo, mas temos alarmantes predisposições ethnographicas e continentaes para a indisciplina collectiva. Biologicamente, ainda reside no sangue mestiço e aventureiro o velho odio colonial a toda hierarchia, interpretada como tyrannia, e esse odio não espera senão oportunidade para detonar. Psychologicamente, o feitio da nossa mentalidade suggestionavel, collecionadora de utopias, miragens, loucuras doutrinarias, é o mais propicio á germinação das teorias anarchistas que nos tornam accessivel a Bemaventurança, dynamitando-lhe as portas de ouro. Historicamente, desde o primeiro imperio á Republica Federativa, com escala obrigatoria pela regencia, enumeram-se aqui os procedentes de uma politica muitas vezes subversiva, quasi demagogica, não obstante as reacções immediatas do espirito conservador. Depois, nos trinta annos encimados e coloridos pelo barrete phrygio, amiudaram-se tanto os ataques do militarismo, da politicagem e até da barbaria negra á ordem civil, que adduzimos extensas paginas maculadas de sangue á obra do caudilhismo sul-americano.

O dever imperativo de hoje, portanto, é para a jurisprudencia não desanimar o esforço tendente á expulsão de forasteiros anarchistas, cuja perversidade intrinseca, definida já por Lombroso, desvia o operariado brasileiro do socialismo, ou antes, do solidarismo constructor e pacifico, ideal de todos os grandes espiritos christãos na actualidade. E’ para os corpos legislativos, surdos ao appello do revisionismo, definir mediante lei ordinaria a residencia do estrangeiro, particularizando o acto de expulsão em termos que não offendam o espirito e a letra do estatuto basico; editar penas rigorosas contra as modalidades do anarchismo

comunista e revolucionario, funestas modalidades de acção e de pensamento, como a propaganda oral e a propaganda escripta em pamphletos, boletins, revistas, jornaes, onde plumitivos criminaloides nos mostram que a degenerescencia e a temibilidade sempre andaram irmanadas. E' para os governos a comprehensão exactissima das novas correntes sociaes de hygiene, de solidarismo, de equidade tributaria, de justiça entre o capital e o trabalho, de aperfeiçoamento das massas pelo alfabeto e pela technica do ensino profissional, de cultura scientifica da terra, de eliminação do parasitismo e da incompetencia nos ramos administrativos. E' para todos nós, emfim, o dever positivo de harmonisar idéas, sentimentos e designios com esses principios, sob o influxo moral dessa emergencia renovadora, que se transmite da vida interior á vida publica, encerrando tristes periodos sociaes, caracterizados pela insignificancia ou pelo negativismo das suas manifestações.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 149-150]

[53 páginas dedicadas ao ensaio “O bolchevismo”, o maior da obra. Alguns de seus trechos, alerta o autor, foram publicados originalmente na *Revista Nacional*, assinados com o pseudônimo Alceste; definição de bolchevismo: “a expressão politica de uma força ostensivamente proletaria nas suas bases, dictatorial pelos seus meios, comunista pelos seus fins”, pp. 264-265, aqui estudada enquanto “explosão de realidades individuaes, politicas e economicas”, p. 268; descrição elogiosa do perfil intelectual de Lenin (após exposição bem informada dos principais momentos de sua trajetória), conclui: “[...] é um prodigio mental, ao serviço de uma robusta convicção. O socialista Haase, na Allemanha, prevenia os estadistas europeus contra o forte querer, a grande habilidade e o jogo sabio de Lenine”, p. 270; cruzada da Consciência, com “as maiores energias do mysticismo slavo” contra a autocracia e a tirania, pp. 275-276; “estado de alma comunista”, p. 280; calúnias contra os soviéticos, pp. 298-299]

“Doutrina commum aos dous, pelo menos em seus principios geraes, era o socialismo corrente da Internacional, misturado a esse fundo de communismo slavo, que tanto deriva das idéas quanto dos proprios costumes agrarios de uma raça.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. p. 264]

“[...] não havemos de nos occupar demasiado com os programmas, quando a energia dos individuos em acção e o imprevisto dos factos desencadeados na tormenta social se combinam fóra de todos os principios, abaixo ou acima delles, subvertendo as maiores

construcções theoricas.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 267-268]

“Em summa, veridicamente, imparcialmente, não se trata de um bando de scelerados, vendidos á Allemanha, salteando o governo para se locupletarem nos cofres do Estado e nos cofres da burguezia. Todos elles capitaneavam, desde muito, a propria maioria (*bolchevismo*) do partido socialista russo. Desde muito eram todos elles, ou quasi todos, legionarios da Causa, evadidos ou egressos politicos da Siberia, convicções em marcha, desafiando o throno moscovita e a sua omnipotencia cruel, o automatismo dos seus juizos torturantes.

Chefia-os um homem de vontade ferrea, poderosa intelligencia. E acima do que as emprezas telegraphicas denominam o chaos russo, e em grande parte é devéras o chaos, não seria difficil notar algumas realizações grosserias ou embryonarias, mas incontestaveis, de um pensamento director – o pensamento allemão de Karl Marx, o communismo scientifico, de que o proprio Lenine, ao escrever o seu compacto livro – *Desenvolvimento do capital na Russia* -, foi um dos traductores e amplificadores mais illustres.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 273-274]

“Um casamento sem relações hereditarias, sem consistencia juridica, sem fixidez moral, esfumado pelo bolchevismo em traços indecisos, como lhe convem á doutrina, muito se aproxima daquella espontaneidade aventureira, que é para os anarchistas a bemaventurança dos sexos. Outros idolos, outros santuarios. A’ torrente que se avoluma e referve, embravecida, alagando os pincares, não mais se antepões represas no direito civil.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 287]

“[...] do bolchevismo anarchisador e saqueador, propagando-se á face da terra convulsionada, bem poderíamos, desde logo, aprender a tremenda licção no ambito das nossas actividades economicas, na evidencia das nossas funcções governativas.

Tanto o egoismo e a iniquidade dos ricos, desattentos á ordem social, como a ignorancia e a miseria dos pobre, na ordem social degradados, envenenam hoje o ambiente das nacionalidades, tornando-o irrespiravel, propicio á diffusão de germens aniquiladores para individuos, classes e povos. Receiosos e previdentes, os estadistas que orientam a Liga das Nações formularam as bases de um codigo de trabalho, apoiado pelo Brasil. Accelerando o processo legislativo das medidas radicaes, desde a lei sobre os indesejaveis, que nos acautela

e premune, á lei repressiva das multiplas formas de actividade e associação demagogicas, não esqueçamos, por outro lado, os nossos compromissos formaes de justiça entre o capital e o trabalho.

Como todos o sabem, as reformas legaes entendem com o exercicio de uma veridica e sã democracia, a educação das massas proletarias nas cidades enfermas e nos campos abandonados, uma justiça mais ampla nas relações economicas e politicas, o vigor de uma producção mais intensa, o florescer da pequena propriedade rustica nas lavouras do norte e do sul, o barateamento das utilidades indispensaveis á mais obscura existencia humana. Essas medidas, em conjuncto, representariam uma sorte de prophylaxia do Estado contra fórmias epidemicas do pauperismo violento.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 304-305]

“A exemplo da liberdade politica, desbridada no communismo revolucionario, que tudo projecta inverter e subverter, a liberdade commercial póde tornar-se, pela ganancia, furiosa anarchisadora. Quando o Estado procura desembaraçar-se, cada vez mais, dos libertarios indesejaveis, manipuladores de venenos e explosivos, que a nova chimica bolchevista concentrou em fórmulas directas, como não reprimir os indesejaveis de outra especie, cuja febirictante avides mnetaria provoca as tempestades anarchicas de Florença, de Milão, de Roma, sobrepondo ás fanfarrar da victoria italiana o desespero do saque, por entre clamores que redobram? Não só a voz das alturas nos adverte, mas, principalmente, a dos abysmos, sempre que os erros sociaes conflagram as almas e os tempos.

De um a outro paiz, restaurado o equilibrio internacional, sôa com estridor o appello ás energias collectivas, moralmente vinculadas á tradição e ao civismo, contra a dissolvencia anarchica de todos os preceitos que teem formado e dirigido as sociedades humanas, tanto no quadros das suas instituições, como na róta dos seus idéaes. Entre o imperialismo e a democracia foi a pugna de hontem, rematada pelo desfilar das tropas de Foch sob o Arco do Triumpho; o recontro vai ser, já o é agora mesmo, entre o nacionalismo e a anarchia, esta com apoio na Russia bolchevista, de que ainda não sabemos o destino, aquelle reagindo no circulo inviolavel do Estado, sem olvidar, comtudo, na marcha do direito civil e do direito publico, as idéas-forças collectivistas. Mas a linha de resistencia, para se fazer inexpugnavel, será uma verdadeira linha ascencional de justiça, ampliada em leis, que não prestigiem o monopolio, cortejando os ricos, nem acoroçoem a preguiça, corrompendo os trabalhadores.



Aos governos está indicado, pelos sucessos alarmantes de Italia, de França e de Inglaterra, o seu dever nacional de combate ás inhumanas fórmulas exploradoras de mercantilismo, quando possam attingir a subsistencia, a habitação, o calçado e o vestuario da pobreza.” [VIEIRA, Celso. *Defesa social* (Estudos Juridicos). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1920. pp. 308-309]

### 5.3 A reação católica e a questão social

Programa da “Sociologia Catholica”, oposta à “anarchica e dissolvente”:

“A extrema gravidade que, nos ultimos tempos, assumiu o multi-secular conflicto entre o capital e o trabalho, desorientou completamente as chamadas classes conservadoras da sociedade, fazendo-as oscillar entre dous systemas egualmente erroneos e perigosos.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p.5]

“Sustentando a inefficacia dos meios coercitivos do Estado para invalidar o esforço do operariado na defesa dos seus *legitimos* interesses, eu não me filio, entretanto, entre os sonhadores e os pusillanimes que sustentam ser dever do Estado cruzar os braços diante dos profissionaes da desordem, dos apóstolos vermelhos da propaganda pelo *facto*, adeptos do *nirvana* budhista, que pretendem encontrar a felicidade no completo aniquilamento de toda organização social.

Estes abstencionistas, quando estão de boa-fé, obedecendo inconscientemente ás suggestões do medo, justificam as suas idéas dizendo que – *argumentos somente por argumentos podem ser destruidos*.

Perfeitamente de accordo: um acto de força não pode destruir, numa consciencia esclarecida, o effeito de um argumento que tenha realmente valor: é sempre necessario oppor doutrina contra doutrina.

Mas os propagandistas pelo *facto* não argumentam, agem; e toda acção deve provocar necessariamente uma *reacção*.

[...]

E’ dever primordial do Estado manter inalteravel a ordem publica, e a organização social.

O anarchismo não pode pretender *direitos de cidade*, enquanto não abrir mão dos argumentos *ad terrorem*; não se conquistam homens livres pretendendo amedrontal-os.

[...]

Mais de uma vez tenho dicto que a actual organização politico-economica da sociedade deixa muito a desejar: os pobres e os humildes não tem realmente o seu logar ao sol.

Mas somente um louco faz derribar uma casa porque algumas paredes apresentam ligeiras fendas.

Deante das imperfeições do edificio social, bradam os anarchistas: *Vamos destruil-o. Não, respondo eu, vamos consertal-o: é mais facil, mais util, mais prudente.*

E' por este motivo que eu condemno o systema dos que repellem sem discussão todas as pretensões do operariado, muitas das quaes são de inteira justiça, e não podem deixar de ser attendidas.

E appello para a intervenção do Estado para repellir a violencia, venha ella d'onde vier: *nem capitalismo oppressor, nem operariado revolucionario.*

Todos os conflictos entre o capital e o trabalho podem ser juridicamente solucionados, desde que o Poder Publico reprima as manifestações do egoismo e da sordida ganancia.”  
[VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp.5-7]

“O segundod systema, preconizado tambem pelas classes conservadoras, consiste em attender todas as reclamações dos operarios, sejam ou não justas; compra-se a paz pelas mais vergonhosas capitulações. *Primum vivere...*

Este systema é erroneo e contraproducente; as concessões injustas não firmam uma paz duradoira e sim verdadeiros armisticios, provocando incessantemente novas reclamações.

Uma vez tomado o pulso do adversario, o vencedor não limita as suas ambições.

Devemos examinar calmamente o longo rosario das reivindicações operarias, para attender todas as que são justas, e repellir energicamente todas as que forem desarrazoadas.

Este processo de selecção é actualmente muito difficil, porquanto o *socialismo propriamente dicto* está dominando em quasi todos os paizes; e, em vez de legislações nacionaes de trabalho, nós caminhamos a passos largos para o *internacionalismo*.”  
[VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 7 – atentar aos comentários sobre a “phase do socialismo” que está em avanço “em consequencia da guerra”]

Atenta o autor à “origem mais que suspeita do socialismo contemporaneo”, especialmente à categoria que classifica como: “[...] *militante, activa*, sempre na brecha, procurando os meios de realizar o seu programma”. Entre militantes ativos, uma divisão: *evolucionistas* e *revolucionários*. Estes últimos, “*actualmente bolchevistas*”, pintados com cores que vinham circulando na produção escrita da classe dominante brasileira: “[...] *não estão com pannos quentes, levam tudo a ferro e fogo, querem destruir a actual organização social, limpar o terreno e fundar uma nova civitas da qual desapareçam de vez todas as desigualdades sociaes*” [p. 8]. Realiza um apanhado literário na busca de suas origens, remontando às vésperas da Revolução Francesa. Nela não encontra, porém, inovações no que toca o tema: “a *propriedade* continuou a ser a pedra angular da organização social” [p. 10].

É na Alemanha que o autor localiza a origem e irradiação de seu objeto. Em Karl Marx, “o *Evangelho* de todas as seitas socialistas”. Temendo deturpá-lo, expõe as suas ideias a partir do “[...] programma formulado pelo Congresso dos Socialistas Revolucionarios, que, em 1877, se reuniu em Gotha”, além da bibliografia que então o acompanha: Edmond Demolins, Paul Janet e Vilfredo Pareto. Esta argumentação merece maior atenção [desenvolver]. [longa citação de “Defesa Social”, de Celso Vieira, pp. 12-15]

“E”, portanto, incontestavel que o socialismo contemporaneo é um producto da *Kultur* germanica, sendo a sua disseminação pelo mundo favorecida pelo grande prestigio que a Allemanha adquiriu com a victoria de 1870.

E’ intuitivo, porém, que somente por processos violentos, e principalmente pela cobardia das classes conservadoras, foi possivel transplantar para paizes regidos por instituições democratas, sem preconceitos de castas, o movimento socialista, explicavel na Allemanha, vasta officina guerreira, governada quasi que discrecionariamente pela classe militar.

Nos dous paizes em que a opinião publica é mais esclarecida, e os individos têm a nitida comprehensão dos seus direitos e deveres, a Inglaterra e os Estados-Unidos, o socialismo allemão não medrou, apesar de todo zelo apostolico de *Aveling*, outro genro de Marx, e de Liebnecht, um dos chefes do partido socialista allemão, enviados aos Estados-Unidos em viagem de propaganda.

Se não fosse a corrente immigratoria, avolumadas pelos allemães e italianos influenciados pelo socialismo germanico, a America estaria completamente indemne do virus communista.

Para fazer frente a um movimento *bolchevista*, que parecia de excepcional gravidade, o Governo Americano lançou mão somente da expulsão em massa dos agitadores estrangeiros.

Livre do pernicioso contagio, o operariado americano se manteve ordeiro, defendendo tenazmente os seus interesses por intermedio das suas poderosas associações.

Se o socialismo não fosse, em quasi todos os paizes, *uma planta exotica*, se representasse realmente as aspirações do operariado, necessariamente os seus chefes deveriam ser operarios, pessoas directamente interessadas no conflicto entre o capital e o trabalho.

Isto, porém, se não verifica: os dirigentes do movimento socialista são, na sua quasi unanimidade, *intellectuaes, politicos tarados*, ou então na phrase de Crispi, *burguezes desoccupados*.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 15-16]

“Num certo paiz, que conhecemos muito bem, 90% dos movimentos operarios são promovidos por agitadores estrangeiros ou por politicos profissionaes, que apenas têm a preocupação de *puxar braza para a sua sardinha*.

Fazendo, aliás, esta observação sobre os politicos, não tenho o menor intuito pejorativo, porquanto reconheço que elles não são *innovadores* e sim *imitadores*: em todos os paizes livres, os *direitos do povo* sempre foram os mais seguros degraus da *escada do poder*.

O maior defeito do regimen democratico consiste justamente nessa necessidade de *conquistar clientela*, tanto maior quanto mais pura a democracia, e que leva os politicos a sacrificarem o bem publico aos seus interesses eleitoraes.

A amarga lição da Historia não nos permite ter illusão sobre o desinteresse dos que promovem revoluções para fazer desaparecer as desigualdades e injustiças sociaes: todas as chamadas revoluções sociaes não têm tido outro resultado senão o de deslocar o poder de uma classe social para outra, que se tornou mais forte ou audaz.

Quando um grupo consegue conquistar o poder, os seus dirigentes, logo que assumem o Governo, começam a encarar os negocios publicos por um prisma completamente diverso do da epocha da propaganda revolucionaria: condemnam em absoluto as agitações populares, consideram dever supremo de patriotismo não perturbar a acção governamental, e, para manter a ordem publica, não hesitam deante das mais violentas medidas.

Grande numero dos seus partidarios, que perderam a esperança de entrar para o *queijo*, passam a accusar os seus antigos chefes de *reaccionarios*, e iniciam a propaganda da *verdadeira revolução social*, escoimada completamente do virus burguez.

A classe inferior que sobe ao poder, immediatamente se divide, fazendo surgir uma nova aristocracia.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 16-17]

[contra a “internacionalização do contrato de trabalho”: p. 20; em decorrência, “anti-patriotismo e anti-militarismo”: p. 21; crítica a Lloyd George e seus “compromissos com o Partido Trabalhista”, redundando na “idéa da *legislação una* do trabalho” com o fim da guerra, em detrimento das “pequenas nações”: p. 22]

“Para não ser uma colonia, o Brazil não pode prescindir de desenvolver a sua industria, o que, absolutamente, não poderá conseguir se for obrigado a adoptar regulamentos estabelecidos para paizes cujo serviço industrial está perfeitamente organizado, e que dispõem de mercados para escoadouro dos seus productos.

Para não perdermos até mesmo os nossos mercados internos, precisamos conseguir o maximo de produção, e reduzir ao minimo a respectiva despeza.

*A legislação operaria*, salvo rarissimas excepções que, de ordinario, se verificam entre paizes limitrophes, que permutam os seus trabalhadores, *é visceralmente nacional*, deve attender ás condições locais, e intervir discretamente no regimen de trabalho, no intuito de salvaguardar os direitos do capital e os do trabalho, ambos igualmente respeitaveis.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 22-23]

“O ideal socialista é absolutamente irrealizavel, o que affirmo sem o minimo pesar porque, mercê de Deus, para libertar o operariado da oppressão capitalista, e impedir que elle por sua vez se torne oppressor, não temos necessidade de alterar fundamentalmente a estrutura social, bastará corrigir abusos, organizar o trabalho segundo os inflexiveis principios do Direito e da Justiça.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 33]

“A regulamentação do trabalho das mulheres e das crianças é um dos mais graves problemas da *Questão Social*, porquanto affecta visceralmente a organização da família e exerce consideravel influencia sobre o augmento da população, a robustez da raça, e a moralidade publica”. [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 189]

“[...] os motivos de interesse e de conservação sociaes que impoem ao Estado o dever de não consentir que as mulheres trabalhem excessivamente: 1º, devido ás suas condições physiologicas, o trabalho excessivo prejudica a saúde da mulherainda mais gravemente que a do homem; 2º, destroe a vida familiar; impede que a mulher desempenhe seus deveres de esposa e de mãe; deixa os filhos inteiramente abandonados; 3º, e diminue sempre a natalidade, ao mesmo tempo que abastarda a raça.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 190]

“Como remedio a estado de cousas, surgiu ultimamente a idéa, patrocinada pelo chamado *Tratatado de Paz de Versailles*, de se nivelarem as condições de trabalho dos dous sexos, estbelecendo principalmente a egualdade dos salarios.

Mas esta idéa, aparentemente generosa e equitativa, que seduziu o espirito genial do preclaro Ruy Barbosa, não passa de uma manifestação da hypocrisia masculina, é um meio de se obter subrepticamente que desapareça, ou, pelo menos, se torne insignificante, a concorrência feminina na lucta pelo trabalho.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 193] [motivos à inevitável “invasão das mulheres e das crianças” no trabalho industrial, p. 196]

“Como [...] as circumstancias são excepecionalmente favoraveis para as suas reivindicações, os operarios não se contentam mais com a limitação do numero de apprendizes, reclamam a medida radical da completa exclusão da concorrência dos menores, sendo fixada, em lei internacional, a idade em que elles poderão começar a trabalhar.

Ninguém contesta os gravissimos inconvenientes do trabalho prematuro dos menores.  
[...]

O trabalho prematuro atrophia o menor; prejudica o seu desenvolvimento intellectual, privando-o até mesmo da instrução primaria; e exerce deploravel influencia sobre a sua moralidade.

Mas, em primeiro logar, é um absurdo fixar a mesma idade para a admissão ao trabalho em todos os paizes, quando o desenvolvimento physico e o intellectual dependem das respectivas condições climatericas, e das organizações do ensino.

Em segundo logar, certas circumstancias locais podem aconselhar que se permitta a admissão dos menores ao trabalho, antes de terem elles attingido á idade legal.

No Brazil, por exemplo, em que os menores vivem abandonados pelas ruas, contrahindo vicios hediondos, e molestias ignobeis, será anti-hygienico e anti-moral admittil-os a trabalhar nas fabricas, mediante licença especial das Juntas Industriaes, determinando a natureza e a duração do serviço, precedendo exame medico sobre a saúde e robustez dos menores?

Se os paes não tiverem absolutamente recursos para manter os filhos, e provarem a imperiosa necessidade de empregal-os, em serviços compativeis com as suas forças e sem prejuizo da sua instrução e educação, o Estado não poderá impedir que os menores sejam realmente empregados, salvo se chamar a si os onus da paternidade, mantendo e educando os mesmos menores.

Onde, porém, poderá encontrar recursos para levar tão longe o socialismo do Estado?" [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 199-200]

“Verificando, porém, que não era possivel resistir á maré montante, cada vez mais avassaladora, do trabalho feminino, o operariado masculino mudou de tactica, e, affectando indignação contra o aviltamento do salario feminino, inscreveu como um dos pontos essenciaes do seu programma a egualdade absoluta dos salarios.

[...]

Essa reivindicção, porém, não passa de uma revoltante hypocrisia: pagando salario igual, os patrões, na maioria dos casos, hão de preferir empregar homens, porque têm mais força, mais resistencia physica, menor irritabilidade nervosa, não ficam menos aptos para trabalhar durante certos dias do mez, e não são sustentados para trabalhar pelos patrões, como as mulheres durante o puerperio.

A *egualdade dos salarios*, sob as mais enganadoras apparencias de um generoso interesse, é uma *arma de guerra* manejada pelos homens para excluir, ou pelo menos reudizir consideravelmente o trabalho feminino, nas diversas manifestações da actividade industrial.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 201]

“Tenho como liquido que o trabalho das mulheres, fora do lar, é anti-natural, anti-social e anti-economico.

Pelas suas condições physiologicas, ellas não podem trabalhar por muito tempo na mesma posição; é prejudicial para a sua saúde ficar de pé por longas horas, assim como também não lhes convem ficar sentadas muito tempo.

A trepidação, o ruido constante das fabricas exerce prejudicial influencia sobre o systema nervoso das mulheres, dando logar as multiplas manifestações do hysterismo.

[...]

E’ geralmente reconhecido que a mulher nasceu exclusivamente para o *lar*; governar uma casa é a sua função normal.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 202] [homens sofrem com a “ruína do corpo” nas tavernas, ou o “envenamento do espirito com doutrinas subversivas” nas “reuniões perigosas” ao encontrar um “lar sem attractivos”: p. 204] [*précieuses ridicules* – “preciosos productos de uma civilização materialista”: p. 205] [ideal x atuais condições: o irresoluto problema das “centenas de mulheres que não se casam”: p. 206]

“Na regulamentação do trabalho das mulheres e dos menores, a Lei deve se limitar a estabelecer apenas as linhas geraes, confiando ás *Juntas Industriaes* a elevada missão de providenciar sobre as minudencias do serviço, podendo abrir excepções aos preceitos legaes, segundo as circumstancias do momento.

Todas as vezes que as *Juntas* tiverem de resolver questões que interessem ás mulheres, o representante dos operarios deve ser do sexo feminino.

E quando estiverem em jogo interesses de menores, deverão fazer parte da *Junta*: a auctoridade judiciaria a que estiver confiada a defesa dos direitos dos orfãos, e um representante da mais antiga associação cujo objectivo fôr o patronato dos menores.

Sempre que o legislador puzer á margem a acção benefica e prudente dessas *Juntas Industriaes*, confiando cegamente na applicação inflexivel dos seus preceitos, a sua acção não



será protectora e sim oppressiva.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 222]

“Medite o legislador brasileiro, durante a sua laboriosa gestação, sobre estes protestos das principaes interessadas; e não se deixe levar pelos devaneios da poesia, nem pelas perfidas suggestões das sereias barbadas.

Sob as enganosas apparencias de proteger as mulheres e as creanças, não lhes cerremos as portas do trabalho honesto, condemnando-as a uma ociosidade perigosa, presas faceis do vicio e do crime.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 223]

[p. 257: orientação para jornal moderno e solução aos problemas sociais na doutrina católica (há quantas andava a Democracia Cristã no período?); “[...] eu acredite na possibilidade de ser resolvido o grave conflito entre o capital e o trabalho exclusivamente pela applicação integral da doutrina catholica” (p. 258)]

“[...] sendo esta a doutrina uniforme da Igreja, era natural que o movimento em favor das reivindicações operarias se apoiasse principalmente no Christianismo, e procurasse fortalecer o sentimento religioso.

Entretanto, é o contrario que se verifica: os proceres do socialismo pregam sem rebuços o atheismo, se esforçam deshumanamente para arrancar da alma dos que soffrem a esperança na Misericordia infinita de Deus. [...] Como se explica essa irrelição que tão funestos effeitos tem produzido nas classes operarias, pondo em perigo a propria organização social?” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 263-264]

“Durante o regimen imperial, os nossos Pastores, salvo excepções tão honrosas quanto raras [...] se esqueceram de que eram *pescadores d’almas*, responsaveis perante Deus pelo bem-estar dos seus rebanhos, e viveram como *bons funcionarios publicos*, obedientes á lei do minimo esforço.

Eram moralizados, eram intelligentes, tinham boas intenções, não negavam o pasto espiritual aos que os procuravam; *mas não iam ao encontro do povo*, não se preocupavam

com as suas necessidades materiaes, não separavam do rebanho a ovelha tihosa, deixavam que os lobos da impiedade exercessem subrepticamente a sua obra de destruição.

Feita a Republica, quebra a escravidão orçamentaria, elles não se aperceberam da gravidade do momento historico que a humanidade está atravessando, não sentiram que nós estamos numa epocha em que não basta a serena contemplação religiosa, são indispensaveis – a actividade continua, o espirito combatente, a pregação constante, oppondo doutrina contra doutrina, argumentos contra argumentos.

Em completo abandono moral, trabalhados activamente pelos elementos subversivos, os operarios, nos momentos de crise, perderam o habito de apellar para os Pastores, que pareciam tão alheios das cousas do mundo, e passaram a ouvir os *consoladores interesseiros*, os profissionaes da desordem, os que apparentavam interesse pela sua dolorosa situação.

Isto é triste, mas é muito comprehensivel: censurem os operarios os que nunca se sentiram desamparados, avidos de uma palavra de animação, um testemunho de *sympathia*. [...] Confessemos, portanto, humildemente que da irreligião do operariado nós os catholicos somos os principaes responsaveis.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 264-266]

“Os proceres do socialismo sabem perfeitamente que a doutrina catholica favorece as reivindicações operarias; mas lhes convem afastar o operariado da Igreja, porque somente assim elles poderão convertê-lo em ariete para demolir o *direito de propriedade*, ideal supremo de todas as seitas socialistas.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 266]

[reconhecida a legitimidade da propriedade como direito humano (não obstante a comunhão de bens estar reconhecida no Direito Natural, “no sentido de não ser ninguém privado dos meios indispensáveis á sua existencia”), não há opposição ao “*uso moderado das riquezas*”, apenas condenação às “[...] ostentações espetaculosas, *pour épater les bourgeois*, os desperdícios, as loucuras do vicio [...] um attentado contra a moral [...] um insulto insolente atirado á face do proletariado, que tanto trabalha e soffre privações” (p. 267).]

“Os individuos que assim vivem esquecidos da doutrina christan, entregues a um sensualismo grosseiro, fazem um jogo muito perigoso, se expõe a muito, porquanto não são

chimericos os receios de que o dique da Lei não possa conter a onda revolucionaria, se não mudarmos quanto antes de rumo.

Estes gosadores da vida, parasitas sociaes, fructos enfezados de uma civilização sem Deus, vivem inteiramente afastados da Igreja; são, no emtanto, arvorados pelos pelos proceres do socialismo em legitimos representantes da actual organização social, burgueza e *clerical*.

Como é possivel conseguir tão completa deturpação da verdade? Muito facilmente, graças ao auxilio de um encarnaçado inimigo do Christianismo.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 268]

[acusação ao judaísmo e à maçonaria (comentar rapidamente a base e linha de cada um)]

“[...] o inimigo se torna quasi que invencivel.

Dominando a *Imprensa*, que é a mais poderosa das alavancas sociaes, monopolizando o telegrapho internacional, elle conseguiu isolar a Igreja Catholica, impediu a transmissão e a publicação das noticias referentes á sua tão fecunda acção social, amesquinhou os seus esforços, adulterou conscientemente a verdade dos factos.

Conseguiu assim que se formasse sobre a doutrina catholica uma idéa completamente falsa.

Nesta obra satanica, o *judaismo* encontrou um valente auxiliar – a *Maçonaria* – inimigo tanto mais terrivel porque, entre nós, é aparentemente inoffensivo.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p. 269]

“Temos, portanto, tres poderosas correntes – *socialismo revolucionario, judaismo e maçonaria* – que partindo, embora, de pontos oppostos, se aproveitaram da nossa criminosa negligencia, reuniram os seus esforços, quasi que monopolizaram os principaes meios de transmissão do pensamento, e insidiosamente espalham entre as massas populares uma falsa doutrina catholica, que se preocupa exclusivamente com os ricos e os poderosos, considerando despreziveis, indesejaveis os pobres e os humildes contra os quaes só há um remedio – a repressão violenta, para contêl-os pelo terror.

Não ha quem ignore ser tendencia irresistivel do espirito humano acceitar como verdade o erro mais palpavel, desde que elle seja repetido insistentemente, em tom peremptorio.

[...]

Rendamos graças a Deus, que impediu que o nosso operariado, tão moralmente abandonado, fosse intensamente contaminado pelas doutrinas subversivas; e o conservou tão trabalhador, tão honesto e tão digno.

E resgatemos os erros do passado, entrando resolutamente na luta pelos bons princípios, indo ao encontro dos que soffrem, combatendo o *egoismo capitalista* e as reivindicações revolucionarias, absolutamente irrealizaveis e que não assentam no Direito e na Justiça, procurando por todos os meios assegurar a paz social.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. pp. 269-270] [Cardeal Arcoverde e Monsenhor Rangel, “Cruzada Apostólica”, p. 272; “Associação dos Trabalhadores Católicos”, “Liga Operaria do Além Parahyba”, p.273: comparar com iniciativas congêneres]

“A campanha, portanto, foi iniciada sob os mais brilhantes auspícios; e, para que obtenhamos completa victoria, arrancando o operariado das garras do capitalismo oppressor, ou do socialismo revolucionario, basta que todos os catholicos cumpram resolutamente o seu dever, pratiquem sem vacillações a doutrina que nos ensinou o Divino Mestre.

Para que se não desperdicem esforços, me parece que seria de conveniencia a fundação, nas capitaes de todos os Estados, de associações que, sob o patrocínio de S. José, o glorioso operario, centralizem a acção, empreguem os recursos obtidos em todas as parochias, em obras uteis e que sejam viaveis, dando preferencia aos centros de maior movimento operario.

[...] não pode ser mais completo o abandono moral em que tem vivido o nosso operariado, sem ouvir palavras sinceras de consolo, sem auxilios materiaes, entregue sem defesa á dissolvente propaganda dos profissionaes da desordem.

Afigura-se-me, portanto, urgentissima a criação de centros operarios catholicos, sob a invocação de um Santo como as corporações da edade media, mas exclusivamente operarios, por elles dirigidos, embora sob a fiscalização das autoridades ecclesiasticas.

As associações de S. José promoverão a construcção de edificios apropriados, tendo salões de leitura e para divertimentos licitos, bibliothecas, salas para aulas e para conferencias, onde serão realizados cursos praticos sobre todos os assumptos que sirvam não só para tornar os operarios mais habilitados no exercicio das suas profissões, como tambem para esclarecer o seu espirito e desenvolver o seu espirito artistico.” [VIVEIROS DE CASTRO, Augusto. *A questão social*. Rio de Janeiro: Livraria Editora Conselheiro Candido de Oliveira, 1920. p.

273-274 – relacionar com as propostas formativas e higienistas (questão da habitação devida ao operário, neste caso – “nossos operarios não podem continuar a morar em miseraveis pocilgas, sem hygiene, sem conforto, na mais revoltante promiscuidade de sexos”; cabe aos saldos das Caixas Econômicas e Estado aplicarem-se em tais medidas, “em vez de escoarem para o Thesouro Nacional e serem empregados improductivamente”) presentes nas Ligas nacionalistas] [p. 279]

“Não ha paiz em que a Revolução possa ser crime tão monstruoso como no Brasil. Este immenso territorio, se se divide a sua rarefeita população em grupos hostis (e por que a revolução não nos trará uma vez a guerra civil? por que ha de ser ella sempre a arma victoriosa de levianos e inescrupulosos?), se perdermos, um dia que seja, a unidade que tem sido como que o milagre permanente em nossa historia, é certo que poderá ser pasto de ambições estrangeiras, e ninguem deve esquecer que elle é bastante grande para contentar a todos numa divisão entre muitos, de cuja rivalidade esperamos a nossa salvação...

Mas será possível, no centenario da nossa Independencia, um crime como esse que se vive a prophetizar, de todos os lados, neste momento?” [FIGUEIREDO, Jackson de. “Cela tuera ceci”. IN: *O Jornal*. Ano IV. N. 941. Rio de Janeiro: 12 de fevereiro de 1922. p. 1 (Hemeroteca Digital, BN)]

“Não é a propria Republica a filha querida de uma revolução victoriosa?

Pois bem: que se succedeam as revoluções e depois se verá a que carcassa ficará reduzida, não só a Republica, mas o pobre povo que já se lhe havia entregue de corpo e alma.” [FIGUEIREDO, Jackson de. “Cela tuera ceci”. IN: *O Jornal*. Ano IV. N. 941. Rio de Janeiro: 12 de fevereiro de 1922. p. 1 (Hemeroteca Digital, BN)]

[ver “Revolução Branca”, de Jackson de Figueiredo, em *O Jornal* de 19 de fevereiro de 1922]

“O que havia de diferente na conjuntura política que então se abria era o tipo de combate que se articulava contra o anarquismo. Aí o ponto crucial não era apenas o do aumento da violência política, que efetivamente teve um papel muito importante. O que ocorreu foi o amadurecimento de um conjunto de alianças que reunia ao lado da polícia e do patronato setores da elite política e intelectual da cidade, com franco apoio da Igreja Católica. Esta composição que somava sólidos recursos materiais e ideológicos, traduzia-se, por

exemplo, no revigoramento dos movimentos nacionalistas, que neste momento tinham um nítido caráter militante e clerical. Renascia no Rio de Janeiro o que se chamou de “novo jacobinismo”, que elegia como seu inimigo – além dos tradicionais galegos – os anarquistas: estrangeiros e ateus.” [CASTRO GOMES, Ângela. *A invenção do trabalhismo*. (citada em *O horizonte vermelho*, p. 243 – CONFERIR NO LIVRO)]

“Toda a direita nacionalista desenvolveu suas práticas a partir de certas representações da crise, como fenômeno de dimensões nacionais e externas. As interpretações da crise, não foram unívocas, mas apresentaram sempre um quadro catastrófico, anômico e medonho cuja solução passava necessariamente pela intervenção da figura do intelectual e da ideologia nacionalista de direita.” [BEIRED, José Luís. *Sob o signo da ordem: os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999. p. 279]

[CONCLUSÃO DO CAPÍTULO: A polvorosa em que o Brasil se encontrava então não era de modo algum exclusiva. A imagem dos “cem anos de paz” que caracterizou o século anterior certamente estava desatualizada. Já foi feita alusão à Grande Guerra, cujas dimensões eram inéditas sob qualquer perspectiva a ser considerada. Para além de toda a carnificina que a caracterizou, a política, como não podia deixar de ser, foi por ela severamente afetada. No que toca as potências derrotadas no conflito militar, por exemplo, o quadro foi de pelo menos quatro governantes derrubados de seus postos ao final de tudo (Alemanha, Áustria-Hungria, Turquia e Bulgária)<sup>322</sup>. As mudanças que as trincheiras ensejaram naqueles países eram bem mais profundas do que uma troca de governantes; a própria forma de Estado então se transformava (e nesse sentido nada mais significativo do grau das alterações em curso do que o fim do Império Otomano, cuja existência contava então com mais de seis séculos). A inauguração de um “*novo tempo do mundo*” não podia deixar de sê-lo sem um quadro de tensões de caráter global, em termos tanto de articulação de instâncias quanto no que toca ao seu significado geográfico. Nesse sentido, é válido interpretar que, naquele tempo de mudanças no ordenamento político e econômico, a Grande Guerra e a Revolução de Outubro eram, assim como processos propulsores da transformação, também sinais de que algo novo se anunciava.

---

<sup>322</sup> HOBSBAWM, Eric. Op. Cit., 1995. p. 65.

O Brasil, também afetado pela conjuntura crítica global, ainda que em escala bastante distinta dos casos citados, também teve por marca alterações em anúncio, com maior ou menor estampido. O ano de 1922 é emblemático nesse sentido.]

“O corte histórico aberto em torno dos anos 1920-1921 não estabelece um fosso entre duas épocas, pois repõe algumas continuidades em outro nível: não há ainda nenhuma resposta definitiva às questões cruciais do movimento operário, do ponto de vista de sua dinâmica interna, nenhuma alteração fundamental no comportamento do Estado, basicamente repressivo. Mas as respostas a estas questões submetem-se a um novo contexto, onde repontam, de um lado, a depressão do movimento operário, a crise do anarquismo, e, de outro, a presença da contestação militar, cuja influência alcança a rarefeita liderança operária e o nascente Partido Comunista. De um ponto de vista mais amplo, o quadro político que se define na década de vinte e nos primeiros anos trinta é pelo menos tão importante para explicar os destinos do movimento operário – sobretudo a sua autonomia/heteronomia – quanto fatores como a mudança da composição da classe, resultante do ingresso de grandes levas de migrantes nacionais e o surgimento de uma nova geração de filhos de estrangeiros.

Na memória social, estampa-se também o alcance de um corte que o tempo cronológico poderia medir. Em poucos anos, no decurso dos anos vinte, as grandes manifestações de rua, o efêmero sindicalismo de massa dos têxteis, o comício de 1º de maio de 1919 ligado a um contexto internacional revolucionário, transformam-se em símbolos, logo mitificados, de um passado distante que se busca sob novas formas recuperar. Depois, urgências mais prementes acabam por apagar estes símbolos e sobre a história da “velha classe operária” se estende a sombra de um longo eclipse.” [“Trabalho urbano e conflito social”, pp. 248-249]

“Quem quer que leia os telegramas diariamente publicados nos jornais, fica, naturalmente, impressionado com o desenvolvimento progressivo do movimento grevista no mundo inteiro, o qual se estende a quase todos os ramos da atividade humana e contribui poderosamente para o advento desse tétrico fantasma da “fome mundial”, a que se referem as profecias bíblicas.

A que é devido esse descontentamento da classe operária mundial? Qual a causa desse “bolchevismo” que, vindo da Rússia, se espelha por quase todos os centros industriais do mundo? Como explicar esse mal-estar geral, essa inquietação que atinge todas as nações?

A resposta é fácil e está na consciência de todos.

É o eterno conflito entre o Capital e o Trabalho, isto é, o predomínio do Egoísmo e do Orgulho, causas primárias dessa falta de amor entre os homens, dessa negação da fraternidade universal.

Entretanto, esses dois elementos, apesar de viverem em contínua luta, são os grandes fatores do progresso universal e deviam caminhar paralelamente, de mãos dadas, e não em linhas tortuosas e divergentes como de ordinário o fazem.

O Capital e o Trabalho, conjuntamente, desbravam o terreno, preparam-no e nele lançam a semente; no momento, porém, de fazerem a colheita, em vez de dividirem irmãmente o fruto, um deles – o Capital – chama a si o maior quinhão!

Fazer a repartição equitativa dessa colheita é combater o eterno conflito entre o Capital e o Trabalho, e é achar a chave desse magno problema que tanto interessa à paz da humanidade.” [ALMANAQUE DO COMÉRCIO DE 1920. “Capital e Trabalho: a concepção burguesa”. IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 31-32 – VER GRAFIA ORIGINAL; desenvolvimento *progressivo* do movimento grevista no *mundo interior*: “mal-estar geral”, o bolchevismo enquanto *inquietação que atinge todas as nações* - comparar com diagnósticos de *crise* outros; SEGUIR ATÉ A p. 37]

“O fator econômico, ou, em termos mais próprios, as indústrias e o comércio, constituem a espinha dorsal da nova organização a que a humanidade está sendo submetida.

Esta constatação, simples e rude, será dolorosa para as almas estetas, provocará o desdém dos poetas, mas é assim mesmo. O centro de gravidade da sociedade é constituído pelo fator econômico, pelo interesse, pelo ouro. As próprias Cruzadas, em que as multidões fanatizadas eram arrastadas pelo sentimento religioso, olhadas no seu verdadeiro fundo, através do Materialismo Histórico e do Determinismo Econômico, as próprias Cruzadas, diríamos, foram impulsionadas pelo elemento econômico.

Que poderíamos, então, dizer da Conflagração Mundial que, após quase cinco anos de extermínio e destruição, teve o seu desfecho fatal? Diríamos que somente os ideais de justiça, os princípios da democracia foram a causa desta última guerra? Seria ingenuidade inverter, confundir as relações entre causas e efeitos.

Liberdade, justiça, democracia, civilização, progresso, moralidade, virtude são vocábulos muito latos, e seu valor relativo está estreitamente ligado ao tempo, à época e ao



grau de latitude. Para o mexicano, o conceito de liberdade não é o mesmo do francês, como não o é para a mentalidade de Wilson e para a do rei Afonso da Espanha. O conceito de justiça hoje não é o mesmo do da Idade Média, da Inquisição. Lloyd George não tem, como Lenine, a mesma noção de democracia. Mas, nos respectivos meios, Lloyd George e Lenine falam da democracia, Wilson e o rei Afonso no da liberdade.

Retirando o pano, branco ou preto que seja, aparece em sua nudez marmórea a estátua, o momento eterno – o capital, que outros chamam de interesse, fator econômico, ouro, riqueza, comércio, progresso.

As qualidades, abstratas ou concretas, com que se reveste esse monumento aos olhos míopes, são apenas ornamentos para justificar as lutas.

À vista disso, se não nos é dado mudar a face do mundo e sim aceitá-lo como é, restamos a fatalidade de seguir-lhe as tendências, as aspirações, a marcha, quando mais não seja para escapar à pecha de inadptáveis à civilização. É, pois, o fator econômico que dá cunho à nossa sociedade; são as indústrias e o comércio as colunas de nossa organização.” [ALMANACK DO COMÉRCIO DO RIO GRANDE DO SUL (1921 – Revista de Indústria e Comércio “O Progresso”). “A apologia do capital e a raça”. IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 37-38]

[indústrias e comércio, *fator econômico*: leitura no mesmo sentido que a do texto abaixo, de Vicente Blancato – tanto no que toca a consciência de *uma nova organização* da humanidade *em curso* de ordenamento *industrial*, quanto no que toca um cariz *racial* articulado à esta nova organização (argumento desenvolvido na conclusão do texto)]

[o fator econômico é *o centro de gravidade da sociedade* – esta afirmação conduz à relevante caracterização dos *blasés* e *snobs*, crítica que abre caminho à argumentação praticista sobre a *economia* como fator de ordenamento do mundo]

[idealismo x materialismo: deslocamento de postura filosófica, visão de mundo/ordenamento de compreensão que indica, no mínimo, a demanda subjetiva de ordenamento *moderno* (entendido este como industrial ou, quiçá, enquanto *ordem burguesa*)]

[temos aqui um diálogo com a formulação ideológica acerca da *falsidade/artificialidade* das instituições políticas brasileiras?]

[capital, *sinônimo de fator econômico*, essência das relações *encobertas* com “vocábulos latos” de valor relativo a *posições ideológicas*, “ornamentos para justificar as lutas”]

[fator econômico, *realidade inescapável*, é fatal seguir as tendências sendo *as células da organização social* de então a indústria e o comércio]

“Se nós, os de raça latina, temos motivos para nos ufanarmos de nossas preciosas qualidades peculiares à raça, é forçoso reconhecer que temos muito a aprender das qualidades inatas na raça anglo-saxônica. Os povos desta raça encaram, sob um prisma diferente do nosso, a vida em todos os seus aspectos; nós, latinos, somos mais idealistas, ou para repetir uma velha chapa, somos os poetas da vida; ao passo que os anglo-saxões são a gente prática.

É preciso convencer-se de um fato de constatação banal: a nossa humanidade preocupa-se com os bens da terra.

Sem filosofar, mas com um simples relancear de olhos, é muito fácil ver como as nações de raça anglo-saxônica são as mais adiantadas, as mais fortes, as mais ricas, as que, seguindo esse passo, são destinadas a guiar os destinos do mundo, dando-lhe uma feição própria e dominando-o.

A guerra que acaba de convulsionar o mundo e conseqüente Congresso da Paz constituem a mais eloquente prova das ideias que emitimos, e, ao mesmo tempo, a mais sábia lição.

Longe de nós qualquer ideia de estúpida hostilidade ou de idiotia antipatia pelos povos anglo-saxões. Pelo contrário, temos um sentimento de admiração e um desejo sincero de imitá-los.

A poderosa Inglaterra, a gigantesca nação dos Estados Unidos, a Alemanha vencida são exemplos da vitalidade da raça anglo-saxônica.

Na Inglaterra e na América do Norte, o trabalho é uma missão sagrada do indivíduo, uma função social da coletividade. Trabalha o obscuro operário, trabalha o milionário, e a mocidade, antes de ler as Bucólicas e recitar versos à lua argentea ou à “sweet heart”, conhece as operações da alta finança, joga na bolsa, dirige o sindicato e só no domingo se entrega ao “good times”.

Não acreditamos numa transformação da noite para o dia, da alma latina; mas cremos firmemente na possibilidade de modificar grandemente nossa educação do trabalho.

A Inglaterra, os Estados Unidos (não se iludam) disputam-se como árbitros de mais se trabalha e se produz [sic]. Nosso país, o Brasil, é mais novo, na verdade, mas dispõe de maiores riquezas naturais, pois a natureza lhe foi muito pródiga.

O que precisamos, principalmente, é criar uma sã educação de maior amor ao trabalho.

Só nesta condição veremos nossa pátria grande e rica.” [ALMANACK DO COMÉRCIO DO RIO GRANDE DO SUL (1921 – Revista de Indústria e Comércio “O Progresso”). “A apologia do capital e a raça”. IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 38-39]

“Todas as civilizações que se têm sucedido foram, no dizer de Spencer, do tipo militar. Por isso, sendo a atual civilização uma nova forma, acentuadamente, de tipo industrial e ainda por atavismo e misoneísmo, a sociedade continua a admirar a força e todo o cerimonial do militarismo: só as classes cultas é que compreendem o renovamento radical que importa a moderna civilização de tipo industrial, a qual eleva o indivíduo, dá ao cidadão, junto com a consciência, um conceito amplo de liberdade política e econômica. Em lugar de admirarmos os grandes generais da espada, a presente sociedade começa a destacar, merecidamente, os gênios, os modernos generais do comércio e da indústria, criadores da riqueza social.

A humanidade, no seu caminho milenar, tem seguido a lei do progresso que, segundo Goethe, é representada pela linha ascensional da espiral. Desde, porém, que a ciência aplicou o vapor e, pouco mais tarde, a eletricidade, desde que, numa palavra, surgiu o industrialismo, a civilização tomou outro rumo, produzindo radicais transformações. [...] A democracia é obra tão somente do industrialismo. Estes sintéticos conceitos são amplamente tratados por dois sociólogos célebres, Comte e Spencer, os quais, embora nem sempre estejam de acordo, chegam ambos à mesma classificação das civilizações, isto é, depois das sociedades de tipo militar, a atual é de tipo essencialmente “industrial” [...] Para quem olhe superficialmente os naturais contrastes sociais, aparecem o burguês e a burguesia como produtos artificiais da nossa época, uma superestrutura. Para o estudioso imparcial dos fenômenos sociológicos, o industrial é um expoente dos tempos presentes, um cidadão cheio de responsabilidade de toda ordem: técnica, econômica, social, política. Mais do que tudo, é o grande artífice da democracia e da economia do país.

[...] respeito sagrado pelos homens que do nada, através das peripécias e do “struggle for life”, conseguem sair vitoriosos. Geralmente ficam ignorados estes obscuros pioneiros de todo o progresso, esses verdadeiros artífices da civilização.

Está provado que o vigor físico de uma raça é tanto mais pronunciado quanto maiores são os elementos étnicos que participam de sua formação. [...] O poderoso elemento étnico que, de um século para cá, temos recebido de muitos países da Europa, principalmente da

Alemanha e da Itália, está servindo para operar o prodigioso processo de fusão das raças que, cientificamente e praticamente, dá o tipo de superioridade e fixa a nacionalidade étnica. [...] Por si só o fator étnico, se bem que decisivo, não é tudo para o desenvolvimento de um povo em formação. É necessário o fator “capital”, que completa o primeiro e com ele se harmoniza, constituindo o binômio econômico capital-trabalho, insubstituível propulsor de toda a economia.” [BLANCATO, Vicente. (1923). IN: PESAVENTO, Sandra et al (orgs.). *Memória da indústria gaúcha* (das origens a 1930). Documentos. Porto Alegre: Editora da Universidade; FEE, 1987. pp. 29-30 – VER GRAFIA ORIGINAL; plena expressão do projeto de ordem burguesa em processo: evolucionismo e demanda por formação de uma nacionalidade branca, capitaneada pelo industrial, elemento de progresso e representante de uma novíssima civilização]

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

[geral x particular: qual foi o compasso do Brasil em relação ao “tempo do mundo”? se o século XX – era dos extremos (em grande medida, pode-se observar, também ainda uma continuidade de uma era de revolução; quanto tempo durou o ciclo aberto em 1789? alguns de seus antípodas só conseguirão declarar em alto e bom som o seu extermínio duzentos anos depois) – foi encerrado no centro do globo c. 1989-1991, em que momento esta centúria, em seu sentido propriamente brasileiro (desenvolvimento/modernização induzido pelo Estado?), foi concluída – se é que o foi? Coincide de fato com a *revolução burguesa*? esta acabou ou foi derrotada sem qualquer termo positivo? Qual o sentido da atual quadra histórica? Qual o sentido da *modernidade* brasileira/*modernidade* no Brasil (ou na periferia, em geral)? O que significa o Brasil *moderno* forjado ao longo do processo aqui estudado (pistas)? classes sociais em formação e ideologia: ]

“No caso brasileiro, no momento que evidenciamos, no que tange à impossibilitação de configurar-se uma ação de cunho nacional-popular de orientação socialista, os filofascismos presentes, como o Integralismo, foram mais eficientes à imobilização operária enquanto manifestaram seus pendores autoritários. O ethos fascista embora presente e atuante não foi o principal componente da hegemonização burguesa no processo de industrialização. Tal processo obteve tamanho êxito que não apareceu. O centralismo, e a figura do Estado forte, devotos do pensamento autoritário, compuseram um trajeto autorizador que pela corporitivização do Estado e pela própria força do arcaico dirigindo o “avanço”, consolidaram a recomposição burguesa sob a égide permanente da exclusão. A eficiência pode ser recolhida também junto ao fato de que a maior parte de nossa historiografia não percebeu ou não quis ocorrer o ocorrido, solidificando a imagem do Estado autônomo. Mas o fato é que, a condução da “revolução burguesa” brasileira não passou pelo impasse que trouxesse a solução fascista como terapia inevitável. A configuração autoritária foi mais do que suficiente em meio ao amálgama que prevaleceu.

Mais do que conviver com a ação gerencial do pensamento autoritário, a sociedade brasileira encontrava-se envolta em um espectro autoritário que revestia a realização capital de um caráter pedagógico. O Estado apresentava-se como a expressão mais acabada de tal pedagogia uma vez que a excessiva centralização que operava fazia-se acompanhar de uma estadolatria que elevava o autoritarismo estatal ao nível de regenerador da pátria.” [FREITAS,

Marcos Cezar. “Pensamento político autoritário no Brasil. 1917-1937”. IN: *Cadernos do Centro de Memória Regional*. São Francisco: Universidade São Francisco. vol. num 1, jan./jun. 1993. pp. 46-47]

“Com o ano de 1937 encerra-se uma das mais importantes e movimentadas fases da história política do Brasil e inicia-se outra, cheia ainda de incertezas e perspectivas obscuras. Politicamente, o golpe de Novembro é o epílogo de uma evolução no sentido de fortalecimento crescente do poder executivo com o paralelo enfraquecimento e desmoralização dos demais poderes. Paradoxo histórico: a fase que se segue à revolução de 30, desencadeada sob uma bandeira liberal, anti-autoritária, visando particularmente o poder excessivo do presidente da República, essa fase se encerra justamente com o advento de regime em que o autoritarismo presidencial resulta não apenas numa situação de fato, contrária à constituição vigente (como foi o caso até hoje), mas está inscrito expressamente no texto da lei orgânica do país.” [PRADO JÚNIOR, Caio. 1937. Manuscrito de dezembro de 1937. CPJ004-286. p.1]

“O integralismo nunca teve longa popularidade. Pelo contrário, sofreu desde o início, e sobretudo a partir de 1934 uma forte repulsa partida de camadas sociais importantes, sobretudo o proletariado. Quanto às classes conservadoras, elas olhavam com certa simpatia um movimento que se apresentava como vanguarda da luta anti-comunista. Deram-lhe mesmo apoio financeiro. Mas doutro lado, o integralismo não podia deixar de provocar, da parte dessas mesmas classes, um certo temor. O fascismo, em toda parte onde se implantou, foi sempre recebido como um último recurso, [uma defesa] extrema diante da ameaça de convulsão social. A implantação do fascismo, se de um lado representa a garantia da estabilidade social, pelo menos para um futuro imediato, trás doutro inconvenientes consideráveis para as próprias classes interessadas na conservação social. Aceitando a ditadura fascista, elas abdicam de boa parte de seus direitos e sua liberdade de ação. Aceitam um controle rigoroso, econômico, político e social que não deixa de ser pelo menos incômodo. O preço que as classes conservadoras, aceitando o fascismo, pagam para garantir o essencial, que é a sua existência, é assim muito elevado; e só se dispõem a pagá-lo quando não existe ou julgam não existir outro remédio. Não era este, evidentemente, o caso brasileiro. A debilidade, já não digo do comunismo, mas de todo movimento de esquerda no Brasil não chegou a inspirar um temor tão grande, a ponto de aceitar medidas extremas como o fascismo.

A conclusão social iminente que sempre precedeu, senão nos fatos, pelo menos na sua interpretação, que sempre precedeu os golpes fascistas não chegou a se verificar no Brasil. O próprio levante de 1935, embora tenha assustado realmente, foi tão pronta e facilmente abafado que não chegou a provocar gestos desesperados como esse de impor medidas extremas. Assim mesmo, foi suficiente para trazer medidas fascizantes e contribuir para a evolução política do país no sentido da ditadura.” [PRADO JÚNIOR, Caio. 1937. Manuscrito de dezembro de 1937. CPJ004-286. p.1]

[talvez citar algo entre as páginas 301 e 304 de *A revolução burguesa no Brasil*]

[tocar a argumentação relembrando, a partir da citação acima e com o suporte da seguinte, o caráter decisivo que os tensos anos estudados na Tese possuem frente o período vindouro] “Todas as feições mais marcantes da sociedade brasileira contemporânea se definiram com nitidez cristalina nos dois primeiros decênios do período republicano. Nos desdobramentos e complexidade crescentes dos períodos posteriores, esse núcleo original, tão transparente nos seus elementos, foi se turvando na mesma proporção em que se multiplicavam novos focos de tensão. Mas as vicissitudes do pecado original ainda latejam nesse corpo crescido, revigorado e tantas vezes conspurcado.” (SEVCENKO, Nicolau. “Orelha”. IN: CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.) [lembrando da importância do “pecado original” como suporte à argumentação de Marx em torno da *acumulação primitiva*]

“De 1933 a 1939, a taxa média anual de crescimento da indústria de transformação foi de 11%, a mesma do ramo têxtil, que se recuperou da estagnação da década de 20. Os ramos de minerais não-metálicos e de metalurgia – ambos do departamento produtor de bens de produção – aumentaram seu produto a taxas médias anuais, respectivamente, de 20 a 21%. Em 1919, a composição do produto físico nacional, em termo de valor líquido, era de 79% para a agricultura e de 21% para a indústria; em 1939, a participação da agricultura caía para 57%, enquanto a da indústria subia para 43%. Mesmo no âmbito da agricultura, no período de 1930 a 1939, a produção das culturas para o mercado interno aumentou a uma taxa média anual de 3,3%, ao passo que a taxa correspondente das culturas de exportação foi de 2,2%.” (GORENDER, Jacob. *A burguesia brasileira*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983. p. 65)

“Sob o impacto de uma conjuntura favorável, o surto industrial dos anos 30 alcançaria dimensões significativas. Assim, por exemplo, cerca de 70% dos estabelecimentos industriais

levantados pelo censo de 1940 tinham sido fundados depois de 1930. O ritmo de crescimento da produção industrial, no período de 1929-1939, foi de 8,4% ao ano, enquanto para a agricultura esse ritmo foi de 2,2%. Se considerarmos o período de maior expansão da atividade industrial, isto é, os seis anos que vão de 1933 a 1939, o ritmo de crescimento desse setor foi de 11,2% ao ano [...]. O peso da agricultura evidentemente continuou a ser preponderante. Entretanto, em termos de tendência, a evolução revelou-se favorável à ascensão da indústria.” (DINIZ, Eli. “A progressiva subordinação das oligarquias regionais ao governo central”. IN: SMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*. Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. p. 42)

“O caminho percorrido pela indústria foi espetacular, embora o privilegiamento da indústria brasileira fosse criando fortes defasagens tecnológicas em relação às indústrias de bens de consumo. Nesse processo desequilibrado, ressaltou-se o fato de que a indústria e o governo (este com o funcionalismo e a construção civil) rapidamente criaram uma classe média, que começou a desenvolver utopias muito distantes da indústria pesada. Passada a Segunda Guerra Mundial, essa classe média queria agora bens de consumo e não estava interessada em ouvir falar de indústria de base – um tema que passou a ser de interesse apenas para os sindicatos e parte dos militares.

Um novo projeto político nascia, assim, como desdobramento do próprio sucesso getulista. Como 60% da população vivia no mundo rural, ainda no amparo das fórmulas e relações de trabalho tradicionais, o apoio remanescente ao projeto da indústria pesada viria apenas dos sindicatos, de parte dos militares e dos partidos governistas. A classe média volta-se contra o seu criador.

Essa dicotomia que se instaurou na sociedade brasileira perpassou todos os seus segmentos. O principal foi o militar [...]. Outros segmentos fracionados foram o empresarial, o dos economistas pioneiros e, certamente, o dos partidos políticos, com o nascimento do udenismo.

Malgrado as dificuldades que esse pluralismo gerou – e a elas não foi estranha a vitória republicana nos EUA em 1953, com a ascensão de Eisenhower -, o sucesso acabou projetando-se para o futuro, e isso pode ser medido pela frase de Fernando Henrique Cardoso, ao final do século XX, em que anunciava sua disposição de encerrar a era Vargas, demolindo o edifício getulista.” (GRANZIERA, Rui. “Getúlio Vargas e a cultura da modernidade”. IN: SMRECSÁNYI, Tamás; GRANZIERA, Rui. *Getúlio Vargas e a economia contemporânea*.



Campinas: Editora Unicamp; São Paulo: Editora Hucitec, 2004. pp. 197-198 – relembrar “Ecos da marselhesa, trazer o discurso de FHC e discutir a questão das contradições, ideologia e longa duração, sem olvidar de pensar o papel histórico da classe média no processo em tela – o que há de tão decisivo no momento que foi aqui estudado)

“Na generalidade dos casos, a transição da fase oligárquica para a propriamente burguesa ocorreu, pois, sem a intermediação de transformações verdadeiramente radicais. Isto não impediu que o estado e a própria sociedade civil se fossem decantando em uma direção capitalista, e inclusive desenvolvendo um importante setor industrial. Porém, mesmo este processo de industrialização adquiriu características particulares, derivadas não só da situação de dependência como também da não eliminação radical da base oligárquica. Além do que, todea a sociedade continuou prenhe de um acúmulo de contradições não resolvidas, começando pelo próprio problema agrário.” [CUEVA. “O desenvolvimento do capitalismo...”. p. 151]

“Este [*antigo regime*] sobreviveu à desagregação do regime escravista, à implantação do trabalho livre, à traição da República e à chamada “crise da oligarquia”, que foi, antes e acima de tudo. Uma recomposição generalizada e global do sistema oligárquico, o único que poderia cimentar a elaboração histórica do surto industrial e, principalmente, do capitalismo monopolista.” [FERNANDES, Florestan. *Nova república?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1986. pp. 11-12]

[Weffort tratando, em texto do final dos anos 1960 e vindo a lume um decênio depois, em contexto de crise abertura de possibilidades, da emergência das classes populares à cena política como um fenômeno social “produto de um período histórico determinado”] “Trata-se de um dos aspectos desta longa história de crise e de transformação que começa com os primeiros decênios deste século na maioria dos países do continente e que parece haver chegado ao seu término nestes últimos anos da década de 60. Etapa de crise, sem dúvida, pois nasce das fundas rupturas, que, depois da guerra de 1914-1918 ou da “grande depressão” de 1929, segundo os países, passam a minar as bases da velha sociedade latino-americana. Mas esta etapa foi também, e aqui encontramos talvez sua peculiaridade, um período de crença mais ou menos geral nas possibilidades – que pareciam surgir, e com êxito em algumas partes, no âmbito da própria crise – do desenvolvimento democrático e do desenvolvimento autônomo da América Latina. Hoje, porém, parece claro que esta se encontra em encerramento e encerra-se, com algumas penas e poucas glórias, sem poder dar cumprimento aos projetos que engendrou.” [WEFFORT, Francisco. p. 82]

“Observando a experiência pós-1945 a partir de outra perspectiva, pode-se divisar alguns partidos estáveis, que oferecem diferentes caminhos à nação, dialogam entre si, conseguem capilaridade social e obtêm como resposta o apoio contínuo de eleitores inclinados a esta ou aquela opção. Em outras palavras, sob a espuma confusa aparecem, ao fundo, sinais daquilo que, por analogia à formulação usada por Antonio Candido sobre a literatura, atenderia ao desejo dos brasileiros de ter um sistema partidário e eleitoral compatível com uma democracia moderna.” (SINGER, André. *O lulismo em crise*. Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016). São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 133)

“[...] o Brasil teve uma industrialização acelerada, sendo o país que mais cresceu em todo o mundo entre 1930 e 1980, a uma taxa média de 7% ao ano. E todas estas circunstâncias geraram um processo de lutas urbanas e sindicais, desenvolvidas sob a forma da construção de partidos operários ou social-democratas. Por sua vez, ainda que a luta de resistência indígena e a luta dos negros se desenvolvesse desde a colonização, é só muito recentemente que estas populações foram incorporadas oficialmente dentro da Constituição, no ano de 1988.” [SECCO, Lincoln. "La recepción del levantamiento neozapatista em Brasil". pp. 17-18]

[Constituem as classes dominantes em movimento uma nação? Tinham projeto nessa linha? Qual era o seu sentido? Estão os setores populares movimentando-se nesse sentido? Há direcionamentos ao exercício da hegemonia neste processo? (*A revolução burguesa no Brasil*)]

## FONTES

### Arquivos

Archivo Storico del Movimiento Operaio Brasileiro (CEDEM)  
Hemeroteca Digital Brasileira (Biblioteca Nacional)  
Núcleo de Pesquisa em História (UFRGS)

### Periódicos

A Democracia  
A Federação  
A Guerra Social  
A Plebe  
A República  
A Vida  
Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro  
Movimento Communista  
O Debate  
Spártacus  
Tribuna do Povo

### Livros

BACHELET, Louise. *Phalanstère du Brésil. Voyage dans l'Amérique Meridionale*. Paris: Imprimerie de Pomenet et Guenet, 1842.

ELTZBACHER, Dr. Paulo. *O anarchismo*. Lisboa: Edição da typographia de Francisco Luiz Gonçalves, 1909.

ROMERO, Sílvio. *Provocações e debates* (Contribuições para o estudo do Brazil social). Porto: Lello, 1910.

ANDRADE, Valente. *Evolução política: a queda das oligarquias; ensaio de crítica social*. Pará: 1913.

### Artigos e documentos organizativos

Manifesto. IN: *A República* – Propriedade do Club Republicano. Rio de Janeiro: 03/12/1870. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno I, n. 1. [pp.]

*A Revolução*: folha de propaganda democrata. Rio de Janeiro: 12/07/1878. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno I, n. 1. p. 1.

Os sophismas. IN: *A Federação* – orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 29/02/1884. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno I, n. 49. p. 1.

COSTA, Francisco Xavier. A Democracia. IN: *A Democracia* – Orgão operario. Anno I. N. 1, Porto Alegre: 01/05/1915. NPH/UFRGS. p. 1.

COMISSÃO CENTRAL PROVISORIA DO PARTIDO OPERARIO RIO-GRANDENSE. Manifesto do PARTIDO OPERARIO ao operariado no Rio Grande do Sul. IN: *A Democracia* – Orgão operario. Anno I. N. 1, Porto Alegre: 01/05/1915. NPH/UFRGS. pp. 2-3.

FORTES, Agostinho. Ao leitor. IN: ELTZBACHER, Dr. Paulo. *O anarchismo*. Lisboa: Edição da typographia de Francisco Luiz Gonçalvez, 1909. p. 4.

TOSCANO, Arthur. “Chronicas politicas”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 22/10/1910. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno XXVII, n. 245. p. 1.

L.M. “Centro Libertario”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“Publicações nossas”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: 16 de julho de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“Pelo campo anarquista – Aos grupos anarquistas”. IN: *A Guerra Social* – Periodico anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: 03 de setembro de 1911. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

BRITO, Victor de. “A questão social e o operariado”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 09/10/1911. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno XXVIII, n. 233. p. 1.

\_\_\_\_\_. “A greve”. IN: *A Federação*: orgam do Partido Republicano. Porto Alegre: 18/11/1911. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. Anno XXVIII, n. 265. p. 1.

“A conflagração europeia. Os trabalhadores e a grève”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. I. Rio de Janeiro. Novembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.

“Bibliografia brasileira sobre a questão social”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. I. Rio de Janeiro. Novembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 8.

“Bibliografia brasileira sobre a questão social”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.

“Leitura que recomendamos – o que todos devem lêr”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 20.

“Relatorios e documentos. Subsidios para a Historia do movimento anarquista no Brasil”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.

- SANTOS, Polidoro. “Breve noticia sobre o movimento anarquista em Porto Alegre”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 2. Rio de Janeiro: Dezembro de 1914. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 14.
- “1915 – Crónica subversiva. As ideias e os fatos”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I, No. 3, Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.
- “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 1-2.
- ALMEIDA, Zenon. “Para a paz...” IN: *A Vida*. Anno I, No. 3, Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB pp. 9-10.
- “Publicações recebidas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 3. Rio de Janeiro: Janeiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 13.
- LOPES, Orlando. “Transformar e não reformar” IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I, No. 4, Rio de Janeiro: Fevereiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB p. 32
- SANTOS BARBOZA. “Rezumo historico do movimento anarquista em Pelotas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 4. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 62.
- ASTPER. “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – A guerra e nós”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 65.
- “Crónica subversiva. As ideias e os fatos – Positivismo e anarquismo”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 66-70.
- SOARES, Primitivo. “Contra a guerra e pela liberdade”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 5. Rio de Janeiro: Março de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 73.
- “Crônica subversiva. As ideias e os fatos – O desarmamento geral”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 6. Rio de Janeiro: Abril de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 81.
- D.R.F. “A guerra e a anarquia (Uma questão literal e de ponto de vista)”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 6. Rio de Janeiro: Abril de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 89-90.
- “Publicações recebidas”. IN: *A Vida* – Publicação mensal anarquista. Anno I. No. 7. Rio de Janeiro: Maio de 1915. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 110.
- LEUENROTH, Edgard. “Ao que vimos – Rumo à Revolução Social”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 01. São Paulo: 09/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.
- MOTTA, Benjamin. “O pobre é um vadio?”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 01. São Paulo: 09/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.
- “Nós e a guerra”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 02. São Paulo: 16/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

ALLIANÇA ANARCHISTA. “A intervenção do Brazil na guerra – A Alliança Anarchista ao povo”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 03. São Paulo: 23/06/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

PORTO, Adolpho; PEREIRA, Astrojildo. “O debate”. IN: *O Debate*. Anno I, N. I. Rio de Janeiro, 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 4.

“As greves em S. Paulo”. IN: *O Debate*. Anno I, N. I. Rio de Janeiro, 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 12.

PEREIRA, Astrojildo. “A revolução russa”. IN: *O Debate*. Anno I, N. I. Rio de Janeiro: 12/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 12

“Grève geral? Repercussão dos acontecimentos de S. Paulo”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro, 19/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 8.

“Farçantes da democracia”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 2. Rio de Janeiro, 19/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB, p. 8.

UM GRUPO DE MULHERES GREVISTAS. “O appello aos soldados”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

F. G. “O regimen de fome – Imitemos a Russia”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

“Um comité dos operarios e soldados do Brazil”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 06. São Paulo: 21/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

“Exemplo da Russia. Graves revelações de um soldado do exército. Teremos tambem um Comité de Soldados e Operarios?”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 3. Rio de Janeiro: 26/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 7.

E. “Alvorada de esperança”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

ASTPER. “A greve no Rio – O movimento tomou grandes proporções”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“O melhor resultado da greve geral – O operariado de S. Paulo dispõe-se á actividade associativa”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 07. São Paulo: 28/07/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3

ABRANCHES, Antonio. “A grande guerra”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 08. São Paulo: 04/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“Para uma acção conjunta – Congresso geral da vanguarda social do Brasil”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 08. São Paulo: 04/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“Congresso geral da vanguarda social do Brazil”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 05. Rio de Janeiro: 09/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“O movimento grévista”. IN: *O Debate*. Anno I, N. 05. Rio de Janeiro: 09/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 7.

“Congresso geral da vanguarda social do Brazil – Um convenio da Confederação Operaria Brasileira”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“Bases de accordo da Federação Operaria de S. Paulo”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

ALGUNS HOMENS OPERARIOS E SOLDADOS. “Os soldados e os operarios – A causa dos trabalhadores é bem acatada no Exército.” IN: *A Plebe*. Anno I, N. 10. São Paulo: 18/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“A gréve no Sul – Pelotas foi teatro de graves occorrencias”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“Despertando para a luta – O operariado está em plena actividade”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

CENTRO LIBERTARIO. “Aos operarios e soldados do Brazil” apud “Os soldados e os operarios – A salvação do povo depende da acção conjunta dos operarios de farda e de blusa”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 11. São Paulo: 25/08/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“O Congresso Geral de Vanguarda Social do Brazil – Os militantes do Rio tratam com interesse da feliz iniciativa.”. IN: *A Plebe*. Anno I, N. 12. São Paulo: 01/09/1917. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

“Aliança Anarquista do Rio de Janeiro”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 1. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

“O comercio e a guerra”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 1. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

“Grupo editor da ‘Pequena Biblioteca Libertaria’”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 1. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“Este boletim”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 1. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“Que é anarquia?”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 1. Rio de Janeiro: Fevereiro de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 5.

“Os anarquistas, os operarios e o estado de guerra”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 2. Rio de Janeiro: Março de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 1-2.

“Conferencias”. IN: *Boletim da Aliança Anarquista do Rio de Janeiro*. N. 2. Rio de Janeiro: Março de 1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

“Vida Social – Conferencias”. IN: *O Paiz*. Anno XXXV, N. 12.450. Rio de Janeiro: 11 de novembro de 1918. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 5.

No limiar da nóva era. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 25. Recife: 20/11/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

A Revolta de Spartaco. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 25. Recife: 20/11/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 1-2.

ASTPER. Exportação e miseria. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

E viva a Republica! IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

Maximalismo no Brazil? IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 26. Recife: 01/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

A revolução social. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 27. Recife: 10/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

A dictadura proletaria. IN: *Tribuna do Povo*. Anno 1. N. 28. Recife: 20/12/1918. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

DAMIANI, Gigi. “Problemas de actualidade – Pela concentração dos partidos proletarios”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 6. São Paulo: 29/03/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4

D. Sobre as candidaturas – A nossa attitude. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

DIAS, Everardo. O discurso de Ruy Barbosa – O nível moral e as classes trabalhadoras. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

ADOBUS. Notas da clausura. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

TUPINAMBÁ, Jorge. Ainda o Conselheiro – O magistral discurso. Zéca Tatú exclama: “Chi! gente! que falação!...”. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Rio-Plebeu. Importante sessão de propaganda do P.C.B. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 7. São Paulo: 05/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Está constituído o Partido Comunista do Brasil – Qual e’ o seu objectivo. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

A Plebe. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Festa de propaganda pró-“A Plebe” e pró presos por questões sociaes. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4

Rio-plebeu – Um anniversario. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Ruy Barbosa e a Questão Social – Refutação do Partido Comunista. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 8. São Paulo: 12/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

Rio-Plebeu – O Partido Comunista do Brasil. Mais uma sessão de propaganda. IN: *A Plebe*. Anno II. N. 9. São Paulo: 19/04/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 4.

OITICICA, José. Spártacus. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.



OITICICA, José; PEREIRA, Astrojildo; BARBOSA, Santos; D'AVILA, U.; PEIXOTO, Isauro; BUSSE, Adolfo; ALACID, Salvador; JUNIOR, Cruz. "Explicação". IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 1.

FERNANDES, Antonio. Aspectos da luta de classes. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2.

Proclamação da Hungria comunista aos trabalhadores do mundo. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 2

ROMANO CROCCI. Pelo comunismo. IN: *Spártacus*. N. 01. Rio de Janeiro: 02/08/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 3.

VV. AA. "Os anarquistas brasileiros ao povo". IN: *Spártacus*. N. 09. Rio de Janeiro: 27/09/1919. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 1-2.

SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrução cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919.

VERGUEIRO STEIDEL, Frederico. "Prefacio do Dr. Steidel. Presidente da Liga Nacionalista". IN: SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrução cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919. pp. III-IV.

THOMPSON, Oscar. "Carta do Sr. Dr. Oscar Thompson. Director Geral da Instrução Publica em São Paulo". IN: SAMPAIO DORIA, Antonio. *O que o cidadão deve saber*. (Manual de instrução cívica). São Paulo: Olegário Ribeiro & C., 1919. pp. V-VI.

RICARD, F. A 'razão pura' de Kant e a ditadura do proletariado. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 39-40.

GRUPO COMUNISTA DO RIO DE JANEIRO. A agitação pró Sacco e Vanzetti. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 42-43.

P. C. DA AMÉRICA. Mensagem do P. C. da América. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 02. Rio de Janeiro: 1922. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 43.

PEREIRA, Astrojildo. Não nos assustemos com o debate. IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 03. Rio de Janeiro: 03/1922. CEDEM. Setor: ASMOB. p. 69.

PACIFICO, Americo. Enquanto é tempo... IN: *Movimento Comunista*. Anno I. N. 03. Rio de Janeiro: 03/1922. CEDEM. Setor: ASMOB. pp. 78-79.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADDOR, Carlos. *A insurreição anarquista no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Dois Pontos, 1986.
- ADDUCI, Cássia. “Os nacionalistas liberais paulistas e a construção da nação brasileira”. IN: *Lutas Sociais* (PUCSP), São Paulo, v. 11/12, p. 72-84, 2004.
- AGUIRRE ROJAS, Carlos Antonio. *Para compreender o século XXI*. Uma gramática de longa duração. Porto Alegre: EDIPUCRS; Passo Fundo: UPF, 2010
- ALENCASTRO, Luiz Felipe. “A pré-revolução de 30”. IN: *Novos Estudos CEBRAP*. N. 18. Setembro de 1987. pp. 17-21.
- ALVARENGA, Lucas. “Nos bastidores de um jornal anarquista: as mobilizações de um grupo de propaganda para a publicação do jornal A Terra Livre (1905-1910)”. IN: *Revista Latino-Americana de História*. Vol. 7. Num. 19. São Leopoldo, Janeiro-Julho de 2018, pp. 44-62.
- AMIN, Samir. *O desenvolvimento desigual*. Ensaio sobre as formações sociais do capitalismo periférico. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1976.
- ARANTES, Paulo. “O novo tempo do mundo”. IN: \_\_\_\_\_. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014. pp. 27-97.
- ARCARY, Valério. *As esquinas perigosas da História*. Situações revolucionárias em perspectiva marxista. São Paulo: Xamã, 2004.
- ASH, Timothy Garton. *Nós, o povo – A Revolução de 1989 em Varsóvia, Budapeste, Berlim e Praga*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- BARBOSA, Alexandre Freitas. “O mercado de trabalho no Brasil: uma perspectiva de longa duração”. IN: *Estudos Avançados*. Ano 30. N. 87. 2016. pp. 7-28.
- BARBOSA, Wilson. O lugar da História Econômica entre as Ciências Sociais. *Revista de Economia Política e História Econômica*. Número 18, agosto de 2009. pp. 157-161.
- BARTZ, Frederico. *Movimento operário e revolução social no Brasil: ideias revolucionárias e projetos políticos dos trabalhadores organizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Recife e Porto Alegre entre 1917 e 1922*. Tese (Doutorado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2014.
- \_\_\_\_\_. *O horizonte vermelho: o impacto da Revolução Russa no movimento operário do Rio Grande do Sul, 1917-1920*. Porto Alegre: Sulina, 2017.
- \_\_\_\_\_. “Partido Comunista do Brasil (1919): lutas, divergências e esquecimentos”. IN: *Aedos*. Revista do corpo discente do Programa de Pós-Graduação em História da UFRGS. Vol. 2. Num. 4. Novembro de 2009. pp. 318-330.
- \_\_\_\_\_. “O maximalismo como problema: circulação e apropriação da ideia de bolchevismo no movimento operário brasileiro durante os primeiros anos da Revolução Russa”. IN: *Izquierdas*. Colombia, n. 31, diciembre 2016. pp. 235-248.

\_\_\_\_\_. “A Revolução Alemã de 1918 e o movimento operário brasileiro”. IN: Anais do Colóquio Internacional Marx e o Marxismo 2017: De O Capital à Revolução de Outubro (1867-1917). Niterói: UFF, 2017. pp. 1-15.

BATALHA, Cláudio. “A difusão do marxismo e os socialistas brasileiros na virada do século XIX”. IN: QUARTIM DE MORAES, João (org.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 2: os influxos teóricos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 9-41.

BEIRED, José Luís. *Sob o signo da nova ordem: os intelectuais autoritários no Brasil e na Argentina (1914-1945)*. São Paulo: História Social USP; Edições Loyola, 1999.

BOTTOMORE, Tom. “Luta de classes”. IN: \_\_\_\_\_. (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988. pp. 223-224.

BOTTOMORE, Tom (ed.). *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.

\_\_\_\_\_. “A Revolução de 1930 e a cultura”. IN: \_\_\_\_\_. *A educação pela noite*. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2017. pp. 219-239.

CANFORA, Luciano. *1914*. São Paulo: Edusp, 2014.

CARMAGNANI, Marcello. *Estado y sociedad en America Latina, 1850-1930*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

CARNEIRO PESSOA, Reynaldo Xavier. *O ideal republicano e seu papel histórico no segundo reinado: 1870-1889*. São Paulo: Edições Arquivo do Estado, 1983.

\_\_\_\_\_. “O primeiro centenário do Manifesto Republicano de 1870”. IN: *Revista de História*. N. 84, 1970.

CARNEIRO PESSOA, Reynaldo Xavier. (org.). *A idéia republicana no Brasil, através dos documentos* (Textos para seminários). São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1973.

CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil contemporâneo 1922-1938*. São Paulo: DESA, 1965.

\_\_\_\_\_. *A Primeira República (1889-1930)*. Texto e contexto. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969.

\_\_\_\_\_. *A República Velha I* (Instituições e Classes Sociais). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972.

\_\_\_\_\_. *A República Velha II* (Evolução Política). São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1971.

\_\_\_\_\_. *A Segunda República (1930-1937)*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1974.

\_\_\_\_\_. *A República Liberal II* (Evolução Política (1945-1964)). São Paulo: DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_. *Classes sociais e movimento operário*. São Paulo: Editora Ática, 1989.

\_\_\_\_\_. *Da esquerda à direita*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.

- \_\_\_\_\_. *Movimento operário no Brasil (1877-1944)*. São Paulo: DIFEL, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Movimento operário no Brasil (1964-1984)*. São Paulo: DIFEL, 1984.
- \_\_\_\_\_. *O P.C.B. (1922-1943)*. Vol. 1. São Paulo: DIFEL, 1982.
- \_\_\_\_\_. *O tenentismo*. Acontecimentos, personagens, programas. São Paulo: DIFEL, 1975.
- \_\_\_\_\_. “Oligarquias: definição e bibliografia”. IN: *Revista de Administração de Empresas*. Rio de Janeiro, Ano 12, número 1. Janeiro/Março de 1972. pp. 81-92.
- \_\_\_\_\_. *A evolução de São Paulo (1889-1930)*. São Paulo: Editora SENAC, 2001
- CARVALHO, José Murilo. *Os bestializados*. O Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CASTELLUCCI, Aldrin. *Industriais e operários baianos numa conjuntura de crise (1914-1921)*. Salvador: FIEB, 2004.
- CASTRO GOMES, Ângela. *Burguesia e trabalho: política e legislação social no Brasil 1917-1937*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- CERQUEIRA FILHO, Gisálio. *A “questão social” no Brasil: crítica do discurso político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.
- CHILCOTE, Ronald. *Partido Comunista Brasileiro: conflito e integração*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- COGGIOLA, Osvaldo. *As grandes depressões (1873-1896 e 1929-1939)*. Fundamentos econômicos, consequências geopolíticas e lições para o presente. São Paulo: Alameda, 2009.
- COSTA, Emília Viotti. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. São Paulo: Editora Unesp, 2007.
- \_\_\_\_\_. *Coroas de glória, lágrimas de sangue*. A rebelião dos escravos de Demerara em 1823. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- COUTINHO, Carlos Nelson. “As categorias de Gramsci e a realidade brasileira”. IN: \_\_\_\_\_. *Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp. 191-219.
- CROUZET, Maurice. *História geral das civilizações*. Tomo VII – A época contemporânea. Volume I – O declínio da Europa; O mundo soviético. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1968.
- CUEVA, Agustín. *O desenvolvimento do capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global Editora, 1983.
- DE DECCA, Edgar. Um marco imaginário. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 15
- \_\_\_\_\_. “A revolução acabou”. IN: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, vol. 10, n. 20, março-agosto 1991, pp. 63-74.

DEAN, Warren. “A industrialização durante a República Velha”. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume I: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985. pp. 249-283.

DEL ROIO, José Luiz. “Introdução – A Vida”. IN: CENTRO DE MEMÓRIA SINDICAL; ARQUIVO HISTÓRICO DO MOVIMENTO OPERÁRIO BRASILEIRO (MILÃO). (orgs.). *A Vida*. Edição Fac-Similar. São Paulo: Ícone Editora, 1988.

DEL ROIO, Marcos. “A teoria da revolução brasileira: tentativa de particularização de uma revolução burguesa em processo”. IN: MORAES, João Quartim; DEL ROIO, Marcos (orgs.). *História do marxismo no Brasil: Visões do Brasil* (vol. 4). Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 73-134.

DINIZ, Eli. Mudou a face do país. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 16.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 1930: historiografia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

\_\_\_\_\_. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 2015.

\_\_\_\_\_. *Trabalho urbano e conflito social* (1890-1920). São Paulo: DIFEL, 1976.

FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume I: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_. (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume II: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985.

\_\_\_\_\_. “A crise dos anos vinte e a Revolução de 1930”. IN: \_\_\_\_\_ (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume II: Sociedade e instituições (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985. pp. 403-426.

FERNANDES, Florestan. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1987.

FERREIRA, Fernando Sarti. “A Segunda Internacional está morta? O Tratado de Versalhes e a Federação Sindical Internacional.” IN: *Mouro: Revista Marxista – Núcleo de Estudos d’O Capital*. Ano 5, n. 8. Dezembro de 2013. pp. 217-231.

FERREIRA LIMA, Heitor. *Perfil político de Silva Jardim*. São Paulo: Companhia Editora Nacional; Brasília: Instituto Nacional do Livro, 1987.

FONSECA, Pedro. *RS: Economia e conflitos políticos na República Velha*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

FONTES, José Raimundo. Marighella e o movimento operário baiano no período da “redemocratização” (1945-1947). IN: NOVA, Cristiane; NÓVOA, Jorge (orgs.). *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo: Editora UNESP, 1999. . pp. 289-319.

FRANCA, Padre Leonel. *A crise do mundo moderno*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1941.

FRANÇA, Eduardo. “Prefácio”. IN: MARTINEZ CORRÊA, Anna Maria. A rebelião de 1924 em São Paulo. São Paulo: Editora Hucitec, 1976. pp. XI-XVII.

GODECHOT, Jacques. *As revoluções (1770-1799)*. São Paulo: Pioneira, 1976.

GODOY, Clayton; CUNHA, Eduardo. “Antes da tormenta: organização e formas de ação anarquista e operária”. IN: MARTINS, Marcos (org.). *Lutas sociais em Sorocaba/SP ontem e hoje: Greve Geral de 1917, embate antifascista de 1937 e mobilizações atuais*. São Paulo: Edições Hipótese, 2018. pp. 65-95.

GONÇALVES, Paulo. *Mercadores de braços: riqueza e acumulação na organização da emigração europeia para o Novo Mundo*. São Paulo: Alameda, 2012. p. 131

GORENDER, Jacob. *O escravismo colonial*. São Paulo: Ática, 1978.

\_\_\_\_\_. *Combate nas trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.

\_\_\_\_\_. *A escravidão reabilitada*. São Paulo: Editora Ática, 1990.

\_\_\_\_\_. Não houve revolução. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. pp. 12-13.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Volume 3: Maquiavel – Notas sobre o Estado e a política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

GRANZIERA, Rui. “O Brasil depois da Grande Guerra”. IN: LORENZO, Helena. COSTA, Wilma (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997. pp. 135-142.

GRESPLAN, Jorge. “A teoria das crises de Marx”. IN: COGGIOLA, Osvaldo (org.). *Marx e Engels na História*. São Paulo: Xamã, 1996. pp. 291-302.

HARDMAN, Francisco Foot; LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 1920)*. São Paulo: Editora Ática, 1991.

HOBBSBAWM, Eric. *A era dos impérios, 1875-1914*. São Paulo: Paz e Terra, 2010.

\_\_\_\_\_. *Era dos extremos*. O breve século XX 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octávio. *A idéia de Brasil moderno*. São Paulo: Editora Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. “O ciclo da Revolução Burguesa no Brasil”. IN: *Temas de Ciências Humanas*. Volume 10. São Paulo: 1981. pp.1-34.

\_\_\_\_\_. “A formação do proletariado rural no Brasil”. IN: STEDILE, João Pedro (org.). *A questão agrária no Brasil: o debate na esquerda – 1960-1980*. Vol. 2. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2012. pp. 127-146.

IGLÉSIAS, Francisco. *Trajétória política do Brasil: 1500-1964*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

LEME, Marisa Saenz. *A ideologia dos industriais brasileiros, 1919-1945*. Petrópolis: Vozes, 1978.

- LENIN, Vladimir. *O imperialismo: fase superior do capitalismo*. São Paulo: Global Editora, 1979.
- LEONÍDIO, Adalmir. “Utopia e positivismo nos primórdios do movimento operário no Brasil”. IN: *Perseu*. São Paulo. Ano 3, n. 4. 2009. pp. 11-39.
- LEVI-MOREIRA, Silvia. “Ideologia e atuação da Liga Nacionalista de São Paulo (1917-1924)”. IN: *Revista de História*. N. 116, São Paulo, 1984. pp. 67-74.
- LONER, Beatriz. “O projeto das ligas operárias do Rio Grande do Sul no início da República”. IN: *Anos 90*. Vol. 17. Num. 31. Porto Alegre: Julho de 2010. pp. 111-143.
- LOPREATO, Christina. *O espírito da revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume, 2000.
- LORENZO, Helena; COSTA, Wilma. (orgs.). *A década de 1920 e as origens do Brasil moderno*. São Paulo: Editora da Unesp, 1997.
- LOVE, Joseph. “Autonomia e interdependência: São Paulo e a Federação brasileira, 1889-1937”. IN: FAUSTO, Boris (org.). *História geral da civilização brasileira*. Tomo III: O Brasil Republicano. Volume I: Estrutura de poder e economia (1889-1930). São Paulo: DIFEL, 1985. pp. 53-76.
- LUCE, Mathias. *Teoria Marxista da Dependência*. Problemas e categorias – uma visão histórica. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. Estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- MARAM, Sheldon. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operários brasileiro, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARX, Karl. *Trabalho assalariado e capital*. Lisboa: Edições Avante, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos*. (Os Pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- \_\_\_\_\_. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes – A economia vulgar*. (Os economistas). São Paulo: Abril Cultural, 1982.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. “Manifesto Comunista”. IN: ALI, Tariq (org.). *Manifesto Comunista; Teses de Abril*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2017. pp. 21-51.
- MATTOS, Ilmar. “Do Império à República”. IN: *Estudos Históricos*. v. 2, n. 4, Rio de Janeiro, 1989. pp. 163-171.
- MAZZEO, Antonio Carlos. *Estado e burguesia no Brasil*. Origens da autocracia burguesa. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.
- \_\_\_\_\_. “Astrojildo Pereira”. IN: PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln (orgs.). *Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.
- MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. Ensaio de negação e afirmação. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. *Estrutura social e formas de consciência*, volume II: a dialética da estrutura e da história. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MORAES FILHO, Evaristo. “A proto-história do movimento operário no Brasil”. IN: QUARTIM DE MORAES, João; AARÃO REIS, Daniel (orgs.). *História do marxismo no Brasil*. Volume 1: o impacto das revoluções. Campinas: Editora da Unicamp, 2007. pp. 11-49.

MOTA, Carlos Guilherme. *Atitudes de inovação no Brasil – 1789-1801*. Lisboa: Livros Horizonte, 1970.

\_\_\_\_\_. *Nordeste 1817: estruturas e argumentos*. São Paulo: Editora Perspectiva; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.

\_\_\_\_\_. “Preliminar às Dimensões”. IN: \_\_\_\_\_. (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972. pp. 9-12.

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *1822: dimensões*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1972.

NEGRO, Antonio Luigi; GOMES, Flávio. As greves escravas, entre silêncios e esquecimentos. Acesso em: <http://outraspalavras.net/brasil/entre-silencios-e-esquecimentos-as-greves-dos-trabalhadores-negros/>, às 01:37 de 23/12/2016.

NOVAIS, Fernando. *Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)*. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

OLIVEIRA, Tiago. *Anarquismo, sindicatos e revolução no Brasil (1906-1936)*. Tese (Doutorado em História). Niterói: UFF, 2009.

PEREIRA, Duarte. Cai a Velha República. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 9.

PEREIRA, Joana. “O ciclo de agitação social global de 1917-1920”. IN: *Ler Historia*. [Online], N.66. 2014.

PERICÁS, Luiz Bernardo; SECCO, Lincoln. (orgs.). *Intérpretes do Brasil*. Clássicos, rebeldes e renegados. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

PETERSEN, Sílvia. “*Que a união operária seja nossa pátria!*”: história das lutas dos operários gaúchos para construir suas organizações. Santa Maria: Editora UFSM; Porto Alegre: Editora da Universidade, 2001.

\_\_\_\_\_.; LUCAS, Maria Elizabeth. (orgs.). *Antologia do movimento operário gaúcho (1870-1937)*. Porto Alegre: Editora da UFRGS; Tchê!, 1992.

PRADO JÚNIOR, Caio. *A revolução brasileira*. São Paulo: Editôra Brasiliense, 2004.

\_\_\_\_\_. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Círculo do livro, 1986.

REZENDE, Antonio. “As primeiras idéias socialistas em Pernambuco”. IN: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*. Num. 23. Recife, 2007, pp. 25-43.

REZENDE, Cyro. *História econômica geral*. São Paulo: Contexto, 2008.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.



SAMIS, Alexandre. “Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil”. IN: VV.AA. *História do movimento operário revolucionário*. São Paulo: Imaginário; São Caetano do Sul: IMES, Observatório de políticas sociais, 2004. pp. 125-189.

SANTOS, Kauan. “Derrubando fronteiras: a construção do jornal *A Plebe* e o internacionalismo operário em São Paulo (1917-1920)”. IN: *História e Cultura*. V. 1, n.1, Franca, março de 2015. pp. 122-139.

SANTOS, Wanderley Guilherme. “Paradigma e História: a ordem burguesa na imaginação social brasileira”. IN: \_\_\_\_\_. *Ordem burguesa e liberalismo político*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1978. pp. 15-63.

SCHMIDT, Benito. “Os partidos socialistas na nascente República”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 131-183.

SECCO, Lincoln. *A Revolução dos Cravos e a crise do império colonial português*. Economias, espaços e tomadas de consciência. São Paulo: Alameda, 2004.

\_\_\_\_\_. *A batalha dos livros – Formação da esquerda no Brasil*. Cotia: Ateliê Editorial, 2017.

\_\_\_\_\_. “Os ciclos de Kondratiev: notas para uma história”. IN: SOUZA, Luiz Eduardo (org.). *Ideologia e ciência econômica*. São Paulo: LCTE Editora, 2006. pp. 117-134.

SERGE, Victor. *O ano I da Revolução Russa*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

SILVA, Sérgio. Uma revolução burguesa. IN: *Movimento*. N. 277. Rio de Janeiro: 20 a 26/10/1980. BN. Hemeroteca Digital Brasileira. p. 14.

SILVEIRA, Eujácio. “Indústria e pensamento industrial na Primeira República” IN: *Perseu – História, memória e política*. N. 17, ano 12, São Paulo, 2019. pp. 259-277.

SOARES, Mozart. “O positivismo no Rio Grande do Sul”. IN: TRINDADE, Héliogio (org.). *O positivismo: teoria e prática*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007. pp. 357-387.

SOBOUL, Albert. *História da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

SOUZA, Susana Bleil. “Propriedade rural na América Latina: a fronteira uruguaio-rio-grandense no século XIX”. IN: AZEVEDO, Francisca; MONTEIRO, John. *Raízes da América Latina*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; São Paulo: Edusp, 1996. [pp.]

TOLEDO, Edilene. “A trajetória anarquista no Brasil na Primeira República”. IN: FERREIRA, Jorge; AARÃO REIS, Daniel. *As esquerdas no Brasil*. vol. 1. A formação das tradições (1889-1945). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. pp. 53-87.

VIANNA, Luiz Werneck. *A revolução passiva: iberismo e americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2004.

VILAR, Pierre. *Pensar la historia*. Ciudad de Mexico: Instituto Mora, 2001.

WERNECK SODRÉ, Nelson. *Introdução à Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editôra, 1958.

\_\_\_\_\_. *A ideologia do colonialismo*. Seus reflexos no pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: ISEB, 1961.

\_\_\_\_\_. *Formação histórica do Brasil*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1962.

\_\_\_\_\_. *História da burguesia brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.

\_\_\_\_\_. *História militar do Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. *Introdução à revolução brasileira*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

\_\_\_\_\_. *História e materialismo histórico no Brasil*. São Paulo: Global, 1995.

ZAIDAN FILHO, Michel. *Comunistas em céu aberto*. 1922-1930. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.